

ANNAIS

da

BIBLIOTECA

NACIONAL

Vol. 143 • 2023



Rio de Janeiro, 2024



ANAI S

da

BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 143 • 2023



Rio de Janeiro
2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura
Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidência
Marco Americo Lucchesi

Diretoria Executiva
Suely Dias

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores
Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação
Gabriela Ayres Ferreira Terrada

Centro de Cooperação e Difusão
Verônica de Oliveira Lessa

Centro de Pesquisa e Editoração
Naira Christofoletti Silveira

Coordenação de Editoração
Claudio Cesar Ramalho Giolito

Serviço de Produção de Editoração
Paula Rocha Machado

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br | www.gov.br/bn

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 143, 2023

Editoria
Hudson de Lima Rabelo

Coordenação Editorial
Paula Rocha Machado
Simone Muniz

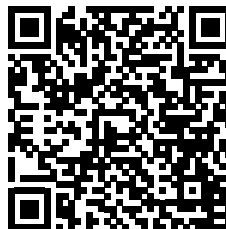
Preparação de Originais
Carlos Santa Rosa
Francisco Madureira
Hudson de Lima Rabelo
Simone Muniz

Revisão de Provas
Paula Rocha Machado

Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

*Projeto Gráfico Adaptado, Diagramação e
Tratamento de Imagem*
Eliane Alves

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional



copyright© 2023 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
XIV Encontro Nacional de Obras Raras	9
As marcas de proveniência, o conteúdo temático e os processos históricos como componentes da delimitação de critérios de raridade bibliográfica.....	11
<i>Aline Gonçalves da Silva</i>	
Estudo de critérios de raridade aplicados a impressos do século XX na Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ	27
<i>Leandra Pereira de Oliveira</i>	
<i>Edson Vargas da Silva</i>	
<i>Vânia Melo da Rocha de Jesus Alves</i>	
Para pensar as marcas de propriedade das práticas biblioteconômicas como um critério de raridade.....	39
<i>Thais Helena de Almeida</i>	
<i>Nathália Amorim</i>	
<i>Jandira Flaeschen</i>	
Raridade bibliográfica, bibliotecas e memórias	53
<i>Diná Marques Pereira Araújo</i>	
<i>Wellington Marçal de Carvalho</i>	
O bibliófilo e o bibliotecário: critérios de raridade bibliográfica para obras raras regionais da Amazônia	65
<i>Robson Lima da Silva</i>	
<i>Samuel Souza da Silva</i>	
Marcas de proveniência: critério de raridade e fonte histórica sobre a Ordem dos Capuchinhos no RS	87
<i>Clarissa Afonso da Silveira</i>	
<i>Susiele Alves Ramos</i>	
Raridades, preciosidades, singularidades: um olhar para o Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos	107
<i>Andréa Carla Mazzo da Costa</i>	
<i>Solange Rocha</i>	

Obras raras em Biblioteca Universitária: critérios de seleção e valor de preservação catarinense.....	129
<i>Luciana Bergamo Marques</i>	
<i>Verônica Pereira Orlandi</i>	
<i>Clarissa Agostini Pereira</i>	
Todos os livros guardam segredos: preciosidades de um patrimônio bibliográfico do século XIX na Sociedade Polônia (Porto Alegre, RS).....	147
<i>Maria Stephanou</i>	
<i>Vanessa Barrozo Teixeira Aquino</i>	
A Coleção Família Imperial no Museu Histórico Nacional	169
<i>Eliane Vieira da Silva</i>	
<i>Rosângela Coutinho da Silva</i>	
Coleções em bibliotecas especializadas do Iphan: adoção de critérios para obras especiais	183
<i>Mônica Elisque do Carmo</i>	
Crítérios de raridade e patrimônio bibliográfico brasileiro: algumas reflexões	203
<i>Adriana Dias Gonçalves</i>	
<i>Juliana Borges Cid Taboada</i>	
<i>Valéria Alves de Freitas Werneck</i>	
Livro de artista é obra rara? Desafios e reflexões do livro como objeto e seu posicionamento em acervos	217
<i>Igor Alves Coelho</i>	
<i>Carlos Henrique Juvêncio</i>	
O contexto regional como elemento determinante de raridade bibliográfica.....	229
<i>Naillê de Moraes Garcia</i>	
<i>Marcia Carvalho Rodrigues</i>	
Coleção cartográfica rara no Brasil: bibliografia para ampliação dos critérios de raridade.....	251
<i>Maria Dulce de Faria</i>	
Apontamentos para critérios de raridade na área jurídica	269
<i>Luciana Maria Napoleone</i>	
<i>Maria Lucia Beffa</i>	
Identificação das marcas de proveniência no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / USP e suas contribuições para a ampliação dos critérios de raridade bibliográfica nacional: um estudo preliminar	291
<i>Rodrigo M. Garcia</i>	
<i>Jeanne B. Lopez</i>	
<i>Eliane Kano</i>	

Pensando critérios de raridade no âmbito de obras iconográficas.....	307
<i>Diana dos Santos Ramos</i>	
<i>Sonia Alice Monteiro Caldas</i>	
A censura e a raridade bibliográfica em periódicos: os veículos da imprensa alternativa nas bibliotecas brasileiras.....	327
<i>Raphael Diego Greenhalgh</i>	
Discussões sobre critérios de preciosidade e raridade de publicações seriadas.....	337
<i>Alex da Silveira</i>	
7ª Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional	355
Memória dos embates entre urbanismo e patrimônio cultural: a Hemeroteca Digital como fonte documental para o Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro	357
<i>Andréa da Rosa Sampaio</i>	
<i>Maria Eduarda Monsorez Facre Canêdo</i>	
<i>Renato Rampini Lopes</i>	
O SIG na preservação digital da memória urbana e patrimonial da área central do Rio de Janeiro	371
<i>Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos</i>	
<i>Bruno Neto Freire</i>	
Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista: um estudo de caso a partir da trajetória de Viúva Guerreiro (1858-1936)	387
<i>Patricia Amorim de Paula</i>	
Um político e juriconsulto do Império: a biblioteca de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877)	403
<i>Eduardo José Neves Santos</i>	
A Independência do Brasil na Bahia: aspectos e considerações políticas de Joaquim José da Silva Maia no Semanário Cívico (1821-1823)	419
<i>Walquiria de Rezende Tofanelli Alves</i>	
<i>Syphilis, sive morbus gallicus</i> : resultados preliminares da tradução do liber I	441
<i>Lucia Pestana da Silva</i>	
<i>Fábio Frohwein de Salles Moniz</i>	
A lanterna de um novo império: estratégias de reconstrução da Real Biblioteca (1755-1777).....	453
<i>Ana Cristina Campos Rodrigues</i>	

O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) como recurso de comprovação de propriedade patrimonial e preservação digital	465
<i>Rosângela Rocha Von Helde</i>	
<i>Silvia Fernandes Pereira</i>	
Livros didáticos para jovens e adultos: censura e perseguição na ditadura civil-militar (1964 a 1985)	479
<i>Paulo Eduardo Dias de Mello</i>	
#TBT da memória: o uso das redes sociais na difusão da imprensa iguaçuana (1961-1971).....	495
<i>Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre</i>	
A casa senhorial em Vitória (ES) na passagem do século XIX para o XX	515
<i>Pâmela Tomazini Lira</i>	
<i>Nelson Pôrto Ribeiro</i>	
Importações de Eduardo Guinle para o Palácio Laranjeiras a partir do <i>Jornal do Commercio</i> (RJ)	535
<i>Lucas Dantas Cardozo</i>	
<i>Anaíldo Bernardo Baraçal</i>	
Era uma vez uma história na imprensa: notícias das Minas Gerais na seção histórica do jornal <i>Diário de Minas</i> , de 1899.....	551
<i>Debora Costa</i>	
Preciosidades do acervo	569
A trajetória histórica dos carimbos da Biblioteca Nacional revelada pela BNDigital	571
<i>Thais Helena de Almeida</i>	
<i>Jandira Flaeschen</i>	
<i>Nathalia Amorim</i>	

APRESENTAÇÃO

É com prazer que apresentamos mais uma edição dos *Anais da Fundação Biblioteca Nacional*, no que retomamos o ritmo de registro e de publicação das atividades de pesquisa realizadas na instituição cultural mais antiga do Brasil. No presente volume, trazemos os artigos apresentados no XIV Enar – Encontro Nacional de Acervo Raro, realizado entre 24 e 26 de novembro de 2021 de maneira *online*, pelo canal de *Youtube* da Fundação Biblioteca Nacional. Esta edição teve como tema “Obras Raras no Brasil: estudos e pesquisas para ampliação dos critérios de raridade bibliográfica”.

O encontro é um evento bianual realizado pela FBN por meio do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) e é considerado um dos maiores eventos científicos da área no Brasil e na América Latina. Promovido desde 1989, ele congrega profissionais, gestores e alunos das áreas de documentação, preservação/conservação e pesquisa, vindos de todas as regiões brasileiras e de algumas partes do mundo. O evento reúne comunicações acadêmicas que têm como objetivo a troca de experiências e de conhecimentos, além do fomento de reflexões sobre acervos raros e sobre memória.

O presente volume, além disso, apresenta os artigos integrantes da 7ª Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional, que foi realizada entre 19 e 21 de outubro de 2021, em formato digital e com transmissões ao vivo pelos canais de divulgação da FBN, e teve como tema “Memória e Preservação Digital”. Trata-se de um evento anual organizado pela FBN desde 2015 e consiste na apresentação de resultados, por pesquisadores bolsistas da instituição ou convidados, dos estudos que utilizam o acervo da instituição como fonte de investigação. O evento marca a difusão de pesquisas realizadas no acervo da Biblioteca Nacional e conta com convidados conferencistas, pesquisadores do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (Pnap), pesquisadores internos da FBN e membros de Grupos de Pesquisa inscritos na instituição.

A Jornada de Pesquisadores é parte da missão institucional da Fundação Biblioteca Nacional no que tange à pesquisa, à interação entre os centros e ao envolvimento com a comunidade acadêmica e científica. Trata-se de um momento de diálogo, exposição e aperfeiçoamento da pesquisa desde as primeiras etapas no acervo da Biblioteca Nacional. Todas as apresentações encontram-se disponíveis no canal de *Youtube* da Fundação Biblioteca Nacional (<https://www.youtube.com/c/fundacaobibliotecanacional>).

Ao manter vivo o compromisso republicano da preservação da memória e do fomento à pesquisa, com a democracia por base e o desenvolvimento do país por horizonte, a Fundação Biblioteca Nacional deseja a todos uma boa leitura.

Hudson Rabelo

Editor

XIV Encontro Nacional de Obras Raras

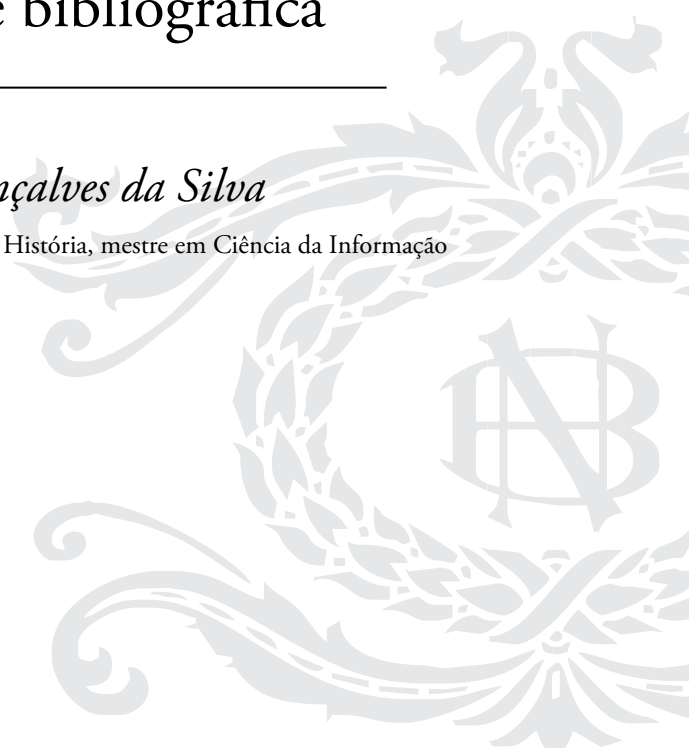
Estudos e pesquisas para ampliação dos
critérios de raridade bibliográfica



As marcas de proveniência, o
conteúdo temático e os processos
históricos como componentes
da delimitação de critérios
de raridade bibliográfica

Aline Gonçalves da Silva

Bibliotecária (Fiocruz), graduanda em História, mestre em Ciência da Informação





Resumo

O estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica envolve uma série de componentes para sua constituição. Para a presente discussão foram selecionadas três dimensões para análise da adequação e relevância no contexto apresentados, a saber: a presença de marcas de proveniência nos exemplares, a pertinência do conteúdo temático e a contextualização histórica em que o exemplar foi produzido. A importância de tais componentes foi percebida por meio da experiência da sistematização dos critérios de raridade na Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, que teve como metodologia a leitura técnica em Biblioteconomia de Livros Raros e na documentação institucional, a participação em um curso na área específica do acervo, a orientação de um especialista em obras raras e a avaliação de pesquisadores especializados. O estudo concluiu que as três dimensões referidas servem como ponto de partida para o estudo sobre critérios de raridade em acervos bibliográficos.

Palavras-chave: Livros Raros. Livros – Marcas de propriedade. Livros – História. Bibliotecas de livros raros.

Abstract

The establishment of bibliographic rarity criteria involves a series of components for its constitution. For the present discussion, three dimensions were selected to analyze the adequacy and relevance in the presented context, namely: the presence of provenance marks in the copies, the relevance of the subjects content and the historical context in which the copy was produced. The importance of such components was perceived through the experience of systematizing the rarity criteria in the Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, which had as its methodology the technical reading in librarianship of rare books and institutional documentation, attendance at a course in the specific area of collection, the guidance of a specialist in rare works and the evaluation of specialized researchers. The study concluded that the three mentioned dimensions serve as a starting point for the study of rarity criteria in bibliographic collections.

Keywords: Rare books. Books – Property marks. Books – History. Rare books libraries.



Introdução

Alinhado aos estudos e pesquisas para ampliação dos critérios de raridade bibliográfica, o presente artigo se propõe a discutir três elementos-chave que, dentre muitos, foram selecionados como relevantes na delimitação dos critérios de raridade: as marcas de proveniência, o conteúdo temático e os processos históricos.

Tal discussão tem origem nos trabalhos realizados nos últimos oito anos junto à Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS), uma biblioteca especializada em história da saúde pública e ligada à unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, onde vem sendo realizado um trabalho constante com a gestão de acervos especiais. Nos anos de 2019 e 2020, foram sistematizados os critérios de raridade do acervo da BHCS, uma ação que contou com duas bibliotecárias da instituição, uma doutora especialista em obras raras e a consulta a dois pesquisadores da área temática. É a partir da experiência nesse trabalho de elaboração dos critérios de raridade da BHCS que se baseia a discussão pretendida nesse artigo.

O objetivo geral é analisar critérios para a identificação de obras raras que sejam aplicáveis a qualquer acervo bibliográfico existente no Brasil, de acordo com o que nos une nesse evento. Para tanto, foram traçados como objetivos específicos a seleção de três critérios que se consideram fundamentais para uma criterização em nível nacional, com a ressalva de que se reconhece a existência de muitos outros critérios igualmente importantes para que seja identificada a raridade bibliográfica em âmbito brasileiro.

Metodologia

Esta é uma discussão que suscitou a partir da prática cotidiana, podendo ser considerada um estudo empírico.

Coloca-se como pergunta de partida: quais seriam os elementos fundamentais para estabelecer critérios de raridade bibliográfica? O objetivo geral é selecionar três aspectos para análise de suas relevâncias na construção de critérios de raridade bibliográfica. Os objetivos específicos são:

- Avaliar como as marcas de proveniência oferecem vestígios para identificação do valor do livro;
- Observar as dimensões em que o conteúdo temático influencia a raridade de um livro;
- Discutir porque os processos históricos são fundamentais na definição de critérios de raridade.

A motivação para essa comunicação partiu dos achados para estabelecer a raridade no acervo da BHCS, ampliando a reflexão e buscando destacar o que

se aplicaria em nível macro no Brasil. Constatou-se que as três características colaboram na fundamentação dos critérios de raridade.

Fundamentação teórica

Houve um tempo em que se olhava a data de publicação do livro e, ingenuamente, atribuíam-se a ele, por isso, a condição de raro. A literatura sobre Biblioteconomia de Livros Raros possui diversos pesquisadores no Brasil dedicados ao estudo do livro raro e esclarece as características que denotam tal designação. Entretanto, o que se vê e se recomenda, é que os curadores de acervos olhem para seus acervos, independentemente, e observem neles o que há de valioso e assim se construam seus próprios meios de dizer o que é raro naquele contexto. Hoje, o XIV Encontro Nacional de Acervo Raro traz uma proposta que faz a comunidade bibliotecária inverter o seu olhar e ter um entendimento holístico do que é raridade bibliográfica para o Brasil.

A literatura especializada fornece elementos para permear o estudo da história cultural na qual se enquadra a história da escrita e, por consequência, do livro. Porém, foram selecionados textos geograficamente situados no recorte proposto a fim de encontrar um modelo melhor formatado à realidade brasileira. A cultura brasileira é influenciada pela cultura de Portugal devido ao fato de ter sido colonizada por ele, mas influenciada também por outras nações como Inglaterra, Espanha e França, que se estabeleceram em nosso território. Logo, há elementos europeus fortemente presentes no país na formação da língua e do ensino, por exemplo. Gauz (2015, p. 76) comenta que Inglaterra e Espanha formaram seus patrimônios bibliográficos com os acervos da realeza e confiscos religiosos; na França, a coleção real formou-se a partir do confisco de heranças, doações e depósito “legal” dos editores, situação muito aproximada do que se deu no Brasil.

Pinheiro (2018) assevera que “o livro raro, isolado ou em coleções, salvo raras exceções, classifica-se na categoria de bens culturais protegidos pelo Estado”. Contudo, como afirma Napoleone *et al.* (2016), nem o ordenamento jurídico brasileiro, nem convenções internacionais declaram os livros e as bibliotecas como elementos de patrimônio cultural, o que causa muitas controvérsias para salvaguardar esse tipo de material e conferir a ele segurança contra eventos provocados ou fortuitos.

Examinando o livro raro e especial, pode-se observar a existência de dois grandes blocos de análise: um envolvendo o que o livro contém (aspectos intrínsecos), e outro como o livro se apresenta (aspectos extrínsecos). Os aspectos extrínsecos nem sempre saltam aos olhos de qualquer pessoa que manuseia o livro; reconhecer uma encadernação de luxo, a presença de uma dedicatória pode ser mais fácil do que, por exemplo, identificar se o exemplar pertence

a uma tiragem exclusiva. Caminhos se fazem necessários ao profissional que trabalha com o livro e precisa conhecê-lo para torná-lo público, preservá-lo e protegê-lo adequadamente.

Leitura indispensável, Pinheiro (1989) criou uma metodologia para estabelecer critérios de raridade bibliográfica que indica as seguintes recomendações: limite histórico, aspectos bibliológicos, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar. Em cada uma dessas recomendações se desdobram inúmeras questões que demandam do bibliotecário curador um aprofundamento na constituição da matéria física do livro e dos componentes em torno da sua manufatura e edição.

Rodrigues (2015, p. 2) afirma que o livro raro tem uma função histórica, cultural e científica, seu conteúdo “pode evocar o passado, contribuir para a compreensão do presente e até prever o futuro” e seu “formato perpetua os traços característicos de sua época e nacionalidade”. É de igual importância considerar a informação que o livro quer disseminar. A análise do conteúdo permite que o bibliotecário entenda a sua representatividade e o valor na área a que se destina, por meio das contribuições que acrescenta, ou até mesmo pelas discussões que suscita.

Rodrigues, Vian e Teixeira (2020) descrevem o livro raro da seguinte maneira:

Para ser considerado raro, o livro precisa ter sido produzido artesanalmente, ser de difícil reposição devido à presença de determinadas características que o difere dos livros considerados comuns, como por exemplo: apresentar ilustrações de artistas renomados, assinaturas de personalidades importantes, constituir uma edição censurada, ou de luxo, ou clandestina, dentre outras características que o tornam excepcional. Alguns destes elementos observados quando da elaboração de critérios de raridade bibliográfica podem ser percebidos na análise física do livro, sendo possível a identificação de propriedade(s) e trajetória(s) da obra através de uma investigação bibliológica, verificando, assim a sua procedência (Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020, p. 2).

A descrição acima especifica bastante a condição do livro raro e destaca duas características de realce: a produção artesanal e a unicidade implícita na difícil reposição. Entende-se que ambos são extremamente relevantes e de pouca ocorrência se considerarmos que há séculos que a produção artesanal perdeu lugar para o livro produzido em série, uma consequência da revolução da imprensa criada por Johannes Gutenberg. Sem dúvida, possuir livros com essas características em uma biblioteca é possuir um livro raro. No entanto, quando a biblioteca se atém a características como essas, deixa de atribuir valor a exemplares que podem ser de grande importância para a realidade do seu público, por isso tem se falado tanto na contribuição da história e da cultura regional e do entorno da comunidade na constituição dos acervos e reconhecimento dos

valores nas coleções. E mais, identificar a unicidade de um exemplar é uma tarefa dispendiosa, pois demanda ampla pesquisa em bases de dados; para resolver esse problema, o curador precisa fazer um recorte espacial de cobertura para localização da obra, e considerar a sua unicidade dentro deste recorte.

O ato de colecionar é uma atividade antiga e possuir uma biblioteca significava prestígio, inteligência e poder. Na atualidade, ainda encontram-se bibliotecas particulares voluptuosas, que, se não foram constituídas com o ímpeto que regia o colecionamento na antiguidade, se constituíram por manifestar um itinerário de leitura e mesmo pela intenção de leitura do colecionador. Há ainda o entendimento de que o colecionador queira se fazer imortal por meio dos rastros do conhecimento vivido e também pelo sentimento da utilidade pública em compartilhar o conhecimento selecionado.

Araujo (2020) afirma que

[...] a lacuna no que diz respeito à definição legal do conceito de patrimônio bibliográfico, em conjunto com a dimensão continental de nosso país e a nossa diversidade regional, torna bastante difícil falar de um patrimônio bibliográfico nacional (Araujo, 2020, p. 86).

Afirma também que, pelas lacunas na legislação brasileira,

[...] é muito mais plausível falar do patrimônio bibliográfico, pelo menos por enquanto, no sentido local, quase subjetivo no sentido de que pode variar de acordo com a biblioteca ou a instituição. Significa dizer que cada biblioteca e/ou instituição pode ter seus critérios para considerar tal coleção ou item como patrimônio bibliográfico, e não há nada de errado nisso. A subjetividade, no entanto, para aí, uma vez que a definição de critérios faz com que o caráter subjetivo perca a força (Araujo, 2020, p. 86).

Assim, Araujo entende coleção especial como patrimônio bibliográfico.

Elementos luxuosos e marcas de proveniência são objetos de desejos dos colecionadores. Apesar disso, focar nas marcas de proveniência como o mais importante critério de raridade pode resultar em limitações. A análise da raridade de um livro demanda o reconhecimento dos seus diversos valores: valor institucional, histórico, social, cultural, científico, simbólico, intrínseco, extrínseco e associativo. Conforme indica Rodrigues (2011):

Sendo assim, livros tornam-se raros ou valiosos quando carregados de significado, ou seja, quando apresentam características que os elevam à categoria de símbolos, sejam estes de poder, de status, de riqueza ou de superioridade, deslocando-se do universo dos “livros comuns” para o universo das “raridades bibliográficas” (Rodrigues, 2011, p. 1).

Dito isto, as seções que seguem visam comentar a importância que cada critério selecionado tem para a identificação do livro raro no Brasil. A ideia não é elencar características mas analisar se os três critérios são válidos ou não para a construção de um modelo geral para reger o livro raro no contexto brasileiro.

Marcas de proveniência

Sempre que se tem em mãos um livro antigo ou de coleção especial, procura-se pela existência de dedicatórias, encadernações e papel luxuosos, assinaturas, ex-líbris e outras marcas que indiquem a procedência do exemplar, as mãos pelas quais ele passou, enfim, as impressões nele deixadas pelo seu possuidor. São marcas que têm apelo simbólico e em geral muito bem recebidas pelas bibliotecas. Ao se visitar um acervo é comum olhar os livros buscando tais marcas.

A literatura em Biblioteconomia apresenta expressões como marcas de propriedade, procedência e proveniência, todas carregando a ideia dos vestígios que são encontrados nos livros e indicam que foram colocados no exemplar pela pessoa que o colecionou. A diferença entre tais expressões é tênue e para compreendê-las foram selecionadas as definições que seguem.

Faria e Pericão (2008, p. 483) descrevem a marca de propriedade como aquela que “identifica um documento como pertencente a um determinado particular ou instituição; marca de posse”.

O texto de Rodrigues, Vian e Teixeira (2020, p. 4) menciona as três expressões e faz uma reflexão sobre o conceito de procedência. Afirma que a noção que os circunda é de “jornada que um livro impresso ou manuscrito realizou ao longo de sua vida”.

De acordo com o *Glossário de marcas de proveniência* (2021), o

[...] termo proveniência pode ser definido em vários níveis, mas, de modo geral, denota a história de propriedade; a história retrospectiva e a vida de livros impressos individuais, e também da história de coleções inteiras (Glossário, 2021).

Azevedo, Torres e Okuzono (2020, p. 18) entendem que as marcas de proveniência, “em função de sua natureza documental, fornecem, por meio da escrita e de símbolos, informação sobre indivíduos, conjunto de indivíduos, instituições, possíveis relações entre si, que podem ter sido estabelecidas tanto no espaço público quanto no privado”.

O Projeto sobre marcas de proveniência desenvolvido pela Universidade de Cambridge afirma que a pesquisa de proveniência dos exemplares visa descobrir a sua propriedade e o seu uso, as mudanças que o objeto sofreu através dos diferentes proprietários e lugares por onde esteve (The Polonsky Foundation Greek Manuscripts Project, 2022).

Para finalizar a análise das variações apresentadas conclui-se que há toda congruência entre as referidas expressões e os exemplos apontados pelos autores. Por aqui, optou-se pela expressão “marcas de proveniência” devido ao significado de “origem”.

As marcas de proveniência são belíssimas de se contemplar. Gauz, analisando Reigl (*apud* Gauz, 2015, p. 74-75), afirma que “o valor de antiguidade de um monumento se torna aparente por certas características físicas que possui, como possíveis imperfeições, alteração de cor e forma”, o que permite que as suas qualidades físicas e as suas marcas no tempo sejam apreciadas.

A British Library (2021) faz um trabalho contínuo para identificar e documentar a história e proveniência das suas coleções bibliográficas através do compartilhamento com pesquisadores a fim de julgar se os aspectos descobertos pela pesquisa de proveniência são importantes para compreender como se deu a formação da coleção. Indica a consulta a catálogo de vendas de livros. Também destaca como se marcam as anotações referentes à localização em estante e prateleira, selos, carimbos, anotações sobre o registro, encadernações, anotações.

Outro projeto de registro de marcas de proveniência é feito pela Princeton University Library, que criou um banco de dados relacionando as marcas existentes em seu acervo, como marcas de prateleira e de propriedade, encadernações, anotações e outras evidências para a história dos livros das suas coleções de livros raros (Princeton University Library, 2020).

Sem a intenção de reduzir o valor das marcas de proveniência, convém lembrar que elas têm um valor muito particular dentro dos seus acervos, podendo mesmo não ter qualquer significância em outro acervo. Logo, podem não ser tão interessantes no tocante a definição de critérios em amplo âmbito.

Já a história editorial fornece um bom ambiente para análise da raridade bibliográfica, considerando a sua evolução técnica e a penetração no mercado dos diversos Estados brasileiros. Mas, esse é um critério que não foi selecionado para análise neste artigo.

Conteúdo temático

O conteúdo de um documento é aquilo que ele “transmite ao usuário por meio de uma linguagem natural, imagens, sons, filmes e animações que expressam ideias, pensamentos ou expressões artísticas” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 105). Crosby (2016, tradução nossa) afirma que é a “informação que pode nos dizer sobre os interesses literários ou hábitos de recolha de determinadas pessoas e instituições no passado”. Essas duas declarações justificam a relevância de selecionar conteúdos autênticos para as bibliotecas disporem de informações fidedignas para seu público.

Agora, o olhar será direcionado para como essa preocupação com o conteúdo temático se torna um critério essencial, do ponto de vista da reflexão feita nesse artigo, na identificação de livros raros.

Segundo Rodrigues (2011, p. [2]), “um livro pode se tornar valioso por seu conteúdo – por exemplo: os primeiros relatos de invenções e descobertas científicas, as primeiras edições de importantes obras literárias ou históricas”. De acordo com Palma Peña (2013, p. 32, tradução nossa), “as manifestações que compõem o patrimônio cultural da humanidade possuem peculiaridades históricas, culturais, folclóricas, literários, etc., que permitem serem valorizados social e patrimonialmente”. Jaramillo e Marín-Agudelo (2014) afirmam que

de esta manera, es ineludible el vínculo entre los conceptos de identidad, territorio, manifestaciones culturales, memoria y objetos materiales, los cuales componen un entramado cultural que se diversifica, en tanto las valoraciones de estos conceptos aparecen en contextos institucionales e ideológicos, y dan cuenta de la apropiación social de una parte del entorno socio-cultural y de su acumulado simbólico, inmerso en la compilación de las representaciones heredadas, preservadas y difundidas. El patrimonio es una construcción tanto ideológica (caracterizada por la singularidad, el valor estético y la antigüedad) como social y cultural (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 426).

O livro está intimamente ligado à vida cultural e intelectual do homem. Serve como meio de transmissão de saberes.

Nessa reflexão, se pode entender a análise do conteúdo temático sob duas perspectivas: a) institucional, respeitando o recorte temático de abrangência do acervo da biblioteca, por isso atende a um público-alvo e b) geral, acompanhando o que interessa ao público em geral, ou seja, conhecimentos que interessem a toda a nação. Tal perspectiva implica no que será discutido adiante em relação à influência dos processos históricos. Nesse momento, o propósito é deter-se na primeira perspectiva, institucional.

Observar o conteúdo temático sob a perspectiva da pertinência à linha temática institucional implica em segmentar os interesses pelos conteúdos dos estudos e pesquisas desenvolvidos institucionalmente, considerando que os acervos são desenvolvidos para atender a propósitos específicos, sejam eles a comunidade escolar, acadêmica, uma determinada área do conhecimento. Até mesmo a comunidade atendida pela biblioteca pública tem suas especificidades e interesses direcionados e o seu acervo é conformado para atendê-los. Com isso, as possibilidades de compreensão de um título ou exemplar como raro exige a aceitação numa dimensão bem mais ampliada do que a confirmada pelo público que consome o tal título ou exemplar.

Fazer escolhas sobre conteúdo temático demandam a análise de que o título ou exemplar é reconhecido como importante para a população nacional, seja

por revelar a história de um tempo; seja por trazer inovações que transformaram a vida política, econômica, cultural, social; seja por registrar um pensamento ou modo de fazer singular para a nossa sociedade; seja por representar o desenvolvimento e estudos das diversas áreas do conhecimento. E nesse sentido, a produção intelectual, cultural, tecnológica e das mais diversas instâncias do conhecimento produzidas dentro do solo brasileiro mereceriam a denominação de raridade.

Importante ainda é buscar a contribuição da sociedade porque ela determina, no dia a dia, o que faz parte do seu patrimônio e isso vai sendo construído constantemente. No âmbito institucional, é fundamental a parceria com especialistas na temática contemplada pelo livro porque auxiliarão o curador a selecionar as fontes mais apropriadas. Enquanto responsável pelo acervo, é oportuno que o bibliotecário conheça a área de cobertura da sua biblioteca, as obras mais expressivas, os autores de destaque, o lastro da sua coleção, isto é, o que Miranda (1993) explica como o que há de maior valor e permanência na literatura especializada.

As legislações nacionais, apesar de insuficientes em muitas realidades, podem orientar no reconhecimento do que seu povo entende como relevante para preservar e manter vivo para as próximas gerações. A Unesco (1972, p. [1]) considera que “determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo”.

Para a análise do conteúdo temático faz-se indispensável a pesquisa bibliográfica, que Pinheiro (2009) explica da seguinte forma:

Através do conhecimento do autor e da obra, é possível verificar a importância e contribuição do autor, assim como informações sobre a obra, sua história, estrutura, edição tiragem, conteúdo, ocorrência e localização de exemplares catalogados, conceitos de raridade e valor, e eventualmente, desaparecimento – o que configura o exemplar em mãos como cimélio, uma joia rara (Pinheiro, 2009, p. 10).

De acordo com Rodrigues (2011):

Não existem fórmulas fáceis para determinar a raridade de um exemplar. Um livro pode se tornar valioso por seu conteúdo – por exemplo: os primeiros relatos de invenções e descobertas científicas, as primeiras edições de importantes obras literárias ou históricas; ou por suas características físicas – por exemplo: encadernações luxuosas contendo ouro e pedras preciosas, anotações manuscritas de uma pessoa ilustre, livro cujas ilustrações dão uma nova interpretação de um texto ou da obra de um artista de renome etc. (Rodrigues, 2011, p. [1]).

O valor cultural e histórico da obra também é altamente relevante para a abordagem do conteúdo temático como determinante da raridade, ao analisar o quanto a obra é importante na sua área.

Um dos fatores mais relevantes na determinação de raridade é a importância intrínseca da obra, ou seja, o quão importante o livro é considerado na sua área. Devido a este fator, as primeiras edições (também chamadas de edições prínceps) de uma obra importante para determinada área do conhecimento são bastante valorizadas. Este é o caso, por exemplo, das seis primeiras edições de *On the origin of species* (A origem das espécies), de Charles Darwin, que se tornaram atraentes para colecionadores por demonstrarem mudanças importantes no pensamento de Darwin ao longo do tempo (Rodrigues, 2011, p. [2-3]).

Com base na literatura estudada, entende-se que considerar o conteúdo temático do livro é um importante componente para a delimitação de critérios de raridade porque permite reconhecer as obras mais representativas para a área do conhecimento, o tratamento e evolução do tema ao passar dos anos.

Processos históricos

A análise dos processos históricos viabiliza a compreensão das circunstâncias em que o livro foi produzido, quais eram as preocupações sociais em determinado momento e os fatos que compunham o cenário em que o livro nasceu. Essa análise orienta a identificação do discurso predominante em tal época e se o texto se alinha ou se desvia do contexto.

Em Pinheiro (1989) e Rodrigues (2011), destacam-se quatro circunstâncias básicas em relação ao limite temporal: os impressos após 1501, especialmente os incunábulos; os livros produzidos a partir de 1450, quando do início da imprensa de tipos móveis idealizada por Gutenberg; os livros impressos na América antes de 1801, pois no início do século XIX surgiram as primeiras tipografias nessa localidade; e os livros impressos no Brasil durante a imprensa régia. Essas circunstâncias norteiam a delimitação da raridade para acervos com publicações antigas e cada biblioteca tem de analisar a cobertura temporal do seu acervo de forma a evitar a incorrer em erros como definir como raros apenas os livros dentro dessa temporalidade.

O conhecimento da história da editoração e da produção do livro impresso e o conhecimento da história das práticas de leitura e de colecionismo do livro desde o século XV foram dois fundamentos com que Rodrigues, Calheiros e Costa (2003) trabalharam em sua pesquisa com análise de obras raras. A análise bibliológica é um útil instrumento para segurança do acervo, uma vez

que registra particularidades do exemplar por meio do ato de colacionar, que permite a sua identificação e pertencimento à instituição curadora.

O início do século XIX foi um período de surgimento dos estados independentes no território americano. Os movimentos de independência tiveram influência das ideias iluministas, logo já há algo da cultura francesa que permeia a constituição das nações latino-americanas. Houve tempo em que livros e documentos que contivessem o pensamento iluminista eram censurados com a intenção de evitar que essas ideias fossem disseminadas no novo continente. Poemas e canções foram escritos por pessoas que viveram as lutas daquele tempo e muitos deles são clássicos das nossas literaturas (Prado; Pellegrino, 2019). Barreiras para acesso ao conhecimento vindas do exterior – e mesmo internamente – voltaram a ser estabelecidas após as guerras que assolaram o mundo no século XX.

Em suma, o comentário acima serviu para exemplificar como em vários momentos da história social do Brasil esbarra-se em componentes vindos do estrangeiro, sobretudo da Europa, influenciando e mesmo determinando decisões políticas e o modo de viver da sociedade. Burke (1992) diz que interpretar a relação entre metrópole e colônia é vital para a compreensão de diversos quadros sociais, afinal a colônia era consumidora da metrópole e era esta que determinava o que lhe convinha que circulasse em nosso território, isso tanto em matéria de comércio de produtos e serviços quanto em termos de informação e cultura. Não à toa, muitos brasileiros se sentiram prestigiados com a presença da corte no país e o Rio de Janeiro foi tomando ares europeus. Essa cultura inserida em nosso solo, interpretada como mais valiosa que a existente, predominou em muitos aspectos até encontrar a parte da sociedade que reivindicou – e ainda reivindica – pela sua participação na história enquanto atores ativos na produção do que é o Brasil da atualidade.

Para além da influência europeia na origem colonizada do Brasil, é importante se apropriar da história local e regional que foi construída em nosso solo e apresenta as características do nosso povo. A história regional costuma ser bastante valorizada pelas bibliotecas públicas quando tentam dar conta de reunir a produção local e suprir as necessidades informacionais do seu público que busca pelo reconhecimento da sua identidade e das suas potencialidades enquanto indivíduos ou comunidade.

Vários fatores temporais importantes se deram ao longo do tempo interferindo na produção e na circulação de informação e cultura no Brasil. Somente para citar alguns, o século XIX com o ideal de nacionalismo através do qual os países se interessaram mais em conhecer as suas histórias e a sua cultura pré-colonial e a proposta nacionalista do imperador brasileiro despontando uma valorização do patrimônio não só material como também imaterial, retomada um pouco mais adiante no século XX; o modernismo, eclodido na semana de 1922, que, além de características literárias carregava uma perspectiva de

releitura das influências estrangeiras nas nossas relações diárias; a era Vargas, que foi outro período de incentivo ao nacionalismo aumentando os equipamentos para registro e resgate da memória nacional.

A memória local é a essência das bibliotecas públicas, e algumas vêm assumindo o formato de biblioteca parque e mantendo o interesse em conservar as impressões da comunidade local. Os eventos científicos na área da biblioteconomia e da ciência da informação apontam para a riqueza existente nas bibliotecas públicas e a persistência em valorizar os elementos estrangeiros ou os grandes clássicos nacionais, preterindo a identificação do valor de artistas e intelectuais locais e de produções que podem ser únicas. Importante observar o que dizem Jaramillo e Marín-Agudelo (2014):

Así, el patrimonio es una construcción tanto ideológica (caracterizada por la singularidad, el valor estético y la antigüedad) como social y cultural, donde su percepción y su significado se modifican según los contextos históricos y a partir de la selección que se hace, en cada período; por tanto su valoración cambia de una cultura a outra (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 427).

Considerações finais

A proposta desse artigo esteve direcionada a procurar estabelecer um breve diálogo com cada um dos três componentes selecionados como delimitadores de critérios de raridade bibliográfica. Os referidos critérios foram selecionados devido às suas representatividades como dimensões de análise durante o tratamento técnico do acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde e por serem entendidos como dimensões que se colocam para análise nos contextos de diversos acervos em instituições brasileiras.

Espera-se que o evento tenha alcançado resultado positivo na expansão do conhecimento e da reflexão por parte dos bibliotecários de acervos especiais sobre aspectos como: as circunstâncias e os elementos que denotam raridade para o livro; as dimensões intrínsecas e extrínsecas que configuram o livro; o quão imprescindível é olhar para o seu acervo e capturar neles os seus valores; os instrumentos de análise a serem estabelecidos em torno do tratamento da raridade do seu acervo; os produtos que a avaliação da raridade do seu acervo podem gerar tanto para os processos decisórios dentro da sua instituição quanto como uma experiência a ser compartilhada para instituições congêneres.

E que, finalmente, tenha sido alcançado o objetivo de compreender os caminhos que a biblioteconomia de livros raros no Brasil percorre para definir a raridade de seus acervos cujos critérios perpassam grande parte dos acervos brasileiros.

Referências

- ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual. *Memória e Informação*, v. 4, n. 2, p. 75-97, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruiarbarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo; TORRES, Gabriela de Souza Gonçalves; OKUZONO, Simone Borges Paiva. Marcas de proveniência como fonte de informação. In: AS MARCAS DA PROVENIÊNCIA E A CULTURA MATERIAL: ciclo de palestras. Rio de Janeiro: Unirio; Fiocruz; PPACT/Mast, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46089>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- BRITISH LIBRARY. *Provenance research for books in the British Library*. 2021. Disponível em: <https://www.bl.uk/help/guide-to-provenance-research-with-printed-books#>. Acesso em: 3 set. 2021.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Maria Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- CROSBY, Daniel. Making a Mark: Provenance in fifteenth-century printed books. *Bryn Mawr College*. 22 nov. 2016.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Edusp, 2008.
- GAUZ, Valeria. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, p. 71-87, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v4i8.16905>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- GLOSSÁRIO de marcas de proveniência. [Rio Grande do Sul]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/336>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- MIRANDA, A. L. C. de. Acervos de livros das bibliotecas das instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. *Ciência da Informação*, v. 22, n. 1, p. 30-40, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/514>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia, MARIA, Maíra Cunha de Souza; JASTWEBSKI, Silvia Mara de Andrade. Livros e bibliotecas como bens culturais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12,

n. especial, p. 203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615/525>. Acesso em: 4 dez. 2021.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. *Cuicuilco*, n. 58, sept./dic. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/351/35130975003.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Livro raro e sustentável. *Revista Museu: cultura levada a sério*. ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/3098-livro-raro-e-sustentavel.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Livro raro: formação e gestão de coleções bibliográficas especiais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. Col. História na Universidade. São Paulo: Contexto, 2019.

PRINCETON UNIVERSITY LIBRARY. *Resources for rare books: an annotated bibliography: provenance*. 20 oct. 2020. Disponível em: <https://libguides.princeton.edu/c.php?g=84297&p=545555>. Acesso em: 3 set. 2021.

RIEGL, Alois. The modern cult of monuments: its essence and its development. In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage* (Readings in Conservation). Part I. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1996. p. 69-83.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patricia da Silva. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao “pé da letra”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 33-48, 2003. Disponível em: http://arquivo.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. Obras raras: tesouros da memória. In: REUNIÃO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Apresentacao%20Jeorgina%20Gentil_Obras%20raras_tesouros%20da%20memoria.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

RODRIGUES, Marcia. O que é livro raro?. *ComCiência*, Campinas, n. 127, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/216757730_O_que_e_livro_raro. Acesso em: 23 ago. 2021.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon; TEIXEIRA, Heytor Diniz. Marcas de procedência: contribuições para o estudo do livro raro. *Encontros bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-20, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e65498>. Acesso em: 23 ago. 2021.

THE POLONSKY FOUNDATION GREEK MANUSCRIPTS PROJECT. *Marks of provenance*: how do we know where the manuscripts in our collections come from?. Cambridge: University of Cambridge; Cambridge University Library, 2022. Disponível em: <https://www.lib.cam.ac.uk/polonskygreek/markshome#::~text=Provenance%20research%20aims%20to%20find,users%20have%20left%20on%20it>. Acesso em: 7 fev. 2022.

UNESCO. Convocação para o patrimônio mundial. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Estudo de critérios de raridade aplicados a impressos do século XX na Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ

Leandra Pereira de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação (Ibict); Bibliotecária-Documentalista
(Museu Nacional/UFRJ)

Edson Vargas da Silva

Especialista em Documentação Científica (Ibict); Bibliotecário-Documentalista
(Museu Nacional/UFRJ)

Vânia Melo da Rocha de Jesus Alves

Mestre em Biblioteconomia (Unirio); Bibliotecário-Documentalista
(Museu Nacional/UFRJ)





Resumo

Trata-se de estudo sobre os critérios de raridade aplicados a obras impressas dos anos de 1900 a 1999, visando estabelecer uma ligação entre a teoria e a prática. Para isso, apoia-se nos critérios para qualificação de obras raras da Universidade Federal do Rio Janeiro, que integram a Política de Gestão de Acervos Bibliográficos, elaborada pelo Comitê de Obras Raras e Coleções Especiais do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). Destaca-se que no período delimitado houve uma predominância de edições artísticas e itens com caráter de unicidade portando marcas de propriedades. Considera-se a pesquisa de raridade uma atividade complexa que envolve muitos elementos, inclusive a pesquisa em fontes. Entretanto, nota-se a carência de referências elaboradas por especialistas do livro, o que contraria a rotina de identificação de obras raras entre livros editados no período mais recente.

Palavras-chave: Critérios de raridade da UFRJ. Impressos do século XX. Biblioteca do Museu Nacional.

Abstract

It is a study on rarity criteria applied to printed works from the years 1900 to 1999, aiming to establish a connection between theory and practice. For this, it is based on the criteria for qualifying rare books of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), that are part of the bibliographic collections management policy, prepared by Committee for Rare Works and Special Collections of the Library and Information System (SiBI). It is noteworthy that in the delimited period there was a predominance of artistic editions and items with a unique character bearing property marks. Rarity research is considered a complex activity that involves many elements, including research into research sources. However, there is a decrease in references prepared by book specialists, which contradicts the routine of identifying rare works among books published in the most recent period.

Keywords: UFRJ rarity criteria. 20th century prints. Brazil National Museum Library.



Introdução

O Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), primeira instituição científica do país, foi criado por decreto de dom João VI em 6 de junho de 1818. Antes do incêndio de 2 de setembro de 2018, figurou como um dos maiores museus de História Natural e Antropologia das Américas. Oficializada em 1863, sua biblioteca possui um acervo rico e volumoso que foi preservado por estar localizado em prédio próprio no Horto Botânico da Quinta da Boa Vista desde a década de 1990. Especializada em Ciências Naturais e Antropológicas, reúne um acervo bibliográfico com evidente influência da sociedade e cultura ocidental europeia a partir da colaboração de personalidades que fizeram a história brasileira (Pinheiro, 1989).

Isto porque originalmente, como a maioria das bibliotecas de reconhecida importância, a formação de sua coleção se deu pela doação espontânea de coleções especiais pertencentes a pessoas ilustres. Dentre elas, destacam-se a junção dos livros e periódicos pertencentes à Comissão Científica de Exploração e dos livros de História Natural originários da biblioteca imperial.¹ Recentemente, no entanto, figuram-se coleções que constituíram as bibliotecas particulares do etnólogo Curt Nimuendajú, do naturalista Johann Becker, e do antropólogo Luis Castro Faria entre outros.

Nessa direção, o estudo se propõe a observar os critérios de raridade com ênfase em obras impressas no século XX, visando estabelecer uma ligação entre a teoria e a prática na coleção de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ.

Procedimentos metodológicos

A raridade remete, em geral, a algo valioso, precioso e incomum, caso em que o livro raro pertence ao grupo de objetos considerados obras raras. Em geral, refere-se a um livro raro como objeto difícil de encontrar, singular, diferente do livro comum, e consequentemente, com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado² (Sant'Ana, 2001).

Reunida ao longo dos anos de existência do Museu Nacional, a coleção de obras raras da Biblioteca Central sobressai-se por apresentar um exemplar da “Torá” que pertenceu a Pedro II, o incunábulo de 1481 *Historia naturale*, cópia

1. No Museu Nacional, “os livros recebidos não formam uma coleção em separado sob a designação “Biblioteca Imperatriz Leopoldina” e “Biblioteca Tereza Cristina” que devido fora” (Cunha, 1966, p. 41).

2. Lei da oferta e procura, criada por Adam Smith, é a relação entre a determinação do preço de um produto com sua oferta e demanda no mercado econômico.

do título do naturalista romano Plínio, e uma centena de exemplares impressos entre os séculos XV e XVIII. Atualmente, a coleção conta com aproximadamente 1.407 títulos identificados, dos quais o estudo abarca somente os 110 títulos impressos no século XX.

Enfatiza-se que a coleção de obras raras é originária de itens remanescentes da Comissão Científica de Exploração e da biblioteca imperial, sendo acrescida em outro momento de mais dois critérios: o período cronológico e a importância de determinados livros no mercado de obras de arte. Mais tarde, adotou-se os critérios de raridade apresentados no “Manual de conservação de acervos bibliográficos da UFRJ”³, embasados nas diretrizes do Plano Nacional de Obras Raras (Planor) da Fundação Biblioteca Nacional e orientados por profissionais especializados em acervo raro.

O estudo apoia-se nos critérios para qualificação de obras raras do documento “Política para gestão de acervos bibliográficos raros e especiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro”⁴, elaborada pelo Comitê de Obras Raras e Coleções Especiais do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), e que está em tramitação e aguarda aprovação no Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ.

Observa-se ainda que os dados relativos à Coleção de Obras Raras foram levantados a partir de relatório emitido pelo sistema de automação das bibliotecas da UFRJ, e tratados sem a consulta direta ao acervo, que está acondicionado e guardado em outras instalações para a realização de obras de manutenção e ampliação no prédio da Biblioteca Central do Museu Nacional desde novembro de 2020.

Resultados e discussão: critérios para qualificação de obras raras na UFRJ

Na década de 1990, foi constituído o primeiro Comitê Técnico de Obras Raras, presidido pelo bibliotecário José Tavares da Silva Filho da Biblioteca Pedro Calmon, vinculada ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. O Comitê foi responsável pelo levantamento de dados sobre o estado de conservação das coleções bibliográficas, do qual resultou no Manual citado no item 2, que apresenta pioneiramente os critérios para identificação de acervo raro na instituição.

Buscando ampliar e aperfeiçoar a gestão dos acervos raros da UFRJ, foi instituído no dia 5 de fevereiro de 2019 e formalizado pela Portaria 3.853, de 6 de maio do mesmo ano, o Comitê de Obras Raras e Coleções Especiais, com o propósito de construir uma política institucional sobre raridades bibliográficas,

3. Editado pelo selo Manual de Procedimentos do SiBI/UFRJ.

4. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/politicas>. Acesso em: 21 nov. 2023.

sendo constituído por bibliotecários que atuam no tratamento das coleções de obras raras e especiais e integrantes do SiBI.

A Política de Gestão de Acervos Bibliográficos Raros e Especiais objetiva “assegurar sua identificação, integridade, preservação, conservação e divulgação, para que tais obras e coleções sirvam como fonte de pesquisa e memória da UFRJ” e estabelece “critérios institucionais do conceito de raridade e da terminologia empregada, como também a definição de ações estratégicas para a gestão dos acervos raros e especiais da universidade” (Comitê, 2021, p. 5).

Institucionalmente, os critérios para a identificação de obras raras perpassam por três categorias (Comitê, 2021), a saber:

- única: provável e comprovável inexistência de outra obra igual;
- rara: em qualquer lugar do mundo; e
- preciosa: aquelas de personalidades ilustres e relevantes para o Museu Nacional e/ou pessoas consideradas pai/mãe de campos científicos de interesse à instituição.

De acordo com a Política (Comitê, 2021) os critérios para qualificação de obras raras na UFRJ devem preencher de modo inter-relacionado ou isolado os seguintes aspectos: período histórico, valor cultural, bibliográfico ou características do exemplar.

Critérios para Qualificação de Obras Raras da UFRJ

a) quanto ao período histórico

São as características históricas da produção livreira que, por muito tempo, produziu livros de modo artesanal com uma quantidade reduzida de exemplares. Deve-se usar como referencial a história do livro, pois ele assume um papel novo a cada século. É comum estender o conceito de livro antigo às publicações editadas até 1820. Para publicações impressas no Brasil, a data equivale ao século XIX. Cabe ressaltar que nem todas as primeiras edições (*princeps*) brasileiras, até 1930, ou as segundas edições impressas no Brasil, até 1900, devem ser raras.

- todos os impressos do século XV ao XIX;
- todos os impressos que assinalam o início da produção em determinado local (incunábulo locais).

b) quanto ao valor cultural

Diz respeito aos assuntos tratados à luz da época que foram pensados e escritos, sendo importantes para o entendimento histórico de uma nova nação ou povo.

- edições numeradas;
- edições de tiragem limitada;
- edições personalizadas (apresentam indicação de propriedades impressas pelo editor, o que as caracterizam como exemplares únicos);

- edições diplomáticas (aquelas que sofrem o menor grau possível de interferência editorial, ou seja, respeitam, interpretam e reproduzem fielmente o livro original. Com o advento das modernas técnicas fotográficas, a edição fac-similada tende a substituí-la);
- edições clandestinas (aquelas que circularam sem autorização do autor ou do editor, por motivos políticos, religiosos, morais, fraudulenta ou de pirataria editorial);
- edições censuradas (aquelas de que se suprimiram algumas passagens por ordem da censura civil, religiosa, moral, social, pessoal, familiar, dentre outros);
- edições apreendidas, suspensas ou recolhidas; (apreendidas, quando seus exemplares são retirados de circulação por decisão legal ou arbitrária de uma autoridade constituída; suspensas, quando a edição é sustada após o início de sua impressão, por decisão de uma autoridade, do próprio autor, de sua família ou de seu herdeiro legal; recolhidas, quando o próprio editor promove a retirada de circulação, por medida de precaução, por imposição do autor ou de sua família);
- obras esgotadas;
- obras impressas em circunstâncias desfavoráveis (guerras, seca, fome etc.);
- edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas.

c) ao(s) aspecto(s) bibliográfico(s)

Pode revelar a escassez de um título e o situar dentro do contexto em que foi produzido, trazendo dados que muitas vezes não são possíveis de identificar no próprio exemplar, como tiragem, impressor, importância do ilustrador, do autor, entre outros.

- edições de luxo e artística;
- obras ilustradas por artistas renomados ou pelos próprios autores;
- edições de formato não convencional publicadas até 1970⁵ em tiragem de escala comercial (para as tiragens onde o processo de confecção é totalmente artesanal, não há limite de data), miniaturas, cordel;
- obras que aparecem em fontes de informação como sendo raras;
- porta-fólios com lâminas soltas possuem valor estimável no mercado livreiro, uma vez que despertam interesse não só em colecionadores, mas também em decoradores de ambientes.

d) quanto às características do exemplar

São aqueles extrínsecos à publicação, verificáveis nas inserções, subtrações e complementações que ocorreram posteriormente à sua produção.

- exemplares com marcas de proveniência (ex-líbris, super-líbris, marcas de fogo etc.) de possuidores renomados;
- exemplares com marca de livreiros, encadernadores, restauradores etc., renomados ou considerados no mercado livreiro;

5. Após 1970, a censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-Lei 1.077/1970.

- exemplares com anotações manuscritas importantes (correções e anotações de estudo de especialistas);
 - exemplares autografados, dedicados ou anotados por renomados; edições com erros tipográficos ao ponto de interferir na contextualização (pastel tipográfico).
- (Comitê, 2021, grifo nosso, p. 24-26).

Isto posto, os critérios acima descritos se complementam com a pesquisa de raridade em bibliografias, catálogos de livreiros, anúncios de leilões, conhecimento de história do livro, resenhas e dicionários biobibliográficos para a identificação de itens raros no acervo da Biblioteca do Museu Nacional (Comitê, 2021, p. 24-26).

Identificação de raridades nos impressos do século XX no Museu Nacional

Com base nos registros do relatório da Coleção de Obras Raras de 1900 a 1999, nota-se a obediência do Museu Nacional em seguir as orientações para identificação de raridades no acervo bibliográfico. Muitos registros trazem no campo 510⁶ do MARC 21 (*Machine Readable Cataloging*), os dados bibliográficos da(s) obra(s) consultada(s) durante a pesquisa de raridade.

Durante o tratamento dos dados, constatou-se que o sistema recuperou o mesmo item em outras bibliotecas do SiBI que atendiam a critérios relativos às características do exemplar, tais como: marcas de proveniência, anotações manuscritas, autógrafos e dedicatórias; no Museu Nacional não estão categorizados como raro. O relatório final obteve aproximadamente 110 registros bibliográficos publicados no século XX.

Se se considerar o acervo geral, facilmente, localiza-se nas estantes algumas primeiras e segundas edições brasileiras publicadas até 1930 que podem ou não atender ao critério relacionado às características históricas. Sendo assim, por medida de salvaguarda, o acesso ao item é exclusivamente *in loco*, sem a possibilidade de empréstimo domiciliar.

Ocorre que o item pode conter mais de um critério de raridade, e que ainda assim, estará apto a entrar na Coleção de Obras Raras se houver ao menos um dos elementos que caracteriza a raridade do objeto.

A seguir, demonstra-se a aplicação de Critérios para Qualificação de Obras Raras da UFRJ nos impressos do século XIX do Museu Nacional.

6. Usado para nota de citação/referência e índices.

Impresso que assinala o início da produção em determinado local

ANCHIETA, José de; ALMEIDA, João Vieira de. *Carta fazendo a descrição das innumeras coisas naturaes, que se encontram na provincia de S. Vicente hoje S. Paulo, seguida de outras cartas ineditas escriptas da Bahia pelo veneravel Padre José de Anchieta e copiadas do Archivo da Companhia de Jesus*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900. xxii, 69, ii p.

Edições numeradas

NIEUHOFF, Johannes. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942. xviii, 389 p., [19] f. de lâminas.

Edições de tiragem limitada

CRULS, Gastão. *Hileia amazônica*. Ilustrações originais de Hilda Velloso, Armando Pacheco e Georges Julien Simoni. Culs-de-Lampe de Luís Jardim. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944. xxiv, 267 p., 49 f. de lâminas. Edição limitada a 20 exemplares.

Edições diplomáticas

ARÁUJO, Antonio de, sacerdote. *Catecismo na língua brasílica*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1952. xvii, 179 [i. e. 402] p. Reprodução fac-similar da 1ª edição (1618).

Edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas

DESCOURTILZ, J. T. (Jean Theodore). *Ornitologia brasileira ou história natural das aves do Brasil*: notáveis por sua plumagem, canto e hábitos. Tradução de Eurico Santos. Rio de Janeiro: Kosmos, 1944. 2 v.

Edições de luxo e artística

EBERS, Georg; VIDAL Y VALENCIANO, Cayetano; WERNER, Karl Friedrich Heinrich. *Egipto*. Ed. monumental. Barcelona: Espasa, [1882]. 2 v.

Obras ilustradas por artistas renomados ou pelos próprios autores

MEE, Margaret; MARX, Roberto Burle. *Flowers of the brazilian forests*. London: The Trion Gallery in Assoc. with G. Rainbird, c1968. [72] p., 32 f. de lâminas. Contém 32 lâminas coloridas de pinturas de Margaret Mee.

Edições de formato não convencional

PETRARCA, Francesco. *Le rime*. Firenze: G. Barbera, 1900. v, 379 p. Edição liliputiana.

Obras que aparecem em fontes de informação como sendo raras

RODRIGUES, J. Barbosa (João Barbosa). *L'Uiaraery, ou curare: extraits et complement des notes d'un naturaliste brésilien*. Bruxelles: Monnom, 1903. 180 p.

Porta-fólios com lâminas soltas possuem valor estimável no mercado livreiro

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792: iconografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2 pastas (308 f. de lâminas).

Exemplares autografados, dedicados ou anotados por renomados

PEREIRA, Nunes. *Um naturalista brasileiro na Amazônia*. Manaus: Imprensa Pública, 1942. 82 p., 1 f. de lâmina. Exemplar com dedicatória do autor a Curt Nimuendajú.

Por fim, a pesquisa de raridade também deve trazer a biografia do autor, e resenhas e textos sobre o livro, como exemplificado a seguir.

ABREU, J. Capistrano de (João Capistrano de). *Capítulos de história colonial: (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907. 216 p.

Capistrano de Abreu nasceu em 23 de outubro de 1853, no município de Maranguape, na então província do Ceará. Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil que trabalhou na Editora Garnier, na Biblioteca Nacional e Colégio Pedro II quando residiu no Rio de Janeiro. Interessou-se ainda por etnologia e linguística. Em sua vasta bibliografia sobressaem os estudos que dedicou aos três primeiros séculos: “Capítulos de História Colonial” e “Caminhos

Antigos e Povoamento do Brasil”. Faleceu no Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1927, aos 74 anos de idade.

Exemplar com edição numerada.

Referências:

SIMÃO, Luccas Tonon Zanelatto. Contribuições de Capistrano de Abreu para a história econômica no Brasil. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 32, p.43-66, jan./jun. 2021.

SOSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu, história pátria, cientificismo e cultura: a construção da História e do historiador*. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

Desafios

A pesquisa de raridade é uma atividade complexa que envolve muitos elementos, principalmente a pesquisa em fontes de informação secundária e terciária.

Na UFRJ, é recorrente a discussão suscitada pela Coleção Brasileira⁷ que “tem um significado especial [...] por ser uma obra de personalidades renomadas do meio científico ou de destacada atuação na vida acadêmica” (Comitê, 2021, p. 12), haja vista ser um importantíssimo projeto editorial de tradução de narrativas sobre o Brasil escritas por viajantes estrangeiros, que fez parte da Biblioteca Pedagógica Nacional, editada pela Companhia Editora Nacional, da década de 1930 a 1990 (Chaves, 2011; Rodrigues, 2012). Mas, as categorias de única, rara e preciosa não se aplicam à referida coleção, exceto se o objeto contiver características extrínsecas, tais como: anotações, autógrafos, dedicatórias e marcas de proveniências.

Como aponta Moraes (1998), o Brasil carece de referências elaboradas por especialistas do livro, o que torna uma vicissitude a rotina de identificação de obras raras em período mais recente. Como ele mesmo escreve, “comprar um livro porque lhe disseram que é raro está ao alcance de qualquer um, mas, saber porque é raro, conhecer a história dessa obra e saber exatamente o que contém é próprio do verdadeiro bibliófilo” (Moraes, 1998, p. 121-122).

Nesse sentido, cabe ao bibliotecário ter conhecimento de diversas áreas e habilidade de interagir com arquivistas, museólogos, historiadores, especialistas em letras e linguística, restauradores, juristas, paleógrafos, encadernadores, historiadores de arte, químicos, biólogos, sanitaristas etc. para aplicar os vários procedimentos que envolvem o tratamento de acervos raros (Pinheiro, 1990); e ainda se aprimorar por meio de palestras e cursos na área, realizar visitas técnicas

7. Os 415 títulos estão disponíveis na Brasileira Eletrônica (<http://brasilianadigital.com.br>).

a instituições de ponta e se atualizar constantemente por meio da literatura científica sobre o tema.

Referências

CHAVES, Vladimir Bahia Chaves. O Brasil sumarizado nos ensaios da coleção brasileira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308193872_ARQUIVO_ANPUHFINAL.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

COMITÊ DE OBRAS RARAS E COLEÇÕES ESPECIAIS. *Política para gestão de acervos bibliográficos raros e especiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/SiBI, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1X3ARGxySLfMW76lEDRhGV9VF24-sBXhf/view>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas*. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, n. 5, p. 48, jan./dez. 1990.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Brasileira e Reconquista do Brasil: projetos editoriais de traduções. *Revista Letras*, Curitiba, v. 85, p. 219-230, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/27070/19493>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para definição de obras raras. *Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Para pensar as marcas de propriedade das práticas biblioteconômicas como um critério de raridade

Thais Helena de Almeida

Doutora em Memória Social (Unirio) e restauradora da Fundação Biblioteca Nacional

Nathália Amorim

Bacharel em Biblioteconomia (Universo), trabalha no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Jandira Flaeschen

Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (Mast) e chefe do Laboratório de
Restauração da Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as marcas de propriedade da Biblioteca Nacional, resultado de práticas biblioteconômicas que transformaram livros em obras de caráter único no contexto do patrimônio cultural bibliográfico. Buscamos evidenciar a importância dessas marcas de propriedade, resultantes das práticas e das ações de preservação, avaliando a possibilidade de se integrarem aos critérios de raridade institucional. Refletindo sobre alguns exemplos, apontamos caminhos para a ampliação dos critérios de raridade.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional do Brasil. Preservação. Precioso. Raro.

Abstract

This article presents a reflection concerning the propriety marks of the National Library of Brazil, a result of librarianship practices which turned books into unique works considering the bibliographic cultural heritage context. We seek to highlight the importance of these proprietary marks, obtained through these practices and preservation actions, examining the possibility of being integrated into the criteria of institutional rarity. Reflecting on some examples, we point out ways in which to expand the rarity criteria.

Keywords: National Library. Preservation. Precious. Rare.



Introdução

As histórias contadas sobre a criação das bibliotecas mostram, quase sempre, que elas teriam nascido do desejo de reunir todos os livros do mundo, de ser guardiãs dos rolos e livros que se acumulariam em suas estantes. Roger Chartier, em sua obra *A ordem dos livros*, escreve sobre o sonho de uma biblioteca em reunir todos os saberes acumulados, todos os livros jamais escritos, e que este desejo teria atravessado a história da civilização ocidental. Foi exatamente este sonho, segundo o autor, que fundamentou a constituição de grandes livrarias, fossem elas principescas, eclesiásticas ou particulares, justificando a busca perseverante de livros raros, edições perdidas e textos desaparecidos (Chartier, 1999, p. 67).

A ideia sobre como deveria ser uma biblioteca foi descrita pelo bibliotecário Gabriel Naudé, em 1627, prevalecendo este caráter enciclopédico e numeroso. Para a sua formação, Naudé indicava como primeira regra que ela deveria ter todos os melhores e principais autores, “antigos e modernos, nas melhores edições, em obras completas ou volumes soltos, e acompanhados dos mais sábios e melhores intérpretes e comentadores, em cada área do saber”, mesmo as menos comuns, que para ele eram as mais interessantes. Embora criticasse os proprietários que reuniam um pequeno número de livros especiais por sua raridade ou seu luxo, não deixou de categorizar o que seria especial para ocupar um lugar em uma biblioteca (Naudé, 2016, p. 56). Segundo ele,

bibliotecas somente são formadas e apreciadas pelo serviço e pela utilidade que delas se pode auferir. Por conseguinte, é preciso deixar de lado todos os livros e manuscritos que seriam adquiridos somente por causa de sua antiguidade, de suas imagens, ilustrações, encadernação e outros motivos menos relevantes (Naudé, p. 59, 2016).

Essa biblioteca, entendida como um lugar para guardar toda a memória e a produção de conhecimento, de ajustamento de obras, acabou por criar categorias e valores entre suas coleções, como a raridade, a preciosidade e o luxo, capazes de trazer distinção a determinada obra, levando em conta seu conteúdo, forma e elementos agregados. Para a bibliotecária Ana Virginia Pinheiro, “cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas” (Pinheiro, 2009, p. 31).

Voltando nossas reflexões para os componentes de um critério de raridade, para além de beleza, qualidade tipográfica, unicidade, antiguidade e valor de mercado, destacamos o potencial das informações e manifestações culturais acrescentadas em uma obra ao longo de sua trajetória. Acréscimos identificados e tratados como marcas de proveniência de um exemplar, transformando-o em objeto único, pois como observado pelo bibliotecário David McKitterick,

“de forma alguma todas as evidências estão contidas apenas em marcas nas páginas, como são frequentemente definidas [...]” (McKitterick, 2018, p. 8, tradução nossa).

O bibliotecário e escritor David Pearson afirma que tais marcas possibilitam conhecer a origem e a trajetória de um exemplar, cuja proveniência pode ser revelada através de dedicatórias, assinaturas, ex-líbris manuscritos e impressos, superlibris, ex-dono, carimbos, etiquetas e encadernações (Pearson, 2020).

As discussões sobre critérios de raridade evidenciam a importância destes elementos elencados por Pearson. No entanto, eles invariavelmente são explicitados e incluídos por diferentes autores como, por exemplo, as edições especiais (papel de qualidade superior, encadernações requintadas, de luxo); exemplares com anotações manuscritas de importância; exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes; obras autografadas pelos autores (desde que comprovada sua relevância para a área); obras com dedicatórias e/ou autógrafos importantes; obras com marcas de propriedade; e assinaturas, nomes, iniciais, ex-líbris, carimbos, brasões etc. (Souza, 2016, p. 224) como fontes de informação a serem consideradas na avaliação de raridade. Como uma maneira de consolidar esse conceito, segundo o entendimento de McKitterick, livro raro é aquele cujo valor é atribuído considerando suas características físicas tanto quanto – ou mais do que – seu conteúdo intelectual (McKitterick, 2018, tradução nossa).

A atribuição do *status* “raro” a um objeto está interligada à seleção, criação e desenvolvimento de um tipo de memória cultural. Esse processo foi, e continua sendo, consciente; um processo que depende de gostos definidos e contexto histórico e literário em um sentido amplo, além da disposição de investir de maneira financeira, intelectual e mesmo emocional e em determinados tipos de memória. Embora não seja efetivamente um termo numérico, a raridade depende de medições, de números, de amostras sobreviventes, e de diminuição. As taxas de sobrevivência dos exemplares podem também sugerir pistas para o que desapareceu completamente.

Conceitos de raridade têm uma influência direta sobre o que sobreviveu no passado e o que sobrevive hoje, portanto como entendemos a memória humana. O que, bibliograficamente, escolhemos lembrar? Como e de que maneira o fazemos? Nesse sentido, podemos demonstrar que, por vezes, as bibliotecas também são lugares de “esquecimento”, em vez de “lembrança”.

No Brasil, esta ideia de grande valor, de requinte e de luxo para ser raro e merecedor de cuidado e preservação é reforçada pelo decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que privilegiou alguns elementos como representativos da herança formadora da identidade nacional, que deveriam ser lembrados. Este decreto organizou a proteção do patrimônio cultural definindo o patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937). Estes valores orientaram, por décadas, diversos processos de tombamento. Entretanto, as políticas de patrimônio têm adquirido novos significados na sociedade moderna ocidental, expressando novas tipologias em relação aos bens de valor cultural. Como ressaltado pela antropóloga Regina Abreu, a progressiva ampliação desse conceito implicou também na inclusão de novos qualificativos, tais como “genético”, “químico”, “natural”, “imaterial”; isto, no Brasil, foi também expresso na Constituição de 1988, que prevê a proteção aos bens culturais de natureza imaterial e a valorização das diferenças (Abreu, 2012, p. 29). Décadas mais tarde, o reconhecimento e a valorização de outros bens como patrimônio cultural brasileiro, de um alcance mais amplo, foram instituídos pelo decreto nº 3.551/2000, tendo o Registro como seu instrumento legal, que incluiu os Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares como patrimônio cultural imaterial.

O estabelecimento desta nova distinção nos leva a pensar na dinâmica destas categorizações e como poderiam contribuir para que outros aspectos de acervos patrimoniais possam ser revisitados e acrescidos de valor.

Na perspectiva de refletirmos sobre esta ampliação de critérios, direcionamos nossa análise para os vestígios das práticas biblioteconômicas encontrados nas diversas coleções da Biblioteca Nacional brasileira, transformando-os em nosso objeto de estudo.

Ao pesquisarmos as marcas de propriedade da Biblioteca Nacional dentro do projeto de pesquisa “Inventário das Marcas de Propriedade da Biblioteca Nacional”, que inclui a elaboração de um inventário,¹ levantamos diversos carimbos, anotações, etiquetas, ex-líbris, encadernações e registros que fazem parte das rotinas e das práticas biblioteconômicas da instituição. Essas marcas, percebidas como algo rotineiro e técnico, do fazer dos bibliotecários assumiram um valor de distinção e de preciosidade por marcarem determinados períodos administrativos, ações de preservação, por identificarem profissionais e, sobretudo, possibilitarem reelaborar a trajetória histórica da Biblioteca Nacional.

Refletindo sobre a importância dessas marcas de propriedade para a proteção, a segurança e como elemento de distinção de obras e acervos, além de uma possível ampliação dos critérios de raridade, é que procuramos evidenciar, neste artigo, que marcas de propriedade, resultantes de práticas biblioteconômicas e ações de preservação, podem se integrar aos critérios de raridade institucional. Para alcançar este objetivo, buscamos selecionar, entre as diversas marcas de propriedade levantadas e identificadas no projeto, alguns itens que pareçam

1. Este inventário é parte integrante do projeto Inventário das Marcas de Propriedade da Biblioteca Nacional, vinculado ao grupo de pesquisa “Estudos sobre o Patrimônio Bibliográfico e Documental”, coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano Cataldo, da UFBA.

bastante significativos. A presença dessas marcas na rotina dos processos técnicos, e de como elas foram e são percebidas, levanta um questionamento quanto à possibilidade de se enquadrarem em critérios preestabelecidos por instituições como raros ou preciosos.

Metodologia

Pela impossibilidade de acesso às obras em decorrência da pandemia da Covid-19, concentramos a pesquisa nas imagens de obras digitalizadas e disponibilizadas pela BN Digital e Hemeroteca Digital da instituição, na busca de evidências que pudessem apoiar a ideia de que marcas de propriedade, decorrentes das práticas biblioteconômicas, podem ser incluídas nos critérios de raridade institucional. Documentos técnico-administrativos e legislações (Portarias, Decretos) também foram pesquisados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, permitindo assim observar mudanças administrativas, tomadas de decisões e levantar nomes de bibliotecários e suas funções.

A pesquisa realizada nas obras digitalizadas possibilitou acessar uma parcela significativa do acervo em um pequeno espaço de tempo. Permitiu também rever e ampliar imagens, comparar grafias e analisar em conjunto diferentes tipologias, de diferentes setores, facilitando a análise, checagem e identificação das marcas de propriedade.

Os depoimentos das bibliotecárias Cely de Souza Soares Pereira e Maria de Nazareth Montojos Tacques, que iniciaram suas atividades na instituição na década de 1950, foram importantes para entendermos a dinâmica e mudanças no trabalho, revelar profissionais e observar decisões na preservação das coleções. As leituras sobre marcas de proveniência, estudos sobre raridade biblioteconômica e sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural possibilitaram um entendimento maior dessas áreas, reafirmando sua interdisciplinaridade.

Este trabalho de levantamento, identificação e análise das marcas de propriedade como carimbos, registros, anotações, encadernação, etiquetas e ex-líbris institucionais, somados às demais pesquisas, depoimentos e leituras procuraram evidenciar obras possivelmente raras pelo fazer técnico dos bibliotecários.

Discussões

A Biblioteconomia de livros raros, que estuda a raridade dos materiais bibliográficos, se apoia em áreas como a Bibliografia, a Bibliologia e a Bibliofilia para suas análises e práticas. Ana Virginia Pinheiro, em seu livro *Que é livro raro?* aponta a importância de metodologia na estruturação dos critérios de raridade. Sua obra é citada por diversos autores como um marco inicial das sistematizações

de critérios de raridade no Brasil. Pois, como a autora afirma, não havia no Brasil, até aquele momento, investigações bibliográficas que abordassem critérios de raridade de forma metodológica e sistemática (Pinheiro, 1989).

Ana Virginia Pinheiro sugere observar algumas características, tais como o limite histórico (para livros impressos na Europa, América e no Brasil); os aspectos bibliológicos (características de processo e materiais utilizados na produção da obra); o valor cultural da obra (quão importante o livro é considerado na sua área de conhecimento); a pesquisa bibliográfica (utilização de repertórios bibliográficos consagrados); as características do exemplar (integridade física do exemplar, presença de marcas de propriedade – assinaturas, carimbos, ex-líbris); anotações manuscritas de pessoas ilustres (notas marginais, grifos, observações manuscritas); dedicatórias e autógrafos. De acordo com a bibliotecária Márcia Rodrigues, “para alcançar o status de raridade, os livros devem atender a pelo menos um dos requisitos acima mencionados, sendo que alguns conseguem atender a vários requisitos ao mesmo tempo” (Rodrigues, 2012).

Entretanto, avaliar o potencial de uma obra considerada “rara” é, para a bibliotecária Jeorgina Rodrigues, “tarefa que requer estudo constante e reavaliação periódica, face à importância da obra para a instituição e pelo seu consequente valor histórico, bibliográfico e bibliológico ou comercial”. Ao citar a obra da bibliotecária Lygia Cunha (1984), a autora destaca que “deve-se ponderar que, conforme interesses específicos de bibliotecas e/ou colecionadores, outros critérios podem ser acrescidos” (Rodrigues, 2016, p. 270, 277).

Esta possibilidade de inclusão de novos critérios, de acordo com interesses de bibliotecas, direciona nossa discussão de raridade para a avaliação de outros aspectos e valores no campo da identidade institucional, do simbólico e representativo para a Biblioteca Nacional, para além da excepcionalidade do objeto e/ou de seu momento histórico memorável, do consagrado e do luxo.

Ao levantarmos algumas marcas de propriedade em diversas obras do acervo da Biblioteca Nacional, foi possível observar um padrão nas práticas biblioteconômicas que revelaram informações para além de uma rotina técnica, o que possibilitou nossa reflexão a respeito de tratá-las como “raridade institucional” e incluí-las em algumas categorias, fundamentando nossa proposição.

Na categoria “característica do exemplar”, considerando o aspecto dos autógrafos, algumas abreviaturas chamaram a atenção. São discretas iniciais de bibliotecários responsáveis pelo registro de obras, entre 1940 e 1970, que voltam a aparecer na década de 1990 (figura 1). Esta prática se estabeleceu a partir da consultoria de bibliotecários norte-americanos, em 1945, o que nos leva a entender que seria uma recomendação a partir dessa parceria.² Através destas “assinaturas”, rememoramos pessoas, momentos e normas de controle.

2. Parceria firmada entre a Biblioteca Nacional, a American Library Association e a Rockefeller Foundation, em 1945, durante a direção de Rubens Borba de Moraes, para a reorganização de

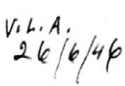
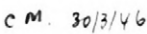
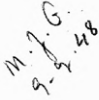
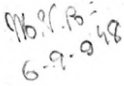
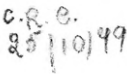
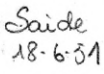
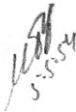
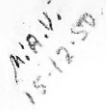
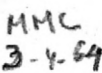
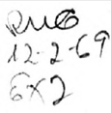
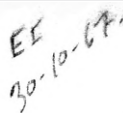
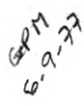
Ano	Abreviaturas				
1940					
1950					
1960					
1970					
1990					

Figura 1 – Diversas abreviaturas e assinaturas de bibliotecários entre as décadas de 1940 e 1990. Fonte: BN Digital. Fundação Biblioteca Nacional.

Estas assinaturas ou abreviaturas são resultado das rotinas que, numa avaliação de raridade, não figurariam como “característica do exemplar”, pois os bibliotecários, em seus trabalhos, não autografam livros. Muitas vezes, no entanto, eles marcam através de “códigos” a passagem de um exemplar por suas mãos, no que um simples gesto indica decisões administrativas de registro, marca um tempo histórico e revela memórias de profissionais. Os depoimentos das bibliotecárias Cely de Souza Soares Pereira e Maria de Nazareth Montojos Tacques nos fizeram inferir que a abreviatura “V.L.A.”, em 1946, poderia ser da bibliotecária Vera Leão de Andrade, que mais tarde assumiria a chefia do Setor de Obras Raras; “Saide”, em 1951, seria a bibliotecária Lígia Saide; “Newton”, em 1954, um bibliotecário médico; e “Gilda”, em 1961, poderia ser a bibliotecária Gilda Lefebvre, que se tornaria chefe do Laboratório de Restauração no final da década de 1970 e início de 1980. Perder ou negligenciar estas marcas e pessoas pode representar hiatos na trajetória da instituição.

Ainda na “característica do exemplar”, destacamos o ex-líbris da Biblioteca Nacional (figura 2), que foi idealizado pelo artista plástico Eliseu Visconti, em 1903, na gestão de Cícero Peregrino, quando a instituição ainda ocupava o

técnicas de todos os serviços da instituição (Almeida, 2021, p. 246).

edifício do largo da Lapa, onde permaneceu até 1910, até ser transferida para a sede atual, na avenida Rio Branco.

O que chama a atenção, em relação ao ex-líbris, utilizado entre 1903 e 1910 na Biblioteca, não é a raridade do objeto/da coisa em si, mas a informação precisa, na parte inferior da imagem, sobre a localização do livro pelos andares e estantes da antiga sede da instituição. Através dessa localização, composta por números romanos e arábicos, é possível reelaborar seu lugar físico, utilizado naquele período único e entender a lógica das disposições das obras, as classificações e valores atribuídos em sua jornada e seu fortalecimento como parte de uma biblioteca nacional.



Figura 2 – Ex-líbris da Biblioteca Nacional com a localização das obras no edifício do largo da Lapa.
Fonte: BN Digital. Fundação Biblioteca Nacional.

Ao analisarmos os carimbos úmidos da instituição, identificamos diversos formatos, grafias, cores e combinações entre eles. Seu carimbo mais conhecido é o da Real Biblioteca, quando esta coleção pertencia à família real portuguesa. A partir da segunda metade do século XIX, a instituição investiu na identificação de sua coleção através de carimbos, que traziam não só o nome da Biblioteca Nacional, mas muitas vezes o nome do setor de guarda a que a obra carimbada pertencia ou do seu propósito (Direitos autorais; Compra; Doação; Contribuição legal). O processo de carimbagem se alterou de acordo com as mudanças administrativas, técnicas e até mesmo pelo interesse de determinados chefes. A análise desses carimbos foi determinante para a compreensão destas mudanças, para definir um período de gestão, uma preferência por determinadas áreas do conhecimento e para uma melhor compreensão da própria dinâmica institucional.

A categoria “característica do exemplar”, rotineiro elemento das práticas biblioteconômicas, pode revelar preciosas coleções como o carimbo dos Direitos Autorais, no Setor de Música, se considerarmos seu caráter único (figura 3).

Através desta marca, é possível reunir uma coleção de obras registradas em um determinado período, sob a influência de algum gênero musical, o que poderia tornar esta coleção preciosa para este setor. Outro exemplo é o carimbo confeccionado para a Divisão de Conservação (figura 4), criado pela Portaria

nº 470/1975 e efetivamente implantado em agosto de 1977. Sob a responsabilidade desta divisão estavam a Seção de Preservação e Restauração e a Seção de Encadernação (Almeida, 2021, p. 329).

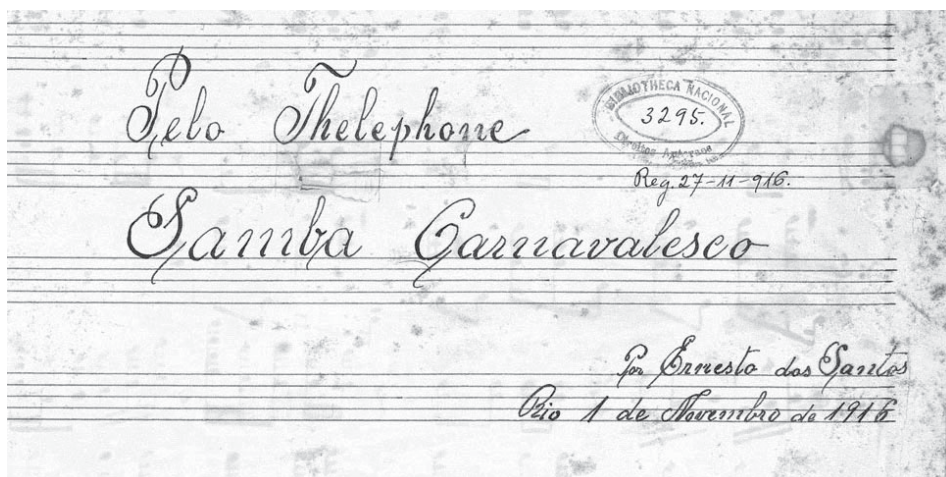


Figura 3 – Carimbo utilizado para identificar as partituras registradas nos Direitos Autorais, como *Pelo Telephone*, de Ernesto dos Santos, de 1916. Fonte: BN Digital. Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 4 – Carimbo da extinta Divisão de Conservação. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Esta nova estrutura veio substituir a Divisão de Bibliopatologia, com mudança de chefia, reformas no Laboratório de Restauração – com a inclusão de novos equipamentos – e adoção de técnicas trazidas do Instituto Alfonso Gallo, em Roma, na Itália.³ Esta divisão funcionou até 1982, quando o Laboratório de Restau-

ração encerrou suas atividades para um novo projeto estrutural (Almeida, 2021, p. 331-333). Recuperar a coleção de livros técnicos que se formou com a criação da Divisão de Conservação, através deste carimbo, poderia ajudar na compreensão do pensamento preservacionista da instituição naquele período, em suas escolhas e aplicações de técnicas, revelando um momento importante na reestruturação do laboratório de restauração e na preservação do acervo da Biblioteca Nacional.

3. Em 1975, as bibliotecárias Cely de Souza Soares Pereira e Gilda Lefebvre ganharam bolsas de estudo para se capacitarem em conservação e restauração no Instituto Alfonso Gallo, em Roma, na Itália.

Obras remetidas à encadernação

SECRETARIA		Título das Obras		N.º de volumes		Especie da encadernação	Preço	Oficina	DATA		Observações
N.º de ordem	N.º de arquivamento	N.º de ordem	N.º de arquivamento	N.º de volumes	N.º de arquivamento	Especie da encadernação	Preço	Oficina	de remessa	de restituição	Observações
1818		1818		1	1	Alça			6 de Junho de 1822	18 de Junho de 1822	Para encadernar
1819		1819		1	1	Alça					
1820		1820		1	1	Alça					
1821		1821		1	1	Alça					
1822		1822		1	1	Alça					
1823		1823		1	1	Alça					
1824		1824		1	1	Alça					
1825		1825		1	1	Alça					
1826		1826		1	1	Alça					
1827		1827		1	1	Alça					
1828		1828		1	1	Alça					
1829		1829		1	1	Alça					
1830		1830		1	1	Alça					
1831		1831		1	1	Alça					
1832		1832		1	1	Alça					
1833		1833		1	1	Alça					
1834		1834		1	1	Alça					
1835		1835		1	1	Alça					
1836		1836		1	1	Alça					
1837		1837		1	1	Alça					
1838		1838		1	1	Alça					
1839		1839		1	1	Alça					
1840		1840		1	1	Alça					
1841		1841		1	1	Alça					
1842		1842		1	1	Alça					
1843		1843		1	1	Alça					
1844		1844		1	1	Alça					
1845		1845		1	1	Alça					
1846		1846		1	1	Alça					
1847		1847		1	1	Alça					
1848		1848		1	1	Alça					
1849		1849		1	1	Alça					
1850		1850		1	1	Alça					
1851		1851		1	1	Alça					
1852		1852		1	1	Alça					
1853		1853		1	1	Alça					
1854		1854		1	1	Alça					
1855		1855		1	1	Alça					
1856		1856		1	1	Alça					
1857		1857		1	1	Alça					
1858		1858		1	1	Alça					
1859		1859		1	1	Alça					
1860		1860		1	1	Alça					
1861		1861		1	1	Alça					
1862		1862		1	1	Alça					
1863		1863		1	1	Alça					
1864		1864		1	1	Alça					
1865		1865		1	1	Alça					
1866		1866		1	1	Alça					
1867		1867		1	1	Alça					
1868		1868		1	1	Alça					
1869		1869		1	1	Alça					
1870		1870		1	1	Alça					
1871		1871		1	1	Alça					
1872		1872		1	1	Alça					
1873		1873		1	1	Alça					
1874		1874		1	1	Alça					
1875		1875		1	1	Alça					
1876		1876		1	1	Alça					
1877		1877		1	1	Alça					
1878		1878		1	1	Alça					
1879		1879		1	1	Alça					
1880		1880		1	1	Alça					
1881		1881		1	1	Alça					
1882		1882		1	1	Alça					
1883		1883		1	1	Alça					
1884		1884		1	1	Alça					
1885		1885		1	1	Alça					
1886		1886		1	1	Alça					
1887		1887		1	1	Alça					
1888		1888		1	1	Alça					
1889		1889		1	1	Alça					
1890		1890		1	1	Alça					
1891		1891		1	1	Alça					
1892		1892		1	1	Alça					
1893		1893		1	1	Alça					
1894		1894		1	1	Alça					
1895		1895		1	1	Alça					
1896		1896		1	1	Alça					
1897		1897		1	1	Alça					
1898		1898		1	1	Alça					
1899		1899		1	1	Alça					
1900		1900		1	1	Alça					

Figura 5 – Livro de controle de obras remetidas à Oficina de Encadernação.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Embora as encadernações figurem em critérios de raridade das bibliotecas, estão sempre associadas à sua beleza, luxo, riqueza dos materiais, dos detalhes e das dourações. Não se encontrou na literatura, quanto ao critério de raridade das encadernações, informações relacionadas a uma determinada oficina ou a um determinado encadernador em que estes valores de beleza e luxo estivessem ausentes.

Desde o fechamento da Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional, que funcionou de 1822 a 1834, no edifício da Ordem Terceira do Carmo, a direção e os chefes dos setores de guarda de coleções se preocupavam com as saídas das obras para oficinas de encadernação particulares, pelo receio de extravios e preocupação quanto à qualidade dos trabalhos executados. Em 1902, uma festejada oficina de encadernação e restauração foi instalada na Biblioteca Nacional. Com recursos para investir em maquinário, equipamentos e materiais importados da França e da Alemanha, essa oficina chegou a ter aproximadamente 30 encadernadores, entre chefes, auxiliares e aprendizes. Para o maior controle das obras, que circulavam entre os setores de guarda e a oficina, foram criados livros de registro para a entrada e saída das obras da oficina, assim como dos setores (figura 5) (Almeida, 2021, p. 149-175).

Uma pequena etiqueta da Oficina de Encadernação, com o número de controle da obra, também fazia parte do esquema de segurança (figura 6). Esta etiqueta era colada na borda inferior esquerda do espelho da guarda dos livros e na borda inferior de plantas cartográficas.

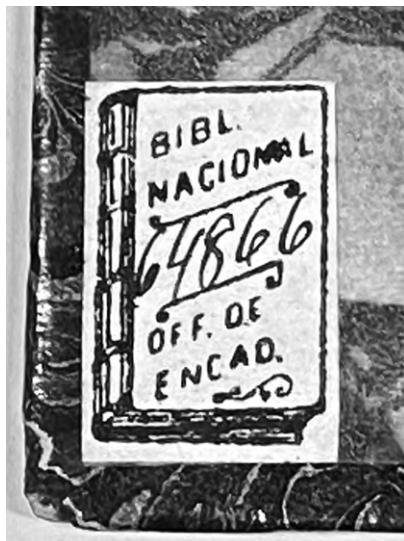


Figura 6 – Etiqueta de Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional. Fonte: BN Digital. Fundação Biblioteca Nacional.

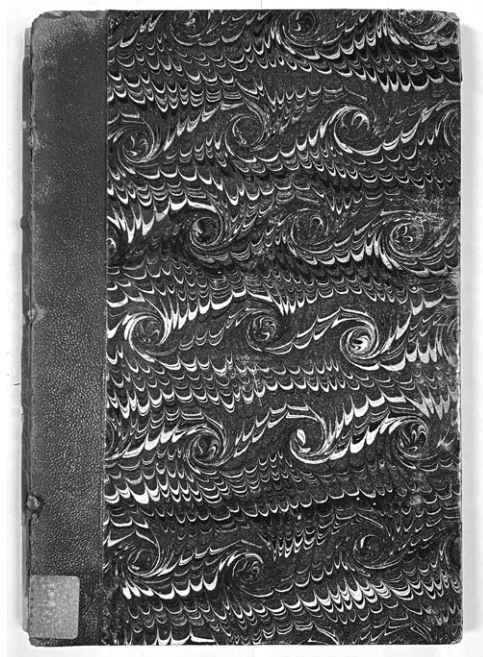


Figura 7 – Capa com meia em couro e papel marmorizado. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O estilo da encadernação mais recorrente para as obras era a meia em couro, com papel marmorizado (figura 7). Bastante utilizada nos séculos XIX e XX, esta encadernação foi testemunha da escolha da instituição para recobrir suas obras.

Criada com a intenção de trazer segurança para o acervo, a Oficina de Encadernação fechou em 1931. Não só seus funcionários, maquinário e equipamentos foram dispersados por diversas instituições, perdendo-se na memória institucional, assim como seu modelo de produção e informações acerca de sua atuação foram esquecidos (Almeida, 2021, p. 185-192). Esta etiqueta e os livros de controle da Oficina de Encadernação reúnem uma “coleção finita” de obras encadernadas na instituição, entre 1902 e 1931. Embora as encadernações não apresentem atributos como o luxo no uso de seus materiais ou beleza em sua elaboração formal, essas marcas de propriedade representam um marco importante na preservação e história do acervo. Através delas é possível recuperar todas as obras tratadas na oficina, organizar uma coleção, recuperar o padrão das capas, o sistema construtivo da encadernação, as técnicas de restauração e delimitar um período de ações para a preservação e segurança do acervo, na primeira metade do século XX.

Considerações finais

Ao levantarmos as marcas de propriedade da Biblioteca Nacional, dentro do projeto de Inventário, nos deparamos com marcas que ultrapassavam a questão de pertencimento institucional. Eram evidências das riquezas das práticas biblioteconômicas e de ações de preservação da instituição, traduzidas em etiquetas, carimbos, encadernações, ex-líbris e registros manuscritos.

As marcas apresentadas, resultantes das práticas dos bibliotecários, como gestos únicos sobre exemplares escolhidos, acrescidos de sinais e revestimentos despojados de intenção de raridade, acabaram transformando nosso olhar e trazendo uma reflexão sobre a possibilidade de considerar esses vestígios como indícios de raridade dessas obras.

De acordo com a bibliotecária Diná Araújo, para atribuir raridade a um livro “são necessários estudos individuais sobre o exemplar, que visem identificar o contexto espaço temporal do livro, sua existência como objeto intelectual e material (conteúdo e materialidade)” (Araújo, 2016, p. 246).

Seguindo essa perspectiva, estas marcas de propriedade precisarão ser estudadas e avaliadas por bibliotecários que possuam conhecimentos sobre a História do Livro e das bibliotecas, de áreas correlatas a esse universo como a Bibliologia, a Codicologia, a Bibliografia Material e a Bibliofilia, para refletirem quanto à possibilidade de definirem novos critérios de raridade e ampliar a noção de patrimônio bibliográfico a partir das marcas produzidas pelo fazer dos bibliotecários.

Referências

ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: Cury, Marília Xavier; Vasconcellos, Camilo de Mello; Ortiz, Joana Montero. (org.). *Questões Indígenas e Museus: debates e possibilidades*. 1. ed. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura / SP, 2012. v. 1. p. 28-40.

ALMEIDA, Thais Helena. *Conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional, entre 1880 e 1980*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. 2021.

ARAÚJO, Dina Marques Pereira. Histórico e evolução dos critérios de raridade da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 235-250. 2016.

BRASIL. *Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UNB, 1999.

CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. *Critérios empregados para qualificação de obras raras*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. datil.

MCKITTERICK, David. *The Invention of Rare Books: Private Interest and Public Memory, 1600-1840*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2018.

NAUDÉ, Gabriel. *Conselhos para formar uma biblioteca*. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

PEARSON, David. *Provenance Research in Books History: a handbook*. London: British Library, 2020.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (org.). *Ciência da informação: múltiplos diálogos*. Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 31-44. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. Uma breve análise sobre os critérios de raridade bibliográfica. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 265-280. 2016.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. *O que é livro raro?* 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n127/a08n127.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SOUZA, Cristiane Ferreira de. Coleção de obras raras e especiais da Biblioteca Ministro Carvalho Junior: relato de experiência. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 223-234, 2016.

Raridade bibliográfica, bibliotecas e memórias

Diná Marques Pereira Araújo

Mestra em Ciência da Informação (UFMG); bibliotecária da Divisão de Coleções Especiais
e Obras Raras da Biblioteca Universitária da UFMG

Wellington Marçal de Carvalho

Doutor em Letras / Literaturas de Língua Portuguesa (PUC-Minas); bibliotecário e
coordenador da Biblioteca da Escola de Veterinária da UFMG





Resumo

O presente artigo discute o conceito de “livro raro” na Bibliofilia e suas influências na Biblioteconomia. Analisa também a produção científica da Biblioteconomia de Livros Raros no Brasil, buscando identificar conceitos de raridade bibliográfica. Apresenta autores contemporâneos da Biblioteconomia de Livros Raros e o sistema axiológico dos livros raros, na Bibliofilia no século XVIII. Discorre sobre a constituição de acervos bibliográficos de memória apenas a partir da raridade enquanto perspectiva limitante, e também as possibilidades de ampliação da definição de “raridade bibliográfica”, considerando a equidade, igualdade e representatividade democrática, pensadas do ponto de vista da identidade, do pertencimento e do questionamento do império da raridade.

Palavras-chave: Livros raros. Bibliografias de Livros Raros. Critérios de raridade. Biblioteconomia brasileira. Memória.

Abstract

This paper discusses the concept of “rare book” in Bibliophilia and its influence on Library and information science. It analyzes the scientific production of the Librarianship of Rare Books in Brazil seeking to identify concepts of bibliographic rarity. Presents contemporary authors of Rare Book Librarianship and the axiological system of rare books, in Bibliophilia in the 18th century. It discusses the constitution of bibliographic memory collections only from the point of view of rarity as a limiting perspective and possibilities of expansion of bibliographic rarity considering equity, equality and democratic representation, thought from the point of view of identity, belonging and questioning the empire of rarity.

Key-words: Rare books. Rare Book Bibliographies. Rarity criteria. Brazilian librarianship. Memory.



Introdução

No contexto das práticas de organização de informações e da gestão de bibliotecas, em especial do século XIX até nossos dias, a raridade é um dos temas mais comumente presentes dentre os critérios de seleção de livros em acervos já constituídos e também na criação de acervos de memória.

O presente artigo apresenta análises comparativas entre o conceito de livro raro na Bibliofilia e na Biblioteconomia brasileiras, com o objetivo de refletir sobre as influências e apropriações de diferentes feições de conceitos da raridade bibliofílica, com especial foco na forma como tais conceitos se apresentam nas unidades de informação brasileiras.¹

Apresenta-se os benefícios do estabelecimento de critérios e também perscruta-se sob quais dimensões o(s) viés(es) conceitual(is) contribui(em) para agenciar processos de silenciamento de memórias da cultura escrita, se pensadas a partir das realidades locais e regionais da sociedade que alberga tais coleções.

Bibliofilia, livros raros e biblioteconomia

A perspectiva teórico-analítica adotada para a pesquisa teve como elemento referencial a premissa de que os conceitos são construções históricas, formados a partir de heranças e práticas socioculturais.

Para abordar o conceito de livro raro foi necessário dialogar com conjuntos culturais e historiográficos que não estão circunscritos apenas ao campo da Biblioteconomia (Araújo, 2017). Entre áreas correlatas ao campo, a Bibliografia e a Bibliofilia – pelas quais é possível observar atravessamentos, diálogos e teias presentes na constituição da Biblioteconomia – contemplam não apenas o que se refere às práticas de formação e de descrição de documentos gráficos, mas, inclusive, o estabelecimento de perspectivas para a atribuição da raridade.

Os produtos bibliográficos produzidos por bibliógrafos, bibliófilos e bibliotecários – catálogos, inventários, bibliografias, índices – são fontes documentais que abrem perspectivas para os estudos histórico-bibliográficos sobre as conexões entre Bibliofilia, Livros Raros e Bibliotecas, como pode ser visto, por exemplo, na pesquisa de Araujo & Araújo & Carvalho (2021). Dos séculos XV ao XVII, a raridade, a Bibliofilia e a Bibliografia também podem ser percebidas de modos conexos e entrelaçados.

Com a formalização da Biblioteconomia, a partir do século XIX, os livros raros permaneceram no cenário das práticas institucionais, no âmbito das

1. Essa abordagem foi tema central de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por Araújo (2017).

quais a raridade é um dos motivos para a adoção de processos de seleção de documentos a partir de critérios preestabelecidos, adotados para atender as necessidades de separar os livros excepcionais daqueles ordinários, acionando como justificativa seu significado para determinado grupo social.

Apenas como exemplo desse movimento profissional/institucional dedicado às coleções raras e especiais, pode-se citar um relato sobre a Biblioteconomia inglesa, que John Feather (1982) assevera como uma das primeiras inserções das discussões sobre livros raros nas bibliotecas universitárias na Inglaterra, ocorrida a partir da aquisição da biblioteca Bodleiana pela Universidade de Oxford. Na ocasião, surgiu a necessidade de se direcionar as práticas biblioteconômicas para o trabalho dedicado aos livros raros e antigos que, antes da doação, estavam imersos no contexto privado da Bibliofilia; ou seja, livros de uma coleção particular que traziam consigo a memória das práticas bibliofílicas da raridade. Feather destaca que o bibliotecário inglês Bulkeley Bandinel (1781-1861) dedicou seu trabalho às coleções especiais e livros raros e foi ele quem criou o *Bodleian Auctarium* destinado à guarda de livros de perfil especial. De acordo com Feather, Bandinel:

Considerava como os mais excelentes da biblioteca: manuscritos iluminados, incunábulos, belas impressões, grandes cópias em papel, *editiones principes* dos clássicos Aldinos, Elsevier e encadernações de luxo. [...] Na tentativa de reproduzir, em grande escala, as atuais modas bibliofílicas, Bandinel involuntariamente criou a ideia da Biblioteconomia de Livros Raros como é agora entendida: o lugar especial e o tratamento de forma arbitrária de categorias predeterminadas de livros (Feather, 1982, p. [6, 28], grifo nosso).

Posteriormente, no século XX, os teóricos dedicados ao estudo dos livros raros no contexto anglo-americano mantiveram a identificação desse campo como Biblioteconomia de Livros Raros (*Rare Book Librarianship*), entre eles, Cave (1976), Traister (2003), Galbraith & Smith (2012), Berger (2014). De modo particular, o trabalho de Cave relaciona a Bibliografia e a Bibliofilia enquanto aportes práticos e conceituais balizadores da raridade bibliográfica. Os demais autores dão ênfase ao livro raro com abordagens mais recentes e direcionadas para os processos de gestão administrativa de coleções raras e especiais. Eles enfatizam, sobretudo, que as bibliotecas institucionais, guardadoras de coleções de livros raros, têm como imperativos essenciais o ensino e a pesquisa sobre a cultura gráfica.

Pelo exposto, na presente abordagem destacam-se três grandes tópicos inter-relacionados e, ao mesmo tempo, dependentes: Bibliofilia, Bibliografia e Biblioteconomia. Nesta tríade, as bibliografias de livros raros a partir do século XVIII, por exemplo, são obras referenciais para atribuição de raridade, tanto para bibliófilos quanto para bibliógrafos e bibliotecários. No século das Luzes,

a produção de bibliografias para colecionadores teve seu ápice de publicações. Para além do grande número de edições, essas bibliografias de livros raros destacaram-se por reunirem os discursos do comércio da raridade.

No Setecentos, a partir das bibliografias e tomando como referência o circuito de comunicação de Darnton (2010), pode-se identificar práticas de bibliófilos, bibliógrafos e livreiros na construção de um sistema axiológico da raridade:

Esse sistema era divulgado por meio de Bibliografias de Livros Raros, entre as quais se destacam os bibliógrafos/bibliófilos/livreiros: Johann Vogt (1732), Guillaume-François DeBure (1763-1768) e David Clement (1750-1760). De forma conjuntural, esse sistema axiológico aparece nas Bibliografias delimitando:

- a Teoria da Raridade: todo livro procurado por um bibliófilo é raro; e
- os marcadores de classificação da singularidade constituídos por: a) níveis de raridade; b) elementos condicionantes da raridade (materialidade, escassez, proveniência, discursos); e c) qualitativos da raridade (detalhamento individualizado de cada elemento condicionante) (*sic*) (Araújo; Reis; Silveira, 2018, p. 61-78).

O contexto privado da Bibliofilia compreende práticas colecionistas pautadas pela raridade e pela necessidade de distinção do proprietário, que é frequentemente provada pela singularidade do documento gráfico que ele possui. Nas bibliotecas brasileiras com a missão de preservar as memórias bibliográficas de suas comunidades, o que justifica a adoção da raridade?

Não há uma resposta rápida e objetiva para a questão acima. Entrementes, é importante destacar algumas considerações sobre as motivações para a adoção da raridade em processos de gestão biblioteconômica. Primeiro, a raridade é um fator que tem sido considerado na prática de bibliotecas brasileiras ao longo do século XX e até o presente, do ponto de vista da necessidade do estabelecimento de critérios para compor o processo de seleção de documentos. Desse modo, a raridade surge como elemento constituinte das políticas de formação e desenvolvimento de acervos de memória, especificamente no que se refere à elaboração de critérios de raridade com vistas à delimitação de características e de contextos sobre os documentos gráficos, para auxiliar os profissionais bibliotecários na identificação e na seleção de “raridades”. De um modo geral, a partir dos critérios delas, um número significativo de bibliotecas busca estruturar as diretrizes para a composição das memórias de sua instituição.

Uma outra consideração sobre a adoção dela está relacionada aos benefícios do estabelecimento de critérios na gestão de informações das bibliotecas. Outro ponto a considerar é o capital simbólico associado à monumentalidade da raridade em acervos bibliográficos, que, por vezes, pode significar tanto a valoração do acervo pela comunidade, quanto a valoração da instituição que o preserva e vice-versa.

As questões que se levantam no presente debate relacionam-se à monumentalidade inerente à raridade bibliográfica, ou seja, o que é monumental nos acervos bibliográficos de memória? O que os acervos bibliográficos de memória estão, de fato, guardando? Apenas os textos e as materialidades que se impuseram como aquelas, ditas dignas de representar a memória da sociedade? Se nós, bibliotecários, temos a possibilidade de colaborar na construção das memórias gráficas, quais estamos preservando para os tempos vindouros?

Uma das reflexões possíveis acerca dessas questões relaciona-se diretamente aos apagamentos e aos silenciamentos que podem ocorrer quando da manutenção de livros exclusivamente de caráter bibliofílico em uma biblioteca que, para além de atender a usuários com múltiplos perfis e necessidades de informação, tem como sua missão democrática a preservação das memórias da sociedade na qual está inserida.

Metodologia

Tendo por objetivo apreender as influências da raridade bibliófila na Biblioteconomia brasileira, especificamente como parâmetro de seleção e para a formação e desenvolvimento de coleções bibliográficas especiais, realizou-se, em termos metodológicos, pesquisa exploratória, de base qualitativa, centrada em duas ações complementares, a saber: o conceito de livro raro na Bibliofilia, bem como o conceito de livro raro na Biblioteconomia brasileira.

Quanto à seleção dos textos da Biblioteconomia, foram definidas quatro tipologias de divulgação acadêmico-científicas prioritárias: periódicos científicos; congressos e fóruns de pesquisa e discussão; publicações em livros, capítulos de livros; e produção da pós-graduação (dissertações e teses). Entre estes, foram selecionadas 60 publicações. Em seguida, o conjunto de dados obtidos foi submetido à análise de citação, a partir da Bibliometria, conforme Silveira *et al.* (2009).

As análises entre os textos da Bibliofilia e da Biblioteconomia se deram por meio de análises de conteúdo (Foucault, 2007 e 2012) que, em seguida, foram tabuladas para os estabelecimentos de comparações discursivas, que foram identificadas e estruturadas em quatro categorias – não excludentes – de textos, a saber:

- a. aqueles que se dedicaram à elaboração de um conceito para a raridade bibliográfica;
- b. textos que relataram perspectivas históricas sobre o livro raro no Brasil;
- c. relatos de experiência institucional que apresentaram práticas de formação e de gestão de acervos bibliográficos raros;
- d. textos focados em critérios de raridade e nas metodologias para sua definição.

Os textos das quatro categorias referidas foram tabulados e comparados com os marcadores do sistema axiológico da raridade formulado pela Bibliofilia no século XVIII (Araújo; Reis; Silveira, 2018), com o objetivo de identificar semelhanças com os discursos da Biblioteconomia brasileira.

Raridade, coleções e memórias

A validação da raridade por meio da adoção dos critérios e dos atributos consolidados nas bibliografias de livros raros do século XVIII pode enevoar os significados e as dinâmicas de trabalho vinculadas à formação, organização e preservação do patrimônio em bibliotecas de caráter público caso esses não sejam devidamente contextualizados e problematizados.

Nesse sentido, a reverência ao império da raridade, como conceito definidor de distinção para formação de acervos, exige a ampliação da discussão sobre os documentos gráficos a partir de perspectivas que considerem as questões das memórias.

Considerando-se que o livro raro é uma construção social, um fenômeno artificial criado no contexto da Bibliofilia (Barbier, 2008, 2015; Chartier, 1998; Sordet, 2002; Viardot, 2008), refletir sobre a adoção de um “fenômeno artificial” nos processos de seleção de acervos pode incorrer na elucidação de possíveis mecanismos de silenciamento da memória bibliográfica de facetas marginalizadas do circuito “oficial” da cultura escrita.

Faz-se necessário, assim, ampliar os horizontes da apreensão dos sentidos e ramificações do operador conceitual “memória”. Quais acervos bibliográficos são preservados? E os acervos que são esquecidos, por que devemos esquecê-los? Como se articulam os regimes de oficialização e arbitragem quanto ao que se deve lembrar e, ao mesmo passo, esquecer (Nora, 1993; Pollak, 1989 e 1992) na composição de acervos de memória dispostos em unidades de informação Brasil afora?

Nesse sentido, pensar nas representações múltiplas da sociedade é um caminho que as bibliotecas podem adotar para ampliar, ressignificar e recriar não critérios de raridade bibliográfica, mas políticas de formação de acervos de memória e para a memória.

Esse movimento está diretamente associado às necessidades de reimaginar e recriar as coleções bibliográficas especiais, conforme defendem Araújo e Carvalho (2021):

Para reimaginar e recriar os conceitos das coleções bibliográficas especiais, é ponto crucial questionar se elas, as coleções, têm como eixo direcional o compromisso com a democracia em sua formação, organização e difusão. A inclusão democrática pode se dar, por exemplo, com a adoção de posturas de combate às censuras, às opressões

de gênero, de raças, de lutas sociais e, ainda, com o combate à subalternização de culturas e de saberes (Araújo & Carvalho, 2021).

A raridade bibliográfica é parte integrante dos processos administrativos para a gestão de acervos bibliográficos, sobretudo no estabelecimento das políticas de formação e desenvolvimento de acervos. Estabelecer critérios de raridade, nesse sentido, e conforme verificado na pesquisa, é prática recorrente por bibliotecas no Brasil e apresenta benefícios para a gestão dos acervos.

A prática, relevante para seleção e identificação de livros, é também singular por colaborar para a qualificação dos acervos. Por outro lado, há que se considerar que a raridade bibliográfica pode cristalizar alguns livros, consagrando sua importância em detrimento de outros documentos gráficos. Ora, a questão levantada aqui não é “descanonizar” os livros raros, mas chamar a atenção para quais memórias bibliográficas são silenciadas e até mesmo apagadas quando o foco central das coleções é a raridade.

Em termos de gestão administrativa de acervos antigos, raros e especiais, a raridade bibliográfica é uma ferramenta importante para as bibliotecas, entretanto seu uso de forma acrítica, irreflexiva, a-histórica, descontextualizada e desconectada das memórias das sociedades – memórias que as bibliotecas deveriam preservar –, pode transformar a raridade bibliográfica em um instrumento de apagamento de memórias.

Salvo melhor juízo, as práticas de estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica em unidades de informação, notadamente em instituições de guarda de acervos no território brasileiro, carecem, segundo o viés aqui discutido, de reconfigurações que tenham no horizonte a possível acolhida de itens informacionais olhados sob luz outra.

Se se levar em conta o contexto, por exemplo, de formação da sociedade brasileira, assentado em intenso regime de violência de toda ordem, basta lembrar que o território que hoje se denomina Brasil foi formado por meio de invasões, aniquilamento de povos originários, sequestro e escravização de diferentes povos e etnias do continente africano. Por óbvio, esses conflitos, de alguma maneira, reverberariam em cristalizações nas coleções bibliográficas, uma vez que nelas tenderia a prevalecer o ponto de vista e o respectivo registro, em tinta, dos detentores do poder, inclusive o poder de lembrar e de esquecer. Sobretudo o poder da escrita, que privilegiava um determinado viés de registro que se fazia em qualquer dos diferentes campos do saber.

Há que se desconfiar dos parâmetros sob os quais foram erigidos os critérios de raridade. Esse deveria ser um movimento natural pois, nesta reflexão, acredita-se que um tecido social, por exemplo, o brasileiro, encontra-se em permanente disputa para redesenhar e requalificar a presença de outras discursividades e de seus registros no mundo das letras, nos espaços de guarda da memória oficial e da oficializante.

O ponto de partida a eleger poderia ser, talvez, o deambular pelas prateleiras (de forma presencial ou não) das coleções de instituições brasileiras. Dessa visitação interessada, um olhar arguto provavelmente arregimentará indícios suficientes para auxiliar o entendimento da ausência de outras produções escritas que são imprescindíveis para representar a complexidade com que se formam as mentalidades do povo brasileiro e que, por razões obscuras, não foram permitidas crescer em tais ambientes de informação e em seus itens canonizados.

A memória ancora-se em lugares de refúgio que funcionam como receptáculos de guarda, como bem assinala Nora (1993). Os motivos que arquitetaram a exclusão dos registros e as visões de mundo dos povos “vencidos”, no Brasil atual, não se justificam e, nesse sentido, cabe aos formuladores das políticas de desenho e de desenvolvimento de acervos uma responsabilidade ainda maior e mais delicada, qual seja, a de acoplar, em sua estratégica práxis, aparato normativo que vise à efetiva diversidade e à consequente desnutrição de artigos, parágrafos e incisos que, travestidos de critérios de raridade, se esforçam para manter a exclusão daqueles, por desígnios vis, vistos como perigosos ou indesejáveis.

Considerações finais

A comparação dos critérios de raridade na Biblioteconomia brasileira com o sistema axiológico da raridade na Bibliofilia apresentou semelhanças em quase sua totalidade. A partir da pesquisa realizada, constata-se que isso se deve ao fato de a maioria dos autores dos 60 textos analisados adotarem, como fontes basilares para o desenvolvimento de critérios de raridades, as reflexões da bibliotecária e professora brasileira Ana Virgínia Pinheiro (1989) e da Biblioteca Nacional, por meio do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – Planor (Biblioteca Nacional, 2000).

Pinheiro (1989) e Biblioteca Nacional ([ca. 2000]) desenvolveram metodologias para dar suporte e colaborar com a gestão de acervos bibliográficos antigos e raros no Brasil, para a qual Bibliografias de Livros Raros são obras de referência para o estudo e para a prática biblioteconômica com livros antigos e raros.

Do mesmo modo que os critérios de raridade apresentam seus benefícios para a gestão, as Bibliografias de Livros Raros também são essenciais como instrumentos de apoio aos profissionais bibliotecários no conhecimento dos livros antigos e raros.

Nesse sentido, nosso questionamento não se refere necessariamente aos métodos de Pinheiro (1989) e Biblioteca Nacional ([ca. 2000]), mas, antes, às possibilidades de se reverenciar a monumentalidade da raridade sem incluir um contraponto de suas possíveis armadilhas para a memória.

Em outras palavras, quais apagamentos podem ser produzidos caso se faça o uso de critérios de raridade forjados há mais de 300 anos, que representam uma cultura gráfica europeia-ocidental sem aderências às múltiplas realidades locais do nosso país?

O império da raridade é fantástico e muito tem a ensinar sobre a história dos registros do conhecimento, de modo que não se pretende aqui produzir uma oposição maniqueísta entre raridade bibliófila e a raridade nas bibliotecas de memória brasileiras, mas apenas refletir sobre a necessidade de se conhecer as diversas faces de construção das raridades e confrontá-las com as realidades que contornam os espaços das bibliotecas.

Em termos históricos de longa duração, os acervos privados da Bibliofilia e os das bibliotecas institucionais (nacionais, universitárias, públicas, eclesiásticas, por exemplo) têm em comum o legado de memória para as gerações futuras, no entanto as motivações de cada um desses grupos na constituição dos acervos se dá de forma diversa.

Ora, se a formação de acervos é diversa em sua essência, por que definir critérios universalizantes e desconexos das realidades locais, que podem produzir apagamentos de memórias, tanto por questões anacrônicas em sua aplicação, quanto por não refletirem as múltiplas faces das memórias das sociedades?

Os estudos sobre o livro raro na Biblioteconomia brasileira indicam a necessidade de se adotar perspectivas e leituras reflexivas que privilegiem os significados do livro no contexto da memória e do patrimônio local, nacional, regional e mundial da sociedade, e não apenas dos cânones consagrados pela raridade.

Obviamente, não se deve ignorar os preceitos expressos em diretrizes que enunciam critérios norteadores para esses fazeres; de igual modo, todavia, não se deve esquecer que a dinâmica da vida, das relações sociais se faz e se refaz a todo instante.

Os reposicionamentos que os indivíduos e suas representações evidenciam (ou melhor, dão a conhecer), refletidos em registros da cultura escrita, trazem à cena o relevante rastro da dinâmica da orquestração de parcelas sociais e de suas emanções discursivas. Pelo exposto, a formação de acervos de memória deve fundamentar-se na equidade, na igualdade e na representatividade democráticas, pensadas do ponto de vista da identidade, do pertencimento, do questionamento do império da raridade. Contudo, isso não se dá no sentido de ampliar os critérios para se pensar os significados dos acervos de memória, mas no sentido de se ampliar as perspectivas de memória na formação de acervos bibliográficos.

À biblioteconomia brasileira, resta manter-se atenta para fazer valer a noção de plasticidade que também lhe é inerente, embora essa acepção, por intenções que a presente reflexão desconhece, não seja a mais veiculada, nem mesmo na comunidade de prática da área, notadamente nas maquinações de enquadramento de memórias bibliográficas em vias de canonização institucional.

Olhares atentos e sensíveis para a realidade circundante podem ser de muita valia para os formuladores das políticas de formação e de desenvolvimento de acervos perceberem que os embates presentes na sociedade também devem alcançar rebatimentos nas instituições de recolha, preservação, guarda e disseminação dos registros das mentalidades, no universo da escrita, sobretudo nas unidades de informação.

Referências

ARAUJO, André Vieira de Freitas; ARAÚJO, Diná Marques Pereira. Em busca de Conrad Gesner nos trópicos brasileiros: a presença documentária de obras bibliográficas gesnerianas em bibliotecas patrimoniais. *Bibliothecae.it*, v. 10, p. 271-326, 2021.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira. *Bibliofilia e livros raros na perspectiva histórico-cultural: uma abordagem crítica às visões instituídas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação brasileira*. Orientadora: Alcenir Soares dos Reis. 2017. (214 f). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; CARVALHO, Wellington Marçal de. As coleções bibliográficas especiais: reimaginar e recriar. *Revista Museu*, v. 1, p. 1-3, 2021.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares; SILVEIRA, Fabricio José Nascimento. *Bibliofilia e livros raros: uma abordagem histórico-cultural*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2018, Londrina. *Anais...* Londrina: Enancib, 2018.

BARBIER, Frédéric. *Historia de las bibliotecas: de Alejandría a las bibliotecas virtuales*. Buenos Aires: Ampersand, 2015. 462 p.

BARBIER, Frédéric. *História do Livro*. São Paulo: Paulistana, 2008. 475 p.

BERGER, Sidney E. *Rare books and special collections*. Chicago: Neal-Shuman, 2014. 537 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Planor. *Critérios de raridade*: empregados para a qualificação de obras raras. Rio de Janeiro: FBN, [ca. 2000].

CAVE, Roderick. *Rare book librarianship*. London: C. Bingley; Hamden, Conn: Linnet Books, 1976. 168 p.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: ed. UnB, 1998. 111 p.

CLEMENT, David. *Bibliothèque curieuse historique et critique, ou Catalogue raisonné de livres difficiles à trouver*. Gottinga: [s.n.], 1750-1760. 9 v.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEBURE, Guillaume-François. *Bibliographie instructive ou Traité de la connoissance des livres rares et singuliers...* Paris: Chez Guillaume François De Bure, 1763-1768.

- FEATHER, John. The rare-book librarian and bibliographical scholarship. *Journal of Librarianship*, v. 14, n. 1, p. 30-44, jan. 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GALBRAITH, Steven Kenneth; SMITH, Geoffrey Dayton. *Rare book librarianship: a introduction and guide*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2012. 185 p.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfico*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 1-15.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-13.
- SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; PRYSTHON, Cecília Maria Freire; SCHMIDT, Susana; SILVA, Fábio Mascarenhas e. Estudo bibliométrico de fontes sobre Pernambuco. *Em Questão*, v. 15, n. 1, p. 43-56, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10077>. Acesso em: 7 out. 2021.
- SORDET, Yann. Bibliophilie. In: FOUCHÉ, Pascal; PÉCHOIN, Pascal; SHUWER, Philippe. (dir.) *Dictionnaire encyclopédique du livre*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002, v. 1, p. 281-286.
- TRAISTER, Daniel. Rare book. In: *ENCYCLOPEDIA of Information and Library Science*. Routledge, 2003. p. 538.
- VIARDOT, Jean. Un épisode du collectionnisme en fait de livre au XVIII^e siècle: le Musaeum Typographicum ou le goût des raretés superlatives. *Littératures classiques*, v. 2, n. 66, p. 161-178. 2008.
- VOGT, Johannis. *Catalogus historico-criticus librorum rariorum, post curas tertias et quartas denuo recognitus pluribus locis emendatus et copiosiori longe accessione adauctus*. Francofurti et Lipsiae: Stiebneri, 1793.

O bibliófilo e o bibliotecário: critérios de raridade bibliográfica para obras raras regionais da Amazônia

Robson Lima da Silva

Graduando em História (Universidade Estácio de Sá)

Samuel Souza da Silva

Bibliotecário do Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAM)





Resumo

O presente artigo apresenta estudo sobre critérios de raridade de acervos raros e especiais regionais, procurando definir conceitos e paradigmas acerca das obras raras regionais da Amazônia. Baseado na “tríade bibliográfica de raridade”, composta pela Ordem de Serviço 12/1984 (Fundação Biblioteca Nacional, 1984), por Pinheiro (1989) e por Moraes (2005), buscaram-se meios de salvaguardar o patrimônio documental regional, fundamentalmente, com obras de doutos escritores que permearam as manifestações literárias do regionalismo. O artigo visa demonstrar, também, a resiliência das obras clássicas regionais amazônicas à influência do movimento Modernista de 1922.

Palavras-chave: Acervos raros. Regionalismo. Amazônia.

Abstract

This article presents a study on rarity criteria for rare and special regional collections, seeking to define concepts and paradigms regarding regional rare works in the Amazon. Based on the “bibliographic triad of rarity”, composed by Service Order 12/1984 (1984), by Pinheiro (1989) and by Moraes (2005), one sought ways of safeguarding the regional documentary heritage, fundamentally, with works by learned writers who permeated the literary manifestations of regionalism. The article also aims to demonstrate the resilience of classic regional Amazonian works to the influence of the Modernist movement of 1922.

Keywords: Rare collections. Regionalism. Amazon.



Introdução

O primeiro europeu a navegá-lo impressionou-se com a dimensão de suas águas, registrando no incunábulo seu espanto. Em 1540, Francisco de Orellana, por ordem de Gonzalo Pizarro, desceu pelo rio Napo até onde os indígenas chamavam de Paraná-açu, ou ainda Guiena, quando, na confluência com o rio Nhamundá, onde foi atacado por mulheres guerreiras, denominou-o de rio Amazonas.

No final do século XIX, durante o ciclo guminífero, Manaus, a capital do Amazonas, investiu parte dos lucros auferidos com o ouro negro da Amazônia em seu patrimônio imaterial. A cidade possuía grande acervo de obras raras, tais como: *Compêndio das eras*, de Baena; o *Diccionario histórico estatístico da comarca do Alto Amazonas*, de Araújo Amazonas; os *Trabalhos litterários*, do primeiro poeta amazonense, Tenreiro Aranha; o *Diccionario geographico do Brasil*, de Moreira Pinto; a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pitta; e a *Cronica dos padres menores da província do Brasil*, de Frei Jaboatão.

Possuía, ainda, grande número de obras escritas pelos naturalistas e exploradores estrangeiros sobre o Amazonas, entre as quais as de Humboldt, as de Gravier, as de Bates, as de Mathews e as de Martius. Durante a visita do dr. Alfredo de Oliveira, secretário da Biblioteca Nacional, o estado recebeu como doação para a referida biblioteca um *classeur á fiche* para facilitar a procura de obras por autores (Estado do Amazonas, 1914, p. 269), tecnologia empregada nas bibliotecas da Europa.

A cidade de Manaus, a “Paris dos Trópicos”, vive a *Belle Époque* (Bela Época). A capital francesa transformou-se em referência mundial na educação, ciência e arte, sendo o “coração” da *Belle Époque* mundial. Porém, no profundo de sua alma havia um vazio: “É lastimável que a nossa biblioteca não possua muitas obras que dizem respeito ao Estado, salientam-se (é forçoso confessar) os preciosos álbuns publicados na administração dos Drs. Silvério e Constantino Nery” (Estado do Amazonas, 1914, p. 269).

Depois de estatuído o serviço de permuta, o vazio da alma dos amazonenses seria preenchido com a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), no ano de 1917, e da Sociedade Amazonense de Homens de Letras (1918), que em 1920 teve seu nome alterado para a denominação atual, Academia Amazonense de Letras (AAL), quando doutos escritores regionais fundaram as academias de ciências e letras, impulsionados pelas manifestações literárias do regionalismo, perfazendo o caminho literário inverso (Brasil-Europa) sobre os mistérios amazônicos.

Na madrugada de 22 de agosto de 1945, no entanto, a cidade de Manaus foi surpreendida pelo incêndio da “Alexandria Amazônica”, sendo combatido, inicialmente, pelos descendentes de Ajuricaba, guerreiros da tribo dos manaós. Ao amanhecer, Nunes Pereira, José Chevalier e outros imortais da

Academia Amazonense de Letras, juntamente com os manauaras, fizeram a “Fênix Amazônica” ressurgir das cinzas, doando suas bibliotecas pessoais para compor o acervo da Biblioteca Pública do Amazonas e eternizá-la na história, como o foram seus ancestrais manaós.

Ante os fatos elencados no contexto da nascente e vivência da Biblioteca do Amazonas, narrados por Genesino Braga, bibliotecário formado na Biblioteca Nacional, e as manifestações literárias do regionalismo, no final do século XIX, escritores regionais escreveram sobre os mistérios amazônicos. Com o intuito de salvaguardar o patrimônio documental regional é plausível a elaboração de critérios para os livros regionais, fato esse que pode ter ocorrido em outros estados brasileiros.

Por meio de pesquisas de campo, revisão bibliográfica e caracterização, buscou-se parâmetros que contemplassem as obras raras regionais da Amazônia, fundamentando-se na tríade bibliográfica de raridade, composta pela Ordem de Serviço 12/1984 (Fundação Biblioteca Nacional, 1984), Pinheiro (1989) e Moraes (2005). Baseado na tríade e analisando o contexto histórico-bibliográfico das obras regionais da Amazônia, verificou-se que os critérios de raridade que atenderiam às obras regionais na concepção dos autores do presente artigo seriam:

- material de acadêmicos de letras regionais e/ou autores renomados amazônicos impresso no Brasil, com reconhecimento no âmbito regional, nacional ou internacional, a partir de 1850 até o ano de 1956;
- obras regionais amazônicas esgotadas;
- edições especiais, reduzidas, clandestinas, distribuídas pelos autores, salvas de sinistro ou incêndio, de luxo, privativas; e
- exemplares especiais de autores renomados amazônicos, com marcas de propriedade, anotações manuscritas, dedicatórias ou autógrafos.

O Amazonas, por estar afastado da metrópole do país centenas de léguas, e até poucos anos possuir população nômade, para bem dizer, não ficou alheio às correntes do pensamento, às sciencias, como nas letras. Não falamos dos representantes das diversas profissões: advogado, engenheiros, médicos, architectos, pintores, músicos. Nestas linhas nos referimos ao movimento literário propriamente dito, aos rumos das manifestações estheticas, às creações da imaginação, ainda que com variantes pelo campo scientifico. Amazonenses ou não, filhos da terra ou advenas, os nomes figuram nos prélios da imprensa e em livros de significativa expressão [sic] (Jobim, 1934, p. 9).

Buscou-se parametrizar o poeta amazonense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811) como marco da raridade bibliográfica regional no Amazonas, cuja maior parte de suas produções perdeu-se por ocasião da guerra da Cabanagem.

Mandou algumas dessas cópias, juntamente com outros papéis e livros, para a fazenda Pinheiro, onde devia tomar um brigue, prestes a sahir; mas o bóte naufragou, perdendo-se os objetos que levava. Os escriptos originaes dessas obras foram conservados na mesma casa; a qual foi invadida e saqueada pelos rebeldes, em 1835, e outra vez, em 1836, pelos conquistadores. Esse livro, mandado imprimir pelo Estado do Amazonas no governo do coronel José Cardoso Ramalho Júnior, contém discursos, sonetos, idyllios, odes pindáricas e dramas [sic] (Jobim, 1934, p. 15).

Considera-se a publicação da obra literária de Tenreiro Aranha (1850) como marco para a raridade bibliográfica regional amazônica, principalmente por ser a primeira obra da província do Amazonas e pelo fato de a revolta da Cabanagem (1835-1840) ser um conflito da província do Grão-Pará. Esse acontecimento temporal de raridade coaduna com o período das manifestações literárias do regionalismo, que ocorreram do final do século XIX até meados do XX, manifestações essas seguidas por doutos escritores paraenses e amazonenses. Segundo os críticos literários, o auge do regionalismo brasileiro ocorreu com a publicação, em 1956, da obra *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa. Tal obra foi utilizada como marco temporal final do regionalismo no Brasil.

Os sábios da estatura de Martius, Bates, Orton, Frederito Hartt, Agassiz e muitos outros fulguram em obras de excepcional merecimento, não podendo, contudo, ser incorporados no patrimônio brasileiro, somente podendo-se abeberar de seus ensinamentos. A alma dos cronistas apresenta arestas interessantes. Alguns delles dizem-nos de perto, não só afinidades íntimas, como por terem morjado com a nossa gente [sic] (Jobim, 1934, p. 15).

Muito bem explicitado por Anísio Jobim, os sábios que percorreram a Amazônia descreveram o conhecimento regional, mas os relatos dos escritores amazônicos são o reflexo do conhecimento e da vivência regionais.

Uma obra que se enquadra nos critérios de raridade é o livro *O peixe-boi da Amazônia*, escrito por um dos fundadores da AAL, Nunes Pereira (1947), com os seguintes critérios: obras regionais amazônicas esgotadas e salvas de sinistro ou incêndio, pois ratifica as afirmações de Anísio Jobim e a sua salvaguarda no fatídico dia do incêndio da Biblioteca Pública do Amazonas, em 1945. Encontra-se no prédio adjacente, e interligado à Imprensa Oficial do Amazonas, a monografia que futuramente seria trazida a lume, lutando para ser preservada até os dias atuais.

Nunes Pereira escreveu na nota do livro *O peixe-boi da Amazônia*:

A presente edição desta monografia esteve na eminência de desaparecer por ocasião do incêndio que devorou a Biblioteca Pública do Amazonas e causou grandes prejuízos à IMPRENSA OFICIAL, com cujo o prédio aquela comunicava. [...] Daí

as numerosas emendas que fizemos acima. Uma das gravuras, a que corresponde à página 105, representa um jovem exemplar de peixe-boi (macho). As demais emendas ficam a critério do leitor inteligente [sic] (Pereira, 1947, p. 86).

O Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAM) tem sob sua égide, dentre outras, a Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, que contém acervo pessoal desse escritor, que se destacou como advogado, historiador, amazólogo e bibliófilo. Aludindo-se ao referido autor, deve-se reconhecer e ater-se às palavras proferidas no livro *História da cultura amazonense*: “Permanecemos do lado de fora, como meros espectadores do festal cosmopolita promovido pelos pretensos cultivadores da inteligência nacional, nós, que fornecemos ao mundo a maior bibliografia existente e relacionada a todos os aspectos do conhecimento humano!” (Monteiro, 2016, p. 14).

Ao tentar viabilizar critérios de raridade para os opúsculos regionais amazônicos, contribui-se para as diretrizes emanadas do Programa Memória do Mundo, da Unesco, promovendo a preservação dos documentos com relevância nacional ou regional (Chong de la Cruz, 2014, p. 88-89).

O escritor Mário de Andrade dizia que o regionalismo é a “praga nacional” (Chiappini, 1995, p. 153), mas nada é tão emblemático da cultura amazônica quanto a liberdade de se citar a seguinte frase: “Continuamos apreciando o chibé, o tacacá, a farinha de mandioca”.

Livros raros regionais amazônicos: da *Belle Époque* à *avant-garde* do Modernismo Brasileiro

Não há como discorrer sobre livros raros regionais amazônicos sem citar o contexto histórico e cultural. A independência do Brasil, em 1822, faz nascer nos brasileiros um sentimento de brasilidade, com a busca de um estilo literário próprio. O romantismo europeu é a grata herança lusitana deixada pelos patrícios e, no século XIX, foi o cenário literário que apoiou a tentativa de desenvolver a cultura brasileira baseada nas raízes indígenas e sertanejas.

As visões pré-concebidas da realidade brasileira na Europa, principalmente da Amazônia, são evidentemente eurocêtricas, inclusive a origem de determinadas palavras amazônicas descritas e conceituadas pelos naturalistas em seus diários de viagem: “[...] os índios têm uma linda expressão para designar essas pequenas ramificações dos rios; chamam-nas igarapés, isto é, literalmente, caminho da piroga” (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 196).

No livro regional amazônico escrito por Alfredo da Matta (1916) há o conceito e visão regionais:

São eles impropriamente conhecidos sob o nome de igarapé, derivado do tupi, significa um pseudo-furo, estreito, de ordinário, e sempre aberto em suas duas extremidades, chamadas com prescrição – ‘bocas do igarapé’. Não se pode aplicar semelhante vocábulo a qualquer curso de água em Manáos. Cada qual possui a sua nascente, um leito apropriado e volume variável de água corrente; serpenteiam aproveitando as diferenças de nível, colleando aqui, se reunindo acolá, se projectando mais adiante [sic] (Matta, 1916, p. 5).

A visão eurocêntrica dentro de uma perspectiva estrutural pode ser observada nos relatos do casal de pesquisadores franco-suíço, radicado nos Estados Unidos, Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, no livro *Viagem ao Brasil* (1865-1866), quando de sua estada na cidade de Manaus-AM.

Manaus. Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. Mas quando se pensa na imensa vastidão dessas terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha se fixar nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississipi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 196).



Palácio Provincial do Amazonas. Fonte: Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas.

Amazônia, no final do século XIX, produziu muitos “filhos dos rios”. Às margens do rio-mar, na Lusitânia Portuguesa, oriundos de famílias abastadas ou não, que posteriormente viveram e estudaram na Europa como: Frederico José de Santa Ana Nery, o Barão de Santa’Ana Nery (1848-1901), Herculano Marcos Inglês de Sousa, mais conhecido como Inglês de Sousa (1853-1918), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), conhecido como José Veríssimo, entre outros inúmeros filhos ilustres. Os filhos do orgulhoso rei dos rios (Jornal do Amazonas, 1878, p. 2) retornaram da Europa, para essa região que os botânicos denominavam de Hileia (Nunes Pereira, 1947, p. 51), para escrever livros regionais com conhecimento e naturalidade da vivência e experimentação, inclusive contribuindo para a fundação da Academia Brasileira de Letras.

O barão de Sant’Ana Nery, para quem o vale do Amazonas era o desespero dos naturalistas e achava que a obra desses homens, em nossa época “deve ser, antes de tudo, uma obra econômica”, adianta, entretanto, um pouco à maneira fantagista dos religiosos: O Lamartine do Amazonas não é senão a sereia, você canoa dos antigos... (Pereira, 1947, p. 22).



Manáos. Nota: Manaus, desenho do Engenheiro Keller-Leuzinger (1868).¹

Com a proclamação da república na França, em 1870, e a subsequente *Belle Époque* Francesa (1871-1914), ressurgiu mais intensamente no Brasil o ideal republicano. Em 1889, é proclamada a república dos Estados Unidos do

1. Obra roubada pelo maior ladrão de obras raras do Brasil, posteriormente recuperada e devolvida à Biblioteca Nacional. Área posteriormente aterrada para construção da Praça XV de Novembro ou Praça da Matriz.

Brasil, que, por meio dos lucros auferidos no ciclo guminífero, subsidiou a *Belle Époque* amazônica (1890-1920), com remodelação urbanística e arquitetônica da capital, permitindo grandes modificações na paisagem da cidade, na tentativa de transformá-la na “Paris dos Trópicos”.

Aterro dos igarapés do Espírito Santo e d’Alfandega, calçamento a paralelepípedo de granito das ruas Municipal Instalação e Governador Victorio, construção dos palácios do Governo e da Justiça, do Theatro Amazonas, e dos prédios em que funcionam os Institutos Benjamin Constant e de Artes e Ofícios, de casas para escolas públicas, reservatório do alto do Mocó, do Hospício para alojamento provisório dos alienados, da rampa na extremidade da Avenida do Palácio, das pontes nos igarapés de Manáos, Bittencourt, Cachoeirinha e Cachoeira Grande. Conclusão do embelesamento da Avenida do Palácio e embelesamento da Praça 15 de Novembro, colocação de postes elegantes de ferro para o serviço telefônico na rua Municipal, alargamento do leito da Estrada Epaminondas, aterros da rua Leonardo Mlacher e proximidades das pontes da Cachoeira Grande e Cachoeirinha, estrada entre Manáos e Vila de Boa Vista do Rio Branco, ponte na villa Maués e casas para cadeias em Manicoré e Coary [sic] (Diário Oficial, 1894, p. 1.497).

Como marco da república na cidade de Manaus, a área da praça aterrada é denominada praça XV de Novembro, em homenagem ao dia da Proclamação da República. Nada mais salutar para reforçar as influências da *Belle Époque* na Amazônia do que a descrição do explorador e economista francês Paul Walle no livro *Caoutchouc du Brésil* (Borracha do Brasil).

A maior parte das transformações e embelezamentos foram inaugurados sob a administração do Dr. Eduardo Ribeiro, que proporcionalmente manteve para Manáos o que o Barão Haussmann fez para Paris. A superfície construída está aumentando dia a dia, e como o solo é muito pouco acidentado, os habitantes tiveram que fazer um trabalho considerável, cavar traquéias, elevar colinas, erguer moradas e encher murais. É assim que as moradias particulares se espalham pela terra conquistada. As novas ruas são largas, retas, com aspecto alegre. Entre as principais, podemos citar: Rua Municipal, com 30 metros de largura, ladeada de belos prédios; Rua José Clemente, Rua dos Remédios, Rua Quinze de Novembro; mas a mais moderna e bonita de todas é a Avenida Eduardo Ribeiro, admiravelmente bem pavimentada e iluminada. É o ponto de encontro do mundo elegante, o passeio preferido dos manauaras (Walle, 1909, p. 106-107, tradução nossa).²

2. *La plupart des transformations et embellissements ont été inaugurés sous l’administration du Dr Eduardo Gonçalves Ribeiro, qui a voulu, toute proportion gardée, faire à Manaus ce que baron Haussmann a fait pour Paris. La superficie construite augmente de jour en jour, et comme le sol est tant soit peu accidenté, les habitants ont dû faire des travaux considérables, creuser des tranchées, aplanir des collines, rehausser des bas-fonds, combler des marais. C’est ainsi que les habitations particulières se sont étendues sur le terrain*

No final do século XIX, o Amazonas necessitava de emancipação, não apenas econômica, mas cultural do estado do Pará. O comércio da borracha precisava libertar-se do terrível monopólio da navegação dos rios pela Companhia do Amazonas Limitada, com sede no Pará, para garantir o futuro econômico da *hevea* (borracha) brasileira com o intuito de reduzir os custos de produção nos seringais do interior. A *Belle Époque* é o cenário épico perfeito para a emancipação cultural do Amazonas.

Indústria artística e literaria. Pouco representada em nosso meio, pois que a artistica é representada somente em nosso meio n`uma meia dúzia de especialidade. O pedreiro, o carpina, o marceneiro etc, são os seus unicos representantes; as bellas artes são quasi desconhecidas. A literatura é completamente nulla: ninguem poderia aqui viver, por enquanto, da literatura [sic] (Jornal Amazonas, 23 set. 1893, p. 2).

O presidente da República Floriano Peixoto, Marechal de Ferro, nomeou e reconduziu no governo do Amazonas, em 1890, Eduardo Ribeiro (1891-1894), dito “O Pensador”, um homem de “engenho e arte”, portanto o homem que o estado do Amazonas necessitava para transformar a cidade de Manaus na “Paris dos Trópicos”. Fundamentando-se no pensamento positivista e tendo a França como expoente das ideias e da difusão da *beaux-art* (fina arte), tem-se o sincronismo perfeito para o início das obras de engenharia na cidade de Manaus.

Manáos teve um crescimento constante até a Proclamação da República. Teve a primeira iluminação urbana a gás globo (óleo de nafta) em 1858; serviços telefônicos em 1888; um Museu Botânico em 1883 e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa em 1881 [...] De acordo com as estatísticas oficiais, Matta (1915) e Loureiro (1978) afirmam que, ‘em 1890, ano seguinte à instalação do regime republicano, a cidade de Manáos contava com uma população de 38.720 habitantes, dos quais 20.568 do sexo masculino e 18.162 do sexo feminino, uma cidade de porte médio’ (Silva *et al.*, 2018, p. 5).

Outro marco republicano na cidade de Manáos foi a inauguração da imprensa oficial, no dia 15 de novembro de 1893, dia da Proclamação da República. O governador Eduardo Ribeiro, que na juventude realizava a editoração de textos do jornal *O Pensador*, recebeu agradecimentos no referido periódico: “Seguiram no vapor – Pará – Arthur Moreira de Barros Oliveira Lima e Eduardo Gonçalves Ribeiro, nossos dignos companheiros de trabalho que tantos e tão bons serviços

conquis. Les rues nouvelles sont vastes, droites, d`un aspect riant. Parmi les principales, il nous faut citer: la rue Municipale, large de 30 mètres, bordée de jolis édifices; la rua José Clemente, celle des Remedios, la rue Quince de Novembro; mais la plus moderne et la plus belle de toutes est l`avenue Eduardo Ribeiro, admirablement bien pavés et éclairée. C`est le rendez-vous du monde élégant, la promenade favorite des Manaenses (Walle, 1909, p. 106-107).

prestaram a este jornal” (Jornal O Pensador, 20 jan. 1881, p. 4). A imprensa oficial não contribuiu apenas para a publicidade dos atos administrativos do governo do Amazonas, mas com a publicação de livros didáticos e regionais para fomentar a cultura no estado, pois utilizava recurso público para atender à demanda tipográfica local, a qual muitas das vezes era encaminhada para outros estados, como Maranhão e Pará, ou recorria-se às oficinas tipográficas dos jornais da cidade.

Comunica-se: Ao Inspetor do Tesouro Provincial – A vista da informação por cópia junta, do engenheiro diretor de obras públicas sobre a serraria avapor montada na fóz do Paranamyry do “Xiburena” por Matheus Soares Bello, mando v.s. entregar a este prestação do emprestimo que lhe foi feito nos termos do respectivo contrato conforme requereu. O mesmo. - Em resposta ao ao offício de v.s desta data, sob n. 248, declaro que a despesa de impressao do opúsculo “Seringueira” deva correr pela verba “Expediente, impressão” do § 2º do art. 4 da lei de orçamento em vigor [sic] (Jornal Amazonas, 1880, p. 2).

O HOMEM QUE RI. Acha-se no prelo da typographia do editor B. de Mattos na capital do Maranhão e brevemente sahirá á luz o 1º volume d'esta obra de Victor Hugo vertida livremente para a lingua que fallamos. Consta elle de dous capitulos preliminares e tres livros e a obra toda compõe-se de 4 volumes e 9 livros. N'esta typographia recebem-se encomendas sendo por cada vol. 1\$500. Logo que aqui chegarem e venderá a 2\$000 em broxura.	ADVOGACIA O bacharel Alfredo Sergio Ferreira tem o seo escriptorio de advogacia, na rua da Independencia n. 18 aonde reside. No desempenho de sua profissão encarega-se de promover qualquer causa commercial, civil ou crime e tambem promover cobranças amigaveis e judicialmente, ajustes de contas, arrecadações, execuções e qualquer outro negocio do fôro. Das 9 da manhã as 3 da tarde o seo escriptorio estará aberto. Dá tambem consultas de vendo ser ellas por escripto.	JOAGOSINHO. Sahio do prelo do editor B de Mattos, no Maranhão, um volume com esse nome dedicado á mocidade por Carlos Jannel e traduzido pelo distincto medico dr. Antonio Rego. A aceitação que tem tido esse livrinho em todos os collegios, escolas e estabelecimentos litterarios faz-nos annunciar ao publico desta capital. Recebemos na nossa typographia encomendas para o mesmo pelo modico preço de 1\$500 cada volume.

Anúncio da Typographias do estado do Maranhão oferecendo livros do escritor expoente do romantismo francês Victor Hugo. Fonte: *Jornal Correio de Mandos* (1869, p. 4).

Em dezembro de 1894, Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas, publica no *Diário Oficial* o edital para implementação do sistema de iluminação de gás globo, concedendo publicidade aos editais das obras sob sua gestão na cidade de Manáos.

O abaixo assinado de accôrdo com o edital do Thesouro Estadoal, chamado concorrentes para fazer o serviço da iluminação publica d'esta cidade, pelo systema gaz globo, propõe-se a fazer ese serviço pela quantia de dous contos cento noventa e

quatro mil réis (2.194.5000), obrigando se para lear a effeito o dito serviço a dar a sua custa pessoal, escadas, pharões e os mais aprestes precisos, que continuarão taes objectos a ser propriedade do abaixo assignado no fim do praso do contracto [sic] (Diario Official, 1894, p. 1).

Em 1882, na administração de José Lustosa da Cunha Paranaguá, governador da província do Amazonas, iniciam-se as obras para construção do Teatro Amazonas para atender à elite da sociedade manauense. Mas, somente na administração de Eduardo Ribeiro (1893-1896) são retomadas e concluídas as obras do Teatro, inaugurado em 31 de dezembro de 1896. Em Manáos também havia o Eden Theatro, com palco para concertos, peças teatrais, balés, inclusive com apresentações de ópera do compositor italiano Giuseppe Fortunino Francesco Verdi (1813-1901).

CONCERTO E. PEREIRA: Em presença de numerosos auditório, onde affluio a elite da sociedade manauense, realisou o jovem violinista sr. Elpidio Pereira ante-hontem o seu concerto instrumental no “Eden Theatro”. Tudo concorreu para dar á festa artistica do esperançoso marahense a nota realçante que desperta nos corações sensíveis as manifestações do Bello. Noite esplendida, um *bouquet* de perfumosas melodias evolvendo-se de mimoso e bem confeccionado programma, executado na maior parte por gentis amadoras e distinctos professores e dilettantistis. Deu começo ao concerto um potpourri da sentimental Traviata do erudicti Verdi, seguindo-se Phantasia e Scena de *Baillet*, de Beriot, executado por Elpidio Pereira e *madmoiselle* Lydia Freitas. Salienta-se este trecho, já pela difficuldade de execução, já por ser escripto por um dos mais notaveis compositores de França, occuparemos-nos primeiramente do sr. Elpidio Pereira [sic] (Jornal Amazonas, 1892, p. 2).

Ao saltar-se em Manáos uma cousa chama a attenção do observador, a grande actividade americana dos seus habitantes. Aterros, calçamentos, edificações, ajardinamentos, o diabo emfim. Só se vendo. A penna é insufficiente para dar-te uma idéia do que é Manáos e do que vem a ser. Estão em construcção grandes e riquissimas monumentos architectonicos, taes como o Theatro Amazonas, o Palácio do Governo, etc. O edificio da Imprensa Official é digno de nota; ha alli todos os modernismos das artes graphicas, e o jornal que diariamente sahe das suas officinas pode ser comparado com as melhores impressões européias. Tudo isso é grande, deslumbrante, prodigioso, falta-me porem uma qualquer coisa que tu, só tu darias: a tua presença, o teu sorriso, e as tuas exclamações. Oh! Que grande sofrimento a saudade! A De C [sic] (Diario Official, 1893, p. 6).



Teatro Amazonas. Fonte: Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Amazonas.

O ex-governador Eduardo Ribeiro morre em situações extremamente suspeitas. A imprensa oficial publica, no *Diário Oficial* nº 1982, de 16 de outubro de 1900, homenagem em reconhecimento ao seu fundador, decretando luto de três dias, inclusive suspendendo suas publicações.

Deixou de existir ante-hontém, 14 de Outubro, a individualidade que se chamou Eduardo Gonçalves Ribeiro, o Pensador. A Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, da qual foi elle o fundador, presta a devida e justa homenagem à memória do grande extinto, do querido homem político, que por tanto tempo dirigiu os altos destinos d'este futuroso Estado, que bem sabe quanto lhe deve, cobrindo-se de luto, cerrando as mias portas e suspendendo a sua publicação durante três dias [sic] (Diario Official, 1900, p. 1).

No campo cultural, antecedente à *Belle Époque*, a província do Amazonas investiu culturalmente na Sala de Leitura (1870 a 1884), embrião da Biblioteca Pública do Amazonas, que floresceu e desapareceu, em curto espaço de tempo, devido à falta de desvelo, mesmo possuindo o inventário do acervo para controle, o sistema de empréstimo de livros, e a credibilidade e compromisso da população para devolução. Em um anúncio no *Jornal do Amazonas*, o bibliotecário Antônio Augusto Alves solicita a devolução dos livros à população manauense:

Annuncios: Estando a organizar o catalago da Biblioteca publica, annexa ao Lycéo desta capital, roga encarecidamente o respectivo bibliothecario, abaixo assignado, ás pesoas que teem em seu poder livros pertencentes á mesma, por obsequio de

restituí-los com a máxima brevidade. Secretaria da Instrução Pública do Amazonas em Manáos 7 de Julho de 1877 [sic] (Jornal do Amazonas, 1877, p. 4).

Em 8 de novembro de 1882, José Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da província do Amazonas, no intuito de instalar, não mais uma Sala de Leitura, mas a “Bibliotheca Pública de Manáos”, nomeia comissão para angariar donativos para a Biblioteca, composta pelos seguintes cidadãos: capitão Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, tenente coronel Emílio José Moreira, Taciano Maurillo Torres, José de Freitas Pedrosa, capitão Custódio Pires Garcia, Carlos Gavinho Vianna e Gregório José de Moraes. O objetivo da escolha dos cavalheiros da comissão é persuadir os cidadãos a colaborar com doações e conscientizar sobre a necessidade de uma biblioteca.

José Lustosa da Cunha Paranaguá reservou na Lei Orçamentária Provincial para o biênio de 1882-1883, no §11 do art. 5, verba de 6:000\$000 (seis contos de réis) para pessoal, utensílios e expediente da Biblioteca Provincial. O Ministério da Fazenda do Império do Brasil colaborou permitindo o pagamento dos livros adquiridos na Europa por intermédio da Delegacia do Tesouro em Londres. Um grande número de obras nacionais e raridades a respeito da província do Amazonas veio da livraria B. L. Garnier, indicada pelo sr. conselheiro Franklin Doria, sem contar o *staff* do ilustre diretor da Biblioteca Nacional da Corte, na Europa.

Para o acervo da Sala de Leitura do Lyceu Provincial (1870 a 1884) aproveitaram-se várias obras, mas a maioria estava estragada e nesse período os livros regionais publicados eram de poesias.

Ao ilustrado ex-bibliotecário da Biblioteca Nacional da Corte, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, devo os mais sinceros agradecimentos pela aprimorada escolha dos livros vindos de Paris, onde a encomenda tem sido satisfeita com a maior pontualidade e fiscalizada graciosamente pelo nosso distinto e prestinoso compatriota Sr. Visconde de Nioae [sic] (Jornal do Amazonas, 1883, p. 1).

As primeiras manifestações literárias regionais no Amazonas são do romantismo europeu, escritas pelos escritores primogênitos contemporâneos: Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1850) e G. Amasonas de Sá (1869), que, para se ter dimensão da importância de suas publicações, são comparados à geração de poetas do romantismo brasileiro do século XIX, como: Antônio Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire entre outros. Em 7 de setembro de 1869, morre o poeta amazonense G. Amasonas de Sá, engrossando o flúmen dos nomes tão austeros da posteridade.

Antônio Gonçalves Dias, talento não menos fecundo, gênio igualmente brilhante, C. De Abreu, Junqueira Freire, etc., açodados condores são batidos pelas tempestades

da morte no meio do vôo que desprendião para os Andes da gloria. E quando S. Paulo, o Maranhão, o Rio de Janeiro e a Bahia chorão amargamente tão grandes perdas, a província do Amazonas – do berço de sua infância – também manda seu feudo de lagrimas para engrossar o grande *flumem* por onde nomes tão austeros irão a posteridade. É que Amasonas de Sá o primogenito da poesia nesta província na madrugada das illusões da vida deixava de existir. Seus ineditos são inquestionavelmente uma promettedora tentativa, com a qual deve desvanecer-se onde o poeta a primeira vez halitos purificador desta atmosphaera performosa do Brasil [sic] (Correio de Manáos, 1869, p. 3).

O que poderia existir para contentar-se com tão grande perda na atualidade seria a materialização das poesias em opúsculos, porém resta apenas uma estrofe do seu manuscrito, no *Jornal Correio de Manáos* (1869), do que se pode chamar do “Romantismo Brasileiro Manauense”, com a palavra “mano” utilizada pelos manauaras nos dias de hoje como forma de carinho e amizade fidedigna.

Entretanto o caracter todo nacional que se descortina em muitas de suas poesias entre as quaes se distação a Canção de tupy e a Saudação do rio Amazonas é incontestavelmente o predicado que fala o poeta e de mui lisongeiras esperanças. Ouçamol’o quando modesta brasileiramente fala de suas poesias n’uma carta que dirige a seo mano amigo – o inteligente sr. Bento Aranha na primeira folha de seus manuscriptos. “Ellas não forão moduladas aos maviosos sons de branda lyra; mas conforme a ocasião era de saudade, amor ou enthusiamo. Assim as cantei, ora aos maviosos sons de alegre nemby; ora ao estrepido guerreiro boré, até algumas dessas, não cantei, porem suspirei-as ao sopro do saudoso fan reo muremore americano. E a razão disso é clara: a lyra instrumento Europeu, nunca o aprenda. Mas, que tenho das nossas mattas americanas have á, que não sobre qualquer dos nossos instrumentos indígenas? E eu sou americano, sou amazonense” [sic] (Jornal Correio de Manaós, 7 set. 1869, p. 3).

Não apenas o sentimento do regionalismo amazônico é muito forte e presente, mas também a crítica aos diversos estilos literários ao longo da história da literatura brasileira. Os estados da Amazônia não se abstiveram dos movimentos políticos, históricos e culturais do Brasil, enaltecendo os filhos do orgulhoso rei dos rios a exuberância da floresta amazônica e de seus mistérios nos livros regionais amazônicos.

A falta de brasileirismo nas composições é sem dúvida alguma a causa pela qual no Brazil muito talento robusto não adquire o mérito da originalidade. Amasonas de Sá soube esquivar-se desta estrada em que desnaturarão-se muitos outros talentos do seu tempo. Esta circunstância faz-nos crer que Amasonas de Sá, se não tivesse tão curta existência, deveria mais tarde, enriquecer com obras puramente brasileiras

os factos de nossa literatura que é tão pobre de originalidades [sic] (Jornal Correio de Manaós, 7 set. 1869, p. 3).

Uma das mais emblemáticas demonstrações de força do “regionalismo amazônico” foi a oposição ao modernismo (regionalismo x modernismo). O futurismo, movimento de vanguarda de origem europeia no século XX, fundado pelo escritor e poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti, tornou-se a base do modernismo brasileiro. Em Roma, durante comemoração do cinquentenário do jornal *Le Figaro*, de Paris, publicaram-se trechos do Manifesto Futurista criado por Marinetti.

A Literatura dignificou até agora à imobilidade de pensamento, o êxtase e o sono, – proclama o novo chefe, – Nós vamos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo ginástico a bofetadas, o murro... “A Poesia – acrescentava – deve ser um assalto violento a todas as forças desconhecidas para as abrigar a prostarem-se diante do homem”. Era preciso reformar a música e gritava: “Abaixo os velhos instrumentos! Viva o Barulho! E Marinetti concluía, inflamado: É preciso destruir a sintaxe só empregar os verbos no infinitivo e abolir o adjetivo e o advérbio. Basta as pontuações! Viva a feiidade! Morra a solenidade! É preciso matar a inteligência” (Jornal do Comercio, 28 jul. 1959, p. 9).

Em comemoração ao centenário da Semana de Arte Moderna (1922-2022), utilizaram-se os relatos de Mário de Andrade, do livro *O turista aprendiz*, um dos mais importantes sobre o “descobrimento” do Brasil, escrito em forma de diário, com informalidade, humor e elevada percepção sobre o prosaico e o inusitado, para narrar duas viagens de Mário pela Amazônia (Iphan, 2015, p. 11), nas quais nasceu o herói da nossa gente, Macunaíma, ou como gostava de chamar, Rapsódia.

O relato dessas viagens reforça valores já presentes na Semana de Arte Moderna de 1922. Valores esses que, em nosso ambiente, onde passado e presente coexistem com grande proximidade, revelam-se, às vezes, contraditórios: ao mesmo tempo crítico das instituições e pregando a ruptura com o passado acadêmico, Mário identifica-se com ideias liberais e conservadoras. O resgate de um Brasil de feição mestiça e desgarrado dos padrões europeus de então, mais indígena, mais africano, mais caboclo e caipira, inicia uma nova síntese cultural que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade. Trata-se de reinventar o país a partir do seu reconhecimento e indeterminações. Não é por acaso que sua inovadora obra Macunaíma, um herói sem caráter, vem à luz em 1928, depois do contato com o universo amazônico (Andrade, 2015, p. 12).

Em 7 de maio de 1927, Mário de Andrade partia de São Paulo com destino ao Amazonas, Peru, Bolívia e ilha de Marajó, no Pará.

O contato, ora com a floresta, ora com o sertão, e seus diversos tipos humanos e manifestações culturais, religiosidade, folguedos, danças, músicas, quase sempre impregnados de sincretismo e superstição, causa grande impacto em nosso “turista”, consolidando uma visão de nacionalidade abrangente em oposição aos valores regionais até então majoritários (Andrade, 2015, p. 13).

No verão, em 5 de junho de 1927, Mário de Andrade, consagrado na Semana de Arte Moderna de 1922, chega a Manaus, após uma noite de tempestade no rio Amazonas, com pancadas de chuvas sazonais, comuns nesse período do ano. Houve recepção oficial para mais de 700 pessoas e cortejo conduzindo-o ao Palácio Rio Negro, então sede do governo do Amazonas. No dia seguinte fez-se passeio de bonde na avenida Eduardo Ribeiro, visita oficial à cervejaria Miranda Correia, ao hospital, a orfanatos e à exposição do pintor e escultor Ângelo Guido. À noite, reuniu-se com homens de letras locais Raymundo Moraes, Da Costa Silva e outros hostis ao futurismo.

6 de junho. De manhã, bonde, passeio oficial até a fábrica de cerveja. Tarde também oficial, hospital, orfanato, exposição Ângelo Guido, não compramos. Noite livre, minha, com Raymundo Moraes, Da Costa e Silva e outros, infensos a qualquer espécie de “futurismo”, porém que se sentiram no dever confrade de me visitar. Aliás simpaticíssimos, conversa ótima, pouca literatura, muito Amazonas e felicidade com que me trouxeram a bordo às três da madrugada. Me deram o opúsculo de caçoadá sem maldade que publicaram por causa da minha vinda futurista. Mas não chega a ser engraçado. (Andrade, 2015, p. 94).³

O bibliotecário Genésino Braga revelou em artigo publicado no *Jornal do Comércio* os autores do “opúsculo de caçoadá” entregues a Mário de Andrade. O escritor Clóvis Barbosa (1904-1989), guardião da história e da cultura da Amazonas (Corrêa, 2009, p. 1), participou de palestra literária com Raymundo Moraes, Da Costa e Silva e outros, que Mário de Andrade relata como infensos ao modernismo, em cujas obras houve muita Amazônia e pouca literatura. Os autores do “opúsculo de caçoadá”, que caricaturavam o modernismo e o chefe do movimento modernista Mário de Andrade, são: o filólogo e escritor João Leda e o advogado Adelino Costa.

3. Mário de Andrade não revela os autores do opúsculo em seu diário, nem tão pouco o conservou em sua biblioteca.

Combatia-a frontalmente João Leda, desde 1925, quando assinara na revista “Redenção”, o artigo intitulado “Futurismo”, reagindo contra o “Espírito Moderno” de Graça Aranha, exaltado na famosa Conferência de 1924, perante o plenário aturdido da Academia Brasileira de Letras; e, agora, com a presença em Manaus do mais categorizado de seus doutrinadores, a quem caricaturara em opúsculo mordaz mandado imprimir na Tipografia Velho Lino, e, ainda ensaiada uma vaia na hora do embarque de Mário de Andrade (Jornal do Comercio, 5 ago. 1973, p. 3).

Apesar da resistência regional ao modernismo, incontestavelmente, o secretário da Academia Amazonense de Letras (AAL), José Chevalier, chefe da Biblioteca Pública do Amazonas, em 1914, primeiro bibliotecário que exerceu o cargo com exata noção de sua importância no seio da comunidade (Braga, 1957, p. 11), foi o primeiro no Amazonas a aderir ao movimento de renovação ocorrido na Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922.

Bibliotecário, dignificou a profissão, amando os livros, encaminhando os leitores, difundindo no máximo os conhecimentos humanos que, em volumes preciosos, estavam confiados à sua guarda. Bem credenciado está o seu nome para figurar entre os dos grandes precursores da biblioteconomia no Brasil, ao lado de João Saldanha da Gama, Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Manuel Cicero Peregrino e Constância Alves, que, em épocas diversas do passado, tanto honraram e dignificaram as funções de Bibliotecário e hoje são reverenciados na admiração e no respeito dos modernos profissionais. José Chevalier Carneiro de Almeida, como aqueles, foi um autêntico *SERVUS SERVORUM SCIENTIAE* (Braga, 1957, p. 28).

Durante a visita de Mário de Andrade a Manaus, exercia o cargo de prefeito da cidade o proeminente acadêmico da Academia Amazonense de Letras (AAL), Araújo Lima. Mesmo assim poucos literatos prestigiaram as homenagens programadas e poucos estavam propensos a aceitar as diretrizes modernistas preconizadas pelo autor de *Pauliceia desvairada*, tamanha era a resistência do regionalismo na Amazônia.

Apesar dos acontecimentos, o modernismo obteve seus adeptos em Manaus, embora em número reduzido. José Chevalier foi o primeiro deles. Há que se concordar com o que Oswald de Andrade preconizava em seu *Manifesto Pau-Brasil*, em 1924:

Uma poesia emancipada, liberta dos cipós das raistificações. A língua sem arcadismo. Sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. O lirismo em folha. A apresentação dos materiais. Contra a argúcia naturalista, a síntese. Contra a cópia, a invenção e a surpresa. Ou, então convicto de que “a

poesia deveria trazer o sentido da fora bárbara e original da terra”, – como a queria Mário de Andrade (Jornal do Comercio, 5 ago. 1973, p. 3).

Outros acadêmicos de letras amazônicos, em número reduzido, tinham recebido com entusiasmo o pensamento modernista:

Clovis Barbosa, pelas páginas de sua bela revista “Redenção”; Pereira da Silva, com os versos que enfeixou no livro “Poemas Amazônicos” (1927); Abguar Bastos chegado de Belém com o seu sugestivo manifesto “Flami-n`Açu”, que ali tivera fraca receptividade e uns poucos mais. O bastante, porém, para ficar na história das letras amazonenses que o Modernismo aqui explodiu, foi combatido, homenageado, pregado ou cultivado, desde 1925, com a reação de João Leda e o acolhimento da revista “Redenção”, e desde 1927, com José Chevalier, Abguar Bastos, Pereira da Silva e outros (Jornal do Comercio, 5 ago. 1973, p. 3).

Mário de Andrade (1927) deixa a sua Paulicéia na busca pelo conhecimento em literatura, poesia, música, etnografia e folclore da Amazônia. No ano seguinte, após sua epopeia, publica sua rapsódia *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, evocando a lenda dos índios Taulipang revelada, no campo científico, por Theodor Koch-Grünberg (1917) e, no campo literário, pelo próprio autor.

O movimento modernista rendeu-se ao regionalismo, e uma das características da 3ª Geração do Modernismo é o misto de regionalismo e universalismo; neste artigo adotou-se como critério temporal de raridade o ano de publicação do livro *Grande Sertão: veredas*, uma das joias literárias brasileiras, do escritor modernista Guimarães Rosa (1956), para demonstrar a importância dos opúsculos amazônicos não apenas para a Amazônia, mas para o mundo.

Os livros regionais amazônicos encontravam-se na vanguarda dos movimentos literários: romantismo, naturismo, realismo, parnasianismo e modernismo. Os filhos dos rios souberam como poucos, ante as dificuldades impostas pela região amazônica, preservar a sua cultura, ao longo de séculos retratada pelos naturalistas europeus.

Considerações finais

A conquista e a colonização da Amazônia ocorreram por intermédio da navegação de cabotagem, iniciando-se no forte do Presépio (Belém-PA) e na barra do Rio Negro (Manaus-AM), entre outros polos de colonização. Dessa forma, os critérios de raridade regional mencionados atenderiam a todos os estados amazônicos: Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá.

Os livros regionais amazônicos relatam e transcrevem os conhecimentos dos índios e caboclos e dos filhos dos rios da Amazônia. Assim como as águas

do rio Amazonas, o conhecimento flui das nascentes dos igarapés percorrendo os seus principais tributários, os rios Negro e Solimões, até o encontro das águas na cidade de Manaus. O conhecimento materializou-se nos livros raros oitocentistas, complementado pelos livros raros regionais e salvaguardados na Biblioteca Pública do Amazonas, no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, e entre outras instituições.

Referências

AGASSIZ, L; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2000.

ANDRADE, M. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/O_turista_aprendiz.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARANHA, Tenreiro. *Obras literárias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*: Natural da Vila de Barcelos, capital da antiga Capitania do Rio Negro, agora Província do Amazonas, que ao Senhor D. Pedro 2º, Imperador do Brasil, dedica e oferece João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho do autor. Belém, PA: Tipografia de Santos e Filhos, 1850. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=36561>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRAGA, G. *Nascença e vivência da Biblioteca do Amazonas*. Belém: Inpa, 1957.

CHIAPPINI, L. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 153, 1995.

CHONG DE LA CRUZ, I. *Diretrizes para la descripción y catalogación del libro antiguo*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014. p. 88-89.

CORRÊA, L. M. *Clóvis Barbosa* (Série Memória). 2009, p 1. Editora: Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/cl_vis_barbosa_luiz_de_miranda_corr_a_/1. Acesso em: 19 mar. 2022.

Diário Oficial, Estado Federado do Amazonas, Manaus, ano I, n. 8, 25 nov. 1893, p. 6. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&pesq=%22Teatro%20Amazonas%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=63>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Diário Oficial, Estado Federado do Amazonas, Manaus, ano II, n. 319, 28 dez. 1894, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028843&pesq=%22sistema%20gaz-globe%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=2477>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Diário Oficial, Estado Federado do Amazonas, Manaus, ano VIII, n. 1.982, 16 out. 1900, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/028843/per028843_1900_01982.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa, por ocasião da Abertura da segunda sessão da oitava legislatura em 10 de Junho de

1914 pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Jonathas de Freitas Pedrosa. Manáos-Amazonas: *Secção de Obras da Imprensa Pública*, 1914, p. 269. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720879x&pesq=%22de%20estatu%C3%ADdo%20o%20nosso%20servi%C3%A7o%20de%20permuta%22&pagfis=4437>. Acesso em: 23 out. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Critérios de raridade da Biblioteca Nacional. *Ordem de Serviço 12/1984 (OS-GD/12)*. Rio de Janeiro, 1984.

JOBIM, A. *A intelectualidade no extremo norte*: contribuições para a história da literatura no Amazonas. Manáos-AM: Livraria Clássica, 1934.

Jornal Amazonas, Manaus, ano XVIII, n. 3.568, 28 set. 1892, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pesq=elite%20borracha&hf=memoria.bn.br&pagfis=5006>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Jornal Amazonas, Manaus, ano XXIX, n. 61, 23 set. 1893, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pesq=%22aviamentos%20em%20nossa%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=5966>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Jornal Correio de Manaós, Manaus, ano I, n. 1, 7 set. 1869, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=851043&Pesq=%22Alvares%20d'Azevedo,%20%22&pagfis=3>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Jornal do Amazonas, Manaus, ano III, n. 196, 23 jul. 1877, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=260940&pesq=%22organisar%20o%20catalogo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=701>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Jornal do Amazonas, Manaus, ano XII, n. 110, 31 mar. 1878, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pesq=%22Abreu%20morador%20em%20Borba%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1440>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Jornal do Amazonas, Manaus, ano XIV, n. 414, 21 abr. 1880, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pesq=%22Matheus%20Soares%20Bello%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=2670>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Jornal do Comercio, Manaus, 28 jul. 1959, p. 9. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22Despertar%20de%20Marinetti%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=63226. Acesso em: 27 jan. 2021.

Jornal do Comercio, Manaus, 5 ago. 1973, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=Manifesto%20Flamina%c3%a7u&pagfis=107393. Acesso em: 2 fev. 2022.

Jornal O Pensador, Maranhão, ano II, n. 14, 20 jan. 1881, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761176&pesq=Eduardo%20Ribeiro%20o%20pensador&hf=memoria.bn.br&pagfis=67>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MATTA, A. A. *Geographia e topographia médica de Manáos*. [s.l.]: Livraria Reunaud, 1916. Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/g003_geographia_e_topographia_medica_resize. Acesso em: 9 jan. 2021.

- MONTEIRO, M. Y. *História da cultura amazonense*. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016. p. 35-36.
- MORAES, R. B. *O bibliófilo aprendiz*. 3. [s.l.]: ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.
- PEREIRA, M. N. *O peixe-boi da Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1947.
- PINHEIRO, A. V. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- SILVA, R. L. *et al.* Aterramento do Igarapé do Espírito Santo em 1893, atual Avenida Eduardo Ribeiro: Retrocesso político ou questões socioeconômicas. *Anais do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia*. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/92191.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2022.
- WALLE, P. *Caoutchouc du Brésil*. Au Pays de Lyor Noir. Paris: Editeur E. Guilmoto, 1909.

Marcas de proveniência: critério de raridade e fonte histórica sobre a Ordem dos Capuchinhos no RS

Clarissa Afonso da Silveira

Bacharel em Biblioteconomia e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul e bibliotecária no Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap)

Susiele Alves Ramos

Licenciada em História e graduanda em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul e gestora de documentos no Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap)





Resumo

A presença de ex-líbris, carimbos, etiquetas e dedicatórias é um critério de raridade bibliográfica. Para a História, essas marcas de proveniência tornam o livro um repositório de memórias e qualificam o patrimônio de uma instituição. Este trabalho em andamento visa a demonstrar como marcas de proveniência encontradas no acervo catalogado da biblioteca do Museu dos Capuchinhos constituem fontes relevantes de informação para a história da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos do Rio Grande do Sul. Foram analisadas 84 obras raras relacionadas aos primeiros anos da missão no estado. A metodologia conjuga a análise bibliológica das obras com a análise das suas marcas de proveniência. Foram destacadas 22 marcas de diferentes tipos e, com o auxílio de fontes documentais e bibliográficas, identificou-se a trajetória dos livros e seus proprietários, na Europa e no Brasil, comprovando sua relação com personagens e fatos da história da Ordem.

Palavras-chave: Marcas de proveniência. Critério de raridade bibliográfica. Obras raras. História da Ordem dos Capuchinhos. Memória.

Abstract

The presence of ex-libris, stamps, labels, and dedications is a criterion of bibliographic rarity. For the History field, these marks of provenance turn a book into a repository of memories that improves the heritage of an institution. This ongoing work aims at demonstrating how the provenance marks found in the cataloged heritage of the Capuchin Museum are relevant sources of information on the history of the Order of Friars Minor Capuchin of Rio Grande do Sul. 84 rare books, which are related to the initial years of the mission in the State, were analyzed. The methodology joins the bibliological analysis of the books and an analysis of their provenance. 22 marks of different types were highlighted; the trajectory of the books and their owners in Europe and Brazil were identified with the help of documental and bibliographic sources; and their relationship with characters and facts of the history of the Order was proven.

Keywords: Marks of provenance. Criterion of bibliographical rarity. Rare books. History of Capuchin Order. Memory.



Introdução

O Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap) é um espaço de memória localizado em Caxias do Sul. Foi instituído em 1980 e aberto ao público em dezembro de 2000. Possui acervos documentais, museológicos e bibliográficos. Reunindo cerca de 26 mil exemplares (uma Coleção Especializada e uma Coleção de Obras Raras publicadas entre o século XV e o século XVIII), o acervo bibliográfico integra a biblioteca do MusCap e está em processo de catalogação. Em parte dele, já foi realizada a análise bibliológica, que serviu de embasamento para as investigações propostas nesse artigo.

A ideia de analisar as marcas de proveniência encontradas nos acervos da biblioteca do MusCap e relacioná-las com aspectos históricos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no RS surgiu a partir de estudos realizados durante o ano de 2021, com a finalidade de aperfeiçoar o processo de catalogação e a descrição das informações encontradas nos exemplares. Esses estudos buscavam ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre a História do Livro, Bibliografia Material e Marcas de Proveniência.

Durante a análise bibliológica, a presença recorrente de carimbos, ex-líbris e dedicatórias nas obras em processo de catalogação instigou um olhar mais atento a cada uma das marcas. A busca por mais informações, além daquelas visíveis, tinha o propósito de descobrir de que forma aquela obra e aquela marca se relacionavam com a história da Ordem dos Capuchinhos, bem como com a história do Rio Grande do Sul ou com a trajetória das instituições religiosas e seus integrantes.

As marcas de proveniência como critério de raridade bibliográfica são um elemento fundamental na Política de Desenvolvimento de Coleção de acervos raros de qualquer biblioteca. A biblioteca do MusCap utiliza o critério de raridade bibliográfica e sua relação histórica com a Ordem dos Capuchinhos no RS para definir se um exemplar permanece ou não na coleção. As marcas de proveniência, além de colaborarem para a efetivação da missão do MusCap, representam as memórias presentes no seu patrimônio bibliográfico.

Para realizar esse trabalho, foi necessário unir os conhecimentos da Biblioteconomia aos conhecimentos sobre a História da Ordem, de forma a contextualizar a vinda dos capuchinhos para o Rio Grande do Sul e a instalação das primeiras comunidades e conventos. Neste artigo, devido à complexidade do tema, optou-se por se fazer um recorte histórico dos primeiros sete anos da missão no RS (1896-1903), período em que se registrou a chegada da maior parte dos acervos que formaram a Coleção de Obras Raras da biblioteca do MusCap.

A Ordem dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul

Para compreender os motivos da vinda dos frades capuchinhos da Província de Saboia, na França, para o Rio Grande do Sul é necessário conhecer o contexto político e religioso em que se encontravam esses religiosos no final do século XIX.

O governo francês havia anulado os privilégios concedidos às Ordens e Congregações religiosas, tornando difícil sua permanência na França. Os religiosos e seminaristas franceses passaram a ser obrigados a prestar serviço militar, com exceção daqueles com idade entre 19 e 30 anos e que residissem no exterior. Inicialmente, os jovens capuchinhos foram enviados para Beit-Khachebeu, ao norte de Beirute, no Líbano (Gillonay, 2007), onde os religiosos começam a adoecer, motivando a busca por outro local para fixar residência.

Nessa mesma época, dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, primeiro arcebispo de Porto Alegre (1890-1912), negociou com o Ministro Geral dos capuchinhos a vinda de missionários para o Rio Grande do Sul (Gillonay, 2007).

Atendendo ao convite de dom Cláudio, a missão capuchinha no Rio Grande do Sul foi instalada em janeiro de 1896, na Colônia Conde d'Eu (atual cidade de Garibaldi), um dos núcleos de imigrantes europeus, que se instalou no estado, no final do século XIX.

No dizer de Frei Bernardino,¹ foi dupla a motivação para os capuchinhos de Saboia aceitarem a missão no RS. A primeira e principal foi o zelo apostólico característico da missão de Saboia que, ao lado das missões contra os protestantes realizadas no próprio território, sempre se ocupava com a propagação da fé católica em outras terras. A segunda, mas não a menos importante, foi a memória das tumultuadas relações entre a Igreja e o Estado vividas na Europa desde o século XVII e que, no final do século XIX pareciam na Saboia recém-anexada pela França, ganhar outra vez intensidade (Zugno, 2017, p. 64-65).

Dois freis franceses, Bruno de Gillonnay e Leão de Montsapey, oriundos da Saboia, região que desde o século XVI abriga o Convento de Chambéry, berço da Ordem dos Capuchinhos na França, lideravam a instalação da missão no Rio Grande do Sul.

Bruno de Gillonnay (Adrien-Charles-Prosper Bellier) nasceu em Gillonnay, em 1859, e faleceu em 1938, em Chambéry, na França. Após sua ordenação como sacerdote (1885), viajou para Ghazir, no Líbano, onde foi professor de Teologia e Filosofia. Dez anos depois, partiu para o Brasil em uma nova missão, onde teve importante atuação para a instalação, desenvolvimento e coordenação

1. Frei Bernardino d'Apremont (François Pollet) nasceu em Apremont, França. Veio para a missão capuchinha do Rio Grande do Sul, em 1898, e permaneceu no estado até 1913.

da Província dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1924, quando retornou à Europa, conforme Zugno (2017). Leão de Montsa-
pey (Séraphin Pommier) nasceu em 1868, em Montsa-
pey, e faleceu em 1940, em Chambéry. Assim como frei Bruno, frei Leão dedicou-se à instalação da
missão e ao ensino de Filosofia e Teologia. Foi comissário da Ordem no RS
entre 1911 e 1912, até voltar para a Europa, quando prestou serviço militar
durante a Primeira Grande Guerra, conforme Zugno (2017). Com frei Bruno
e frei Leão veio também frei Rafael de La Roche (Louis Rosnoblet), nascido em
La Roche-sur-Foron, em 1849, e falecido em 1911, em Châtillon, França. De
1893 a 1899 e de 1902 a 1909, frei Rafael foi Ministro Provincial de Saboia,
condição que lhe atribuía a responsabilidade de acompanhar e supervisionar
a instalação da missão no RS.

A missão visava a atender às famílias de imigrantes italianos que chegavam
à região norte e nordeste do RS, e também criaria as condições para receber
os estudantes capuchinhos franceses que precisavam sair de Ghazir, conforme
Gillonay (2007). Em atendimento às demandas por formação cultural e
religiosa, foi implantada em 1898, na Colônia Conde d'Eu, apenas dois anos
depois da chegada dos frades franceses, a primeira Escola Seráfica, que seguia
os padrões da Escola Seráfica, construída em 1875, na cidade francesa de La
Roche, onde Frei Bruno havia estudado. Os filhos dos imigrantes e os estudantes
franceses foram os primeiros alunos. Paralelamente ao início das atividades da
escola, no mesmo terreno foi construído um convento para abrigar estudantes
e professores.

Conforme Zugno, “o primeiro grupo de candidatos era constituído por 14
jovens filhos de imigrantes [...] o número só não foi maior por falta de recursos,
por parte das famílias, para manter os jovens” (2017, p. 75); desses, só sete
jovens se tornaram frades.

A Escola Seráfica em pouco tempo se tornou pequena para a demanda de
estudantes, tanto dos filhos dos imigrantes italianos como também dos estudantes
capuchinhos franceses. Segundo Gillonnay (2007), devido ao bom relaciona-
mento dos capuchinhos com a comunidade da Colônia de Nova Trento (atual
cidade de Flores da Cunha), esse local foi a alternativa escolhida para expandir
a missão e, assim, ampliar o número de estudantes. O interesse das famílias e
do pároco local se manifestou na oferta de um terreno para a construção de um
convento da Ordem. A conjugação desses interesses resultou no lançamento,
em dezembro de 1897, com a benção de frei Bruno de Gillonnay, da pedra
fundamental do Convento Coração de Jesus, em Nova Trento (Gillonay,
2007). A instalação definitiva dos capuchinhos naquela localidade aconteceu
no final de 1899 (Zugno, 2017).

Em 1902, a Escola Seráfica da Colônia de Conde d'Eu foi transferida para
a Colônia de Alfredo Chaves (atual cidade de Veranópolis) conforme Gillon-
nay (2007), em instalações mais adequadas para a ampliação do número de

alunos. Nesse mesmo ano, a escola recebeu um grupo de estudantes de Filosofia e Teologia, que haviam abandonado o convento de Esperança (atual cidade de Vespasiano Correa), onde estavam desde 1900, devido a atritos entre os capuchinhos e o pároco local (Zugno, 2017).

Com a formação e ordenação de religiosos, a presença capuchinha foi expandida para outros locais do Rio Grande do Sul, e foram criadas outras fraternidades e conventos. Além dos locais já citados, até o ano de 1903, os capuchinhos instalaram comunidades em duas outras cidades: Comunidade Nossa Senhora da Piedade, em Vacaria, instalada em 10 de janeiro de 1903 e Comunidade São Lourenço de Brindisi, em Porto Alegre, instalada em 9 de fevereiro de 1903 (Pax et Bonum, 2011).

A partir de então, a presença capuchinha continua em expansão com a instalação de fraternidades em diversas cidades e com continuidade na realização de missões em todo o território brasileiro e no exterior (Portugal, Angola, República Centro-Africana, Nicarágua, França, República Dominicana e Haiti). Atualmente, a Província Sagrado Coração de Jesus dos Capuchinhos do RS desenvolve ações pastorais e sociais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (160 membros); no Mato Grosso e Rondônia (47); e no Haiti (27 frades).

O Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul

Com as mudanças estabelecidas pela Igreja Católica, decorrentes do Concílio Vaticano II (1962–1965), iniciou-se a adaptação às novas orientações. A *Constituição Conciliar Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia* impactou diretamente na preservação de bens patrimoniais da Província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul. Simultaneamente com a salvaguarda dos bens patrimoniais, existia a necessidade de preservar também a história da Ordem capuchinha desde a origem francesa à atuação no Rio Grande do Sul.

Diante desse cenário, a década de 1970 foi marcada pela eliminação de bens patrimoniais ligados à liturgia, como altares, retábulos, livros litúrgicos, alfaia, ou pela sua retirada dos locais de pertencimento ou do seu contexto original para serem depositados em porões e sótãos de conventos e sacristias. Atento a isso, frei Rovílio Costa, licenciado em Filosofia e Pedagogia, mestre em Psicologia da Educação e livre docente em Antropologia Cultural (Pax et Bonum, 2011), iniciou um movimento na Província para a criação de um museu, com o objetivo de preservar a história dos frades capuchinhos do Rio Grande do Sul.

Para efetivar a ideia, frei Rovílio incentivou um grupo de frades estudantes de Teologia, residentes no Convento São Lourenço de Brindisi, em Porto Alegre, a se envolverem na causa. O convite para integrar a equipe de criação

do museu atraiu o interesse dos freis Agemir Bavaresco, Arlindo Itacir Battistel, Celso Bordignon e Wilson Dallagnol.

Inicialmente, o museu funcionou no Convento São Lourenço de Bríndisi com a denominação de “Museu Antropológico-Religioso Efrem de Bellevaux”, em homenagem ao capuchinho francês que atuou na missão no Rio Grande do Sul, entre 1903 a 1945, ano de seu falecimento (Pax et Bonum, 2011). No termo de abertura do livro de registro de acervo do museu consta a data de 25 de março de 1980.

Os quatro religiosos que deram início às atividades do museu não possuíam formação em museologia ou outra área afim e receberam orientações quanto ao registro e catálogo dos acervos do historiador Moacyr Flores, após pedido de frei Rovílio Costa. Eles elaboraram o projeto de criação do museu com as justificativas, metas e diretrizes e um comunicado emitido e entregue a todos os frades da Província. Esse documento foi aprovado e assinado pelo Ministro Provincial, frei Carlos Albino Zagonel. As atividades desenvolvidas até o ano de 1985 ficaram restritas à coleta e ao registro de 777 acervos com as seguintes informações: número de registro, data de entrada no museu, descrição, doador, valor e observações.

Em 1985, o museu é transferido para o Seminário São José, em Veranópolis. Durante o período em que permaneceu nesse local não teve profissional responsável, o que ocasionou a dispersão, perda e degradação do acervo. Naquele período, as doações recebidas não possuíam nenhum registro de informações de procedência e histórico.

Durante a realização do XVI Capítulo Provincial, em setembro de 1993, o museu foi oficializado com a denominação de Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap) e uma nova sede foi definida: ele iria ocupar parte do prédio que abrigava a Editora São Miguel e o Jornal Correio Riograndense, que pertencia à Província, em Caxias do Sul. Essa edificação, construída no início da década de 1950, foi desocupada em janeiro de 1998, com a transferência da editora e do jornal para novas instalações, quando foram iniciadas as reformas do prédio para receber o museu. Responsável pela reforma, o arquiteto Jaime Boff executou o projeto a partir das indicações de frei Celso Bordignon, nomeado responsável pela administração do museu.

Entre 1997 e 2000, frei Celso residiu em Roma em função dos estudos no Pontifício Instituto de Arqueologia Cristã. Com seu retorno ao Brasil, foram iniciados os trabalhos necessários para a abertura do museu ao público, o que aconteceu em 6 de dezembro de 2000, com a primeira exposição temporária, composta por cerca de cem objetos do acervo do museu.

O ano de 2012 é marcado pela reestruturação museológica da instituição, tendo como bases norteadoras o plano museológico e a elaboração de um planejamento plurianual de atividades, que elencava as prioridades para a preservação do acervo. Para tornar possível a reorganização das atividades, foi contratada

uma equipe de profissionais com formação específica em Museologia, História, Conservação e Restauro.

Mantido pela Associação Literária São Boaventura, instituição da Província Sagrado Coração de Jesus dos Frades Capuchinhos do RS, o MusCap tem como missão “preservar e comunicar os objetos e as memórias que contam a história da presença capuchinha no Rio Grande do Sul e também as particularidades que tornam especial cada frade capuchinho”. Seu acervo é formado por doações de frades, igrejas, conventos, fraternidades, seminários e bibliotecas administrados pelos capuchinhos. Os itens são agrupados em: acervo bibliográfico (formado por livros e periódicos); documental (formado por documentos textuais e iconográficos, jornais, álbuns fotográficos, fotografias, negativos, acervos audiovisuais e entrevistas de história oral); e museológico (formado por imaginária e mobiliário sacro, objetos litúrgicos, têxteis, objetos de uso cotidiano e objetos pessoais dos frades).

A biblioteca do MusCap e a formação do acervo bibliográfico

A biblioteca do MusCap ocupa duas salas no segundo andar do prédio do museu que abrigam a Coleção Especializada e a Coleção de Obras Raras, reunindo cerca de 26 mil exemplares. Em 2013, devido ao tamanho do acervo, uma outra sala localizada no primeiro andar do prédio passou a acomodar parte do acervo da Coleção de Obras Raras. As três salas que possuem acervo bibliográfico ocupam um espaço de 162 m².

O processo de reorganização da biblioteca começou em 2017 e ainda não se conhece exatamente a quantidade de itens de cada coleção. O acervo passa pela etapa de higienização e ao mesmo tempo está em curso a revisão da catalogação, a partir da devida análise bibliológica de cada exemplar. Todas essas ações seguem os critérios estabelecidos pela Política de Desenvolvimento de Coleção e pelo Procedimento Técnico, documentos criados em 2017 pela equipe da biblioteca e validados pela direção do MusCap.

Durante o processo de reorganização também se realiza a seleção das obras a serem inseridas no Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) da Fundação Biblioteca Nacional. Até dezembro de 2021, já foram incorporados ao Planor 74 exemplares.

Entre os temas das coleções destacam-se: Teologia; Catecismo; Franciscanismo; Filosofia; Música; Vida de Santos; Mariologia; Cristologia; História Regional; Bíblia (diferentes edições); e Artes.

Formado por doações de pessoas e instituições relacionadas à Província dos Capuchinhos do RS, o acervo da biblioteca do MusCap reúne livros e periódicos. Parte desse acervo são publicações da Ordem, da Província, da Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, da EST Edições e de frades.

O acervo, disponível para consulta local, atrai o interesse de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação; de religiosos; e de pessoas interessadas na Ordem dos Capuchinhos e em sua história. Entre as obras há textos estrangeiros publicados entre o século XV e o século XVIII, em grande parte trazidos pelos primeiros freis que chegaram ao Rio Grande do Sul, ou enviados pela Ordem dos Capuchinhos Franceses para serem utilizados nas escolas e conventos recém-criados nas Colônias.

Entre 1895 e 1909, frei Bruno de Gillonnay escreveu mais de uma centena de cartas a seus superiores na França e, entre tantos assuntos relacionados à instalação e desenvolvimento da missão no RS, percebe-se a sua preocupação em busca de apoio para prover a escola com recursos adequados ao ensino e à formação religiosa. Em 5 fevereiro de 1905, em carta ao Ministro Provincial da Ordem, que se preparava para visitar a missão no Rio Grande do Sul, frei Bruno escreve:

Eu pediria três coisas:

1ª Aqui estamos numa penúria extrema de irmãos leigos. Trazei-nos uns, M. R. Padre, mas vós sabeis as condições, as qualidades que eles devem ter. É melhor nada que ruim.

2ª Ornamentos sagrados, objetos de sacristia.

3ª Livros, vós sabeis o que é útil ao estudo e à pregação (Gillonnay, 2007, p. 312).

Em suas cartas, frei Bruno pedia: livros de teologia, teologia moral, teologia pastoral, teologia dogmática e direito canônico; dicionário francês-latim, dicionário italiano-latim, latim-italiano em formato pequeno para os alunos iniciantes, dicionário francês-polonês e polonês-francês, para estudantes que tinham interesse pela língua, e gramáticas italianas; missais, regras, bulas papais e outros livros que contribuíssem para introdução e formação dos estudantes na vida religiosa. “Alguns bons livros para a juventude e os professores, é coisa sempre bem-vinda, bem recebida e bem necessária” (Gillonnay, 2007, p. 322).

Pela leitura das cartas de frei Bruno percebe-se que encontrar essas obras no Brasil era difícil e dispendioso. Por outro lado, trazê-las da França implicava custos elevados com a alfândega. Em abril de 1901, ele escreveu:

Nós vamos interromper por um tempo nossos pedidos de livros: a aduana acaba de estabelecer regulamentos impossíveis. Ainda não pude retirar as quatro primeiras caixas: mas espero poder consegui-lo. A aduana turca é um paraíso comparado com a brasileira (Gillonnay, 2007, p. 186).

Na carta seguinte, em 25 de abril de 1901, depois de ter pago mil francos de aduana pelas “quatro infelizes caixas”, ele sugere a seu superior: “Enviai pelos jovens que nos chegam as coisas que se pode fazer passar como bagagem ou

que se pode esconder nas malas de mão; mas, por ora, não desejamos receber nada por navios, seria a ruína da Missão” (Gillonay, 2007, p. 187).

Grande parte das obras que hoje compõem o acervo da biblioteca do MusCap veio da França em caixas ou em malas para serem entregues à missão religiosa dirigida por frei Bruno. Suas cartas, escritas entre 1895 e 1909, e compiladas no livro *A igreja e os capuchinhos do Rio Grande do Sul*, editado por frei Vanildo Luiz Zugno, em 2007, fornecem elementos que ajudam a desvendar a origem de cada livro e o caminho por ele percorrido até chegar à biblioteca do MusCap. A leitura das cartas possibilita encontrar locais e instituições por onde cada exemplar passou e a análise bibliológica pode confirmar essas informações através da observação das marcas de proveniência encontradas no exemplar.

Carimbos, dedicatórias e ex-líbris são características extrínsecas, conforme o critério “Características do Exemplar”, utilizado pela Fundação Biblioteca Nacional para definir os critérios de raridade de uma obra. Segundo esse referencial, no processo de catalogação devem ser descritas as marcas inseridas ao longo do tempo (características extrínsecas) e tudo que foi inserido no exemplar depois de sua publicação ou que tenha sido retirado ou censurado, conforme Pinheiro (2009).

A Política de Desenvolvimento de Coleção da biblioteca do MusCap estabelece que a presença das marcas de proveniência é um critério de raridade bibliográfica, sendo também um critério para seleção e inserção de exemplares, tanto na Coleção Especializada como na Coleção de Obras Raras. As marcas de proveniência ajudam a contar e preservar a memória da instituição e de seus integrantes, que é a essência da missão do MusCap.

No catálogo do MusCap já estão identificados os seguintes livros solicitados por frei Bruno de Gillonnay a seus superiores na França, entre 1895 e 1909. Todos os exemplares citados aqui apresentam alguma marca de proveniência indicando sua passagem por Savoie (Saboia), Lyon, Grenoble, Nova Trento, Garibaldi, Alfredo Chaves e Ijuí.

- *Praxis Confessariorum seu Universae Theologiae Moralis et Pastoralis Tractatus Theoricus-Practicus e Theologia Pastoralis*, de Aemílio Berardi;
- *Compendium Theologiae Moralis*, de Dominico Palmieri;
- *Medulla Theologiae Dogmaticae e Theologia Generalis*, de H. Hurter;
- *Manuale Juris Canonici*, de D. Craisson;
- *Dictionnaire Français-Latin composé sur Le Plan du Dictionnaire Latin-Français* (solicitados no dia 20 de outubro de 1895, quando frei Bruno estava em Portugal estudando português e organizando a viagem para o Rio Grande do Sul), conforme Gillonnay (2007, p. 32-33);
- *Theologia Moralis Decalogalis et Sacramentalis*, de P. Patritio Sporer (solicitado pela primeira vez no dia 9 de agosto de 1902, em carta enviada da Colônia de Conde d’Eu), conforme Gillonnay (2007, p. 226);

- *Theologia Moralis per Modum Conferentiarum*, de P. Benjamin Elbel (sollicitado no dia 9 de agosto de 1902, da Colônia Conde d’Eu); conforme Gillonnay (2007, p. 226).

Metodologia com foco na análise bibliológica

A identificação das marcas de proveniência exige uma acurada análise bibliológica do exemplar, que deve ser complementada pelos recursos oferecidos por diferentes fontes de informação (documentos, livros, teses, dissertações, jornais e revistas) voltadas tanto para a história da Ordem dos Capuchinhos como para a trajetória dos religiosos que ao longo dos anos dela participaram.

A análise bibliológica é, assim, um exame cuidadoso que deve ser feito da capa até a contracapa. “[...] além da descrição detalhada de um exemplar para a finalidade de recuperação da informação, permite neste processo individualizar o livro, de modo a indicar a propriedade da instituição mantenedora” (Greenhalgh; Manini, 2015, p. 27). Em caso de extravio ou roubo, a análise bibliológica pode ser útil na comprovação da propriedade do exemplar, pois dificilmente se encontrará duas obras com as mesmas marcas e as mesmas trajetórias.

Conforme Pinheiro (2011), a análise bibliológica é a etapa em que se reconhece e se identificam os elementos encontrados no exemplar (características intrínsecas e extrínsecas), os quais devem ser descritos utilizando terminologias existentes nos dicionários especializados na área da Biblioteconomia, de forma a padronizar e universalizar a catalogação, cabendo ao profissional que realiza essa função:

conhecer a História da Editoração e da Produção do Livro impresso, especificamente do Livro Raro, do século XV ao século XVIII. A busca pela História da Editoração e da Produção do Livro possibilita a análise dos aspectos intrínsecos da obra (Rodrigues; Calheiros; Costa, 2007, p. 36).

As características intrínsecas são: as folhas de guarda, as folhas de rosto, os reclusos, as assinaturas, a numeração da página, os títulos correntes, os caracteres, as gravuras, as licenças de impressão, entre outros aspectos. Ao realizar a análise bibliológica, todas as páginas do livro são folheadas atentamente, identificando-se todas as características do exemplar. Quando necessário, essa análise possibilita fazer comparações entre itens de uma mesma coleção. Essa análise é conhecida como colação, isto é,

comparação ou cotejo de exemplares manuscritos ou impressos feita com vista a assegurar a sua conformidade total. [...] Organização dos cadernos impressos,

de acordo com a sucessão das suas assinaturas. Verificação de um exemplar de um documento para assegurar que ele está em perfeito estado, que todos os seus componentes estão completos e em correta sequência (Faria; Pericão, 2008, p. 175).

Durante o processo de catalogação, as obras do acervo da biblioteca do MusCap passam pelo processo de análise bibliológica e as informações são compiladas e descritas, conforme Pinheiro (2011) orienta:

- a. verificar todos os exemplares realizando a colação;
- b. realizar a fotobibliografia da folha de rosto transcrevendo integralmente todas as informações;
- c. comparar os exemplares para ver se eles estão completos;
- d. analisar todos os aspectos relacionados ao suporte, à capa, ao texto impresso, à ornamentação, às marcas intrínsecas e extrínsecas e à apresentação do material e aspectos intelectuais;
- e. registrar tudo que foi encontrado no ato de folhear o livro, indicando possíveis censuras, verificando falta de cadernos, falta de folha de rosto, se a obra é um volume único ou possui mais de um, fazendo uma análise cuidadosa das ilustrações;
- f. pesquisar sobre a obra e sobre o autor para acrescentar mais informações referentes ao item;
- g. utilizar os termos específicos da literatura para escrever as notas de catalogação, inserindo todas as informações de forma padronizada e exaustiva, mas de modo que se consiga ler e compreender, ou seja, de maneira direta e clara, com textos breves;
- h. indicar os lugares onde forem encontradas as características extrínsecas (marcas de proveniência, dedicatórias e anotações), mas também as características intrínsecas como: as licenças de impressão, erro de numeração de página ou erro de assinaturas, *fnis*, entre outros aspectos visualizados.

Através da descrição das características extrínsecas do exemplar é possível resgatar sua memória e recriar sua trajetória até a chegada à biblioteca do MusCap. “[...] as marcas de proveniência, como fontes de informação histórica, são fundamentais na identificação da trajetória do exemplar” (Bibas, 2019, p. 23). É possível descobrir se os exemplares de uma mesma coleção passaram pelos mesmos locais, e é possível decidir se o exemplar fica ou não no acervo analisando-se suas marcas de proveniência e suas características intrínsecas. A identificação das marcas de uso pode mostrar como esse livro foi lido e utilizado. A partir dos seus carimbos e dedicatórias é possível identificar locais, instituições, épocas e pessoas que se relacionaram com o exemplar e com a Ordem dos Capuchinhos. Para que essa análise seja mais completa, é necessário conhecer o contexto histórico e social que se inter-relaciona com a Ordem. Isso exige uma pesquisa constante nas fontes de informação disponíveis.

Marcas de proveniência como fonte de informação histórica

Conhecer os diferentes aspectos que envolvem a história da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e as razões que a trouxeram ao Rio Grande do Sul, assim como conhecer o contexto em que se dá a formação das primeiras colônias de imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul no final do século XIX, possibilita reunir elementos que facilitam a identificação e a descrição cuidadosa das marcas de posse e de proveniência encontradas no acervo bibliográfico do MusCap. Nesse sentido, a parceria entre os profissionais da Biblioteconomia e da História pode resultar numa catalogação mais acurada. Cada marca identificada pode contribuir para desvendar aspectos da trajetória dos livros, das pessoas e das instituições por onde ele passou. Para os capuchinhos, esses achados têm um grande significado por trazerem memórias que merecem ser preservadas e transmitidas para as novas gerações.

Neste trabalho, foram abordadas 22 marcas de proveniência ou posse (duas dedicatórias, onze carimbos, sete ex-líbris e dois superlibros) encontradas em 84 exemplares no acervo catalogado, que se relacionam com personagens, fatos e lugares da história da Ordem.

O caminho percorrido por uma obra pode ser contado pelas marcas de propriedade que ela apresenta e que podem ter diferentes formatos: “carimbo, etiqueta, selo branco ou outro distintivo, que identifica um documento como pertencente a um determinado particular ou instituição; marca de posse; pertence, marca pessoal” (Faria; Pericão, 2008, p. 483).

Destacam-se no acervo bibliográfico do MusCap, os carimbos da Biblioteca dos Capuchinhos de Chambéry (século XIX, Saboia, França), do Convento Notre-Dame de Pitié (século XVII, Grenoble, França), do Convento de Meylan (século XIX, França) e da Antica Libreria S. Occhi di Luigi Favai (século XVIII, Veneza). Também já foram identificados carimbos de cidades e instituições gaúchas onde os capuchinhos primeiramente

se instalaram, como Convento dos Capuchinhos na Colônia Conde d’Eu (destacando-se carimbos com a inscrição *Sigillum Capuccinorum* Conde d’Eu – Brasille, e após 1900, com a emancipação da cidade, carimbos com a inscrição *SIGILLUM CAPUCCINORUM GARIBALDI* – R. G. do Sul); e Escola

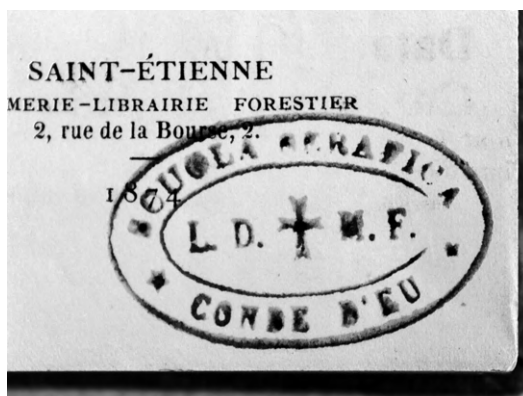


Figura 1 – Carimbo molhado da primeira Escola Seráfica de Conde d’Eu, criada em 1898. Acervo MusCap.

Seráfica de Conde d'Eu, com a inscrição: *SCUOLA SERÁFICA* * CONDE D'EU * e ao centro L.D. + M.F. (*Laus Deo*, Maria e Francisco), que significa “Louvado seja Deus, Maria e Francisco” (imagem 1).

Além dos carimbos relacionados à Colônia de Conde d'Eu, foram encontrados carimbos do Convento Coração de Jesus de Nova Trento, com a inscrição *SIGIL. CONV. CAPUCCINORUM*, e no centro uma ilustração do Sagrado Coração de Jesus (imagem 2); da Biblioteca do Convento de Nova Trento, com a inscrição *Bibliotheca * CAPUCCINORUM * Novi Tridenti* (imagem 2); da Escola Seráfica, em Alfredo Chaves, com a inscrição *SCHOLA SERAPHICA FF. MM. CAPUO. FLUM. GRAND*, e ao centro *S. JOSEPH O.P.N.*

Conforme Campos (2015), o carimbo é uma marca muito utilizada pelas instituições religiosas a partir do século XVIII, tanto na língua portuguesa como em latim. Geralmente se localizam nas laterais da folha de rosto e também no seu canto inferior, conforme critério interno utilizado pelas bibliotecas religiosas.

No acervo da biblioteca do MusCap, muitos carimbos aparecem na folha de rosto na mesma posição indicada por Campos, como se pode ver a seguir (imagem 2), no *Compendium Theologiae Moralis*, de Dominico Palmieri, uma das obras solicitadas por frei Bruno Gillonnay a seus superiores na França, e que passou pelo Convento de Nova Trento e por sua biblioteca, citados acima.

Os carimbos podem estar próximos à vinheta ou acima de alguma informação na folha de rosto, ou, por exemplo, por cima do ano de publicação da obra (conforme pode ser observado na imagem 1). Eles também podem ser encontrados na folha de guarda, contraguarda e falsa folha de rosto – nesses casos, sempre no canto inferior da página. A maioria dos carimbos encontrados é de carimbos molhados (a tinta), mas também há secos (em relevo). Garcia Aguilar (2011) explica que nos livros antigos, o carimbo é uma informação muito utilizada para identificar a origem das obras, sendo

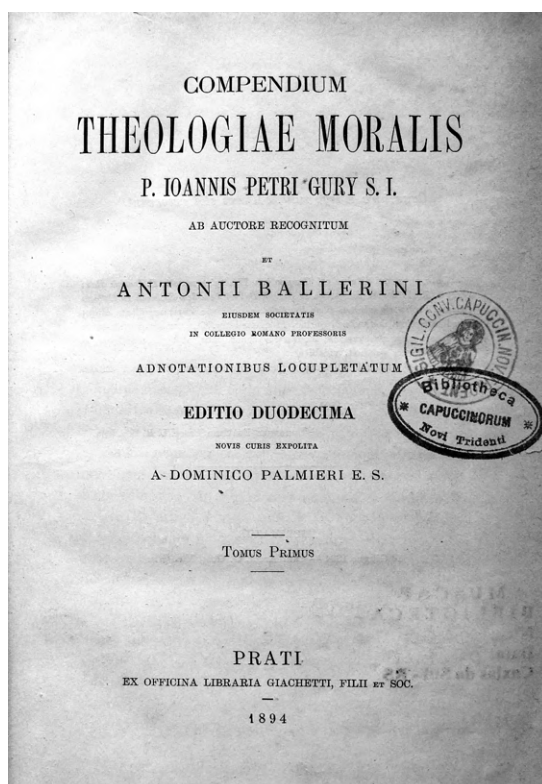


Figura 2 – Página de rosto de exemplar publicado em 1894. Acervo MusCap.

mais frequente encontrar os carimbos molhados, apesar de haver alguns secos.

Assim como o carimbo, etiquetas e selos brancos, o superlibro é uma marca de propriedade que “designa uma marca de ex-líbris gravada na pasta superior e/ou inferior de uma encadernação, geralmente guarnecida com as armas, nome, divisa, emblema ou outros elementos relacionados com o possuidor da obra” (Faria; Pericão, 2008, p. 683). Ao longo do processo de catalogação do acervo bibliográfico do MusCap foram encontrados dois superlibros: do *Touring Club Italiano* e do Brasão da Ordem Franciscana. Este último, encontrado na capa do *Vita del Beato Teofilo Di Corte* (imagem 3), está gravado em dourado e representa ramos circundando dois braços entrecruzados sobre uma cruz.

Outra marca de posse muito presente nos acervos religiosos são os ex-líbris, “elemento que se coloca no livro e que identifica o seu possuidor; marca de propriedade; nota de posse, por vezes iniciada pela expressão sou de” (Faria; Pericão, 2008, p. 483).

Camila Miranda (2009), em sua monografia *Ex-libris: uma perspectiva histórica e contemporânea*, explica que existem vários tipos de ex-líbris e que o mais tradicional é composto de três partes: nome da pessoa a quem pertenceu a obra, uma frase escrita em latim (que geralmente mostra os gostos da pessoa) e um desenho (brasão ou ilustração) que esteja relacionado com a frase. No acervo do MusCap, ainda não se encontrou um ex-líbris tão completo como descrito por Miranda. No entanto, há registros de ex-líbris mais simples que apenas mencionam a quem pertenceu o livro e quem tinha permissão de utilizá-lo. Campos (2015) complementa mostrando que na biblioteca religiosa é mais comum encontrar etiquetas tipográficas do que ex-líbris tradicionais. As etiquetas tipográficas são conhecidas como ex-líbris móveis e, conforme Miranda (2009), e Vian e Rodrigues (2020), costumam estar inseridas na contraguarda e na folha de guarda, podendo ser impressas, gravadas ou estampadas, indicando

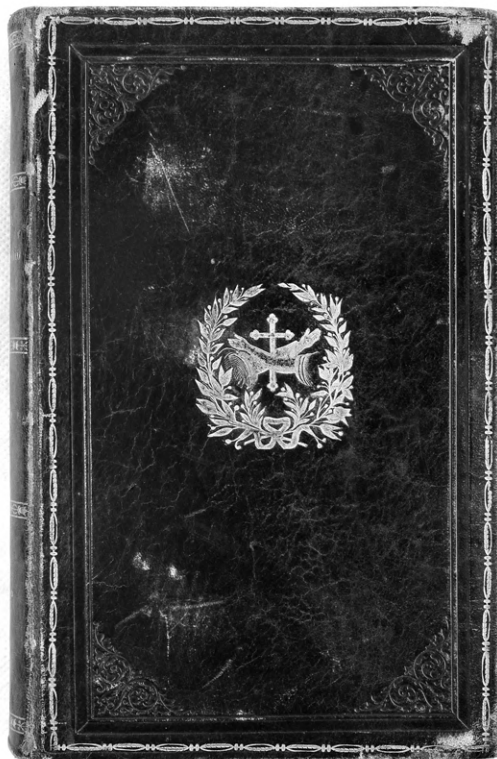


Figura 3 – Superlibros na capa do exemplar *Vita del Beato Teofilo Di Corte*. Acervo MusCap.

o nome de uma pessoa física ou jurídica (biblioteca pública ou privada) a quem pertenceu o livro. A etiqueta tipográfica pode estar acompanhada de uma vinheta ou de outra informação, como uma data ou um espaço para ser inserido o número de registro da obra.

O ex-líbris da Biblioteca do Convento dos Capuchinhos de Chambéry é um exemplo de etiqueta tipográfica encontrada em alguns exemplares do acervo bibliográfico do MusCap. É uma etiqueta tipográfica no formato retangular com borda desenhada e localiza-se na contraguarda, com três variações de inscrição: a) *BIBLIOTHECA CAPUCINORUM CONVENTUS CAMBERIENSIS*, N. 200; no outro: b) *BIBLIOTHECA CAPUCCINORUM CONVENTUS CAMBERIENSIS, RAYON 72*; c) *EX BIBLIOTHECA CAPUCIN. CONVENTUS CAMBERIENSIS*. Nesse exemplar, a palavra *Camberiensis* foi riscada e escrito acima: *Albertinópolis*. A expressão latina *Ex bibliotheca* é “[...] usada à semelhança e com a mesma finalidade de ex-líbris, tendo prevalecido esta frase como a mais genérica e expressiva. Precede o nome da biblioteca a que pertence o livro [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 317).

Durante o processo da análise bibliológica da obra *Collegii Salmanticensis FF. Discalceatorum B. Mariae de Monte Carmeli Primitivae Observantiae Cursus Theologiae Moralis* foi encontrado o ex-líbris do frei Eugène de Rumilly (Alphonse Gruffat) (1769-1843) (imagem 4), um importante personagem da história da Ordem dos Capuchinhos na França. A pesquisa sobre esse ex-líbris e sobre o frei Rumilly levou ao contexto da Revolução Francesa (1789-1799) e suas interferências nas congregações e ordens religiosas, entre elas, a dos Frades Menores Capuchinhos. Conforme Stawinski (1996), após a invasão pelas forças republicanas da região da Saboia, berço da Ordem dos Capuchinhos na França, um decreto publicado pela República, em outubro de 1792, ordenava a apreensão de todos os bens da Igreja e proibia às ordens religiosas a admissão de noviços e novos estudantes, situação que causou a paralisação das atividades da Província e a dispersão dos religiosos para outros lugares. Foi nesse cenário que se

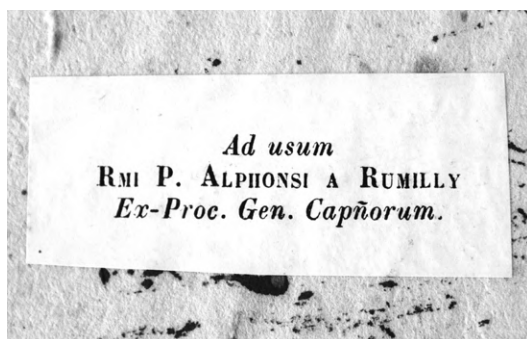


Figura 4 – Etiqueta do ex-líbris do frei Eugène de Rumilly com a inscrição: *Ad usum RMI P. Alphonsi A Rumilly Ex-Proc. Gen. Capñorum*. Acervo MusCap.

destacou o papel de restaurador do frei Eugène de Rumilly, que viveu em Piemonte e na Suíça durante a Revolução Francesa. Ao término do evento, frei Rumilly juntou-se a outros frades para reerguer a Província na região da Saboia, iniciativa saudada pelo Ministro Geral da Ordem, que o nomeou Comissário Geral dos Capuchinhos em Saboia. Em 1817, com um grupo de sacerdotes

e religiosos, retomou o convento de *Châtillon* e outros conventos da região, o que resultou na volta de muitos frades para a Província de Saboia. De 1833 até 1840, frei Rumilly exerceu vários cargos na Ordem, como Definidor Geral, Procurador Geral e Ministro Geral da Ordem.

O ex-líbris de frei Rumilly possui a expressão em latim *ad usum*, que segundo Vian e Rodrigues (2020) significa “para o uso de”. A partir do século XII somente se usava a expressão ex-líbris como marca de posse. No século XIV, outras expressões apareceram como: *ex bibliotheca* (da biblioteca) e *pertinent ad* (pertence a).

Nas obras catalogadas, já foram encontradas as expressões: *ad usum* e *ex bibliotheca*. Também foram encontrados ex-líbris manuscritos dos padres de Saboia, do padre José de Bento Gonçalves (Humberto Cherubini) e da Congregação das Irmãs de São José Chambéry. Conforme Miranda (2009), os ex-líbris manuscritos indicam a quem pertenceu o livro, com o nome da pessoa acompanhado, em alguns casos, de endereço e data. Geralmente, essas marcas estão inseridas no canto superior das páginas de rosto. Conforme Campos (2015), nas instituições religiosas, tanto pequenas como grandes, os ex-líbris manuscritos foram utilizados entre o século XVIII e XIX, sendo que em alguns acervos existem marcas mais antigas (nomes de pessoas físicas ou jurídicas) e marcas mais recentes (carimbos).

Outras marcas muito encontradas no acervo bibliográfico do MusCap são as dedicatórias, que, conforme Faria e Pericão (2008), sinalizam uma oferta a um amigo, a alguém que se estima, ou a alguém que se quer homenagear. Pode ser manuscrita ou impressa. Como exemplo de dedicatória, identificou-se um livro doado aos capuchinhos da Colônia de Alfredo Chaves pelo médico italiano Giulio Del Prete, nascido em Lucca, em 1897. Del Prete foi o primeiro médico a chegar àquela comunidade (1921) e liderou a construção do Hospital Del Prete, conforme informado no *site* do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. O livro doado era o *Atlante Internazionale Del Touring Club Italiano*, publicado em 1927. A dedicatória, escrita à mão, está acompanhada de um carimbo seco da *Casa Di Salute Del Dott Giulio Del Prete*. A mensagem “Aos muitos reverendos Padres Capuchinhos de Alfredo Chaves com sentido de devota homenagem e de sincera admiração para a sua grande obra de civilização e de instrução” é seguida da assinatura Dr. J. Del Prete, e a indicação de local e data (Alfredo Chaves, 18 de outubro de 1928).

Outro exemplo de dedicatória encontrada é a do frei Leão Montsapey (imagem 5), um dos fundadores da Missão dos Capuchinhos no RS, no livro *Regola e testamento del Serafico Padre S. Francesco: con le Costituzione dei Frati Minori Cappuccini approvate dalla Santità di Nostro Signore Papa Pio X*, oferecido ao frei Evaristo Fassina (Natale Fassina), natural de Veranópolis, que ingressou no Seminário em 1903 e ordenou-se em 1916 (Pax et Bonum, 2011). O exemplar recebido por frei Evaristo Fassina é uma obra recorrente

no acervo da biblioteca do MusCap, em uma variedade de edições, anos de publicação e línguas. Trata-se de um livro de uso individual e obrigatório aos frades naquele período.

As marcas de proveniência, de posse e as dedicatórias destacadas neste artigo são somente alguns dos exemplos encontrados nas obras pertencentes

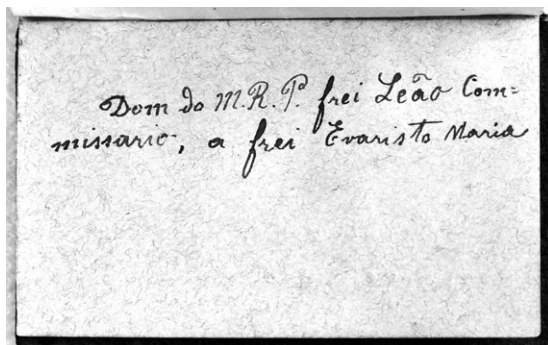


Figura 5 – Dedicatória de frei Leão de Montsapey ao frei Evaristo Fassina.

ao acervo bibliográfico do MusCap. Certamente, no decorrer do processo de catalogação do acervo, outras marcas serão descobertas e analisadas, contribuindo para uma melhor compreensão do contexto histórico dos primeiros anos da existência da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul.

Considerações finais

Neste trabalho, foi possível inferir a trajetória das obras em estudo, a partir da análise dos tipos de marcas de proveniência, suas origens e finalidades, e a repetição de carimbos. Foram examinadas 84 obras, nas quais destacaram-se 22 marcas (duas dedicatórias, onze carimbos, sete ex-líbris e dois superlibros), que indicam que esses livros passaram pela França e/ou Itália, mostrando ainda onde os capuchinhos estiveram durante os primeiros anos da missão no Rio Grande do Sul.

O patrimônio bibliográfico do MusCap é muito rico não apenas pela temática de suas obras, mas, sobretudo, conforme Azevedo e Loureiro (2019), pelo objeto livro, que guarda memórias seculares representadas por suas marcas de proveniência. Nesse sentido, as investigações realizadas comprovam que as marcas de proveniência e de posse são, efetivamente, elementos essenciais para contar a história da Ordem dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul e assim preservar a memória da instituição e da região. Através da análise bibliológica, pôde-se identificar a história do exemplar, por onde ele passou, a quem pertenceu e como foi adquirido, nos diferentes momentos da sua existência.

Assim, considerando-se a importância das marcas de proveniência como fontes de informação histórica – não só sobre a própria obra, mas também sobre uma época, um lugar, uma instituição, pessoas e fatos –, sua ocorrência é determinante para decidir sobre a relevância de uma obra para inclusão no acervo da biblioteca do MusCap e seu uso na continuidade deste estudo.

Referências

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), n. XX Enancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951>. Acesso em: 4 set. 2021.

BIBAS, Marli Gaspar. *As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar Histoire de l'Origine et des Premiers Progrès de l'Imprimeire (1740): da Real Bibliotheca à Biblioteca Central da Unirio*. 2019. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43427365/As_marcas_de_proveni%C3%Aancia_como_elementos_para_a_constru%C3%A7%C3%A3o_narrativa_da_trajet%C3%B3ria_do_exemplar_Histoire_de_l_Origine_et_des_Premiers_Progr%C3%A8s_de_l_Imprimerie_1740_da_Real_Biblioteca_%C3%A0_Biblioteca_Central_da_UNIRIO. Acesso em: 4 set. 2021.

CAMPOS, Maria Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (Século XVIII)*. Casal de Coimbra: Caleidoscópio, 2015.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Edusp, 2008.

GARCÍA AGUILAR, Idalia. *Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo*. México: Unam, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

GILLONNAY, Bruno de. *A Igreja e os capuchinhos do Rio Grande do Sul: correspondência 1895-1909*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

GREENHALGH, Raphael Diego; MANINI, Miriam Paula. Análise bibliológica: ferramenta de segurança em coleções de livros raros. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 20, n. 42, p. 17-29, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39691>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MIRANDA, Camila Santos. *Ex libris: uma perspectiva histórica e contemporânea*. 2009. Monografia (Graduação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9326/1/2009_CamilaSantosMiranda.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL. MUHM. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.muhm.org.br/biografiasmedicas/biografia?id=399>. Acesso em: 10 set. 2021.

PAX ET BONUM: celebrar a vida, Caxias do Sul: Ed. São Miguel, n. 204, 13. ed., ago. 2011.

PINHEIRO, Ana Virginia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 131, p. 185-215, 2011. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pasta=ano%20201&pesq=&pagfis=52409>. Acesso em: 4 jan. 2022.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*, Marília, Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 31-44. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patrícia da Silva. Análise bibliológica de livros raros: a preservação ao “pé da letra”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 33-48, 2007. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2003_00123.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

STAWINSKI, Alberto Vitor. Primeira província capuchinha do Brasil. *Jornal Correio Riograndense*, Caxias do Sul, ano 88, n. 4.499, ed. comemorativa, p. 4-5, 16 out. 1996.

VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Marcia Carvalho. *Marcas de proveniência bibliográficas: um estudo sobre os ex-líbris*. Rio Grande: Ed. da Furg, 2020. E-book (128 p.). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351010734_MARCAS_DE_PROVENIENCIA_BIBLIOGRAFICAS_um_estudo_sobre_os_ex-libris. Acesso em: 21 jan. 2022.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul: presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

Raridades, preciosidades, singularidades: um olhar para o Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Andréa Carla Mazzo da Costa

Mestranda em Educação Bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines),
graduada em Biblioteconomia (Unirio), responsável pelo Setor de Coleções Especiais, Obras
Raras e Valiosas da Biblioteca Central do Gragoatá (UFF)

Solange Rocha

Doutora em Ciências Humanas- Educação pela PUC-RJ, mestre em Educação pela UERJ,
licenciada e bacharel em História (UFF). Pesquisadora da História da Educação de Surdos e
professora de História do Ines





Resumo

O presente artigo tem como objetivo contribuir para as discussões sobre critérios qualificadores de raridade, preciosidade e singularidade em livros e documentos a partir do exame de itens que compõem a coleção bibliográfica do Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Para isso, selecionamos obras que consideramos singulares, preciosas e raras, com base em Pinheiro (1989, 2015, 2019) e nas diretrizes da Biblioteca Nacional, além dos critérios desenvolvidos por equipe multidisciplinar composta por uma bibliotecária, uma historiadora e a curadora do espaço. O acervo é composto por itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos produzidos desde a fundação da biblioteca, no ano de 1856. O acesso às fontes disponíveis no Acervo Histórico do Ines fornece subsídios para que surdos e ouvintes possam compreender as implicações filosóficas, linguísticas, pedagógicas e políticas que fizeram parte do processo educacional destinado ao alunado surdo ao longo de séculos. Deve, portanto, ser preservado e salvaguardado, para que o público possa ter assegurado o acesso à memória guardada nesse espaço singular, raro e precioso.

Palavras-chave: Raridade. Acervo Histórico. Ines. Coleção bibliográfica.

Abstract

This article aims to contribute to discussions on qualifying criteria for rarity, preciousness and singularity in books and documents, starting from the examination of items that make up the bibliographic collection of the Historical Collection of the National Institute of Education for the Deaf. To achieve such aim, we selected works that we consider unique, precious and rare, based on Pinheiro (1989, 2015, 2019) and on the guidelines provided by the National Library, as well as on the criteria developed by a multidisciplinary team consisting of a librarian, a historian and a curator. The collection is composed of museological, archival and bibliographic items produced since the foundation of the library, in 1856. Access to sources available in the Ines Historical Collection provides subsidies for deaf and hearing people to understand the philosophical, linguistic, pedagogical and political implications that have been part of the educational process aimed at deaf students for centuries. Therefore, the collection must be preserved and safeguarded, so that the public can have access to the memory stored in this unique, rare and precious space.

Keywords: Rarity. Historical collection. Ines. Bibliographic collection.



Introdução

O interesse em divulgar os critérios de raridade do Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) surgiu durante o processo de seleção dos itens para a composição do produto da pesquisa em andamento no mestrado profissional em Educação Bilíngue dessa instituição. O objetivo da dissertação em andamento é o emprego do QR Code como ferramenta de tecnologia assistiva para dar acesso aos surdos sobre a tríade documental (bibliográfica, arquivística e museológica) que se encontra nesse acervo, relativa ao acesso à informação na Língua Brasileira de Sinais (Libras).¹

O objetivo deste artigo é analisar, identificar e evidenciar os critérios qualificadores de raridades, preciosidades e singularidades dos itens que compõem a coleção bibliográfica do Acervo Histórico do Ines. O estabelecimento desses critérios foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar constituída por uma bibliotecária, uma historiadora e a curadora do acervo. Esse acervo se articula com a missão histórico-institucional e, por meio desses itens, que compõem essa coleção, é que podemos expressar a sua identidade e memória.

A identidade institucional se fortalece por meio da sua memória e, no caso do Acervo Histórico, ela também se entrelaça com a trajetória histórico-educacional e social da comunidade surda brasileira. A materialidade dessa memória institucional e coletiva se consolida num patrimônio. Segundo Gonçalves, o patrimônio representa não apenas “algo situado num tempo ou num espaço distante e inalcançável”, mas também “um processo presente, incessante, conflituoso e interminável de reconstrução” (Gonçalves, 2015, p. 220).

Diante disso, mesmo que a memória seja fragmentária, a organização desses fragmentos pode dar sentido à construção da identidade de uma instituição, comunidade ou indivíduo. Logo, mesmo que o Instituto Nacional de Educação de Surdos ainda esteja escrevendo a sua história e o seu “passado seja descontínuo, a sua consistência e significado, por meio da memória, articulam-se à ‘elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações’” (Alves, 2020, p. 203). Nesse caso, a construção e consolidação dessa memória está alicerçada no centro de memória que se configura no Acervo Histórico do Ines.

A apresentação desta pesquisa sobre os critérios de raridade dos itens bibliográficos do acervo acaba, conseqüentemente, trazendo um outro viés, que é o de divulgar e sensibilizar os profissionais da informação sobre a valorização

1. A Língua de Sinais é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria e complexa, com regras fonológicas, morfológicas, semânticas e pragmáticas. Seus usuários são surdos e ouvintes que frequentam as diversas modalidades de comunidade surda tais como: igrejas, escolas, clubes, associações e outras. A Língua de Sinais é uma construção histórica das comunidades de surdos, não sendo um sistema linguístico universal (Rocha, 2007, p. 41).

e a preservação deste patrimônio como fonte de pesquisa historiográfica do Instituto e do campo da educação de surdos no Brasil.

A educação de surdos no Brasil – a relevância do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines)

Segundo Rocha (2018), a pesquisa documental sobre a educação de surdos no Brasil tem sido realizada a partir da fundação do Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os Sexos, em 1856. A proposta de fundar a primeira escola para surdos em nosso país — mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro — veio por meio de uma carta redigida e apresentada em língua francesa pelo professor surdo francês Edouard Huet ao imperador dom Pedro II, em 22 de junho de 1855. Era comum que surdos formados em instituições especializadas europeias fossem contratados para contribuir na criação de estabelecimentos de ensino para alunos surdos de outros países. Em janeiro de 1856, o Instituto começa a funcionar nas dependências do Collegio M. de Vassimon. Nesta mesma data, é publicado o programa de ensino cuja grade curricular continha: Língua Portuguesa, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. Para ser matriculado nesse estabelecimento, o aluno surdo deveria ter entre sete e dezesseis anos e apresentar o certificado de vacinação (Rocha, 2018, p. 14-15).

Ao longo de sua trajetória histórica, por razões políticas, administrativas e pedagógicas, o Instituto passou por mudanças de nomenclatura e de endereço:

PERÍODO	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO
1856	Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os Sexos	Dependências do Colégio Vassimon
1856-1857	Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Rua dos Beneditinos, n. 8
1857-1858	Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Morro do Livramento – Entrada pela Rua de São Lourenço
1858-1865	Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Morro do Livramento – Entrada pela Rua de São Lourenço
1865-1866	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Palacete do Campo da Acclamação, n. 49

1866-1871	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Chácara das Laranjeiras, n. 95
1871-1874	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Rua da Real Grandeza, n. 4 – Esquina da Rua dos Voluntários da Pátria
1874-1877	Instituto dos Surdos-Mudos	Rua da Real Grandeza, n. 4 – Esquina da Rua dos Voluntários da Pátria
1877-1890	Instituto dos Surdos-Mudos	Rua das Laranjeiras, n. 60
1890-1957	Instituto Nacional de Surdos-Mudos	Rua das Laranjeiras, n. 82/232 (mudança de numeração)
1957-Atualmente	Instituto Nacional de Educação de Surdos	Rua das Laranjeiras, n. 232

Fonte: Rocha, 2007.

Inicialmente, o Instituto atendeu alunos de ambos os sexos com subvenção imperial, provincial, nacional e religiosa para aquelas famílias que não tivessem condições de matricular seus filhos, além de regime particular para as famílias que pudessem pagar. Além do programa de ensino das disciplinas, era oferecido ensino profissionalizante, o que marcou a história da instituição, pois permitia que os alunos, ao aprenderem um ofício, pudessem ter acesso a uma atividade profissional após o término dos estudos. A situação de manter alunos surdos e surdas numa mesma escola era, no entanto, delicada, porque não era algo comum no século XIX. Diante disso, o gestor da época considerava que as alunas deveriam ser ensinadas em casa, para que pudessem aprender também a cozinhar e bordar, ou seja, a realizar atividades de natureza doméstica. Aquelas que ainda se encontravam no instituto deveriam permanecer até o primeiro mês-tru; posteriormente, seriam conduzidas para casa ou para um abrigo feminino. Foi somente na década de 1930, por pressão da Aliança Nacional das Mulheres, entre outros movimentos, que as alunas surdas retornaram ao instituto para as aulas nas oficinas de costura e bordado em sistema de externato (Rocha, 2018, p. 50, 78).

Consideramos relevante citar as oficinas que eram oferecidas para os alunos surdos: encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria. De acordo com Tobias Leite, que dirigiu a instituição por 28 anos (de 1868 a 1896), o ensino profissionalizante deveria ser estimulado para que o aluno, ao concluir o curso, tivesse um ofício com que se sustentar e, ao mesmo tempo, pudesse estabelecer relações sociais com outros indivíduos, o que o tiraria do isolamento social. Entre os ofícios citados, destacamos a encadernação: os alunos aprendizes

realizavam as atividades de encadernação e restauração, e, inclusive, trabalharam nos livros raros da Biblioteca Nacional no período de 1878 a 1903. Podemos encontrar informações da marca tipográfica da “Officina de Encadernação do Instituto de Surdos-Mudos” nas notas de alguns livros raros que constam no catálogo digital da Biblioteca Nacional e no acervo da Coleção de Rui Barbosa. Já em relação ao Acervo Histórico do Ines, encontramos publicações com o carimbo da oficina e a identificação da matrícula do aluno que realizou a atividade. Outro registro que não poderíamos deixar de mencionar é o reconhecimento da qualidade do trabalho da gráfica do instituto pelo mercado editorial do Brasil da época.

Até meados da década de 1950, o instituto era praticamente o único estabelecimento especializado na educação de surdos no Brasil, atendendo, inclusive, alguns países vizinhos. Assim, tornou-se uma instituição de referência para educação, profissionalização e socialização de surdos. Por ser a única instituição que atendia surdos de todos os estados brasileiros, houve a necessidade de criação de outras escolas. No começo da década de 1950, foram criados cursos de formação de professores especializados em educação de surdos para que outras unidades da federação pudessem ampliar seus atendimentos. Dessa forma, essas novas escolas poderiam receber orientações nacionais e se tornarem multiplicadoras de conhecimento (Rocha, 2010, p. 46).

O atual Ines tem como atribuição regimental a formulação de políticas públicas nacionais relacionadas à educação de surdos. Além disso, promove a formação de professores bilíngues por meio do curso de Pedagogia nas modalidades presencial e à distância, com treze polos espalhados pelo Brasil. Oferece também o curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. E mais, o instituto ainda apresenta educação básica e superior, promove cursos de Libras, congressos (nacionais e internacionais), fóruns, seminários e assessorias técnicas aos sistemas de ensino em âmbito nacional (Rocha, 2018, p. 174).

Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Os lugares de memória são espaços testemunhais da produção humana. A criação de instituições extensivas da memória humana (memórias artificiais) permite, por exemplo, que tenhamos acesso a sociedades remotas e a seus movimentos por meio dos registros deixados e preservados. Assim, criam-se museus, arquivos, centros de documentação, bibliotecas, instituições-memória, entre outros, o que possibilita o acesso à produção cultural humana em diferentes tempos e espaços.

A reconstrução da memória, para Le Goff (2013), é uma possibilidade de fazer-se conhecer e reconhecer num processo histórico interior por meio da ressignificação de fatos ou de processos históricos mais amplos.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 2013, p. 435).

O lugar de memória que abordamos neste artigo são os Centros de Memória, que possuem valores de caráter histórico porque nasceram da interseção dos lugares tradicionais de memória, ou seja, dos acervos dos museus, das bibliotecas e dos arquivos (Dodebei, 2011). Os Centros de Memória são instituições híbridas porque há diversidade de patrimônios em seus acervos; além disso, têm como atividade-fim a “disponibilização desse material construtor e identificador da memória” (Barbanti, 2015, p. 156).

O conjunto de itens que formam a identidade do Acervo Histórico do Ines é um fator relevante para a valorização da memória institucional, da memória de uma comunidade que promoveu e segue promovendo aspectos da socialização, profissionalização e educação dos surdos brasileiros. Consequentemente, esse lugar de memória promove o acesso às informações do passado que construíram a trajetória do atual Ines e do campo da educação de surdos. Essas memórias trazem vestígios, marcas e narrativas deixadas pelos sujeitos no passado, que nos auxiliam a compreender o presente e, ao mesmo tempo, nos impulsionam a planejar ações futuras. Nesse sentido, Nora (1993) afirma que o lugar de memória “é um lugar duplo: de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Nora, 1993, p. 21).

O Acervo Histórico do Ines se equipara a um centro de memória porque representa a materialidade das informações sobre a memória institucional. A partir de sua imersão institucional, como vimos acima, é possível fornecer subsídios aos seus usuários para que conheçam a história da educação de surdos no Brasil, e a própria memória coletiva da comunidade surda. Este centro de memória do Ines, portanto, constitui um espaço de custódia, difusão de saberes, núcleos culturais de formação e transmissão de heranças identitárias.

A construção do Acervo Histórico do Ines foi idealizada na gestão de Lenita de Oliveira Viana, que esteve na direção da instituição durante o período entre 1985 e 1990, e que, por meio da Portaria n. 7 de 26 de setembro de 1986, constituiu a Comissão Permanente Pró-Memória do Ines com o objetivo de realizar as atividades de pesquisa, levantamento e organização dos itens históricos do instituto. Entre os membros indicados por esta diretora estava a historiadora e professora Solange Rocha, que se tornou a responsável pelo Acervo Histórico

do Instituto. A professora reorganizou o acervo, reuniu objetos e documentos e, em contrapartida, o instituto destinou a casa anexa ao prédio principal ao armazenamento do conjunto material dessa memória (Rocha, 2007, p. 34; Albuquerque, 2018, p. 73; Lage, 2019, p. 39).

Este acervo está localizado numa pequena casa de dois andares anexa ao prédio principal da instituição, construída na primeira década do século XX.² Essa construção serviu inicialmente de residência para os diretores do instituto. Posteriormente, na década de 1950, passou a ser usada como dormitório feminino, e depois foi utilizada para receber as crianças do jardim de infância. Em 1999, este anexo foi reformado e, desde então, esse espaço passou a armazenar, reunir e preservar a memória dessa instituição (Rocha, 2007, p. 34). Atualmente, o primeiro andar abriga o Acervo Histórico do Ines, enquanto o segundo andar abriga o Núcleo de Educação Online (NEO).

A formação e o desenvolvimento das coleções bibliográficas, arquivísticas e museológicas do Acervo Histórico do Ines foram baseadas na recuperação de uma documentação que tinha uma parte sua nos porões da instituição. Além disso, esse espaço é constituído de itens reproduzidos dos acervos da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, do Museu Imperial de Petrópolis, do acervo pessoal do pesquisador surdo Otaviano de Menezes Bastos, entre outros, além de doações de acervos pessoais de professores, alunos e funcionários que passaram pelo instituto (Rocha, 2018, p. [9]).

O Acervo Histórico do Ines promove, portanto, a valorização da pesquisa documental por meio da divulgação e da preservação de seu patrimônio, com itens nacionais e internacionais dos séculos XVIII, XIX e XX. Seus conteúdos bibliográficos, arquivísticos e museológicos compõem um acervo de singularidades, preciosidades e raridades que contam o processo histórico da educação, socialização e profissionalização dos surdos no Brasil.

Diante da temática proposta para este ano pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), da Fundação da Biblioteca Nacional – critérios de raridade em nível nacional –, destacaremos alguns itens do acervo bibliográfico da instituição, composto por livros adquiridos dos institutos europeus, americanos e de produção nacional, todos relacionados às metodologias adotadas para o ensino de surdos e temas afins.

2. A instituição foi fundada para meninas e meninos surdos. Por volta da segunda metade do século XIX, no entanto, as meninas foram impedidas de continuarem estudando. A indicação era de que seus estudos fossem realizados em âmbito familiar, em que deveriam aprender habilidades de costura e bordado. A sede atual foi construída com o argumento da necessidade de retorno das meninas; com isso, seria criada uma ala feminina, separada da ala masculina.

Metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade para materiais bibliográficos

A metodologia empregada nesta pesquisa é de caráter exploratório, uma vez que se pretende ampliar os critérios de raridade relacionados a este acervo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória é

a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos (Gil, 2008, p. 27).

Com abordagem qualitativa, a pesquisa foi fundamentada através de levantamento bibliográfico, leitura de livros, artigos, documentos administrativos e arquivísticos da própria instituição. A pesquisa valeu-se também de outras fontes documentais, como a tese de autoria da historiadora e professora Solange Rocha; os livros em comemoração ao percurso histórico do Ines – Edição Comemorativa dos 140 anos –, sob os títulos *Histórico do Ines*, publicada pela Revista Espaço, *O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Ines e seu percurso de 150 anos*; *Memória e História: a indagação de Esmeralda e Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*. Além disso, pesquisamos e consultamos dissertações e teses que fizeram menções relevantes ao Acervo Histórico do Ines; como destaque, citamos a dissertação de Roberta Albuquerque, *As vozes e a memória do silêncio: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda*.

Segundo Cellard (2008), a pesquisa documental permite reconstruir memórias através de um método de coleta de dados porque

(...) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Em relação à metodologia de critérios de raridade, foi feita uma revisão de literatura baseada em referenciais teóricos como as publicações da bibliotecária e professora Ana Virginia Pinheiro, e as diretrizes da Biblioteca Nacional, que foram elementos norteadores para o desenvolvimento dessa pesquisa. Por ser um espaço que trata da história da educação de surdos no Brasil e da memória institucional desse estabelecimento, houve, no entanto, a necessidade de parametrizar os critérios de raridade com o conjunto de documentos arquivísticos

e administrativos da instituição, além de estudos realizados pela historiadora e professora Solange Rocha, especialista sobre a história da educação de surdos.

Revisão de literatura

Os critérios de raridade elaborados e divulgados pela Biblioteca Nacional foram fundamentais para nortear o estudo de análise e identificação de itens raros na coleção bibliográfica do Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Para iniciarmos essa discussão, a seguinte indagação nos provocou: o que torna um livro raro? Essa pode ser uma questão subjetiva, porque geralmente a ideia de raridade está associada à idade do item, o que o tornaria difícil de ser encontrado e, portanto, precioso. Mas, para atribuírmos o valor de raridade a um livro, é necessário adotar um conjunto de critérios, características e particularidades. Como não há, entretanto, uma definição clara de “livro raro” na bibliografia especializada, os critérios de avaliação de raridade podem ser vistos sob diferentes aspectos, além dos pontos de vista de profissionais envolvidos nessa análise, como bibliotecários, historiadores, bibliófilos e livreiros. De acordo com Pinheiro (2009), a pergunta sobre o que é um livro raro é difícil de ser respondida por causa de dois precedentes:

1. é impossível predeterminar as características de um livro raro porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas; e
2. é difícil discernir sobre características postas em evidência quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no “inquestionável” pressuposto da antiguidade (Pinheiro, 2009, p. 31).

O *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico* descreve a raridade do livro como

aquele que é assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (antiguidade, autor célebre, conteúdo polêmico, papel, ilustrações etc.); consideram-se geralmente livros raros os incunábulos, as publicações anteriores a 1800, as primeiras edições de obras literárias, científicas e artísticas, as obras com encadernações primorosas, as obras que pertenceram a personalidades célebres e que apresentam a sua assinatura ou notas e sobretudo os exemplares únicos. Livro precioso. Reservado. Livro reservado. Obra rara. Cimélio. Tesouro. Livro que se destina apenas aos curiosos (De Faria; Pericão, 2008)

Diante da compreensão do critério de raridade como algo relativo, graças a uma infinidade de características como datas de impressão, encadernação, edição e valor histórico, Araújo, Soares e Silveira (2018) sugerem

a consulta às Bibliografias de Livros Raros para a confirmação da raridade é uma prática ligada à Bibliofilia e também às bibliotecas institucionais, enquanto referencial oriundo da Bibliofilia essas bibliografias são fundamentais para as pesquisas nos campos da História do Livro e das Bibliotecas e em outras áreas.

Segundo Pinheiro (2009), há outros critérios que auxiliam na determinação da raridade dos itens bibliográficos como os conceitos de raro, único e precioso.

Raro – é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar – o que é raro no Brasil também o é na América do Norte, na Europa, na Ásia.

Único – remete à ideia de “exemplar único conhecido”, relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus, guardiões de livros. [...]

Precioso – abrange as noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam da sua exclusiva competência, em função da missão da pessoa (física ou jurídica) que representa [...] (Pinheiro, 2009, p. 32, grifos nossos).

Considerando as diretrizes de raridade bibliográfica propostas e adotadas pela Biblioteca Nacional, este artigo se propõe a apresentar, com base na trajetória histórica do campo da educação de surdos, territorializado a partir do século XVIII,³ e do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, critérios qualitativos passíveis de adequação em relação ao Acervo Histórico do Ines. De acordo com Teixeira, Garcia e Rodrigues (2018), há situações em que é necessário um trabalho em conjunto de diversas áreas do conhecimento para avaliar a raridade de um item, pois nem sempre o bibliotecário conseguirá analisar com precisão uma obra rara de uma determinada área (Teixeira; Garcia; Rodrigues, 2018, p. 138).

Pinheiro (2015) orienta que

Um caminho para escapar à dependência imposta pela subjetividade conceitual, que atribui aquela função a uma autoridade reconhecida, mas que nem sempre formaliza seus critérios, é a busca por critérios próprios de raridade que revelem a missão institucional e a formação e o desenvolvimento da coleção, no presente e no futuro (Pinheiro, 2015, p. 34).

3. A partir do século 18, Alemanha e França representaram duas grandes escolas que acabaram por dar nome a essas tendências. A escola alemã representava o método oral (linguagem articulada e leitura labial), e a escola francesa, o método combinado (sinais e escrita sem ênfase na linguagem articulada). Inúmeras publicações registram o debate público realizado entre o abade francês Charles Michel L'Epée (1712-1789) e o pastor alemão Samuel Heinicke (1729- 1790), expoentes dessas duas escolas (Rocha, 2010, p. 20).

Diante dos fundamentos apresentados, os critérios de raridade adotados para categorizar os itens como raros, preciosos e singulares foram baseados num trabalho multidisciplinar envolvendo as áreas de Biblioteconomia, História e a curadoria responsável pelo acervo. A perspectiva adotada para a seleção e composição do acervo raro do Ines foi baseada na literatura de publicações nacionais e internacionais que são referências fundamentais sobre as políticas e metodologias educacionais empregadas na educação de surdos no Brasil ao longo dos últimos quatro séculos. Vale ressaltar que o acervo em questão, como já foi dito acima, contém itens museológicos (peças que remetem ao ensino profissionalizante das antigas oficinas de sapataria, marcenaria, gráfica, mobiliário escolar e administrativo, entre outros) e arquivísticos (documentos administrativos e pedagógicos da instituição; séculos XIX e XX), periódicos e demais publicações (séculos XIX e XX), diários de professores (séculos XIX e XX), e livros de matrícula (décadas de 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, entre outras).

Avaliação dos critérios de raridade do material bibliográfico do Acervo Histórico do Ines

A coleção de obras raras do Acervo Histórico do Ines é constituída de diversas tipologias documentais referentes à sua trajetória histórica. O acervo bibliográfico raro é composto de 178 itens e oito títulos de periódicos estrangeiros. Desse conjunto, destacamos duas obras francesas do século XVIII, provavelmente trazidas pelo fundador da instituição, E. Huet, que já havia dirigido uma instituição similar na França, o Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. Consideramos o aspecto histórico como critério de raridade, que os livros tivessem sido impressos até o final do século XIX. Essa delimitação temporal se justifica pela produção bibliográfica do período recortado, cujas obras são de autoria de professores de surdos, surdos professores, anais de congressos, entre outros, que dificilmente podem ser encontradas em outros acervos do país. Destacamos dois originais de língua francesa, do século XIX, que discutem caminhos para a educação de surdos. O século XVIII assume relevância para esse campo de estudos, posto que as instituições para o atendimento aos surdos começaram nele a ser criadas.

A obra destacada é: *La véritable maniere d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue expérience*, de Charles-Michel L'Épée, conhecido como Abade L'Épée.⁴ O ano de publicação é 1784. O mérito da obra de L'Épée foi o ensino

4. Na cultura da comunidade surda, nacional e internacional, as pessoas são identificadas através de sinais. O Abade L'Épée tem como sinal uma das mãos fechadas com o polegar acima do indicador desenhando no espaço o movimento de uma espada.

através de sinais metódicos, que visava ao desenvolvimento da linguagem escrita para alunos surdos. Na compreensão do Abade

apenas temos que introduzir nas suas mentes através dos olhos o que tem sido introduzido nas nossas próprias mentes através dos ouvidos. Estas duas avenidas estão sempre abertas, cada uma levando ao mesmo ponto; desde que não se desviem para a direita ou para a esquerda seja qual for a nossa escolha (L'Épée, 1784 *apud* Carvalho, 2012).

A sua proposta de ensino era baseada na metodologia de pioneiros como Juan Pablo Bonet, autor do primeiro livro de educação de surdos que se tem notícia. Trata-se do livro *Reducción de las letras, y arte para enseñar a hablar los mudos*, publicado em 1620, a mando da rainha de Espanha. No ano de 1755, L'Épée iniciou seu projeto de ensino com apenas dois alunos surdos, posteriormente o corpo discente foi aumentando de forma gradual. Este abade, através de sua primeira escola, utilizou os sinais que os surdos já usavam para se comunicar entre si, e inventou outros, que denominou como sinais metódicos, para serem empregados para o desenvolvimento da linguagem escrita. Essa escola era de natureza privada e gratuita até 1791, quando foi transformada no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, e teve como primeiro diretor o abade Sicard (1742-1822) (Rocha, 2007, p. 18).

Tal como a educação pública para surdos começou na França, na cidade de Paris, pela mão do Abade de L'Épée (1760), também foi neste país que encontramos as primeiras tentativas de registrar, de forma organizada e sistemática, uma língua gestual ou de sinais (Carvalho; Sofiato, 2020, p. 3).

Diante do sucesso da pedagogia adotada por este abade naquele instituto da capital francesa, essa metodologia acabou se estendendo por toda a Europa. (López, 2018):

Mais tarde, o conjunto dos trabalhos do abade de L'Épée inspirou a pesquisa de vários escritores, entre os quais: o abade Fauchet, **Oraison Funèbre**, 1790; R. A. Bébien, **Éloge**, obra premiada pela Société Académique des Sciences de Paris, 1819; Étienne Bazot, **Éloge**, que obteve o segundo prêmio da Société Académique des Sciences de Paris, 1821; Rey de la Croix, **Le philanthrope chrétien**, Béziers, 1822; J. M. d'Aléa, antigo diretor do Colégio Real dos Surdos-Mudos de Madrid, autor de **Éloge**, obra traduzida do espanhol para o francês. Paris, 1824; J. M. de Gerando, **De l'éducation des sourds muets de naissance**, 1827; e M. E. Morei, professor no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, **Notice Biographique**, 1833 (Fernandez, 2012, p. 95).

A outra obra rara selecionada é *Cours élémentaire d'éducation des sourds et muets*, de Claude François Deschamps, mais conhecido como Abade Deschamps, obra publicada em 1779. Essa obra apresenta o método de ensino adotado por Deschamps através do emprego da articulação, utilizando a voz como meio de educar os surdos franceses. Além disso, essa obra inclui a dissertação de Jean-Conrad Amman que

tinha como objetivo na educação de surdos a articulação das palavras através de procedimentos de leitura labial com o uso do espelho para que os surdos imitassem mecanicamente os movimentos da língua falada (Duarte, 2009, p. 36-37).

Além de seu valor histórico, essa obra apresenta duas pranchas dobráveis que contêm explicações e descrições do método de ensino. A primeira, com tamanho de 222 mm x 144 mm, representa uma mesa desenhada para ensinar os princípios da escrita para surdos e surdos cegos, contendo 28 gavetas com as letras do alfabeto e sinais de pontuação. Com essas letras, o surdo podia compor frases nas grades colocadas sobre a mesa. A segunda prancha, com tamanho de 170 mm x 305 mm, completa os dados da prancha anterior. Outra análise feita na obra física que podemos destacar são as cinco pranchas que representam o alfabeto manual inventado pelo abade Deschamps.

Apresentamos essas duas obras como raras porque retratam discussões, no período do século XVIII, acerca de quais propostas de ensino deveriam ser empregadas para a educação de alunos surdos, e do método gestual, por articulação ou misto.

Preciosidade

Em relação ao critério de preciosidade, há uma riqueza de fontes documentais que fornecem subsídios sobre a memória institucional e a história da educação de surdos no nosso país. A formação e o desenvolvimento das coleções arquivísticas, museológicas e principalmente bibliográficas do acervo do Ines refletem razões políticas, administrativas e/ou pedagógicas ao longo do seu percurso histórico e missional. São obras específicas que compõem uma coleção, com critérios de raridade combinados, cujos conteúdos, quando acessados, possibilitam conhecer aspectos da educação de surdos, nacional e internacional, e suas conexões e imbricações com outras áreas do conhecimento. Portanto, embora considerado precioso por sua delimitação temática, é também precioso graças à sua potência dialógica, o que contribui para a ideia de que nenhum campo do conhecimento é uma ilha (Rocha, 2019, p 31).

A pesquisa sobre a educação de surdos no Brasil vem sendo desenvolvida a partir da fundação do instituto, em 1856, em função do conjunto

de documentações de sua rotina administrativa. Por ser a única instituição especializada em educação de surdos no século XIX e em boa parte do século XX, produziu um conjunto inesgotável de fontes documentais, entre elas as primeiras traduções de obras produzidas na Europa, sobretudo na França e na Alemanha, cujos temas giravam em torno da socialização, profissionalização e educação de surdos. Tobias Leite, diretor do instituto no período de 1868 a 1896, médico sanitarista do império, teve a iniciativa de traduzir algumas dessas publicações que foram distribuídas para as províncias. Entre as publicações, destacamos: *Salva-guarda do surdo-mudo brasileiro*, *Guia para os professores primários começarem a instrução dos surdo-mudos*, *Licções da língua portuguesa para os surdos-mudos* e *Contos moraes aos surdo-mudos*, os três últimos livros de autoria de Valade-Gabel, professor do Instituto dos Jovens Surdos de Paris. Podemos, inclusive, encontrar notícias do recebimento desses exemplares em alguns jornais provinciais — como, por exemplo, jornais de Pernambuco, os quais podem ser encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Entendemos que a distribuição desses exemplares para as províncias visava à disseminação do conhecimento e da atenção à população surda, partindo da única instituição para esse fim em território nacional. Cabe lembrar que o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos é um Centro de Referência na área da surdez, atribuição desenvolvida desde sua fundação, quando recebia alunos de todo o Brasil e também em suas ações de divulgação da produção de conhecimento do campo e suas áreas afins.

No período entre 2011 e 2014, o instituto publicou, com a curadoria de Solange Rocha, os oito volumes de uma coleção denominada Série Histórica: *v. 1 – Iconographia dos Signaes dos Surdos Mudos*; *v. 2 – Atas de Congresso de Milão 1880*; *v. 3 – Compêndio para o ensino dos Surdos-Mudos*; *v. 4 – L'Abée Sicard: célèbre instituteur des sourds-muets, successeur immédiat de L'Abée de L'Épée*; *v. 5 – Congresso Internacional para estudo das questões de educação e assistência de surdos mudos*; *v. 6 – A surdo mudez no Brasil*; *v. 7 – A palavra: ensinando ao surdo-mudo curso de fonomímia*; e *v. 8 – A história de minha vida, Helen Keller*. A curadoria desta coleção buscou contemplar temas de interesse da pesquisa acadêmica. Desse primeiro conjunto, cinco obras foram traduzidas do francês (os volumes 1, 3, 4 e 5), uma do inglês (o volume 2), uma do alemão (o volume 8) e uma republicação de uma obra francesa traduzida para o português na década de 1880 (o volume 2), com tiragem média de 3 mil exemplares cada, distribuídos para universidades, pesquisadores e demais interessados.

Singularidade

O que há de singular no acervo de uma instituição quase bicentenária para a educação de surdos? O que há de singular na produção bibliográfica do

campo? O que há de singular nos conteúdos dessas produções cuja discussão, de uma maneira geral, se concentra em propostas metodológicas de ensino aos surdos tensionadas entre duas línguas, uma delas ágrafa e sem prestígio social? Como a língua de sinais se realiza no espaço, já que os registros nos livros são descritivos de seus movimentos, ou desenhados como uma fotografia, estáticos, assim como os alfabetos manuais e as configurações de mãos que compõem a estruturas das línguas de sinais, quase sempre desenhados, nessas publicações? A língua de sinais, pela qual se expressam preferencialmente os surdos em diversos contextos no tempo e no espaço deve, por seu caráter singular, ser tomada como raridade da expressão humana. Santo Agostinho, no século V, em suas *Confissões*, identificou uma comunidade de surdos no norte da África. Como registro, temos somente seu comentário. Por que “singular”? Como os registros históricos podem fortalecer comunidades surdas, que se entendem como minoria linguística e demandam pesquisas desses registros para o fortalecimento argumentativo da luta atual por escolas bilíngues? Posto isso, destacamos a tradução do livro *L'enseignement primaire des sourds-muets: mis a la portée de tout le monde avec une iconographie des signes*, de autoria de Pierre Péliissier, publicado em 1856. No acervo do Ines identificamos como rara a tradução e a reprodução desse livro, realizada pelo ex-aluno surdo e repetidor⁵ da instituição, Flausino José da Gama, sob o título de *Iconographia dos Signaes dos Surdos Mudos*, no ano de 1875. No prefácio desta publicação, o então diretor Tobias Leite descreve que o objetivo da tradução era “vulgarizar a Linguagem de Sinais por se tratar do meio predileto dos surdos-mudos manifestarem os seus sentimentos” (Rocha, 2007, p. 41).

A obra traduzida apresenta vinte estampas com desenhos litográficos de trezentos e oitenta e dois sinais organizados por meio de uma classificação. Ao consultarmos essa publicação, podemos observar que há uma progressão didática na representação dos sinais. Essas estampas demonstram o alfabeto manual (datilologia), alimentos e talheres, bebidas, objetos utilizados para escrever, objetos de mesa, objetos usados em sala de aula, individualidade e profissões, animais (peixes, pássaros e insetos), adjetivos, pronomes, verbos, preposições e interjeições. O objetivo desta publicação era ser dicionarista, organizada de forma noemática (ou seja, por signos), gramatical e desenhada (Bonnal-Véges, 2006, p. 162; Carvalho; Sofiato, 2020, p. 5).

Segundo Carvalho e Sofiato, essa obra rara pode ser considerada a primeira publicação “a contemplar entradas de outra forma que não a palavra escrita,

5. As funções do repetidor eram inúmeras. Além de assistir às lições do professor e depois repeti-las, deveria acompanhar os alunos no recreio e no retorno à sala de aula, bem como acompanhar os visitantes do instituto, pernoitar com os alunos internos, corrigir os exercícios e, caso necessário, substituir os professores. Eram nomeados apenas os que se provassem proficientes no conteúdo da matéria escolhida. Havia um repetidor para cada disciplina. Em função das mudanças regimentais, essa função passou por muitas reformulações (Rocha, 2007, p. 53).

sendo, portanto, mais concebido para os alunos surdos do que para os professores ouvintes” (Carvalho; Sofiato, 2020, p. 5).

Consideramos que a tradução do livro de Pierre Pélissier em língua portuguesa transcende o livro como suporte informacional, porque esta publicação se torna uma fonte primária de um dicionário que apresenta um conjunto de sinais utilizados na França no século XVIII, dos quais alguns ainda seguem em uso na língua de sinais francesa e na língua de sinais brasileira. Destaca-se também a importância dessa obra para o campo dos estudos de empréstimos linguísticos entre duas línguas.

Outra tradução que merece destaque é o folheto *Salva-guarda do surdo-mudo brasileiro*, traduzido do alemão e publicado em 1876. Trata-se de uma espécie de caderneta em que há orientações para os surdos em suas relações sociais com ouvintes. Neste livreto, há informações sobre nome, naturalidade, filiação, profissão e a apresentação de sua identificação, que é o seu sinal utilizado no instituto. A obra é dividida em quatro seções. A primeira seção informa que a comunicação com os surdos pode ser feita por escrito, oral ou por sinais. Orienta ao ouvinte como proceder em cada uma dessas modalidades. A segunda seção trata da importância de o surdo ter um ofício, inclusive apresenta opções de atividades. A terceira trata da importância de respeitar o sujeito surdo, e sua última seção apresenta algumas regras de convivência.

Documento com perfil de um passaporte para cidadãos de seu próprio país que revela as imensas dificuldades comunicacionais dos surdos em diversos países e as tentativas de minimizar uma condição estrangeira em sua própria terra. Entendemos a singularidade da obra por seu formato, intenção e divulgação para além de fronteiras geográficas.

Considerações finais

Ao apresentarmos a constituição do Acervo Histórico do Ines, que desde sua fundação compõe-se de itens arquivísticos, museológicos e bibliográficos, buscamos contribuir para a ampliação das discussões sobre os conceitos de raridade, preciosidade e singularidade. Os critérios qualificadores apresentados foram desenvolvidos de modo colaborativo e partiram dos saberes de uma bibliotecária e de uma historiadora e curadora do espaço.

O acervo, em seu conjunto, apresenta um campo do conhecimento pouco conhecido. A memória contida em suas coleções possibilita compreender a trajetória histórica da educação de surdos e suas interseções com os demais campos do conhecimento; além disso, representa a preservação do patrimônio histórico-linguístico da comunidade surda.

Por fim, sugerimos a inclusão das obras raras aqui consideradas no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN), a fim de consolidar e

dar maior visibilidade e divulgação a esses impressos, que são constitutivos da nossa memória nacional. O acesso às fontes disponíveis no Acervo Histórico do Ines fornece subsídios para que surdos e ouvintes possam compreender as implicações filosóficas, linguísticas, pedagógicas e políticas que fizeram parte do processo educacional destinado ao alunado surdo ao longo de séculos. O acervo deve, portanto, ser preservado e salvaguardado para que o público possa ter assegurado o acesso a essa memória guardada nesse espaço singular, raro e precioso.

Referências

- ALBUQUERQUE, Roberta Silva Vilarinho Aguilera. *As vozes e a memória do silêncio: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda*. 2018. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos). Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7160/1/VERS%c3%83O%20FINAL%20-%202016%20-%20Roberta%20Aguilera.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- ALVES, Henrique Barreiros. Arquivos documentais e visitação: trabalhando com a memória institucional. *Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 1, p. 197-208, jan./jun. 2020.
- ARAÚJO, D. M. P.; SOARES, A. R.; SILVEIRA, F. J. N. Bibliofilia e livros raros: uma abordagem histórico-cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XIX Enancib, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40583>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- BARBANTI, Cristina Hilsdorf; LIMA, Vânia Mara Alves. O tratamento da informação em centros de memória: arquivos, bibliotecas e museus. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. São Paulo: ECA/USP, 2015. Cadernos...
- BATISTA, Aline Herbstrith. Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1032/1/Aline_Herbstrith_Batista_Dissertacao.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.
- BONNAL-VERGÈS, Françoise. Langue des signes Française: des lexiques des XVIIIe et XIXe siècles à la dictionnaire du XXIe siècle. *Glottopol*, n. 7, jan. 2006. Disponível em: <https://dl.icdst.org/pdfs/files3/0178aa4647195a797a0756c067c96859.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- CARVALHO, Paulo Vaz. *O Abade de L'Épée no Século XXI*. 2012. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307>. Acesso em: 27 out. 2021.

- CARVALHO, Paulo Vaz; SOFIATO, Cássia Geciauskas. Materiais lexicográficos e pedagógicos para a educação de surdos: revisitando a história e as produções. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 1-24, out./dez. 2020.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DE FARIA, Maria Isabel; PERICÁO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. São Paulo: Edusp, 2008.
- DESCHAMPS, Claude François. *Cours élémentaire d'éducation des sourds et muets*. Paris: Debure, 1779.
- DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero*, Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45644>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- DUARTE, Ana Beatriz da Silva. *Releitura histórica da Educação de Surdos no Brasil: 1961-1996*. 2009. (174 f.). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21498/1/ReleituraHistoricaEducacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.
- FERNANDEZ, Maria Auxiliadora Buscaio. Recordando o Abade L'Épée. *Espaço*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 94-95, jan.-jul. 2012.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Obras Raras. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor). Critérios de raridade: Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CBPN – Séculos XV e XVI [s.d.]. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- GAMA, Flausino José da. *Iconographia dos signaes dos surdos mudos*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & S. Laemmert, 1875.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Edmar Moraes. *Estudo das estruturas das encadernações de livros no século XIX na Coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil*. 2008. (125 f.). Dissertação (Mestrado em Artes). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp089175.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.
- GRUPO de Estudos e Pesquisas em Informação e Memória – GEPIM/FURG. *Sobre coleções especiais e obras raras*. Só para raros. [s.d.].
- LAGE, Aline Lima da Silveira. Professores surdos na casa dos surdos: “demorou muito, mas voltaram”. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tAline%20Lima.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

L'ÉPÉE, Charles-Michel de. *La Véritable manière d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue expérience*. Paris: Nyon l'ainé, 1784.

LÓPEZ, Alberto. Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos. *El País*, 24 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html. Acesso em: 13 ago. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 13 ago. 2023.

OFFICINA de encadernação no Instituto de Surdos Mudos do Rio de Janeiro. [fotografia]. *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 26, 5 dez.1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=12712>. Acesso em: 13 ago. 2023.

O INSTITUTO de Surdos-mudos: a comemoração de seu 73º aniversário. *O Jornal*, p. 3, 25 set. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pagfis=15486. Acesso em: 13 ago. 2023.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 13 ago. 2023.

PÉLLISSIER, P. *Iconographie des signes faisant partie de l'enseignement primaire des sourds-muets*. Paris: Imprimerie et Librairie de Paul Dupont, 1856.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro Silva; BARROS, Maria Helena T. C. de (org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/10/1978/3388. Acesso em: 13 ago. 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

ROCHA, Solange. Histórico do Ines. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, edição comemorativa de 140 anos, ago. 1997.

ROCHA, Solange. *Memória e história: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis: Arara Azul, 2010.

ROCHA, Solange. *O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: Ines, 2007.

ROCHA, Solange. *O Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro: Ines, 2018.

ROCHA, Solange. O processo de produção de memória coletiva para a construção de uma historiografia contemporânea no campo da educação de surdos no Brasil. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e surdez da Anpoll*. Curitiba: CRV, 2019. v. 2.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação* [online], v. 35, n. 1, p. 115-121, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000100012>. Acesso em: 13 de ago. 2023.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10530/ssoar-etd-2001-3-santana-criterios_para_a_definicao_de.pdf?sequence=1. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Fernando. Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal. (154 f). 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2131/6077>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SLAIBI, Thais Helena de Almeida. Memórias dos conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional - de 1880 a 1980. 2019. (367 f). Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2021/rag5_final.digital-compactado-7825.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

TEIXEIRA, Heytor Diniz; GARCIA, Naillê de Moraes; RODRIGUES, Marcia Carvalho. Critérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 32, n. 1, p. 134-134 e 145, jan./jun. 2018. <https://periodicos.furg.br/biblos/issue/view/612>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Obras raras em Biblioteca Universitária: critérios de seleção e valor de preservação catarinense

Luciana Bergamo Marques

Bacharel em Biblioteconomia e mestra em Ciência da Informação (UFSC) e bibliotecária
no Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFSC

Verônica Pereira Orlandi

Licenciada e bacharel em História (Udesc) e em Arquitetura e Urbanismo (UFSC), mestra
em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, técnica em restauração no Setor de
Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFSC

Clarissa Agostini Pereira

Licenciada em Artes Visuais (Udesc), especialista em Metodologia do Ensino de Artes (FAP)
especialista em Gestão e Políticas Públicas pela Faculdade Dom Bosco, auxiliar de biblioteca
no Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFSC



Resumo

Este trabalho apresenta o processo de atualização da política de preservação do acervo raro do setor de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Propõe um conceito de valor de preservação que respeita e considera especialmente as singularidades catarinenses. Expõe um breve histórico do setor e apresenta a referência teórica que embasa a revisão da política de preservação. Prioriza as etapas de identificação, proteção e gestão; e a história/memória regional, catarinense e universitária.

Palavras-chave: Acervo raro. Valor de preservação. História catarinense. Biblioteca Universitária. Política de seleção.

Abstract

This paper presents the process of updating the policy for the preservation of the rare collection of the Special Collections sector of the Universidade Federal de Santa Catarina's University Library. It also proposes the value of preservation based, mainly, on the singularities of Santa Catarina. It presents a brief history of the sector and a theoretical reference adopted in order to review the preservation policy in the sector. It prioritizes identification, protection and management steps; and regional, Santa Catarina state and university history/memory.

Keywords: Rare collection. Preservation value. Santa Catarina history. University Library. Selection Policy.



Introdução

A Biblioteca Universitária da UFSC (BU) possui, desde 1977, um setor de Coleções Especiais (SCE), o qual, desde a sua criação, salvaguardou acervos considerados raros ou que necessitassem de tratamento especial devido a fatores como tipo de suporte e consulta diferenciada. Em 2019, servidoras recentemente admitidas no setor recuperaram três registros com informações significativas sobre os critérios de seleção e conservação dessas obras pelo SCE (Universidade Federal de Santa Catarina, 1990; 1993; 2018). Em virtude desse fato, perceberam a importância de atualizar tais documentos. A motivação era realizar novos projetos, como a elaboração de inventários das coleções, ações de conservação preventiva e curativa e ações de divulgação nas redes sociais, entre outras atividades que prescindem de uma política de preservação atualizada.

Este trabalho tem como objetivo discutir os resultados do levantamento bibliográfico e documental envolvido na elaboração desse novo documento e os novos critérios de seleção e conservação para acervos raros e especiais que norteariam o SCE no cumprimento de suas funções de proteção do acervo (Universidade Federal de Santa Catarina, 2016). Antes de iniciar a discussão, explica-se a formulação de um novo título para o documento orientador da atividade no setor e descreve-se brevemente o uso do acervo e as demais seções deste trabalho.

Na nova política, foi alterado o título, suprimindo as palavras “obras raras” e se estendeu o escopo para as demais coleções constantes no SCE: “Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC”. Para escrever esse documento, foi realizada a identificação das obras, quando foram elencados valores de preservação associados aos itens das diferentes coleções. Assim, além de extrapolar os critérios anteriormente adotados na antiga política, foram priorizados aspectos singulares de cada obra. Devido ao processo de identificação, sentiu-se a necessidade de utilizar nomenclatura alternativa à tradicionalmente empregada, já que se verificou que as obras do SCE, na maioria dos casos, possuem valor de preservação associado a critérios singulares, não replicáveis em outras instituições, mas relacionados à memória catarinense e regional, memória institucional, memória educacional e memória editorial, entre outros assuntos relevantes para a UFSC e para os usuários. À vista disso, passou-se a chamar as obras das coleções que são elencadas para receberem o maior grau de proteção, como “obras com valor de preservação”.

Os resultados da reflexão sobre critérios para a identificação de obras com valor de preservação na BU estão sendo pormenorizados na “Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC”. Como esse documento auxilia na realização de projetos que visam a ações de proteção patrimonial, deverá ser revisto e atualizado com frequência, indicando os desafios para o SCE nos próximos anos.



Figura 1 – Fotografia da área de atendimento do SCE na BU/UFSC.
Elaborado pelas autoras.

Histórico e uso do acervo

O acervo da BU constituiu-se, inicialmente, por meio da incorporação de obras das faculdades que foram reunidas para formar a UFSC. Aos poucos, foram adquiridos os livros solicitados pelos professores após a federalização dos cursos e o acervo antigo foi desbastado, formando o primórdio do SCE, como menciona a ex-diretora, Dirce Sardá, sobre o aluno que trabalhou na BU entre 1974 e 1976: [...] um americano [...] que veio para organizar o setor de livros catarinenses. Era o início das coleções especiais (Souza, 2002, p. 86). Posteriores doações de particulares, principalmente de famílias tradicionais no estado, também constituem grande parte do acervo.

Entre 1993 e 1997, houve a reorganização do acervo raro em três coleções, a partir dos critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – Planor (Fundação Biblioteca Nacional, [2000]; 2012): Coleção Especial de Obras Raras (Ceor), Coleção Especial de Raridades (CER) e Coleção Especial de Raridades Catarinenses (Cerc). Essa separação física e nominal se relaciona aos cuidados de conservação empregados naquele momento. Dessas três coleções, apenas a Ceor foi compartilhada no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (Fundação Biblioteca Nacional, [2016]), no qual constam 109 registros provenientes do SCE. Obras que não atendiam aos critérios adotados pelo Planor, mas que, por algum motivo foram avaliadas como imbuídas de valor, formaram as coleções CER (obras internacionais ou nacionais datadas do século XX) e Cerc (obras de autores e temas catarinenses datadas do século XX).

A partir da década de 1980, essas coleções foram objeto de projetos de intervenção (técnicos, de pesquisa, e de extensão universitária), de acordo com a necessidade de conservação. Iniciou-se a instrumentalização do SCE e foram adquiridos equipamentos para a manutenção de condições ambientais, como sala exclusiva, sem incidência de luz natural, climatizada e com controle de umidade do ar. Essas ações refletiam a avaliação dos técnicos quanto ao valor histórico e cultural do acervo.

Além das obras raras, o SCE passou a preservar outros acervos, como a Coleção Especial de Teses e Dissertações (CETD); e gravações de vídeo (VHS e U-matic) e *slides*, reunidos na Coleção Especial de Audiovisual (CEAV), além de fotografias, microfilmes e manuscritos.¹ Também nessa época, iniciou-se a automação de registros bibliográficos na BU em bases de dados instaladas nos computadores. Em 1999, adquiriu-se a assinatura do *software* gerenciador de acervos Pergamum. Contudo, até hoje não se tem o registro completo de todos os acervos raros e especiais do SCE.

Pelo projeto de inventário do acervo do SCE, iniciado em 2014, foi prevista a atualização do registro catalográfico e a inserção dos itens cujo registro não chegou a ser feito à época da automatização. Como o SCE havia recebido um escâner planetário de alta resolução e área de captura, adquirido por outra unidade organizacional, esse projeto previa uma etapa de digitalização da obra. Iniciou-se um banco de dados que, à medida que não houvesse impedimento quanto a direitos autorais, se pudesse disponibilizar a consulta *online*. A intenção era preservar as obras do manuseio constante, uma vez que há dificuldades para a concepção de um laboratório de conservação e restauro na BU.

O processo de inventário foi iniciado nas obras da Cerc, coleção com maior demanda de consultas no SCE. No entanto, algum tempo após o início, houve problemas técnicos com o escâner e o projeto acabou sendo interrompido com 117 obras digitalizadas. Aos poucos, a equipe do SCE foi adaptando o projeto sem a etapa de digitalização, separando as obras mais comprometidas para higienização e análise da catalogação, mas esse processo é lento devido à centralização da representação da informação em setor específico, e à hierarquia de prioridades que é estabelecida para essa atividade. Desse modo, cerca de 390 obras, de um acervo que se estima em torno de 3 mil, estão com a catalogação completa no sistema Pergamum. As demais, quando constam no catálogo, possuem preenchidos somente campos de autoria, título, editora e ano.

A catalogação adequada, incluindo a indexação, possibilita a aproximação entre comunidade e acervo, e, verificando o grande interesse evidenciado na

1. Além de Ceor, CER, Cerc, CETD e Ceav o SCE é responsável e dá guarda a: Coleção Especial de Mapas e Cartografia (CEMC), Coleção Especial de Material Iconográfico (Cemi), Acervo Catarinense de Originais Manuscritos (Acom) e Memória Documental BU (MD/BU) (UFSC, 2021).

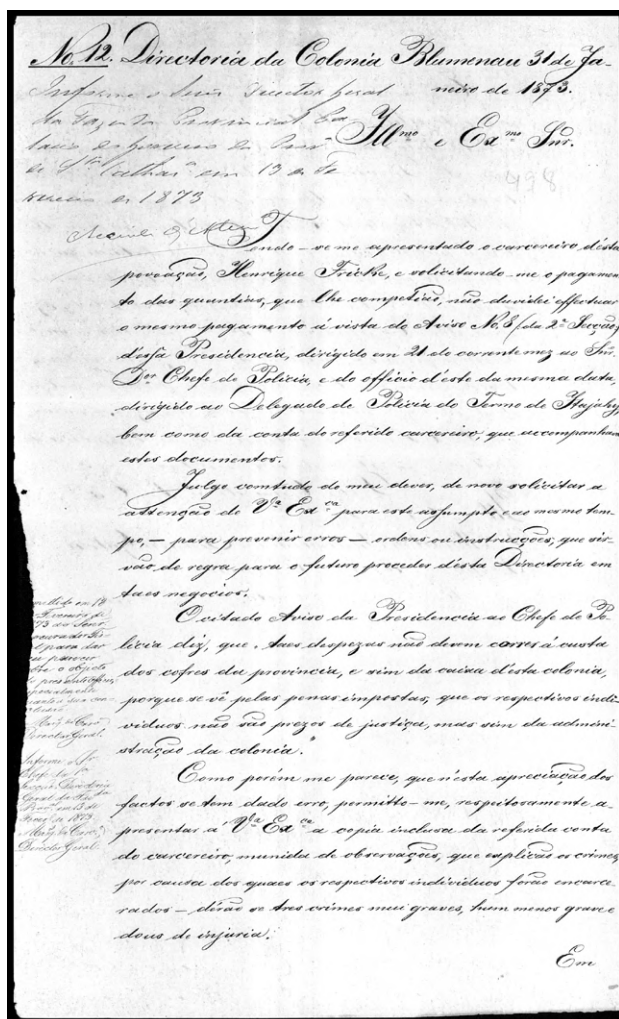


Figura 2 – Manuscrito da colônia Blumenau (SC). Fonte: BLUMENAU, Hermann. *Colônia Blumenau* [Comunicação do pagamento ao carcereiro Henrique Fricke e solicitação de instruções para os novos pagamentos]. Digitalização de documento do acervo do Setor de Coleções Especiais da BU/UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233465>. Acesso em: 29 abr. 2022.

quantidade de consultas, tem-se aí um apelo para o investimento nos acervos raros. Parte do acervo do SCE, como os manuscritos das colônias alemãs e italianas (figura 2), foi digitalizada em parceria com docente e Arquivo Central da UFSC e está disponível em outra plataforma, o Repositório Institucional.

A política de preservação de obras raras vigente até então no SCE (Universidade Federal de Santa Catarina, 2018) considerava as obras publicadas até o final do século XIX, podendo existir exemplares valorados do século XX incorporados às coleções CER e Cerc se atendessem a outros critérios (anotação de autoridade, relevância artística, tiragem em pouquíssima quantidade etc.).

Assim, constam nas coleções de raridades Leis do Império e da Província, obras sobre Santa Catarina e sobre o Brasil (incluindo relatos de viajantes, relatórios e obras gerais), obras sobre o Direito no Brasil entre os séculos XIX e XX, além de textos literários e ensaios diversos.

O SCE teve sua equipe modificada em parte, em 2019, e o projeto de inventário iniciado pela Cerc foi retomado e reavaliado. A partir da observação das obras, verificou-se que o acervo Cerc guarda obras únicas, como a Enciclopédia de Santa Catarina, escrita pelo Almirante Carneiro nas décadas

de 1930 e 1940. Muitas obras da Cerc são edições raras e exemplares sem cópias conhecidas em bibliotecas e arquivos públicos do estado, do Brasil e de outros países. Somado a isso, a realização de estatísticas manuais revelou haver discrepância entre as consultas à Cerc – numerosas – e às demais coleções do SCE. Logo, considerando o valor que essas obras possuem para pesquisadores e, conseqüentemente, para a produção de conteúdo sobre a história nacional, essa coleção tem alcançado relevância maior que a Ceor, no SCE. Essa observação fez a equipe perceber a necessidade de dedicar à Cerc um maior cuidado de conservação e ponderações que auxiliassem na aproximação entre as diretrizes utilizadas na Fundação Biblioteca Nacional – relacionadas à história nacional – e o que é considerado único pelos pesquisadores que frequentam a BU/UFSC, relacionado à história catarinense.

Percurso do trabalho

Esse estudo de caso está baseado na descrição de uma realidade que envolve a origem do acervo do SCE, a função do setor, o seu público e a análise aprofundada do acervo (identificação, proteção e gestão), além da discussão das referências teóricas que auxiliaram na redação de um novo documento norteador para acervos raros e especiais no SCE.

Num primeiro momento, foi realizada a leitura de referências das áreas de patrimônio cultural e preservação de acervos culturais. A partir disso, foi possível pensar sobre os anseios da equipe do SCE, composta recentemente. Essa reflexão envolveu a decisão de reescrever a “Política de seleção, preservação e conservação da coleção de obras raras na BU/UFSC” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2018), único documento institucional regulador das atividades no setor até então. A nova redação deveria contemplar todas as coleções custodiadas, embasando as normas de acesso e rotinas de preservação, que também constituem esse documento.

Num segundo momento, foi realizada a leitura crítica e minuciosa da política anterior, atualizando sua escrita e abarcando todas as coleções presentes no SCE. Foi iniciado então um processo de identificação de todo o acervo sem suprimir nenhuma coleção, pois era necessário que a equipe recém estruturada conhecesse seus objetos de trabalho. Para tanto, foi necessário revisar conceitos relacionados a acervos raros e especiais. Como exemplo, ampliou-se o conceito de raridade, adotando, além das características cronológicas e de unicidade, a sua relevância para a memória universitária e catarinense. Por isso, utilizamos o conceito de “valor de preservação”, que será variável de acordo com cada coleção e item.

Num terceiro momento, foram redigidas as diretrizes de preservação das coleções especiais segundo suas características e suporte físico. Exemplo disso é a

descrição da Coleção Especial de Material Iconográfico (Cemi), sobretudo quanto aos *slides* e às fotografias, que, por não constarem no catálogo Pergamum da BU/UFSC, não estão mencionados em nenhum outro documento institucional.

Num quarto momento, analisamos as convenções reguladoras de outras instituições e avaliamos as características de cada uma. Após essa análise, concatenamos os critérios gerais aplicados à realidade do SCE e, por fim, separamos critérios relacionados às especificidades.

Além dessas quatro etapas, a equipe decidiu incluir no documento as formas de consulta aos materiais que o SCE disponibiliza, e também os procedimentos para que o pesquisador possa consultá-los, incluindo o Termo de Responsabilidade que o pesquisador deve assinar para obter acesso aos materiais. Com a leitura desse Termo o pesquisador fica ciente de suas obrigações ao manipular as obras e dos limites legais para sua reprodução e divulgação. O armazenamento desse Termo pelo SCE confere a segurança de que o pesquisador, por meio de sua assinatura, se comprometeu a fazer o uso correto das imagens das obras, conforme a legislação de direitos autorais.

Assim, foram sintetizadas as respostas encontradas, por hora, para os problemas levantados: a eleição de critérios de seleção de obras raras seguindo uma prescrição ética, alinhada com a realidade local, e a definição de meios para a proteção desse patrimônio cultural.

Identificação das obras

As coleções presentes no SCE apresentam uma variedade imensa de obras, tanto quanto ao seu conteúdo, quanto ao seu suporte. O primeiro passo para realizar o trabalho de identificação foi a análise do suporte, conteúdos e tipos de obras, com a identificação de cada item e da composição do acervo. Para isso, o ideal seria realizar uma análise detalhada do acervo, gerando um diagnóstico em fichas e registro fotográfico, analisando o estado de conservação, características catalográficas e arquivísticas. Compreendendo as limitações para a realização desse trabalho a equipe realizou um pré-diagnóstico de cada coleção em forma de tabela, um inventário dos tipos de suporte em cada coleção, realizado no processo de reorganização e limpeza do espaço físico. Essa atividade foi desenvolvida em 2019, e foram elencados acervos e linhas de ação para a conservação de cada um, o que posteriormente orientou a elaboração de projetos de extensão.

Após esse processo, foi iniciada a análise de cada coleção, verificando em cada um dos itens o valor de preservação associado, característica fundamental para a manutenção do mesmo no setor/coleção. Os itens das coleções foram incorporados ao acervo da SCE ao longo da história como se viu anteriormente, mas suas modificações recentes ocorreram por determinações da Política de

Formação e Desenvolvimento de Coleções da BU/UFSC (PFDC) e do Projeto de Gestão do Acervo Físico Localizado, na Biblioteca Central.

Na “Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2022) foi realizada a contextualização das coleções, informações históricas sobre constituição, tipos de obras que as compõem, projetos realizados, formas de organização e catalogação etc. Também foram apresentados os valores de preservação associados, que justificam a permanência e a conservação das mesmas. São características vinculadas à memória, antiguidade, história, identidade e memória universitária, entre outros aspectos relevantes para o SCE.

No documento anterior, que tratava dos critérios para conservação e seleção de obras raras, como o próprio título denota, outras coleções não eram consideradas passíveis de critérios de preservação. O intuito de identificar de forma qualificada as demais coleções possibilita analisar sua preservação, e por isso essa palavra foi associada ao termo “valor”. Por exemplo, a Coleção Especial de Teses e Dissertações (CETD) é constituída por trabalhos impressos desenvolvidos na instituição ou fora dela que configuram um momento da construção do conhecimento. É importante o amplo acesso a esses conteúdos; para isso foi desenvolvido projeto de digitalização das mesmas e, atualmente, a universidade passou a receber exemplares apenas em formato digital. Mesmo assim, o acervo impresso contém características que são únicas e que por vezes não foram captadas no processo de digitalização. Entre alguns motivos, podemos citar falha humana, inviabilidade de serem digitalizadas devido ao equipamento utilizado, anexos desconsiderados no processo, proibição de autores e questões de direitos autorais. Logo, existe a discussão sobre qual seria o destino desse acervo na instituição. Assim, devido ao processo de identificação verificou-se que serão em breve considerados raridades devido a características do suporte (algumas teses possuem desenhos feitos a mão, anotações e assinaturas), outras são de autores catarinenses e/ou temas relacionados ao estado. Além disso, no critério de antiguidade algumas já possuem quase 80 anos e em breve serão de domínio público.

Outro exemplo é a Coleção Especial de Publicações Universitárias (Cepu), constituída por monografias impressas elaboradas por professores para ingressarem na instituição, livros impressos editados pela Editora da UFSC, livros impressos escritos por professores e servidores da UFSC ou por unidades organizacionais e grupos de pesquisa da UFSC, e periódicos impressos editados nos Centros de Ensino ou unidades organizacionais da UFSC. Alguns desses vieram a se tornar importantes referências em suas áreas de conhecimento, e, por isso, são um registro histórico único, pois a Biblioteca teve função de arquivo, sendo apenas este o local que tem reunido esse acervo. Nessa coleção os exemplares, a partir do momento em que foram identificados, podem receber tratamento especial a partir da elaboração de projetos, o que não ocorreu com revistas

publicadas recentemente, disponíveis em *e-book* ou no Portal de Periódicos da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina, [2022]), em sua maioria.

Para suportes que fogem do formato tradicional existem as Coleções Especiais de Material Cartográfico (CEMC), Audiovisual (Ceav) e Material Iconográfico (Cemi). Os itens dessas coleções estavam acondicionados em locais específicos, mas sem critérios claros de preservação. Essa lacuna está associada à não identificação de suas características, pois dentro de cada uma dessas coleções existem itens únicos. No caso das tecnologias em desuso, temos um agravante que é a dificuldade de acessar o conteúdo dos suportes. Por isso, nosso trabalho pode ser considerado um pré-diagnóstico, pois conhecendo os suportes identificamos anotações em suas embalagens e procuramos acondicionar de forma que se conserve seu conteúdo. O objetivo é realizar um projeto de identificação de conteúdo para que a partir disso sejam revistos os critérios de seleção e conservação dos mesmos.

A seguir, estão listados os critérios institucionais que levam em consideração as especificidades relacionadas ao tipo de obra, à história da UFSC, de Santa Catarina e do Brasil, além de características objetivas dessa seleção.

Critérios de seleção

A seleção dos materiais considerados com valor de preservação na BU/UFSC segue critérios gerais, alinhados a políticas de seleção e conservação de outras instituições, mas também segue critérios próprios. Na nova política as considerações foram chamadas de “Critérios Institucionais” e “Critérios institucionais relacionados a especificidades”, sendo as primeiras alinhadas gerais e as segundas decorrentes do processo de identificação do acervo e análise do contexto em que a instituição se insere.

Considerou-se importante realizar a análise de documentos com os critérios de seleção e conservação de acervos raros de instituições internacionais e nacionais. A Biblioteca do Congresso Norte Americano foi fundada em 1800, e é referência quanto ao trabalho realizado na preservação e conservação do acervo. Essa Biblioteca indica a publicação da Association of College & Research Libraries intitulada “Your old Books” (American Library Association, 2020) para auxiliar interessados em identificar valor nos livros. A publicação apontou a importância do valor econômico das publicações e diferencia livros raros, antigos, importantes e de segunda mão. Foram valoradas as primeiras edições, descobertas e invenções no conteúdo, livros ilustrados por artistas importantes, livros censurados ou suprimidos com poucas cópias sobreviventes, características físicas (processo de impressão, autógrafo, inscrições, anotações nas marginais e a importância dos livros para o mercado editorial). Ficou evidente a importância do contexto de criação da obra e da vida do seu autor, ou do impacto

que gerou em alguma área da sociedade na época de seu lançamento, ou até mesmo após. Dessa forma, os mesmos critérios precisam ser relativizados para cada região (continente, país, estado e localidade, se necessário).

Considerou-se para a realidade brasileira as diretrizes do Planor e as discussões decorrentes de sua aplicação nas diferentes regiões brasileiras, valorizando o contexto local e regional para elencar quais acervos devem ser valorados e protegidos. Para conseguir elaborar as regras foi necessário estudo aprofundado não só do acervo, mas de seu contexto histórico, social, cultural e regional. Alguns desses pontos foram discutidos e expostos pela equipe do SCE no Encontro Nacional de Acervo Raro (Marques; Orlandi; Pereira, 2021). Dessa forma, uma obra pode constar na Coleção Especial Obra Rara por ser importante no contexto histórico e cultural de Santa Catarina, ou para a instituição, ou por ser literatura censurada, ou por ser livro contemporâneo assinado por renomado.² No caso, a identificação do valor associado à preservação mostra que uma obra pode ser rara para uma biblioteca, de acordo com o contexto da sua formação e dos seus objetivos.

Verificamos que tem-se ampliado a utilização do conceito patrimônio bibliográfico, considerando acervos como bens culturais. No intuito de complexificar a identificação do acervo, e de que no futuro possamos revisar a aplicação desse conceito na BU/UFSC, optamos por seguir utilizando “obra rara” para aquelas que são compartilhadas com a Biblioteca Nacional e aquelas consideradas raras para Santa Catarina, mas utilizar o conceito “valor de preservação” para todas as demais. Essa escolha possibilita valorar obras que são potenciais fontes para a construção do conhecimento “sobre” e “em” Santa Catarina, e que têm recebido o interesse dos pesquisadores. Trata-se de um conceito qualitativo, pois ele é inferido aos bens de acordo com as características elencadas no processo de identificação das obras – listadas em “Critérios institucionais relacionados a especificidades”. Dessa forma, assim como mapas e audiovisuais, passaram a ser consideradas com valor de preservação devido a seu conteúdo e demais características relevantes à UFSC ou Santa Catarina. Incluir novos acervos na política de conservação mudou a lógica de trabalho do setor, pois antes a política tratava apenas das obras raras. Passou-se, então, a questionar a classificação que prioriza a ênfase em títulos que aludem à história baseada em “grandes feitos” e autores associados a classes dominantes.

2. Todas(os) aquelas(es) que conseguiram projeção local, nacional e internacional, mediante o valor de suas produções literárias, artísticas, científicas, sociais e em outros campos do conhecimento, durante suas vidas ou depois de suas mortes, após uma releitura e análise do que representou o legado intelectual que deixaram, e também, todos aqueles que, mesmo sem pertencerem aos ofícios das letras, das artes ou das ciências, tenham de alguma forma sido personagens de acontecimentos importantes. Mais detalhes estão presentes no documento “Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2022).

A nova metodologia empregada para a identificação do acervo raro tem relacionado o valor de preservação a partir de uma interseção entre os critérios tradicionalmente estabelecidos – como os pertinentes a instituições com acervos mais antigos, como a Fundação Biblioteca Nacional – e aqueles que caracterizam potenciais fontes para a construção do conhecimento “sobre” e “em” Santa Catarina, e que têm recebido o interesse dos pesquisadores no SCE. Busca-se considerar aspectos regionais e, em consequência, enriquecer as memórias relativas à nação brasileira.

Seria extenso listar todos os critérios elencados, porém serão destacados alguns que consideramos atualizações importantes no que tange aos “Critérios Institucionais”, que são genéricos e associados àqueles que possuem maior valor de preservação ou raros.

Aqueles associados ao suporte físico da obra foram amplamente discutidos, pois envolvem questões subjetivas associadas ao valor cultural, estético e econômico. Definiu-se que um livro em seu suporte pode ser considerado com alto valor de preservação se for obra graficamente artística publicada até 1930 (após esta data, somente se a edição for limitada em até cem exemplares), edição em formato não convencional publicada até 1970 em tiragem de escala comercial e sem limite de data para escala artesanal. Para considerar uma obra graficamente artística definimos como critério de valor estético se a capa foi desenvolvida por artista “reconhecido” (artista plástico, encadernador ou autor renomado), se a técnica empregada foi uma encadernação original elaborada, francesa ou semelhante, se foi composta por partes integradas como caixa, veludo, bordado, inscrições, madeira, cartonagem, caixa solander etc. Outra questão que está associada às características que são graficamente artísticas é o valor econômico associado, que pode ser verificado pelo valor de mercado que a obra tem entre colecionadores (a ser verificada em *sites* especializados, lojas físicas, leilões e outras fontes), qual seria o valor dos materiais que a compõem (ouro, prata etc.), e quais são as características associadas (assinaturas, imagens etc.).

Quanto ao suporte, observa-se que impressos em formato de jornal, devido à fragilidade, só foram considerados raros ou que demandem guarda especial os nacionais publicados até 1930. Para os estrangeiros, só foram preservados no SCE os publicados até 1900. Jornais produzidos em e sobre Santa Catarina serão avaliados e mantidos no acervo quando forem posteriores a 1930, se enquadrados nos critérios: se não existem outros exemplares em outras instituições; se possui relação com movimentos artísticos, literários, políticos, científicos catarinenses; se foi elaborado por autores catarinenses; aqueles produzidos entre 1930 e 1960 que não sejam periódicos científicos; aqueles produzidos depois de 1960 se estiverem associados às primeiras características mencionadas; se valorizarem a vida comum/cotidiana; se valorizarem as áreas associadas às ciências humanas. Essas avaliações e justificativas devem ser realizadas e registradas pelo grupo de trabalho de avaliação de acervo de acordo com critérios de antiguidade,

conservação e valor de preservação. Esse grupo de trabalho pode ser montado para realizar análises em todo acervo, sempre que necessário, podendo fazer parte pessoas especializadas na área do conhecimento.

Existem critérios relacionados a cultura, de modo que foram consideradas raras, com alto valor de preservação: edições personalizadas, edições numeradas, edições diplomáticas, edições censuradas, edições apreendidas, suspensas ou recolhidas, edições comemorativas, segundas edições impressas no Brasil até 1900 e obras impressas em circunstâncias desfavoráveis (guerras, seca, fome etc.).

Ao elaborar critérios para livros sagrados buscou-se considerar na política as diferentes crenças, manifestações culturais e formas de ser ou estar no mundo. Foram considerados com alto valor de preservação livros, religiões, doutrinas, seitas ou crenças quando editados a partir de 1900, e quando no seu contexto possuírem alguma marca, dedicatória do autor, registro de proveniência que confira importância. Priorizou-se a multiplicidade das manifestações, atentando para não manter duplicatas. Para as demais edições que não são do idioma português ou do latim, a data abrangida é até 1850. Por ser uma instituição laica acreditou-se serem de extrema importância os acréscimos realizados nesse item.

Como já elencado anteriormente, além dos materiais impressos tradicionais abrangidos pela política, foram considerados também como documentos com valor de preservação fotografias originais que retratam personagens importantes para a literatura, arte, ciência ou história do Brasil, desde que, por sua vez, estejam autografadas, dedicadas ou anotadas a punho com referências importantes.

Além dos critérios elencados existem os “Critérios institucionais relacionados a especificidades”. Estes são associados a suporte e conteúdo, sendo: Material manuscrito; Bibliografia de Santa Catarina; Periódicos impressos; Teses e Dissertações; Publicação Universitária; Audiovisual; Material Iconográfico; Material cartográfico; e Memória Documental da BU/UFSC.

Cada um dos acervos listados possui histórico de constituição e valor de preservação, e para mantê-los é necessário considerar os critérios de conservação e seleção. Isso porque o desenvolvimento de coleções é um processo que não é estanque, sendo importante considerar possíveis transformações ao longo do tempo. Nesse caso, acréscimos e supressões podem ocorrer para cada coleção diferentemente.

A expansão para outros suportes, com a identificação de bens culturais protegidos na UFSC, expande itens reconhecidos como patrimônio catarinense, e considera a produção do conteúdo local e suporte expandindo a datação. Santa Catarina tem escassez de fontes de informação publicadas há mais de um século e, por isso, considerou-se importante estender algumas datações para 1930 a fim de incluir suportes de tecnologias em desuso.

Na “Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC” os critérios foram expostos de forma sistemática e detalhada. Apontamos aqui

algumas alterações e critérios, mas cabe ao leitor acessar na íntegra a política, disponibilizada no *site* da Biblioteca.

Consulta e preservação

Uma das principais formas de preservar o acervo é ampliar o acesso à informação. Para que isso ocorra, o pesquisador deve ter acesso ao acervo em seus diferentes suportes. Esse acesso exige responsabilidade e comprometimento de servidores e usuários, pois o manejo no momento da consulta pode prejudicar a conservação da obra. Por outro lado, o contato do pesquisador com as obras pode auxiliar o setor, se estiver vigilante, indicando perdas, necessidade de reparos e outras ações de conservação preventiva.

A consulta local deve ser controlada e orientada por atendimento individual especializado por técnica(o) do setor, sendo necessário o uso de equipamentos de proteção e equipamentos específicos (como luvas, máquina leitora de microfilmes, lupa, entre outros). O setor possui sala específica para a consulta e o acompanhamento especializado é prerrogativa, pois as orientações podem variar de acordo com o tipo de obra e seu estado de conservação. Além disso, a nova política lista formas de atendimento, considerando a demanda de pessoas com deficiência, com a possibilidade de agendamento, utilização de equipamentos e preparação de conteúdo.

Como exposto anteriormente, o SCE considera que o acesso e a utilização do conteúdo presente no acervo em pesquisas são uma ação de preservação, pois dão vida à fonte histórica. Porém, é importante atentar para as regras de uso dessas informações, que estão relacionadas a direitos autorais, termos de doação e autorização de uso de imagem. Considera-se de responsabilidade do pesquisador obter a autorização de reprodução e respeitar os limites de utilização das fontes. É importante que o pesquisador informe no ato do agendamento qual o objetivo da consulta, o que viabiliza o acompanhamento da pesquisa pós-publicação.

Considerações finais

Em Santa Catarina, a questão da conservação do patrimônio cultural e histórico enfrenta as mesmas dificuldades de outras regiões do país: por um lado, a própria definição do que é “patrimônio” e, por outro, do estabelecimento de prioridades no âmbito da intervenção e preservação, devido, sobretudo, à carência dos recursos humanos e financeiros. Porém, a motivação para elaborar um documento que melhor representasse a atribuição de valor de preservação no contexto da BU é motivada por dois aspectos importantes: a) a relevância

do acervo para os estudos históricos sobre Santa Catarina em todos os âmbitos (político, social, econômico, etnográfico, cultural, entre tantos outros possíveis), e b) a responsabilidade que recai sobre a elaboração de uma política que oriente a seleção de acervo raro.

Por ser uma biblioteca acadêmica, o acervo com valor de preservação na BU/UFSC não é o mais procurado, mas sim o acervo atualizado, relacionado aos cursos da graduação e pós-graduação. Hoje, no catálogo utilizado pela comunidade para consultas ao acervo, não há obras do setor. É necessário fazer um inventário completo da SCE. A catalogação na UFSC é centralizada e não há disponibilidade de catalogadores para certos acervos especiais.

O pesquisador tem acesso ao acervo no SCE, pois essa é a única forma de conhecê-lo, por conta dessa deficiência no registro das obras em sistema apropriado. Ao mesmo tempo em que o pesquisador contribui para o entendimento das coleções, o acervo perde em segurança física.

No SCE há obras de valor inestimável para Santa Catarina como os manuscritos originais dos diretores das colônias alemãs e italianas, e a Enciclopédia de Santa Catarina. Essa última composta por 40 volumes manuscritos sobre Santa Catarina é considerada de utilidade pública para o estado. Há também acervos como o de Waldemar Anacleto, digitalizado apenas em parte (Universidade Federal de Santa Catarina, 2012). Para a instituição, esses são patrimônios bibliográficos prioritários para salvaguarda em caso de risco. Essas são obras das quais temos conhecimento devido aos pesquisadores e à análise do acervo de 2019. Sabe-se que existem outros acervos de igual relevância, mas ainda desconhecidos.

A metodologia deste trabalho manifestou a experiência da equipe no atendimento dos usuários da BU, a origem do acervo e etapas de identificação, proteção e gestão. Por ser repleta de complexidade, a discussão sobre cada critério da nova política existirá sempre, uma vez que o SCE não se limita ao contexto estritamente acadêmico, mas reflete e dialoga com a demanda de doadores e de usuários por fontes de memórias infinitas.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College & Research Libraries. *Your old books*. Disponível em: <https://rbms.info/wp-content/uploads/2020/02/New-YOB-Brochure-FINAL-5.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional. Base de dados*. Rio de Janeiro: FBN, [2016]. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor>. Acesso em: 7 set. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Critérios de raridade: Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN): Séculos XV e XVI*. Rio

de Janeiro: FBN, [2000]. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Crêterios de raridade da Fundação Biblioteca Nacional*. 51 slides. [Rio de Janeiro]: FBN, 2012. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional//criteriosraridadefbn.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.

MARQUES, Luciana Bergamo; ORLANDI, Verônica Pereira; PEREIRA, Clarissa Agostini. *Obras raras na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): critérios de seleção e conservação relacionados ao valor de preservação catarinense com relevância nacional*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO (ENAR), 14, 2021. Conferência. Vídeo transmitido ao vivo em 25 nov. 2021 pelo canal Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WPayAqWaXAE>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOUZA, Ieda Maria de. *Biblioteca Universitária da UFSC: memória oral e documental*. Florianópolis: [s.n.], 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Coleções Especiais. Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/bibliotecas/biblioteca-central/servico-de-colecoes-especiais/>. Acesso em: 21 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Critérios empregados para seleção de obras raras. Digitalização do Ofício 10/SCE/BU/1990. Florianópolis, 1990. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204936/oficio10_sce_bu_1990.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Critérios para distribuição de exemplares no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central. Digitalização da correção e resumo das resoluções de 31/8/1993. Florianópolis, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204931/MD%2004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Política de Preservação do Acervo das Coleções Especiais na BU/UFSC. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233568>. Acesso em: 21 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Política de seleção, preservação e conservação da coleção de Obras Raras na BU/UFSC. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232964>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Portal de Periódicos UFSC*. Periódicos de A a Z. [2022]. Disponível em: <http://periodicos.bu.ufsc.br/periodicos-de-a-a-z/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Biblioteca Universitária*. Regimento Interno da Biblioteca Universitária: assinatura da Portaria Normativa n. 85 do Gabinete do Reitor, de 2016. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/170437>. Acesso em: 18 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Repositório Institucional*. Biblioteca Universitária. Material Iconográfico. Waldemar Anacleto. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25855>. Acesso em: 25 mar. 2022.

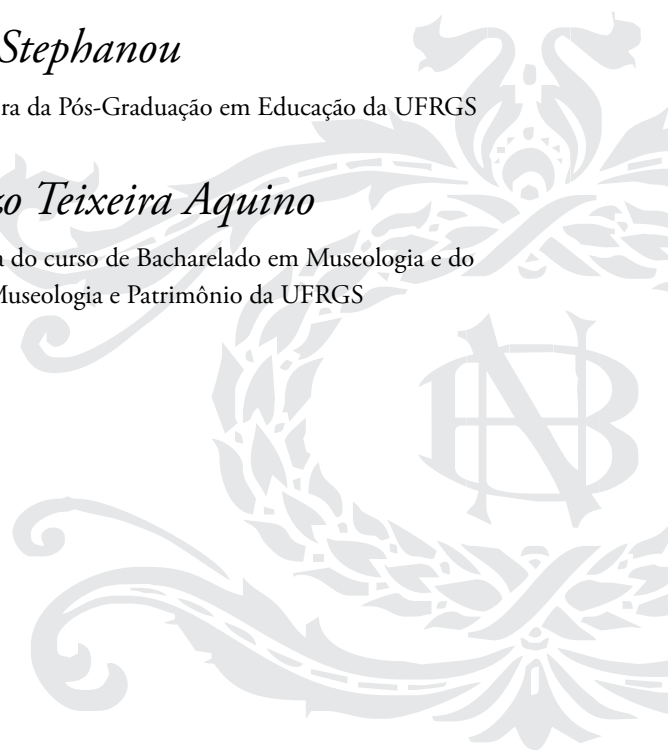
Todos os livros guardam segredos:
preciosidades de um patrimônio
bibliográfico do século XIX na
Sociedade Polônia (Porto Alegre, RS)

Maria Stephanou

Historiadora, doutora em Educação; professora da Pós-Graduação em Educação da UFRGS

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Museóloga, doutora em Educação; professora do curso de Bacharelado em Museologia e do programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS





Resumo

Um acervo de obras impressas no século XIX, majoritariamente em língua polonesa, guardadas por uma instituição centenária, a Sociedade Polônia (Porto Alegre, RS), vem sendo objeto de atenção do grupo Sépia UFRGS. Através de pesquisas, histórica e museológica, desenvolvidas simultaneamente ao tratamento técnico das obras, esse acervo bibliográfico passa a ser reconhecido como inédito e raro devido às suas preciosidades bibliográficas. Tais movimentos levaram à constituição de uma Coleção Especial que reúne mais de 500 obras, publicadas fora do Brasil, cujos percursos transatlânticos de integração a esse acervo não são inteiramente conhecidos, mas podem ser traçados a partir de diferentes indícios e marcas de proveniência e de propriedade diversas.

Palavras-chave: Coleção especial. Impressos em polonês. Salvaguarda; Século XIX; Patrimônio bibliográfico.

Abstract

The Sépia UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) group pays attention to a collection from 19th century printed works, mainly in Polish, safeguarded by the Poland Society, a centenary institution located in Porto Alegre, Brazil. Through both historical and museological research, developed simultaneously with technical conservation actions, this bibliographic collection is now recognised as brand new and rare due to its bibliographic gems. This led to the constitution of the Special Collection, which gathers over 500 works published outside Brazil. Its transatlantic trajectory is not entirely known, but can be traced through different evidence, provenance marks, and diverse ownership traces.

Keywords: Special Collections. Prints in Polish. Safeguard. 19th Century. Bibliographic Heritage.



Introdução

Los libros y textos impresos constituyen el patrimonio bibliográfico, el cual forma parte de un conjunto más amplio de objetos que tienen como característica esencial una inscripción de datos. Ellos son el resultado material de las prácticas de la cultura escrita, al que en conjunto llamamos patrimonio documental.

Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014, p. 426

O patrimônio documental da Sociedade Polônia, instituição centenária localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, abrange obras que constituem referências importantes acerca da história da Europa centro-oriental e da Polônia, da imigração polonesa e da presença polono-brasileira em nosso país. Sob sua guarda, estão documentos arquivísticos institucionais que registram a história da agremiação e de outras associações polonesas do sul do país, objetos tridimensionais e um acervo bibliográfico que ultrapassa 8 mil volumes, ambos com significativo potencial de musealização e que abrangem os séculos XIX a XXI. Quanto à tipologia, são documentos textuais, fotografias, mapas e cartazes, diplomas, documentos manuscritos, documentos arquivísticos, flâmulas, bandeiras, discos de vinil, indumentária, troféus, medalhas, livros, periódicos e catálogos, dentre outros.

Livros e textos impressos, são, como os definem Jaramillo e Marín-Agudelo na epígrafe acima, um patrimônio bibliográfico. Em particular, representam a tipologia documental de maior volume na instituição, e seu valor histórico vem sendo crescentemente demonstrado, assim como suas particularidades e seus inusitados processos de reunião e guarda.

O Sépia,¹ nosso grupo de pesquisa e extensão, reúne pesquisadores e estudantes de História, Museologia, Biblioteconomia e Educação ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde 2018, a partir de uma parceria interinstitucional firmada com a Sociedade Polônia, temos desenvolvido uma série de atividades de pesquisa, salvaguarda e comunicação do acervo histórico desta instituição. Dedicamo-nos especialmente, desde 2020, ao aprofundamento de estudos e tratamento técnico do referido acervo bibliográfico, que contempla temas variados, dentre eles, literatura polonesa e universal, história geral, história da Polônia, história da imigração polonesa, história das escolas étnicas

1. Sépia UFRGS – Preservação, Memórias, Acervos; grupo de pesquisa que atua no entrelaçamento dos campos da História, da Museologia, Biblioteconomia e Educação. Coordenação: professoras Maria Stephanou e Vanessa Aquino. Os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelo Sépia contaram, em diferentes momentos, com os seguintes apoios: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão; programa de Pós-Graduação em Educação e curso de Museologia); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes); Sociedade Polônia; Consulado Geral da República da Polónia em Curitiba.

polonesas, impressos de educação, imprensa periódica internacional, história da religião e do catolicismo polonês, apenas para arrolar os mais expressivos.

As diferentes etapas de tratamento técnico desse acervo bibliográfico – inventário, classificação, digitalização e conservação preventiva – desenvolveram-se simultaneamente às pesquisas, processos que tornaram possível o reconhecimento de preciosidades bibliográficas. Em sinuosos movimentos de arrolamento e manuseio de um volume expressivo de obras, dentre as mais de 8 mil, nos vimos diante da infinidade de possibilidades de abordá-las, bem como de muitas perplexidades. Em 2018, já registrávamos esses movimentos.

Achados inusitados, documentos guardados ao acaso com os quais nos deparamos num dia qualquer ou numa semana inesperada, um misto de surpresa e mistério diante de materialidades que tomamos nas mãos, sem identificação, na desordem do acúmulo através dos tempos, em meio a conjuntos sem ordenação prévia, movidas por uma paciência colecionadora e exercícios de decifração que vem permitindo desenhar, redimensionar frequentemente, apontar e decidir por variadas direções e investimentos de conservação e estudo. Sobretudo, a consciência aguda de estarmos diante de um oceano de possibilidades e da necessidade de aportarmos mais pesquisadores, mais tempo e mais recursos para uma tarefa que nos parece a cada vez redobrada, apesar das imersões e avanços que vimos conquistando (Stephanou; Severo, 2020, p. 299).

Em reflexões sobre os percursos de aproximações sucessivas ao acervo, sobreveio-nos um conto de Jorge Luis Borges: encontrávamo-nos em meio a um jardim, repleto de veredas labirínticas que se bifurcam incessantemente (Borges, 1993), e por vezes nos assombrava o reconhecimento de ser impossível abarcar esse conjunto enigmático de seres e caminhos do jardim, fazer isso em uma só vida, pois as obras juntas, sequer poderiam ser pensadas como “conjunto”, pois que guardam infinitas séries de tempos, divergentes, convergentes, paralelos, transatlânticos, continentais, ou ainda, inumeráveis passados e futuros, como rastros dispersos da cultura escrita. Eis então que nos dispusemos a traçar nossas próprias trilhas e, a cada árvore do jardim labiríntico que encontrássemos, optar por esta ou aquela direção (Eco, 2010, p. 12), e a qualquer ponto que chegássemos, sabíamos de antemão que consistiria tão somente em um novo ponto de partida para outras bifurcações, indefinidamente.

Assim, iniciamos a percorrer os *senderos* e logo intuímos que uma direção se mostrava promissora, pois aquelas encadernações incomuns, as macias ou desgastadas páginas de papel, as capas carcomidas pelos roedores do tempo, as manchas tipográficas cuidadosamente compostas, a fragilidade e deterioração de exemplares de mais de dois séculos, os idiomas estrangeiros de impressão, nos motivaram a reunir, intencionalmente, sobre uma grande mesa, as obras impressas no século XIX, majoritariamente em língua polonesa, que nos

surpreendiam nesses diversos aspectos. Inicialmente, menos de quatro dezenas de volumes e com muita brevidade somaram-se mais e mais, ameahados entre caixas e estantes. Sem demora, aproximamo-nos das três centenas, vislumbra-mos e decidimos compreender aquela recolha como uma coleção especial, um patrimônio bibliográfico de cunho internacional, que se estende do ano de 1818 a 1900, e que fora publicado, sem exceção, em oficinas tipográficas fora do Brasil. Seus autores e editores têm pertencimentos ligados a diversos países, todos esses, indícios que nos levaram a inferir que as obras percorreram caminhos sinuosos, até um dia, ao acaso ou intencionalmente, estarem reunidas na rua São Pedro, 778, na cidade de Porto Alegre.

Em 2022, aproximamo-nos de 500 obras bibliográficas do século XIX e, como mencionamos antes, seus percursos de integração ao acervo da Sociedade Polônia não são inteiramente conhecidos. Forças culturais complexas presidiram a publicação e circulação desse meio milhar de obras, e em vez de seus muitos enigmas nos paralisarem, a começar pelos idiomas (sobretudo polonês, mas também russo, ucraniano, alemão, francês, dentre outros), nos deixamos deva- near e aventurar. Parafraseando Umberto Eco (2010) e seus bosques da ficção,

Ao caminhar pelo bosque, [podemos] muito bem utilizar cada experiência e cada descoberta para aprender mais sobre a vida, sobre o passado e o futuro. [...] consi- derando que um bosque é criado para todos, não [podemos] procurar nele fatos e sentimentos que [só a nós] dizem respeito (Eco, 2010, p. 16).

Foi a partir desses caminhos que indagamos as próprias obras, cada exemplar, e descobrimos marcas essenciais que se encontravam nas folhas dessa coleção especial que acabáramos de reunir. As folhas não sabem quem somos, mas pode- riam nos dizer algo dos muitos que as tomaram em suas mãos, para si mesmos, ou que adquiriram para uma biblioteca sacra ou laica, ou as presentearam, doaram, cederam por empréstimo, carregaram em suas viagens diaspóricas, descartaram de um acervo que se dissolveu; enfim, que as legaram à posteridade.

A razão por que se abre um livro para ler é a mesma por que se olham as estrelas: querer compreender. Mas não há nenhuma lei que obrigue as pessoas a levantar os olhos para o espaço ou a baixá-los para esse outro universo que é uma página escrita. Não há gosto sem curiosidade nem curiosidade sem gosto. Ler é uma necessidade que nasce da curiosidade e do gosto. Se não tens gosto nem curiosidade, deixa os livros em paz, porque não os mereces. Sempre haverá alguém para abrir comovido um livro, para querer saber o que está por trás das aparências. Cada livro é uma viagem para o outro lado (Lanzarote, 1997).

Vale reforçar que aperfeiçoando nossos olhares atentos, passamos a iden- tificar em diversas obras, vestígios deixados por aqueles que as leram, ou as

possuíram, por um tempo (breve ou duradouro) desconhecido para nós, excertos sublinhados, notas à modo de marginais, carimbos de propriedade, *ex-libris*, assinaturas, dedicatórias, registros de bibliotecas, marcas de vida, “o que se chama a ‘proveniência’” (Carrière; Eco, 2010, p. 97).

A partir desses fios (Ginzburg, 2007), iniciamos a reconstrução de alguns itinerários dessas obras nos valendo de marcas de proveniência diversas, dos sinais de posse, bem como das marcas de editores e artistas tipógrafos, segundo as artes do livro do século XIX. Vislumbramos a “alma das obras”, conferida pelos seus atributos estéticos, singulares ao século XIX: a utilização de papéis peculiares, os tipos elegantes e as capitulares, os frontispícios, ornamentos e arabescos de diversos formatos, a qualidade das encadernações, os usos de estampas e cores nas folhas de guarda, a inserção de imagens, a disposição dos textos no espaço gráfico das páginas, as marcas de possuidores e leitores em diferentes tempos, também as rasuras, os rabiscos e as garatujas, os traços ilegíveis, as estrelas, monogramas etc. E, sobretudo, a partir da miríade de sinais e rastros pudemos, aos poucos, inferir diferentes ordens de preciosidade, fundadas em elementos históricos, literários, culturais e tipográficos.

Nessa perspectiva, somaram-se as rubricas e especificidades relativas à história do século XIX e à reconfiguração da Polônia. Inicialmente, para a coleção especial do século XIX, os atributos “especial, precioso, raro” justificaram-se no contexto do próprio acervo, por sua antiguidade, assim como por seus atributos bibliológicos e estéticos. Além disso, a preciosidade também nos pareceu decorrer dos itinerários labirínticos de formação do acervo, antes apontados, como os movimentos de reunião de exemplares de diversos acervos pertencentes a agremiações do século XIX, em geral, já extintas. A diversidade de motivações que presidiram a destinação ou doação, de particulares ou instituições civis e religiosas, de determinadas obras ao que hoje conforma-se como acervo bibliográfico; as muitas incógnitas quanto aos doadores devido à inexistência de registros completos; as marcas de proveniência borradas, como números de identificação e carimbos ilegíveis de acervos anteriores; e as muito breves e lacunares menções que identificamos no caderno ou livro de ingresso das obras na biblioteca da Sociedade, dentre outros.

A sobrevivência de cada volume ainda guarda mistérios, assim como desconhecemos como foi possível sua temporalidade estendida até a atualidade. Submetemos cada obra, no âmbito da salvaguarda e da pesquisa, à descrição, o mais completa possível, de seus atributos bibliológicos e bibliográficos e de seus sinais de uso, das marcas diversas e materialidades juntadas entre suas páginas, como santinhos, anotações em pedaços de papel, filipetas manuscritas no verso, folhinhas de calendário, volantes de festividades, recibos de compra, colagem de ilustrações em capas; desenhos de leitores etc., em sincronia ou diacronia ao tempo de sua publicação, inscritas nas obras no decorrer de sua trajetória histórica, de modo que passamos a assentar a identificação e atribuição de valor

no pressuposto indiciário, em outras palavras, na operação que decorre do par “olho clínico/olho do conhecedor” (Ginzburg, 1989), que subjaz à operação historiográfica e museológica do Sépia.

O tratamento técnico e a pesquisa bibliográfica e histórica acerca de cada obra vêm nos possibilitando que a mesma seja alçada de sua invisibilidade à visibilidade, de sua identidade ordinária à extraordinária (Knauss *et al.*, 2019). Os argumentos que vimos formulando, como pesquisadoras, intentam assegurar, junto à instituição de guarda, a preservação dessas obras como coleção especial e preciosa, de modo que seja reconhecida sua excepcionalidade. Ademais, diante de obras publicadas desde os anos 1818 e impressas em cidades da Europa centro-oriental, a pesquisa histórica indica que suas tipografias oscilaram quanto à indicação de pertencimento aos territórios de diferentes impérios, em sucessivas ocupações e eventos bélicos que, em diversos momentos da história da região, promoveram a eliminação de livros. No caso da coleção reunida, podemos afirmar que, apesar de todas as conspirações do tempo, não lograram desaparecer (Eco, 2010) e, possivelmente, alguns títulos desse acervo localizado no sul do Brasil, tenham sido eliminados em acervos europeus, devido a processos de fragmentação interna, conflitos e ocupações experimentados pelas nações européias, sobretudo a Polônia, diante das partilhas territoriais às vésperas do século XIX. A Polônia, por exemplo, em 1795, foi apagada do mapa como nação. Os estados da Prússia, Áustria e da Rússia a anexaram.

Diante da constatação de que a maior parte dessa coleção especial é constituída de obras em idioma polonês, uma evidência que importa sobremaneira à compreensão do acervo analisado é que, ao longo do século XIX, o ideal de independência polonesa persistiu, apesar das ocupações por diferentes potências, e somente em 1918 a Polônia recuperou sua independência. Nesse sentido, em todo o século XIX, quando da impressão das obras da coleção em estudo, os contextos geográficos e políticos de publicação estiverem sujeitos a restrições, o que redobra sua importância se considerarmos a impressão em idioma polonês no contexto de movimentos de “despolonização” vividos à época, incluindo a proibição do uso da língua. Como afirma Pereira (2017, p. 25-26), “o apagamento contemporâneo da polonidade”, bem como o preconceito antipolonês (Doustdar, 1990), podem ser pensados como resultados de uma história repetitiva de silenciamento, preconceito e despolonização, cujas principais vítimas foram os próprios imigrantes poloneses e seus descendentes no Brasil. Guardadas ao acaso em uma instituição centenária, as obras sobreviventes renascem para novas vidas, subtraídas dos depósitos e encaixotamentos em pleno século XXI.

A coleção especial do século XIX: critérios, definições e processos

Aqui, também acontece uma magia, nessa sala repleta de livros, mergulhada no escuro, onde nosso olhar se introduz como raios invisíveis dotados do poder de perfurar a escuridão. O que faz a magia da biblioteca é o fato de ser tanto lugar de análise documental quanto da imaginação. Mesmo perfeitamente classificada, ordenada, catalogada, uma biblioteca é um lugar de viagens (Montalbeti, 1997), de errâncias, espaço de percursos possíveis por meio de diferentes ordens de realidade. Afinal, um livro chama outro, antecedente ou posterior, movimento infinito no qual o saber se desordena, no qual o fantasmático opera (Pic, 2015, p. 70).

Nossa imersão no acervo bibliográfico da Sociedade Polônia, como referimos antes, se inicia com o interesse em contribuir para a preservação e visibilidade de seu acervo bibliográfico e, em particular, nosso intento em repertoriar obras que ainda estavam encaixotadas, de modo a diagnosticar o estado de conservação desses materiais. Após um ano de trabalho, tornou-se possível tecer algumas hipóteses e considerações acerca do acervo que reunia uma diversidade de temáticas e que possuía distintas origens, algumas, inclusive, desconhecidas, ou fantasmáticas como ilustra a autora da epígrafe acima. A partir do percurso antes descrito, que nos levou ao número expressivo de obras do século XIX, estabelecemos alguns procedimentos específicos de pesquisa e salvaguarda ao que passamos a denominar Coleção Especial de Obras do Século XIX. Uma vez amalhadas, foi atribuída a designação geral de Coleção Especial do Século XIX por compreendermos que representam um patrimônio documental precioso. A atenção dirigida à Coleção Especial levou-nos a identificar a imperiosa necessidade de tratamento técnico e individual de cada um dos livros, que careciam de cuidados específicos no âmbito da conservação preventiva de documentos em suporte de papel, tais como: higienização, acondicionamento e armazenamento adequados (Teixeira; Ghizoni, 2012). No decorrer da realização desses procedimentos, obra a obra, nossos conhecimentos acerca do acervo foram progredindo, desde a identificação e descrição exaustiva de suas características e marcas, a execução de traduções livres dos títulos e alguns sumários, até a pesquisa básica sobre os títulos, autores e editores, somadas à digitalização de elementos considerados centrais: capa, folha de rosto, sumário (quando existente), marcas de proveniência, sinais de posse, como referimos anteriormente.

Uma outra compreensão que tornou-se convicção para nossa atuação é a de que “preservar inclui uma série de premissas que norteiam as ações de investigação e salvaguarda necessárias para o acesso e a comunicação dos bens culturais” (Aquino; Jeziorski; Menezes, 2022, p. 28). Nessa perspectiva, reforçamos a importância de comunicar a Coleção Especial demonstrando que a

mesma reúne um conjunto expressivo de obras centenárias que resistiram a diferentes desafios ao longo de suas trajetórias e que constituem um patrimônio bibliográfico nacional e internacional.

A atenção dirigida aos *ex-libris* e outros indícios de proveniência, propriedade ou posse (efêmera ou duradoura) das obras dessa coleção, embora cada vez mais expressivos, ainda nos possibilitou identificar diversos indícios presentes nas cerca de 500 obras, que seguem sendo recolhidos com vistas à sua quantificação, tipificação e interpretação. Acresce, em muitas situações, dificuldades particulares, como a convicção de que não podemos associar a presença de elementos pré-textuais ou pós-textuais como *ex-libris*, super-libros, assinaturas, carimbos ou quaisquer marcas de propriedade bibliográfica (somadas as marcas de autor e as etiquetas de livreiros) à posse ou pertencimento em todo o período anterior à integração no que, em 2022, se encontrava reunido como Coleção Especial de Obras do Século XIX da Sociedade Polônia.

Cabe mencionar que a caracterização como coleção especial e coleção preciosa inspirou-se em obra temporalmente sincrônica aos livros da coleção, escolha deliberada, em busca de aproximação ao “espírito de uma época”. Em obra intitulada *Connaissances nécessaires à un bibliophile*, editada em Paris, em 1879 (3ª edição), Édouard Rouveyre apresenta conhecimentos que julga necessários, em seu tempo, aos bibliófilos que almejam identificar e possuir livros preciosos, livros antigos, ou mesmo que desejam conhecê-los para travar relações de amor com os livros a contrapelo dos modismos de sua época que os reduzem a uma raridade estimada pelo preço a eles atribuído. Afinal, para Rouveyre (1879), o amor aos livros não pode ser estimável com base no preço, senão quando sabemos apreciá-los, distinguir o que possuem de bom ou ruim, se sabemos contemplá-los sem ousar abrir suas páginas; reconhecê-los em suas variações segundo os tempos, os lugares, as pessoas que lhes são afins. Para o autor, há duas ordens de livros ou edições raras: aquelas assim consideradas por sua raridade absoluta, ou, a partir de certas perspectivas, por sua raridade relativa. Brevemente, raridade absoluta dos livros, para o autor, se exprime como a raridade dos livros por si mesmos, pela exiguidade dos exemplares, edições esgotadas ou confiscadas, expostas à destruição ou perseguição, possuidoras de qualidades estéticas cujas expressões denotam a ambição de seus impressores. A raridade relativa, por sua vez, concerne, segundo Rouveyre (1879), aos livros de interesse particular, ou que interessam a algumas pessoas em contextos determinados. Exemplificando, catálogos, livros de crítica pura ou acerca de antiguidades, livros perdidos, esquecidos, os que tratam de assuntos curiosos, supersticiosos, de paradoxos e heterodoxias, primeiras edições, edições célebres ou não vendidas, e também “livros escritos em línguas pouco conhecidas”, entre outras de uma extensa lista de descrições do autor. Estas, por sua vez, destacadas em relação ao acervo da Sociedade Polônia, tendo em vista a especificidade institucional da coleção mencionada, cujo interesse parte de uma coletividade

cultural em particular, mas expressiva quanto às línguas pouco conhecidas no contexto nacional em que se encontram, o que limita seus eventuais leitores ou interessados.

O processo de identificação e atribuição de valor que embasa o trabalho do Sépia frente aos desafios apresentados por esta Coleção Especial, assim, parte dos atributos especial e precioso no contexto do próprio acervo, tanto por sua antiguidade, seus locais e idiomas de publicação, seus aspectos bibliológicos e bibliográficos. A partir dos nossos estudos, julgamos que há pertinência em perscrutar se algumas obras que integram a coleção podem ser exemplares sobreviventes, únicos ou escassos, ou ainda, se podemos atribuir-lhe o caráter de obras inéditas ou raras em meio ao conjunto com que estamos trabalhando.

Acrescentamos aos aspectos apontados por Rouveyre (1879) dois elementos que pensamos sustentar a atribuição de raridade relativa a algumas obras: de uma parte, a própria história, insuspeita, ímpar, inédita, longa e as viagens que integram as histórias de determinadas obras; de outra parte, a raridade dos múltiplos registros manuscritos, estampas, dedicatórias, assinaturas, *ex-libris* de que são depositárias ou que vieram acumulando ao longo dos anos atravessados. Nas palavras de Umberto Eco, “à memória que o livro transmite, por assim dizer, de propósito, acrescenta-se a memória da qual emana, enquanto coisa física, o perfume da história de que ele está impregnado” (Eco, 2010, p. 20).

São muitas as hipóteses e as possibilidades, no entanto, insistimos, a preciosidade também decorre dos itinerários labirínticos de formação do acervo tal como veio a encontrar-se no presente, como estão aí ocultos ou explicitados os movimentos de reunião dos volumes de diversos possuidores, por vezes muitos para uma mesma obra, ou os sucessivos acervos a que pertenciam, alguns extintos, outros redefinidos em suas identidades institucionais, e que dispersaram parte de seus acervos bibliográficos. Quanto mais nos distanciamos no tempo, como o primeiro quartel do século XIX, por exemplo, mais escassas e fragmentárias se apresentam as pistas que nos permitem rastrear ou determinar os tempos, espaços e pessoas que lhes podem atribuir um valor extrínseco de diferentes ordens. É significativo ponderarmos, ainda, a diversidade de motivações que presidiram a destinação, intencional ou fortuita, ou a doação, de particulares ou instituições civis e religiosas, de determinadas obras ao que hoje conforma-se como acervo bibliográfico da Sociedade Polônia, de Porto Alegre (RS). Na própria instituição, inexistem ou são escassos os registros de procedência, em muitos casos limitados a um caderno que cumpre a função de livro de tomo do ingresso de obras na biblioteca.²

2. Trata-se de caderno pautado, cujas páginas são numeradas de 1 a 200, no qual não consta folha de rosto, com texto de abertura relativo à sua função como caderno de registro do acervo, nem data de início do procedimento ou autoria dos registros. As informações transmitidas oralmente atribuem os registros à Figurska (funcionária da Sociedade Polônia que organizou a Biblioteca), bem como a uma outra escrevente não identificada e a L. M., atual bibliotecária. Todo o preenchimento é manuscrito, em

Mesmo com todos os desafios lançados à compreensão dos percursos, significados e valor da coleção, um dos elementos ou indícios (Ginzburg, 1989) fundamentais para que possamos traçar minimamente os itinerários de algumas obras são as “características materiais que tipificam o livro como objeto, ou seja, as marcas d’água, a encadernação, o formato, bem como as marcas de uso e de proveniência” (Azevedo; Loureiro, 2019). Na sequência, destacamos algumas marcas recorrentes em nossas investigações, identificadas no decorrer dos procedimentos de tratamento técnico de cada obra: a presença de carimbos, assinaturas, dedicatórias, anotações manuscritas e *ex-libris*.

Sobre os carimbos, podemos destacar a singularidade dessa marca, que nos permite identificar alguns caminhos do livro, sejam por acervos pessoais ou institucionais, no âmbito público ou privado, sejam por seus percursos geográficos, dentre outras informações (Figura 1).

Muitas obras possuem dois, três ou mais carimbos em sua folha de rosto e em outras páginas ao longo da publicação; alguns chegam mesmo a estar sobrepostos, dificultando a identificação clara. Essas marcas testemunham algumas



Figura 1 – Carimbos diversos. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

numeração ascendente. Em cada página está reproduzido um quadro com colunas que correspondem ao seguinte cabeçalho: Número atribuído de forma crescente do 1 a –; Título; Autor – Edição. Tal número corresponde ao registro no caderno, sem quaisquer ordens, como cronológica, alfabética, temática etc. Excepcionalmente, em três situações bem delimitadas, constam indicações de proveniência de conjuntos determinados do acervo, a saber: E. Gardolinski, indicando doação de parte do acervo do nome mencionado; Doação da Congregação dos Jesuítas – São Leopoldo; Recebido do Tow. Zaczwosei – Warszawa (Varsóvia) em Janeiro de 1987; Helena Marta Beidacki Zukianski. Rua Evaristo da Veiga – Partenon POA – 36 livros.

dentre as viagens inusitadas de exemplares da coleção. Forçoso é reconhecer, contudo, que a ação do tempo interfere diretamente na reconstrução dos itinerários dos livros, e nos deparamos com algumas marcas de proveniência borradas, outras em processo de desaparecimento, ou ainda carimbos de acervos anteriores ilegíveis pela ação posterior, intencional ou desatenta, que visa a privilegiar um entre os demais registros.

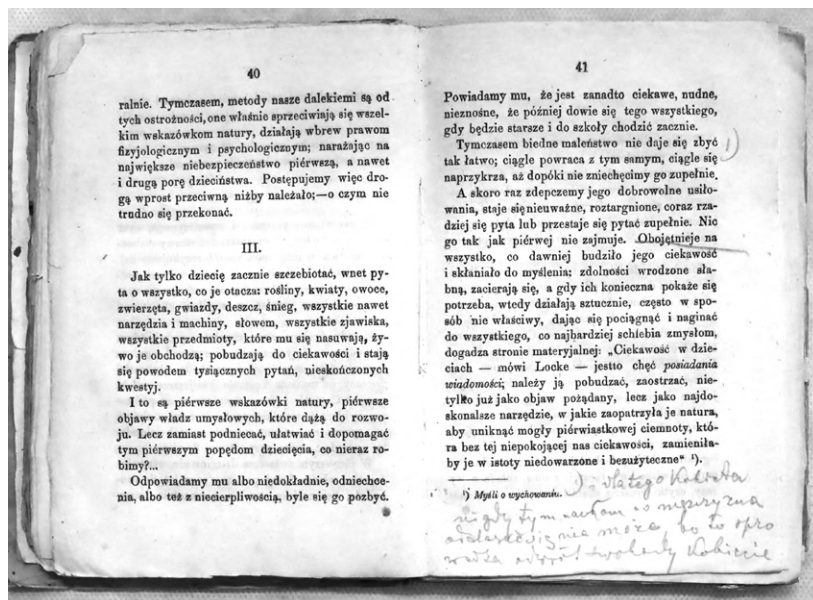


Figura 2 – Marcas de leitura em obra do século XIX. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

Outro elemento importante que destacamos e a que referimos inicialmente consiste nos indícios de posse e uso dos livros, por meio de intervenções diversas de leitores, em especial as anotações manuscritas (Figuras 2 e 3).

Além de anotações no interior da obra, sobretudo em polonês, também identificamos dedicatórias, marcas de posse em assinaturas, correções manuscritas em relação a erros tipográficos ou textuais, sublinhados e sistematizações de estudo, acrescidos de desenhos alusivos ou não às temáticas das obras (Figuras 4 e 5).

A imagem a seguir retrata uma descoberta preciosa no acervo, uma obra literária intitlada, em tradução livre, “O cavaleiro cristão: um romance histórico que se situa no contexto da história da Albânia no século XV”, escrita por Teodor Tomasz Jeż (1824-1915) e publicada na cidade de Warszawa. Para nossa surpresa, quando ela foi aberta para verificar sua identificação e características, nos deparamos com um desenho executado diretamente na folha de guarda ainda vaga: um esboço cartográfico dos territórios referidos no texto, minucioso, todo feito a mão e a bico de pena, provavelmente registrado por um leitor curioso e muito interessado pela sua leitura (Figura 6). Esse indício

nos provoca a refletir sobre os diversos usos das obras e as múltiplas práticas de leitura ao longo dos séculos. Como diria Muriel Pic (2015, p. 75): “A biblioteca é um *atlas fantástico* que suscita percursos e deslocamentos diversos, recuos e avanços, retornos, paradas, meditações suspensas para retomar um pouco mais longe, além, em direção a outra estante”.

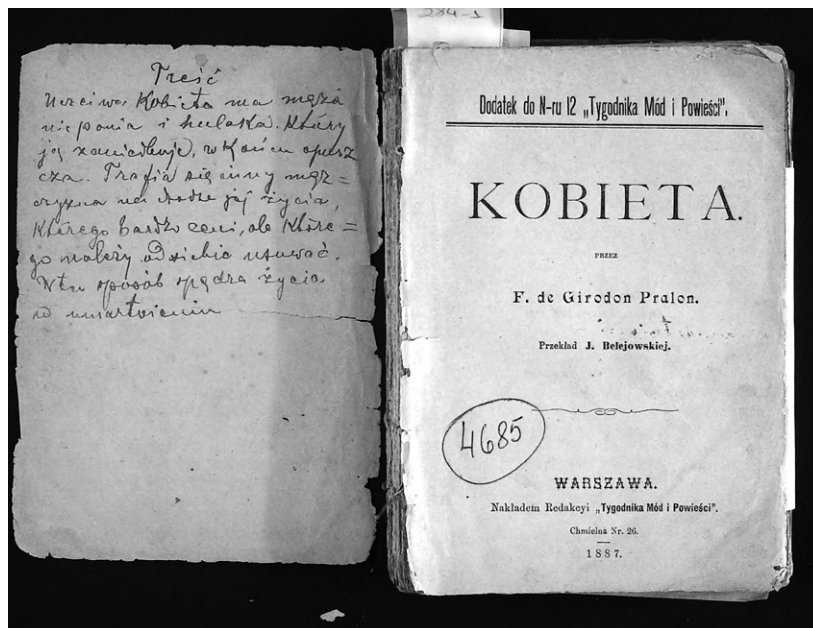


Figura 3 – *KOBIE TA*. F. de Girodon Pralon, Warszawa, 1887. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

No conjunto da Coleção, identificamos algumas assinaturas pessoais e um número reduzido de *ex-libris* (Figura 7), em especial aqueles que se caracterizam como carimbos molhados, com uso ou não da expressão *ex-libris*, ora somente com nome por extenso, ou monogramas, ou nome e localidade, ora ainda carimbo seco, em especial de possuidores eclesiásticos. Não identificamos nenhum *ex-libris* sob a forma de etiqueta colada, mas alguns com propriedade impressa na obra. São muito frequentes os sinais de propriedade na forma de assinaturas na folha de rosto, algumas dedicatórias, mas compa-recem poucos selos ou carimbos de livrarias onde as obras foram adquiridas (Figuras 8, 9 e 10).

Registramos, ainda, que se fazem presentes registros manuscritos de funcio-nários encarregados do registro da obra, como numeração, algum complemento de origem, assim como identificamos carimbos e bolsos de bibliotecas (Figuras 11 e 12).

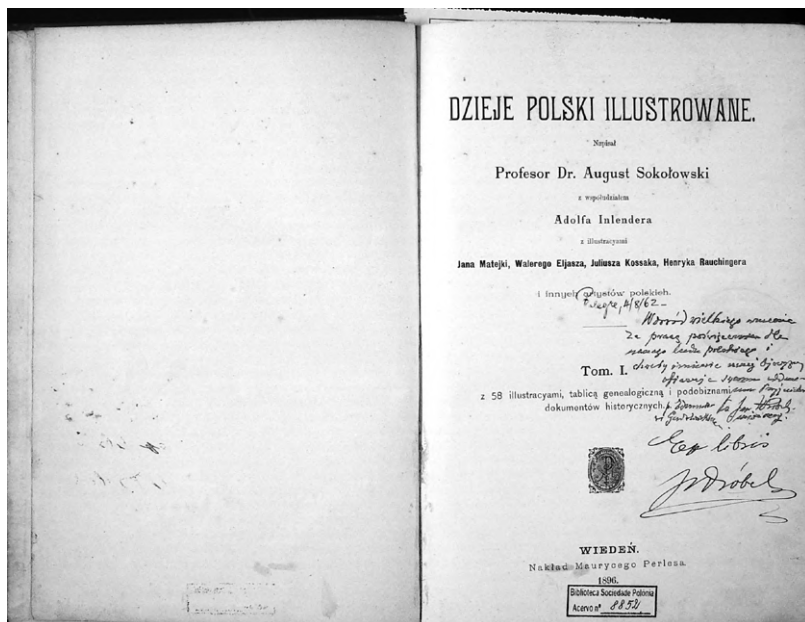


Figura 4 – Dedicatória, *ex-libris* manuscrito. *Dzieje Polski Illustrowane*, August Sokolowski, Wieden, 1896. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

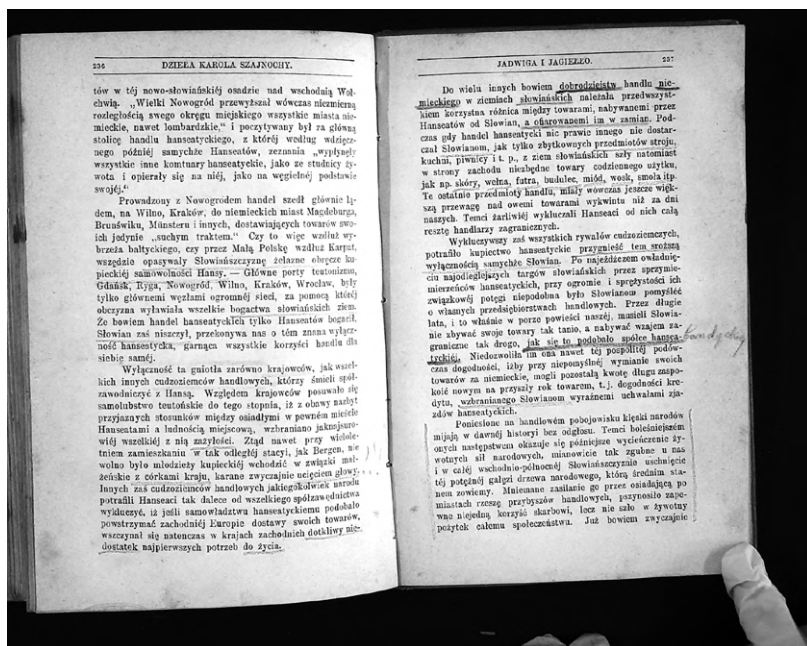


Figura 5 – Sublinhados. *Jadwiga i Jagiello*. Tom V. Karol Szajnocha, Warszawa, 1877. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

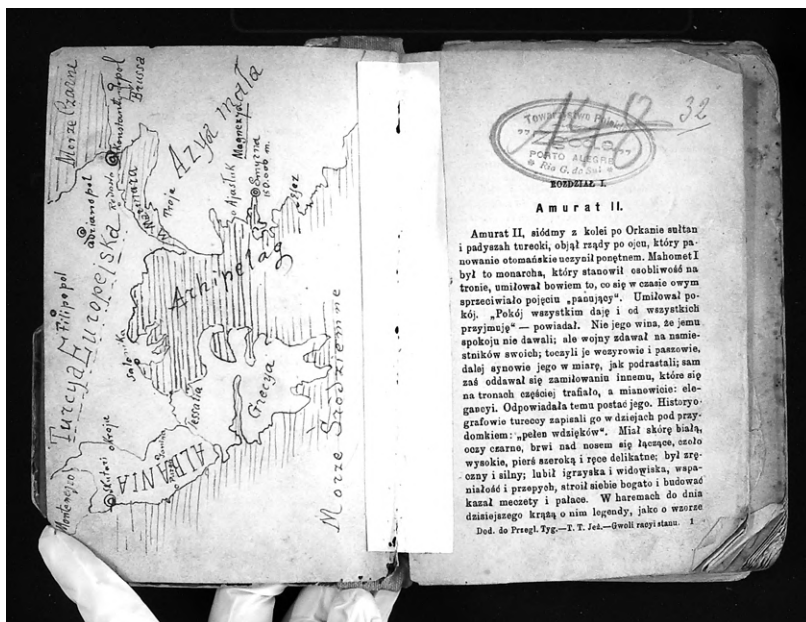


Figura 6 – *Rycerz chrześcijański: powieść historyczna na tle dziejów Albanii w XV w. Cz. I, Zawstuge, Teodor T. Jez, Warszawa, 1890.* Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

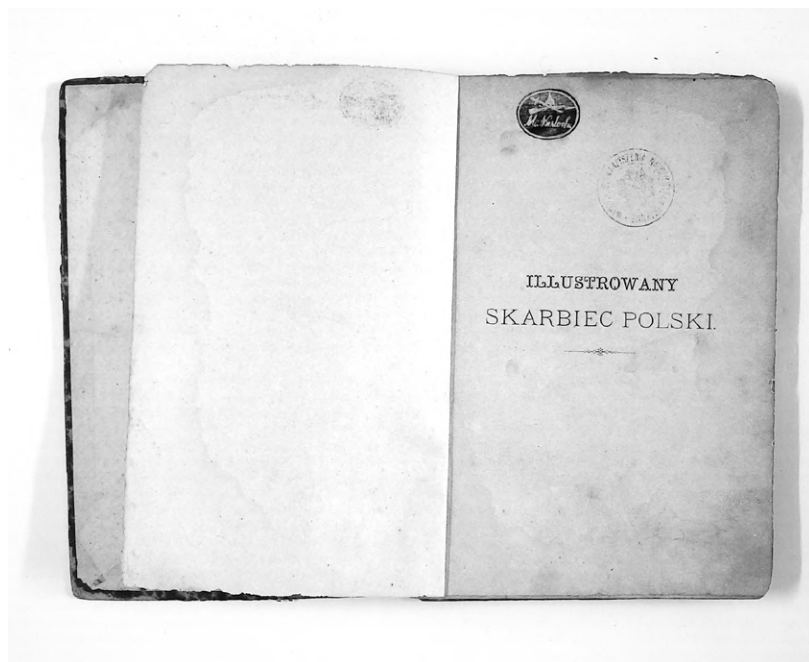


Figura 7 – Exemplos de *Ex-libris* (propriedade de; pertencente a). Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

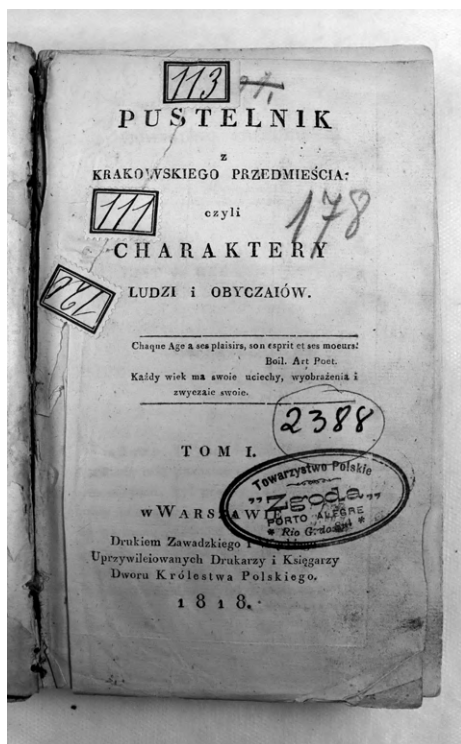


Figura 8 – Carimbos, registros manuscritos, numerações em diferentes acervos. *Spowiedz Dziecieceia Wieku*; Tom I. Alfred de Musset, Warszawa, 1879. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

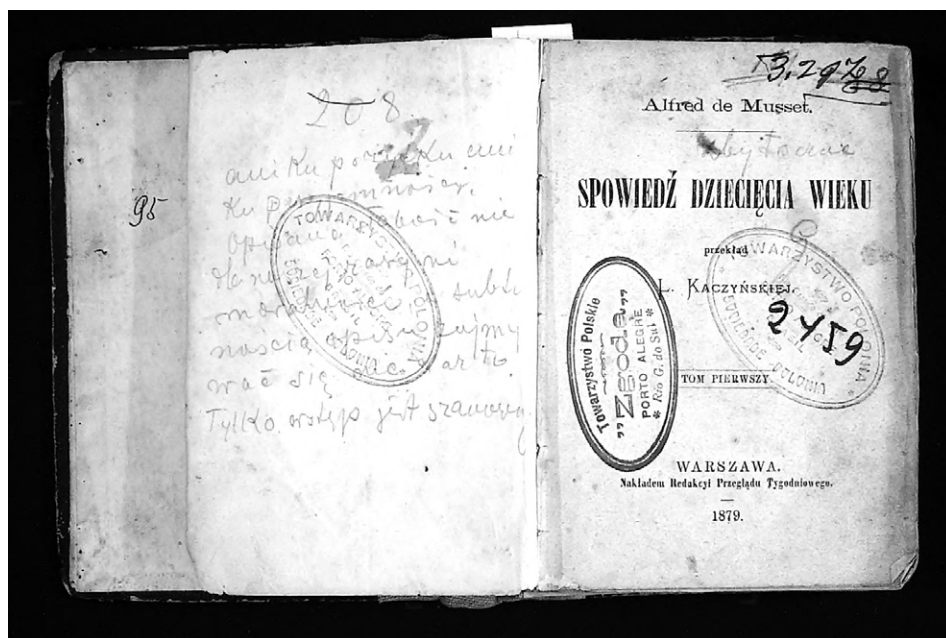


Figura 9 – Carimbos, registros em diferentes acervos. *Obrazy Litewskie*, Ignacego Chodzke, Wilno, 1845. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

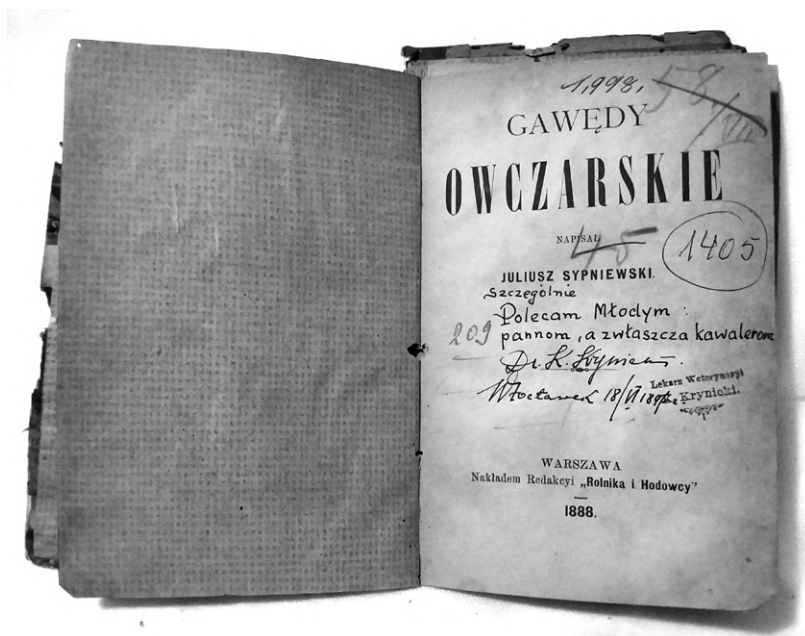


Figura 10 – Marcas de propriedade e de proveniência. *Gawędy Owczarskie*, Juliusz Sypniewski, Warszawa, 1888. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

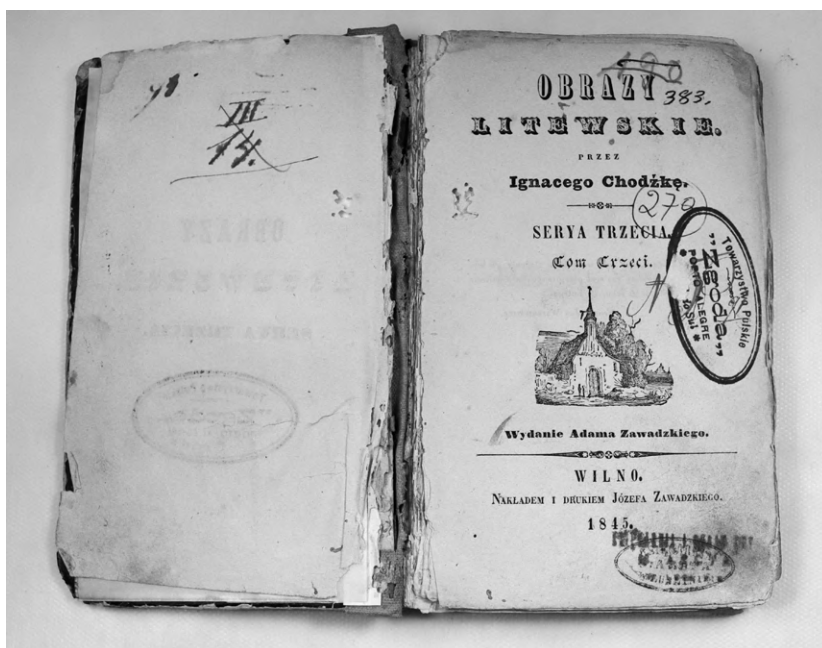


Figura 11 – *Pustelnik z Krakowskiego Przedmiescia czyli Charaktery Ludzi i Obyczajów*. Gerard Maurycy Witowski, Warszawa, 1818. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

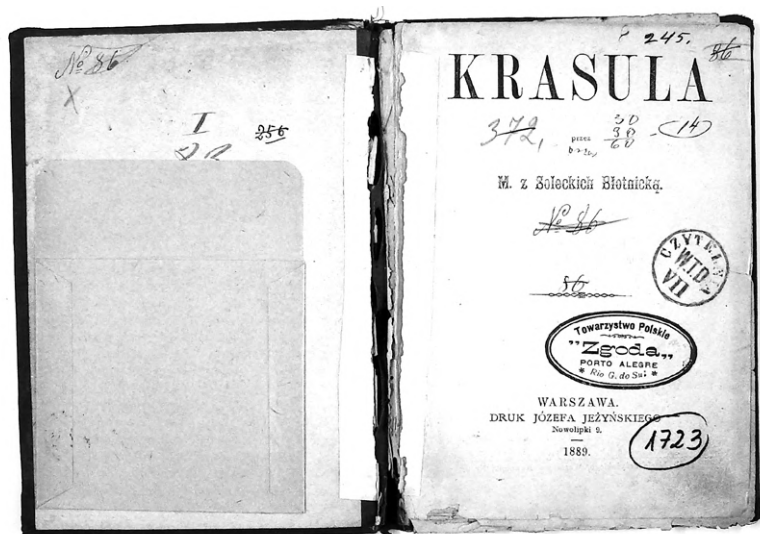


Figura 12 – *Krasula*, M. z Solecich Blotnicka, Warszawa, 1889. Acervo de imagens do Sépia. Coleção Especial do Século XIX da Sociedade Polônia, Porto Alegre, RS.

Outros aspectos que nos permitiram reconstruir alguns pertencimentos das obras são os detalhes tipográficos, que abrangem as capas, os papéis coloridos com estampas florais na face interna das capas, os arabescos, as capitulares, as ilustrações do miolo, as escritas em relevo em lombadas e capas, as descrições e informações tipográficas detalhadas, impressas na folha de rosto. Acrescidos de muitos itens que denominamos “os achados dentro dos livros” e que incluem outras materialidades – santinhos, folhas secas, recibos, filipetas, imagens etc – guardados entre as páginas, registros de muitas épocas, muitas mãos e muitos lugares onde os livros circularam.

Considerações finais

A imersão que operamos diante da constatação de que, aos poucos, a escassez ia se transformando em abundância, caixa após caixa descoberta, estantes e estantes que se somavam, nos levou a afirmar que não teríamos sucesso em enxugar um oceano, e, de outro lado, que precisávamos delinear uma estratégia geral de aproximação sucessiva, de modo a estabelecer prioridades de inventário, urgências de conservação preventiva e definições específicas de raridade, pois “ler o arquivo é uma coisa; encontrar o meio de retê-lo é outra”.

Farge, 2009. Stephanou; Severo, 2018, p. 307

Eis que após quatro anos de atuação, logramos compor a Coleção Especial de Obras do Século XIX da Sociedade Polônia, hoje de fato a materialização de uma estratégia para reter, preservar, compreender uma parcela significativa

do acervo bibliográfico da instituição. O Sépia vem insistindo na preservação de todo o patrimônio histórico sob guarda da instituição, mas, em especial, dessa Coleção que inferimos tratar-se de um dos maiores acervos bibliográficos em língua polonesa do século XIX conservado no Rio Grande do Sul e, possivelmente, no Brasil. Na medida do possível, com poucos recursos e diminuta equipe de pesquisa, vimos buscando formas de torná-la acessível. Dentre os esforços, aquele de circunscrever sua história, as muitas vidas das obras, a importância, preciosidade e ineditismo desse patrimônio bibliográfico, suas marcas de proveniência, os sinais de posse, a diversidade da forma material das obras, seus idiomas estrangeiros, lugares de impressão e temáticas. Investimentos para o arrolamento desse acervo nos levam a intuir que o mesmo guarda documentação em boa medida inexplorada e raridades, relativa ou absoluta, como também uma expressividade numérica de artefatos que contrasta com a quase inexistência de títulos em língua polonesa ou tipologia similar em importantes acervos documentais brasileiros.

Quanto às contribuições às pesquisas para ampliação dos critérios de raridade bibliográfica, mormente de raridade relativa, indagadas acerca do atributo de “raridade” das obras bibliográficas do século XIX do acervo da Sociedade Polônia, ocorreu-nos listar, progressivamente, e à medida que nos apropriávamos de suas especificidades, alguns critérios que orientam nossas decisões, intervenções e defesas acerca das preciosidades documentais da coleção. Percebemos que raridade é palavra sinuosa, conceito polissêmico, dependente de diferentes perspectivas. Não é uma essência ou condição invariável. É atributo contingente e histórico, ou seja, livro raro é significado ou redefinido distintamente com o passar do tempo, ou dependendo do contexto, da área de conhecimento a partir da qual se aprecia uma obra, ou ainda das operações de guarda, conservação, das práticas memorialísticas que lhe atribuem importância em determinados contextos institucionais. Essa condição de raridade, ainda, pode estar ligada a diferentes perspectivas de análise e questões de pesquisa (Stephanou, 2018). Se raridade designa qualidade do que é raro ou pouco comum, pouco frequente ou pouco abundante, essas adjetivações conferem ao objeto ou o seu adjetivo ou o seu valor. Se alguns livros do acervo se caracterizam como unidades em relação às quais é complexo ou muito difícil encontrar similar, um primeiro movimento consiste em reconhecê-las como objetos preciosos e incomuns, associadas à “infrequência”, “pouquidade” (Houaiss, 2001, p. 2.275), ou ainda a “raríssimo” como designação atribuída a uma obra muito difícil de encontrar (Faria; Pericão, 2008, p. 616).

Como movimento de atribuição de caráter de raridade no contexto institucional e diante das especificidades da Coleção do século XIX da Sociedade Polônia, em Porto Alegre, pareceu-nos instigante a distinção proposta por um autor do século XIX, Édouard Rouveyre (1879), antes apresentado, para adjetivar raridade, absoluta ou relativa. Indiscutivelmente, no caso aqui examinado,

até o momento de avanço das pesquisas, insistimos que nossa posição é de que estamos diante de uma coleção que faz jus à atribuição de valor por sua raridade relativa. E a essa, acrescentamos provisoriamente mais elementos, que nos permitem identificar preciosidades ou raridades, e todas as conotações a elas atribuídas, a saber: a) antiguidade: obras das primeiras décadas do século XIX, que possuem mais de 200 anos de impressão; b) excepcionalidade da edição; c) materialidade peculiar e frágil, que mesmo assim tenha resistido ao tempo, “pois até um exemplar mutilado pode nos contar uma história” (Eco, 2010, p. 21); d) raridade em relação a um contexto nacional/país (impressos em idioma polonês e outros conservados em acervo no sul do Brasil); e) suas relações com um evento excepcional (como autores do século XIX ganhadores de prêmios Nobel de literatura ou de física e química); f) atributo de efêmero desde sua impressão (por exemplo, um só número publicado de um impresso que se apresenta como periódico); g) raridade em relação ao próprio acervo da agremiação (por exemplo, livros em idioma polonês impressos na França, no século XIX); h) raridade do próprio suporte (técnicas de reprodução, ou ilustração, ou encadernação) não mais em uso; i) sua origem ou procedência (oficinas tipográficas ou filiação à editora extinta, perseguida, censurada); acervos extintos, eliminados.

Por fim, a partir do enfrentamento da condição de um certo estrangeirismo do grupo no domínio dos idiomas estrangeiros representados na coleção, sobretudo da Europa centro-oriental, e das especificidades próprias de diferentes campos de formação (história, museologia, biblioteconomia, pedagogia), avançamos no conhecimento do acervo, acumulamos lições significativas, sobretudo aquelas que repercutiram no comprometimento crescente da Sociedade Polônia com a preservação desse patrimônio bibliográfico, e que também possibilitaram a reafirmação da identidade do Sépia como grupo de pesquisa, extensão e formação em preservação, memórias e acervos.³

E, sobretudo, inspirando-nos nas palavras de Carlo Ginzburg, experimentamos nesse momento, após enfim vislumbrarmos um catálogo da coleção, que brevemente publicizará o arrolamento e algumas particularidades de cada uma das obras do acervo, o que o autor denomina “euforia da ignorância”: a sensação de não saber nada e de estar a ponto de começar a aprender alguma coisa (Ginzburg, 2007, p. 295-296).

3. Comunicar também é uma forma de preservar (Cury, 2005), e além da publicação de artigos em revistas especializadas e participação em eventos científicos, o Sépia realiza postagens sobre a Coleção em seu perfil no Instagram (@sepia.ufrgs). Essa estratégia de comunicação por meio das mídias sociais nos possibilita estabelecer diálogos junto a diferentes públicos, proporcionar visibilidade ao acervo, além de um alcance maior dentro e fora da universidade. Essa estratégia está inserida em uma proposta de difusão científica que tem sido objeto de atenção do Sépia.

Referências

- AQUINO, Vanessa; JEZIORSKI, Karine; MENEZES, Cleide. Percursos museológicos: salvaguarda e preservação do acervo da Sociedade Polônia/RS. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, UnB, v. 11, n. 2, p. 281-298, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/33295/33310>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), n. XX, 2019. *Base de dados do Enancib* [...]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- BORGES, Jorge Luis. *El jardín de senderos que se bifurcan*. Barcelona: Primera Plana, 1993. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/El_Jardin_de_Senderos_Que_Se_Bifurcan/UrCRtAEACAAJ?hl=pt-BR. Acesso em: 16 fev. 2024.
- CARRIÈRE, Jean-Claude; ECO, Umberto. *Não contem com o fim do livro*. São Paulo: Record, 2010.
- CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.
- DOUSTDAR, N. M. *Imigração polonesa: raízes históricas de um preconceito*. 1990. 157 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.
- ECO, Umberto. *A memória vegetal: e outros escritos de bibliofilia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Guia do patrimônio bibliográfico nacional de acervo raro*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, 2020. *E-book*. 219 p.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca Pública: memorias locales e identidades nacionales. *El profesional de la información*, Espanha, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014.
- KNAUSS, Paulo; LENZI, Isabel; MALTA, Marize (orgs.). *A história do Rio de Janeiro em 45 objetos*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- LANZAROTE. Epígrafe. *Revista Blimunda*, Lisboa: Fundação José Saramago, n. 115, 7 de maio de 1997. Disponível em: <https://blimunda.josesaramago.org/cada-livro-e-uma-viagem-para-o-outro-lado/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- MATTOS, Ricardo Pinto de (coord.). *Manual bibliographico portuguez de livros raros, clássicos e curiosos*. Porto: Livraria Portuense, 1878.
- PEREIRA, I. A voz de polono-brasileiros: um contexto histórico sul paranaense. *Working Papers em Linguística*, v. 18, n. 1, p. 23-45, Florianópolis, jan./jul., 2017.
- PIC, Muriel. *As desordens da biblioteca: fotomontagens; seguido de A biblioteca obscura de W. H. F. Talbot*. Belo Horizonte: Relicário, 2015.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo raro. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003 [2007].
- POUQUIDADE. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p. 180-194, set./dez. 2007.
- ROUVEYRE, Édouard. *Connaissances nécessaires à un bibliophile*. 3e édition, revue, corrigée et augmentée. Paris: Édouard Rouveyre, 1879.
- STEPHANOU, Maria. *A propósito de raridade(s)*. Porto Alegre, Sociedade Polônia, 24 out. 2018. [uso restrito]
- STEPHANOU, M.; SEVERO, Cláudia. Inusitada materialidade reunida em acervo: inventário documental dos guardados da Sociedade Polônia (séculos XIX ao XXI). *Revista X*, v. 15, p. 297-322, 2020.
- TEIXEIRA, Lia Canola; GHINZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Florianópolis: FCC, 2012.

A Coleção Família Imperial no Museu Histórico Nacional

Eliane Vieira da Silva

Bibliotecária documentalista, chefe da Biblioteca do Museu Histórico Nacional, especialista
em Documentação e Informação-CDC

Rosângela Coutinho da Silva

Bibliotecária convidada da Biblioteca do Museu Histórico Nacional, doutoranda
do Programa de Letras Neolatinas da Faculdade de Letras da Universidade Federal
do Rio de Janeiro (PPGLEN/UFRJ)





Resumo

Apresenta o Museu Histórico Nacional contendo informações sobre sua origem, missão, acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos. Descreve o histórico da biblioteca a formação do acervo e apresenta a Coleção Família Imperial do Museu Histórico Nacional (MHN) associada aos critérios de raridade bibliográfica estabelecidos e adotados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e pela Biblioteca do Museu Histórico Nacional.

Palavras-chave: Coleção Família Imperial. Biblioteca do Museu Histórico Nacional. Critérios de raridade.

Abstract

This article presents the National Historical Museum (MHN) and contains information about its origin, mission, museological, bibliographic and archival collections. It describes the history of its library and the formation of the collection, and also presents the Imperial Family Collection of the MHN associated with the criteria of bibliographic rarity established and adopted by the Brazilian Institute of Museums (Ibram) and by the Library of the National Historical Museum.

Keywords: Imperial Family Collection. Library of the National Historical Museum. Rarity criteria.



Introdução

O Museu Histórico Nacional (MHN) é uma das unidades do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão do Ministério da Cultura, e foi criado através do Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922.

Após sua concepção, passou a registrar uma trajetória marcante no cenário cultural e patrimonial do país. Em 1932, abriga o primeiro curso de Museologia da América Latina, que se encontra integrado, atualmente, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Dois anos depois, cria a Inspetoria de Monumentos Nacionais que, em 1937, passa a ser denominada Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), posteriormente tornando-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para administrar essa instituição, foi nomeado Gustavo Barroso, que, além de ter sido o idealizador do museu, o dirigiu por vários anos. Barroso teve uma trajetória relevante como advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista. No decreto de criação do MHN, está estabelecido que o museu teria como finalidade: “recôlher, classificar e expor ao publico objectos de importancia historica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culto das nossas tradições” (Brasil, 1922, não paginado).

Para atender ao primeiro item de sua missão, o MHN possui, hoje, um patrimônio de 293.541 itens distribuídos entre acervos museológico, arquivístico e bibliográfico que vão do século XVI ao XXI. O museológico é formado por 172.000 objetos tridimensionais, e é composto por joalheria, mobiliário, têxteis, pinturas, esculturas, armaria, entre outros objetos, e um acervo importante sobre numismática, que é formado por moedas, medalhas, selos, selos sigilográficos e valores impressos, além do meio circulante entre Brasil e Portugal.

O acervo arquivístico é composto por 55.600 itens, e é constituído por coleções de caráter privado, em sua maioria, contendo documentos iconográficos e manuscritos importantes para a história do Brasil.

O acervo bibliográfico é de 65.941 itens, entre: livros, periódicos, folhetos, panfletos e materiais especiais. A Biblioteca é formada por 24 coleções — entre elas, as obras raras, distribuídas entre as seguintes áreas de especialização: História do Brasil, História do Rio de Janeiro, História de Portugal, Heráldica, Genealogia, Indumentária, Artes decorativas, Numismática, Filatelia, Sigilografia e Museologia. Essas áreas foram determinadas a partir da formação do acervo museológico, que retrata a História do Brasil e sua interdisciplinaridade, com o objetivo precípua de dar suporte informacional aos técnicos do Museu para montagem das exposições, estudo sobre o acervo e sobre a evolução da história de nosso país.

Dentre as 24 coleções reunidas na biblioteca, destaca-se a Coleção Família Imperial, formada por objetos museológicos, arquivísticos e bibliográficos. Essa coleção foi transferida para o MHN em 1922, oriunda do Museu Nacional do Rio de Janeiro, atual Museu Nacional, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme consta em Processo 14/22 do Núcleo de Controle e Registro de Acervo do Museu.

Os livros e os periódicos que compõem a Coleção Família Imperial foram tratados como acervo arquivístico até 1987. Somente após essa data, por decisão da chefia do Arquivo Histórico, o material bibliográfico (29 títulos de livros e dois títulos de periódicos) foi transferido para a Biblioteca. Até então, a Biblioteca desconhecia a existência desta coleção.

Por fim, esse acervo foi identificado como raro de acordo com a utilização dos critérios de raridade que serão apresentados adiante, assim como relataremos a maneira com que transcorreu todo o processo de identificação dos livros raros dentro desta coleção.

Metodologia

Este estudo descritivo tem como objetivo relatar como a Coleção Família Imperial foi associada aos critérios de raridade estabelecidos e adotados pela Biblioteca do MHN e pelo Ibram. De natureza aplicada, pois pretende gerar conhecimento para implementação dessa metodologia a outras coleções bibliográficas do acervo do museu e que podem ser utilizadas por outras bibliotecas ligadas ao Ibram. Quanto à abordagem, é qualitativa visando à elaboração de conhecimentos que possibilitem a compreensão e transformação da realidade do acervo em relação ao tema apresentado.

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico na literatura especializada sobre o tema em questão, para identificação de estudos relacionados a conceito e a critérios de raridades, bem como exemplos de metodologias associadas à temática em questão. Além disso, os títulos da coleção foram pesquisados em bases bibliográficas nacionais e internacionais para identificar a existência de outros exemplares e auxiliar no processamento técnico das publicações.

Após o levantamento bibliográfico sobre o tema e o estudo dessas publicações, foram discutidos os pontos de similaridade com os acervos das instituições analisadas. Houve a compatibilização dos critérios e estabelecimento dos itens que compuseram os critérios de raridade da Biblioteca do Museu Histórico Nacional.

Em 1986, durante a revitalização da Biblioteca, a qual reorganizou o acervo por coleções, os critérios de raridade foram delineados para identificar dentro de cada coleção seus itens raros, porém só foram oficializados em 2007. A

partir deste ano, visando estabelecer as normas que norteariam os acervos raros, realizou-se pesquisa sobre a existência de critérios de raridade voltados para bibliotecas de museus. Como não foram localizados nessas bibliotecas nenhum documento em que esses critérios estivessem estabelecidos, buscou-se outras instituições fora desse escopo. Pesquisou-se na Biblioteca Nacional, nos Sistemas de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI/UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Estes critérios, definidos em 2007 e aplicados à biblioteca do MHN, estão descritos na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções e na Política de Aquisição e Descarte do MHN. Em 2014, a biblioteca compatibilizou os critérios já em uso, vindo a acrescentar dois novos critérios a partir das diretrizes do Ibram para descrição das informações sobre os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico a serem declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, expressas na Resolução Normativa 2, de 29 de agosto de 2014, em seu artigo 3º, que orienta sobre quais critérios de raridade podem ser atribuídos para identificação de obras raras:

Art. 3º Item 3: Os bens culturais de caráter bibliográfico que sejam classificados como obras preciosas, assim consideradas as coleções especiais formadas por materiais bibliográficos compostos por publicações que não são raras, mas que têm algum valor de posse e de identidade com o museu e a instituição à qual pertença, e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

- a) obras que compõem a produção tipográfica do museu e/ou da instituição à qual pertença;
- b) obras que contam a história do museu e/ou da instituição à qual pertença;
- c) obras que caracterizam as primeiras produções tipográficas da localidade na qual o museu está inserido;
- d) obras que pertençam a um conjunto bibliográfico de personalidade ilustre.

Assim, somente foram acrescentadas as alíneas a e b do artigo 3º, visto que as demais já existiam na política; oficializando os critérios de raridade da biblioteca, na Política de Aquisição e Descarte do MHN em 2017, na qual ficaram descritos, de forma resumida, as tomadas de decisão que estabelecem o que é uma obra rara para o MHN. O resultado dessa compilação é o que se apresenta no quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de raridade aplicado a Biblioteca do Museu Histórico Nacional (CRBMHN)

1	Obras raras impressas no Brasil até 1889 , como marco da Proclamação da República do Brasil e tendo a biblioteca como uma de suas áreas de especialização a própria História do Brasil;
2	Edições de tiragem reduzida e/ou limitada a 300 exemplares . Casos à parte podem ser analisados como o exemplo a seguir. Exemplo: tiragem de 350 e o exemplar possui o número 312;
3	Edições especiais – de valor histórico-cultural (ex.: edições comemorativas);
4	Edições personalizadas – apresentam indicações de propriedade impressas pelo editor e por este motivo se caracterizam por serem exemplares únicos;
5	Edições de luxo – obras confeccionadas em material de qualidade considerada superior: papel artesanal, encadernações preciosas em couro, com aplicações ou detalhes em ouro, pedras preciosas, madre-pérولا, acondicionadas em caixas decorativas etc.;
6	Exemplares com anotações manuscritas de importância:
6.1	livros autografados por autores reconhecidamente importantes para uma determinada área do conhecimento;
6.2	livros que pertenceram a pessoas de reconhecida projeção e influência no Brasil ou mesmo fora do país;
6.3	exemplares com anotações manuscritas, sendo:
6.3.1	dedicatórias autografadas por pessoas de reconhecida projeção;
6.3.2	correções de punho do próprio autor que elevam uma obra à categoria de raridade bibliográfica;
7	Edições censuradas – são edições que se caracterizam por terem determinados trechos suprimidos, por serem considerados licenciosos pela censura;
8	Edições clandestinas – são edições confeccionadas sem a devida autorização do autor ou do editor, o que constitui “pirataria” editorial ou, ainda, no caso de obras dos séculos XV a XVI, obras impressas sem a autorização legal exigida – por exemplo: Privilégio (licença concedida por um rei), “Nihil obstat” (licença de impressão concedida pela Igreja), Licença do Santo Ofício (concedida pela Inquisição), ou ainda Licença do Ordinário (licença dada pelo bispo para impressão da obra);
9	Edições esgotadas e fora do comércio – obras consagradas, geralmente as que denominamos “clássicos” de uma determinada área, que não se encontram mais à venda e também não foram reimpressas;
-

10	Trabalhos monográficos originais elaborados por personalidades importantes constituem, em sua maioria, teses de doutorado, livre docência e discursos;
11	Ex-líbris: vinheta gravada ou impressa, contendo o nome ou divisa do proprietário da obra, que aparece colada no verso ou reverso da capa de livros de sua biblioteca;
12	Obras de conteúdo importante para o contexto histórico e artístico;
13	Obras que pertenceram a personalidades importantes no contexto histórico e artístico nacional;
14	Obras impressas na Europa até 1821, de acordo com o Código de Catalogação Anglo Americano, v. 1, página 80;
15	Coleção especializada. Ex.: Compõe a coleção Ferreira Viana existente no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional – Col. FV;
16	Obras citadas em fontes bibliográficas fidedignas. Alguns dicionários e enciclopédias bibliográficos são considerados fontes fidedignas para pesquisa de determinação da raridade bibliográfica;
17	Obras que compõem a produção tipográfica do Museu Histórico Nacional;
18	Obras que contam a história do Museu Histórico Nacional.

Fonte: Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro). *Política de aquisição e descarte do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. [no prelo]

Para apresentação dos critérios utilizados na seleção, foi criado um campo na base de dados informatizados da biblioteca para descrição do motivo da escolha. Ele está identificado através da sigla CRBMHN – Critério de Raridade da Biblioteca do MHN, com o acréscimo do número do critério atribuído.

Coleção Família Imperial

A Coleção Família Imperial se destaca por ter pertencido aos membros da Casa Imperial. As marcas de propriedade como dedicatória impressa, monograma, brasão do império brasileiro nas obras do acervo demonstram esse pertencimento à realeza.

Outra característica dessa coleção que merece destaque são as encadernações das edições de luxo cuja materialidade pode ser identificada nas obras encadernadas nas cores rosa, amarelo e branco. Entre elas, destacam-se as que estão em couro, em veludo, em cetim, em pinturas esmaltadas, bordadas com fio dourado, com cravejados em flor de lis, com cortes dourados e fechos em metal.

A coleção possui obras do século XIX e outras não datadas. Estas últimas apresentam características de impressão deste mesmo período, o que justifica a sua inclusão à coleção. Integram o acervo livros de oração, bíblia, História do Brasil, Genealogia, Saúde e Educação. Nos parágrafos seguintes, apresentaremos algumas das obras da Coleção Família Imperial destacadas pela sua relevância material, como exemplo do que pode ser encontrado neste acervo, bem como acompanhadas das suas respectivas referências bibliográficas.



Livros da coleção Família Imperial (localização: IM 11,12,13,14). Fonte: as autoras.

Livro: IM 11

ORARIO spirituale per le dame Contenente le principali preghiere per le Feste e Domeniche con il metodo di ascoltare la S. Messa Adorni di bellissimi Rami. Napoli: Nel Nuevo Gabinetto Letterario, 1824.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor índigo, ornada com impressão e cercadura dourada nas bordas em alto-relevo, com cortes em vermelho.

Livro: IM 12

RESCH, Peter, 1850-? *Die Entwicklungsstufen der Volkswirtschaft*: studie. Graz & Leipzig: Ulrich Moser's Buchhandlung, 1886.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 14, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor marrom claro, com cercadura e florões nos 4 cantos em metal, com super líbris das armas do Império Brasileiro ao centro feitas em metal e esmalte colorido, com seis nervuras na lombada.

Livro: IM 13

FABER, Carl Maria, 1811-1887. *Die rattrionelle pflege der zähne und des mundes*. Wien [Viena]: [s.n.], [s.d].

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em veludo na cor vinho, com super líbris das armas do Império Brasileiro ao centro feitas em metal e esmalte colorido.

Livro: IM 14

PROGRAMMA e statuto della scuola itálica: reale accademia nazionale di filosofia, medicina, leteratura e fondazione dell'ospedale omeopatico em Roma. Roma: Tipografia Artero e comp., 1878.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 4, 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: encadernação na cor marrom, com super líbris da coroa imperial e as iniciais TCM ao centro com gravação em dourado indicando ter pertencido a Thereza Cristina Maria, imperatriz consorte do Império do Brasil, esposa de dom Pedro II.



Livros da coleção Família Imperial (localização: IM 7, 4). Fonte: as autoras.

Livro: IM 7

OFFICES de la quinzaine de paques a l'usage de rome. 1864

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

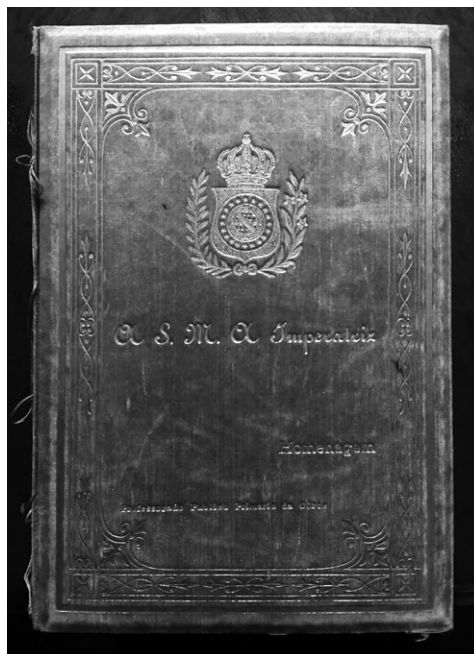
Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor índigo, com super líbris de cruz prensada em alto-relevo, com cercadura e cortes em dourado.

Livro: IM 4

FOLHINHA LAEMMERT: para o ano de 1894 contendo o exactissimo calendário, a chronica nacional e universal e informações úteis e interessantes. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 55. Ano, [1894].

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em tecido azul, com super líbris do Império Brasileiro e cercadura em dourado, com lombada desenhada e cortes em vermelho.



Livros da coleção Família Imperial (localização: IM 19). Fonte: as autoras.

Livro: IM 19

A FESTA das creanças: commemoração da lei de 13 de maio que aboliu a escravidão no Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 4, 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em tecido verde, com super líbris do brasão do Império Brasileiro, com cercadura e dedicatória impressas em dourado: A S. M. A Imperatriz e abaixo escrito // homenagem // do // professorado público primário da corte. e com o título "A Festa das Creanças" grafado na lombada em dourado. Além da dedicatória impressa na capa a imperatriz Leopoldina a obra possui uma outra impressa na parte interna da obra transcrita a seguir: As Suas Altezas // A // AUGUSTA PRINCEZA IMPERIAL REGENTE // E SEU AUGUSTO ESPOSO // O SR. CONDE D'EU // Semper honos, nomenque tuum laudesque // manebunt. // Virg. AEneida II // Homenagem das escolas publicas primarias da Corte.

Livro: IM 9

PAROISSIEN ROMAIN: contenant lès offices de tous lès dimanches ET dès principales fêtes de l'année em latin ET em français. Paris: Morizot, [ca.1856].

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa de couro trabalhada com flor-de-lis em alto-relevo, com super líbris do brasão do Império Brasileiro ao centro desenhado em prata, com dois fechos em formato de flor-de-lis metalizados e sete nervuras na lombada.

Livro: IM 8

NOUVEAU PAROISSIEM ROMAIN: contenant lês offices de tous lês dimanches ET dês principales fêtes de l'anne. 1856.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor castor, contendo cruz e cercadura em alto-relevo, lombada com 6 nervuras.



Livros da coleção Família Imperial (localização: IM 9, 8, 10). Fonte: as autoras.

Livro: IM 10

FOLHINHA PATRIÓTICA BRASILEIRA, para o anno de 1851 contendo a chronica nacional, nóticas curiosas e interessantes, e o primeiro volume a história do Brasil canta em versos. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 12. ed. 1851.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em veludo verde escuro, bordado com fios e paetês dourados, com super líbris do brasão do Império Brasileiro ao centro bordado, ornado com arabescos e flores. Acompanha a obra um encarte e uma caixa de proteção a encadernação na cor verde.

Livro: IM 3

TOSTI, Luigi, 1811-1897. *Il saltério di Maria*: o mese mariano. [Monte Cassino, Itália]: Tipografia Di Montecassio, 1879.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor bege, meia com cantos, com cercadura em alto-relevo, com cortes em dourado e lombada com nervuras.

Livro: IM 5

PAROISSIEN de la renaissance contnant les offices des dimanches et fêtes de l'année selon le rite romain. [s.l.: s.n.], 1874.

Nota de classificação no CRBMHN: n. 5, 15.

Nota de descrição da encadernação: capa em couro na cor vinho, com desenhos em flor-de-lis e cercadura em dourado, com dois fechos metalizados em formato de flor-de-lis e cortes em dourado.



Livros da coleção Família Imperial (localização: IM 3,5). Fonte: as autoras.

Por fim, outra ação promovida pela formação da coleção bibliográfica da Família Imperial foi a pesquisa de itens bibliográficos pertencentes à família que pudessem estar em outras instituições. Isso foi suscitado a partir da consulta ao Anuário do Museu Imperial de 1940, no qual localizou-se o artigo “O leilão do Paço de São Cristovão” escrito por Francisco Marques dos Santos, em que consta o desejo de dom Pedro II de doar livros para algumas instituições no Rio de Janeiro.

Fundamentação teórica ou discussões

O que torna um livro raro? O seu conteúdo? O seu aspecto físico e a sua importância para a história? O seu pertencimento? A sua demanda? Essas são perguntas que permeiam as discussões entre pares na busca de estabelecer critérios que auxiliem no entendimento e gestão de um acervo raro. Dessas várias indagações resulta a dificuldade de se conceituar e estabelecer critérios para o livro raro. Cada instituição elabora seus próprios procedimentos baseada na própria realidade institucional e na experiência de outras instituições e no que estabelece a Biblioteca Nacional sobre o assunto.

Para Pinheiro, são pontos essenciais a se considerar no processo de elaboração dos critérios de raridade bibliográfica:

[...] estabelecer critérios para enfoque de raridade/preciosidade bibliográfica, não universais, mas aceitos universalmente; e associar ao caráter de unicidade, atribuído ao livro, características tais como: beleza tipográfica; edições limitadas, numeradas ou personalizadas; limite histórico, definido pelas características artesanais (Pinheiro, 1989, p. 21).

Nesse processo de construção, os catálogos de livreiros, as bibliografias, a consulta a outras bibliotecas, tudo isso colabora na busca de definição de critérios para se determinar a raridade de um material. A importância da elaboração e adoção desses critérios é essencial como elementos norteadores do trabalho da equipe e do gestor da biblioteca.

Nessa perspectiva, tivemos a aprovação da Resolução Normativa 2 do Ibram, em vigor desde 1º de setembro de 2014, com o propósito de sistematizar diretrizes norteadoras para as bibliotecas que integram a rede de bibliotecas de museus subordinadas ao Instituto. Essa resolução norteou a padronização para a elaboração dos critérios de raridade em algumas bibliotecas.

Por fim, a construção de uma metodologia que justifique os critérios adotados para reconhecimento de livros raros dentro de uma coleção bibliográfica é o que se constitui o desafio dos gestores dessas coleções, uma vez que o livro em uma biblioteca de museu é tratado como um objeto museal, que pode vir a ser a qualquer momento integrante de uma exposição.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar os critérios adotados pela Biblioteca do Museu Histórico Nacional para determinação de raridade bibliográfica em seu acervo e em especial na Coleção Família Imperial. Ressalta-se a combinação de mais de um critério quando da identificação dessas obras. Dada a diversidade do acervo bibliográfico disponível, poderá haver ainda a elaboração de novos critérios ou mesmo a adaptação dos já citados, a fim de justificar a raridade bibliográfica. A elaboração e a aplicação desses critérios tornam-se guias para nortear o trabalho cotidiano dos profissionais no processo de identificação de livros raros em seus acervos.

Por fim, a Coleção da Família Imperial assume uma simbologia que remete à erudição, à cultura, à ideia de conhecimento, a um *status* de poder e de influência. Para a biblioteca do Museu, a coleção possui uma importância histórica, cultural e patrimonial que se espera que seja reconhecida enquanto fonte de pesquisa para gerar novos conhecimentos para futuras gerações.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6023: informação e documentação – referência – elaboração*. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BRASIL. Decreto-lei n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Crêa o Museu Historico Nacional e approva o regulamento. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa n. 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto n. 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Diário Oficial*: seção 1, n. 167, p. 14, 1 de setembro de 2014.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil. *Regulamento de criação do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1922.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Rio de Janeiro). Regimento Interno. [2018]. No prelo. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Regimento-Interno-MHN.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Rio de Janeiro). *Política de aquisição e descarte do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. [no prelo]
- PINHEIRO, Ana Virgínia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helena de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (orgs.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*, Marília, p. 31-44, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- PROCESSO de entrada de acervo\1922\Proc.n.14/22-Museu Nacional. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Processos%20de%20Entrada%20de%20Acervo\1922&pesq=museu%20nacional&pagfis=29232>. Acesso em: 6 fev. 2022.
- SANTOS, Francisco Marques dos. O leilão do Paço de São Cristóvão. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 151-316, 1940.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. *Política para gestão de acervos bibliográficos raros e especiais da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/politicas#:~:text=Pol%C3%ADtica%20para%20Gest%C3%A3o%20de%20Acervos,F%C3%B3rum%20de%20Ci%C3%AAncia%20e%20Cultura>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Coleções em bibliotecas especializadas do Iphan: adoção de critérios para obras especiais

Mônica Elisque do Carmo

Doutora em Ciência da Informação (UFMG); Mestre em Ambiente construído
e Patrimônio Sustentável (UFMG); Diretora do Centro de Documentação
do Patrimônio do Iphan





Resumo

A política de desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas especializadas constitui o tema abordado neste artigo, que objetiva apresentar um breve relato sobre as bibliotecas especializadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O referencial teórico contempla fundamentos teórico-conceituais oriundos das áreas de Patrimônio Cultural e Biblioteconomia. Metodologicamente, descreve um relato de experiência que se desenvolveu a partir do histórico da instituição, abordando os desafios de suas bibliotecas. Os resultados elucidam propostas para a padronização e melhoria dos procedimentos internos a serem adotados. Também apontam a necessidade de entender cada local e sua regionalidade, bem como as necessidades dos seus usuários no desenvolvimento de estudos sobre a adoção de critérios de obras especiais para o patrimônio cultural. O artigo conclui que esses critérios precisam atender às necessidades não apenas do corpo técnico do órgão, mas da comunidade onde está inserido.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Iphan. Bibliotecas Especializadas. Obras Especiais. Política de Desenvolvimento de Coleções.

Abstract

The policy of developing special collections in specialized libraries is the topic addressed in this article. It aims to present a brief report on the specialized libraries belonging to the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). The theoretical framework includes theoretical-conceptual foundations from the areas of Cultural Heritage and Librarianship. Methodologically, it describes an experience report that was developed from the history of the institution, addressing the challenges of its libraries. The results elucidate proposals for the standardization and improvement of the internal procedures to be adopted. They also point out the need to understand each location and its regionality, as well as the needs of its users in the development of studies on the adoption of criteria for special works for cultural heritage. It concludes that these criteria need to meet the needs not only of the body's technical staff, but of the community where it is inserted.

Keywords: Cultural Heritage. Iphan. Specialized Libraries. Special Works. Collection Development Policy.



Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é um órgão da Administração Pública Federal Brasileira cuja missão é garantir a preservação e a promoção do patrimônio cultural nacional. Este artigo tem como objetivo apresentar um breve relato sobre as bibliotecas especializadas desse órgão e expor os desafios referentes ao desenvolvimento de uma política de coleções especiais.

Estudos afeitos ao patrimônio cultural são revestidos de complexidade, de instigante dualidade e são decorrentes da abrangência sobre o tema, que requer visão alargada em sua abordagem. Por outro lado, a maioria dos estudos sobre essa temática aponta a necessidade de respeito e de compreensão às singularidades, às regionalidades, às municipalidades e aos pequenos agrupamentos populacionais. Dessa maneira, não se configura tarefa simples estabelecer critérios para coleções especiais voltadas à preservação do patrimônio cultural acautelado ou não pelo Iphan.

Na construção desse argumento, ao longo desse texto, é apontada a condição operacional e as características estruturais do órgão de preservação do patrimônio cultural, bem como suas peculiaridades e especificidades. As reflexões apresentadas iniciam-se pela descrição da gênese de criação da autarquia e das diversas transformações administrativas ocorridas em seus 85 anos de existência.

Assim, com o propósito de fundamentar este relato de experiência, foram coletados dados nos documentos administrativos do órgão referentes ao tema, documentos esses de caráter institucional e armazenados nos arquivos. Também foram consultadas publicações e normativas da instituição, bem como legislação relacionada ao Iphan.

Como demonstração dos desafios a serem suplantados e validação das propostas de análise, foram apresentados três casos distintos de relato de experiência, relacionados ao patrimônio documental e coleções especiais no Iphan: 1 – o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), unidade especial do Iphan na administração central; 2 – a Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, vinculada à Superintendência Estadual do Iphan em Minas Gerais; e 3 – o Patrimônio Documental da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no estado de Minas Gerais. No que tange à RFFSA, de acordo com a lei n. 11.483, de 31 de maio de 2007, o Iphan passou a ter a atribuição “[...] de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (Brasil, 2007, p. 2).

Sendo assim, este relato registra a experiência pioneira dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por um grupo de bibliotecários do Iphan, como solução adequada e capaz de unificar esforços em prol da preservação, promoção e acesso ao patrimônio bibliográfico especializado da instituição. Cabe mencionar

que a iniciativa está em consonância com outra ação em desenvolvimento na autarquia, relativa à padronização dos procedimentos e dos debates sobre as especificidades de cada biblioteca. Esse trabalho tem sido realizado de modo colaborativo, cooperativo e compartilhado pela Rede de Bibliotecas do Iphan, que se encontra em processo de estruturação.

O reconhecimento e a valorização da diversidade do patrimônio cultural nacional de um país com vasta extensão territorial e possuidor de contribuições culturais de inúmeros povos e etnias, como o Brasil, evidentemente reflete na formação e no desenvolvimento de coleções especiais. Mesmo que a intenção dos trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas do Iphan seja padronizar procedimentos que possibilitem a guarda, preservação e uso das coleções, tal processo é revestido de complexidade, fazendo com que sejam levantados novos questionamentos a partir dos resultados alcançados.

Este artigo, portanto, aborda a temática das coleções especiais nas bibliotecas do Iphan com foco na adoção de procedimentos e entendimentos das especificidades das unidades. Trata-se de um tema de natureza interdisciplinar, pois envolve fundamentos teóricos e práticas profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia, focada na organização de acervos em bibliotecas especializadas, voltadas à preservação do patrimônio cultural registrado nos acervos documentários.

O tema abordado é relevante porque indica a iniciativa de melhorias quanto à guarda e preservação do patrimônio cultural bibliográfico da instituição, sobretudo por padronizar as práticas de organização dos acervos especiais sem, contudo, desconsiderar as necessidades da comunidade local. O conhecimento sobre o histórico do Iphan e sobre o trabalho dos bibliotecários no estabelecimento de critérios para obras especiais, evidentemente apontará novas estratégias de fortalecimento das ações de guarda, preservação e acesso ao acervo, com base nas necessidades da comunidade usuária e da legislação vigente.

Apontamentos teóricos

O patrimônio cultural de uma nação constitui o conjunto de bens (materiais e imateriais) que compõe o legado do passado e que é resguardado por seu valor histórico e social, de modo que seja transferido para as gerações futuras (Moratori; Faria, 2020). Essa definição está expressa na legislação brasileira, quando dispõe que esse patrimônio é representado pelos bens móveis e imóveis existentes no país “[...] e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937, p. 1).

Ao contemplar os bens materiais, entram em cena as instituições que gerenciam acervos documentários, como o Iphan, acervos esses compostos por diferentes materiais arquivísticos, bibliográficos e museológicos que oportunizam a preservação da história, da arte e da cultura brasileira (Gomes; Oliveira, 2020). Essas instituições, a fim de resguardar a memória cultural, de acordo com Magalhães e Medeiros (2018), se utilizam da organização de unidades de informação, representadas por arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

Para Santos e Silveira (2015, p. 2), nas unidades de informação os acervos especiais ou raros exercem importante contribuição, em especial “[...] por permitir a preservação da memória, seja esta institucional, nacional e internacional, construindo assim uma identidade cultural rica e muito vasta para diversas gerações”. Nas bibliotecas especializadas, sobretudo de instituições de preservação da memória cultural, esses acervos constituem o patrimônio bibliográfico da nação e são importantes “[...] não apenas para assegurar a sua preservação, mas também para possibilitar a identificação histórica, cultural e social dos diversos grupos que compõem uma sociedade” (Araujo, 2020, p. 75).

Em virtude da importância histórica, cultural e social, os acervos especiais das bibliotecas especializadas precisam ser regidos por normas que garantirão a guarda permanente e o crescimento racional do acervo, em consonância com as necessidades da comunidade local (Schweitzer, 2018). É nesse contexto que surge a necessidade da adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, definida, segundo Miranda (2018), como o conjunto de parâmetros que auxilia o bibliotecário na tomada de decisões, durante as etapas do processo de desenvolvimento de coleções.

Miranda (2018) também defende que, embora a política tenha o propósito da padronização, com suma importância, sobretudo, nas bibliotecas que se estruturam em redes, o documento precisa ser dinâmico e flexível, tendo em vista o atendimento aos interesses dos usuários. Portanto, entende-se que, nos acervos especiais, a política não pode ter aspecto impositivo, mas de recomendação, de modo que os critérios sejam estabelecidos visando à organização e à satisfação da comunidade (Miranda; Bernardino, 2019).

Nesse sentido, nos acervos especiais, a política de desenvolvimento de coleções “[...] servirá como apoio para avaliações periódicas das coleções especiais pertencentes à biblioteca e às possíveis coleções que podem vir a serem incorporadas, além de servir como ferramenta de apoio para possíveis transferências” (Sobrinho, 2019, p. 37). De fato, Kornalwski e Farias (2019) atestam que essa política é dinâmica, flexível e alinhada à comunidade, porque representa a memória social e, como tal, possibilita a ação manifestada no presente e projetada para o futuro, devendo percorrer o trabalho do bibliotecário e refletir o contexto onde está inserida.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, pois são apresentadas informações que identificam e caracterizam uma instituição (o Iphan) e o Centro de Documentação do Patrimônio, a Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, e o patrimônio documental da extinta RFFSA. Ademais, o estudo também se caracteriza como qualitativo, visto que as informações são abstratas e subjetivas, considerando o que está descrito nas fontes consultadas e na realidade vivenciada, sem prender-se à quantificação.

Quanto aos processos técnicos, a metodologia se apresenta como um relato de experiência, visto que descreve as vivências profissionais de um contexto; neste caso, a atuação dos bibliotecários do Iphan quanto à estruturação de acervos especiais em bibliotecas situadas em diferentes localidades. O relato de experiência é do tipo histórico-descritivo, uma vez que a vivência é apresentada mediante a descrição do histórico institucional, tendo em vista, sobretudo, os marcos legais, e das principais características das unidades informacionais e patrimônio documental, tais como: processo de implementação, localização e finalidade dos acervos para a comunidade local.

Salienta-se que o relato de experiência ao abordar aspectos históricos assume características de pesquisa histórica, ou seja, os fatos são tidos como únicos e importantes para a constituição do objeto de pesquisa, como pontuado por Gil (2010). De modo similar, segundo o mesmo autor, o relato descritivo possibilita citar os acontecimentos, apresentando as características mais marcantes. Sendo assim, neste estudo, o relato de experiência está embasado em quatro elementos: histórico, marcos legais, implementação das bibliotecas e finalidades ou contribuições aos usuários.

Breve histórico do Iphan

Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando início às atividades de preservação do patrimônio cultural existente no Brasil. Ao longo do tempo, mudanças administrativas ocorreram, o que modificou a sua nomenclatura, como também ampliou a sua representação/cobertura geográfica. Mesmo com essas mudanças, a missão do serviço permaneceu a mesma.

Em 1946, passou a ser denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Em 1970, foi atribuído o nome Iphan, permanecendo até o ano de 1979, quando foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujas atribuições eram compartilhadas com a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) (Brasil, 1979). Com o fim dessas instituições, no ano de 1990, foi implementado

o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), órgão que, em 1994, voltou a se chamar Iphan.

Atualmente, o Iphan possui 27 superintendências (uma em cada unidade federativa), 37 escritórios técnicos e seis unidades especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro. As unidades existentes no Rio de Janeiro são: Centro Lucio Costa (CLC), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI) e Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Além dessas, Brasília também sedia duas unidades, a saber: Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP).

Em todas as unidades existem espaços destinados à guarda de livros e de periódicos, materiais que são adquiridos por meio de doação ou compra. No entanto, mesmo que essas unidades armazenem materiais bibliográficos e documentários, muitas delas não se constituem em bibliotecas por não possuírem bibliotecários.

Bibliotecas especializadas do Iphan: desenvolvimento

Com a realização de concursos, e de modo gradativo, o Iphan vem ampliando seu quadro de pessoal, incluindo bibliotecários. Em 2013, havia 13 bibliotecas, com aproximadamente 500 mil livros e periódicos em todas as bibliotecas e com presença de bibliotecários em cada uma delas (Iphan, 2021).

Atualmente, o órgão conta com 22 bibliotecários, distribuídos em 17 unidades, e está sendo realizado um inventário de todas as bibliotecas do órgão, incluindo as unidades especiais das superintendências estaduais que não possuem bibliotecários. Por esse motivo, as bibliotecas existentes estão sendo denominadas, provisoriamente, de salas de leitura, até que seja proposta uma definição oficial e os procedimentos a serem adotados sejam devidamente institucionalizados, com vistas a possibilitar a formalização desses espaços.

O crescimento do quadro de bibliotecários tem possibilitado ao Iphan desenvolver propostas de melhorias destinadas ao processamento técnico, ao estabelecimento da padronização quanto ao modo de organização e ao funcionamento das bibliotecas. As melhorias se destinam também às ações de preservação do acervo bibliográfico, com a finalidade de fomentar o aprimoramento na prestação de serviços, tanto para o corpo técnico do instituto, quanto para as comunidades onde as bibliotecas estão inseridas.

As bibliotecas do Iphan são especializadas, cujo acervo contém materiais referentes a vários assuntos ou conteúdos, tais como: Patrimônio Cultural, Mundial, Material, Imaterial; Paisagem Cultural; Bens Culturais; Cidades Históricas; Educação Patrimonial; Arquitetura; Arqueologia, História, Museologia, entre outros assuntos relacionados. A finalidade principal dessas bibliotecas é

organizar, processar e prestar serviços informacionais referentes à preservação do patrimônio cultural, respeitando as especificidades de cada unidade, bem como as necessidades dos usuários. Reforça-se que as bibliotecas do Iphan prestam atendimento ao público interno, com empréstimo de materiais, e ao público externo, cujo atendimento se restringe à consulta local.

Com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos pelo CDP e pelas bibliotecas do Iphan, os bibliotecários desenvolveram uma proposta de trabalho de modo colaborativo, cooperativo e compartilhado. Assim, em 2020, teve início um processo administrativo institucional com a finalidade de constituir Grupos de Trabalho (GT), envolvendo todos os bibliotecários do instituto. Os GT foram instituídos em julho de 2021, visando à elaboração de estudos e apresentação de propostas para institucionalização da Rede de Bibliotecas do Iphan. A conclusão desses estudos e os resultados alcançados foram planejados para ocorrerem no prazo de um ano, sendo que, nos primeiros meses de 2022, iniciativas estavam sendo tomadas para concretização dos resultados.

A iniciativa de criação dos GT representa um marco na história das bibliotecas do Iphan, com a intenção de que os serviços sejam melhorados e seja propiciada a transparência na gestão dos acervos bibliográficos. De fato, esses primeiros trabalhos desenvolvidos pelos grupos de bibliotecários apresentarão significativo progresso para a área, como também serão elucidadas novas questões a serem debatidas e solucionadas, como o estabelecimento de critérios de obras especiais para o Iphan.

Os relatos de caso apresentados a seguir buscam exemplificar as especificidades das bibliotecas locais que estão inseridas nesse conjunto de bibliotecas especializadas na área do patrimônio cultural. Reforça-se que serão analisados, neste estudo, três casos no Iphan, quanto à gestão dos acervos documentais referentes ao patrimônio cultural no país, a saber: Centro de Documentação do Patrimônio, Biblioteca Antônio Torres e Patrimônio Documental Ferroviário.

Centro de Documentação do Patrimônio

O CDP, instituído como unidade especial do Iphan por meio do decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, é a unidade responsável pela guarda, disseminação e preservação da informação sobre o patrimônio cultural no Brasil. Compete ao CDP a gestão documental e da informação no Iphan e o órgão está estruturado em quatro divisões: Arquivo Central de Brasília, Arquivo Central do Rio de Janeiro, Biblioteca Aloísio Magalhães (Brasília) e Biblioteca Noronha Santos (Rio de Janeiro). A unidade tem por objetivo elaborar e implementar diretrizes para a produção, a preservação e o acesso às informações e ao conhecimento produzido a partir das ações do Instituto.

A partir das responsabilidades e dos objetivos do CDP, entende-se que sua atuação está baseada na garantia da preservação e do acesso à informação, possibilitando a pesquisa nas fontes de informação sobre o patrimônio cultural. Sua efetivação acontece por meio de sistemas, de tecnologias de informação e comunicação, e da gestão dos serviços de arquivos e bibliotecas na sede, nas superintendências e nas unidades especiais.

As ações do CDP são pautadas em uma dinâmica transversal tanto nas áreas finalísticas do Iphan quanto nas áreas meio. Essa interface decorre da atribuição de estabelecer diretrizes e coordenar as atividades de gestão documental na instituição, o que implica definir parâmetros para a produção, a circulação, a preservação e o acesso à documentação resultante das atividades institucionais.

Por esse motivo, o CDP presta apoio aos arquivos e bibliotecas da instituição. Para tanto, o Centro tem desenvolvido ações que possibilitem o trabalho colaborativo entre as bibliotecas do Iphan, buscando o fortalecimento da área, bem como o melhor atendimento aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

Biblioteca Antônio Torres

A Biblioteca Antônio Torres se caracteriza como uma unidade descentralizada, ou seja, localizada fora da sede do Iphan, no município de Diamantina, estado de Minas Gerais. Foi instituída pela lei nº 2.200, de 12 de abril de 1954, juntamente com o Museu do Diamante, sendo esse subordinado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e aquela à Biblioteca Nacional (Brasil, 1954).

Conforme consta no texto da lei nº 2.200, em seu artigo terceiro, a Biblioteca Antônio Torres tem por finalidade conservar, zelar e enriquecer o acervo bibliográfico que pertenceu ao ilustre escritor Antônio Torres. Desse modo, caberá à unidade de informação promover, pelos meios a seu alcance, a propagação da cultura popular na região interior do país onde está localizada. O texto legal ainda menciona que a Biblioteca será instalada na sede regional dos serviços da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 1954).

Posteriormente, a Biblioteca Antônio Torres passou a pertencer ao Iphan, vinculada à atual Superintendência Estadual do Iphan, em Minas Gerais. A unidade ocupa uma edificação construída na segunda metade do século XVIII, conhecida como “casa do muxarabi” e foi caracterizada como raridade, embora, no decorrer do século XIX, esse elemento arquitetônico tenha sido retirado da maioria das edificações históricas do Brasil. Atualmente, o imóvel está localizado no Centro Histórico de Diamantina e possui Tombamento Federal, sob processo de nº 429-T-50, registrado no Livro das Belas Artes, com a inscrição nº 382, de 28/6/1950.

O acervo documental depositado na Biblioteca Antônio Torres, além do acervo do próprio escritor e diplomata diamantinense, é composto por documentação cartorial dos séculos XVIII, XIX e XX, arquivos privados, partituras, coleções de jornais de Diamantina dos séculos XIX e XX, revistas e livros. O acervo documental da Biblioteca constitui-se em fonte de pesquisa para auxiliar no desenvolvimento de artigos, dissertações, teses e livros. A própria história do escritor é permeada por temas importantes que possibilitam o entendimento da sua coleção.

Mesmo com essas peculiaridades, apesar de ter sua missão bem definida no momento da sua criação, a Biblioteca Antônio Torres não possui política de desenvolvimento de coleções, tampouco critérios estabelecidos sobre obras raras e/ou especiais. Ademais, na maior parte da sua existência, a unidade não contou com a atuação de bibliotecário e esse fato contribuiu para o desconhecimento das necessidades dos seus usuários, da análise crítica do acervo e da definição quanto à aquisição dos materiais bibliográficos.

Acrescente-se a isso o fato de ser a única biblioteca na cidade de Diamantina, o que provocou na população o entendimento de que ela era uma biblioteca pública. Entre as funções de uma biblioteca pública, a unidade cumpriu o papel de depositária de acervos privados documentais e bibliográficos de moradores da região. Assim, quando as pessoas faleciam, seus familiares entendiam que o melhor local de guarda dos acervos seria a Biblioteca.

Essa situação fez com que a Biblioteca Antônio Torres, depositária de documentos textuais e bibliográficos, se tornasse um local de guarda da memória local, sendo usada como fonte para fundamentar, sobretudo, os estudos desenvolvidos por pesquisadores. Apesar de haver obras raras definidas de acordo com os critérios estabelecidos pela Biblioteca Nacional, inexistiu um estudo sobre atribuição de valor especial aos seus livros, periódicos e documentos.

Patrimônio Documental da extinta Rede Ferroviária

Com a promulgação da lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, o Iphan passou a ter atribuições específicas quanto à preservação da memória ferroviária, pertencente, até o momento, à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Está disposto no artigo nono da referida lei:

[...] caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

[...]

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos [...] (Brasil, 2007, p. 3).

A RFFSA foi extinta em 7 de dezembro de 1999 e tinha como peculiaridade a constituição de unidades informacionais, como centros de documentação e museus. Essas unidades eram extraordinariamente estruturadas e implantadas por meio do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (Preserve)¹, e especialmente por meio do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Memorial Ferroviário (Preserfe)², que englobava os acervos relacionados à Arquitetura, Engenharia, Iconografia, Literatura e Cultura Ferroviária.

A Rede Ferroviária foi formada por unidades de documentação, tais como arquivos e bibliotecas, localizadas em várias cidades do país. Essas unidades conservavam de modo criterioso, organizado e tratado um acervo bibliográfico composto por livros e periódicos especializados, produzidos e adquiridos por meio de compra. O objetivo desse acervo era o atendimento das demandas do corpo técnico da Rede Ferroviária, bem como dos alunos e professores das escolas técnicas que formavam ferroviários. No acervo, havia obras de literatura especializada destinada à implantação e manutenção das estações ferroviárias, como também à montagem e à sustentação das locomotivas e dos vagões. A RFFSA detinha o controle meticuloso dos seus bens móveis, dos imóveis e do patrimônio documental (Carmo, 2014).

Nos anos 1980, mediante as ações do Preserfe, os Centros de Documentação e Museus deram início à patrimonialização dos bens ferroviários. No entanto, entre o período de liquidação da RFFSA, em 1992, e o início do processo de extinção, em 2007, todo o patrimônio documental arquivístico e bibliográfico, o mobiliário e as edificações tornaram-se desprotegidos. Nessa época, as ações voltadas à preservação dos acervos foram realizadas por meio das iniciativas da sociedade civil organizada e por instituições públicas, municipais e estaduais (Carmo, 2014).

No estado de Minas Gerais, a Superintendência Estadual do Iphan, motivada por ação civil pública, no ano de 2007, iniciou um trabalho de identificação por meio de inventário do patrimônio documental ferroviário. O objetivo dessa ação foi o estabelecimento de critérios para a seleção de bens móveis (incluindo documentação arquivística e bibliográfica) e imóveis que possuísem valor histórico, artístico e cultural (Carmo, 2014).

1. Projeto elaborado no final da década de 1980 pelo Ministério dos Transportes, e destinado à preservação da memória dos transportes no Brasil, contemplava a formação de um Museu Nacional dos Transportes, com sede em Brasília, no Distrito Federal.

2. Programa de preservação da memória ferroviária que continha temáticas específicas, relacionadas a diversas áreas do conhecimento. O Programa foi sediado no prédio da administração da RFFSA, na cidade do Rio de Janeiro.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Iphan, em Minas Gerais, no caso dos documentos, foram pautados pelo resgate da memória institucional ferroviária, visto que, no período entre o processo de liquidação e de extinção, ocorreu um lapso temporal de 15 anos aproximadamente. A ação institucional realizada para a salvaguarda do acervo ferroviário demandou a realização de pesquisas, entrevistas com ferroviários, ferroviaristas e especialistas em ferrovias, com a finalidade de conhecer a missão e as atividades desenvolvidas pela Rede Ferroviária antes de sua extinção.

Foi possível observar que os centros de documentação e as bibliotecas da RFFSA eram como unidades de informação referenciais e especializadas. Isso porque era valorizada a temática ou a especificidade de cada unidade, fosse biblioteca de uma escola técnica para formação de ferroviários, fosse biblioteca da Superintendência Regional da RFFSA, por exemplo. No entanto, todas tinham um ponto em comum, qual seja: a organização, o processamento técnico, de acordo com os padrões internacionais, e a preservação da documentação.

Os trabalhos destinados à identificação, inventários e conservação curativa da documentação arquivística e bibliográfica da extinta RFFSA foram desenvolvidos pela Superintendência Estadual do Iphan, em Minas Gerais, até o ano de 2012. Após esse período, as ações foram descontinuadas. Durante a execução dos trabalhos, não houve tempo suficiente para o desenvolvimento de estudo sobre adoção de critérios para obras especiais, considerando a significância do seu acervo para pesquisadores e para a memória do País.

Análise e discussão dos resultados

A formação e a gestão de acervos documentários, sobretudo os especiais, constitui um desafio a ser superado pelos bibliotecários do Instituto em prol do estabelecimento de fontes de informação sobre o patrimônio cultural. A gestão desses acervos também representa a função exercida pelas diversas unidades de informação que foram implementadas ao longo do tempo no Iphan.

Sobre isso, Murguia e Yassuda (2007) mencionaram que as bibliotecas e demais unidades de informação do Iphan são consideradas centros de memória, ou seja, por meio da gestão do acervo, o patrimônio cultural é preservado, de modo que a identidade da nação se mantenha em constante estudo e reconhecimento. A tese de Carmo (2020, p. 132) também corrobora esse argumento ao afirmar que as bibliotecas, por meio dos acervos ou repositórios, garantem a salvaguarda das memórias institucionais, com envolvimento da comunidade local, “[...] por meio da identificação e apropriação dos aspectos regionais, culturais e sociais”.

A legislação que regulamenta a criação do Iphan e de suas unidades de informação evidencia o valor dessas unidades para com a preservação das

coleções, o resgate da memória histórica e cultural do Brasil e, também, para a proteção contra furtos e danificações. Por estarem embasados em leis, de acordo com o estudo de Hüttner e Lima (2022), o Iphan e suas bibliotecas assumem o papel de agentes protetores, possibilitando condições de acesso seguro aos bens culturais, pela sociedade. Isso evidencia, segundo Napoleone *et al.* (2016, p. 205), uma discussão “[...] mais pormenorizada da identidade dos acervos e coleções bibliográficas como patrimônio cultural [...]”, discussão essa essencial para “[...] fundamentar textos legais, a exemplo do que já ocorre com outros tipos de patrimônio”.

É a partir dos fundamentos históricos e legais que os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, entre outras nomenclaturas, constituem-se como agentes promotores do patrimônio cultural. Essa constatação está consolidada na literatura, tal como em Schweitzer (2018), quando revelou que as bibliotecas são espaços de memória porque guardam e viabilizam o acesso a uma variedade de documentos. Na gestão dos acervos, sobretudo especiais, essas unidades fomentam práticas humanas associadas ao patrimônio cultural, tais como: preservação, circulação, recuperação e apropriação de saberes, fazeres, dentre outras (Costa; Cutrim; Conceição, 2019).

A partir desses resultados, confirma-se a importância de implementação e gestão das unidades de informação do Iphan, independentemente da localização dessas unidades, se na sede do Instituto ou como unidades descentralizadas, localizadas em municípios interioranos. Os esforços da equipe de bibliotecários na gestão dessas unidades indicam o compromisso profissional e institucional com o patrimônio cultural brasileiro, embora a realidade dos três casos relatados nesse estudo seja permeada por alguns desafios ainda não superados, tais como a ausência de políticas de formação e gestão dos acervos.

Essa realidade já havia sido constatada na dissertação de Carmo (2014), quando enfatizou que a ausência de documentos textuais ou especiais, como os mapas, desenhos, fotografias “[...] que registram determinadas épocas da história do Brasil referentes ao patrimônio ferroviário brasileiro decorrem de uma falta de uma política de gestão e preservação de acervos documentais” (Carmo, 2014, p. 45). Na constituição dos documentos, bibliotecas especializadas têm a árdua função de gerenciar os acervos em consonância com as necessidades de informação das organizações onde estão inseridas, sem desconsiderar, também, o que está ao seu entorno, ou seja, as peculiaridades da comunidade local (Miranda, 2018).

A ausência de política de formação do acervo é, de fato, o principal obstáculo presente no cotidiano da equipe de bibliotecários do Iphan. Essa lacuna precisa ser superada, considerando os resultados de outros estudos, tal como Gomes e Oliveira (2020), quando relataram que a efetivação dessas políticas apresenta inúmeros benefícios com perspectivas práticas, como a acumulação de documentos de maneira consistente e não aleatória, auxiliando na efetiva

preservação do patrimônio documental, manutenção do acervo e valorização do mesmo como patrimônio cultural.

A política de desenvolvimento de coleções é importante, sobretudo por padronizar os processos de trabalho como evidenciou Miranda (2018), mas também por garantir a participação dos usuários, servindo assim como mecanismo de valorização das necessidades de quem utiliza esses acervos. Logo, entende-se que a política contribui para a recuperação da informação pelos usuários que procuram a instituição como fonte de pesquisa, sendo que essa política deve refletir a política de serviços, tal como a de representação da informação (Magalhães; Medeiros, 2018), tornando o acervo, ao mesmo tempo em que é preservado, acessível para uso, considerando diferentes grupos sociais que formam a nação (Sobrinho, 2019).

Identifica-se, por meio deste relato, que a adoção de critérios para seleção de obras especiais não é uma tarefa simples, mas complexa, sobretudo por envolver um conjunto de fatores relacionados à identidade cultural das comunidades e aos desejos ou anseios particulares de cada indivíduo. Mesmo que os critérios sejam subjetivos, o estudo da comunidade para identificar necessidades específicas é a estratégia mais adequada. Como recomendado por Schweitzer (2018), os critérios de raridade podem ser compartilhados pelas instituições, cabendo a cada unidade de informação adequar esses critérios mediante a elaboração de um documento orientador, designado como política de formação de acervo, como foi indicado no estudo de Gomes e Oliveira (2020).

O relato dos casos do Iphan – Centro de Documentação do Patrimônio, Biblioteca Antônio Torres e patrimônio documental da extinta RFFSA – deixa clara a função dessas unidades e seus acervos, com a preservação do patrimônio cultural, e por conseguinte, a contribuição do bibliotecário na gestão da memória institucional e coletiva da nação. A ausência da política de formação de coleções alude à necessidade urgente de elaboração desse documento, já que tal atividade precisa ser desenvolvida de modo interdisciplinar, ou seja, que envolva, como proposto por Hüttner e Lima (2022), uma cadeia de relações formadas por diversos agentes como gestores, profissionais de várias áreas, fiscalizadores, juristas, entre outros.

O resultado obtido com o desenvolvimento de uma política de coleções especiais será o atendimento adequado aos usuários e o cumprimento da responsabilidade da instituição com a preservação do patrimônio cultural do país. Essa afirmação vai ao encontro do que defenderam Hüttner e Lima (2022, p. 437), quando mencionaram que a preservação do patrimônio cultural, artístico e histórico “[...] possui grande valia para a construção identitária de indivíduos e grupos sociais para com a história que lhes é, de alguma forma, simbólica e notável [...]”. A contribuição final desse processo será a perpetuação desses bens, com a finalidade de manter viva a memória das gerações passadas, compromisso esse assumido, também, pelas unidades de informação do Iphan.

Portanto, a partir dessas evidências, reforça-se que “[...] a conservação desses bens proporciona a comunhão de valores de indivíduos e demais membros da sociedade a fim de se perpetuar vividamente a memória cultural e histórica que é essencial para a coletividade” (Hüttner; Lima, 2022, p. 437).

Importante salientar, também, que a construção da política se apresenta como “[...] um processo contínuo e evolutivo e que tenha como foco as necessidades informacionais da comunidade usuária” (Miranda; Rodrigues, 2019, p. 71), de modo que todo o contexto onde a biblioteca está inserida seja considerado, isto é, que sejam respeitadas as disposições legais, as normativas da instituição e, principalmente, os aspectos regionais e locais. Assim, o trabalho dos bibliotecários do Iphan se apresenta como estratégico e de gestão, o que vai muito além da mera aplicação de técnicas. Contempla um trabalho que se desenvolve em sintonia com a instituição e com a sociedade, tendo em vista fortalecer e valorizar o patrimônio cultural e os diversos grupos sociais e suas culturas existentes ao longo da história do país.

Considerações finais

O propósito de expor esse misto de diferentes contextos das bibliotecas do Iphan, distribuídas pela Administração Central, nas Superintendências Estaduais e Unidades Especiais, o caso singular da Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, e os trabalhos que buscaram resgatar a memória institucional da extinta Rede Ferroviária têm como finalidade provocar uma reflexão sobre a complexidade e a responsabilidade da atribuição de valor às obras e às coleções. Afinal, atribuições desses valores seriam definidas por quem, para quem e em quais contextos?

A construção de uma política de desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas especializadas de uma instituição de preservação do patrimônio cultural nacional representa um desafio a ser vencido. Nesse contexto e por outras necessidades, foi proposta a constituição da Rede de Bibliotecas do Iphan, que se encontra em processo de concepção.

Evidentemente, precisam ser estabelecidas normas e critérios em comum a serem adotados por todas as bibliotecas do Iphan visando à institucionalização da política de desenvolvimento de coleções. No entanto, há de se compreender e respeitar as especificidades de cada localidade e de cada regionalidade, bem como a necessidade dos seus usuários.

A ausência até o momento de uma política de desenvolvimento de coleções acarretou um acúmulo de publicações desprovidas de critérios de aquisição e seleção ao serem vinculadas aos acervos das unidades. O trabalho de desbaste e descarte precisa ser empreendido de modo criterioso por uma equipe multidisciplinar; caso contrário, corre-se o risco de perdas irreparáveis.

Por esse motivo, o estabelecimento de critérios e diretrizes para coleções especiais precisa ser desenvolvido por um grupo multidisciplinar com a representação de todas as unidades do órgão. Espera-se que as equipes tenham conhecimento profundo sobre a história e a missão do Instituto e conheçam seus usuários e suas necessidades.

Essa inquietude precisa ser acompanhada de estudos, reflexões, discussões e elaboração de normativas internas visando a instituir a adoção de procedimentos estabelecidos pelo Iphan. Justifica-se essa iniciativa, pois, já que em muitas bibliotecas especializadas o acervo e os usuários possuem sua delimitação bem definida, considerando a área específica do conhecimento a que estão vinculados. De fato, confirma-se que, no contexto do patrimônio cultural, as bibliotecas e suas coleções especiais devem atender a todos os cidadãos.

A característica histórico-descritiva deste relato de experiência impossibilitou a apresentação detalhada das atividades realizadas quando da formação de cada um dos três casos analisados neste estudo. Sendo assim, sugerem-se estudos futuros que apresentem o resultado do diagnóstico levantado em cada unidade, como também o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados com as intervenções da equipe de bibliotecários do Iphan.

Referências

- ARAUJO, Jullyana Monteiro Guimarães. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual. *Memória e Informação*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 75-97, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>. Acesso em: 11 out. 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 11 out. 2021.
- BRASIL. Lei n. 2.200, de 12 de abril de 1954. Cria em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres e dá outras providências. Brasília, DF, 1954. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2200.htm#:~:text=LEI%20No%202.200%2C%20DE,Torres%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 11 out. 2021.
- BRASIL. Lei n. 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Brasília, DF, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6757.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.757%2C%20DE%2017,Mem%C3%B3ria%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

CARMO, Mônica Elisque do. *Gestão e organização da memória organizacional: Geoparque Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais*. 2020. 161 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35198/1/tesefinal-monica-repositorio.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

CARMO, Mônica Elisque do. *Trilhos e memória: preservação do patrimônio ferroviário em Minas Gerais*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-9RTMZM/1/disserta__o_monica_elisque_do_carmo.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Klautenys Guedes; CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da. A Biblioteca Pública Benedito Leite e suas relações com o patrimônio, a memória e identidade de São Luís, Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28, 2019, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Febab, 2019. p. 1-6. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2137>. Acesso em: 3 maio 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Andreza Vellasco; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Patrimônio documental e acervos: políticas públicas através da formação do acervo documental da Biblioteca do Museu da Companhia Paulista. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8659250/22594>. Acesso em: 5 maio 2022.

HÜTTNER, Edison; LIMA, Reginâmio Bonifácio de. O patrimônio cultural brasileiro e as redes de proteção contra descaminhos vigentes nas primeiras décadas do novo milênio. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 14, n. 26, p. 421-440, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/21250/14046>. Acesso em: 3 maio 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>. Acesso em: 3 mar. 2024.

KORNALWSKI, Alex Medeiros; FARIAS, Francisco Ramos de. Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São

Paulo, v. 15, n. 3, p. 286-307, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1255/1159>. Acesso em: 2 maio 2022.

MAGALHÃES, Mônica da Silva; MEDEIROS, Graziela Martins de. A representação da informação nos arquivos do Iphan: uma proposta de tesauro na área de patrimônio cultural. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 233-257, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/783>. Acesso em: 3 maio 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão de estoques de informação em bibliotecas públicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 71-93, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1194/1151#>. Acesso em: 2 maio 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Gestão de coleções para bibliotecas especializadas: uma perspectiva teórica para o planejamento de recursos informacionais. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 5, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/5198/3877>. Acesso em: 3 maio 2022.

MORATORI, Daniel de Almeida; FARIA, Sandro Henrique de. O patrimônio cultural sob um viés cartográfico: a utilização de ferramentas de geoprocessamento para reconhecer e revalorizar o patrimônio edificado em Juiz de Fora/MG. *Multiverso*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.jf.ifsudestemg.edu.br/multiverso/article/view/465/119>. Acesso em: 3 maio 2022.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas do Iphan. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2022.

NAPOLEONE, Luciana Maria *et al.* Livros e bibliotecas como bens culturais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, número especial, p. 203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615/525>. Acesso em: 3 maio 2022.

SANTOS, Luciana de Souza dos; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação documentária de coleções especiais: breves considerações sobre os acervos do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-7. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/187212>. Acesso em: 1 maio 2022.

SCHWEITZER, Janaína dos Santos. *Obras raras em bibliotecas públicas: proposta de critérios de raridade para a coleção obras raras de Santa Catarina*. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/obras_raras_em_bibliotecas_publica_15689003350205_1439.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

SOBRINHO, Luana Peleja. *Formação e desenvolvimento de coleções especiais através dos olhares sobre a biblioteca particular de Oswaldo de Almeida Costa*. 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Centro de Pesquisa, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/50287/2/va_Luana_Sobrinho_COC_2019.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

Critérios de raridade e patrimônio bibliográfico brasileiro: algumas reflexões

Adriana Dias Gonçalves

Bacharel em Biblioteconomia; chefe substituta da Seção de Obras Raras da
Fundação Biblioteca Nacional

Juliana Borges Cid Taboada

Bacharel em Biblioteconomia; bibliotecária da Seção de Obras Raras da
Fundação Biblioteca Nacional

Valéria Alves de Freitas Werneck

Bacharel em Biblioteconomia; chefe da Seção de Obras Raras da
Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

No Brasil, as legislações que regem o patrimônio cultural não abordam especificamente o patrimônio bibliográfico e demonstram uma prevalência aos bens de “valor excepcional” e “antigos” ou “raros”. Tal contexto não favorece a identificação e reconhecimento do patrimônio bibliográfico brasileiro, limitando-o a critérios de raridade que não refletem a realidade de grande parte das bibliotecas. Este trabalho objetiva refletir acerca do patrimônio bibliográfico em paralelo aos critérios de raridade adotados pelas instituições.

Palavras-chave: Patrimônio bibliográfico. Critérios de raridade. Obras raras. Legislação.

Abstract

In Brazil, the body of laws that govern the cultural heritage do not specifically address bibliographic heritage and demonstrate a prevalence of “exceptional value” and “ancient” or “rare” assets. This context does not favor the identification and recognition of Brazilian bibliographic heritage, limiting it to the criteria of rarity that do not reflect the reality of most libraries. This work aims to reflect on the bibliographic heritage in parallel with the rarity criteria adopted by the institutions.

Keywords: Bibliographic heritage. Criteria of bibliographical rarity. Rare books. Legislation.



Introdução

O patrimônio cultural reconhecido no Brasil é regido por algumas legislações e, ao analisá-las, é notável que não possuem um enfoque específico para o patrimônio bibliográfico e documental. Com isso, é possível verificar que quando esses dispositivos legais versam sobre o que seria este patrimônio e sua proteção, compreende-se um conjunto de bens de valor “excepcional”, “raro” e/ou “antigo”, ou seja, aproximam-se de conceitos geralmente vinculados a critérios de raridade.

Conforme apontado por Teixeira, Garcia e Rodrigues (2018), a aplicação do termo “raro” em obras bibliográficas é subjetiva por inúmeras motivações, destacando também que muitas bibliotecas brasileiras utilizam os critérios de raridade adotados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) para elaborarem os seus próprios. Sobre isso, a perspectiva de Azevedo (2021, p. 196) sugere “[...] que o peso sobre o que é ou não raro fosse mais diluído ou que pelo menos houvesse mais discussão em torno do tema, pois cria-se, nos parece, um paradigma que nem todos os acervos poderiam (se é que necessitariam) alcançar”.

Os critérios de raridade bibliográfica adotados pela FBN desde 1984 foram elaborados para nortear os profissionais bibliotecários no processo de identificação de obras raras e considerou fatores como o acervo fundador, a trajetória da instituição e o desenvolvimento de suas coleções. Ao observar os princípios e definições elencados nesses critérios, pode-se constatar que são universalmente aceitos (Pinheiro, 1989) por outras instituições nacionais e também estão presentes nas legislações que tratam sobre o patrimônio cultural brasileiro. Isto não significa, entretanto, que estes critérios devam ser reproduzidos integralmente, ou mesmo parcialmente em alguns casos, por outras bibliotecas brasileiras, uma vez que seus contextos e missões institucionais são distintos daqueles da FBN.

Tendo isso em vista, intenta-se com este trabalho promover um debate acerca do patrimônio bibliográfico e documental brasileiro e sua relação com os critérios de raridade e, para tanto, foram realizadas pesquisas dos tipos bibliográfica e documental. Para a primeira, foram analisadas as legislações brasileiras que versam sobre patrimônio cultural, além da revisão de literatura da área voltada às questões patrimoniais e de critérios de raridade. Para a segunda, foram feitas buscas no catálogo da FBN, a fim de verificar exemplos de obras contemporâneas e de autores brasileiros, especialmente as compreendidas nas primeiras décadas do século XX, que apesar de serem relevantes para a literatura e memória nacional não estariam contidas nos critérios de raridade e, por esse motivo, não estariam protegidas pela legislação.

Abordagem de patrimônio cultural na legislação brasileira e sua aproximação com critérios de raridade para tratar as obras bibliográficas

Estudar patrimônio é uma tarefa profundamente complexa e, ao mesmo tempo, essencial, sobretudo quando o intuito é o de preservar a memória e a cultura de povos e nações. Inúmeros campos do saber tratam desse assunto — como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Antropologia, a História, entre outros — e, logo, há diversas esferas de concepção sobre a temática que têm o potencial de auxiliar cada vez mais na consolidação deste vasto tema, cada qual em seu contexto.

“Patrimônio”, como substantivo, pode vir acompanhado de vários adjetivos para sua qualificação, por exemplo: histórico, cultural, artístico, documental, bibliográfico. A união deste substantivo com qualquer um dos adjetivos citados transforma a essência sobre o tipo de patrimônio abordado, sendo alguns adjetivos mais abrangentes e outros mais específicos. Assim, a escolha na forma de abordagem do patrimônio nos textos legais que discorrem sobre o tema produzirá reflexos em seu sentido.

No cenário brasileiro, trataremos das seguintes legislações que versam sobre patrimônio: o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; a Lei nº 5.471, de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros; a Constituição Federal de 1988 e a Instrução Normativa nº 1, de 2007, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que dispõe sobre o cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros.

Nessas normativas, trata-se patrimônio atrelado aos adjetivos “histórico e artístico” (Brasil, 1937; Brasil, 2007) e “cultural” (Brasil, 1988), sem uma definição das expressões utilizadas. Não se pretende aqui o aprofundamento em relação aos conceitos e definições no que tange ao patrimônio, mas, por ora, apontar que esta ausência nas legislações pode dar margem a distintas interpretações, enfoques ou mesmo limitações para o objetivo de salvaguarda patrimonial. Destarte, para abreviar essa questão neste trabalho, conforme disposto por Azevedo (2021, p. 184), entenderemos que “o Patrimônio Bibliográfico e Documental pode ser compreendido como categoria do Patrimônio Cultural, e se a ideia de Cultura também pode estar relacionada com herança, memória e identidade de um grupo”.

Isso posto, ressalta-se que na legislação brasileira não se utiliza o termo “patrimônio bibliográfico e documental” nem algo similar para designar a abordagem específica desse tipo de patrimônio. É ainda perceptível que na exposição sobre o que constitui esse patrimônio, se estabeleça uma relação com critérios de raridade bibliográfica, conforme exposto a seguir.

Ao fazer uma análise mais focada da legislação mencionada, pode-se perceber que o Decreto-Lei nº 25, em seu artigo 1º, menciona que o patrimônio histórico e artístico nacional se constitui pelo conjunto de bens móveis e imóveis que deveriam ser conservados, incluindo os de “excepcional valor bibliográfico” (Brasil, 1937). Esta qualidade diretamente relacionada com o material bibliográfico dá ênfase a conjuntos de “excepcional valor”, embora não haja uma explicação sobre o que significa este qualitativo ou como são constituídos esses conjuntos. Esta subjetividade também pode ser encontrada, por vezes, em critérios de raridade que não são fundamentados por uma metodologia, e classificam como obras raras aquelas de valor incomensurável, admirável, entre outros (Pinheiro, 1989).

Já a Lei nº 5.471 trata mais especificamente sobre a proibição de exportar bibliotecas e acervos documentais formados por obras brasileiras ou que falem sobre o Brasil, e que tenham sido editadas entre os séculos XVI e XIX (Brasil, 1968). Nesse caso, é perceptível a presença do recorte cronológico, que limita a proteção à exportação de acervos de determinados períodos. O critério de data, em especial utilizando-se o adjetivo “antigo” para o tratamento destes acervos, também é constantemente presente na designação daquilo que é raro. Entretanto, poderia e, acredita-se, deveria, ser mais aprofundado, de forma que não defina unilateralmente pelo ano de publicação a relevância de acervos bibliográficos. Há inúmeras outras características que caminham acompanhadas do recorte cronológico para o estabelecimento de obras raras e/ou especiais, que deveriam também ser levadas em consideração nas legislações para a proteção do patrimônio bibliográfico e documental.

No que tange à Constituição Federal de 1988, ela versa, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro se constitui de bens materiais e imateriais que façam referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade, destacando alguns itens. Não traz especificados “itens bibliográficos” ou “obras/livros impressos”, e o inciso IV menciona, de forma genérica, “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (Brasil, 1988). Tratando-se de um instrumento de garantias de direitos fundamentais à população, é previsível que a questão patrimonial não tenha o devido aprofundamento nessa normativa. A ênfase para a Constituição mostra, portanto, justamente que a proteção do patrimônio cultural brasileiro constitui parte dos direitos dos cidadãos e, por isso, sua relevância e necessidade de estabelecer normas legais que garantam, de fato, a preservação deste patrimônio.

Em relação à Instrução Normativa nº 1, que dispõe sobre o cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte, de manuscritos e livros antigos ou raros, o texto traz a obrigatoriedade de esses profissionais inscreverem seus itens no cadastro do Iphan (Brasil, 2007). Conforme disposto no texto da ementa, no que diz respeito ao acervo bibliográfico, o destaque dado nessa

instrução se refere apenas aos “livros antigos ou raros”. Para tanto, há a seguinte descrição desse tipo de acervo:

[...] IX – Os livros antigos ou raros, desse modo consagrados na literatura especializada, ou que tenham valor literário, histórico ou cultural permanente:

a) a Coleção Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808;

b) a Coleção Brasiliense: livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida – literárias, técnicas e científicas; edições fora de mercado, produzidas por subscrição; edições de artista;

c) Os incunábulos, pós-incunábulos e outras edições impressas e gravadas, célebres ou celebrizadas, de evidenciado interesse para o Brasil, impressas artesanalmente nos séculos XV a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar;

d) As publicações periódicas e seriadas, em fascículos avulsos ou coleções: títulos sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados no estrangeiro até 1825; títulos impressos ou gravados no Brasil, de 1808 a 1900, inclusive; folhas volantes – papéis de comunicação imediata, originalmente soltos e esporádicos, impressas ou gravadas no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos manuscritos, configurados como jornalismo epistolar, produzidos ou não sob subscrição no Brasil, no século XIX (1900 inclusive); os títulos célebres ou celebrizados, de evidenciado interesse para o Brasil, impressos ou gravados artesanalmente, nos séculos XVI a XVIII (1800 inclusive), em qualquer lugar.

X – Os exemplares de livros ou fascículos de periódicos representativos, respectivamente, da memória bibliográfica e hemerográfica mundial, avulsos ou em volumes organizados ou factícios, que apresentem marcas de colecionismo ativo ou memorial, tais como: ex-libris, super libris, ex-donos e carimbos secos ou molhados; marcas de leitura personalizadas; marcas de exemplar de autor, com anotações autógrafas ou firmadas que evidenciam o amadurecimento e a redefinição do texto (Brasil, 2007, p. 2-3).

Percebe-se, então, que essa Instrução elenca variadas características para estabelecer quais “livros antigos ou raros” fazem parte desse conjunto. Ressalta-se, também, a definição dada neste texto para “Coleção Brasileira” e “Coleção Brasiliense”, único momento em que nas legislações se faz essa designação, ou seja, acaba por se tornar uma fonte de referência para o entendimento legal dessas coleções no Brasil. Apesar do maior detalhamento no que se refere à constituição do patrimônio bibliográfico e documental a ser cadastrado nacionalmente, prevalece ainda o ideal de raridade bibliográfica como o tipo de acervo que centraliza as atenções e proteções legais.

A partir do exposto, pondera-se que a aproximação, evidenciada entre as legislações que visam a proteger o patrimônio cultural brasileiro com os critérios de raridade bibliográfica apresentados nos textos legais, tende a não refletir a realidade de grande parte dos acervos presentes nas bibliotecas brasileiras. Isso significa que uma parcela do patrimônio bibliográfico e documental do país não possui proteção legal, além de tornar mais árdua a tarefa do reconhecimento de patrimônios bibliográficos locais, como defende Azevedo (2021). É possível também destacar que as obras bibliográficas contemporâneas não têm espaço definido em nenhuma das normas legais mencionadas, ausência essa que pode revelar, num futuro não muito distante, uma lacuna irreparável deste patrimônio.

Além disso, outro fator de grande relevância para a proteção patrimonial é a comunidade se sentir representada e ter consciência da importância de se proteger e preservar o patrimônio cultural. Autores como García Aguilar (2000), Cabral (2013) e Palma Peña (2013) expõem que um conjunto de obras precisa contribuir para a percepção da identidade coletiva, sendo necessário se conhecer e identificar os elementos que fazem parte desse patrimônio de maneira detalhada para, desse modo, compreender sua importância e pensar em ações que objetivem sua proteção. Tudo isso deve ser levado em consideração para o estabelecimento das leis de salvaguarda do patrimônio cultural.

Fundação Biblioteca Nacional, patrimônio bibliográfico e documental e critérios de raridade

Por sua missão estatutária, a FBN deve “[...] coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (Biblioteca Nacional, [20--]). Diante disso, apesar de não haver uma oficialização ou tombamento por parte do Iphan que caracterize o acervo da FBN como patrimônio bibliográfico e documental brasileiro, sua missão institucional infere este reconhecimento. Ademais, suas competências declaradas pelo Decreto nº 8.297, de 2014, (Brasil, 2014) a tornam a única instituição nacional com a responsabilidade legal de preservação deste patrimônio específico.

Por ser considerada uma instituição de referência para as bibliotecas brasileiras em diversos aspectos de atuação, comumente as diretrizes elaboradas pela FBN são base para a fundamentação das práticas bibliotecárias em outras entidades. Isso é legítimo e esperado que aconteça, entretanto há alguns pontos que podem ser ponderados sobre essa questão.

Inicialmente, a reprodução integral de diretrizes da FBN — ou de qualquer outra instituição, pode-se dizer — em outras bibliotecas fatalmente implicará

em inadequações naquilo a que se propõem, uma vez que refletem a missão, histórico e contexto institucional, que não necessariamente serão aplicáveis a outros acervos e ambientes. Portanto, a utilização dessas diretrizes pode servir como auxílio na criação de outras normas, mas não como parâmetro inflexível na sua produção.

À vista disso, no que concerne aos critérios de raridade adotados na FBN, sublinhamos os que retratam principalmente seu acervo fundador, sua trajetória e o desenvolvimento de suas coleções. Conforme aponta Campello (2006, p. 30):

A história da Biblioteca Nacional é típica das mais antigas bibliotecas nacionais. Originando-se de uma biblioteca real, transformou-se em depositária da produção intelectual do país, reunindo rico e variado acervo em muitos aspectos. Tem sustentação legal e é formalmente responsável pelo desenvolvimento dos mais variados serviços bibliotecários [...].

Dessa forma, especialmente em se tratando de critérios de raridade, a FBN em muitos casos não será o melhor modelo para originar estes critérios nas bibliotecas brasileiras devido à singularidade da formação de seu acervo no contexto brasileiro e de sua missão institucional, fatores que influenciam diretamente nas coleções que possui.

Pode-se também provocar alguns problemas em relação aos critérios de raridade da FBN que, como já mencionado, foram estabelecidos em 1984 e permanecem vigentes até o presente momento. Como princípios e definições da Ordem de Serviço nº 12 da FBN que estabelece estes critérios, tem-se:

[...]

- a) todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII
- b) impressões dos séculos XVIII até 1720
- c) obras editadas no Brasil até 1841
- d) edições de tiragens reduzidas
- e) edições especiais, de luxo, para bibliófilos
- f) edições clandestinas
- g) obras esgotadas
- h) exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e “ex-libris”
- i) exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se as dedicatórias.

2. Conforme interesses específicos de bibliotecas e/ou colecionadores, outros critérios podem ser acrescidos. No entanto, a classificação de qualquer obra dentro dos padrões citados exige um apoio bibliográfico, incluindo-se consultas a bibliografias, catálogos especiais com descrições de exemplares, conhecimento de história do livro e outras fontes de informação e referência (Biblioteca Nacional, 1984).

Com base no que fica estabelecido nos critérios acima citados, evidencia-se a especificidade dos parâmetros utilizados na FBN e é possível compreender melhor por que não significa que refletirão os moldes pertinentes para a identificação de obras raras e especiais em outras bibliotecas brasileiras.

Relembrando as legislações aqui mencionadas, destaca-se que: a) Demonstram uma ausência de definição do que é o patrimônio bibliográfico e documental no país nos textos legislativos; b) Este patrimônio bibliográfico e documental, não devidamente estabelecido nas legislações, evoca a proteção de um recorte específico das obras consideradas raras. Com isso, se forem unidos esses fatores aos critérios de raridade bibliográfica da FBN, que são utilizados como padrão para a elaboração desses critérios em outras bibliotecas, se terá como consequência a carência de formalidades legais para a preservação de patrimônios que só serão encontrados em bibliotecas outras que não a Nacional, e que têm acervos completamente distintos daquele considerado raro na FBN.

É plausível, ainda, levantar alguns aspectos mais específicos no que concerne aos critérios da FBN dentro de seu próprio contexto. Por exemplo, as alíneas *a*, *b* e *c* citadas acima tratam de recortes cronológicos para definir as obras raras; ao avaliá-las, é perceptível que obras contemporâneas não estão contempladas nesses parâmetros, igualmente como ocorre na legislação brasileira que versa sobre patrimônio cultural, e isso nos chama especial atenção, pois urge atentarmos para essa parcela de nossas coleções.

O Quadro 1 é uma pequena amostra de obras do século XX que de acordo com os critérios de raridade consagrados não estariam protegidas pela legislação em vigor e que neste momento integram o acervo da Seção de Obras Gerais da FBN. Observa-se que apenas o fato de não estar fisicamente localizada na Seção de Obras Raras não faz com que uma obra seja negligenciada ou menos importante dentro da instituição, mas o local em que está situada pode implicar diretamente no modo como será vista e tratada fora da biblioteca, muitas vezes não sendo vista como “rara” por não estar assim armazenada na BN.

São livros de autores conceituados, muitas vezes primeiras edições de obras consagradas da nossa literatura mais recente. São títulos que, apesar de produzidos no século XX, não são facilmente localizados. Alguns possuem marcas de proveniência, dedicatórias e outras particularidades que atestam a unicidade do exemplar. Apesar dessas características, esbarramos na falta de literatura de referência que verse sobre o período mais recente da produção bibliográfica nacional e conceitue autores e seus respectivos títulos produzidos na contemporaneidade, já consagrados pela história, como raros e/ou especiais.

Critérios de raridade e Obras do século XX (Exemplos)

Autores / Autoras	Obra	Detalhes da Obra
Mário de Andrade (1893-1945)	<i>Há uma gota de sangue em cada poema</i> (1917) Fonte: Exemplar BBM	- 1ª obra publicada deste autor sob pseudônimo Mário Sobral
Pagu (1910-1962)	<i>Parque industrial</i> (1933) Fonte: Delirium Nerd	- 1ª obra publicada desta autora
Clarice Lispector (1920-1977)	<i>A hora da estrela</i> (1977) Fonte: IMS / Clarice Lispector	- Última obra publicada por esta autora, no ano de sua morte

Quadro 1 - Exemplos de obras do século XX não contempladas pelos critérios de raridade consagrados. Elaborado pelas autoras.

Com isso, refletir e reavaliar critérios de raridade bibliográfica, incluindo os da FBN, é essencial para que, ao se criar e qualificar coleções como raras e especiais, a metodologia utilizada para tanto compreenda todo o contexto institucional, além de um conhecimento sobre a história do livro no Brasil.

Ampliação dos critérios de raridade e do patrimônio bibliográfico e documental no Brasil: reflexões

Gonçalves (2005) assinala que patrimônios materiais não são apenas suportes da vida social e cultural, mas sim a própria substância desta vida. Levando em conta que a relação entre critérios de raridade e patrimônio bibliográfico e documental, em conformidade com sua atual configuração no Brasil, pode ocasionar um recorte muito seletivo e não condizente com o cenário das diversas bibliotecas do país, refletir sobre a ampliação destes dois elementos é um passo fundamental na busca de se evitar omissões para com o nosso patrimônio cultural.

Para começar, pode-se suscitar o que Azevedo (2021, p. 179) manifesta em relação à associação de patrimônio bibliográfico e documental com livro raro e/ou antigo, visto que “[...] em nosso país esse conceito de ‘livro raro’ é bastante nebuloso, pois além de defasado, parte advém de parâmetros identitários europeus”. Sobre isso, sabe-se que bibliófilos e livreiros tiveram relevante papel ao considerar obras como raras (Teixeira; Garcia; Rodrigues, 2018), e sua influência para elencar critérios de qualificação do que é raro foi e permanece muitas vezes preponderante neste entendimento no Brasil.

A partir disso, questiona-se: será que para trabalhar com patrimônio bibliográfico e documental brasileiro é necessário dissociar este conceito daquilo

que é definido por critérios de raridade? O valor patrimonial por si só já seria suficiente para a proteção do patrimônio bibliográfico e documental, sem considerar necessariamente o seu atendimento a critérios de raridade? Ou será que a ampliação dos critérios de raridade nas legislações, tornando-os mais abrangentes para levar em consideração o contexto brasileiro, garantiria a salvaguarda legal do patrimônio bibliográfico e documental?

As questões são muitas, exigem análise minuciosa e comprometimento dos profissionais para levá-las adiante. Ressalte-se ainda que a garantia de salvaguarda do patrimônio bibliográfico e documental brasileiro não se basta na existência da legislação; pelo contrário, as normativas são um meio para exigir o cumprimento legal de sua proteção, mas na prática dependerá de ações concretas nos acervos. O estudo, o debate, a elaboração de políticas de formação e desenvolvimento de coleções devem sempre nortear a práxis para, de fato, estimular a proteção daquilo que é a memória identitária brasileira.

Considerações finais

Ao promover um debate sobre a questão do patrimônio bibliográfico e documental brasileiro discutindo a representatividade e preservação da produção intelectual nacional vislumbrou-se o propósito principal deste trabalho. Paralelamente, buscou-se compreender a associação do patrimônio bibliográfico e documental com os critérios de raridade consagrados universalmente, e como este fator pode influenciar no reconhecimento desse patrimônio no país, em especial no que diz respeito à utilização dos critérios adotados pela BN, que dificilmente serão aplicáveis em outros contextos institucionais.

A partir de uma análise da legislação brasileira que versa sobre o patrimônio bibliográfico e documental, salientamos a necessidade de sua revisão e atualização, de forma que contemple a realidade dos acervos nas mais diversas bibliotecas para sua salvaguarda.

Acredita-se que, por ora, levantar algumas questões sobre as temáticas do patrimônio bibliográfico e dos critérios de raridade se revelou mais necessário do que a tentativa de propor quaisquer soluções nesse âmbito. Defende-se que é urgente um aprofundamento sobre esses assuntos, de forma que seja possível identificar e garantir o devido reconhecimento e proteção dos múltiplos acervos que compõem as bibliotecas do país e, conseqüentemente, o patrimônio bibliográfico brasileiro.

Referências

- AZEVEDO, F. C. Perspectiva e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental. In: LOSE, A. D.; MAGALHÃES, L. B. S.; MAZZONI, V. S. de S. (org.). *Paleografia e suas interfaces*: volume 2. Salvador: Memória & Arte, 2021. Disponível em: https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a343-4afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288_42ede573232a4c088a9f84e53a0ffcb9.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Ordem de Serviço-GD/ n. 12, de 25 de setembro de 1984*. Critérios para a qualificação de obra rara. Rio de Janeiro, 1984.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 8.297, de 15 de agosto de 2014. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto n. 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; e altera os Decretos n. 519 e n. 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Brasília, DF: [s.n.], 2-14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exortação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Brasília, DF, [s.n.], 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5471.htm. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa n. 1, de 11 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. [Brasília, DF: IPHAN, 2007]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/instrucao_normativa_n_01_11_de_junho_de_2007.pdf. Acesso em: 7 out. 2021.
- CABRAL, M. L. *Patrimônio bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade coletiva: entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800*. 2013. Tese (Doutorado em História Moderna) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/11407>. Acesso em: 30 out. 2021.
- CAMPELLO, B. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Competências e atividades*. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/competencias-e-atividades/competencias-e-atividades>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GARCÍA AGUILAR, M. I. Legislar para preservar el patrimonio documental mexicano: um reto para el nuevo milênio. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 14, n. 28, p. 97-114, enero/jun. 2000. Disponível em: https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/A362. Acesso em: 30 out. 2021.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimônio. *Cuicuilco*, México, v. 20, n. 58, p. 31-57, sep./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 22 out. 2019.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

TEIXEIRA, H. D.; GARCIA, N. de M.; RODRIGUES, M. C. Critérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações. *Biblos*, [Rio Grande, RS], v. 32, n. 1, p. 134-145, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8288/5460>. Acesso em: 24 set. 2021.

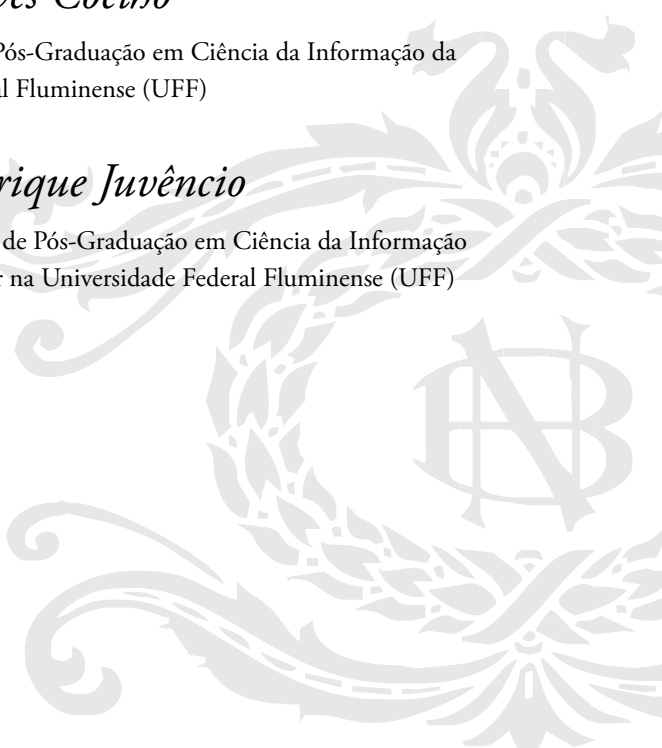
Livro de artista é obra rara? Desafios e reflexões do livro como objeto e seu posicionamento em acervos

Igor Alves Coelho

Bibliotecário; mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Carlos Henrique Juvêncio

Bibliotecário; doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Professor na Universidade Federal Fluminense (UFF)





Resumo

O livro de artista é uma categoria que vem ganhando espaço e visibilidade dentro de acervos e das novas formas de se produzir arte. Tais objetos suscitam debates constantes no que se refere a seu tratamento dentro de acervos e instituições. Este trabalho visa a levantar questionamentos sobre o seu teor de raridade frente a seu objetivo enquanto objeto amplo e disseminador e, em muitos casos, de natureza tátil. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica documental, em que os livros de artista são base para a formulação de ideias entre o seu uso e exposição às noções de obra rara. O artigo objetiva suscitar questionamentos sobre o posicionamento desses objetos em acervos e as suas relações de interação com o público. A conclusão inclui reflexões e sugestões acerca destes posicionamentos e do diálogo frente à composição de tais acervos.

Palavras-chave: Livro de Artista. Obra Rara. Coleções Especiais.

Abstract

The artist book is a category that has been gaining space and visibility within collections and new ways of producing art. Such objects raise constant debates regarding their treatment within collections and institutions. This paper aims to raise questions about their rarity compared to their objective as broad and disseminating objects, and in many cases of a tactile nature. Its methodology is documentary bibliographic research, in which the artist books are the basis for formulating ideas between their use and exposure to the notions of Rare Works. The paper aims to raise questions about the positioning of these objects in collections and their interaction with the public. It concludes with reflections and suggestions on these positions and on the dialogue regarding the composition of such collections.

Keywords: Artist Book. Rare Works. Special Collections.



Introdução

A raridade de um objeto o transforma em material de desejo, de vontade, e até mesmo de *status*. Ao mesmo tempo, tratando-se principalmente de coleções institucionais, transforma materiais em atos de extensão no tempo, ao preservar e conservar para o futuro. O fato é que as justificativas para se considerar algo como raro podem partir de diferentes perspectivas e vontades, e, em alguns casos, irem contra o propósito de existência de um certo material, já que ao comporem coleções, são retirados do circuito de atividades, destituídos de sua função primeira, como observa Baudrillard (1989).

Traz-se, portanto, à luz desse debate, a relação dos livros de artista, objetos que se estabelecem com um teor disruptivo e um propósito disseminador. Objetos estes que vêm ganhando espaço aos olhos do público e se tornando material de coleções públicas e particulares. Livros de artista são composições que ganharam mais espaço e identidade dentro dos movimentos da arte contemporânea, que espelham o livro como uma prima artística, através de uma criação que utiliza sua concepção física enquanto objeto, seu ideal como propagador, sua construção com movimentação, sua imagem enquanto símbolo e/ou seu corpo enquanto matéria-prima.

Nessa forma de criação o livro é pensado em sua amplitude máxima, que ultrapassa o conceito/ideia popular de objeto cotidiano de formato retangular e folhas numeradas, sendo parte total da criação artística que, diferentemente do livro tradicional de editorações literárias, em que este serve como um suporte para simples manuseio e propagação, vai se constituir como expressão artística, pervertendo diversos dos aspectos (con)sagrados ao livro em sua materialidade.

Nosso objetivo com este trabalho é expandir os diálogos do livro de artista junto ao campo da Ciência da Informação, Biblioteconomia e outras áreas, além de lançar luz sobre a necessidade de reflexão em relação às formas de tratamento de que tais itens são alvo nos acervos, já que se trata de materiais ainda pouco explorados e difundidos dentro do campo. Dessa forma, este estudo visa estabelecer diálogos que permitam identificar os melhores parâmetros possíveis para que estes objetos não se tornem restritos, fechados em coleções de difícil acesso, ou que sejam vistos e tratados tais como o livro comum, tradicional.

O estudo em questão se deu através de revisão bibliográfica tendo como foco o livro de artista e as visões que se constroem sobre esses objetos, uma visão que se cria com possível diálogo com a obra rara. Para isso, trazemos autores como Veneroso (2017), onde usamos seu olhar pelo livro de artista como múltiplo democrático para suscitar seus usos dentro de acervos; Phillpot (1993), para falarmos sobre o livro de artista em seus aspectos limitantes no que concerne à produção escassa de forma proposital e seus pensamentos acerca do funcionamento de uma coleção do gênero, entre outros.

Trata-se de uma extensão de pesquisa sob a ótica do livro de artista enquanto objeto dentro da Ciência da Informação, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Dividimos este trabalho em duas seções: a primeira aborda uma reflexão sobre os olhares que permeiam estes materiais e um breve diálogo sobre suas concepções e manuseios; em um segundo momento, apresentamos alguns exemplos de obras que dialogam com a proposta da temática de pensar as relações dos usos desses objetos e suas manipulações em acervos. Concluímos com algumas reflexões e sugestões sobre o posicionamento e possíveis diálogos dentro da composição de acervos e suas interações com o público.

Novos livros, novos olhares, novos tempos

Livros de artista se estabelecem com um traço histórico recente se o compararmos com a história da arte de forma mais generalizada. Seus primeiros traços, para alguns estudiosos, datam da década de 1950, mas é a partir da década de 1970 que ocupam espaços maiores, tanto em produção artística quanto em popularização pelos olhares da pesquisa e da mídia.

A década de 1970 trouxe também as primeiras exposições de “livros de artista” [...]. Foram criadas coleções institucionais, como as do Art Metropole no Canadá e Franklin Furnace nos Estados Unidos. Agências especiais de distribuição foram estabelecidas, como a Printed Matter nos EUA, novamente a Art Metropole, e Other Books & Fo na Holanda (esta posteriormente se tornou uma coleção). Ensaios de catálogo e artigos sobre o fenômeno - notáveis por sua escassez na década de 1960 - começaram a proliferar (Phillpot, 1993, p. 10).

Estes trabalhos, em específico nesta época, partiam de um olhar do livro pela sua forma primordial no que concerne à disseminação de conteúdo, logo, de alcançar uma maior audiência com os trabalhos. Vale ressaltar que nessas mesmas épocas surgiam movimentos artísticos de valor a uma popularização de amplitude do acesso, como é o caso da arte postal.¹

Os embates que permeiam o campo de interseção entre o livro de artista e a obra rara podem tornar-se conteúdo extenso e complexo em um emaranhado de questionamentos. Tal fator se dá, principalmente, por esses materiais

1. “A arte postal se insere nesse contexto como uma prática artística constituída por uma rede de comunicação, que aproximou artistas de todas as partes do mundo por meio da troca de trabalhos e materiais que poderiam ganhar intervenções de cada destinatário alcançado. De maneira subversiva, a arte postal se opôs ao mercado de arte, e essa crítica pôde ser realizada efetivamente através de um meio pelo qual os trabalhos dos artistas circulavam independentemente da legitimação de museus e galerias: o correio (Schedler, 2016, p. 22).”

permearem de forma constante dois campos: o dos livros e o das obras de arte. É por este último fator que se estabelecem, por vezes, olhares voltados a um certo distanciamento entre objeto e espectador característicos de museus, por propósitos específicos das obras. Aqui tratamos, porém, de um objeto múltiplo, que não atende, em sua completude, a parâmetros estabelecidos por nenhum dos dois hemisférios de instituições que o tratarão (Bibliotecas-Museus).

Para a Biblioteconomia, os aspectos que caracterizarão um material como especial ou raro são compostos por análises particulares do título e edição que se trata. A exemplo desses aspectos: primeiras edições, obras produzidas em determinados períodos históricos, edições de luxo, entre muitos outros (Pinheiro, 1989).

A esclarecer, muitos autores trabalham o livro de artista sob a ótica do “múltiplo democrático” (Veneroso, 2017), termo utilizado para designá-lo como um material de potencial replicador e que suscita uma série de questionamentos e provocações tanto no campo social como no próprio mercado da arte vigente em seu surgimento. Assim, como um material que parte dessa ótica se torna um objeto de altos padrões, vendido a valores exorbitantes, disputado por colecionadores e coleções? Como um objeto que parte de um princípio de emancipação se torna acorrentado ao ciclo de mercado do qual inicialmente tentou se livrar?

O livro de artista, enquanto categoria macro, não se estabelece de forma geral como obra rara. Como poderia, já que todo um ideal que permeia grande parte desses objetos é ser de caráter disseminador e multiplicável para que o acesso se dê de forma ampla? Além disso, acervos raros demandam restrição de acesso; sobretudo, mas não somente, por suas questões de conservação. Em terceiro lugar, muitas vezes, em sua lógica de criação/propósito/uso, trata-se de materiais confeccionados com uma identidade tátil, ou seja, precisam ser tocados pelo usuário para serem compreendidos, e não serem somente objetos com destino a expositores ou que se coloquem afastados dos olhos cotidianos sob demanda para sua visualização.

Livros infinitamente replicáveis por artistas não necessitam mais ficar aprisionados sob vidro ou em cofres, em bibliotecas e museus, e sofrerem pela restrição de acesso; eles podem ser comprados por preços acessíveis, e serem onipresentes já que uma cópia pode sofrer desgaste pelo prazer do uso e ser substituída por outra. Em comparação com livros manuais,² livros como forma de arte em edições limitadas podem ser vistos pelo que na maioria das vezes são: mercadorias intencionalmente

2. Tradução de Bookworks. De acordo com Silveira (2008) “[...] no caso do Brasil bookwork gerará a denominação livro-obra, antes frequente mas agora já em desuso. [...] Mas na língua inglesa bookwork é usado também para trabalhos artesanais dentro do campo de atuação da encadernação e do que denominamos a ‘arte do livro’”.

escassas que negam o potencial do processo de impressão e servem para obter altos valores de colecionadores individuais e institucionais (Phillpot, 1993, p. 6).

Porém, a obra rara acaba se instaurando neste objeto, como já colocado anteriormente, não em relação a sua identificação macro, mas sim a nuances que deverão ser observadas dentro de suas subcategorias e/ou de suas relações de natureza de confecção. Assim como apresentado por Phillpot (1993), alguns trabalhos terão sua confecção em uma limitação proposital, o que acaba, de forma intencional ou não, na criação de uma raridade.

Todavia, nem todas as obras que possuem tiragens limitadas se enquadram neste lugar quase que profano, segundo as palavras de Phillpot (1993). Alguns trabalhos podem partir de um olhar proposital a finitude, com o objetivo de existirem, serem gastos e desaparecerem. Nem toda produção/obra é confeccionada com o propósito de entrar para o “*hall* da eternidade”. Alguns trabalhos podem se instaurar no lugar da provocação e da vontade do uso até o seu desgaste e fim.

Entretanto, esta relação com seu objetivo de existência não o impedirá de se tornar um produto disputado e em dado momento escasso, o colocando sobre a ótica de objeto raro. Apenas ressaltamos que este objeto não deveria se tornar tal, já que o ato em si mudará sua identidade, sua origem.

É preciso entender que aqui não falamos mais somente de um conteúdo a ser guardado e consultado, como é o caso de livros tradicionais, acervos de numismática ou fotográficos, entre diversos outros, aqui se instaura além de livro, o local da arte, muitas vezes enquanto uma ação política, um processo, um ato a ser manifestado “no presente”. Um ato que tenha a intenção de acontecer no momento em que o objeto é posto ao mundo, e não que este seja realocado sob uma ótica do desuso em detrimento de um discurso de memória futurística.

Para o contexto de mercado, em todo caso é necessária a opinião do seu próprio criador quando possível. Um autor não tem impacto na forma como uma coleção se organiza, mas vale ressaltar que no caso de coleções de livros de artista, no que concerne às doações, é de extrema importância que o modo como o material será tratado dentro de uma coleção seja informado ao doador.

É interessante e necessário — dentro da proposta ótica que aqui colocaremos — que seja pensada e exposta a relação de coleção manipulável. Pode parecer, em todo caso, algo banal para o olhar de uma biblioteca pensar a relação usuário-manipulação-uso, já que toda a proposta da instituição — e a visão que vende a seu público — é justamente este espaço de uso e acesso irrestrito. Porém, como estamos colocando aqui objetos que fogem à regra geral em vários aspectos, mas que ao mesmo tempo se configuram como livro, pode haver ruídos na comunicação acervo/social, onde os anseios de um autor/artista, se contrapõem a missões institucionais. Seja no momento da doação pelas partes ou pelas inferências que se darão sobre as formas de tratamento desses objetos

dentro de uma coleção, há a necessidade de se estabelecer um diálogo sobre coleções de acesso livre, restrito e manipuláveis, e as possíveis interferências dos seus usos e usuários nos objetos.

Uma coleção manipulável, pensada aqui sob a ótica de manipulação pelo público frequentador de uma unidade, oferece sobre seus objetos um acesso mais livre, como seu próprio nome sugere, permitindo a manipulação. Isto, por si só, não a define como de livre acesso ou de acesso restrito, já que em uma coleção de livre acesso os materiais se colocam à disposição a todo momento, e em uma coleção restrita estes podem demandar agendamentos.

O ponto que inferimos aqui em relação a esta interação é a de manipulação “tácita pelos usuários”, em que mesmo ao se pensar certos níveis de restrição, estes se mostrem sem grandes empecilhos a seus acessos e que se possa manipular as obras. Uma ótica interessante para se pensar em coleções de livros de artista, já que em suas amplas experimentações tácitas muitos desses materiais são confeccionados como objetos únicos e/ou sob o desejo de uso e manipulação pública, e independentemente do resultado final, pode ser o desaparecimento completo e total destes objetos ou não.

Um caso de coleção manipulável, por exemplo, é o da Biblioteca da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, onde, em muitos casos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses são confeccionados em forma de livros de artista, etiquetados, e colocados à disposição dos usuários com sinalizações de interatividade permitida. Trata-se de uma arte com participação ativa do usuário, que se dá pela “[...] exploração, manipulação do objeto artístico, intervenção, modificação da obra pelo espectador” (Plaza, 1990, p. 10).

É preciso deslocar o olhar comum posto à arte como objeto sacralizado e intocável, movimento inclusive que se expande ao longo do século XX e redundante, na arte contemporânea, em obras interativas dentro mesmo do contexto de museus. Livros de artista são obras múltiplas e de constantes mutações ideológicas, tácitas e de identidade visual, e colocar todos partindo de um mesmo contexto, de maneira nenhuma abarca a quantidade numerosa de diferentes perspectivas que se configuram dentro destes cenários. Por isso, é importante frisar a necessidade de um olhar “individual pela obra” e não de uma ótica que se estabeleça única e exclusivamente pela categoria como forma geral para parâmetro.

Interatividade tátil

O livro, neste lugar de obra de arte, se desconfigura como objeto de cunho meramente informacional transponível a outros meios. Aqui, na grande maioria dos casos, passa a configurar um objeto que, além de informacional, é visual, tátil, tácito. Sua leitura, em muitos casos, não se dá pelos olhos, mas pelas mãos,

pela movimentação, pelo manipular de seus elementos internos, pelo processo de virar folhas não como ação meramente necessária e ocasional para se chegar à continuação do texto, mas sim como parte do elemento da leitura interpretativa do material como um todo. O ato de virar páginas se torna parte integrante do processo, parte meio para um fim complementar, e não somente parte técnica e auxiliar. Configurá-los a um local de exposição dentro de uma caixa fechada sem a possibilidade de manipulação será o mesmo que os queimar até as cinzas, tirar-lhes a vida e seu propósito, sem nunca permitir tê-lo cumprido.

O livro *Droga de Amor* (2009), de Hugo Denizart, por exemplo, é um trabalho que só tem o seu ápice quando se torna vazio. É composto por 71 poemas destacáveis que devem ser alocados em cápsulas, análogas às de remédio, para serem distribuídas. Se este processo não ocorre, a obra em si perde sua identidade e o princípio para o qual foi criada, perde a sua razão-prima de existir. Algumas obras entrarão em conflito direto com a necessidade de salvaguardar seu conteúdo e matéria para as gerações futuras, pois seu objetivo, em alguns casos, não é se estender ou perpetuar *ad eternum*, mas, sim, desaparecer.

Outro exemplo a ser elencado de material interativo é o livro *Poemóviles* (1974), uma parceria de Augusto de Campos e Julio Plaza.

Classificado como livro-poema/livro-objeto traz 12 cartões em folha dupla, chamados poemóviles: *Abre, Open, Cable, Change, Entre, Impossível, Luzcor, Luxo, Reflete, Rever, Vivavaia e Voo*, que se apresentam como poemas visuais, tridimensionais e interativos, na medida em que o leitor precisa ‘manipular’ as folhas soltas para ler o livro (Mattar, 2020, p. 3).

A leitura se torna dependente do processo de manusear, neste caso específico, por exemplo, não há ordem predefinida para leitura dos poemas já que o “[...] livro acontece por meio da experiência com ele, tanto pela manipulação das páginas quanto pela articulação das dobras, que acabam por marcar o ritmo e a duração dos poemas” (Mattar, 2020, p. 3). A obra é um produto inacabado, no sentido de que sua leitura/manipulação é o fator que, em um campo individual, dará fim e formação à obra total, mas que no campo coletivo nunca encontra fim, já que para cada indivíduo este se apresentará de uma forma única, com ordenações, tempo, leitura e interpretação únicos.

Poemóviles é uma das obras mais marcantes que recaem sob o guarda-chuva de materiais tidos como livro de artista ao extrapolar a ideia física do que é um livro em sua composição, ao se instaurar como uma obra de arte dentro do contexto do livro, e, principalmente, ao recolher a si uma das características mais latentes e de maior valor que foram impostas ao livro dentro do seu histórico social: o seu valor de reedição. A obra em questão já possuiu três edições até o momento: a primeira, de 1974; a segunda em 1985; e uma terceira em

2010-2011. Isso evidencia que a possibilidade de reedição o torna de certa forma atemporal e presente.

Não que a todos os livros de artista se proclame o uso de qualquer modo sem restrições, mas, sim, que em cada política estabelecida de acesso ao acervo haja um peso, para cada material sua premissa em relação ao uso, e aí reside o desafio imposto pelo livro de artista às bibliotecas. Cada título precisa ser visto de forma única, para além de suas particularidades estéticas, e sim em seu contexto de mercado/criação. Obviamente, uma obra com apenas dez exemplares no mundo acabará entrando no circuito de parâmetros estabelecidos dentro da obra rara, pela sua escassez. Porém, ao mesmo tempo um livro de artista de ampla editoração, que pode ser encontrado em feiras, livrarias e lojas virtuais, ou seja, encontrado de forma mais facilitada, não tem motivo aparente e inicial para ser trancado no mesmo cofre que o livro do primeiro caso, apenas por estarem ambos sob um mesmo guarda-chuva da categoria livros de artista. Se para cada livro seu leitor, para cada livro sua ótica, seu posicionamento único no mundo é o seu lugar único e específico dentro de um acervo. Vale ressaltar ainda que nestes novos casos e novos olhares, o discurso de escassez pode (ou não deveria) se aplicar como absoluto, pois como posto anteriormente, há obras que nascem para encontrar finitude.

Tendo a obra *Poemóbiles* como exemplo, sua primeira e segunda edições, de 1974 e 1985 respectivamente, poderiam ser tidas como obra rara por certas óticas, como as de primeiras edições e escassez. Já suas edições mais recentes, que ainda se encontram sob venda, poderiam compor acervos especiais, com menores níveis de restrição, ou até mesmo acervos circulantes/manipuláveis (não para empréstimos, mas para uso local).

Considerações finais

Há uma complexidade inquietante nesses materiais. Sua natureza em si, suas formas, e até mesmo seus estudiosos, não estabeleceram ainda um diálogo consonante, e, talvez, nem devessem. As naturezas múltiplas de pensamento que os envolvem é o que os torna tão complexos, e ao mesmo tempo únicos e especiais. Na mesma medida, são objetos que nos obrigam a pensar e repensar as quebras de paradigmas que se instalam há décadas de um olhar sobre o qual cada objeto necessitaria ser enquadrado em uma designação específica que o defina (e em certa medida o limite). Os livros de artista romperam suas caixas e embaralham nossos olhares pelas suas provocações, e onde muitos veem uma afronta, um certo teor de profano, preferimos enxergar as possibilidades, as ampliações de um campo e suas variações frente a novos caminhos a serem tomados e dialogados.

Vivemos em uma sociedade que há séculos tenta se manter viva através da história, e se utiliza de documentos e artefatos para, de certa forma, se projetar para o futuro. Prova disso é o trabalho de bibliotecas, arquivos e museus em realizar uma curadoria de suas coleções não somente para o uso do momento presente, mas também visando à extensão desses objetos para além do tempo. Porém, precisamos entender que alguns irão se rebelar dentro dos ideais criados no imaginário social de perpetuar características e produções da nossa sociedade, e entre estes estão alguns livros de artista.

O estabelecimento de um diálogo com os produtores/artistas, quando possível, seria interessante para uma coleção de livros de artista tendo uma divisão estabelecida entre interativo ou não, para o sentido de obras não literárias, como é o caso do exemplo citado anteriormente da Biblioteca da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. No caso de aquisição com recursos próprios da instituição esta decisão deve ser tomada através de uma análise que levaria em conta aspectos mercadológicos, números editoriais, possíveis existências de elementos externos (ex-líbris, marcas de proveniência...), para que se determinasse o uso livre pelo público, como acervo circulante, ou o uso restrito, caso de acervos especiais ou raros, dependendo do nível de restrição. Sob uma ótica de doação, um cenário ideal seria o diálogo estabelecido junto ao doador sobre as relações de uso/interatividade do material e os possíveis diálogos e não-diálogos com a coleção. Uma coleção de livros de artista pensada sob duas óticas, a interativa e a não interativa. Uma coleção de livros de artista precisa ser pensada como uma biblioteca por si só, com seus livros raros, coleções especiais e acervo circulante.

É preciso levar em conta que em muitos casos estamos lidando com materiais intransponíveis a outros meios, de forma que não percam seu conteúdo e sua proposta. Materiais puramente literários possuem uma facilidade de serem alocados em formatos diferentes e manterem seu propósito disseminador e informático, caso, por exemplo, de fotocópias e digitalizações. O conteúdo da obra em si, seu componente em muitos casos textual, não se perde. Já em casos de livros de artista esta manipulação de meios não é possível sem perda de valor. Nos casos citados anteriormente, *Droga de Amor* e *Poemóbiles* perdem seus efeitos dimensionais, estéticos e visuais ao serem transportados para outros meios.

Que um livro receba o *status* de raridade a longo prazo devido a certas características que o configuram como tal é algo plausível no âmbito de discursos e modelos que já perpassam a biblioteconomia há décadas. O ponto chave que apresentamos é um questionamento sobre o livro de artista ser alocado neste pedestal e em suas limitações de acesso em detrimento de sua preservação já a partir de seu “nascimento”, de sua confecção. Limitando o seu uso público e transformando-o em um objeto de acesso dificultoso sem antes ter passado pelo processo de manipulação de um público potencial. O questionamento se dá em pensar as relações de um objeto que em teoria já estaria saindo da editora direto para os cofres de coleções especiais/raras, e por si só restritas.

Talvez não nos caiba mais sistematizar de forma tão engessada certos objetos dentro de paradigmas que não lhes dão a liberdade de cumprirem suas funções. Os olhares para e sobre o tempo mudam a forma como o tempo passa e as relações sociais que se constroem variam com as décadas. Questiona-se se o olhar sobre certos ângulos talvez ainda esteja muito atrelado a um passado de temporalidades diferentes, intuitos diferentes. Obviamente não se propõe aqui que o passado seja esquecido e apagado, deixado de lado, apenas a se entender que o que se seleciona para o futuro enquanto ainda no presente, não deve ignorar o próprio aquário de sua época, como colocaria Pomian (2000). Se lacramos o nosso aquário exclusivamente para a memória do futuro, não abrimos ao presente as suas possibilidades de uso, de manipulação; logo limitamos em si as criações possíveis que nasceriam em nosso próprio tempo.

Não se trata de sentar e deixar os objetos desaparecerem totalmente, mas de entender quando é necessário suscitar outras formas de mantê-lo vivo, mesmo que em memória. Se alguns livros vão contra o ideal de coleções fechadas, deixe-os serem gastos, deixe-os cumprirem seu propósito como o seu idealizador desejou. Há formas de se rememorar objetos que desapareceram da existência, caso da criação de bibliografias. Ou até mesmo a confecção de um material que também permeia o campo, uma subcategoria de livros de artistas denominada livro documento, que pode servir como memória de um objeto finito. Amplas são as possibilidades de todos os lados serem contemplados, a vontade em alguns casos de ser usado até o desgaste *versus* a guarda de uma memória para as gerações vindouras.

É nesta inflexão que retomamos o pensamento de Briet (2016) onde não é o antílope que preservamos, mas, sim, suas múltiplas representações. Logo, sob a ótica da neodocumentação, a criação de bibliografias, catálogos descritivos e outras fontes de informação, o livro de artista preservaria o seu legado, mesmo sem a existência de sua fisicalidade, afinal é na representação do documento que reside o potencial de memória de arquivos, bibliotecas e museus.

Referências

ANTENOR, Armando. *Quais efeitos colaterais?* 2011. Disponível em: <http://www.armandoantenore.com.br/blog/tem-efeito-colateral>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 103.

BRIET, S. *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

MATTAR, Marina Ribeiro. Poemóbiles: o livro além do livro. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [s. l.], n. 59, p. 1-12, 2020. DOI: 10.1590/2316-40185911. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/29313>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MUSEO NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA

(Madrid). *Poemobiles*. 2015. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/en/collection/artwork/poemobiles>. Acesso em: 6 nov. 2019.

PHILLPOT, Clive. *Twentysix gasoline stations that shook the world: the rise and fall of cheap booklets as art*. *Art Libraries Journal*, 1993. p. 4-13, 18(01). DOI: 10.1017/S0307472200008178.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

PLAZA, Julio. *Arte e interatividade: autor-obra-recepção*. In: Brassilpaissdooofuturoboross. [s.l.], [s.n.], 1990.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: GIL, Fernando. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. (Enciclopédia Einaudi).

SCHEDLER, L. Arte (Postal) como processo. *Palíndromo*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 20-41, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/7733>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SILVEIRA, Paulo. *A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 319 p.

VENEROSO, Maria do Carmo de Freitas. Livros de artista e livros raros: aproximações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, número especial, p. 185-198, jul. 2017.

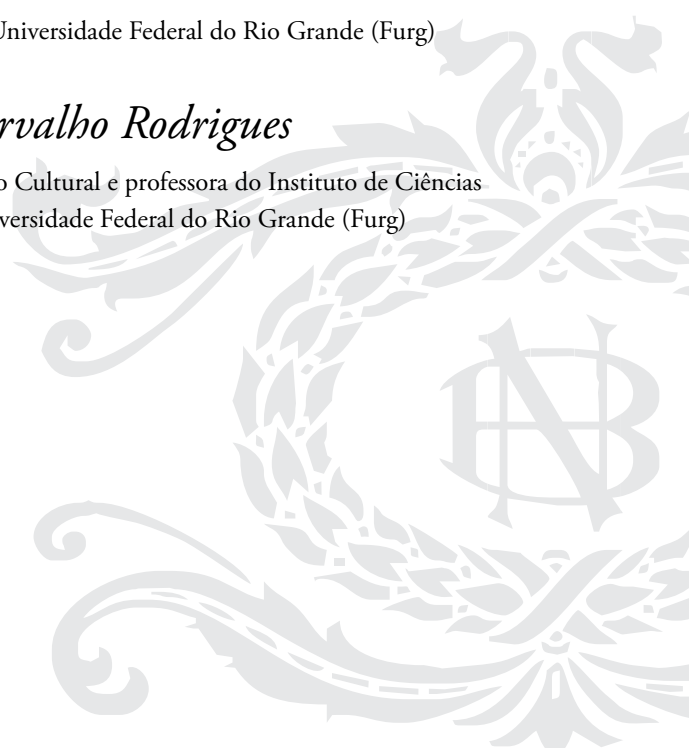
O contexto regional como elemento determinante de raridade bibliográfica

Naillê de Moraes Garcia

Graduanda em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg)

Marcia Carvalho Rodrigues

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural e professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (Furg)





Resumo

Este trabalho buscou investigar o contexto regional enquanto aspecto determinante na definição de critérios de raridade bibliográfica. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre critérios de raridade que levassem em consideração o contexto regional e que pudessem ser utilizados como parâmetros, especialmente pelas bibliotecas públicas brasileiras, dada a sua importância na preservação do patrimônio bibliográfico local. Empreendeu-se, concomitantemente, um estudo de caso por meio de observação participativa na Bibliotheca Pública Pelotense, com o objetivo de analisar de que forma os critérios de raridade são aplicados, sobretudo em relação a obras de relevância local e regional. Os resultados da pesquisa apontam bibliotecas públicas que desenvolveram critérios próprios, utilizando o contexto regional como balizador de raridade bibliográfica, e relatam as dificuldades encontradas pelos profissionais bibliotecários no trabalho de identificação de obras raras.

Palavras-chave: Raridade bibliográfica. Critério de raridade. Contexto regional. Obras de autores locais.

Abstract

This work sought to investigate the regional context as a determining aspect in defining criteria for bibliographic rarity. Thus, a bibliographic review was carried out regarding rarity criteria that take into account the regional context and that can be used as parameters, especially by Brazilian public libraries, given their importance in the preservation of the local bibliographic heritage. At the same time, a case study was carried out, through participatory observation, at the Bibliotheca Pública Pelotense, aiming to analyze how the rarity criteria are applied, mainly in relation to works of local and regional relevance. The research results point to public libraries that have developed their own criteria, using the regional context as a marker of bibliographic rarity, and report the difficulties encountered by librarians in the work of identifying rare books.

Keywords: Bibliographic rarity. Rarity criterion. Regional context. Books by local authors.



Introdução

A raridade bibliográfica é um campo de estudo da Biblioteconomia diretamente ligado à preservação do conhecimento e do patrimônio histórico e cultural. Há estudos relevantes e difundidos que auxiliam o bibliotecário a avaliar o acervo de sua biblioteca a fim de distinguir obras de valor fundamental para a cultura e história, tanto de forma ampla como local (da própria instituição ou localidade na qual se encontram inseridas).

Pinheiro, em seu trabalho intitulado *Que é livro raro?* (1989), teve como objetivo “[...] levantar alguns critérios para enfoque de raridade bibliográfica, passíveis de adequação a quaisquer bibliotecas, nacionais e regionais, particulares e especializadas, universitárias e escolares” (Pinheiro, 1989, p. 19). É importante ressaltar a necessidade dessa adequação, principalmente quando ela se refere às bibliotecas regionais e locais, pois os municípios brasileiros possuem uma diversidade muito grande, tanto entre suas culturas quanto no seu desenvolvimento geográfico e temporal.

Embora defina raridade de forma absoluta – ou seja, uma definição segundo a qual o que é raro deve ser raro em qualquer lugar –, Pinheiro (1989), também atribui a “raridade relativa” a materiais de importância local, pois estes não deixam de ter importância apenas em função de não serem conhecidos internacionalmente. Por isso, o contexto regional deve ser determinante na análise do material para distingui-lo como raro ou não, especialmente quando tratamos do aspecto denominado “limite histórico”, por exemplo, em que esse limite se tornará relativo à criação e emancipação das cidades, não sendo adequado apenas o critério geral, que prioriza o início da produção de livros impressos para todos os lugares (Pinheiro, 1989). Dessa forma, entende-se que caberia aos bibliotecários realizar a harmonização dos critérios para suas bibliotecas, de acordo com suas especificidades.

Contudo, dada a importância da seleção desse material de forma que seja apropriadamente conservado e divulgado, faz-se necessária a elaboração prévia de uma adequação da metodologia proposta por Pinheiro (1989), baseada em cinco aspectos a saber: limite histórico, aspectos bibliológicos, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar, de forma a contemplar as bibliotecas públicas municipais. Essa adequação fundamentar-se-á, precipuamente, no aspecto “valor cultural da obra”.

O presente trabalho teve por objetivo geral buscar, na literatura, um consenso a respeito de critérios de raridade que levem em consideração o contexto regional e que possam ser utilizados como parâmetros, especialmente pelas bibliotecas públicas brasileiras, tendo em vista sua relevância na contribuição para a preservação do patrimônio bibliográfico local.

A investigação proposta foi realizada com base em pesquisa bibliográfica, analisando teorias e práticas a respeito do tema, bem como por meio de um

estudo de caso, realizado na Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), utilizando as técnicas da pesquisa documental e da observação participante. A pesquisa bibliográfica segue uma orientação narrativa, de forma que as citações dos autores, que foram selecionados de acordo com os objetivos da pesquisa, respeitam uma ordem cronológica.

No estudo de caso foram analisados os documentos concernentes aos critérios de raridade bibliográfica utilizados na qualificação dos livros do setor de obras raras da BPP, além da observação participante, realizada entre os meses de agosto e outubro de 2021.

O conceito de raridade bibliográfica

A Biblioteconomia de Livros Raros remonta à Europa Renascentista, quando do desenvolvimento de acervos de memória; essa nomenclatura, porém, ainda era indeterminada (Pinheiro, 2015). A terminologia hoje utilizada é advinda da bibliofilia e do colecionismo, onde a expressão “livro raro” era utilizada para designar o livro escasso, de difícil aquisição, ou valioso em função de seu material ou de suas marcas de proveniência. Com o tempo, a Biblioteconomia passou a adotar essa nomenclatura, caracterizando-a como um de seus campos de estudo.

Existem muitas discussões a respeito da definição de raridade bibliográfica, e no entanto não há um consenso entre os estudiosos da área, sobretudo em função de seu caráter não objetivo. Raro, sob o ponto de vista biblioteconômico, pode ser entendido como escasso, difícil de conseguir, assim como pode ser entendido como algo antigo ou que possui grande valor, cultural, histórico ou monetário: “Livro raro é o item bibliográfico desse modo identificado porque é o único exemplar conhecido, porque é precioso para quem o possui, ou porque é inquestionavelmente raro” (Pinheiro, 2015, p. 33).

Andrade e Cantalino (2003) elaboraram uma reflexão epistemológica às definições de raridade bibliográfica, pois abordam o fato de que os significados e os sentidos atribuídos à palavra “raridade” fundamentam-se em um acordo discursivo:

[...] o conceito de raridade, longe de designar uma realidade definitiva, material, verificável e constatável, é, sobretudo, o resultado de um acordo fundamentalmente discursivo e de caráter retórico, de que participam (ou, pelo menos em tese, deveriam participar) todos os agentes culturais interessados (Andrade; Cantalino, 2003, p. 51).

Por isso, a concepção de raridade depende da perspectiva, tanto de informação como de interesse, devendo ser encarada como um “[...] juízo de valor intersubjetivo, mediado no plano da linguagem” (Andrade; Cantalino, 2003,

p. 55). Essa crítica, porém, não destitui o sentido e a importância da investigação a respeito das possíveis perspectivas e metodologias abordadas na busca pelo conceito de raridade bibliográfica, que serve como amparo na identificação dos livros raros:

A importância do trabalho de Andrade e Cantalino (2003) para uma reflexão conceitual sobre a raridade bibliográfica é tamanha, uma vez que propõe uma crítica epistemológica ao conceito de raridade e demonstra a insuficiência dos tradicionais instrumentos de “validação” de raridade, a exemplo dos critérios para o estabelecimento de raridade (Araujo; Alves, 2015, p. 21).

É importante ressaltar que os conceitos de raro são advindos dos significados a ele atribuídos, em um dado momento ou lugar. A partir do momento em que são atribuídos de acordo com interesses específicos de uma instituição ou curador, também se tornam conceitos mutáveis (Araujo, 2015). Ou seja, as definições do termo raro são relativas ao tempo e espaço, além de serem, também, relativas aos interesses do agente determinante da raridade. Dessa forma, é válida a afirmação de que a raridade bibliográfica é uma deliberação subjetiva, relacionada ao contexto a partir do qual se determinam aspectos e qualidades que distinguem certas obras de um acervo. Tal contexto abrange tanto o local e o momento onde esses estudos foram realizados, quanto as perspectivas dos profissionais e estudiosos encarregados do estudo das obras:

A evidente subjetividade desse conceito se justifica porque, geralmente, o sentido do que é raro é subjetivo, dependendo do ponto de vista de quem analisa as obras que comporão uma coleção de livros raros que é, por isto, especial. Essa subjetividade está ligada à cultura, à erudição e ao conhecimento da área temática e do livro, sob o ponto de vista de seu conteúdo e de sua materialidade, por quem tem a função de identificar o que é raro (Pinheiro, 2015, p. 33-34).

Deve ficar claro, então, que as metodologias em busca da definição de raridade bibliográfica não têm a pretensão de validade absoluta, mas servem como auxílio para cada instituição que tem em vista segmentar as obras raras de seu acervo, desenvolvendo coleções especiais de livros raros, a fim de conservá-los e divulgá-los conforme sua importância.

A investigação de metodologias para identificação de obras raras

Atualmente, o principal instrumento metodológico utilizado pelas bibliotecas no país para identificar obras raras são os critérios estabelecidos pela Biblioteca

Nacional (BN). Esses critérios, desenvolvidos por estudiosos e especialistas da área, servem para ajudar o profissional em seu trabalho, mas não devem servir como base única de identificação, pois cada biblioteca possui suas próprias particularidades, e suas coleções e obras devem ser analisadas a partir do ponto de vista daquele lugar e daquela história.

A importância de certos documentos será relativa a cada biblioteca, podendo ser imprescindível para a história de uma, em particular, e não tão importante para outra. Por esse motivo, é necessário que o profissional encarregado da gestão do acervo da instituição analise as metodologias e critérios já estabelecidos e os utilize apenas como base do que será desenvolvido na própria biblioteca. Critérios de raridade nunca estarão prontos como em um manual que poderá ser utilizado em qualquer biblioteca, mas devem ser desenvolvidos para cada uma a partir de um estudo da sua história e do seu contexto:

Um exemplo clássico é o uso alargado, automático e por vezes pasteurizado dos critérios para estabelecimento de raridade da Biblioteca Nacional (BN), em grande parte das bibliotecas de nosso país. Em nosso entendimento, estes critérios devem funcionar como princípios e referências e não, necessariamente, como instrumentos totais, uma vez que as instituições diferem umas das outras e que os significados dados aos documentos podem ser outros (Araujo; Alves, 2015, p. 22).

É fundamental a conscientização por parte das instituições e dos seus profissionais no que diz respeito à avaliação e preservação de seus acervos. O livro raro necessita de cuidados especiais de conservação e manuseio que vão além dos cuidados que já se tem com o livro comum, por isso também a importância da segmentação do acervo raro.

A abordagem metodológica construída por Pinheiro (1989) apresenta uma fundamentação baseada em cinco aspectos que levam em consideração: a) limite histórico: abrange o período da produção artesanal de impressos e o início da produção industrial de livros; b) aspectos bibliológicos: dizem respeito a características e materiais do suporte, ilustrações artesanais e beleza tipográfica; c) valor cultural: edições limitadas e esgotadas, obras históricas e de importância para determinada época e lugar, teses, memórias, clássicos, edições censuradas, edições *princeps* e originais, entre outros; d) pesquisa bibliográfica: nas fontes de informação bibliográficas e comerciais; e) características do exemplar: marcas de propriedade e de artífices ou comerciantes renomados, dedicatórias de personalidades importantes (Pinheiro, 1989).

Ao abordar o aspecto do valor cultural do livro como justificativa para considerá-lo raro, existe um espectro mais abrangente. Como distinguir o valor cultural de uma obra? E o bibliotecário, sozinho, está apto a exercer essa função, qualificando livros de todos os ramos do conhecimento?

Está claro que uma abordagem interdisciplinar é necessária para que essa análise seja feita com maior precisão. Porém, grande parte das bibliotecas, principalmente bibliotecas públicas no Brasil, não dispõe de recursos humanos e financeiros para que haja essa troca entre os profissionais de áreas diversas. Nesse sentido, exige-se ainda mais do profissional bibliotecário.

Além do mais, as instituições devem divulgar suas coleções de obras raras para conhecimento do público, especialmente da comunidade à sua volta, pois essas obras são parte do patrimônio local e/ou institucional. O acesso a esse material deve ser facilitado pelas instituições, e isso pode ser garantido por meio da elaboração de políticas de formação e desenvolvimento de coleções.

O contexto regional como aspecto concernente ao valor cultural

Para Syren (2016), o contexto regional tem relação direta com a construção do patrimônio cultural, uma vez que não importa o local em si, ou o bem em si, mas sim a atribuição de significado e de valor que se dá a esse local/bem. Isso se aplica às bibliotecas e suas coleções:

O fato local não se impõe espontaneamente, somos nós, neste caso nós bibliotecários, que lhe damos forma e “heróis” (escritores e artistas antes de mais nada...) segundo nossas representações contemporâneas, em benefício das pesquisas universitárias que abalam as estruturas estabelecidas (Syren, 2016, tradução nossa).

A raridade atribuída aos materiais bibliográficos consiste na sua seleção e qualificação como bens dotados de valor cultural – ocorre, portanto, a patrimonialização dos bens culturais. Dessa forma, compreendendo o valor cultural como um aspecto de raridade bibliográfica, Pinheiro (1989, p. 30-31), o enumera da seguinte maneira:

3.1 edições limitadas e esgotadas, especiais e fac-similares, personalizadas e numeradas, críticas, definitivas e diplomáticas; 3.2 assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos; 3.3 edições de artífices renomados e/ou considerados na história das artes que representam tais como tipógrafos, impressores, editores, desenhistas, pintores, gravadores, etc.; 3.4 edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas.

Dentro desse aspecto, é possível enquadrar o contexto regional em quaisquer dos itens mencionados, ou seja, considerá-los em relação ao contexto regional; porém seria importante discriminá-lo como um item específico a fim de clarificar a relevância das obras de autores locais ou regionais.

Podemos considerar o contexto regional referente a uma instituição como o arcabouço histórico-cultural da sua região, de maneira que sejam priorizados documentos que remontam à história local e regional, autores locais e regionais, obras escritas e editadas na região ou sobre a região, ou ainda, sobre pessoas que, de alguma forma, exerceram algum impacto sobre a realidade daquele local ou região. Essas obras, embora possam não ser consideradas raras ou preciosas fora dessa instituição, possuem uma nítida importância a partir do momento em que são reconhecidas não só como parte integrante, mas também determinante, da identidade cultural local:

Em termos bibliográficos, podem ser considerados valiosos os aspectos ligados ao livro enquanto objeto físico ou enquanto meio de transmitir informações e novas visões de mundo (tanto literárias como científicas). Desta forma, o livro seria um representante factual da história do conhecimento, ou seja, um documento verdadeiro do desenvolvimento cultural e social da humanidade (Sant’ana, 2001, p. 2).

Nas Diretrizes para a Seleção e Transferência de Materiais de Coleções Gerais para Coleções Especiais, desenvolvidas pela *American Library Association* (ALA), o contexto regional aparece tanto ao tratar do limite histórico, ao considerar livro raro aquele publicado nos anos seguintes à criação da imprensa local (essas obras seriam consideradas como “incunábulo locais” ou “impressões pioneiras”), quanto no tocante ao valor bibliográfico ou de pesquisa (equivalente ao valor cultural ou, também, à pesquisa bibliográfica, conforme Pinheiro (1989), em que um dos exemplos inclui “[...] materiais de interesse local, história local ou escritos por autores locais” (American Library Association, 2016, p. 5).

Segundo Araujo (2015), em razão da identidade de cada biblioteca, com histórias e motivações específicas, existe a necessidade de uma revisão dos instrumentos utilizados para identificação de obras raras. Dessa forma, seria possível, talvez necessária, a inclusão do contexto regional como aspecto determinante de raridade bibliográfica, de maneira a ser adaptável a cada biblioteca e/ou a cada região.

Gauz (2015), atenta para o valor histórico dos livros raros para a sociedade como um todo, para a identidade de uma comunidade e da nação e, também, para uma ideia de memória coletiva de um povo. A definição e distinção dos livros raros é um trabalho que, embora árduo, se faz necessário, principalmente para elucidar a nossa história para as gerações futuras:

O valor histórico dos livros raros e antigos no nosso país está associado às questões do passado descritas, à importância da preservação de sua forma física original e, em especial, ao contexto no qual se situa (além de seu conteúdo). Por esse motivo, requer atenção maior. A determinação desse universo é ação interdisciplinar e de

grande complexidade no país de dimensões continentais como o Brasil, em cujos Estados as tipografias - para citar algumas - surgiram entre 1808 (Rio de Janeiro) e 1902 (Acre). Quais desses livros são patrimônio regional ou nacional e como essas fronteiras são estabelecidas? Qual a relação de nossas coleções patrimoniais com suas respectivas comunidades? Quais livros estariam relacionados à nossa memória coletiva; e quais livros, nas palavras de Melot (2004), transformam nossa população em povo e nosso território em nação? (Gauz, 2015, p. 81).

Diante disso, compreende-se a importância do estudo da raridade bibliográfica, tanto no âmbito nacional como regional, sobretudo para as questões de identidade e patrimônio cultural. O livro raro deve ser entendido como patrimônio histórico e cultural de sua região e, por isso, como parte da identidade cultural do seu povo.

Coleções especiais e obras raras no ambiente das bibliotecas públicas

Para que seja possível entender o conceito de biblioteca pública, deve-se buscar as definições e funções já estabelecidas pelas autoridades no assunto. Nas Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (Ifla) sobre os serviços da Biblioteca Pública (2013), tem-se a seguinte definição:

Uma biblioteca pública é uma organização criada, mantida e financiada pela comunidade, quer através da administração local, regional ou central, quer através de outra forma de organização comunitária. Disponibiliza acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e a obras criativas, através de um leque alargado de recursos e serviços, estando disponível a todos os membros da comunidade independentemente de raça, nacionalidade, idade, género, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e nível de escolaridade (Ifla, 2013, p. 13).

Em novembro de 2021, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) publicou a Resolução CFB nº 245, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. O artigo 2º trata dos oito fundamentos das bibliotecas públicas, entre os quais encontramos o seguinte: “V - a preservação da memória bibliográfica regional por meio da coleta e da guarda de seus registros” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021). Ou seja, o artigo quinto traz a questão da preservação do patrimônio bibliográfico regional como um dos fundamentos da biblioteca pública.

A biblioteca pública pode ser entendida como uma instituição de cultura que possui como objetivo a democratização, preservação e difusão do conhecimento. Segundo Suaiden (1995, p. 19-20):

A biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. É um centro de educação permanente para a pessoa.

Pode-se afirmar então que a biblioteca pública tem o papel de democratizar a educação, preservar e difundir o conhecimento e promover atividades culturais ou de lazer destinadas à comunidade em que se encontra. Dessa forma, depreende-se que a biblioteca pública possui uma grande identificação com sua comunidade, servindo como um apoio educacional social e cultural.

As obras raras possuem uma importância clara para as bibliotecas públicas, pois representam a herança cultural que evidencia a identidade da cultura local. Por isso, todas as bibliotecas públicas deveriam primar pela avaliação de seu acervo, no sentido de qualificar suas obras e separar as obras raras de forma a conservá-las da maneira adequada e divulgá-las ao seu público:

A biblioteca pública deve ser uma instituição-chave na comunidade, para recolha, preservação e promoção da cultura local em toda a sua diversidade. Tal pode ser alcançado de vários modos, por exemplo constituindo coleções de história local, realizando exposições, promovendo sessões de contos, editando materiais e levando a cabo programas interativos sobre temas de interesse local (Ifla, 2013, p. 19).

O Manifesto da Ifla/Unesco sobre bibliotecas públicas (1994), ao tratar das coleções, considera que estas “[...] devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória das realizações e da imaginação da humanidade” (Ifla; Unesco, 1994, *apud* Ifla, 2013, p. 91). Também é citada, como uma das funções da biblioteca pública, “[...] promover a sensibilização para o património cultural, o gosto pelas artes e as realizações e inovações científicas” (Ifla, 2013, p. 91).

Um dos exemplos citados em relação às coleções especiais menciona que “[...] devem ser ativamente recolhidos, preservados e disponibilizados os materiais relativos à história da comunidade local” (Ifla, 2013, p. 64). Nesse sentido,

[...] é importante destacar que a Biblioteca Pública assume também o papel de salvaguarda da memória, pois atua como centro de informação da cultura e da história popular, coletando, preservando e disseminando informações, principalmente produções literárias, que expressem as origens, as características e a

identidade cultural da comunidade onde está inserida, buscando promover o conhecimento da história e da herança cultural em seus usuários (Espíndola; Duarte, 2014, p. 135).

Ao realizar a avaliação do acervo de uma biblioteca pública, é fundamental levar em consideração o contexto regional e local no qual encontra-se inserida. É possível que livros considerados muito importantes para a biblioteca pública de uma determinada localidade não possuam a mesma relevância para uma biblioteca de outra cidade, em razão de questões que envolvem a memória social e a construção do patrimônio cultural daquela localidade. É necessário considerar a importância local do livro em questão, o que essa obra representa para a história daquele lugar e daquelas pessoas, tanto em questões de conteúdo quanto como um artefato (Nathanson; Vogt-O'Connor, 1993).

Por isso, existe a necessidade de que as bibliotecas públicas interessadas em desenvolver uma coleção de obras raras pensem em critérios de raridade que vão além dos critérios gerais já existentes, critérios esses que possam contemplar a realidade e as necessidades de suas instituições:

A indicação de consulta a bibliografias e catálogos especializados é muito importante, mas [...] trata-se de um apoio para o estabelecimento dos critérios, e não de uma norma a ser rigidamente seguida. É importante também ressaltar a lembrança dos interesses próprios da instituição na definição destes critérios, que, todavia, deverão se ater principalmente aos aspectos históricos e de valor cultural da obra para caracterizá-la como rara (Sant'Ana, 2001, p. 12).

Ao considerar o contexto regional, também existe outra particularidade que deve ser observada nas bibliotecas públicas municipais: a presença dos incunábulo locais. Dependendo da data do estabelecimento da imprensa em cada cidade, o limite histórico poderá ser alterado, e isso causará divergências no momento de qualificar a obra.

Sant'Ana (2001) propõe considerar a possibilidade de haver dois níveis de raridade bibliográfica, onde um é mais estrito e diz respeito a obras que são tidas como raras em qualquer lugar, e outro um nível mais amplo, para obras com aspectos particulares, que possuem relevância para um local ou instituição específicos.

A criação de uma política de formação e desenvolvimento de coleções especiais se faz fundamental para que as bibliotecas públicas tenham o incentivo necessário para formar seus setores próprios de obras raras, valorizando assim a cultura e a identidade locais. Para isso, é necessário o desenvolvimento de critérios de raridade claros e bem definidos, que considerem os aspectos regionais, respeitando a cultura, a história e os elementos representativos do patrimônio local.

Bibliotecas que consideram o contexto regional em seus critérios

A partir da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho, foram encontrados artigos e relatos que demonstram a utilização de critérios de raridade que levam em consideração o contexto regional de suas instituições na avaliação de suas obras.

Ao analisar textos sobre critérios de raridade, Sant’Ana (2001) traz os critérios desenvolvidos em 1987 pelo grupo de trabalho criado na Universidade Federal Fluminense (UFF), que, além de critérios gerais já encontrados em outras instituições, também aplica critérios válidos para o contexto da própria instituição. Esses critérios são: “editoras fluminenses; autores fluminenses; Rio de Janeiro; obras consagradas no ensino da UFF” (Universidade Federal Fluminense, 1987 *apud* Sant’Anna, 2001, p. 12).

Rodrigues (2006), em sua pesquisa na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (UCS), enumera como critério adotado para definição de obras raras os livros impressos na região colonial italiana do Rio Grande do Sul até 1914, pois nessa região o estabelecimento da imprensa deu-se em 1897 com a criação do primeiro jornal, *O Caxiense*.

No estudo de Batista e Lopes (2014), realizado na Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o termo “obras de autores regionais” é citado como um critério relacionado ao valor cultural, e isso se justifica dada importância da sua representação:

Os livros, sejam eles antigos ou raros, são considerados documentos representativos da memória de um país, e devem ser considerados como patrimônio histórico e cultural, um patrimônio literário e intelectual da região, representativo da memória regional, nacional e mundial. Eles mantêm a memória do passado, pois refletem a comunidade e os indivíduos em determinados períodos da história. O registro destas ideias dá um sentido real de existência ao homem (Batista; Lopes, 2014, p. 4).

Na Biblioteca Pública de Santa Catarina, foi desenvolvida uma proposta de critérios de raridade bibliográfica que pudessem abranger a realidade local, já que os critérios utilizados anteriormente, baseados nos documentos da BN, se mostraram insuficientes por possuírem aspectos gerais (Espíndola; Duarte, 2014). Um estudo inicial foi realizado em 2014 por Espíndola e Duarte mostrando a necessidade do desenvolvimento e apresentando uma proposta de novos critérios.

Em 2018, Schweitzer retoma o estudo sobre critérios de raridade que pudessem contemplar as necessidades da instituição, propondo os seguintes critérios: livros que se configuram como “incunábulo locais”; livros impressos em Santa Catarina há 100 anos ou mais; valor histórico do livro para o

estado de Santa Catarina; livros em destaque pela materialidade (impressão, formato, encadernação, entre outros); livros com tiragens especiais, muitas vezes numeradas; valor bibliográfico e de pesquisa; marcas extrínsecas da obra: exemplares com anotações manuscritas de importância – incluindo dedicatórias (Schweitzer, 2018).

Dos sete critérios propostos, dois se enquadram em análises que levam em consideração o contexto regional, ambas definidas como normas relacionadas ao limite histórico: os livros impressos no estado há 100 anos ou mais e o valor histórico do livro para o Estado. Sobre o primeiro critério:

Livros impressos em Santa Catarina há 100 anos ou mais: A data de publicação deverá ser levada em consideração na identificação e qualificação dos livros que farão parte da Coleção ORSC, porque quanto mais tempo um exemplar sobrevive, mais ele se torna único em relação ao testemunho de seu próprio tempo e lugar e em relação à tecnologia utilizada para a sua criação. Pode-se definir uma data de “gatilho” (1940) e, considerar todos os livros publicados antes dela (Schweitzer, 2018, p. 79).

O segundo critério diz respeito ao valor histórico referente ao local e instituição, levando em consideração a preservação e o acesso da memória cultural do estado. Schweitzer (2018) afirma:

Valor histórico de cada livro para o Estado de Santa Catarina: Livros considerados de valor significativo por estarem alinhados com a missão da BPSC e/ou pelo compromisso da instituição com a preservação e o acesso a longo prazo das obras que contêm a memória bibliográfica e cultural do Estado, independente da data de edição (Schweitzer, 2018, p. 79).

As bibliotecas públicas da cidade do Rio Grande (RS) utilizam o documento “Critérios para identificação de obras raras e coleções especiais das bibliotecas públicas municipais”, que considera dois segmentos para a motivação de coleções especiais, sendo um deles o “[...] aspecto cultural ou de valor institucional, enquanto fontes de pesquisa ou representação da memória” (Rio Grande, 2018, p. 1), trazendo a questão do valor cultural e de memória local. Os critérios para coleções especiais são os elencados:

Acervo básico histórico (Obras sobre memória local, institucional); Livros doados por figuras de renome (pessoas públicas, ilustres); Teses/dissertações sobre a biblioteca; Temáticas culturais regionais; Obras com dedicatórias à instituição; Produção intelectual local; Obras autografadas por autores renomados; Obras de personalidades de projeção política, científica, literária e religiosa, exemplares de coleções especiais (belas encadernações, ex-libris) (Rio Grande, 2018, p. 2).

Já para a identificação de obras raras, as normas utilizadas são as mesmas estabelecidas pela BN, tendo como condições para determinação de raridade os conceitos de raro, único, precioso e curioso (Rio Grande, 2018). Dessa forma, as obras raras são aquelas que se enquadram no conceito de raridade absoluta, ou seja, serão consideradas raras em qualquer lugar, enquanto que as obras de importância local e regional são consideradas obras especiais, inserindo-se em coleção especial.

Na conferência “O bibliófilo e o bibliotecário: critérios de raridade bibliográfica para obras raras regionais da Amazônia”, apresentada no XIV Encontro Nacional de Acervos Raros (Enar), em novembro de 2021, os autores apresentaram critérios de raridade regionais que serviriam para todos os estados da região amazônica. Esses critérios foram fundamentados na tríade bibliográfica de raridade, formada pela Ordem de Serviço 12/1984, a obra *Que é livro raro?*, de Pinheiro (1989), e *O bibliófilo aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes (2005), sendo os seguintes:

1. materiais de acadêmicos de Letras regionais e/ou autores renomados amazônicos, com reconhecimento no âmbito regional, nacional ou internacional, a partir de 1850 até o ano de 1956;
2. obras regionais amazônicas esgotadas;
3. edições especiais, reduzidas, clandestinas, distribuídas pelos autores, salvas de sinistro ou incêndio, de luxo, privativas;
4. exemplares especiais de autores renomados amazônicos, com marcas de propriedade, anotações manuscritas, dedicatórias ou autógrafos (Silva; Silva, 2021).

Assim, constata-se que o contexto regional já vem sendo utilizado como elemento determinante na identificação de raridade bibliográfica, muitas vezes, entretanto, não de forma explícita, ou, quando de forma explícita, com pouca ênfase na sua divulgação. Essa lacuna dificulta, principalmente, o trabalho dos profissionais de bibliotecas públicas municipais, que muitas vezes não possuem critérios que atendam a suas necessidades específicas. Convém, então, evidenciar a relevância desse esclarecimento.

Bibliotheca Pública Pelotense

A fundação da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP) se deu no ano de 1875, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, por meio da reunião de 45 pessoas pertencentes à sociedade civil, que tinham como objetivo comum criar um espaço onde fossem oferecidos serviços culturais e educacionais à comunidade pelotense. Por idealização de Fernando Luís Osório, filho do general Osório, em 1871, apenas quatro anos depois o projeto finalmente tomou forma, mediante patrocínio de Antônio Joaquim Dias, diretor do jornal *Correio Mercantil* (Lima, [2014?]).

O atual prédio da BPP, localizado na praça Coronel Pedro Osório, ao lado da Prefeitura Municipal, foi inaugurado em 1881, três anos após o início da sua construção. A obra, projetada por José Izella Merotti, contava com contribuições da população em geral, além das doações da alta classe social pelotense, que importava materiais da Europa, além da realização de quermesses e bazares com a finalidade de arrecadação de fundos (Lima, [2014?]). Em 1904, foi inaugurado no prédio da biblioteca, por Baldomero Trapaga Y Zorrilla, o Museu Histórico e Bibliográfico, que conta com peças e documentos que remetem à história da região Sul (Lima, [2014?]).

Em janeiro de 2005, ocorreu o desabamento parcial do telhado, havendo a necessidade de uma célere reforma no prédio, financiada pela comunidade pelotense. Além disso, elaborou-se um projeto de recuperação física total do prédio, sendo realizada pelo Grupo Votorantim, com recursos recebidos através da Lei Rouanet. Entre os anos de 2007 e 2008 foram realizadas as duas etapas da obra do prédio, que foi cenário de eventos de importância histórica e cultural:

Em suas instalações, a Bibliotheca albergou o Clube Abolicionista que realizou, em 1881, portanto oito anos antes da abolição da escravidão no país, sua primeira sessão em 16 de outubro, ocasião em que foram expedidas cartas de alforria a 14 escravos; acolheu a Sociedade Beethoven, fundada em 1892, que ofereceu ao público pelotense memoráveis concertos; recebeu a Banda União Democrata que efetivou, em 1896, sua apresentação inaugural; hospedou a Sociedade Terpsychore, que no início do século 20, valeu-se da Casa para oferecer aos apaixonados pela música concertos populares sobre a regência do maestro Demétrio Pinto Bandeira; proporcionou a realização da I Exposição de Belas Artes, da então Província do Rio Grande do Sul, em benefício da construção do Asilo de Mendigos, e do I Congresso Rural do agora Estado do Rio Grande do Sul (Lima, [2014?]).

A Bibliotheca Pública Pelotense está segmentada em 12 setores, distribuídos em dois andares e o subsolo: Presidência, Administração, Empréstimo, Acervo Geral, Literatura Estrangeira, Infantojuvenil, Processamento Técnico/Reserva Técnica, Centro de Documentação e Obras Valiosas (CDOV), Antigualha, Setor de Obras Raras/Restauração e Museu Histórico.

Embora mantenha convênios com a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Pelotas, que disponibiliza estagiários à instituição, desde a sua fundação a BPP sempre se denominou como uma instituição da sociedade civil, mantida através das mensalidades dos associados e serviços oferecidos. Com relação a seus objetivos, considera:

A Bibliotheca Pública Pelotense é uma associação civil de Direito Privado com fins educacionais, culturais, patrimoniais e de lazer, sem fins lucrativos, fundada em 14 de novembro de 1875. Ela tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento

cultural da comunidade em que se insere por meio da promoção da arte, cultura e lazer, ofertando acesso livre e gratuito à informação e a todos os seus serviços, projetos e ações culturais (Bibliotheca Pública Pelotense, [2014?]).

Por esse motivo, a BPP, não tendo sido criada e nem mantida pelo poder público, não se enquadra no conceito de biblioteca pública definido e publicado na Resolução CFB n. 245, de 24 de novembro de 2021, que afirma:

Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se biblioteca pública o centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens (Conselho Federal de Biblioteconomia, [2021]).

Apesar disso, a atuação da BPP perante os cidadãos e a sociedade pelotense contempla todos os fundamentos dos parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas presentes na Resolução, com exceção do número VIII, que diz que a biblioteca pública deve ser criada e mantida pelo poder público. Ora, muitas bibliotecas reconhecidas como bibliotecas públicas não foram criadas, nem são mantidas, pelo poder público. Como muitas dessas, a BPP está listada no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ([2021]), sendo uma instituição que mantém o livre acesso ao local e seu acervo, que é diversificado, atualizado e processado por um profissional bibliotecário, dispondo de um atendimento democrático e acessível a todos.

Critérios de raridade bibliográfica da BPP: um estudo de caso

Além da pesquisa documental e da observação extensiva, a autora desta pesquisa realizou estágio curricular na Bibliotheca Pública Pelotense, de forma que 100 horas de trabalho foram dedicadas ao processamento técnico de obras raras e especiais. Embora seja uma biblioteca centenária, o processamento técnico e a atuação de um profissional com formação em Biblioteconomia são recentes na BPP; apenas no ano de 2003 foi contratada a primeira bibliotecária da instituição que, desde então, sempre contou com apenas uma bibliotecária no quadro de funcionários.

Para caracterizar Obras Raras e Antigalha, foram utilizados os critérios estabelecidos pela BPP para a qualificação de obras raras, que têm como base os critérios adotados pela BN. Todavia, foram necessárias adaptações a fim de contemplar autores gaúchos, pelotenses e uruguaiois. Os critérios seguidos conforme a BN são os seguintes: impressões do século XV ao XVII (1401/1800); Brasil século XIX (1801 somente até 1860); edições clandestinas; edições de

tiragem limitada; edições especiais (de luxo, para bibliófilos); exemplares de coleções especiais (com belas encadernações e ex-líbris, por exemplo); exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatória); obras esgotadas.

Já os critérios adaptados para suprir as necessidades da realidade da BPP tomam como referência o recorte temporal do ano de 1945, correspondente ao fim da era Vargas (Bibliotheca Pública Pelotense, 2017). Os critérios próprios são listados a seguir: a) edições até 1945 relevantes para o desenvolvimento de coleção da BPP, edições até 1945 (autores pelotenses); b) edições até 1945 sobre Pelotas, outras cidades rio-grandenses, sobre Rio Grande do Sul e Uruguai; c) publicados/editados em Pelotas até 1945; d) livros de rio-grandenses ou uruguaiois publicados até 1945.

Além das obras que são abrangidas pelos critérios estabelecidos, também são considerados raros os livros contemporâneos cujo conteúdo histórico é relevante e a tiragem é limitada, como, por exemplo, o livro *Bibliotheca Pública Pelotense*, lançado na Feira do Livro no ano de 2017, que, embora tenha exemplares disponíveis no acervo geral, também possui exemplares no setor de Obras Raras, em função de seu valor histórico e cultural para a cidade e a instituição.

Para buscar informações sobre autores e obras, a BPP utiliza como uma das principais fontes de informação as bases de dados de autoridade da BN, da *Library of Congress* (LC), e da Biblioteca Nacional da França (BNF). Além destas, para autores e obras regionais, a BPP consulta o livro de Ari Martins, *Escritores do Rio Grande do Sul* (1978).

Um exemplo da importância da pesquisa em fontes de informação para o estabelecimento dos pontos de acesso controlados de autoridade de uma obra é o caso da catalogação do livro *Apontamentos de physiologia* (1904), de Pedro Luis Osório, importante personalidade da cidade. Inicialmente, pensou-se que se tratava de Pedro Luís Osório (1854-1931), nascido em Bagé (RS), médico, que iniciou a faculdade de medicina no Rio de Janeiro, e se formou na Faculdade de Medicina de Paris, em 1882. Foi também pecuarista na cidade de Bagé (Martins, 1978), e já possuía obras catalogadas na BPP. Porém, considerando o ano em que foi escrita a obra e o seu conteúdo, no qual o autor menciona estar escrevendo com base nas aulas do curso de Medicina, no Rio de Janeiro, dedicando-a aos professores, chegou-se à conclusão de que, na realidade, tratava-se de Pedro Luís Osório Filho (1883-1948), nascido em Pelotas, que cursou medicina no Rio de Janeiro, retornando à cidade em 1905, onde exerceu a profissão e realizou outros feitos, como ter exercido a função de intendente da cidade entre os anos de 1920 e 1924:

Natural de Pelotas (RS), 29 de junho de 1883 – 2 de outubro de 1948 em Pelotas (RS). Filho de Fernando Luís Osório e Ernestina do Carmo Assumpção. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905, retornando

a sua cidade natal em 30 de dezembro do mesmo ano. [...] Vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense, foi Intendente de Pelotas no período de 1920 a 1924. Foi também grande benemérito e patrono do Esporte Clube Pelotas, fundado em 1908. Foi presidente da seção pelotense da Cruz Vermelha e presidente do Asilo de Mendigos de Pelotas. Além disso, foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, curso fundado em 1911, que funcionou no antigo Ginásio Pelotense e, ainda diretor do Banco Pelotense. Um de seus mais marcantes feitos foi a iniciativa para a construção do Grande Hotel, iniciada em 1922 (Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul, 2021).

A confusão se deu em função dos nomes e profissões dos autores: além de médicos, ambos foram pecuaristas. Foram pessoas importantes no estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o primeiro possui maior importância para a cidade de Bagé, enquanto o segundo representa muito para a história de Pelotas. Além disso, algumas obras de autoria deste foram catalogadas, na BPP, como se tivessem sido escritas pelo primeiro. Ainda há um problema com as informações sobre Pedro Luís Osório Filho, pois no livro de Martins (1978), consta a afirmação de que ele era filho de Pedro Luís Osório, quando na verdade ele era filho de Fernando Luís Osório, permanecendo a dúvida se ele realmente usava o “Filho” no nome. Moraes *et al.* (2011), apresentam uma breve biografia de personalidades de Pelotas, e mencionam apenas Pedro Luís Osório, confirmando a sua filiação. Reiterando que a questão aqui levantada certamente não é evidenciar algum possível equívoco, mas sim, a dificuldade encontrada pelos profissionais ao buscar fontes confiáveis e precisas ao confirmar informações de autores regionais.

A obra escrita por Martins (1978), embora auxilie significativamente na pesquisa sobre autores regionais gaúchos, contém algumas informações imprecisas. Um exemplar, muito utilizado pela bibliotecária, é mantido no setor de Processamento Técnico, e encontra-se com correções a caneta feitas em diversas ocasiões por estudiosos (pesquisadores locais) e pelas próprias bibliotecárias que encontraram esses equívocos.

Durante as atividades de processamento técnico, foi catalogada uma obra com a marca de propriedade do ex-diretor da Biblioteca Pelotense, Baldomero Trapaga y Zorrilla, responsável pela fundação do Museu Histórico e Bibliográfico, no ano de 1904. Houve dificuldade na identificação da assinatura, pois o primeiro nome encontra-se abreviado e, também, pelas peculiaridades da própria assinatura. Trata-se da obra *Henriqueta* (1896), de Francisco Copée, traduzida para o português por Antenor Soares. Também foi catalogado um exemplar da primeira edição do livro *Le Pape* (1978), de Victor Hugo. O exemplar possui a assinatura de Henrique Martins Chaves, bacharel em direito que exerceu o cargo de Intendente de Pelotas durante a revolução de 1893, datada de março de 1879. Essa marca de propriedade, por si só, já pode ser considerada um

indicativo da relevância desse exemplar para a memória da cidade. Quando as marcas de propriedade dizem respeito a personalidades representativas para a cidade ou para a instituição, coloca-se uma nota de resumo com uma breve biografia a respeito da pessoa em questão, no registro bibliográfico.

Entre as principais dificuldades verificadas no decorrer do estudo de caso, identificou-se o fato de que a pesquisa para avaliação de obras raras demanda um tempo maior, o que não condiz com a rotina dos profissionais de bibliotecas públicas; a falta de um trabalho interdisciplinar a fim de aprimorar a avaliação das obras e aprofundar a sua descrição; e a escassez de fontes de informações sobre autores locais, causando potenciais equívocos na catalogação.

Considerações finais

Este trabalho apresentou um estudo a respeito de metodologias determinantes de critérios de raridade bibliográfica no contexto das bibliotecas públicas. A importância do desenvolvimento de um acervo raro nessas instituições é nítida, pois uma das missões da biblioteca pública é a preservação do conhecimento através da conservação de obras e documentos históricos, sobretudo aqueles concernentes à sua região, além da divulgação dessas obras e difusão de seu conteúdo à população.

Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível contemplar os conceitos de coleções especiais, raridade bibliográfica e bibliotecas públicas, trazendo uma investigação dos principais critérios para identificação de obras raras utilizados atualmente, além de evidenciar a importância destes e, também, de novos estudos a esse respeito.

Ao trazer o pressuposto do contexto regional como elemento determinante de critérios de raridade em bibliotecas públicas e municipais, verificou-se, mediante a revisão bibliográfica, quais instituições já utilizam o contexto regional nesse sentido, trazendo exemplos desses critérios próprios, que podem servir como inspiração para outras bibliotecas no desenvolvimento de suas coleções de obras raras.

O estudo de caso realizado na biblioteca pública da cidade de Pelotas proporcionou aprendizados mais profícuos resultantes das atividades relativas à identificação e catalogação de obras raras. Particularmente as questões concernentes aos critérios de avaliação e identificação de acervos raros e especiais em bibliotecas públicas, visando obras que possuem sua relevância baseada na importância relativa à história e cultura locais. Nesse sentido, foi possível compreender de que maneira esse processo é conduzido e executado na BPP.

Também foi possível verificar o caráter cooperativo e de responsabilidade da profissão que requer cautela ao compartilhar, fomentar e lidar com as informações. Existe a necessidade de constante estudo e atualização do bibliotecário,

pois as atividades da profissão exigem expressiva experiência em pesquisa e, ao menos, noções de conhecimento em diversas áreas, principalmente quando se trata de acervos especiais. A qualidade do serviço do profissional depende, em grande parte, do empenho na busca contínua por aperfeiçoamento e no compromisso para com a pesquisa e a veracidade das informações.

Na questão da importância regional e local, devido à escassez de fontes, detalhes são determinantes no intuito de que a informação seja recuperada. Por isso, na falta de um trabalho interdisciplinar, é preciso dedicar um olhar ainda mais atento e meticuloso para que assim partes da história e da cultura local não sejam perdidas.

Em razão da dificuldade encontrada na busca por fontes de informação sobre as obras e os critérios que as apontaram como raras, uma sugestão para facilitar a identificação dos critérios seria discriminá-los nas notas do registro, sobretudo quando se trata de critérios desenvolvidos pela própria instituição. A exemplo das notas de resumo utilizadas pela BPP para identificar as marcas de propriedade de personalidades importantes da região, também poderiam ser incluídas notas identificando o principal critério utilizado para qualificar a obra como rara ou especial. Além de ser mais uma indicação sobre a importância da obra, serviria como exemplo para materiais catalogados no futuro e, também, como fonte de informação para outras bibliotecas que porventura pesquisessem sobre a obra em questão.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. *Diretrizes da ALA para a Seleção e Transferência de Materiais de Coleções Gerais para Coleções Especiais*. 4. ed. Tradução livre realizada por Marcia Carvalho Rodrigues. [S.l. : s.n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3LTZijc>. Acesso em: 7 out. 2021.

ANDRADE, Ricardo Henrique Resende de; CANTALINO, Maria das Graças N. A raridade como questão epistemológica e política: um novo paradigma para os curadores de acervos especiais. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 49-58, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3vcU0IX>. Acesso em: 27 mar. 2021.

ARAUJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Menezes (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-32. Disponível em: <https://bit.ly/3JvZELe>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BATISTA, Aline Herbstrith; LOPES, Leda Cristina Peres. Critérios para a qualificação de obras raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2692>. Acesso em: 30 set. 2021.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. *Manual de procedimentos para os setores bibliográficos e para o Centro de Documentação e Obras Valiosas da BPP*. Pelotas: [s.n.], 2017.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. Resolução CFB n. 245, de 24 de novembro de 2021. Brasília: CFB, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3rhqCQB>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ESPÍNDOLA, Priscilla Ludtke; DUARTE, Evandro Jair. Definição de critérios de seleção para obras raras da Biblioteca Pública de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 135-146, maio 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3O4Rz3C>. Acesso em: 23 set. 2021.

GAUZ, Valeria. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 71-87, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3JstOit>. Acesso em: 16 set. 2021.

IFLA. *Diretrizes da Ifla sobre os serviços da Biblioteca Pública*. Editadas por Christie Koontz e Barbara Gubbin. 2. ed. inteira. rev. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3LXywqg>. Acesso em: 18 nov. 2021.

LIMA, Sergio Romeu Vianna da Cruz. *Bibliotheca Pública Pelotense*. Pelotas: BPP, [2014?]. Disponível em: <https://bit.ly/37Bc6fu>. Acesso em: 6 out. 2021.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MORAES, Cleonice Gonçalves *et al.* *Os maiores da Princesa do Sul: 1870-1931*. Pelotas: [s.n.], 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3vbuljD>. Acesso em 18 nov. 2021.

MUSEU DA HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL. *Osório Filho, Pedro Luís*. Porto Alegre: MUHM, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KzvM22>. Acesso em: 18 nov. 2021.

NATHANSON, David; VOGT-O'CONNOR, Diane. What makes a book rare? *Conserve O Gram*, Washington, v. 19, n. 1, jul. 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3O3iwEL>. Acesso em: 2 abr. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. Disponível em: <https://bit.ly/3Kw3m8R>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

RIO GRANDE. Secretaria de Município da Cultura. Núcleo Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas Públicas. *Critérios para identificação de obras raras e coleções especiais das bibliotecas públicas municipais*. Rio Grande: Prefeitura Municipal de Rio Grande, 2018.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/37D0Z5A>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JDvNRm>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SCHWEITZER, Janaina dos Santos. *Obras raras em bibliotecas públicas: proposta de critérios de raridade para a coleção de obras raras de Santa Catarina*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3EhvMBz>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SILVA, Samuel Souza da; SILVA, Robson Lima da. O bibliófilo e o bibliotecário: critérios de raridade bibliográfica para obras raras regionais da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO, 14, 2021, *Online*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 24 nov. 2021. 1 vídeo (173min.) [Live]. Disponível em: <https://bit.ly/3xktfoo>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). *Informações das bibliotecas públicas*. Brasília: Ministério do Turismo, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3LU3TSu>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.

SYREN, André-Pierre. Urbi et orbi: le local est l'universel. In: HUCHET, Bernard; HAQUET, Claire (dir.). *Repenser les fonds local et régional en bibliothèque*. Nouvelle édition. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uHsT9N>. Acesso em: 6 mar. 2022.

Coleção cartográfica rara no Brasil: bibliografia para ampliação dos critérios de raridade

Maria Dulce de Faria

Bibliotecária e chefe da Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

O trabalho se propõe a auxiliar os especialistas de bibliotecas e arquivos, fornecendo fontes bibliográficas especializadas para melhor identificação e análise de acervos cartográficos. Apresenta-se como experiência a coleção cartográfica da Biblioteca Nacional, constituída tanto do acervo proveniente da Real Biblioteca de Lisboa, transferida para o Rio de Janeiro com a corte portuguesa (1808), quanto de aquisições efetuadas ao longo dos anos, o que a tornou um valioso conjunto de obras especializado em história da cartografia geral, luso-brasileira e ibero-americana. Ao catalogar mapas, plantas, planos etc., surgem inúmeras dificuldades devido ao fato de boa parte desse material ter sido destacado de textos documentais ou de obras publicadas, sem constar de nenhum elemento para a sua identificação. Assim, arrolam-se guias bibliográficos nacionais e estrangeiros, com ênfase nas citações cartográficas sobre o Brasil, desde o século XIX, para descrição mais adequada das peças.

Palavras-chave: Acervo cartográfico histórico. Cartografia histórica. Cartografia brasileira. Fontes bibliográficas.

Abstract

The work aims to help library and archive specialists, providing specialized bibliographic sources for better identification and analysis of cartographic collections. The collections belonging to the Brazilian National Library are presented as a case study, consisting both of the collection from the Royal Library of Lisbon, transferred to Rio de Janeiro with the Portuguese court (1808) and of acquisitions made over the years, which makes it a valuable set of works specialized in the history of general, Luso-Brazilian and Ibero-American cartography. When cataloging maps, plans etc., numerous difficulties arise, due to the fact that much of this material has been detached from documentary texts or published works, without being part of any element for its identification. Thus, national and foreign bibliographic guides are compiled, with emphasis on cartographic citations about Brazil, since the 19th century, for a more adequate description of the pieces.

Keywords: Cartographic collection. Historical cartography. Brazilian cartography. Bibliographic sources.



Introdução

O trabalho se propõe a auxiliar os especialistas de bibliotecas e arquivos, fornecendo fontes bibliográficas especializadas para melhor identificação e análise de acervos cartográficos. A experiência sobre a avaliação de critérios de raridade sobre o acervo cartográfico tem como exemplo a coleção da Biblioteca Nacional. Essa coleção é constituída tanto pelo acervo proveniente da Real Biblioteca de Lisboa, transferida para o Rio de Janeiro com a corte portuguesa (1808), quanto por aquisições efetuadas ao longo dos anos, o que a tornou um valioso conjunto de obras especializado em história da cartografia geral, luso-brasileira e ibero-americana. Como se sabe, a coleção da Biblioteca Nacional é composta de mapas, vistas, plantas urbanas, planos avulsos manuscritos e impressos, e outros tantos anexos a documentos históricos ou inseridos em livros e folhetos raros, além de atlas reais e fictícios, que remontam ao século XV, período do advento da impressão e das descobertas ultramarinas.

A Seção de Cartografia da Biblioteca Nacional prioriza identificar, analisar, registrar e preservar a coleção referente ao Brasil, mas não pode deixar de lado o material raro e precioso sobre área geográfica estrangeira, mantido sob sua guarda, por ser de interesse para outras nações. Exemplos desse material são as plantas de cidades portuguesas mais antigas que se tem conhecimento; de fortificações levantadas por arquitetos ou engenheiros militares renomados; mapas que se referem às descobertas de terras, guerras, levantamentos terrestres e hidrográficos na Europa, América e no Oriente; coleções particulares referentes a outras regiões, como a Coleção De Angelis, que arrola assuntos sobre a América do Sul, principalmente a Região do Prata; a Coleção Real Biblioteca etc. Assim, o acervo da Biblioteca Nacional difere das demais coleções raras e/ou especiais importantes em muitos arquivos e bibliotecas brasileiros.

A Biblioteca Nacional conta com uma coleção histórica cartográfica datada desde a Antiguidade Clássica até os meios fotográficos e eletrônicos, que revela os marcos do desenvolvimento científico e técnico da arte de desenho e impressão (xilogravura, gravação metal, litografia etc).

Relevância da Cartografia para Sociedade

A cartografia tem como função reunir e analisar dados e medidas dos diversos espaços do universo e representar graficamente, em escala reduzida, os elementos da configuração que possam ser claramente visíveis.

A história da cartografia mostra o conhecimento geográfico crescente da humanidade desde o início da civilização, através dos primeiros desenhos que expressam pinturas rupestres.

A importância da representação cartográfica se deve ao fato de ela acompanhar o desenvolvimento do homem no decorrer dos séculos. Conforme palavras de Isa Adonias:

Seu desenvolvimento, desde épocas remotas, acompanhou o próprio progresso da civilização e nele influíram de maneira marcante o advento do comércio entre os homens; a descoberta de regiões até então desconhecidas e de novas riquezas, os conflitos e guerras no mar e em terra; as disputas pela posse territorial entre senhores e nações; o incremento das artes e das ciências; a invenção e o aperfeiçoamento instrumental de observação e de medição; o surto de tecnologias que revolucionaram os meios de comunicação e de transporte terrestre, marítimo e aéreo; a melhoria de processos de mapeamento e sua extensão aos espaços extraterrestres etc. (Adonias, 1993, p. 12).

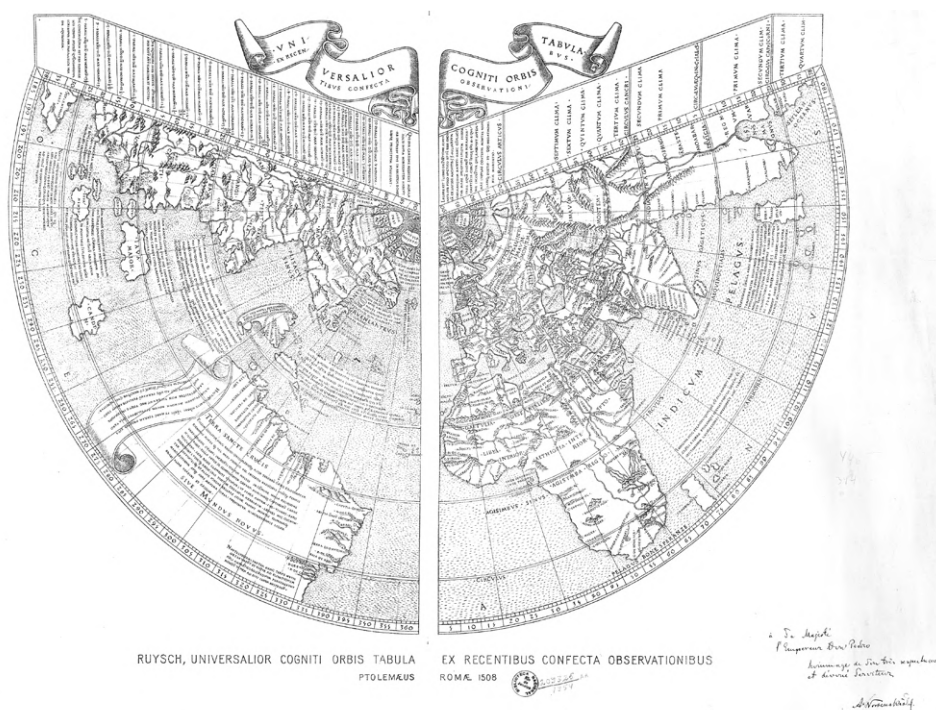
Harold Nichols faz uma observação sobre mapas medievais e modernos, que se encontram em arquivos e bibliotecas:

Os mapas e atlas podem ser medievais ou comparativamente modernos, mas eles são guias para o conhecimento do homem do mundo em uma determinada época, ou descrições contemporâneas de detalhes topográficos de um lugar específico, e são modelos importantes do desenvolvimento cartográfico (Nichols, 1982, p. 193, tradução nossa).¹

Avaliação da raridade da coleção cartográfica

A avaliação dos critérios de raridade para coleção cartográfica se aplica à antiguidade, exemplaridade e/ou cópias manuscritas, ao valor histórico-cultural, mas também ao desenvolvimento cartográfico e formação geográfica de uma nação. Como exemplo, observa-se a representação cartográfica do Brasil desde a chegada dos europeus na América até o século XX. No século XVI, o Brasil está representado somente na costa leste nordeste. Tem-se como exemplo o terceiro mapa impresso (gravado em metal) universal de Johannes Ruysxh, publicado na Geografia de Ptolomeu de 1508.

1. *The maps and atlases may be medieval or comparatively modern but they are guides to man's knowledge of the world at a particular time, or contemporary descriptions of the topographic details of a particular place, and they are important examples of cartographic development.*



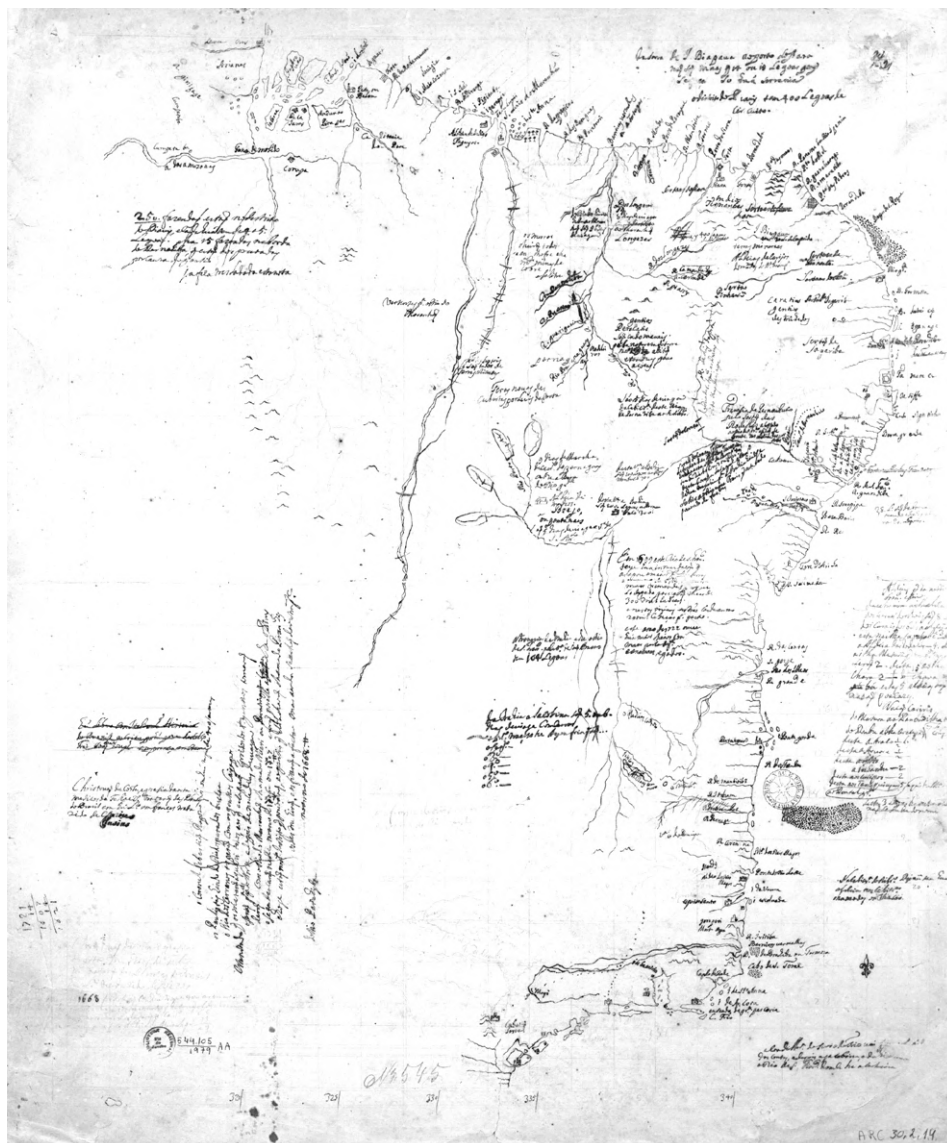
Brasil representado no planisfério de 1508. BN Digital (Ruych, [1889?]).

No século XVII, as cartas mostram núcleos de povoamento, feitorias, fortificações e no final desse século e início do XVIII, estão registradas a conquista do litoral sul da Cananéia, a fundação da Colônia do Sacramento e a expansão territorial para o interior, do leste para o oeste, norte e sul, usando vias fluviais e terrestres, pelos luso-brasileiros (bandeirantes e entradistas ou chamados de sertanistas), missionários etc.

Em meados do século XVIII, a cartografia exhibe o território brasileiro mais definido, através de demarcações de fronteiras, decorrentes de acordos de tratados e expedições científicas, que se estendem ao longo do século XIX.

No início do século XX, com a incorporação do atual estado do Acre ao Brasil, e após solucionar questões de fronteiras, levantamentos terrestres, fluviais e marítimos, chega-se à padronização das cartas internacionais. Essa padronização tinha como propósito solucionar problemas que ultrapassavam as fronteiras nacionais, devido aos novos meios de comunicação e transporte (aviação, comércio exterior, viagens) no século XX. O projeto foi detalhado no Congresso Internacional de Geografia, em Londres (1909), e suas especificações sistematizadas no Congresso de Paris, em 1913, dando início à “Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo”, planejada para ter 1500 folhas. Assim, surge a carta do Brasil na “Carta Internacional do Mundo ao 1.000.000º”, tendo como relator Francisco Bhering e, como presidente, Paulo

de Frontin. Essa carta, produzida em 52 folhas e publicada pela primeira vez em 1922, pelo Clube de Engenharia, em comemoração à Independência do Brasil, forma um atlas.



BN Digital (Região..., [1722]). [REGIÃO compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo] [1722].

Por outro lado, para se estabelecer a raridade de um acervo cartográfico, uma das grandes dificuldades com que o especialista de coleções (arquivista, bibliotecário, geógrafo, historiador, linguista, entre outros) se depara no tratamento técnico é o fato de que muitas bibliotecas possuem mapas, plantas, manuscritos e impressos destacados de textos documentais, atlas, livros científicos ou de

expedições, ficando, portanto, esses mapas sem qualquer elemento para a sua identificação. Às vezes, alguns desses materiais trazem dados nos cartuchos de títulos ou em folhas de rosto de atlas, como o título do mapa, autores, local de edição, data, ou anotações a lápis feitas por livreiros. Por exemplo, autor, data ou a nomenclatura “raro”, que têm como motivação valorizar a obra no momento de sua aquisição em livrarias ou leilões. Outra dificuldade que o especialista encontra na avaliação da raridade da peça é que existem obras vindas de coleções particulares ou de instituições, e que nem sempre possuem marcas de proveniência ou de catálogos produzidos pelos seus antigos proprietários. É provável que essas peças tenham feito parte de volumes manuscritos ou impressos raros, e que mereçam ser analisadas.



“Mapa das Cortes”, serviu de base para o Tratado de Madri (1750). BN Digital (Mapa..., 1749).

Diante desses fatos, o especialista de acervos cartográficos históricos necessita pesquisar dados sobre o mapa ou atlas que ele está catalogando, tais como a área geográfica abrangida, a importância do seu cartógrafo, hidrógrafo ou aquele que fez o levantamento terrestre ou marítimo, o gravador, editor, a época de sua produção ou representação, e outros dados que possibilitem identificar a natureza da peça e sua raridade através de fontes bibliográficas e internet.



Carta do Brasil ao milionésimo, 1922. BN Digital (Carta..., 1922).

Metodologia

Algumas das principais fontes bibliográficas nacionais ou estrangeiras, desde o século XIX, com ênfase no território brasileiro, de acordo com a coleção cartográfica da Biblioteca Nacional, serão relacionadas abaixo. Esse repertório bibliográfico é constituído de livros, periódicos, catálogos, guias e links de sites de estudos cartográficos.

A organização das fontes bibliográficas inicia-se com as gerais, nacionais, regionais e ibero-americanas.² A partir daí, segue por ordem cronológica acompanhada por ordem alfabética para melhor visualização.

Fontes bibliográficas

- Gerais

1. SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros e Sousa, Visconde de. *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques, depuis le VI^e jusqu'au XVII^e siècle: pour la plupart inédites, et tirées de plusieurs bibliothèques de l'Europe, devant servir de preuves à l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le Moyen Age et a celle des progrès de la géographie, après les découvertes maritimes et terrestres du XV^e siècle, effectuées par les Portugais, les Espagnols, et par d'autres peuples*. Paris: Impr. par E. Thunot, 1849 [i.e. 1854]. 1 atlas ([8] f.; [79] f. de estampas), mapas (alguns col. e dobrados). Deve-se ao Visconde de Santarém a criação do vocábulo “cartografia”, dado por ele, em uma correspondência, ao historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em 8 de dezembro de 1839. O Visconde de Santarém foi o primeiro historiador da cartografia “...fundador dessa área do saber...” (Biblioteca Nacional..., 2006, p. 7, Guedes, 2012, p. 13). Esse atlas foi considerado sua grande obra por relacionar mapas históricos de diversos arquivos e bibliotecas europeus. O Visconde de Santarém publicou *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie...* em três volumes, para acompanhar os estudos referentes às cópias litografadas dos mapas contidos no atlas. Embora a edição do atlas seja de 1849, a reprodução do mapa-múndi de Fra Mauro, de 1459, foi impressa em 1854.
2. *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-age, et sur les progrès de la géographie: après les grandes découvertes du XV^e. siecle, pour servir d'introduction et d'explication composé de mappemondes et de portulans, et d'autre monument géographiques,*

2. São citadas fontes de referência ibero-americanas pela história das colônias espanholas e portuguesas da América do Sul se interligarem.

depuis le VI^e siècle de notre ère jusqu'au XVII^e. Paris: Imp. Maulde et Renou, 1849-1852. 3 v., 23 cm. Disponível em: <https://catalog.hathi-trust.org/Record/008588167>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Esse trabalho acompanha o *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques*.

3. LIBRARY OF CONGRESS. Map Division. *A list of geographical atlases in the Library of Congress: with bibliographical notes*. Washington: Govt. Print. Off., 1909-1992. 9 v., il., 26 cm. Hathi Trust Digital Library. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001172468>. Acesso em: 21 fev. 2022

Trata-se de um marco na história da cartobibliografia. Relaciona uma monumental coleção de atlas antigos e raros publicados, sobretudo entre os séculos XV e XVIII, existentes na Biblioteca do Congresso. As notas bibliográficas de cada citação dos atlas, fornece lista completa dos mapas contidos nos mesmos, o que auxiliou muitas bibliotecas na identificação dos mapas durante muito tempo. Pode-se afirmar que esse catálogo foi muito útil à pesquisa por especialistas de arquivos e bibliotecas até surgirem os *links* da internet. Inclui bibliografia de historiadores da cartografia do século XIX.

4. CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses: dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*. Lisboa [Portugal]: Seara Nova, 1935. 2 v.

O próprio título esclarece, arrola cartógrafos dos séculos XV e XVI e suas produções.

5. IMAGO MVNDI: *Jahrbuch der Alten Kartographie: yearbook of old cartography*. Berlin: Selbstverlag des Bibliographikon, 1935-. Anual. ISSN 0308-5694.

Esse periódico passou a ser editado duas vezes por ano a partir de 2004. Periódico criado por Leo Bagrow, especializado em história dos mapas e da cartografia. A revista era editada em Berlim, mas com a Segunda Guerra Mundial, Bagrow a transferiu para Londres.

Leo Bagrow nasceu em São Petesburgo (1881) e morreu em Haia (1957). Foi um grande curador em história da cartografia.

6. CORTESÃO, Armando e Mota, A. Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960. 6 v.

Obra monumental da cartografia manuscrita portuguesa entre o final do século XV e XVII.

Encadernação em pergaminho.

O volume 6 contém os sumários dos 5 volumes e índices, por títulos, dos mapas, autor e das instituições do mundo inteiro e particulares que possuem os originais, por ordem alfabética de países.

Há uma edição atualizada publicada pela Imprensa Nacional e Casa da Moeda, em Lisboa (1987).

Possui 6 volumes em dimensões menores (37 cm) e mais porta-fólio, com reproduções de mapas coloridas e em sépia. Os volumes possuem ilustrações cartográficas em sépia.

7. BAGROW, Leo. *History of cartography*. Rev. and enl. by R. A. Skelton. London: C. A. Watts, 1964.

Obra clássica sobre história da cartografia, traduzida da edição alemã *Geschichte der Kartographie*, revista e aumentada por R. A. Skelton. Abrange mapas e atlas históricos do universo terrestre, desde a Antiguidade até a metade do século XVIII.

Bagrow incluiu ilustrações, coloridas e em preto e branco, ao longo do livro para transmitir uma visão maior e mais abrangente, e familiarizar o leitor com os tipos de mapas de diferentes períodos. Segundo ele, é de extrema importância constar ilustrações em história da cartografia. A obra inicia-se com um prefácio sobre uma pequena biografia de Bagrow e o histórico dessa publicação por Skelton. Segue para o prefácio de Bagrow, que descreve coleções de mapas e alerta sobre possíveis mapas *fake*. Além dos textos e ilustrações, possui breve biografia de autores desse período e uma lista de publicações de curadores sobre esse assunto, entre os séculos XVIII e XX. Com referência às obras de autores brasileiros, é citada a primeira publicação da curadora em História da Cartografia, Isa Adonias: *As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores* (1956). Essa obra foi reeditada em 1985 e 2010 e ainda podem ser encontradas em livrarias, como a Amazon.

8. RAISZ, Erwin. *General cartography*. New York; London: McGraw-Hill Book Co., 1938. x, 370 p. illus., diagrs.

Livro clássico de cartografia, divide-se em duas partes. A primeira parte, Cartografia Geral, é composta de definição e história da cartografia, elementos e representação gráfica dos mapas. A segunda parte, Cartografia Especial, é constituída de levantamento terrestre e aéreo, classificação dos mapas e apêndice (preservação, catalogação e bibliografia).

Erwin Josephus Raisz (1893-1968) foi um cartógrafo húngaro, naturalizado norte-americano, conhecido por seus mapas físicos, com ênfase nas massas de terra. Em 1931, ingressou no Instituto de Exploração Geográfica da Universidade Harvard, onde foi professor de cartografia e curador da coleção de mapas por 20 anos.

9. RAISZ, Erwin. 2. ed. New York: McGraw-Hill Book Co., 1948. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.174639>. Acesso em: 2 jun. 2022.

De acordo com o prefácio do autor, esta edição foi revista devido aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. A seção da história da

- cartografia foi reduzida. As grandes modificações ocorreram na segunda parte do livro: o capítulo das cartas topográficas e militares foi ampliado; um novo capítulo foi acrescentado no uso da fotografia aérea no mapeamento; a leitura de fotografia aérea foi tratada em um capítulo separado; e um capítulo de métodos de levantamento foi adicionado a pedido dos estudantes de geografia. Essas mudanças revelam o desenvolvimento da técnica de mapeamento.
10. RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral*. trad. Neide M. Schneider; Péricles Augusto Machado Neves. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969.
Tradução da segunda edição, General cartography de 1948.
 11. KOEMAN, C. *Atlantes Neerlandici*: bibliography of terrestrial, maritime ad celestial atlases and pilot books, published in the Netherlands up to 1880. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum, 1967-1970. 5 v. (xxx, 377; xxxvi, 549; xxvi, 220; xlv, 519; 287 p.).
Arrola todos os atlas publicados, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII. Dentro de cada citação dos atlas relaciona os mapas e o texto que aparece em seus versos, mostrando a assinatura dos cartógrafos, gravadores etc. Essa obra auxilia muito na identificação do autor e da data do mapa e do atlas.
 12. KOEMAN'S *Atlantes Neerlandici*. New ed. 't Goy-Houten, Netherlands: HES & De Graaf Publishers, c1997-2012.
Nova edição do *Atlantes Neerlandici* revista por Peter C.J. van der Krogt.
 13. OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário cartográfico*. 3. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
Dicionário cartográfico de termos técnicos, traz breve biografia de autores nacionais e estrangeiros. No final da obra, traz a reprodução e a transcrição do astrônomo Mestre João, que acompanhou a viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.
 14. SCHILDER, Günter. *Monumenta cartographica Neerlandica*. Alphen aan den Rijn, Holland: Uitgeverij Maatschappij Canaletto, 1986-2013. 9 v.
Excelente fonte de cartobibliografia holandesa.
Schilder foi assistente de Koeman, professor titular de História da Cartografia na Universidade de Utrecht.
 15. BLACK, Jeremy. *Maps and history: constructing images of the past*. New Haven: Yale University Press, 2000.
O livro reúne atlas históricos desde a construção de mapas individuais representando a Terra Santa, no período de Cristo, e do mundo clássico até o século XX. Jeremy Black descreve o primeiro atlas publicado, o *Parergon* de Abraham Ortelius (1579), faz a análise dos atlas universais de diferentes épocas, de regiões que foram conquistadas e dominadas na Europa, e aborda também os Estados Unidos.

16. BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru, SP: EdUSC, 2005.

Tradução da obra de 2000.

O livro de Jeremy Black, *Mapas e história: construindo imagens do passado*, de 2005, insere-se na gama de estudos que tomam a cartografia como instrumento político e estratégico no processo de expansão do nacionalismo e seu desdobramento, o imperialismo.

O livro trata dos atlas históricos, ou seja, do mapeamento e da mapeabilidade do passado. Usualmente considerados como obras de referência (como dicionários, cronologias e enciclopédias), na obra de Black os atlas históricos ganham estatuto de fonte documental. São analisados como imagens visuais que concorreram na criação e sustentação de determinadas situações históricas, como na emergência das nações modernas como comunidades políticas imaginadas. Através do título deste livro, podemos compreender o assunto que o autor vai tratar, com o auxílio de mapas e textos descritivos e explicativos referentes aos atlas de épocas diferentes. O autor vai construindo o contexto histórico desde a criação dos primeiros atlas até seu desenvolvimento atual e futuros dos mapas.

17. MAP HISTORY - *History of Cartography*: THE Gateway to the Subject.

Disponível em: <https://www.maphistory.info/mapsindex.html>. Acesso em: 20 set. 2021

Conforme o portal de entrada, esse site trata somente de estudos sobre mapas antigos. O Map History informa bibliografias, conferências internacionais, exposições e remete para diversos *links*. É mantido por Tony Campbell, bibliotecário aposentado da British Library.

- Nacionais

18. BIBLIOTECA NACIONAL [Brasil]. *Catálogo da Exposição de Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1881. 3 v. (1758, 98 p.).

Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1881_A00009.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

Trata-se de uma grande e importante publicação do catálogo brasileiro, que é consultado até hoje. Foi publicado na ocasião da grande exposição de História do Brasil, inaugurada em 2 de dezembro de 1881, data do aniversário do imperador dom Pedro II.

O catálogo é composto por 20 classes. A primeira Classe I, “Geographia do Brazil”, está dividida em 7 temas. Os temas 4, “Geografia das províncias”, e 7, “cartas geográficas, topográficas, hidrográficas” são constituídos de mapas e atlas, embora apareça acervo cartográfico em outras seções e tema. A maior das referências destaca coleções que pertenciam e/ou pertencem a instituições do Rio de Janeiro: Archivo Militar (atual Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca Nacional, Secretaria

- de Negócios Estrangeiros (atual Mapoteca do Itamaraty), Biblioteca da Marinha e coleções particulares. Algumas instituições públicas adquiriram os acervos particulares citados nesse catálogo, assim como a Biblioteca Nacional adquiriu as coleções do imperador dom Pedro II e a Carvalho. O Itamaraty obteve a coleção Ponte Ribeiro. O catálogo de Exposição de História do Brasil está digitalizado na BNDigital (Annaes..., 1876-), na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e na Biblioteca do Senado.³
19. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Ed. fac-similada Brasília: Ed. UnB, c1981. 3 v. (1758, 98 p.), 23 cm. (Coleção Temas Brasileiros, v. 10). Fac-símile.
20. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, [1957-1971]. 2 v.
O autor relata a história do Brasil cotejando com a documentação cartográfica portuguesa sobre o Brasil até o início da chegada da corte portuguesa.
O segundo volume foi concluído após a morte de Jaime Cortesão (1960), por Isa Adonias.
21. ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993. 399 p., il. (algumas col.), mapas (alguns col.), fac-símile, 32 cm.
Importante obra sobre história da cartografia, arrola breve história da cartografia geral, da América e do Brasil, entre os séculos XVI e XVIII. Após o capítulo referente ao Brasil, a obra está dividida por regiões, iniciando pela Região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Colônia do Sacramento. Todos os capítulos incluem texto histórico e ilustrado com reproduções de mapas, cujos originais pertencem à Mapoteca do Itamaraty.
Isa Adonias (1919-2017), curadora brasileira em história da cartografia, graduou-se em Geografia e História. Em 1945, concluiu o Curso de Mapoteconomia, realizado no Ministério das Relações Exteriores. A partir dessa data, foi contratada para trabalhar na Mapoteca do Palácio do Itamaraty, sendo chefe da década de 1960 até 1989, quando se aposentou como bibliotecária. Foi a primeira mulher a ser membro do IHGB.
22. GUEDES, Max Justo. *A cartografia impressa do Brasil: 1506-1922: os 100 mapas mais influentes*. Rio de Janeiro: Capivara, 2012. 263 p., il. (algumas col.), mapas (alguns col.), 31 cm.

3. Pela Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin, encontra-se no link <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009237&bbm/4389#page/14/mode/2up> e na Biblioteca do Senado o endereço eletrônico é o <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/520862>.

Excelente obra sobre cartobibliografia brasileira. O Almirante Max, como era conhecido, coligiu uma centena de mapas impressos – os mais importantes – sobre o território brasileiro. O catálogo traz um capítulo sobre a história da cartografia descrita pelo autor e segue uma análise de cada mapa, em ordem cronológica, possibilitando acompanhar a evolução da formação territorial do Brasil, desde o início do século XVI. Max Justo Guedes (1927-2011), curador em história da cartografia luso-brasileira, criou e dirigiu o Serviço de Documentação Geral da Marinha Brasileira e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. Escreveu numerosos estudos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

- Regionais

23. ADONIAS, Isa. *A cartografia da região Amazônica*: catálogo descritivo: 1500-1961. Rio de Janeiro: Instituto Nacional da Amazônia, 1963. 2 v., il., mapas dobrados (alguns col.), 27 cm.

Catálogo publicado com a colaboração da paraense Maria de Lourdes Jovita, servidora do Ministério das Relações Exteriores, reúne, em sua maior parte, mapas e atlas manuscritos e impressos da Mapoteca e do Arquivo Histórico do Itamaraty. Estão incluídos também mapas-múndi da América do Sul e do Brasil que destacam a Amazônia.

24. ADONIAS, Isa. *Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seção de publicações, 1966.

Abrange o acervo cartográfico manuscrito e impresso da Mapoteca do Itamaraty, desde o século até 1965. Publicado em comemoração ao IV Centenário do Rio de Janeiro.

25. GUEDES, Max Justo. *Brasil-costa norte*: cartografia portuguesa vetustíssima. Edição comemorativa do centenário da flotilha do Amazonas, 1868-1968... Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral, 1968. 69 p.

Trata da cartografia da costa norte do Brasil. Apresenta acervo cartográfico do século XVII sobre a conquista da região e a atuação de militares importantes como Bento Maciel Parente. Estão incluídas as duas folhas do mapa “Discrição dos Rios Para Curupa e Amazonas”, de Antônio Vicente Cochado, existente na Biblioteca Nacional. Como curiosidade, revela fortificações holandesas destruídas pelos portugueses.

- Ibero-americanas

26. FÚRLONG CÁRDIF, Guillermo. *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Jacob Peuser, 1936. 2 v. (228p, 51 [i.e.52] f. de estampas, parte dobrada), mapas, plantas, 28 cm. (Facultad de Filosofía y Letras. Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, 71).

- Esse atlas é uma das fontes cartobibliográficas sobre missões jesuíticas. Religioso e historiador argentino, escreveu muito sobre a história religiosa colonial, enfatizando a Companhia de Jesus com o objetivo de demonstrar a influência civilizadora da colonização católica espanhola.
27. GUILLÉN Y TATO, Julio F. *Monumenta Cartographica Indiana: regiones del plata y magallánica*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1942. 1 atlas (xxxv, 100, XII p., 127 f. de estampas): mapas (alguns. color.); 36 cm 1 atlas (xxxv, 100, XII p., 127 h. de lâms.): mapas (alguns col.) ; 37 cm.
- Foi oficial da Marinha e historiador espanhol. Exerceu diversos cargos como diretor do Museu Naval. Em 1942, foi nomeado bibliotecário da Real Sociedad Geográfica de Madrid e diretor da Revista General de Marina.

Considerações finais

A raridade de coleções cartográficas varia de uma nação para outra ou de uma região para outra. Atesta-se a raridade das coleções cartográficas da Biblioteca Nacional tanto por sua antiguidade e exemplaridade, quanto por suas representações que acompanharam acontecimentos históricos e desenvolvimentos tecnológicos das civilizações desde o século XV.

Existem importantes guias “cartobibliográficos” específicos sobre determinados assuntos como autor (pessoa ou instituição), área geográfica, período que contribuem para a análise da peça ou volume cartográfico de acordo com a coleção e necessidade de cada instituição.

As fontes bibliográficas selecionadas para esse trabalho, fruto de experiência de longos anos, dão o início para a pesquisa e análise dos acervos cartográficos em geral, visando a uma futura publicação mais aprofundada sobre a questão.

Referências

- AMADEO, Maria Eliza; KOURY, Lorelai. *O catálogo de exposição História do Brasil* (1881). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881/>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993.
- BAGROW, Leo. *History of cartography*. Rev. and enl. by R. A. Skelton. London: C. A. Watts, 1964.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). *A História da cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém*: exposição cartobibliográfica 24 de novembro de 2006 a 10 fevereiro de

2007. Lisboa [Portugal]: Biblioteca Nacional, 2006. 105, [3] p., il., fac-síms., mapas (alguns col.), ret.

CARTA internacional do mundo: quadro de união das folhas brasileiras = Carte internationale du monde: tableau d'assemblage des feuilles brésiliennes. Rio de Janeiro, RJ: Club de Engenharia, 1922. 1 atlas, 51 mapas col, 66 x 75. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1088267/cart1088267.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

GUEDES, Max Justo. *A cartografia impressa do Brasil: 1506-1922: os 100 mapas mais influentes*. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

HISTORICA cartographica brasiliis in Biblioteca Nacional: tesouros dos séculos XV ao XX = treasures from the 15th - 20th centuries / curadoria Maria Dulce de Faria. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2015.

MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional... 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54 cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. *Roteiro de cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

NICHOLS, Harold. *Map librarianship*. 2nd ed. London [Inglaterra]: Clive Bingley, c1982.

RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral* / trad. Neide M. Schneider; Péricles Augusto Machado Neves. Rio de Janeiro: ed. Científica, 1969

REGIÃO compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo]. [1722]. 1 mapa ms, desenho a tinta ferrogálica, 55 x 65,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart544105/cart544105.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

RUYSCH, Johannes. *Universalior cogniti orbis tabula ex recentibus confecta observationibus Ptolemaeus*. [Estocolmo, Suécia: P. A. Norstedt & Söners, 1889]. Fac-símile do original editado na Geografia de Ptolomen de 1508. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209325/cart209325.jpg. Acesso em: 15 mar. 2024.

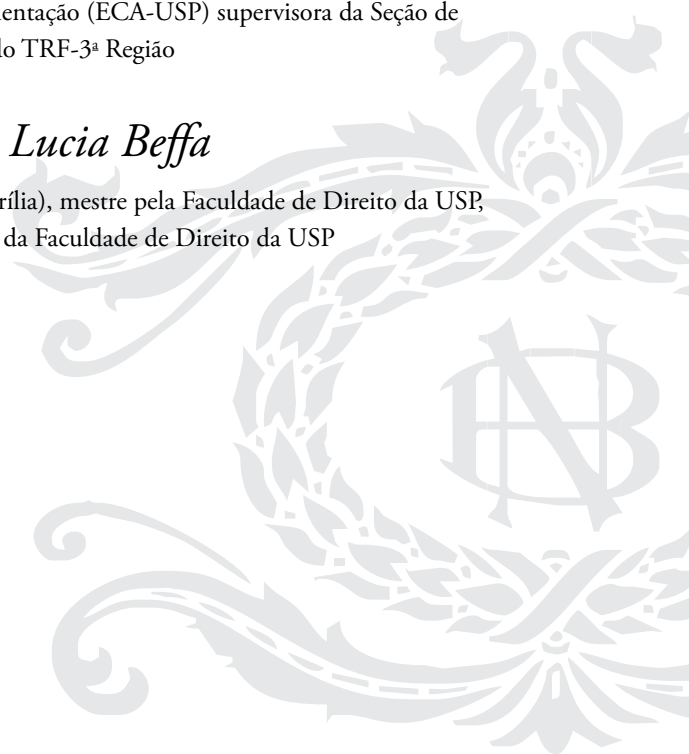
Apontamentos para critérios de raridade na área jurídica

Luciana Maria Napoleone

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ECA-USP) supervisora da Seção de
Biblioteca do TRF-3ª Região

Maria Lucia Beffa

Bacharel em Biblioteconomia (Unesp/Marília), mestre pela Faculdade de Direito da USP,
chefe Técnica da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP





Resumo

O presente artigo é um estudo da raridade bibliográfica na área jurídica no Brasil considerando sua dimensão social e cultural, a partir de apontamentos da prática profissional. Aborda o valor cultural das obras e coleções para a atribuição de raridade. Analisa parâmetros para a atribuição da raridade, como marcos históricos, a produção editorial e história do livro, características intrínsecas e características do exemplar, entre outros. Destaca o papel do bibliotecário como pesquisador do acervo sob sua responsabilidade para elaboração de estudos e pesquisas.

Palavras-chave: Raridade bibliográfica. Biblioteca jurídica. Acervo jurídico. Brasil.

Abstract

This paper is a study of bibliographic rarity in the legal area in Brazil, and considers its social and cultural dimension, based on notes of professional practice. The cultural value of works and collections for the attribution of rarity is addressed. The paper analyzes such parameters as historical landmarks, the publishing production and history of the book, intrinsic characteristics and characteristics of the copy, among others. It highlights the role of the librarian as a researcher of the collection under his/her responsibility for the elaboration of studies and research.

Keywords: Bibliographic rarity. Law library. Legal collection. Brazil.



Introdução

Registros para referência futura, ou anotações de matéria apresentada em sala de aula, ou ainda plano para uma obra ou trabalho: a definição comum dos apontamentos está presente na vida cotidiana. E, no método científico, os apontamentos, tomados como parte da pesquisa documental, como ferramenta de registro da pesquisa de campo ou dos diversos tipos de observação, estão estreitamente associados ao desenvolvimento das atividades essenciais das investigações e pesquisas científicas. No estudo da raridade da área jurídica e de seus critérios, o presente estudo coloca-se na qualidade de apontamentos, sem finalidade ou pretensão de esgotar o tema, mas tão somente de sistematizar ideias e reflexões da ação bibliotecária em acervos jurídicos, em especial os acervos jurídicos brasileiros.

Como metodologia, foi adotado o estudo exploratório com enfoque qualitativo, baseando-se na seleção de fontes bibliográficas e na reflexão sobre o tema a partir da experiência profissional. Um recorte involuntário do estado de São Paulo e sua capital, na análise e referências, é decorrência do universo de conhecimento e experiência das autoras. Experiências, discussões e inspirações trazidas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, sob a coordenação do Prof. Fabiano Cataldo de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), perpassam diversas análises apresentadas. Tais discussões estão sobremaneira internalizadas, de modo que não foi possível registrar sua fonte original entre as contribuições dos integrantes do Projeto de Pesquisa “A Eloquência dos Livros”, vinculado ao Grupo de Pesquisa. Igualmente, é preciso registrar *lives* e cursos que expandiram e transversalizaram a compreensão do tema, cujas influências não puderam precisamente ser delineadas e apontadas nas referências.

O bibliotecário, gestor de coleções, catalogador ou quem estiver à frente do serviço de referências é o primeiro a poder fazer os apontamentos para o estudo de raridade, uma vez que tem ao seu alcance os insumos mais reveladores desta investigação: o acervo, o público usuário e o contexto institucional. Estrategicamente posicionado para esse estudo por força da sua atividade profissional, o bibliotecário é um dos profissionais mais privilegiados para coletar os apontamentos de raridade num processo de desenvolvimento contínuo no tratamento e gestão de acervos bibliográficos e documentais.

No estudo da raridade bibliográfica, a prática profissional comumente revela elementos essenciais a serem observados, combinados sutilmente entre si: aspectos da Biblioteconomia de Obras Raras e de Coleções Especiais; de bibliografia material; estudos de proveniência de suas coleções, seus itens e suas marcas; a formação de coleções especiais; a história de suas coleções, de formação de acervos e de seus doadores; seu papel e importância dentro do acervo; sua importância e singularidade em relação a outros acervos da mesma

área; sua relação com a instituição, com a missão e a história institucional; sua relação com a memória local e regional; sua relação com a história da produção editorial; e sua relação com a história da área do conhecimento. Todos esses elementos, sem hierarquização entre si, combinados com maior ou menor intensidade, compõem o quadro no qual se desenha a raridade bibliográfica. Pelos diversos elementos a serem observados e pelas múltiplas combinações possíveis, a raridade se coloca como uma tarefa de identificação complexa e igualmente fundamental para a preservação da memória e do patrimônio bibliográfico, desde o nível institucional até o nível nacional e internacional.

Na área jurídica, o estudo da raridade requer, para melhor compreensão da dinâmica da informação e do conhecimento na área, o conhecimento e o estudo do direito e suas peculiaridades, e mais especificamente da história e do sistema do direito brasileiro e da produção editorial nacional em direito.

Raridade bibliográfica na área jurídica

O consenso ao se abordar a raridade bibliográfica em acervos jurídicos é a ocorrência de dúvidas e discussões quanto à conceituação da raridade, à definição de critérios e à aplicabilidade que permita uma preservação suficiente e abrangente da memória nos seus diversos níveis e aspectos, ou nas diversas instituições.

Atribuir raridade na área jurídica requer esforços adicionais em razão do volume de publicações, da rápida obsolescência de uma grande parte em virtude das mudanças legislativas e processuais, do impacto das tecnologias de informação e comunicação no acesso à informação, à documentação e às publicações jurídicas.

Estudos e iniciativas diversas para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica na área jurídica nos últimos vinte anos foram compilados, de forma não exaustiva, no Quadro 1. A maioria deles foi realizada por bibliotecários ou equipes de bibliotecas, destacando-se os estudos voltados aos acervos de bibliotecas jurídicas, ou a publicação de catálogos de coleções de obras raras dessas bibliotecas. A rápida visualização do quadro revela a complexidade e a envergadura dos esforços.

Quadro 1 – Seleção de estudos e iniciativas sobre raridade bibliográfica em bibliotecas jurídicas no Brasil (2000-2020)

Biblioteca e Instituição	Tipo de estudo, fonte e breve descrição
Sistema Integrado de Bibliotecas – Universidade de São Paulo (USP)	Catálogo de obras raras (Universidade..., 2000). Primeiro volume do <i>Bibliotheca Universitatis</i> , catálogo de obras raras da Universidade, o volume 1 é um catálogo dos livros impressos nos séculos XV e XVI que estão nas bibliotecas da USP. São listados 224 livros, sendo apenas um do século XV. A Biblioteca da Faculdade de Direito tem diversos títulos inclusos no catálogo.
	Catálogo de obras raras (Universidade..., 2002). Volume 2 do <i>Bibliotheca Universitatis</i> com mil obras do século XVII, de bibliotecas de diversas unidades da USP. A Biblioteca da Faculdade de Direito tem diversos títulos inclusos no catálogo.
Biblioteca Ministro Oscar Saraiva – Superior Tribunal de Justiça (STJ)	Catálogo de obras raras organizado pela equipe da Biblioteca (Brasil, 2000). Catálogo ordenado alfabeticamente pelo autor, com índices remissivos de autor, título e assunto.
	Artigo de periódico de bibliotecários da instituição (Meneses; Silva, 2004). Arrola fontes de referências para pesquisa de livros raros e anexo com compilação de critérios utilizados em outras bibliotecas e apresenta os critérios adotados.
Biblioteca da Câmara dos Deputados	Catálogo de obras raras da Biblioteca (Brasil, 2000). Primeiro volume do catálogo de obras raras da Biblioteca, com 200 títulos dos séculos XVI ao XX.
	Catálogo de obras raras da Biblioteca com a coleção de Márcio Moreira Alves (Brasil, 2004). Segundo volume do catálogo de obras raras da Biblioteca, voltado para a coleção Márcio Moreira Alves, ex-deputado federal e jornalista, com obras dos séculos XVI ao XX, relacionadas ao Brasil.
	Publicação da equipe da Biblioteca (Brasil, 2014). Política de desenvolvimento de coleções para a Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, elaborada pela metodologia Conspectus.

Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros – Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)	Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Abatti, 2006). Estudo de critérios e recomendações para classificação de uma obra jurídica rara na literatura nacional e junto às treze bibliotecas integrantes do Grupo Jurídico da Grande Florianópolis.
Biblioteca Ministro Carvalho Junior – Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	Artigo de periódico decorrente de trabalho apresentado no Enar por bibliotecária (Souza, 2012). Apresenta cronologia de Direito do Trabalho, elenca critérios de outras instituições e apresenta os critérios adotados para obras raras e especiais incluindo livro, folhetos e periódicos.
Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPel – Universidade Federal de Pelotas	Trabalho apresentado em evento (Batista, 2010). Diagnóstico do estado de conservação das obras raras até 1840 da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, com avaliação dos livros em raros ou antigos, abordando a preservação e a conservação, e a preservação da memória. Dissertação de mestrado (Batista, 2012). Discute o conceito de raridade e a biblioteca como local de preservação da memória e patrimônio, em especial os aspectos de preservação e conservação. Analisa quantitativa e qualitativamente os critérios de raridade bibliográfica utilizados por 12 bibliotecas brasileiras. Inclui o estudo de caso da biblioteca Prof. José Júlio de Albuquerque Barros, primeiro diretor da Faculdade de Direito, duas mil obras dos séculos XVIII e XIX.
Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Catálogo de obras raras e valiosas, organizado pela equipe da Biblioteca (Universidade..., 2011). Resultado de projeto financiado pelo Ministério da Justiça para conservação, catalogação, inventário e aquisição de equipamentos. Artigo de periódico decorrente de trabalho apresentado no Enar por bibliotecários (Vilela <i>et al.</i> , 2012 a) Relato de experiência da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR) no estabelecimento dos critérios de raridade para a seleção de parte do acervo de obras raras e valiosas, reunido na Sala Rui Barbosa (SRB). <i>E-book</i> organizado por bibliotecários (Vilela <i>et al.</i> , 2012 b) Publicação patrocinada pela UFPE que apresenta os critérios gerais estabelecidos pela Biblioteca da FDR.

Coleção Luiz Viana Filho – Senado Federal	Catálogo de Obras Raras e Especiais da Coleção Luiz Viana Filho, organizada pela equipe da Biblioteca (Brasil, 2011). Catálogo com seleção de 275 obras raras e especiais da Coleção Luiz Viana Filho, biblioteca particular de 11 mil volumes do ex-senador, incorporada à Biblioteca do Senado em 1997.
Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF)	Artigo de bibliotecários da equipe (Fischer; Rocha, 2015). Apresenta a coleção de obras raras da Biblioteca do STF, o histórico dos estudos e esforços realizados para avaliar a coleção e para o estabelecimento de critérios de raridade e os 37 critérios estabelecidos a partir dos estudos do Planor, da consultoria apresentada e do GT Obras Raras. Catálogo de obras raras da biblioteca organizado pela equipe da Biblioteca e outros setores do STF (Brasil, 2016). Catálogo com 237 obras raras dos séculos XVI ao XIX, existentes apenas no acervo do STF, considerando o universo da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).
Biblioteca Jarbas Maranhão da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	Política divulgada no <i>site</i> ([Recife: 2020?]). Política de formação, desenvolvimento e avaliação de acervo raro, valioso e especial da Biblioteca divulgada no <i>site</i> da Esmape.
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Instrução Normativa relativa à formação e desenvolvimento de coleções (Brasil, 2020). Ato normativo sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral Prof. Alysson Darowish Mitraud, com revisão periódica que utiliza a metodologia Conspectus.

Elaborado pelas autoras.

Um denominador comum das experiências compiladas é a busca de documentos, publicações, fontes de informação e experiências sobre critérios de raridade da Fundação Biblioteca Nacional, em outras instituições e mesmo consultorias externas diversas. Além do *benchmarking*, muito comum entre as bibliotecas e bibliotecários, outra observação é a ocorrência de mais de uma iniciativa na mesma instituição, apontando a evolução, amadurecimento e

mesmo um aprendizado pessoal, setorial ou institucional na identificação de critérios de raridade. Esses estudos e publicações são essenciais para registro das práticas, reflexões e processos de análise das instituições, mas também para a produção técnica da área de biblioteconomia, ciência da informação, memória e patrimônio bibliográfico, e ainda como inspiração e parâmetro para os estudos de cada biblioteca. E precisam ser ainda mais numerosos e frequentes, multiplicando as experiências do bibliotecário como o primeiro pesquisador das coleções sob sua responsabilidade. Como se depreende dos documentos analisados, o desenvolvimento de competências que levam à atribuição da raridade bibliográfica passa pela identificação, registro e preservação das delicadas teias de fragmentos de memória que repousam nos conjuntos bibliográficos.

Segundo os autores mais conhecidos no estudo da raridade, o senso comum considera raros aqueles livros diferentes do livro comum e de difícil localização. A raridade pode ser atribuída não somente a livros, mas a diversos outros materiais impressos, e deve ser considerada dentro de um conjunto maior dentro das bibliotecas, as coleções especiais (Sant'Ana, 2009, p. 2). Tendo em vista a ampliação dos critérios de raridade de forma a contemplar a produção dos séculos XX e XXI, os apontamentos foram reunidos a partir dos sete parâmetros seguintes, a partir daqueles estabelecidos por Pinheiro e Iffa: 1) raridade e valor cultural, incluindo marcos históricos e produção editorial e história do livro; 2) raridade e características físicas e intrínsecas; 3) características do exemplar e estado de conservação; 4) raridade e pesquisa bibliográfica; 5) data e local de publicação; 6) poucos exemplares conhecidos ou escassez; e 7) valor de mercado (Pinheiro, 2009, p. 33, *International...*, 2020, p. 5, 22-25).

Pensando na ampliação dos critérios, Azevedo (2021) afirma que a raridade bibliográfica requer maior debate, com discussões diluídas em microescalas favorecendo as abordagens locais e regionais, oferecendo suporte a processos decisórios para cidades e instituições menores, com acervos menos volumosos e recortes cronológicos mais contemporâneos, nesse país de dimensões continentais, multicultural e diverso. A escolha e seleção nesse enfoque pode diminuir os riscos de apagamentos e esquecimentos, intencionais ou não (Azevedo, 2021, p. 196-197).

Raridade e valor cultural

A reflexão conceitual sobre a raridade bibliográfica apresentada por Andrade e Cantalino propõe uma crítica epistemológica ao conceito de raridade, dentro de uma visão pluralista de preservação documental. O questionamento se concentra na busca de elementos objetivos, materiais, empiricamente verificáveis para a atribuição de raridade a uma obra, de forma a responder duas perguntas básicas: “o livro é escasso?” e “o livro é importante?” (Andrade; Cantalino,

2003, p. 53-57). A valoração cultural é uma estratégia para responder à segunda pergunta, tarefa nada simples para livros jurídicos dos séculos XX e XXI.

Para Pinheiro, o “valor cultural (sentido histórico) confunde-se com o valor de memória (sentido patrimonial), que só pode ser atribuído ao livro no âmbito da instituição guardiã, como síntese de seu universo” (Pinheiro, 2009, p. 35). Araújo destaca a dimensão social e cultural de atribuição de raridade, mais do que uma ação individual e técnica, dentro de uma abordagem pragmática (Araújo, 2015, p. 21, 26). Para a Ifla, o critério de valor bibliográfico e de pesquisa abrange tipos de obras muitas vezes esquecidos, incluindo documentos governamentais, literatura cinzenta e outros livros valorizados por seu significado histórico, cultural ou intelectual (International..., 2020, p. 24-25, tradução livre).

Se a compreensão do contexto sociocultural é condição primordial para a identificação de elementos que podem construir a raridade bibliográfica, como analisar? Um dos recursos pode ser traçar a visão panorâmica da área: Darnton discute dois diagramas que estudam a circulação do livro – o modelo de Adams e Barker, que representa o livro em cinco eventos (publicação, manufatura, distribuição, recepção e sobrevivência), e o seu modelo de circuito de comunicação, com seis estágios (autores, editores, impressores/fornecedores, transportadores, livreiros, leitores) (Darnton, 2008, p. 163-165).

Para a compreensão do contexto sociocultural na área jurídica, há que se considerar o sistema do direito brasileiro, baseado no sistema romano-germânico, que sofre forte influência de sistemas jurídicos europeus como o italiano, o francês, o alemão. Alguns ramos do direito são fortemente marcados por alguns sistemas e menos por outros, como o direito civil com forte influência do direito francês, e o direito tributário e o direito processual civil marcadamente influenciados pelo direito italiano. O entendimento requer ainda o conhecimento das principais fontes do direito: a doutrina, a legislação e a jurisprudência, com processos de produção distintos que por sua vez geram publicações diferenciadas.

Autoria reconhecida e renomada é outro critério mais sensível para atribuição de valor ao item. Além dos autores reconhecidos em nível nacional, analisando que cada biblioteca guarda um fundo especial de história da instituição e de seus atores, o critério de “autoridade reconhecida” requer reflexão e clareza na elaboração. Costumeiramente, as instituições jurídicas são muito endógenas. Instituições e autores com amplo reconhecimento podem impor-se moralmente, ainda que não intencionalmente, a autores regionais e de instituições menores. Nesse sentido, a preservação da produção institucional deve estar assegurada, e a análise da produção de autores regionais e locais merece atenção redobrada.

A rápida obsolescência do ponto de vista informativo ou pragmático devido à frequência de alterações legislativas caracteriza parte significativa das obras jurídicas nacionais. As modificações de leis acarretam a necessidade de novas

edições e publicações atualizadas conforme nova legislação. As bibliotecas jurídicas deparam-se cada vez mais com a necessidade de desbastamento e mesmo de descarte, seja pela limitação do espaço para equilibrar com novas aquisições, seja pelo custo do espaço de armazenamento, seja pela crescente oferta de informação jurídica digital por plataformas nacionais e estrangeiras, públicas e privadas. Paradoxalmente, a “longevidade é uma das características mais importantes da informação jurídica”, “o fato de a informação jurídica não ser usada por um certo tempo, mesmo longo, não significa que a informação não tenha valor ou utilidade, ou que não seja eficaz” (Passos; Barros, 2009, p. 95-96). Pode-se atribuir um caráter de importância permanente ao documento jurídico enquanto “fonte de consulta, de referência e de precedente, e também em nível de aplicação a fatos e situações ocorridas em épocas regidas por institutos legais distintos” (Wolthers, 1985 *apud* Passos; Barros, 2009, p. 96). A obsolescência de conteúdo relegou conjuntos de livros a uma espécie de limbo do qual dificilmente saíam, exceto pelo interesse de algum pesquisador que (re)descobria joias bibliográficas entre coleções menos solicitadas numa biblioteca (Pedraza Gracia, 2014, p. 41, tradução livre).

Há uma concordância na literatura sobre a importância de elaborar os critérios a partir da instituição, sua missão e história, e considerando as características de cada item e a coleção como um todo (Batista, 2012, p. 83, Fischer; Rocha, 2015, p. 72). Dessa “imersão institucional” fica evidenciado que “as coleções trazem em si a materialidade que ganha massa e energia; portanto, que produz significados e efeitos culturais e sociais” (Araújo, 2015, p. 26).

Valor cultural e marcos históricos

A construção de um arcabouço histórico básico é um recurso fundamental na análise da raridade na área jurídica. Além dos marcos históricos representados pela produção de códigos e leis dos quais decorrem mudanças significativas na área do conhecimento e na sociedade em geral, há os livros e documentos associados que registram os eventos. A título exemplificativo, podem ser citados: a primeira Constituição do Brasil de 1824, a criação dos cursos jurídicos em 1827, o Código Penal em 1830 e o Código Comercial em 1850, a Constituição da República de 1891, o Código Civil, de Clóvis Beviláqua, 1916, a CLT em 1943, o Estatuto da Mulher Casada de 1962, a Constituição Federal de 1988. Nos manuais e cursos de história do direito não raro há a reprodução ou discussão dos documentos da época. O Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento a determinações da Resolução CNJ nº 324/2020, elaborou o Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário, que traz lista singular de elementos para a gestão da memória institucional, incluindo a história do Poder Judiciário nas suas várias esferas, o contexto nacional e regional da construção

histórica de cada tribunal, sua documentação e evolução administrativa, registros fotográficos e audiovisuais, personalidades (magistrados e servidores), biografias, currículos e listas de antiguidades, galerias de retratos, denominação de prédios e espaços (Conselho..., 2021). Alguns estudos mencionados no Quadro 1 também destacam a cronologia elaborada para apoio à análise de raridade (Souza, 2012, Vilela *et al.*, 2012 b).

Um exemplo prático: uma CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com inúmeras edições e comentários de autores diversos, pode ser considerada rara por estar associada a um marco do direito do trabalho? Se analisarmos o exemplar existente no Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região, primeira edição de 1943, publicado pela Freitas Bastos, com autógrafo do professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior (Fleming), precursor do direito do trabalho e estudioso da legislação social antes mesmo da CLT, muitos seriam os elementos. Uma primeira edição de legislação que modificou o direito do trabalho à época, com marca de propriedade de uma personalidade dessa mesma área, exemplar de uma biblioteca judiciária cujo Tribunal é especializado também nessa área. Ou seja, é bastante evidenciada a aderência do autor e da obra à instituição, configurando um forte diferencial para ser considerado raro, no mínimo para a área de direito do trabalho, ou para remanejamento para uma coleção especial na biblioteca.

Há que se pensar também nos indivíduos e editores que fizeram a história editorial para publicação dos livros jurídicos. Tomando as duas Academias de Direito criadas em 1827, em São Paulo e em Olinda (posteriormente Recife), quais foram os impressores, editores que perduraram nos séculos XX e XXI. Para um exercício exemplificativo em São Paulo, a Livraria Teixeira, fundada em 1876, perdurou até o ano de 2000, e também publicou obras jurídicas. A Livraria Magalhães iniciou suas atividades em São Paulo no final do século XIX, publicou obras de lentes da Academia de Direito de São Paulo. A Livraria Acadêmica, fundada em 1917, por Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva, publicava somente livros de Direito, depois passou a se chamar Editora Saraiva, das citadas, a única existente atualmente.

O olhar acurado e a perspicácia do bibliotecário e da equipe bibliotecária podem, por exemplo, identificar itens na coleção que se distinguem pelo ineditismo à época da publicação, muitas vezes decorrente das tratativas de atendimento ao pesquisador. Na observação de argumentos abordados e/ou apontados pelo especialista, pode-se identificar as características de valoração de uma obra original em determinado assunto, que transpôs paradigmas sociais e, pelo seu conteúdo, trata-se de uma obra com ideias inovadoras. E, consequentemente, identificar marcos de uma área que são distintos pelo conteúdo, por exemplo.

Valor cultural, produção editorial e história do livro

No Brasil, a raridade requer a consideração da história recente da imprensa e produção editorial nacionais, da história ainda mais recente do acesso da maioria da população à cultura escrita e da diversidade econômico-político-cultural. Considerando que as edições nacionais tiveram início no século XIX, com a instalação da Imprensa Régia, em 1808, o limite histórico normalmente atribuído para raridade (início do século XIX e anteriores) pode ser aplicado para as primeiras publicações brasileiras.

Ao lado da circulação de obras estrangeiras, a presença do curso jurídico promoveu o crescimento da produção de livros e o início da imprensa paulista. Em São Paulo, somente depois da instalação da Academia de Direito, em 1828, denominação da Faculdade de Direito de São Paulo à época, o comércio livreiro começou a se desenvolver (Hallewell, 2012, p. 333-344). O *Farol Paulistano* foi o primeiro jornal impresso na província paulista e houve a publicação de manuais jurídicos para o curso de direito recém-criado como *Princípios de Direito Natural*, de Avellar Brotero, em 1829, publicado na corte pela Tipografia Imperial e Nacional e *Resumo de História Universal*, de Júlio Frank, de 1839, pela tipografia paulista M. F. Costa Silveira. Os manuais estão presentes desde a origem do direito brasileiro, constituindo importante fonte de estudo para entender a ideologia defendida no seu conteúdo. “Não há a menor dúvida de que ideologias são transmitidas por esse tipo de material” (Tomasevicius, 2013, p. 59). Não apenas os livros, mas os periódicos, revistas e jornais especializados constituem a um tempo fonte de doutrina, legislação, jurisprudência e registro histórico do direito (Freitas, 1915; Formiga, 2010).

Saltando para o século XX, muitas editoras já se consolidam na área, seja na publicação de livros, seja na publicação de periódicos especializados: Editora Revista dos Tribunais, Saraiva, Forense e Malheiros. Além dos periódicos das faculdades, as revistas jurídicas especializadas produzidas por juristas e docentes mantêm-se até hoje como importante fonte doutrinária, como, por exemplo, a revista *Direito*, editada por Clóvis Beviláqua e Teixeira de Freitas.

O final do século XX e o início do século XXI estão marcados pelo crescimento exponencial de publicações jurídicas impressas e eletrônicas e pelo crescimento de cursos jurídicos desde a década de 1990. Atualmente, a produção editorial jurídica de um lado passou pelo fechamento e pela fusão/incorporação de editoras, pelo surgimento de novos selos editoriais e pela tendência crescente de plataformas digitais de livros e periódicos. Este breve e incompleto retrospecto da produção editorial na área jurídica aponta para a necessidade premente de seu estudo para melhor entendimento do valor cultural das publicações, que vêm fazendo o registro da história do desenvolvimento do conhecimento jurídico nacional.

Características intrínsecas da obra

Na análise de bibliografia material, observar os elementos intrínsecos e extrínsecos do livro é um aspecto primordial a ser estudado. Via de regra, as obras jurídicas contemporâneas não se caracterizam por particularidades físicas que justifiquem sua classificação como rara. Os inúmeros elementos físicos distintivos de livros antigos como papel, tinta, reclamos, iluminuras, gravuras, assinaturas etc., considerados artesanais ou originais e listados com frequência nos critérios de raridade, não se aplicam à produção editorial jurídica brasileira dos séculos XX e XXI, especialmente do XXI. As obras de direito em geral são uma “massa” de texto, com produção geralmente muito bem diagramada, com aparência de texto técnico científico, sem emprego de qualquer elemento artístico como capitular, ilustração, colofão, vinheta, reclamo ou tipo rebuscado. Nos anos de 1990, com um *boom* de editoras, a produção de livros jurídicos manteve-se muito homogênea quanto à diagramação do texto, ao papel comum, às vezes ácido *free*, e publicações em grandes tiragens, ou seja, a pasteurização da produção editorial na área do direito.

Comumente, alguns elementos expressam um padrão de qualidade superior da publicação como o papel de impressão, a capa dura ou alguma imagem. Há editoras nacionais que reproduzem pinturas, esculturas famosas, às vezes de domínio público nas capas das obras, outras incluem imagens ou retratos desenhados dos autores nas suas publicações. E as edições limitadas, numeradas ou personalizadas são relativamente comuns para algumas editoras. Um exemplo é a edição de *História do direito brasileiro*, de César Tripoli, assinada pelo autor e publicada pela editora Revista dos Tribunais, 1936. Também as edições institucionais de caráter histórico, em geral publicadas em datas comemorativas são visualmente mais elaboradas com capas atraentes e ricamente ilustradas.

Características do exemplar e estado de conservação

Ao lado dos elementos intrínsecos, é essencial analisar as características do exemplar ou elementos extrínsecos dos itens. Também na área jurídica, a identificação e estudo de marcas de proveniência bibliográficas, aliadas à sua aderência à instituição que abriga a coleção são imprescindíveis para o estudo da raridade.

A prática profissional de operadores da área jurídica comumente se confunde e se combina com a área acadêmica e vice-versa: inúmeros advogados e magistrados são docentes universitários ou de instituições de educação continuada de direito, podendo igualmente integrar gestões de associações de classe. E ainda, o prestígio e renome de juristas e profissionais, seus relacionamentos profissionais, a circulação e intercâmbio de ideias entre os diversos atores e

instituições não raramente deixam traços de memória nos livros, coleções de livros e bibliotecas. Dedicatórias, carimbos diversos, etiquetas de livrarias e editoras, ex-líbris, encadernações, anotações, marginais e quirótipos são elementos acrescentados numa obra, que podem conferir valor e distinção. Frequentemente encontradas em livros jurídicos são as anotações de alterações legislativas como forma de atualizar o conteúdo e também recortes de notícias de jornais, colados sobre o assunto tratado na obra, visando a sua atualização ou indicando um assunto correlato.

Como exemplo de características do exemplar, apresentamos o exemplar da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP da edição de *Direito das cousas*, de Lafayette Rodrigues Pereira, publicada pela editora Freitas Bastos, em 1940. Além da edição numerada, foram acrescentadas algumas marcas de uso como dedicatória, ex-líbris da Biblioteca, carimbos úmidos da Biblioteca que registram o transcurso da história da própria biblioteca, a etiqueta da livraria possivelmente que comercializou o livro e, a anotação a tinteiro “N. 22 José Bonifácio de Andrada e Silva” e grifos marcando o texto, quando manuseada pelo seu antigo proprietário.

A Ifla elenca o estado de conservação como critério, ainda que relativo ou subjetivo, voltado tanto à demanda quanto ao aspecto monetário da obra, sendo mais valorizados os itens intactos ou em melhor estado de conservação (International..., 2020, p. 24, tradução livre).

Data e local de publicação

Se a raridade bibliográfica pode ser atribuída para as obras nacionais do século XIX em virtude da recente história editorial brasileira, as publicações dos séculos XX e XXI, por sua vez, enfrentam mais dificuldades na caracterização como raras e até mesmo especiais, em virtude da proximidade temporal. O recorte de discussão geográfico também se faz em relação ao Brasil, pois a análise de outros países demandaria estudo muito mais amplo. Em relação ao local de publicação, considera-se também a endogenia das publicações em muitas regiões e instituições, já mencionada anteriormente.

De forma geral, a definição de obra rara, especial ou valiosa nos séculos XX e XXI, na seara jurídica, é um trabalho complexo tanto quanto em outras áreas. Considerando como exemplo as obras do jurista Miguel Reale, todas as primeiras edições, principalmente com marcas de uso ou de propriedade, são raras ou são especiais. Assim como as edições esgotadas no mesmo período, ou exemplares únicos de personalidades da instituição ou referência nacional. E ainda a produção de juristas reconhecidos nacionalmente e também a produção daqueles conceituados dentro da própria instituição, dentro de um espaço geográfico mais circunscrito. Por exemplo, as primeiras edições que

comentam o Código Civil de Beviláqua, de 1916, no início do século XX, estão temporalmente fora de um período no qual a atribuição de raridade já está sedimentada. Comumente essas edições são esgotadas, além de abordarem um novo paradigma jurídico à época, envolvendo toda a sociedade, provocando mudanças nas relações sociais. De acordo com Pedraza Gracia, o livro antigo “es también un producto histórico en cuanto los acontecimientos inciden en él” (Pedraza Gracia, 2016, p. 37). E quanto mais próximas da data atual, maior a necessidade de conhecer o contexto histórico, social e institucional para a identificação de obras raras e especiais.

Raridade e pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica pode se basear na produção da própria área de documento, no caso a área jurídica, ou então nas obras de referência como dicionários e enciclopédias, ou ainda sobre as fontes de informação de obras raras, como Brunet para obras estrangeiras, Sacramento Blake para autores e obras brasileiras do século XIX. Alguns dos trabalhos elencados no Quadro 1 incluem a lista de fontes compiladas para a pesquisa, confirmando a importância desse parâmetro para fundamentação da raridade de um item. Na área jurídica, há poucas fontes consolidadas neste aspecto, o que exige do bibliotecário maior esforço na pesquisa. A elaboração de um guia de fontes ou mesmo a produção de guias neste tema é um trabalho a ser elaborado pelos profissionais da área, como a seleção de fontes realizada por Diniz (2012). A Bibliografia Brasileira de Direito, existente desde a década de 1970, é uma fonte que pode servir de ponto de partida, sem prejuízo de outras iniciativas. Da mesma forma, o banco de dados do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – Planor pode ser considerado fonte de informação a ser utilizada, ampliada e estudada pelos bibliotecários para os acervos dos séculos XX e XXI.

Poucos exemplares conhecidos e escassez¹

A existência de poucos exemplares conhecidos ou disponíveis de uma obra ou a escassez de um título são um critério sempre presente nas definições de raridade das bibliotecas. “[...] a dificuldade na obtenção dos exemplares e seu alto valor histórico e monetário” são um critério de distinção tanto por parte

1. De acordo com o texto original da Ifla: “ACRL’s guidelines define rarity as ‘not found in large numbers and consequently of interest or value.’ A ‘scarce’ item is defined as ‘insufficient for the need or the demand’” (International..., 2020, p. 22). Foi adotada a expressão “poucos exemplares conhecidos” para a tradução mais clara de rarity, e o termo “escassez” para scarcity.

de bibliotecas como de colecionadores (Sant’Ana, 2009, p. 2). Diante do receio de perderem itens valiosos, sem possibilidade ou facilidade de reposição, as bibliotecas apontam obras esgotadas como parte sensível da coleção. Na área jurídica, uma obra esgotada por si só pode não representar raridade: além do número de exemplares da tiragem até os existentes ou conhecidos, outros elementos contribuem para iluminar a situação, como a importância da editora, a relevância do autor, a aderência à instituição, a produção tipográfica da obra, a data de publicação e marcas de uso e propriedade.

Tido como basilar, o número de exemplares constitui um parâmetro aparentemente mais objetivo e mais fácil de aferir através da busca em catálogos bibliográficos impressos ou eletrônicos: o documento da Ifla indica o número de cinco a 15 exemplares identificados, ou edições limitadas de até 100 exemplares, ou menos de três cópias em um consórcio ou região (International..., 2020, p. 22). Há que se considerar a existência de exemplares não catalogados e as instituições que não disponibilizam seus catálogos para pesquisa na internet, o que pode modificar facilmente o número de exemplares conhecidos. Este critério naturalmente guarda uma estreita relação com o valor de mercado e a segurança do acervo.

Valor de mercado

Situação presente também em outras áreas, livros e coleções jurídicas podem ser valorados também, mas não exclusivamente, quanto ao valor de mercado, analisados necessariamente em conjunto com a segurança do acervo. Para assegurar a proteção da coleção, os gestores de bibliotecas jurídicas precisam atentar aos meios de controle do acervo em virtude do interesse em obras publicadas em qualquer tempo e considerando o valor de seguro do item, se necessário. Para a atribuição de raridade, bibliotecas e instituições públicas observam a importância histórica do livro e seu conteúdo, e sua potencial utilização, mais que o valor de mercado e a escassez de exemplares (Sant’Ana, 2009, p. 5). Essa observação é perfeitamente aplicável ao livro jurídico.

Considerações finais

O enfoque sugerido por Andrade e Cantalino para uma crítica epistemológica ao conceito de raridade se desloca dos manuais e critérios estabelecidos para a argumentação visando ao entendimento racional e à persuasão dos agentes culturais envolvidos. “Se a raridade é uma questão de interesse e de argumento, ela é no fundo uma questão política.” E conclui: “o valor da raridade é algo que não diz respeito apenas aos curadores e especialistas, mas sim a

toda a sociedade. É, portanto, uma questão de cidadania” (Andrade; Cantalino, 2003, p. 53-57). Assim, o estudo de raridade na área jurídica é um campo de pesquisa aberto aos estudos sob diversas perspectivas: bibliotecários, juristas, historiadores e advogados.

A adoção dos critérios de raridade da Fundação Biblioteca Nacional, sem a consideração das características da área do conhecimento, da instituição e do contexto histórico, podem ter consequências indesejáveis para a preservação da memória regional e mais contemporânea. Azevedo (2021) menciona a dependência dos critérios da FBN por parte de bibliotecários e uma percepção de que a valoração de uma coleção ou obra deve representação nacional, e alerta que “a responsabilidade de não dar ao futuro chance de se conhecer certas nuances do presente deveria ser levada muitas vezes em consideração” (Azevedo, 2021, p. 195-199). Neste sentido, considerar diferentes níveis de raridade e a formação de coleções especiais para a preservação de acervos locais, regionais e contemporâneos são abordagens necessárias e viáveis. Para a área jurídica, além das marcas de proveniência, muito profusas em acervos da área, é essencial trabalhar com a raridade relativa, ou a temporária, ou a regional ou ainda a local, em contraponto à raridade absoluta. O recorte ou separação de segmentos de acervo em coleções especiais para tratamento diferenciado pela importância institucional, social ou cultural pode ser uma estratégia de gestão e estudo de raridade em algum dos níveis anteriormente mencionados. Os acervos jurídicos brasileiros dos séculos XX e XXI precisam de atenção redobrada para sua preservação, observando características da área, bem como seu processo histórico do ponto de vista do pensamento editorial. Atentar para a dualidade da obsolescência na área jurídica também é essencial: se há uma desatualização rápida de conteúdos em razão das mudanças legislativas, não há obsolescência de institutos para pesquisas em obras mais antigas.

A posição estratégica do bibliotecário para a coleta de apontamentos de raridade do acervo sob sua responsabilidade precisa ser exercida e estimulada, partindo do conhecimento da história do direito, dos marcos históricos do país e da história institucional. Para avançar na compreensão e na sistematização do conhecimento sobre raridade bibliográfica em amplitude e profundidade, a promoção de estudos articulados e combinados de grupos de profissionais, como o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, e de pesquisadores de acervos raros e especiais dos séculos XX e XXI vem se mostrando uma alternativa viável e promissora.

E além dos estudos sobre acervos raros jurídicos de uma instituição específica, observa-se a inexistência ou insuficiência de fontes de informação para suporte à pesquisa de raridade; fontes de informação secundárias e terciárias, como repertórios, dicionários, bibliografias comentadas. E ainda mais, pesquisas de sistematização que tomem como objeto um conjunto de bibliotecas, um conjunto de obras raras, para extração de padrões comuns, tendências, melhores práticas,

práticas diferenciadas. Essa linha de pesquisa guarda uma relação estreita com a organização do conhecimento da área do direito e representaria um salto na gestão de obras raras e coleções especiais, e igualmente como valiosa fonte de informação para pesquisadores.

A concentração da responsabilidade patrimonial para algumas bibliotecas e instituições requer uma reavaliação profunda. Ao lado da Fundação Biblioteca Nacional, todas as bibliotecas, em maior ou menor grau, precisam atuar como participantes imprescindíveis de uma rede de custódia de patrimônio bibliográfico.

Referências

ABATTI, Rosana Chaves. *Obras raras em bibliotecas jurídicas*. 2006. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas) – Centro de Ciência da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2006. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/7104203/Obras-Raras-Rosana-Chaves-Abatti>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ANDRADE, Ricardo Henrique Resende de; CANTALINO, Maria das Graças N. A raridade como questão epistemológica e política: um novo paradigma para os curadores de acervos especiais. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 49-58, 2003. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2003_00123.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Perspectivas e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental. In: LOSE, Alícia *et al.* (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/45073119/Perspectivas_e_apontamentos_sobre_Patrim%C3%B4nio_Bibliogr%C3%A1fico_e_Documental. Acesso em: 16 mar. 2022.

BATISTA, Aline Herbstrith. *Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas*. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1032/1/Aline_Herbstrith_Batista_Dissertacao.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

BATISTA, Aline Herbstrith. Estudo, catalogação e análise de obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPel, datadas até 1840. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: Memória, Patrimônio e

Tradição (4.: 2010: Pelotas). *Anais do IV Seminário [...]*, Pelotas: ed. da UFPel, 2010. p. 196-199. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/225>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. *Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. v. 1. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/561/catalogo_obras_raras_%20v1.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. *Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. v. 2: Brasil por escrito / texto Márcio Moreira Alves. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/581/catalogo_obras_raras_%20v2.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Biblioteca. *Catálogo de obras raras e valiosas da Coleção Luiz Viana Filho*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/221308/000908425.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 6 fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. *Política de desenvolvimento de coleções*: instituída pela Portaria n. 394/2013 para a Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18279/politica_%20desenvolvimento%20colecões.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Secretaria de Documentação. *Catálogo de obras raras*: Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. Brasília: STJ, 2000. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/119332/Catalogo_Obras_Raras_STJ.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Secretaria de Documentação. *Catálogo de obras raras do Supremo Tribunal Federal*. Brasília: STF; Secretaria de Documentação, 2016. 525 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3694/1071975.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 fev. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Instrução Normativa n. 3 TSE, de 27/04/2020. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral Prof. Alysso Darowish Mitraud. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2020/Abr/30/diario-da-justica-eletronico-tse/instrucao-normativa-no-3-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-de-colecoes-da-biblioteca-do-tri>. Acesso em: 8 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). *Manual de gestão de memória do Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/manual_de_gestao_de_memoria.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>. Acesso em: 10 set. 2021.

DINIZ, Cláudia Coimbra. *Fontes selecionadas para pesquisa e estudo de obras raras e valiosas*. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Biblioteca, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242976>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FISCHER, Monica Valéria Macedo; ROCHA, Lucylene Valério. Coleção de obras raras da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal: histórico, avaliação e definição de critérios de raridade. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 70-86, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/52>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FLEMING, Belmiro. Uma justa homenagem. *Memórias Trabalhistas, Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região, São Paulo*. Disponível em: <https://memoriart2.wordpress.com/2018/11/19/uma-justa-homenagem/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. *Periodismo jurídico brasileiro do século XIX: história do direito em jornais e revistas*. Curitiba: Juruá, 2010.

FREITAS, Affonso Antonio de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typ. Diário Oficial, 1915. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26090>. Acesso em: 27 fev. 2022.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). *Competency Guidelines for Rare Books and Special Collections Professionals*. Den Haag: Ifla, 2020. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/competancy-guidelines-for-rbcs-professionals.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça. *BDJur*, Brasília: 22 jun. 2004. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/32378>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PASSOS; Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. *Fontes de informação para pesquisa em Direito*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, [s.l.], v. 28, n. 64, p. 33-50, nov. 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0187-358X\(14\)70908-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0187-358X(14)70908-6). Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57795>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Escola Judicial de Pernambuco. Biblioteca Jarbas Maranhão. *Política de formação, desenvolvimento e avaliação de acervo raro, valioso e especial*. [Recife: 2020?]. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/biblioteca/obras-raras>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 31-44. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2009. DOI: 10.20396/etd.v2i3.577. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SOUZA, Cristiane Ferreira de. Coleção de obras raras e especiais da Biblioteca Ministro Carvalho Junior: relato de experiência. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, p. 223-233, 2012. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2012_00132.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

TOMASEVICIUS, Eduardo. O livro didático no ensino do Direito. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 108, p. 45-62, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67975/70833>. Acesso em: 2 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Faculdade de Direito do Recife. Biblioteca. *Obras raras e valiosas da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife*: repertório bibliográfico dos séculos XVIII ao XX. Recife: ed. Universitária; UFPE, 2011. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/119804345/Catlogo-Obras-Raras-e-Valiosas>. Acesso em: 6 fev. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Departamento Técnico. *Bibliotheca Universitatis*: livros impressos do século XV e XVI do acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2000. 712 p. Série Uspiana – Brasil 500 anos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Departamento Técnico. *Bibliotheca Universitatis*: livros impressos do século XVII: acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2002. 2 v. Série Uspiana – Brasil 500 anos.

VILELA, Karine Gomes Falcão *et al.* (org.). *Obras raras e valiosas*: critérios adotados pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: ed. Universitária UFPE, 2012. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/274/309/925>. Acesso em: 8 fev. 2022.

VILELA, Karine; RODRIGUES, Lígia Santos da Silva; CARVALHO, Maria José de; VIDAL, Maria Marinês Gomes. Critérios de raridade aplicados à coleção especial da Faculdade de Direito do Recife: Sala Rui Barbosa. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, p. 281-292, 2012. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2012_00132.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

Identificação das marcas de proveniência no acervo da Biblioteca Brasileana Guita e José Mindlin / USP e suas contribuições para a ampliação dos critérios de raridade bibliográfica nacional: um estudo preliminar

Rodrigo M. Garcia

Mestre em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia, ambos pela Unesp-
Marília. Bibliotecário na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP)

Jeanne B. Lopez

Graduada pela ECA-USP e bibliotecária na Biblioteca Brasileira Guita
e José Mindlin (USP)

Eliane Kano

Graduada pela FESPSP e bibliotecária na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP)





Resumo

O presente artigo apresenta o acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM-USP) e a necessidade de identificação das marcas de proveniência de obras brasileiras e brasilienses, a fim de estabelecer procedimentos e processos biblioteconômicos para a identificação de obras raras e especiais no contexto da biblioteca, contribuindo assim para a ampliação da discussão nacional acerca dos critérios de raridade bibliográfica. Trata-se de uma discussão para a definição destes critérios de raridade bibliográfica, a partir de referenciais teóricos no âmbito da Biblioteconomia de livros raros, para a salvaguarda, conservação, preservação, curadoria, digitalização, disponibilização, uso e desenvolvimento do acervo, levando em consideração as especificidades, vertentes, seu contexto e a função da BBM-USP na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Obras Brasileiras e Brasilienses. Marcas de Proveniência. Obras Raras. Critérios de Raridade. Biblioteconomia de Livros Raros.

Abstract

This article presents the collection of the Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin of the University of São Paulo (BBM-USP) and the need to identify the provenance marks of Brazilian and Brasiliense works, in order to establish procedures and library processes for identifying rare and special works in the library context, thus contributing to the expansion of the national discussion about bibliographic rarity criteria. This is a discussion to define these bibliographic rarity criteria, based on theoretical references within the scope of Rare Book Librarianship, for the safeguarding, conservation, preservation, curation, digitization, availability, use and development of the collection, taking into account consideration of the specificities, aspects, its context and the role of BBM-USP at the University of São Paulo.

Keywords: Brazilian and Brasiliense Works. Provenance Marks. Rare Books. Rarity Criteria. Rare Book Librarianship.



Introdução

O acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin é composto por obras da Coleção Brasileira e da Coleção Brasiliense, formadas pelo bibliófilo e colecionador José Mindlin ao longo de 80 anos, e que, após processo de doação, estão na Universidade de São Paulo, disponíveis para estudantes, pesquisadores e o público geral desde 2013.

Até o momento, todos os esforços têm sido direcionados para o adequado tratamento e organização deste acervo dentro dos parâmetros da Biblioteconomia, porém o apoio da Bibliografia, Bibliologia e da Biblioteconomia, especializadas em livros raros, são fundamentais para se conhecer as coleções. Dessa forma, o colacionamento (descrição minuciosa de todos os detalhes identificados durante a análise bibliológica) das evidências de propriedade e as marcas de proveniência, ou seja, a representação descritiva e a elaboração de registros bibliográficos adequados para coleções raras e especiais, são imprescindíveis para que bibliotecários, curadores destas coleções, identifiquem e classifiquem o material, detectem suas necessidades para conservação e preservação, e o disponibilizem para o acesso, incluindo os procedimentos para a digitalização desses materiais bibliográficos. Além disso, é através da análise bibliológica e da catalogação de obras raras e especiais que se pode elaborar registros bibliográficos com o propósito de serem usados para a própria proteção do patrimônio bibliográfico histórico-cultural, “[...] como um recurso de segurança, pois incorre no registro de todas as particularidades do exemplar, o que ajuda a garantir a sua propriedade. É um dos meios que possibilitam comprovar que a obra pertence a esta ou aquela instituição” (Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020, p. 9).

Assim, a identificação das marcas de proveniência que, no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, contribuem para conhecer e identificar, para que se possa preservar e permitir o acesso às obras raras e especiais. As marcas de proveniência (ou procedência) ajudam a atribuir valor e definir a raridade de uma obra, devendo ser incluídas em uma política de desenvolvimento de coleções (Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020; Kano; Lopes; Garcia, 2021).

O presente trabalho aborda como a coleção foi formada ao longo dos anos pelo bibliófilo José Mindlin, a fim de identificar e compreender os critérios adotados para o seu desenvolvimento. Aqui, são apresentadas algumas das principais marcas de proveniência identificadas e/ou consideradas nas coleções brasileira e brasiliense da BBM-USP, a partir da experiência da equipe de bibliotecários no tratamento técnico desses materiais bibliográficos, e como elas podem contribuir para a ampliação (ou as discussões sobre) dos critérios de raridade bibliográfica nacional. O estudo também descreve, brevemente, o cenário atual da instituição, seus problemas, desafios, metas e objetivos dentro do contexto acadêmico e cultural em que se encontra.

Metodologia

Inicialmente, haverá revisão bibliográfica em literatura especializada em obras raras. Em seguida, será apresentada uma análise preliminar para uma proposta de operacionalização de identificação de evidências, destacando as principais marcas de proveniência encontradas durante o tratamento técnico dos materiais bibliográficos do acervo da BBM desde 2013, ano de sua inauguração e início da gestão do acervo por equipe de bibliotecários, que sejam importantes no contexto em que encontra-se a biblioteca.

Fundamentação teórica

José Mindlin, além de ter sido um amante dos livros e da leitura, foi também advogado e empresário bem-sucedido no Brasil. Desde adolescente, nutria paixão pelo livro e pelo colecionismo de obras raras e especiais. Durante suas viagens por diversos países, principalmente como empresário, ele garimpava em sebos e livrarias verdadeiros tesouros da nossa história. Além disso, era uma pessoa bem relacionada no meio literário e cultural do país e nutria amizade com importantes autores como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Antonio Candido, entre outros. Seu acervo é marcado pela presença destes amigos através de dedicatórias e anotações que dão valor à coleção, além de muitas outras marcas de proveniência (ou procedência), como ex-líbris, selos de livrarias, anexos (*insertions*) como cartas, fotografias e anotações das mais diversas deixadas nos livros, que demonstram rastros de gostos e curiosidades daqueles que, um dia, possuíram as obras e que revelam a trajetória dos exemplares do acervo.

Durante sua prática de colecionismo, o que atraía o bibliófilo Mindlin, além do texto, era a ilustração, a tipografia, a diagramação, as dedicatórias, as encadernações, as edições com variantes, e a raridade. Além disso, os autógrafos, os manuscritos literários, os documentos históricos e as cartas. Enfim, tudo que se relacionava a livros e seus autores (Mindlin, 1999).

Embora Mindlin, por diversas vezes, tenha declarado que usava o conceito de “biblioteca indisciplinada” para dizer que a biblioteca foi se formando ao longo dos anos sem um plano predeterminado, rígido, lógico ou objetivo, em entrevista a José Carlos Sebe Bom Meihy, ele declara:

A discussão sobre a disciplina – ou não da biblioteca só se explica pela minha “disciplina” pessoal; assim, quem vê de fora pode ter a impressão de que ela é indisciplinada pela falta de uma lógica óbvia, mas não é, não, senhor. Eu diria que ela é “poeticamente” indisciplinada. Indisciplinada pela multiplicidade de temas e abrangência. Confesso que gosto dessa brincadeira (Mindlin, 2020, p. 43).

De maneira geral, ele procurou, no curso do desenvolvimento de sua biblioteca particular, seguir quatro grandes vertentes principais, que tiveram ênfases ou tendências em períodos diferentes de sua formação: a primeira, os assuntos brasileiros, o que inclui literatura (prosa e poesia), história, relatos de viagens, crítica literária e ensaios em geral; filologia, obras de missionários, almanaques, revistas e, em menor escala, medicina, história natural, botânica e zoologia. A segunda vertente era a literatura geral. A terceira, livros sobre arte. A quarta, os livros como objetos (obras) de arte e pela tipografia, diagramação, ilustração, encadernação etc. Ao longo dos anos, a biblioteca foi sendo atualizada com diversas obras correntes, além dos itens considerados mais raros e especiais. Acredita-se que cerca de oito a dez mil sejam obras raras ou especiais e, entre estes, dois mil sejam os mais raros (Mindlin, 2008).

No entanto, esse número (uma estimativa que data dos tempos da biblioteca Mindlin, ainda particular) pode ser de outra grandeza, dentro de um universo de mais de 30 mil títulos de obras (correspondendo a mais de 60 mil volumes) que atualmente compõem o acervo da BBM-USP, se forem levados em conta critérios mais abrangentes de raridade bibliográfica nacional para obras Brasileanas e Brasilienses, que se pretende seguir, ou mesmo contribuir para sua definição.

Uma parte significativa dessas obras do acervo da BBM pertenceram ao bibliotecário e professor Rubens Borba de Moraes, que ao longo dos anos cultivou uma fraterna amizade com Mindlin. São obras estrangeiras sobre o Brasil, livros de autoria de brasileiros no período colonial, as primeiras impressões feitas no Brasil e as obras de história e literatura de autores brasileiros do século XIX (Moraes, 2010, p. 231).

O conceito fundamental do bibliotecário Rubens Borba de Moraes para obras Brasileira ou Brasiliense, consagrado na Instrução Normativa nº 1, de 11 de junho de 2007, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2007), define que:

- a. Obras Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808;
- b. Obras Brasiliense: livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico; edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida – literárias, técnicas e científicas; edições fora de mercado, produzidas por subscrição; edições de artista.

Na BBM, o acervo contém tanto obras Brasileanas, em importância histórico-cultural, como obras Brasilienses, estas em maior número de exemplares e edições.

Através de um breve levantamento das marcas de proveniência, há muitas evidências e informações intrínsecas e extrínsecas. A BBM também possui um

significativo conjunto documental “arquivo” que se relaciona com as obras bibliográficas de seu acervo, que podem ajudar a conhecer a história dessas coleções, sua trajetória, formação e desenvolvimento, além dos aspectos relacionados ao uso dos exemplares.

Em relação às marcas de proveniência bibliográfica, a base para a compreensão é Pearson (1998; 2019 *apud* Bibas, 2019), que é muito enfático sobre a necessidade de um estudo sério dos acervos, sua origem, formação e desenvolvimento. Para ele, essas marcas não estão associadas apenas à origem ou ao proprietário, mas também a aspectos que evidenciam o uso do exemplar de um livro. Assim, a origem e a trajetória de um exemplar, ou seja, a proveniência de um livro, pode ser conhecida através de vários tipos de evidências que podem agregar a este exemplar um valor histórico, documental, cultural e de memória que o destaca dos demais.

Para Pearson (1998; 2019 *apud* Bibas, 2019), um livro pode ser único por carregar fragmentos individuais de história, camadas de história, de interação, envolvimento entre os livros e seus usuários. São cópias únicas e com características históricas específicas e individuais de livros históricos, de legado, de herança documental.

O estudo minucioso dos livros por meio da análise material/bibliológica permite compreender o seu grau de raridade, atestar sua autenticidade ou identificar sua origem. Araújo (2015, p. 28 *apud* Bibas, 2019) ressalta que através “dos indícios e das marcas impressas e manuscritas das coleções é possível mapear o seu percurso, considerando sua gênese, desenvolvimento, uso e até mesmo o modo como [a biblioteca] foi organizada”.

Há critérios de obras raras que são circunstanciais, os quais levam em conta características que tornam o exemplar exclusivo. Entre elas, as marcas: a) as marcas de propriedade, tais como assinaturas, carimbos e etiquetas, especialmente se estas forem de uma pessoa ilustre ou de grande representatividade para uma área do conhecimento; b) a presença de anotações manuscritas feitas por pessoa ilustre em determinada área, tais como notas marginais, grifos e observações; c) a presença de dedicatórias e/ou autógrafos (Pinheiro, 1989, 2009; Sant’Anna, 2009; Rodrigues, 2006; Galbraith, Smith, 2012). Os critérios citados definem a chamada procedência, ou, proveniência, de uma obra rara.

Nesse contexto, o acervo da BBM é rico em marcas de proveniência, sobretudo anotações de marginais, notas, dedicatórias, ex-líbris, etiquetas de livreiros, carimbos, encadernações etc.

Análise preliminar

Para realizar esse estudo de forma a estabelecer uma metodologia que seja a mais pragmática possível, a análise preliminar baseia-se no *Glossário de marcas*

de proveniência (Rodrigues *et al.*, 2022) disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com o glossário, para a operacionalização da pesquisa de proveniência há dois tipos básicos de evidências que devem ser considerados:

- As evidências externas: repertórios bibliográficos, catálogos de editores, livreiros, bibliotecas, entre outros. As evidências externas trazem elementos que documentam os locais e o contexto de produção e negociação dos exemplares, proprietários e coleções a que pertenciam.
- As evidências internas (nas quais incluem-se as marcas): inscrições, principalmente dedicatórias, assinaturas, notas, anexos (quaisquer vestígios inseridos na obra tais como papéis avulsos, bilhetes, notas fiscais, recortes de revista/jornal, selos, cartas, bilhetes), ex-líbris manuscritos e impressos, super libris, ex-dono, carimbos, etiquetas, selos e encadernações etc. (Pearson, 1998 *apud* Bibas, 2019).

Como possível classificação de evidências internas de proveniência, o *Glossário* (Rodrigues *et al.*, 2022), define quatro grandes grupos:

- Marcas de manufatura: marcas produzidas na confecção do livro por tipógrafos, encadernadores, ilustradores, gravadores, impressores e outros. Exemplos: marcas de tipógrafos, alegorias, vinhetas, encadernações e outros;
- Marcas de uso: marcas produzidas pelos leitores, usuários, pesquisadores, ao consultar a obra. Exemplos: desenhos, rabiscos, bilhetes, anotações diversas etc.;
- Marcas de propriedade: marcas deixadas por proprietários (pessoas físicas ou jurídicas) da obra, que têm o objetivo de assegurar a sua propriedade sobre a mesma. Exemplos: ex-líbris, carimbos, etiquetas, assinaturas, monogramas etc.;
- Marcas de posse: marcas deixadas por pessoas (físicas ou jurídicas) que estiveram, em algum momento, em posse da obra, mas que, muitas vezes, não são os reais proprietários, necessariamente. Exemplos: marcas de comerciantes (leiloeiros, editores, livreiros etc.), censores, autores, dedicadores, patrocinadores, usuários que podem ter deixado marcas como anotações, papéis avulsos, danos diversos etc.

Anotação

No acervo da BBM-USP há muitas obras e manuscritos com anotações diversas e também correções manuscritas ou datiloscritas que os autores ou outros proprietários faziam nas obras. Algumas estão escritas na própria obra, outras estão em papéis avulsos entre as páginas do exemplar.

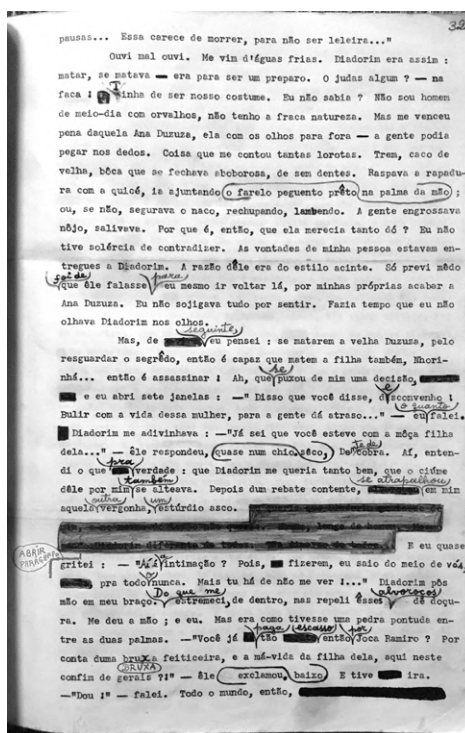
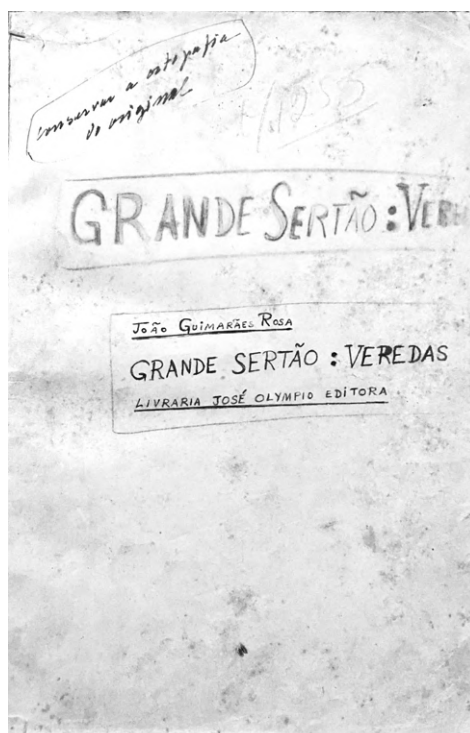
Um exemplo que ilustra isso são os livros que pertenceram ao grande estudioso de brasileira, Rubens Borba de Moraes, nos quais verificamos a presença

de marginais e anotações. Com isso, podemos ver em suas anotações as fontes consultadas para elaborar a *Bibliographia Brasiliana*, que é um material muito útil na identificação e estudo da bibliografia material sobre o Brasil.

Suas anotações eram em geral feitas a lápis nas folhas de guarda dos livros, e raramente na página de rosto. Também aparecem papéis manuscritos guardados dentro dos livros, contendo dados a respeito da obra, de sua procedência, informações sobre o autor e referências bibliográficas. Alguns livros contêm também recortes dobrados de artigos de jornal, recibos de livreiros e antiquários referentes à venda da obra e recortes de trechos de catálogos bibliográficos.

A maior incidência de anotações existentes nos livros de sua biblioteca diz respeito à citação de fontes bibliográficas que contêm informações sobre aquele livro específico. “Rubens pode anotar simultaneamente mais de uma fonte de referência à mesma obra, ou registrar a ausência de menção da obra numa determinada bibliografia ou catálogo, o que reflete a sua constante preocupação com a fundamentação de sua pesquisa bibliográfica” (Antunes, 2017).

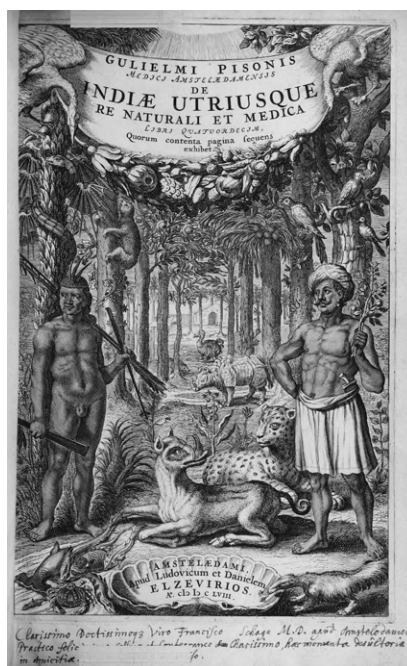
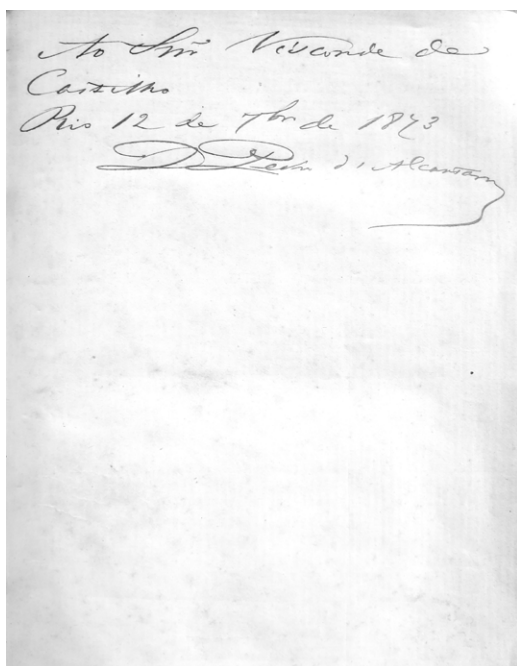
Cristina Antunes, que foi curadora deste acervo, publicou a obra intitulada *Rubens Borba de Moraes: anotações de um bibliófilo* (Antunes, 2017) que é uma boa fonte de pesquisa sobre esse material. A publicação permite aos pesquisadores



Um exemplo de obra datiloscrita são os originais de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa (século XX), repleto de inúmeras correções do autor. Fonte: Rosa, J. G. *Grande sertão: veredas*. [s.l.: s.n., século XX]. Datiloscrito com correções manuscritas.

e interessados em bibliografia o acesso ao conjunto de informações que estão presentes nos livros do bibliotecário Rubens Borba de Moraes, sejam elas na forma de anotações diversas feitas na própria obra, ou notas manuscritas em papéis avulsos, recortes de jornais, recortes de catálogos e notas de venda emitidas por livreiros, editores etc.

Dedicatórias

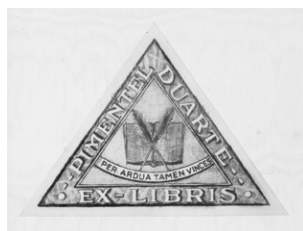
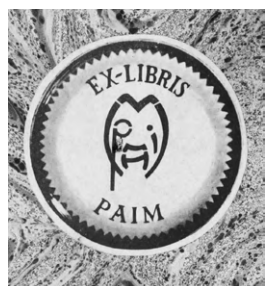
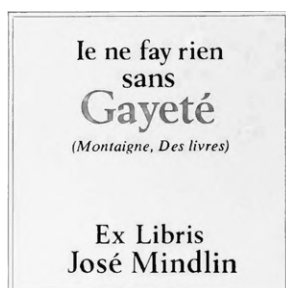


Obra da Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena (1873), com dedicatória de dom Pedro II ao Visconde de Castilho. Fonte: Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena. O imperio do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1873. 383, [1], 4 p., [2] leaves of plates (1 folded), Vienna International Exhibition (1873).

Dedicatória de Piso na parte inferior da página. Fonte: Piso, Willem, Bondt, Jakob de, Marggraf, Georg, Bontius, Jacobius. Companhia das Indias Ocidentais. Guilielmi Pisonis medici Amstelædamensis de Indiæ utriusque re naturali et medica: libri quatuordecim, quorum contenta pagina sequent exhibet / I. Amstelædami, apud Ludovicum et Danielem Elzevirios, 1658.

No geral, há no acervo bibliográfico da BBM-USP, sobretudo nos livros que pertenceram ao bibliófilo José Mindlin, inúmeras dedicatórias de pessoas, muitos autores ilustres e renomados da área de literatura, história e política, como Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Euclides da Cunha, João Cabral de Melo Neto, entre outros. São dedicatórias tanto para o próprio Mindlin como também para outras pessoas.

Lúcia Mindlin Loeb, neta de Guita e José Mindlin, publicou a obra *Para a tão falada Biblioteca José e Guita Mindlin* (Loeb, 2013) que reúne uma seleção de dedicatórias de livros que foram apresentados ao seu avô. Nesta publicação, há várias imagens das dedicatórias nos livros e suas transcrições que podem ser usadas como fonte de pesquisa para perceber a rede de contatos e amizades de José Mindlin com diversos autores e personalidades do meio literário, político e cultural do Brasil e do exterior.



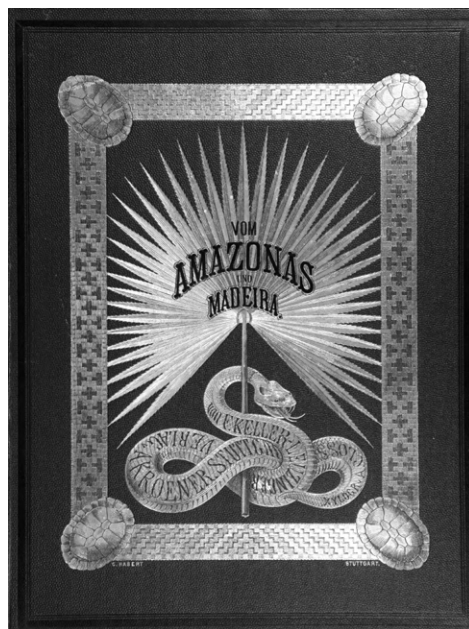
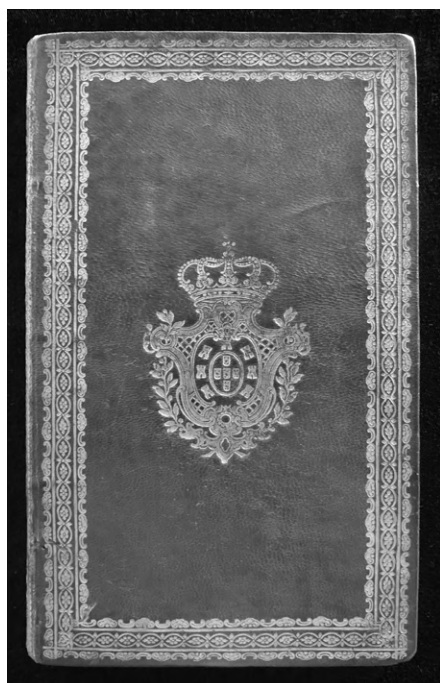
Ex-líbris de José Mindlin (1); ex-líbris de João Marinho (2); ex-líbris de Rubens Borba de Moraes (3); ex-líbris de Rubens Borba de Moraes (4); ex-líbris de Ricardo Xavier da Silveira (5); ex-líbris de Theophilo de Andrade (6); ex-líbris de Paim (7); ex-líbris de Pimentel Duarte (8). Fonte: acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Ex-líbris

Os ex-líbris são as marcas de propriedade mais frequentes nos livros da biblioteca. Quase todos os livros possuem o ex-líbris de José Mindlin, obviamente por ter sido ele o doador de seu acervo para a fundação da BBM-USP. Há também o ex-líbris de Rubens Borba de Moraes na coleção que pertenceu a ele e nos livros que ele negociou com Mindlin ao longo dos anos. Existem muitos outros ex-líbris de bibliófilos, instituições e personalidades diversas contidos nas obras. Assim, pode-se ver a trajetória de uma determinada obra que pode ter pertencido a diversas pessoas ou lugares antes de serem adquiridos pelo próprio José Mindlin.

Segundo o último levantamento preliminar, realizado pela equipe de bibliotecários, entre as obras já catalogadas no acervo há cerca de 500 ex-líbris de pessoas e instituições (que não se repetem) presentes em diversas obras do acervo.

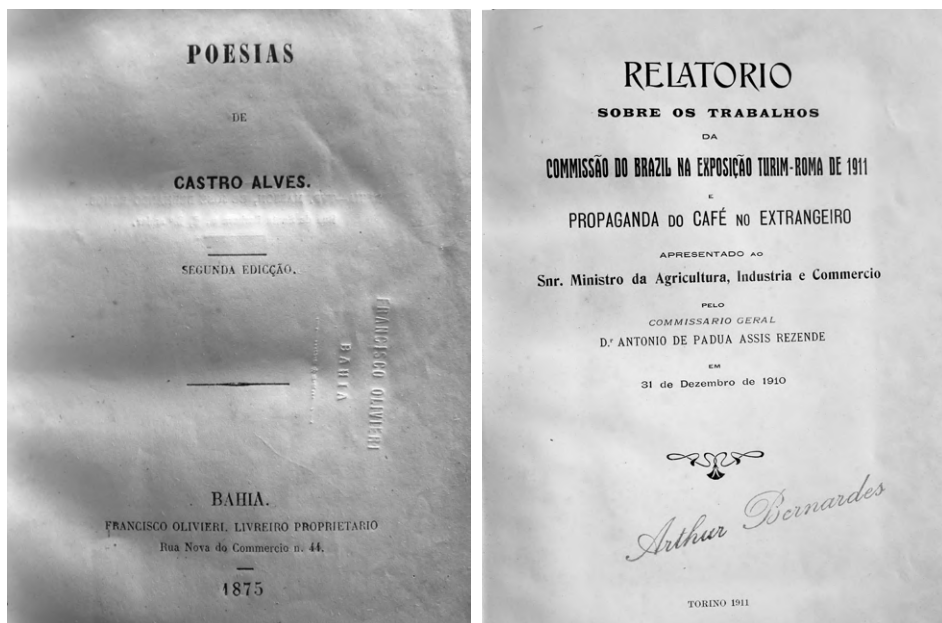
No *Glossário de marcas de proveniência* (Rodrigues *et al.*, [2022]), há uma série de termos específicos para diversos tipos de ex-líbris. Um dos próximos passos da equipe de bibliotecários é justamente a representação descritiva e temática desta grande coleção de ex-líbris que a BBM-USP possui.



À esquerda, tem-se uma obra com encadernação imperial, que pertenceu à biblioteca de dom João VI. À direita, está uma obra de 1874, com arte em douração na capa. Fonte: Barton, Benjamin Smith. *Memoria sobre a bronchocele ou papo da America septentrional*. Lisboa: Na Typographia chalcographica, typoplastica e litteraria do Arco do Cego MDCCCI [1801]. vii-xvii, 86 p. Keller-Leuzinger, Franz. *Vom Amazonas Und Madeira*. Stuttgart: Berlag Von U Kroner, 1874.

Encadernação

Algumas obras (sobretudo as da coleção que pertenceu a Rubens Borba de Moraes) se destacam por apresentarem encadernações especiais, algumas do tipo imperial e com brasões, sendo obras que pertenciam a pessoas ligadas ao império ou que tivessem destaque durante este período.



A imagem à esquerda apresenta carimbo seco na página de rosto do publicador Francisco Olivieri, e à direita, foi utilizado carimbo úmido com o nome do proprietário do livro: Arthur Bernardes, ex-presidente do Brasil de 1922-1926. Fonte: Alves, Castro. *Espumas Fluctuantes Poesias*. 2. ed., Francisco Olivieri, 1875. Resende, Antonio de Padua Assis. *Relatorio sobre os trabalhos da Comissão do Brazil na Exposição Turim-Roma de 1911 e propaganda do café no estrangeiro*. Torino: [s.n.]. 1911. lx, 185 p.

Carimbo

Outra marca de propriedade, relativamente comum e presente no acervo da BBM, são os carimbos tanto de pessoas como de instituições, sociedades, editoras e bibliotecas. Há também carimbos que indicam que o livro pertenceu à família real.

As marcas de propriedade são identificadas no momento do tratamento técnico inicial ou da correção dos registros que foram importados da antiga base de dados existente na biblioteca de José Mindlin.

Os registros estão armazenados no banco de dados pertencente ao “sistema” de bibliotecas da USP, o DEDALUS (2022), que utiliza o software ALEPH 500.

As marcas de propriedade são inseridas no campo de notas MARC 590 (nota local). Neste campo, cada biblioteca que faz parte do sistema registra as características específicas de seu exemplar.

Problemas e desafios

Na BBM-USP não é utilizado carimbo (ou qualquer outra marca de proveniência) como marca de propriedade para a identificação das obras. Isto é um procedimento já cogitado, porém sem um consenso institucional. Mais estudos a respeito dos prós e contras devem ser elaborados, visando à preservação e, ao mesmo tempo, à presença da marca de propriedade da BBM-USP em suas obras, item fundamental em termos de identificação e segurança.

As etiquetas com RFID e identificação (número de chamada) das obras não são coladas, ficando soltas no interior do livro (em papeleta de filme de poliéster). A única inscrição a lápis realizada na obra é o número de tombo. Devido a isso, registrar as características particulares do item, como as marcas de propriedade, torna-se indispensável para questões de segurança e salvaguarda. Assim, este tem sido o objetivo do processamento técnico das obras do acervo. A longo prazo, planeja-se operacionalizar procedimentos para a análise bibliológica das obras consideradas raras da biblioteca.

Para isso ocorrer permanentemente, torna-se necessária a (re)composição da equipe técnica, além da organização de uma estrutura institucional (organograma) mínima e responsabilidade técnica atribuída ao bibliotecário (gestor de acervos bibliográficos e documentais diversos, físicos e digitais), sobretudo para a “área do serviço de biblioteca e documentação”, de forma a obter os recursos humanos suficientes, necessários e aptos para o desenvolvimento adequado das atividades técnicas de que necessita BBM-USP.

Considerações finais

As marcas de proveniência nos ajudam a identificar a trajetória do livro, o contexto histórico no qual elas foram inseridas, saber mais sobre o doador, proprietário e o próprio acervo, além de conferir valor patrimonial, tornando-as únicas, o que faz com que se tenha outro olhar e cuidado no tratamento, salvaguarda e na gestão das coleções de obras raras e especiais de uma biblioteca.

Além disso, a observação das características bibliológicas, feita pelo exame físico da obra, contribui para que os profissionais bibliotecários responsáveis conheçam as suas coleções. Assim, sinais de proveniência são também critérios que definem a raridade de uma obra e que afetam de maneira direta

os procedimentos que serão adotados para a sua preservação, conservação e disponibilização (incluindo a estratégia de digitalização) (Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020).

O *Glossário de marcas de proveniência* (Rodrigues *et al.*, [2022]), como ferramenta pragmática, será uma importante contribuição para o trabalho da equipe de bibliotecários da BBM-USP, por ajudar a identificar as marcas de proveniência e descrevê-las de maneira padronizada, facilitando também sua recuperação no banco de dados e, futuramente, na Biblioteca Digital. Constatou-se que para alguns tipos de marcas, consideradas no contexto do acervo da BBM-USP (como alguns tipos de anotações), o glossário carece de termos. Um projeto interessante poderia ser a ampliação do glossário para uso não só local, assim como por diversas instituições com acervos semelhantes.

Em paralelo ao trabalho de identificação, é necessário o desenvolvimento de projetos em parceria com docentes, alunos e pesquisadores dos cursos de Biblioteconomia da USP e áreas afins, para a criação de grupos de estudo, o aprofundamento das pesquisas sobre marcas de proveniência e, assim, promover o uso deste rico acervo como objeto de estudo e pesquisa, valorizando o livro não somente como documento (conteúdo), mas também enquanto objeto vivo que carrega fragmentos de memória histórica e cultural tão bem representados através das marcas de proveniência. Passados os últimos anos de crises políticas, econômicas e pandêmicas, mudanças significativas em 2022 (em nível federal, estadual e da própria universidade) com o objetivo de realizar a gestão de um corpo diretivo de acordo com as necessidades, contexto e função do órgão BBM-USP, podem ser benéficas para o resgate dos ideais originais de compromisso e engajamento para com a preservação, difusão científica e uso dos acervos de memória histórica e cultural para pesquisa e produção do conhecimento, em que a BBM-USP seja este centro interdisciplinar de informação e documentação, de convergência de instrumentos e de diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento (Jancsó, 2010; Garcia, 2019).

Nesse sentido, o estudo e a identificação das marcas de proveniência permitem compreender a origem, desenvolvimento e formação do acervo da BBM-USP, para que a equipe de bibliotecários possa estabelecer e definir políticas de incorporação de doações ou compras no futuro, de forma a manter a identidade e integridade do acervo, bem como eleger prioridades para a gestão deste mesmo acervo em relação à conservação, preservação, digitalização, plano de emergência e salvaguarda etc.

Fica demonstrada assim a importância da identificação, descrição e registro dessas marcas de proveniência para a gestão de coleções raras e especiais, sobretudo para a manutenção e também como parte dos critérios para o desenvolvimento destas coleções, conforme já abordado por Kano, Lopez e Garcia (2021).

Espera-se, com esse trabalho, mostrar a importância das coleções Brasileira e Brasileira da BBM-USP, seu valor histórico, cultural, patrimonial e de memória, contribuindo para o desenvolvimento (e discussão) dos critérios de raridade bibliográfica nacional.

Referências

- ANTUNES, Cristina (org.). *Rubens Borba de Moraes: anotações de um bibliófilo*. São Paulo: BBM, 2017.
- ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana P. (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*, São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 15-31, 2015.
- AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. *Afinal, os objetos falam?* Reflexões sobre objetos, coleções e memória. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), n. XX, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BIBAS, Marli Gaspar. *As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar Histoire de l'Origine et des Premiers Progrès de l'Imprimerie (1740): da Real Bibliotheca à Biblioteca Central da Unirio*. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43427365/As_marcas_de_proveni%C3%Aancia_como_elementos_para_a_constru%C3%A7%C3%A3o_narrativa_da_trajet%C3%B3ria_do_exemplar_Histoire_de_l_Origine_et_des_Premiers_Progr%C3%A8s_de_l_Imprimerie_1740_da_Real_Biblioteca_%C3%A0_Biblioteca_Central_da_UNIRIO. Acesso em: 27 set. 2021.
- DEDALUS: Banco de dados Bibliográficos da USP. Disponível em: <http://dedalus.usp.br/>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- GALBRAITH, S. K.; SMITH, G. D. *Rare book librarianship: an introduction and guide*. Santa Barbara, California: Libraries unlimited, c. 2012.
- GARCIA, R. M. Desenvolvimento da nova Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira USP: Relato de Experiência. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, n. 16, p. 111-126, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v0i16.27527>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Instrução Normativa n. 1, 11 de junho de 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- JANCSÓ, István. *Um historiador do Brasil*: István Jancsó. [Depoimento cedido a] MOREL, Marco; SLEMIAN, Andréa; LIMA, André Nicacio (org.). São Paulo, Hucitec, 2010. 400 p.
- KANO, Eliane; LOPEZ, Jeanne B.; GARCIA, Rodrigo M. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na USP: reflexões para o estabelecimento de uma política de

desenvolvimento de coleções. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 138, p. 99-111, 2021. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pesq=&pagfis=54304>. Acesso em: 27 set. 2021.

LOEB, Lucia Mindlin (org.). *Para a tão falada Biblioteca José e Guita Mindlin*: dedicatórias. São Paulo: EDUSP, 2013. 235 p.

MINDLIN, José. *Conversa de dois Josés*: José Carlos Sebe Bom Meihy entrevista José Mindlin. [Entrevista concedida a] José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.

MINDLIN, José *et al.* *‘Não faço nada sem alegria’*: a biblioteca indisciplinada de Guita e José Mindlin. São Paulo: Museu Lasar Segall; Iphan; Minc, 1999. 72 p.

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros*: reencontro com o tempo. 4. ed. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 2008. 231 p.

MORAES, Rubens Borba de. *Testemunha ocular (recordações)*. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 308 p.

PEARSON, David. *Provenance research in book history*: a handbook. London: British Library, 1998.

PINHEIRO, A. V. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (org.). *Ciência da informação*: múltiplos diálogos. Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2009. p. 31-44. Disponível em: <https://googl/B1Q36n>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PINHEIRO, A. V. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1989.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000100012>. Acesso em: 28 nov. 2020.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Luise de Oliveira; SILVA, Mariana Briesse da. *Glossário de marcas de proveniência*. [2022]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/336>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon; TEIXEIRA, Heytor Diniz. Marcas de procedência: contribuições para o estudo do livro raro. *Encontros Bibli*: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 25, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14763386009/>. Acesso em: 27 set. 2021.

SANT’ANA, R. B. Critérios para a definição de obras raras. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2009. DOI: 10.20396/etd.v2i3.577. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577>. Acesso em: 23 set. 2021.

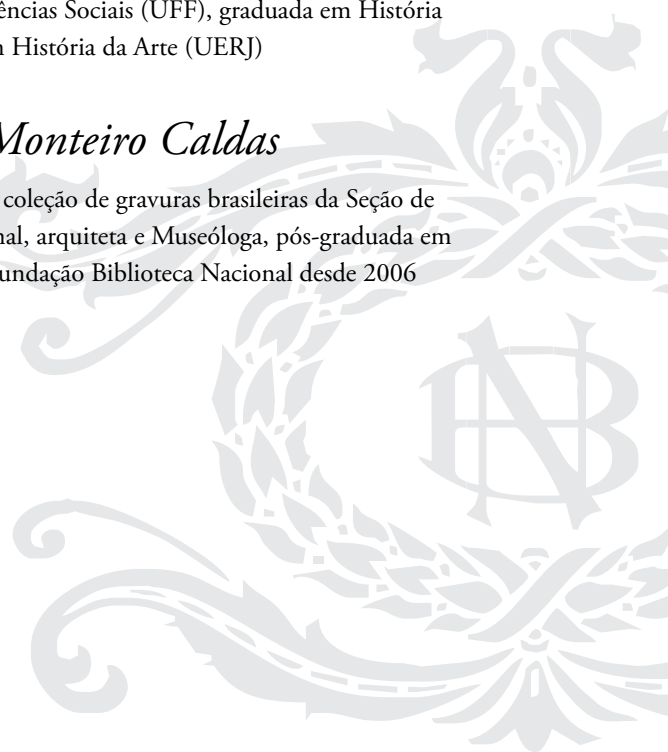
Pensando critérios de raridade no âmbito de obras iconográficas

Diana dos Santos Ramos

Servidora e chefe da Seção de Iconografia da FBN, mestre em Memória Social (Unirio), pós-graduada em Ensino de História e Ciências Sociais (UFF), graduada em História (Unirio) e graduanda em História da Arte (UERJ)

Sonia Alice Monteiro Caldas

Técnica em documentação e curadora da coleção de gravuras brasileiras da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, arquiteta e Museóloga, pós-graduada em Patrimônio pelo Iphan e servidora da Fundação Biblioteca Nacional desde 2006





Resumo

Este trabalho é resultado de um exercício de abordagem de obras iconográficas a partir dos critérios de raridade adotados pela Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Parte dessa reflexão teve como mote a experiência de pesquisas sobre o acervo para a realização de perícias técnicas em obras suspeitas de furto do acervo da instituição. O presente trabalho procura investigar pelo histórico da formação do acervo da Biblioteca Nacional e, mais especificamente, pelo histórico dos exemplares de algumas obras, até onde os critérios de raridade estabelecidos contemplam obras iconográficas.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional. Seção de Iconografia. Obras iconográficas. Critérios de raridade.

Abstract

This work is the result of an exercise in approaching iconographic works based on the rarity criteria adopted by the Rare Works Section of the National Library of Brazil. Part of this reflection was motivated by the experience of researching the collection to carry out technical analysis in works suspected of theft from the institution's collection. It seeks to investigate, through the historical formation of the collections belonging to the National Library of Brazil, more specifically, the history of the copies of some works, to the extent that the established rarity criteria include iconographic works.

Keywords: National Library of Brazil. Iconography. Iconographic works. Rarity criteria.



Introdução

Este artigo busca refletir sobre a ampliação de critérios de raridade a partir da complexidade do acervo sob guarda da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) – em especial, do universo de materialidades diversas localizadas na Seção de Iconografia. Cumpre acrescentar que tal variedade de tipologias de materiais se encontra organizada e tratada tecnicamente dentro de uma biblioteca, ou seja, submetida aos recursos disponíveis para uma instituição onde o livro é o principal foco de suas políticas. A própria catalogação exige atenção especial, uma vez que a base de dados com a qual a FBN opera atende prioritariamente, como é natural, ao acervo bibliográfico. Nessa imensa biblioteca, a Seção de Iconografia se configura como um espaço para a localização de suportes diferenciados, além das obras iconográficas em suportes tradicionais. O acervo contempla desde os grandes grupos, que serão mencionados no decorrer desse texto, até itens que são mesmo únicos na instituição.

Nesse cenário, se delineia o que é o nosso grande desafio: a responsabilidade de descrever e dar acesso a materiais que não são típicos de bibliotecas, em sistemas que são pensados essencialmente para obras bibliográficas. A FBN é a maior casa dos livros no Brasil, mas abriga também muitos outros materiais em seus estimados 9 milhões de itens. No que se refere a obras iconográficas, algumas estão dentro do recorte tradicional de obra bibliográfica, mas outras escapam a uma interpretação mais restritiva desse modelo. Nos propomos, então, a pensar na ampliação dos critérios de raridade a fim de contemplar essa diversidade de obras iconográficas na instituição.

O estudo foi desenvolvido com base no panorama histórico de formação da própria instituição e na vivência do cotidiano de trabalho envolvendo processamento técnico, acondicionamento, guarda, disponibilização e processos que as distintas materialidades demandam. Para se obter uma visão mais detalhada, elencamos os tipos de obras e alguns exemplos, acompanhados de definição básica, sem o intuito de aprofundar os materiais, mas de estabelecer uma base comum.

Outro pilar que orientou a pesquisa foi o profundo estudo realizado como parte do grupo de perícia em obras que sofreram furto e cuja análise busca identificar autêntico pertencimento ao acervo. A tarefa demanda, inclusive, uma reconstituição detalhada da trajetória das obras com investigação em várias fontes documentais, até mesmo de cunho administrativo.

Além da bibliografia disponível para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados, incluindo a preciosa compilação existente nos Anais da Biblioteca Nacional, tomou-se como ponto de partida teórico os critérios de raridade utilizados pela instituição. Todo esse caminho pavimentado por elementos práticos e teóricos permite a ampliação dos mencionados parâmetros, tendo como foco o acervo iconográfico.

Breve histórico da Biblioteca Nacional e seu acervo

O estudo de qualquer acervo, seja ele bibliográfico ou não, exige sempre que se considere o histórico da instituição que o abriga, sua missão e sua estrutura. A FBN carrega mais de dois séculos de história, sob várias formas de regimes políticos, uma vez que o núcleo formador do acervo veio de outro país e foi dinamizado, tratado, estudado, conservado e crescido ao longo desses anos. A história é conhecida e a ideia é aqui mencionada só para que se tenha em mente a complexidade envolvida quando se trata da instituição que é a responsável pela memória bibliográfica do país.

A Real Biblioteca havia sido atingida pelo terremoto de 1755 e dom José iniciou a formação de “nova livraria para uso da família Real” (Biblioteca Nacional, 1881-2, p. 559). A biblioteca foi constituída, em sua maior parte, pela coleção do Abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado. As coleções da Real Bibliotheca da Ajuda e a da Bibliotheca do Infantado, que fazem parte do núcleo formador da Biblioteca Nacional, foram trazidas por ocasião da vinda da família real. Sua primeira estada foi no Hospital da Ordem Terceira do Carmo. Nos primeiros anos, a biblioteca não tinha um caráter público como entendemos hoje; o acesso a livros, estampas e demais materiais estavam sujeitos a permissão especial.

O núcleo formador da coleção nesse início do século XIX apresenta as obras pertencentes ao frei José Mariano da Conceição Velloso, doadas pelo Provincial dos Religiosos Franciscanos da Província da Immaculada Conceição do Brasil; a livraria de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga; os desenhos, estampas, livros e manuscritos comprados ao arquiteto José da Costa e Silva, entre os quais se destaca a preciosa coleção de desenhos italianos com autoria de vários e importantes artistas; e a livraria de Antonio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca, arrematada pelo governo para a Real Biblioteca. Desta coleção constam, além de Grande Teatro do Universo, com seus 120 volumes, a Coleção de Antiguidades Romanas e Gregas e outros volumes, todos compostos por gravuras. Compunham ainda o acervo da Real Biblioteca as chamadas “propinas”, doações compulsórias que os editores deveriam realizar.

Em 1858, a biblioteca passou a funcionar no prédio da atual Escola de Música da UFRJ, na rua do Passeio. Benjamim Franklin Ramiz Galvão que assumiu o comando da Biblioteca em 1870 empenhou-se, com o apoio do Conselheiro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, em buscar experiências nas bibliotecas europeias e formar uma comissão que empreenderia uma reforma total em sua organização. A instituição ficou, a partir dessa reforma, organizada em três seções: Impressos e cartas geográficas, Manuscritos e a nossa Seção de Estampas, a 3ª Seção, que contava com apenas duas salas no seu nascimento. Assim nasce, em 1876, aquela posteriormente chamada Seção de Iconografia. Segundo relatório publicado nos Anais, essas salas eram

pequenas e mal mobiliadas, e deveriam acomodar um acervo que, de acordo com o levantamento de Ramiz Galvão, devia conter mais de trinta mil peças, além de livros e catálogos com assuntos concernentes às Artes. A seção contava ainda com uma oficina destinada às tarefas de limpeza, reparos e montagem das peças, que ficou a cargo de Antonio Luiz Pinto Montenegro. Ramiz Galvão foi responsável ainda pela Exposição de História do Brasil, inaugurada em 1881, assim como pela produção dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*.

O prédio atual, na Cinelândia, foi inaugurado em 1910, e a mudança ocorreu durante aproximadamente 140 dias do ano anterior. No prédio novo a administração decidiu separar o Gabinete de Moedas e Medalhas que fazia parte da seção de Estampas, e anexar a este as Cartas Cartográficas. Em 1911, a organização seria constituída por 4 seções: Impressos, Manuscritos, Estampas e Cartas Cartográficas e Moedas e Medalhas. Em 1922 já há a informação de que a coleção de numismática passou a ficar sob a guarda do Museu Histórico Nacional. A Seção de Cartografia só irá se separar das Estampas, a Seção de Iconografia, apenas em 1998.

A organização estrutural das áreas de acervo respondeu à necessidade de organização do próprio acervo. Adotando modelos originados em outras realidades ou atendendo a demandas próprias, questões administrativas se desenrolaram em paralelo ao acervo da biblioteca, que já chegou ao Brasil com um grande volume de obras vindas de Portugal, e aqui continuou a crescer exponencialmente. Com uma origem comum, e criadas para segmentar as áreas de guarda, as seções não estão isoladas, pois existe integração entre elas, como não poderia deixar de ser, sempre objetivando a preservação do acervo e a facilitação de pesquisa. Esses são os parâmetros que fazem com que nossa atenção seja sempre constante: os limites entre preservar e disponibilizar.

O acervo é de todos, mas a instituição tem a missão precípua de preservação da memória nacional. Entretanto, a memória é viva e há um manancial infinito de coisas a serem descobertas, exploradas, pesquisadas, difundidas e assim formarem corpos substanciais que reverberam como todo o patrimônio precisa vibrar para, dessa forma, existir e criar laços com seu público. Esse imenso organismo, a Biblioteca Nacional, comporta assim outros que estão entrelaçados e engajados em missões dentro da Coordenadoria de Acervo Especial (CAE) para a missão maior da instituição.

O acervo especial dentro de uma biblioteca

Este trabalho parte da Seção de Iconografia, um dos setores de acervo especial que junto a Manuscritos, Cartografia, Obras Raras, Música e Arquivos Sonoros contemplam as áreas de acervo físico da CAE. Também faz parte desta coordenação o Plano Nacional de Acervo Raro (Planor) que, entre suas muitas

atribuições e metas, realiza conexões com outras instituições no que se refere a acervo raro. A formação dessas e outras seções de acervo vem acontecendo ao longo dos mais de 200 anos da instituição, de maneira orgânica e sem fronteiras rigidamente estabelecidas quanto à tipologia dos materiais, sendo a temática o critério predominante para a determinação da área de guarda.

O acervo especial, como é fácil observar pela especificação e sua tipificação, demanda uma série de cuidados, desde sua aquisição, seja por compra, permuta ou doação, até a verificação das necessárias condições físicas de guarda e acondicionamento ideais, assim como do processamento técnico. A própria criação de uma coleção especial tem em si o propósito da preservação de patrimônio que demanda cuidados mais específicos. A FBN conta com uma comissão formada por técnicos especialistas de vários setores para avaliação da pertinência da entrada de obras para compor o acervo. É necessário que se avalie se o objeto se encontra de acordo com a política de aquisição da instituição com sua missão e se há possibilidade física de recebimento da obra.

A maior parte do acervo da FBN tem o suporte em papel. Todo processamento, desde a atribuição de marca de propriedade, passando por processos de acondicionamento, catalogação, guarda, disponibilização para o pesquisador, além da possibilidade de participação em exposições internas ou externas (o que implica um processo de empréstimos), há que ser cuidadosamente avaliado. O papel, via de regra, é o suporte tradicional, inclusive para peças iconográficas que se encontram no acervo.

Como dito anteriormente, a organização da CAE atende a critérios mais relacionados ao tema do que a materialidade do suporte, o que implica uma relativa dispersão da tipologia do material em detrimento da reunião temática. Por esse critério, a localização de determinados materiais não é tão segmentada, e assim há desenhos, fotografias e cartões postais em coleções localizadas na Seção de Manuscritos, fotografias de cantores e compositores na Seção de Música e Arquivos Sonoros e mapas cartográficos em obras localizadas na Seção de Iconografia, por exemplo.

A organização da Seção de Iconografia estabelece uma espécie de curadoria em relação às tipologias de materiais principais que se encontram em sua área de guarda, independente do tema dessas obras especiais. Embora exista um trabalho de equipe integrado, ocorre uma dedicação mais focada em determinados elementos que diferenciam os tipos de materiais típicos de obras iconográficas. Como guardião de um acervo realmente especial, a Seção de Iconografia abriga o maior patrimônio de imagens do país e sob sua guarda encontramos, em linhas gerais, as seguintes tipologias: gravuras brasileiras e estrangeiras, matrizes de gravuras, originais de arte, documentos fotográficos, desenhos técnicos (incluindo aqui os desenhos de arquitetura), livros de artista, impressos efêmeros e objetos. A essas tipologias soma-se, naturalmente, a coleção bibliográfica. A estimativa é de que a seção abrigue cerca de 250 mil itens.

Todos esses materiais estão organizados e tratados dentro de uma biblioteca, e dentro desta grande instituição a Seção de Iconografia acaba sendo um local de referência para suportes diferenciados que escapam aos grandes grupos citados e que são realmente únicos dentro da maior casa de livros do Brasil.

Ampliação dos critérios de raridade no âmbito de obras iconográficas

A competência primeira da Biblioteca Nacional lista captar, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional. Mas o panorama anterior buscou descortinar a diversidade do acervo que está além da tradicional obra bibliográfica. Para estabelecer diretrizes de critérios de raridade para qualificação de obras raras é condição *sine qua non* identificar a política da instituição e seus objetivos. O que já é uma grande missão toma proporções correspondentes numa biblioteca nacional cuja missão é coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual de todo o país.

Cabe neste momento elencar pontualmente os critérios de raridade elaborados pela Seção de Obras Raras desta instituição (Biblioteca Nacional, [2001?]) para refletir sobre a ampliação de tais critérios a fim de contemplar a diversidade de materiais das obras iconográficas.

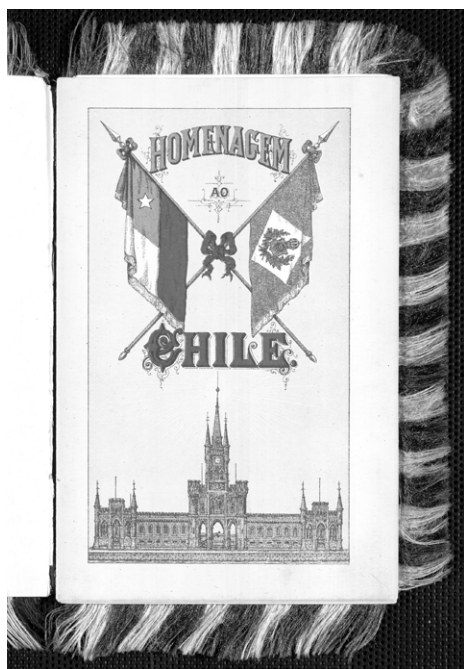
- Critério cronológico – Esse critério tem como marco inicial as primeiras obras publicadas após a invenção dos tipos móveis em meados do século XV, quando teve início o processo tipográfico de impressão. As publicações datadas até 1500 são denominadas incunábulos. Incluídas por este critério temporal estão as obras publicadas até o século XVIII. Para a FBN o conceito de obras raras se estende até 1841, em razão do início tardio da impressão legal em terras brasileiras, o que só veio a ocorrer após 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Brasil.
- Edições de tiragens reduzidas – Abrange publicações de edições em papel especial, numerado e geralmente assinadas.
- Edições especiais – São publicações de luxo para colecionadores, bibliófilos.
- Exemplares de coleções especiais – Em regra geral, são obras com belas encadernações e ex-líbris. Esse critério leva em consideração o vínculo de uma obra com seu conjunto, pela história de sua coleção, ainda que isoladamente o exemplar não atenda a outros critérios.
- Exemplares com anotações – Trata-se de anotações manuscritas relevantes, que informem a proveniência da obra, por exemplo, ou ainda de anotações relacionadas a dedicatórias.
- Obras esgotadas – É um critério amplo, sobretudo quando se trata de grandes instituições com acervos não contemporâneos.

Observando os critérios elencados adotados no âmbito de obras bibliográficas na FBN, é possível estendê-los às obras iconográficas que não são necessariamente bibliográficas. Contudo, seria inviável deslocar para a Seção de Obras Raras todas aquelas que atendessem a algum dos critérios. Dentro dessa realidade, cada seção tem em sua área de acervo as obras consideradas preciosidades e que estão alinhadas a tais critérios de raridade.

A criação da Seção de Livros Raros, em 1946, estabeleceu a missão principal de salvaguardar o acervo bibliográfico raro, único e precioso da FBN. Atualmente, esta Seção é denominada Obras Raras, mas ainda se caracteriza muito fortemente

como uma divisão de livros e de um volume considerável de periódicos raros. Contudo, mesmo com o perfil histórico da seção, encontramos em sua área de guarda algumas obras em suportes diferenciados como, por exemplo, o cardápio do último baile na Ilha Fiscal.

A coleção de cardápios da FBN está localizada na Seção de Iconografia. Considerados efêmeros, alguns cardápios do século XIX são ricamente ilustrados e parte da história gastronômica está nessas obras, assim como a história da imagem litográfica. Mas o cardápio do baile que se realizou seis dias antes da Proclamação da República tem um relevo histórico que adiciona nova camada de raridade aos critérios já elencados. Por ser o *menu* do último baile do Brasil sob



Cardápio do último baile da Ilha Fiscal em 1889.
[Homenagem...], 1889.

o regime monárquico governado por dom Pedro II, foi este, muito provavelmente, o motivo que o levou para a Divisão de Obras Raras. Este é apenas um exemplo de como obras tipicamente iconográficas (ou não bibliográficas) já são atualmente tratadas como obras raras, ainda que os critérios institucionais não sejam claros quanto a sua inclusão. Já ocorre um entendimento mais amplo dos critérios, pois, na prática, a Biblioteca Nacional comporta outras bibliotecas dentro de si e cada seção tem sua própria gama de obras raras, ainda que não sejam obras necessariamente localizadas na seção imbuída desta missão. Mas o oposto também acontece, pois não é incomum encontrar obras típicas de acervos bibliográficos localizadas na Seção de Iconografia em razão de seu artefato, mais do que por sua materialidade.

A título de exemplo, temos na Iconografia um souvenir que se propõe a ser o menor livro do mundo. Ele mede 0,5 cm x 0,5 cm e a área impressa, 3,5 mm x 3,5 mm, contém a oração do “Pai Nosso” em sete idiomas [19--]. A encadernação foi feita à mão, em couro, com estampa em ouro e a caixa de acrílico tem função de lupa. É uma produção do Museu Gutenberg, na Alemanha. E ele não é de fato o menor livro do mundo, pois já existe um japonês que mede 0,75 mm. O *site* do museu informa que é uma obra da qual foi feita apenas uma edição. E nem há unanimidade de que ele seja, de fato, um livro. Mas o que sabemos é que não é uma obra iconográfica. É pelo artefato que ele se encontra na seção.

O primeiro ex-líbris brasileiro, de Manoel de Abreu Guimarães, de Minas Gerais, encontra-se na Seção de Iconografia. Ele mede 7 cm x 6 cm e, em comparação com o “menor livro do mundo”, tem 14 vezes o seu tamanho. O ex-líbris não tem uma data precisa, mas estima-se que seja de fins do século XVIII ou começo do XIX, ou seja, de um período em que as bibliotecas particulares não eram permitidas no Brasil. Este exemplar é o único conhecido e encontra-se na Seção de Iconografia.

Além dos itens atípicos, livros iconográficos raros dos séculos XVI, XVII e XVIII estão localizados tanto na Seção de Obras Raras como na Iconografia. Sejam exemplares distintos de uma mesma obra, ou obras diferentes sobre um mesmo tema, essa ambivalência na localização do acervo apenas evidencia a convergência já abordada anteriormente no que se refere a acervo especial e raro. É o caso da *Crônica de Nuremberg*, que tem exemplares nas duas seções. Já os livros de emblemas, por exemplo, são livros iconográficos essencialmente e estão divididos entre as duas seções.

Obras em formatos tradicionais, ou em suporte papel, mas em formatos especiais, ou ainda obras em materialidades diversificadas estão localizadas em toda a biblioteca. É inquestionável o valor de patrimônio público do acervo da FBN. Por consequência, o valor material dos exemplares sob sua guarda é proporcional e, por este motivo, o acervo foi vítima de furtos, alguns deles de grande impacto para a história da instituição e, em especial, para a Seção de Iconografia.

A experiência das perícias na recuperação de obras furtadas

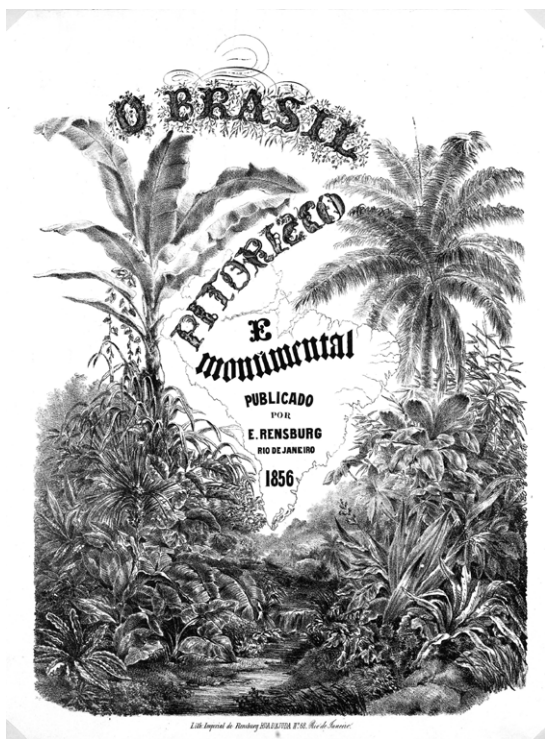
Neste texto trazemos o relato sobre a experiência do grupo de perícia nomeado pela FBN, em 2018, para a elaboração de laudos que resultassem da análise de obras suspeitas, a fim de confirmar, ou não, seu pertencimento ao acervo da instituição. Para atingir o objetivo proposto, não vamos nos ater ao histórico dos furtos, já abordados no XIII Enar, em 2018. Dessas experiências, realmente traumáticas para a instituição assim como para os funcionários que as

vivenciaram, o importante é atentar para o fato de que, sempre que uma obra é roubada, há a expectativa de recuperação já que se trata de um bem móvel não perecível. E é por essa razão – a possibilidade de reaver obras furtadas – que a FBN nomeou servidores para atuarem na investigação e emissão de laudos.

Todo processo de análise sobre uma obra suspeita é precedido de um longo estudo histórico do exemplar furtado, o que está muito além dos dados descritivos da ficha catalográfica. Trata-se de uma gama variada de informações que contextualizam sua produção, sua circulação, sua entrada no acervo da instituição e o percurso que trilhou fazendo de cada obra única, ainda que seja “mais um” exemplar. Para ilustrar a experiência do grupo de perícia, trazemos como estudo de caso uma obra do século XIX que pertence a um universo híbrido entre obra bibliográfica e iconográfica, composta de pranchas avulsas colecionáveis, mas que, ao mesmo tempo, não deixam de ser completas em sua individualidade. São álbuns de vistas que reúnem imagens que funcionam como imagem-arquivo, tomando emprestado um conceito de Joaquín Barriendos sobre a colonialidade do ver (Barriendos, 2019, p. 42). Tais álbuns de vistas do Rio de Janeiro são frequentemente utilizados como fonte iconográfica daquele período, nos fornecendo composições que fazem parte da construção do imaginário visual de uma época. São vistas que cumprem a função de ilustrar e documentar visualmente

lugares, uma funcionalidade que mais tarde a fotografia iria assumir.

Apresentamos a obra *O Brasil pitoresco e monumental* ou *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*, com litografias gravadas por Bertichen e impressas no Rio de Janeiro na Litografia Imperial de Rensburg a partir de 1856. Algumas pranchas dos dois exemplares de cofre foram furtadas em 2004, durante a consulta do acervo por criminosos que se fizeram passar por pesquisadores para conseguirem acesso às obras e subtraírem pranchas, levando-as dobradas e escondidas junto ao corpo.



Folha de rosto da obra *O Brasil pitoresco e monumental*. Bertichen, 1856.

O histórico de uma obra e o que ele nos apresenta

Para compreender a concepção de uma obra colecionável como *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*, precisamos recorrer a diversas fontes primárias e secundárias tamanha a complexidade da conjuntura de sua publicação, o que não se imaginava até o momento da perícia. Anunciada em diversos jornais em 1856, a obra teria inicialmente o título *O Brasil pitoresco e monumental* cujos fascículos teriam periodicidade mensal e cada número seria composto por quatro estampas avulsas mais um folheto textual explicativo. Segundo o projeto original de Bertichen, o idealizador da obra, as estampas seriam encadernadas assumindo um formato de álbum quando houvesse um acumulado dessas publicações.



Jornais de 1856 noticiando a publicação de Bertichen foram fontes essenciais para compreender a proposta editorial da obra *O Brasil pitoresco e monumental*. *O Brasil...*, 8 mar. 1856; *O Brasil*, 10 abr. 1856, *Brazil...*, 1856a e b.

Gilberto Ferrez produziu uma edição fac-similar da obra em 1976, quando a obra original completou 120 anos, acrescentando a ela algumas informações históricas. Ferrez afirmou que a publicação das litografias de retratos nunca ocorreu e que a alteração do título de “Brasil” para “Rio” ocorreu durante as publicações com o objetivo de adequar o título da obra ao conteúdo editado. *O Brasil pitoresco e monumental* passou a se chamar *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*, e funcionam como títulos equivalentes da mesma obra. Um projeto que se propunha mais abrangente acabou se tornando uma obra de vistas do Rio de Janeiro.

Foram publicadas no total 47 pranchas de estampas. Um número que não é múltiplo de 4, outra alteração do projeto original noticiado nos jornais de quatro pranchas por número. Ferrez informou que são poucos os álbuns existentes conhecidos e que a maioria seria composta por 24 estampas. Nas três primeiras remessas o editor imprimiu uma folha de rosto do tamanho das estampas e mais as páginas de texto descritivas. A introdução circulou apenas

no primeiro número. A FBN não possui a folha de rosto nem a maioria dos folhetos de texto, que só foram localizados completos por Ferrez na coleção de Alberto Lee. O autor ainda enumera apenas oito exemplares conhecidos na época de sua edição fac-símile:

- Biblioteca Nacional – 47 estampas;
- Paulo F. Geyer – 47 estampas;
- Museus Castro Maya – 44 estampas;
- Instituto de Estudos Brasileiros – 24 estampas p&b + 11 estampas coloridas;
- Museu Imperial – 24 estampas coloridas + folha de rosto;
- Museu da Cidade – 17 estampas;
- Alberto Lee – 16 estampas;
- Gilberto Ferrez – (sem informações de quantidade).

Esta é uma obra iconográfica impressa, editada e publicada, mas escapa da descrição mais restrita do conceito de obra bibliográfica. Por se tratar de uma obra colecionável é comum que nem todos os álbuns tenham todas as pranchas comercializadas, como podemos ver na variação entre os exemplares citados por Ferrez. Além disso, é comum encontrar-se pranchas avulsas que nunca fizeram parte de um volume tratadas como gravuras. A natureza de sua publicação pode ser responsável pela pulverização das estampas, de maneira que se perderam enquanto conjunto e parte de uma mesma obra.

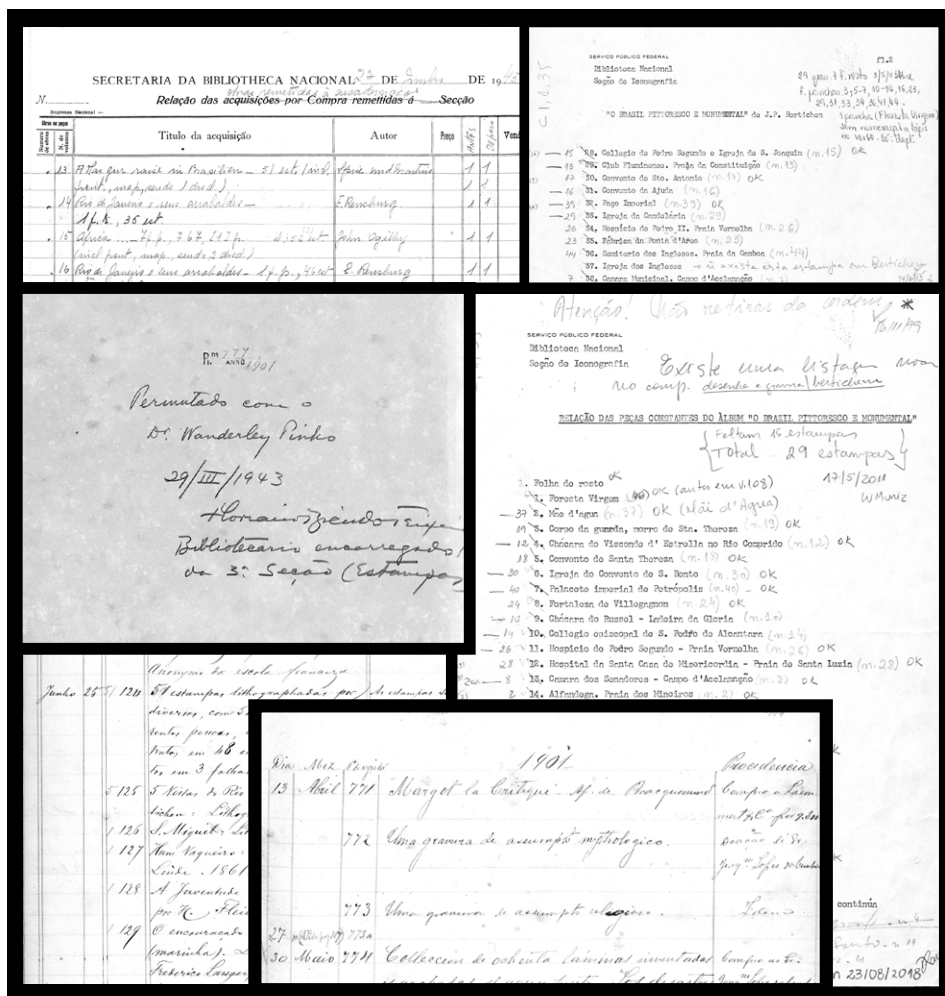
Os exemplares no acervo da Biblioteca Nacional

Após um breve histórico que sublinha algumas diferenças entre a proposta editorial e o que realmente foi publicado, vamos nos ater ao universo da FBN e a obra em seu acervo, já cientes dos aspectos que caracterizam a publicação e que a tornam tão particular. Com a finalidade de recuperar o trajeto dos exemplares de *Rio de Janeiro e seus arrabaldes* dentro da instituição, foi realizada uma pesquisa em fontes internas, principalmente de natureza administrativa. Entre o material consultado estão:

- Livros de tombo;
- Anotações manuscritas nas peças;
- Controle de encaminhamentos para encadernação e ações de conservação;
- Listagens das estampas que acompanham os exemplares e que registram alterações identificadas ao longo do tempo.

Através dessas fontes pudemos identificar nos livros de tombo antigos que a FBN registrou a aquisição de pranchas avulsas dessa obra a partir de 1878. As listagens que acompanham os exemplares registraram em anotações manuscritas alterações ao longo dos anos. Informações extraídas de anotações manuscritas no verso das peças também serviram de fonte. Numa delas há

a seguinte anotação manuscrita: “Permutado com o Dr. Wanderley Pinho 29/III/1943 Floriano Bicudo Teixeira Bibliotecário encarregado da 3ª Seção (Estampas)”, o que poderia justificar a falta de algumas delas. Acreditamos que as pranchas que restaram no acervo com essa anotação foram remanescentes de um processo de permuta interrompido, pois o registro antigo, anotado em 1901, comprova que elas já pertenciam à biblioteca e que seriam permutadas e não adquiridas por permuta como poderia o texto manuscrito induzir. Os controles internos de encaminhamento para encadernação de 1945 registram uma importante alteração na obra. E controles topográficos, por exemplo, mostram listagens que acompanham os exemplares e que vão sendo editadas ao longo do tempo.



Documentação administrativa da FBN. Fonte: reprodução de livros de tomo antigos, de anotação manuscrita no verso e de documentos administrativos de trânsito dos exemplares da obra na instituição.

Pesquisando nessa documentação, podemos concluir que a FBN tem hoje o que se pode quantificar como quatro exemplares do *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*. Para maior compreensão de sua composição, vamos descrevê-los brevemente a seguir.

O primeiro exemplar é um volume idealmente organizado e que recebeu um número de tombo como obra em 1971. Esse termo “idealmente organizado” refere-se à ação de reunir o maior número de pranchas não repetidas com a finalidade de compor um volume. Ou seja, para este exemplar foram reunidas estampas de origens diversas, o que pode ser verificado a partir de anotações de procedência manuscritas no verso, ou de registros patrimoniais distintos para compor uma obra com 46 estampas. Este exemplar, guardado em cofre, seria o mais completo do acervo, composto por pranchas avulsas acondicionadas em uma caixa porta-fólio com o título gravado *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*. As pranchas foram refiladas provavelmente no momento em que a caixa para guarda foi confeccionada. Atualmente, após o furto, este exemplar factício, reunido quase um século após a aquisição das primeiras pranchas avulsas, contém 29 pranchas das 46 organizadas em 1971. Este número já não corresponde às 47 estampas registradas por Gilberto Ferrez em sua obra de 1976, cinco anos depois de sua organização como volume.

O segundo exemplar também encontra-se localizado em cofre. Ao contrário do primeiro, que reuniu as estampas avulsas em caixa porta-fólio, este exemplar é encadernado. A folha de rosto está muito danificada devido à acidez do papel. A encadernação foi realizada nos laboratórios da própria FBN e, assim como o exemplar anterior, as pranchas foram refiladas para assumirem a mesma dimensão. Desde sua encadernação a relação das estampas que a acompanham nos indicam que das 35 estampas reunidas nesse exemplar, duas já eram repetidas. Após o furto, este exemplar conta com apenas 22 estampas.

Os outros 2 exemplares, como a FBN os trata, são acondicionados como pranchas avulsas em mapotecas e não como volumes reunidos sob um mesmo título. Um deles tem atualmente 30 pranchas e o outro cinco, e não há divergência sobre quantidade anteriormente registrada. Dessa forma, esses exemplares não foram vitimados pelos furtos. Uma vez que não foram reunidos como volumes, não foram catalogados como tal e têm entrada nos catálogos pelos títulos das pranchas avulsas. Junto a elas se encontra a única parte textual que a FBN possui. São as páginas numeradas de 9 a 16 de um dos fascículos de texto que acompanharia um lote de publicação das estampas.

Como saldo, das 47 estampas que Gilberto Ferrez informou que a FBN possuía em 1976, a instituição já não possui mais em nenhum de seus quatro exemplares as estampas “Barraca de Quitandeira” e “Igreja dos Ingleses”.

A ficha catalográfica disponível no catálogo físico para consulta dos pesquisadores indica o exemplar que seria mais completo. Embora desdobrada em quatro fichas, ela é concisa e, assim como a catalogação na base de dados

digital, sua descrição não comporta tamanha complexidade do histórico de cada exemplar da instituição que foi tão difícil de reconstituir, da mesma forma como é inviável tratar os exemplares individualmente pela origem em comum de algumas de suas partes.

O que podemos concluir a partir desse estudo de caso

O Brasil pitoresco e monumental ou *Rio de Janeiro e seus arrabaldes* foi a obra de mais complexa reconstituição histórica em que a equipe de perícia da FBN trabalhou até o momento. Desde a proposta editorial que divergiu da obra publicada, a alteração no título, até a forma como a biblioteca tratou seus exemplares ao longo desses quase 150 anos que compõem seu acervo.

A equipe de perícia trabalhou com outras obras com a mesma proposta de reunir vistas em álbuns como o *Álbum do Rio de Janeiro moderno*, de Sisson, em 1860, *O Rio de Janeiro pittoresco*, de Moreau e Buvelot, publicado em 1842, e o *Souvenir de Pernambuco*, com desenhos de Emil Bauch gravados por Kauss em obra datada de cerca de 1850. Contudo, nessas obras foi mais fácil identificar os aspectos referentes à concepção da obra, produção e circulação, assim como sua continuidade e integridade enquanto exemplar do acervo da FBN sem alterações tão profundas como no caso apresentado. Nesta obra, editada por Bertichen, os exemplares foram mudando de tamanho, de localização, de suporte e de arranjo entre eles ao longo do tempo. Não apresentamos aqui cada detalhe dessas alterações porque não era esse o objetivo principal. A proposta era apontar alterações de naturezas distintas pelas quais essa obra pode passar, muitas delas como resultado de decisões administrativas, ou mesmo pessoais, que estão sempre sujeitas a críticas e reformulações. É importante ressaltar que a obra nunca foi adquirida completa e encadernada como *Brasil pitoresco e monumental*, tampouco como *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*.

É, no mínimo, curioso pensar como essas litografias que, assim como gravuras, são obras reprodutíveis, e que foram comercializadas em média ou até mesmo larga escala, são hoje tão escassas. O que fica evidente é que por trás de uma catalogação disponibilizada em base de dados para o pesquisador há muita história, há muitas nuances em sua trajetória que fazem de cada exemplar uma obra única. Nesse caso, uma obra iconográfica de relevo inquestionável que transita entre o conjunto das pranchas como volume factício e tratamento individualizado como gravura sem fronteiras claras dentro de uma mesma instituição.

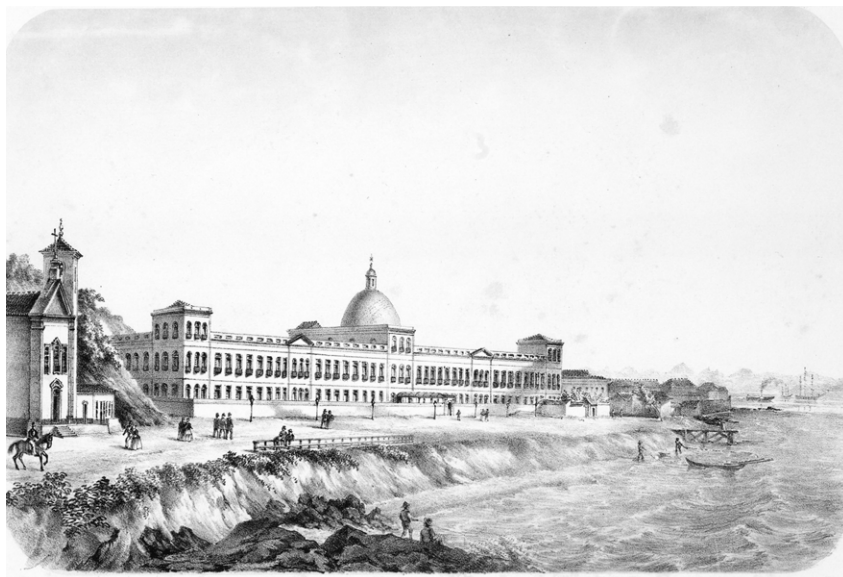
Considerações finais

O exemplo que foi apresentado é apenas uma de tantas obras com vistas que foram comuns no século XIX. As publicadas em pranchas avulsas, tornavam-se ou não um volume, dependendo de quem as colecionava. Numa instituição, ela está sujeita a decisões diversas que se alteram, por vezes com base em critérios que mudam à luz de novos entendimentos e concepções de tratamento técnico.

Rio de Janeiro e seus arrabaldes é uma obra iconográfica de importância ímpar para o repertório visual de um período. Pensando a partir dos critérios de raridade elaborados pela Seção de Obras Raras para obras bibliográficas da FBN, é mister a ampliação de tais critérios a fim de contemplar obras iconográficas que escapem a uma interpretação mais limitada dos mesmos, que devem servir mais como balizas orientadoras, sem função restritiva. Pelo critério cronológico dos incunábulo brasileiros a obra estudada excederia o período. Além disso, não se encaixa no formato tradicional de obra bibliográfica. A parte textual se perdeu com os folhetos que acompanhavam as pranchas e que não encontramos na íntegra em nenhum dos exemplares do acervo. Mas isso não invalida o fato de que ela foi pensada para ser uma obra com folha de rosto, texto explicativo e estampas a serem reunidas independentemente de como se apresentam em suas respectivas coleções.

Hoje, as estampas são localizadas em volumes que têm dois títulos equivalentes, ou encontradas avulsas, catalogadas como gravuras pelas legendas que as identificam. Como eleger o exemplar mais raro da coleção da FBN se sabemos que, até esse levantamento histórico, seus exemplares sempre estiveram em transformação, com remanejamento de pranchas para os volumes que seriam “mais adequados” de acordo com o entendimento de uma época. É um debate complexo que certamente amplia nosso olhar para questões que extrapolam um enquadramento padrão e, por isso, restritivo. A própria catalogação numa base de dados *online* que democratiza o acesso se depara com a necessidade de rotular previamente obras como essa em “livro” ou “gravura” para iniciar sua entrada na referida base. Escolhendo um ou outro, já estabelecemos uma restrição por tipo de material que filtra o resultado para o pesquisador.

Algumas dessas questões só se formularam como tal pela necessidade imposta pelos trabalhos relacionados à produção de laudos técnicos pela equipe de perícia nominada pela FBN. Apenas a pesquisa histórica sobre o contexto de sua produção e sobre o trajeto de tais exemplares dentro da biblioteca permitiram identificar sua preciosidade, não só para o acervo da instituição como para o público em geral devido a sua escassez. *Rio de Janeiro e seus arrabaldes* reúne estampas com vistas com as quais certamente já nos deparamos em exposições, livros, documentários e também outras obras que remetem a um certo período, pois são imagens formadoras do imaginário de um Rio de Janeiro daquela época.



Hospital da Santa Casa da Misericórdia: praia de Santa Luzia. Fonte: BERTICHEN, Pieter Godfred. Hospital da Santa Casa da Misericórdia: Praia de Santa Luzia. In: *Rio de Janeiro pitresco*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1856]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393044/icon393044_29.jpg. Acesso em: 9 nov. 2021.

Essa obra nos proporciona vistas de um Rio de Janeiro que não existe mais, que se transformou com intervenções urbanísticas como na estampa que registra a praia de Santa Luzia na estampa do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Época anterior aos aterramentos das primeiras décadas do século XX, no centro da cidade do Rio de Janeiro, que, por exemplo, originaram o famoso Aterro do Flamengo e o Aeroporto Santos Dumont, porém deram fim à praia de Santa Luzia.

Projetos recentes capitaneados pelas Seções de Depósito Legal e Iconografia para captação de livros fotográficos contemporâneos, por vezes frutos de uma produção fora do grande mercado editorial, ou mesmo outro projeto com foco em livros de artistas nos fazem refletir mais pontualmente sobre obras iconográficas no contexto de biblioteca e nos permitem até mesmo repensar o próprio conceito de obra bibliográfica.

Obras que depositam na imagem os elementos fundamentais para a compreensão de seu conteúdo fazem parte da mesma história do desenvolvimento das técnicas de produção de imagens. É importante ressaltar o deslocamento da função das imagens em obras que partiram de um uso meramente decorativo junto ao texto, como as vinhetas tipográficas, até as obras compostas exclusivamente por imagens, como os livros fotográficos contemporâneos. A história da imagem no livro acompanha sua produção desde a forma artesanal até a industrial, passando pelas publicações exclusivamente digitais. Então, não há

uma divisão limítrofe que distinga obras iconográficas de obras bibliográficas. Elas pertencem a uma mesma tradição que não necessariamente deve ser abordada por uma oposição entre texto e imagem. Todo percurso construído a partir de elementos teóricos e práticos permitiu um olhar mais abrangente dos mencionados critérios de raridade, ou seja, tendemos a incluir obras iconográficas dentro dos mesmos critérios já elaborados sem que se faça uma divisão dicotômica entre obra bibliográfica e iconográfica no âmbito da Biblioteca Nacional.

Não terminamos este estudo com um manual ou um veredito. Como enunciado no título, nossa intenção era pensar critérios de raridade no âmbito de obras iconográficas, e para esse exercício trouxemos um pouco do nosso dia a dia para ampliar espectros e expandir olhares, para um entendimento de que os critérios utilizados para identificação de obra rara bibliográfica podem e devem abarcar formatos diversos uma vez identificados como preciosos para o acervo.

Referências

- BARRIENDOS, J. A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, p. 38-56, 2019.
- BERTICHEN, Pieter Godfred. *O Brasil pitoresco e monumental*. Rio de Janeiro: Imperial de Rensburg, 1856. 1 Album (30 pranchas), il., col, 28,6 x 39 cm em pasta 31,4 x 44 x 3,5. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=22790. Acesso em: 25 abr. 2022.
- BIBLIOTECA Nacional (Brasil). *A moderna gravura brasileira*: catálogo da exposição. 1974. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon452459/icon452459.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.
- BIBLIOTECA Nacional (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, v. IX, 1881-2.
- BIBLIOTECA Nacional (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, v. XI, 1885.
- BIBLIOTECA Nacional (Brasil). *Crêterios de raridade*: catálogo coletivo do patrimônio bibliográfico nacional – CPBN – séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: Planor, [2001?]. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: out. 2021.
- O BRASIL pitoresco e monumental. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typografia do Diário, ano 34, n. 68, p. 6, 8 mar. 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/42921. Acesso em: 10 nov. 2021.
- O BRASIL pitoresco e monumental. *O Correio da Tarde*: jornal commercial, politico, litterario e noticioso, Rio de Janeiro: Typographia fluminense, ano 2, n. 83, p. 4, 10 abr. 1856. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/090000/791>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRAZIL Pittoresco e Monumental. *A Semana*: jornal litterario, scientifico e noticioso, Rio de Janeiro: Typ. de N.L. Vianna e Filhos, v. 1, n. 11, p. 120-121, 17 fev. 1856a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/739421/120>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRAZIL Pittoresco e Monumental. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 47, p. 1, 17 fev. 1856b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/9522. Acesso em: 10 nov. 2021.

CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil, 1808-1930*: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

DOCTORS, Marcio (org.). *A cultura do papel*. Rio de Janeiro: Fundação Eva Klabin Rapaport: Casa da Palavra, 1999.

[HOMENAGEM ao Chile]: Menu do banquete oferecido a officialidade do encouraçado chileno Almirante Cochrane pelo presidente do Conselho de Ministros do Imperio do Brasil, visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1889. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or58_1_6A/or58_1_6A.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, Renata. *A imagem gravada*: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHEDDEL, Hartmann. Registrum huius operis libri cronicarum cu[m] figuris et ymagi[ni]bus ab inicio mu[n]di. - Nuremberg[a]e [Nuremberg]: Anthonius Koberger [Anton Koberger], duodecima mensis julii [12 jul.] 1493. [20], ccxcix, [9] f., il., mapas; 48 cm. (fol.).

A censura e a raridade
bibliográfica em periódicos: os
veículos da imprensa alternativa
nas bibliotecas brasileiras

Raphael Diego Greenhalgh

Doutor em Ciência da Informação e bibliotecário na Biblioteca Central da
Universidade de Brasília





Resumo

A raridade bibliográfica em periódicos é um tema que carece de mais estudos que subsidiem o trabalho dos profissionais que lidam com acervos raros. O presente trabalho busca analisar a possibilidade de atribuição de raridade relacionada à imprensa alternativa do período da ditadura militar, buscando também identificar a presença desta tipologia documental nas bibliotecas brasileiras. Tais objetivos são importantes porque o entendimento das especificidades da censura pode ajudar a traçar a raridade bibliográfica e a encontrar elementos que atribuam importância e revelem a escassez deste material. Para isso, pesquisou-se a presença de títulos da imprensa alternativa, indicados por Kucinski (2018), nas bibliotecas da Rede Pergamum e na Biblioteca Nacional. Observou-se que é baixa a proporção de títulos da imprensa alternativa nessas bibliotecas, assim como, frequentemente, mesmo os títulos encontrados não apresentam a coleção completa. Desse modo, os resultados denotam a escassez de exemplares desta tipologia documental.

Palavras-chave: Censura. Imprensa Alternativa. Raridade Bibliográfica. Critérios de Raridade. Periódicos Raros.

Abstract

The bibliographic rarity in periodicals is a topic that needs further studies to support the work of professionals who deal with rare collections. The present work aims to analyze the possibility of attributing rarity related to the alternative press during the Military Dictatorship, also seeking to identify the presence of this documentary typology in Brazilian libraries. Therefore, understanding the specifics of censorship can help one trace the bibliographic rarity, seeking to find elements that give importance and reveal the scarcity of this material. Thus, one surveyed the presence of titles from the alternative press, indicated by Kucinski (2018), in the libraries of the Rede Pergamum and in the Biblioteca Nacional. It was observed that the proportion of titles from the alternative press in those libraries is low; also, even the titles that are indeed present are often not present in the entirety of their collections. Thus, the results denote the scarcity of copies of this documentary typology.

Keywords: Censorship. Alternative Press. Bibliographic Rarity. Rarity Criteria. Rare Periodicals.



Introdução

A censura é constantemente mencionada na literatura especializada como um critério de raridade a ser adotado pelas instituições. Pinheiro (1989, p. 31), por exemplo, já apontava que as “edições censuradas, interditadas e expurgadas” devem ser consideradas para a seleção de livros raros, por um aspecto relacionado ao valor cultural das obras. Rodrigues (2006), ao apresentar os critérios de raridade adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul, mostra que aquela instituição considera raras as edições censuradas. Assim como Schweitzer (2018) que, ao propor critérios de raridade para a Biblioteca Pública de Santa Catarina, também sugere que as edições censuradas sejam vistas como raras.

Apesar da presença das edições censuradas nos critérios de raridade em muitas bibliotecas, também é frequente que estas obras não sejam consideradas raras em instituições que possuem acervos raros. Batista (2012) mostra que em apenas cinco bibliotecas das doze analisadas por ela, as edições censuradas estão mencionadas nos critérios de raridade daquelas instituições. Em Silva (2011), quatro das sete bibliotecas pesquisadas por ele no Distrito Federal consideram muito importante para determinação de raridade o fato de uma obra ter sido proibida, censurada ou repudiada pelo autor. Outras três instituições, contudo, consideram estas características como de pouca importância para seleção de obras raras.

A imprensa alternativa na ditadura militar compreendia uma série de jornais e revistas que se colocaram contra o governo e como um contraponto à grande imprensa. Para Smith (2000), a grande imprensa era aquela representativa ou majoritária, que podia ser apenas dominante ou mais bem-sucedida comercialmente. A imprensa alternativa, por outro lado, era aquela considerada crítica, que também podia ser apenas não-conformista e idiossincrática. Portanto, em razão deste posicionamento contrário ao governo, ou aos costumes da época, os veículos da imprensa alternativa eram alvos frequentes das diversas formas de censura e de perseguição governamental.

Diante dos diversos momentos históricos em que a censura esteve estruturada no Brasil, como, por exemplo, no período colonial (1500-1822) ou na Era Vargas (1930-1945), ou mesmo na ditadura militar (1964-1985), verifica-se que ao analisar a seleção de obras raras para edições censuradas, há necessidade de que os bibliotecários e demais profissionais que lidam com este tipo de acervo entendam as especificidades dos processos censórios em cada um destes períodos. Nesse sentido, como a literatura sobre raridade em periódicos é escassa, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de atribuição de raridade relacionada à imprensa alternativa no período da ditadura militar, buscando também identificar a presença desta tipologia documental nas coleções das bibliotecas brasileiras.

Metodologia

A partir da literatura especializada a respeito da imprensa alternativa que circulou durante o período da ditadura militar, foram verificadas as especificidades dos processos censórios sobre aquelas publicações, a fim de analisar as atuações diretas e indiretas da censura, que podem contribuir para atribuição de raridade nessa tipologia documental.

De modo a identificar a presença de títulos da imprensa alternativa nas coleções das bibliotecas brasileiras, também foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, com levantamento de dados quantitativos referentes a quais dos 150 títulos desta imprensa, relacionados por Kucinski (2018), são encontrados nas bibliotecas pertencentes à Rede Pergamum e na Biblioteca Nacional (BN). Este levantamento pode, portanto, trazer indícios sobre a escassez de exemplares destas obras, já que esta é uma condição inerente à atribuição de raridade. Para isso, buscou-se os títulos da imprensa alternativa nos catálogos *online* dessas instituições.

A Rede Pergamum permitiu a pesquisa em rede nos catálogos de 125 instituições de diversas naturezas como, por exemplo, bibliotecas públicas e universitárias, tribunais e órgãos militares, entre outros. Muitas dessas instituições possuem redes de bibliotecas, representando assim um universo extenso e múltiplo o suficiente para cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Realizou-se ainda a verificação da completude da coleção de três títulos aleatórios da lista de veículos da imprensa alternativa que tinham exemplares tanto na BN, quanto em alguma outra biblioteca.

Fundamentação teórica e discussões

Segundo Andrade e Cantalino (2003), a afirmação de que determinado livro é raro pressupõe que aquela obra é escassa e importante. Ou seja, acredita-se que restam poucos exemplares similares daquele título e que a manutenção física dele é interessante hoje e provavelmente também será no futuro. Para os autores, essas condições partem de análises subjetivas de difícil verificação, de modo que a determinação da raridade está inserida em um plano de política cultural.

O presente trabalho parte do pressuposto de que a raridade em periódicos segue a mesma dinâmica exposta por Andrade e Cantalino, uma suposição de escassez e importância dos títulos. Além disso, considera-se a conclusão dos autores sobre a natureza política da determinação da raridade, entendendo e defendendo que a censura deve ser uma categoria de atribuição de importância aplicada a uma obra, do mesmo modo como também já defendia Pinheiro (1989), mencionada anteriormente.

A importância dos títulos censurados é configurada e atribuída, inclusive, pelo próprio reconhecimento do estado sobre a influência que essas obras poderiam ter sobre as pessoas. E, a partir dessa percepção, são estabelecidas normas formais e informais, legais e ilegais para o impedimento da circulação destes títulos.

Além da importância que se verifica a partir dos conteúdos textuais e também imagéticos, alvos de censura e presentes em obras perseguidas, os itens censurados também se tornam relevantes historicamente devido à materialidade da própria censura que pode ser vista nelas.

Opinião, 1 de outubro de 1976

BALANÇO

God National Oil Co.

Resposta do vice-Ministro da Energia a uma pergunta do *Jornal do Brasil* sobre o pedido de uma British National Oil Co. - empresa estatal - vir a participar em 51% das empresas privadas que operam no Mar do Norte.

Até certo ponto, foi realmente a empresa privada que descobriu o petróleo, mas foi Deus quem o colocou lá. Assim, ele não pertence à indústria privada, mas sim ao povo. Na verdade, o petróleo pertence à humanidade. Além disso, as empresas de petróleo estão satelizando com a associação, pois os lucros são enormes.

Dinheiro curto

A indústria em Belo Horizonte não está conseguindo encontrar duplicatas, mesmo que tenha saldos médios acima do valor de cada "bordereau", dizem os empresários mineiros. Os bancos, em especial Bradesco, Nacional e Real, atacam de seus gerentes, pedindo qualquer transação, o que vem aumentando o número de falências em todo o estado de Minas. O Banco do Brasil no momento é que tem feito os descontos até um teto permitido pela sua diretoria regional, muito embora as necessidades de capital de giro e outras despesas obriguem as firmas a recorrerem a bancos privados, que continuam mantendo suas carteiras fechadas para as empresas sejam de médio ou grande porte. Os gerentes recomendam que as empresas saquem seus saldos médios e apliquem no autodesconto de duplicatas evitando assim saques nos bancos privados. São previstos novos saques no valor da quarenta de setembro.

Boa vontade

Primeiro foi a revogação da lei nº 20.557, promulgada durante o fugaz governo de Heitor Calmon e que permitia a virtual nacionalização de alguns grandes monopólios (como a Standard Elétrica-ITT e a Siemens); depois veio a promulgação do decreto-lei nº 21.382, que reformulou a política interna de investimentos, eliminando os limites (até então de 12,5%) à remessa de lucros para o exterior.

Agora, finalmente, é a vez da *Yanaguas Petróleos Fiscais (YPF)*: a empresa, que detinha o monopólio da exploração petrolífera, deverá ser transformada em economia mista de molde a que se possa dar "a sua organização", segundo o secretário de Energia, Guillermo Zabarán. "Características fundamentais de uma companhia privada eficiente e competitiva". O governo argentino demonstra assim, e de forma inequívoca, sua boa vontade para com os banqueiros internacionais e para com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que acorrem pressurados em defesa de economia do país. Logo foi depositado o governo legalmente constituído de María Estela de Perón.

Quem sabe a nova empresa não pretende se inscrever no ranking das maiores empresas do mundo, ao lado da Exxon (a maior empresa mundial), Royal Dutch-Shell (19), Texaco (8), Mobil Oil (6), Standard Oil of California (7), British Petroleum (8) e Gulf Oil (10)? Pelo visto, nada melhor que uma crise petrolífera para aumentar os lucros das sete irmãs.

Acúcar amargo

O representante da Copersucar no Rio, José Carlos Baldi, compareceu à delegacia do 1º distrito policial do Rio para depor sobre a recusa de venda de açúcar aos atacadistas da cidade. A irregularidade na comercialização do açúcar no Rio e que provocaram mais de duas mil autuações pela Sunab contra a Copersucar, Copersucar e pequenas usinas, terá um novo episódio nesta semana quando Rubem Nogueira, superintendente da Sunab, pedir a abertura de novas inquéritos contra a "triste do açúcar" que ameaça deixar a população sem o produto. Entre as acusações envolvidas por Wilkie está a Cia. União do Quilombo de propriedade de Ewálio Ennosca (Copersucar) que vende açúcar aos atacadistas por preços superiores aos tabelados pela Sunab, e a Copersucar.

Leia e assinie Opinião

Classificados

Tarja de censura no jornal *Opinião*. Fonte: *Opinião* (1976, p. 11).

6 000

Fita rodando pra trás.
Gente fungando.
Leitura em voz alta.
Aplausos mecânicos na televisão.
Estalo de dedos.
Comentário profissional sobre futebol.

7 000

Dublagem na televisão.
Aquele musiquinha que toca enquanto a gente fica esperando o cara importante atender o telefone.
Fita gravada. Em dentista, hall de hotel, etcétera.
Audiência de show aplaudindo freneticamente, numa *passagem conhecida*.
Mudança de passo no motor do avião.

8 000

Berro súbito do rádio de um carro que passa a 1 000.
Voz de cara forte, atrás da gente no cinema, explicando o filme.
Buzina musical.
Ruído do botãozinho da televisão (ligando).
Vozes cruzadas ao telefone.
Ensaio musical.

9 000

Ruído de discar, voltando depois de você

Aquele ruído que a Liza Minnelli faz botando um dedo dentro da boca e puxando a bochecha pra fora.



Estes poluem como 1 milhão de decibéis

*Decibel. Unidade de intervalo de potência igual a 1/10 do bel, correspondendo assim a um intervalo tal que a razão entre as potências extremas seja 10 1/10, igual a 1,259. Subtraindo-se disso a raiz quadrada dos Apêndices você encontrará o seu grau máximo de supuração dos flatos do mundo.

Diabinhos substituindo trecho censurado na revista *Veja*.
Fonte: *Veja* (1972, p. 10).

Alguns periódicos, quando tinham parte de suas matérias censuradas, usavam alguns recursos visuais que evidenciavam o processo de censura, seja em forma de protesto, na tentativa de conscientizar seus leitores sobre o ocorrido, seja pela falta de tempo para substituição do conteúdo censurado por outro. No caso do jornal *Opinião*, foram usadas com frequência

faixas pretas largas, com avisos para assinatura do periódico. Enquanto a *Veja*, por vezes, usou diabinhos no lugar dos trechos censurados, imagens que claramente não tinham nenhuma relação com o conteúdo que as circundava.

A análise histórica da relação da censura com o objeto de estudo deste trabalho, o periódico na ditadura militar – mais especificamente a imprensa alternativa –, já traz indícios a respeito da escassez dos títulos que compõem essa modalidade de comunicação. Kucinski (2018, p. 12) afirma que “o aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia”. O autor revela ainda que poucos eram aqueles que conseguiam ter distribuição nacional, visto que não conseguiam vender uma tiragem mínima que cobrisse as despesas com vendagem, assim como frequentemente também não tinham receita publicitária.

Mesmo para os periódicos da imprensa alternativa que tinham circulação nacional, segundo Kucinski (2018), quando havia a introdução da censura ou o estreitamento da linguagem, que faziam despencar as vendagens, os prejuízos eram enormes porque não era possível diminuir a tiragem mínima para a cobertura em todo o país. Por isso, com frequência, mais da metade das tiragens eram recolhidas e posteriormente destruídas. Entre outras coisas, estas são razões para que dos 150 títulos levantados por Kucinski (2018), mais da metade (68%) sequer completasse um ano de existência, ficando geralmente apenas nos dois primeiros números.

A censura prévia se dava, sobretudo, por meio de bilhetinhos ou telefonemas em que eram indicados aos jornais e revistas os assuntos a serem evitados (Smith, 2000). Aqueles que não acatavam este procedimento eram punidos com a inclusão de um censor nas redações e, caso insistissem em burlar a censura, eram obrigados a encaminhar todas as matérias à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em Brasília. Apesar de a censura moral às diversões públicas ser de conhecimento público e legalizada, “a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não” (Fico, 2002, p. 258).

Smith (2000) denomina como “animosidade difusa” as outras modalidades de controle aos veículos da imprensa e aos jornalistas, além da censura prévia. Naquele período existiram pressões diversas contra as empresas jornalísticas e seus profissionais, a partir do bloqueio da publicidade e dos financiamentos vindos do governo, da coerção aos donos, diretores e jornalistas por meio de processos judiciais, das apreensões de exemplares de jornais, da negativa de credenciais aos profissionais da imprensa para a cobertura de órgãos do governo, ou mesmo a partir de processos de sequestro e tortura dessas pessoas e de outros que publicassem informação “subversiva”. Segundo Smith (2000), essas ações eram tão generalizadas naquela época que não necessitavam de uma direção ou coordenação central.

A imprensa alternativa era a mais impactada pelos ataques, sendo inclusive o alvo específico de algumas delas. Exemplo disso são os casos de ataques a bomba a bancas de jornais realizados por grupos radicais da direita, principalmente no ano de 1980, que visavam a desestimular jornalheiros quanto à venda de veículos da imprensa alternativa, diminuindo assim sua circulação. Chagas (2014, p. 9) relata que naquele ano, bancas de jornais foram “incendiadas, dinamitadas ou no mínimo ameaçadas de explosão [...] em pelo menos 12 estados da União”. Para o autor, “a onda de atentados fez alguns dos jornais alternativos serem obrigados a reduzir suas tiragens para mais da metade” (Chagas, 2014, p. 10), o que mostra como os ataques direcionados à imprensa alternativa impactavam sua produção e vendagem.

Outro indício da escassez de exemplares dos títulos da imprensa alternativa é a baixa presença deles nas bibliotecas brasileiras. Apesar de esta ausência poder ser reflexo da censura e repressão da época, também pode significar que os exemplares são de difícil aquisição e acesso, não sendo possível assim sua incorporação a estas coleções atualmente.

Lima e Bastos (2010) e Lima e Lima (2016) realizaram pesquisas que buscaram verificar a presença de livros censurados nas bibliotecas brasileiras, inspirando o levantamento aqui exposto a respeito da imprensa alternativa. Lima e Bastos (2010) revelaram que dos 71 livros que sofreram censura política, presentes em lista do Sindicato Nacional de Editores e Livreiros (SNEL), apenas 39 (54,93%) foram encontrados na Biblioteca Nacional, Biblioteca Estadual Celso Kelly, Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense (UFF), bibliotecas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), além de sebos e livrarias do Rio de Janeiro e de Niterói.

Lima e Lima (2016) ampliaram o número de títulos pesquisados em relação à pesquisa de Lima e Bastos para 88 títulos, incluindo também outras bibliotecas além das anteriormente mencionadas, como as bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro presentes na Rede Pergamum. As pesquisadoras encontraram nesse novo estudo 52 títulos, totalizando 59,09% das 88 obras da lista presentes nas bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro.

No levantamento sobre a presença de títulos da imprensa alternativa nas bibliotecas da Rede Pergamum, com uma busca em 125 instituições diferentes, e mais a Biblioteca Nacional, existiram algumas dúvidas se uma pequena parte dos títulos encontrados nas bibliotecas correspondiam realmente aos que Kucinski (2018) relacionou. Por isso, o Quadro 1 apresenta os resultados considerando o total correspondente aos títulos em que não houve dúvidas e aqueles em que elas existiram.

150 títulos em Kucisnki (2018)	Rede Pergamum		Biblioteca Nacional		Títulos diferentes encontrados	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sem dúvidas	28	18,66	46	30,66	52	34,66
Com dúvidas	31	20,66	52	34,66	59	39,33

Presença de títulos da imprensa alternativa. Fonte: elaborado pelo autor.

Verifica-se, portanto, que os títulos da imprensa alternativa estão menos presentes nas bibliotecas brasileiras do que os livros censurados, conforme as pesquisas de Lima e Bastos (2010), e Lima e Lima (2016). Reforçam ainda os dados sobre a escassez destes títulos nas bibliotecas brasileiras, o fato de 28 deles terem sido encontrados em apenas uma biblioteca, chegando a 33 títulos, se forem incluídos aqueles sobre os quais há dúvidas, representando 53,8% ou 55,93% respectivamente, do total de 52 e 59 títulos diferentes encontrados nas instituições pesquisadas.

A presença de um título em uma biblioteca não significa necessariamente que todos os exemplares que pertencem a ele se encontram no acervo. Por isso, foram escolhidos três títulos aleatórios, daqueles que constavam na BN e em alguma outra biblioteca, para pesquisa a respeito da presença de todos os números lançados nestas coleções. Foram selecionados os periódicos *Carta Econômica Brasileira*, *Fato Novo* e *Aqui São Paulo*.

Verificou-se que a *Carta Econômica* constava no acervo da Biblioteca Nacional e da Universidade de Brasília (UnB), sendo que na primeira instituição havia apenas três números deste título, de sete a nove de 1966, enquanto na segunda faltavam os números quatro e do nove ao doze de 1965, além do número três de 1966. Em relação a *Fato Novo*, foi observado que na BN faltavam os números de um a três e de treze a vinte de 1970. Já na Biblioteca Pública do Paraná, também estavam ausentes os números um, cinco, onze, doze e de quatorze a dezessete de 1970.

O *Aqui São Paulo* também não apresentava todos os exemplares nos catálogos da BN e da UnB, faltando na primeira instituição ao menos os números referentes aos meses de maio a julho de 1976,¹ enquanto na UnB não consta nenhum dos números publicados no ano de 1975. Dessa forma, este levantamento revela que muitos dos títulos encontrados nas bibliotecas podem não apresentar todos os números destes jornais ou revistas nestes acervos. Assim, este dado reforça a percepção de escassez, tanto dos títulos em si, quanto de coleções completas dos periódicos da imprensa alternativa.

1. Na listagem de Kucinski (2018) não é informado qual é o último número dos periódicos listados.

Considerações finais

A partir da pesquisa histórica e do levantamento sobre a presença de títulos da imprensa alternativa nas bibliotecas da Rede Pergamum e da BN, verificou-se que a censura deve ser observada como um elemento que pode atribuir raridade e escassez aos periódicos.

A importância dada às obras censuradas acontece em parte pelo próprio ato censório, em que um governo elege determinados temas que não deveriam circular nem ser de conhecimento da população em geral, atacando a liberdade de expressão e atribuindo assim um marco histórico aos títulos perseguidos. Também se vê em alguns itens as evidências desta censura em sua materialidade, o que também pode atribuir relevância a essas obras.

Quanto à escassez, os ataques difusos direcionados aos meios de comunicação durante o período da ditadura militar, sobretudo diante da preocupação com a imprensa alternativa, ocasionaram, associados a outros fatores, a baixa tiragem de exemplares e a baixa durabilidade de alguns títulos. Escassez que é possível ser verificada nos acervos das bibliotecas brasileiras, conforme os dados desta pesquisa revelam.

Nesse sentido, o presente trabalho vem somar-se às pesquisas relacionadas à raridade bibliográfica, buscando trazer subsídios para que os profissionais que lidam com obras raras possam gerir estas coleções, ampliando a pouca literatura existente a respeito da raridade em periódicos.

Considerando que a raridade se associa a uma política cultural, como já mencionado, verifica-se que se torna importante que o bibliotecário se posicione e mostre sua relevância como um dos agentes que pautam e influenciam a cultura nacional, sobretudo no que diz respeito ao patrimônio bibliográfico. Por isso, os usos e as definições referentes aos critérios de raridade bibliográfica devem perpassar estudos no campo da Biblioteconomia, considerando aqueles profissionais que têm acesso privilegiado e constante ao acervo e ao público que o consulta.

Referências

ANDRADE, R. H. R. de; CANTALINO, M. das G. N. A raridade como questão epistemológica e política: um novo paradigma para os curadores de acervos especiais. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 123, p. 49-58, 2003. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pesq=&pagfis=50116>. Acesso em: 24 set. 2021.

BATISTA, A. H. *Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas*. 2012. 106 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas,

2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/123456789/1032>. Acesso em: 24 set. 2021.

CHAGAS, Vicktor. Um outro ângulo à liberdade de imprensa: os atentados às bancas de jornais durante a ditadura militar e a compreensão legislativa sobre a distribuição da imprensa escrita no Brasil. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 8, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/lumina/article/view/21133>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 251-286, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2018.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo; BASTOS, Milton Jorge Moreira. Efeitos de 64: procurando os livros censurados em bibliotecas cariocas e fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVII, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro: Ibict 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/177736>. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Marcia H. T. de Figueredo; LIMA, Kelly Pereira de. A ordem dos livros censurados: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XI, 2010. *Anais...* Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <https://lume.ufgs.br/handle/10183/253999>. Acesso em: 27 set. 2021.

OPINIÃO, Rio de Janeiro, n. 204, 1 out. 1976.

PINHEIRO, A. V. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

RODRIGUES, Márcia C. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8336/1/v35n1a12.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

SCHWEITZER, Janaina dos Santos. *Obras raras em bibliotecas públicas: proposta de critérios de raridade para a coleção obras raras de Santa Catarina*. 2018. 107 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/obras_raras_em_bibliotecas_publica_15689003350205_1439.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

SILVA, F. *Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal*. 2011. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2131>. Acesso em: 24 set. 2021.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

VEJA, São Paulo, ed. Abril, n. 288, 13 maio 1972.

Discussões sobre critérios de preciosidade e raridade de publicações seriadas

Alex da Silveira

Bacharel em Biblioteconomia e coordenador de Publicações Seriadas da Fundação
Biblioteca Nacional, especialista em Sistemas de Informação e Qualidade Total





Resumo

O presente trabalho visa a apresentar e analisar alguns critérios de raridade observados na literatura para publicações seriadas como forma de fomentar discussões e, principalmente, servir como uma reflexão para a revisão periódica de critérios de raridade para seriados. Neste estudo, foram considerados alguns critérios – como valor econômico e histórico/cultural – encontrados na literatura e observadas aplicabilidades e problemas decorrentes do suporte analisado.

Palavras-chave: Periódicos Raros. Jornais Raros. Raridade Bibliográfica. Critérios de Raridade.

Abstract

The present work addresses some rarity criteria for serial publications observed in the literature review, as a way to foster discussions and, mainly, serve as a reflection for the periodic review of rarity criteria for serials. In this study, some criteria were considered, such as economic and historical/cultural value, found in the literature and observed applicability and problems resulting from the analyzed support.

Keywords: Rare Journals. Rare Newspapers. Bibliographic Rarity. Rarity Criteria.



Introdução

Dentre os suportes documentais, o livro é o que mais desperta interesse entre colecionadores e o mais tratado na literatura sobre objetos raros. Outros tipos documentais, como itens iconográficos, manuscritos ou cartográficos também são arrolados em uma considerável parte da literatura sobre o tema, porém o mesmo cenário não é observado quanto aos estudos de raridade em publicações seriadas.

Algumas bibliotecas tratam tecnicamente os seriados adaptando regras originalmente pensadas para o livro, contudo publicações seriadas apresentam características únicas, finalidade diversa onde a definição de preciosidade de um item deve levar em consideração suas características e fins, critérios especificamente pensados para este tipo documental. Um único aspecto já denota a grande diferença entre os suportes: o livro é iniciado e finalizado em si mesmo ou em um conjunto de volumes, enquanto a publicação seriada tem como característica principal não ter uma previsão de encerramento.

A raridade em acervos não contempla somente o texto, a idade, mas o contexto histórico e cultural, o suporte, a procedência. São características presentes na literatura, mas quase sempre associadas aos livros.

Que parâmetros definem as publicações seriadas raras? A pergunta que abre este artigo é primordial para a manutenção de uma coleção de seriados raros, é a ferramenta norteadora para responder ao questionamento apresentado.

A Biblioteca Nacional tem por padrão destinar atenção a determinadas publicações seriadas, que não estão necessariamente armazenadas junto à área responsável pelo acervo raro, tais como: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), *Diário de Pernambuco* (1825), *Província de São Paulo* (1875), *O Estado de São Paulo* (1889), *Última Hora* (1951), *Correio da Manhã* (1901), entre outras. Se os títulos arrolados não são necessariamente parte do acervo raro da instituição e, mesmo assim, são considerados peças importantes do acervo, é possível conjecturar que além dos itens raros existem aqueles que são preciosidades e estão no acervo geral de publicações seriadas. É por essa perspectiva que esse trabalho se propõe a discutir critérios para raridade e preciosidade de publicações seriadas, isto é, levando em conta que a instituição pode apresentar um acervo raro e um acervo de transição para raridade, aqui definido como preciosidade.

O cenário de análise deste artigo considera uma coleção de publicações seriadas com mais de trezentos mil volumes (aproximadamente 3 milhões de fascículos) e multidisciplinar, composta por revistas científicas e comerciais, jornais noticiosos, anuários, relatórios, informativos e os mais diversos tipos de publicações seriadas. Acervo armazenado pela Coordenação de Publicações Seriadas, Seção de Obras Raras, Seção de Música e Arquivo Sonoro e outras unidades da instituição, nos mais diversos suportes tais como: impressos, microfilmes, disquetes, vídeos, DVDs, CDs etc.

A Biblioteca Nacional tem como escopo a missão institucional de coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira através de seu acervo. Estamos abordando todos os seriados produzidos no país desde antes da implementação da Imprensa Régia, considerando que parte desses títulos são de periodicidade diária.

Repensar critérios de raridade de publicações seriadas para o cenário apresentado também deve considerar questões como espaço físico para armazenamento do acervo raro, que atualmente é composto por 16.411 volumes. Uma revisão deve ser realizada sob a ótica dos dias atuais, ao mesmo tempo que seja restritiva quanto à determinação daquilo que venha a ser considerado raro.

Este trabalho visa a incentivar revisões de critérios e ir além da reunião de itens raros em uma coleção, sendo subsídio para regras sobre preciosidades do acervo como um todo, não somente com o foco na manutenção/ampliação de um acervo raro existente, mas também no apontamento de critérios para identificar quais são as preciosidades do acervo geral de publicações seriadas, com vistas a uma melhor difusão do acervo, considerando sua preservação em um cenário onde a gestão de riscos deve ser primordial para as bibliotecas de um modo geral.

Assim, a constituição de um conjunto de preciosidades no acervo geral, como uma fase de transição para o acervo raro, parte do pressuposto de que o item do acervo geral poderá, com o tempo, tornar-se raro em um acervo genérico e volumoso como o da Biblioteca Nacional, para um tipo documental que tem como característica o crescimento.

Fundamentação teórica

Para procedermos na atividade de estabelecer os parâmetros de raridade do acervo, foco deste trabalho, faremos uma revisão de literatura, abordando certos aspectos relacionados a critérios de raridade para seriados. Para os critérios debatidos, os exemplos irão respeitar as peculiaridades do acervo, mesmo que a discussão, de modo geral, englobe a aplicação a outras realidades.

Abordar raridade em acervos, em um senso geral como apresentado por Sant'Ana (2001), implica definir as partes de uma coleção que são difíceis de encontrar como a escassez, também associada a termos como algo valioso ou precioso, diferente do item comum, ou seja, trata-se da parte incomum, aquilo com pouca disponibilidade no mercado e com poucas cópias – em alguns casos, cópia única. O autor também acentua que, mesmo associado a livros, o conceito de obras raras é amplo em relação à tipologia, abrangendo também publicações seriadas.

Nathanson e Vogt-O'Connor (1993 *apud* Araújo, 2015), ao abordar raridades em livros, apontam algumas características como a importância,

ligada ao contexto de uso produção, e a escassez que, associada a algum outro critério, como aspectos culturais, é fator decisivo no estabelecimento de raridade. Também é citada a associação (ligada ao proprietário) e o assunto, definido como fator importante, mas não determinante para a raridade. No levantamento bibliográfico realizado para este trabalho ficou notório que o foco do conceito está associado ao objeto livro, situação já observada por Di Stasio (1994) em trabalho citado em diversos conteúdos pesquisados, onde foram apresentados quatro critérios que devem servir de ponto de partida para a análise atual:

- período que caracteriza o princípio da imprensa brasileira;
- fase inicial da tipografia local em qualquer região;
- números de valor cultural especial;
- material utilizado na impressão.

Pressupondo-se que a finalidade da elaboração de critérios é a criação de uma coleção de raridades, destaca-se que, como observado por Greenhalgh (2011), uma coleção de obras raras pode ser especializada, atrelada a uma área do conhecimento, ou multidisciplinar, com base na finalidade/missão da instituição mantenedora. Os critérios de seleção e as políticas de transferência de itens, de um acervo geral para um acervo raro, variam de instituição para instituição e dependem da natureza, força e uso das coleções gerais e especiais, de pessoal e do ambiente físico. Essas diretrizes fornecem uma visão geral das considerações sobre os critérios de seleção e recomendam procedimentos para uma política eficaz (American Library Association, 2008). Contudo, o que se percebe é o uso automático de critérios elencados pela Biblioteca Nacional, sem considerar a instituição mantenedora, a finalidade e o contexto de formação do acervo como abordado por Greenhalgh (2022) e Araújo (2015).

Como apontado por Moraes (2018), a antiguidade não é, por si só, o único aspecto a ser levado em conta para determinar a raridade de um item e seu valor. Para a análise que este trabalho tem por objetivo realizar, merece destaque a reflexão do autor sobre a importância de um item, em que afirma que livros antigos podem não ter valor, pois milhares não interessam a ninguém.

Verificando-se a necessidade de listar e documentar os critérios para a seleção e um levantamento realizado na literatura sobre o tema, sobretudo os cinco eixos apontados por Pinheiro (1989), isto é, limite histórico, aspectos bibliográficos, valor cultural da obra, pesquisa bibliográfica e características do exemplar, abordaremos os critérios baseados nos seguintes aspectos: valor econômico, limite cronológico/histórico, valor cultural, disponibilidade do item, suporte e coleções e procedência.

Critérios baseados no valor econômico

De um modo geral, critérios de raridade abordam período, disponibilidade, aspectos sociais, históricos e culturais, procedência e suporte. A soma destes critérios – ou de alguns deles – associada a aspectos de mercado, nos levam ao valor econômico dos itens e, igualmente, nos remetem às ações de segurança, em virtude de possibilidades de furto.

Deve-se ponderar que a caracterização de um item como raro ou precioso também tem impacto em políticas de preservação. Como abordado por Atkinson (2001), a preservação, em certos materiais, visa a proteger o seu valor econômico. Mesmo levando em conta a importância do tema, o valor econômico não pode ser considerado como item único para definição de raridade/preciosidade, contudo é o primeiro critério apontado por este artigo, considerando que os fatores que elevam o valor econômico de uma obra podem ser critérios adotados para selecionar o material como um item raro. De um modo geral, o valor tende a reforçar a preciosidade de alguns tipos de materiais, como o fascículo número 27 da revista americana *Detective Comics*, de 1939, vendido por US\$1.075.500. O valor econômico está sujeito à importância cultural e deve ser cogitado ao indicar preciosidades e raridades de um acervo, não estando necessariamente associado à antiguidade.

Um livro raro é mais valioso se houver uma associação de características de raridade, como, por exemplo, uma primeira edição de *Harry Potter e a pedra filosofal*, de 1997, que apesar de não ser antigo pelos parâmetros da história do livro, é um livro que influenciou muitos jovens, que, hoje adultos, gostariam de comprá-lo, mas que tem seu valor ainda mais elevado pelo fato de só terem sido impressos quinhentos exemplares (Greenhalgh, 2014, v. 1, p. 19).

No caso da *Detective Comics* é apresentado um período que, de um modo geral, não seria associado à raridade, pois data de 1939. Em 1905, no Brasil, já era publicada a primeira revista de histórias em quadrinhos – *O Tico-Tico* –, ou seja, décadas antes da publicação americana relatada. Contudo, *Detective Comics* viria a ser publicada poucos anos após *Famous Funnies*, de 1933, considerada a primeira revista moderna de histórias em quadrinhos, sendo a primeira revista do gênero regularmente publicada no formato padrão, como relatado pela Universidade de Virgínia em notícia que celebrava a aquisição da revista em suas bibliotecas (McNeill, 2018). O número em questão ganha alto valor cultural em virtude de ser a primeira aparição do personagem Batman, presente na cultura popular até os dias de hoje.

O que pode ser observado no caso acima é que o valor econômico decorre do fato de aquela ser uma das primeiras revistas modernas de histórias em quadrinhos, fazendo parte do início de uma nova forma de comunicação, assim

como ocorre com o período inicial da imprensa em diversos locais. Ela ainda apresenta a primeira aparição de um personagem importante na cultura dos Estados Unidos da América. Enfim, o valor econômico é um dos aspectos a ser considerado para definir a raridade do fascículo, mas não o único.

Nota-se que vendas por altos valores tendem a estar associadas aos aspectos cronológico/histórico e cultural, como abordado, mas também às características como o suporte e suas condições.

Em *Guidelines on the selection and transfer of materials from general collections to special collections* (American Library Association, 2008) é informado que para a transferência de um item para a coleção de acervo raro, geralmente é determinado um valor monetário limite. Os itens com um valor de mercado igual ou superior a esse limite devem ser identificados e considerados para transferência ao acervo raro.

Como já abordado, o valor é um parâmetro associado à segurança do acervo e, devido a esse aspecto, a reunião dos itens em uma área destinada a acervo raro deve ser estudada. Bibliotecas tendem a destinar maiores recursos de segurança a suas áreas de raridade e a transferência do item teria o objetivo de protegê-lo contra furtos.

Na Biblioteca Nacional as áreas de acervo raro e de acervo geral de publicações seriadas não são acessíveis ao público, permitindo ponderar que partes do acervo de considerável valor econômico possam permanecer na área de acervo geral, aplicando algumas características similares às adotadas em obras raras. Entretanto, não é um procedimento adotado na maioria das bibliotecas, onde o acervo geral é de acesso público, conforme relato em trabalho sobre critérios de raridade destinados à Biblioteca Mário de Andrade:

Da mesma forma que em outros acervos da BMA, em Raros as áreas de guarda e de pesquisa são separadas, para a segurança do acervo, evitando o contato do público diretamente com as estantes de armazenamento. Os leitores devem solicitar os materiais e realizar as pesquisas apenas na sala de atendimento (Sant'Ana, 2021).

A seleção do acervo raro baseada no valor econômico poderá ser adotada no caso do envio para uma área de acervos raros ou para definir preciosidades de um acervo geral.

Critérios baseados em limite cronológico/histórico

Algumas bibliotecas selecionam uma data limite ao revisar os materiais para a transferência às unidades de acervo raro, ou identificação de itens como preciosidades de um acervo. A idade de um item, por si só, é um fator relativo como critério. Frequentemente, há outros fatores relacionados à idade que ajudam a

determinar o valor, como o histórico regional de impressão (American Library Association, 2008, tradução nossa).

Como apontado por Pinheiro (1989), o limite cronológico tem, como referencial, a própria história do livro, o que engloba questões relacionadas à produção, início do impresso em um local, além das condições socioculturais que levam ao surgimento de publicações para determinado grupo. Mesmo que a ideia possa ser aplicada para publicações seriadas, é importante observar o limite cronológico sob a perspectiva do tipo documental em questão e suas peculiaridades. Quanto a este critério é imperativo afirmar que os limites encontrados na literatura voltados para livros não devem ser adaptáveis. Ao abordar o limite cronológico, este trabalho parte do princípio da base adotada pela Biblioteca Nacional para publicações seriadas, que considera o histórico regional de impressão.

- Período que caracteriza o princípio da imprensa brasileira;
- Fase inicial da tipografia local em qualquer região.

Em âmbito nacional, somente em 1808 tivemos a primeira imprensa oficial, a Impressão Régia que se torna Imprensa Nacional, a partir de 1822. Nesse cenário, a priori, o período que compreende os anos de 1808 a 1822 é o embrião da imprensa brasileira, que irá englobar desde o conteúdo do início da imprensa, em um aspecto histórico da construção do país – nesse caso, o período imperial –, assim como os processos iniciais de produção de publicações seriadas. É um período que revela a importância do que foi publicado naquela época.

Mas em um país com dimensões continentais, a regionalidade é fator decisivo ao adotar-se critérios cronológicos para publicações seriadas, pois a imprensa surgiu em épocas diferentes em cada região e, em algumas áreas, a imprensa local pode ser qualificada como testemunha do nascimento de uma sociedade. No trabalho de Di Stasio (1994), é apresentada uma tabela com o primeiro título de cada estado, conforme relação abaixo:

Primeiro título publicado por estado

Localidade	Ano	Título
Corte (RJ)	1808	Gazeta do Rio de Janeiro
Bahia	1811	Idade d'Ouro do Brasil
Pernambuco	1821	Aurora Pernambucana
Maranhão	1821	O Conciliador do Maranhão
Pará	1822	O Paraense
Minas Gerais	1823	O Compilador Mineiro
Ceará	1824	Diário do Governo do Ceará
Paraíba	1826	Gazeta do Governo da Paraíba do Norte
São Paulo	1827	O Farol Paulistano

Rio Grande do Sul	1827	Diário de Porto Alegre
Rio de Janeiro	1829	O Eco na Villa Real da Praia Grande
Goiás	1830	Matutina Meyapontense
Alagoas	1831	Íris Alagoense
Santa Catarina	1831	O Catharinense
Rio Grande do Norte	1832	O Natalense
Sergipe	1832	Recopilador Sergipano
Espírito Santo	1849	Correio da Victoria
Amazonas	1851	Cinco de Setembro
Paraná	1854	O Dezenove de Dezembro
Acre	1902	El Acre

Fonte: Di Stasio, Angela. Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros. *Anais da Biblioteca Nacional*: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 114, 1994, p. 85-133.

Pelo quadro acima, é possível identificar que aparecem pontos locais de relevância do surgimento da imprensa, desde o período de sua expansão inicial até 1902. Uma discussão a ser levantada deveria ser em relação aos estados criados posteriormente, nascidos de antigos territórios, mas que já eram parte de outra unidade que teve o início da imprensa entre 1808 e 1902.

Devido às dimensões continentais do Brasil, é compreensível que o início da imprensa local considere os estados como unidades de localidade. Jornais de alcance municipal, ou de uma região de um estado, podem ser elencados quando de alta relevância nacional, contudo a construção do acervo de títulos importantes de uma municipalidade deve ser considerada por bibliotecas municipais/estaduais.

Quanto à data de corte para cada região, há de se considerar o tamanho das coleções e o histórico da região e da publicação, podendo ser utilizado como referência o ano de criação da imprensa, um período, ou somente o primeiro fascículo. Novamente, podemos observar a experiência da Biblioteca Mário de Andrade:

Como cada título não toma muito espaço, são guardados em Raros todos os periódicos já encerrados até 1900, independentemente do conteúdo ou tamanho da coleção. Dezenas de títulos não tiveram continuidade, tendo sido publicado apenas o primeiro número, dos quais raros mantém muitas vezes o único exemplar conhecido, ou coleções incompletas de apenas alguns anos (Sant'Ana, 2021).

Para uma análise sobre limite cronológico, também é importante entender a própria essência de uma publicação seriada, que influenciará em definição de espaço para armazenamento, definida como

editada em fascículos sucessivos, contendo indicação numérica ou cronológica e, em regra, com a intenção de continuidade indefinida. As revistas especializadas, os jornais, os anuários (relatórios e almanaques), os periódicos gerais, as memórias, atas e relatórios de entidades coletivas são publicações seriadas (Cunha; Cavalcanti, 2008).

Diferente dos livros, a publicação seriada tem como característica a continuidade, o que nos traz o questionamento sobre o que definir como precioso/raro. Lançada a 10 de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a circular no Brasil, como órgão oficial do governo português, e teve sua continuidade interrompida em 1821. Podemos apontar a *Gazeta do Rio de Janeiro* como um jornal marcado pelo período que caracteriza o surgimento da imprensa brasileira, como dito anteriormente.

O que deverá ser considerado precioso/raro em relação a este jornal? Algumas opções claras seriam: caracterizar somente o número 1; o primeiro disponível no acervo; um período definido, ou a coleção como um todo.

Ao relacionar com a realidade atual, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* – composto por 24 volumes, cobrindo 14 anos de publicação, com uma média que apresenta pouco mais de cem fascículos por ano – está integralmente armazenado na Seção de Obras Raras. Também fazem parte do acervo da Seção de Obras Raras as continuações: *Gazeta do Rio*, de 1822, *Diário do Governo* e *Diário Fluminense* – ao final retornando ao nome *Diário do Governo* –, seguindo até 1833. Igualmente faz parte do acervo raro da instituição o *Correio Oficial*, que era considerado o Diário Oficial brasileiro, seguindo até 1841. Notamos aqui que, mesmo com o marco inicial da imprensa, é comum que anos posteriores sejam incorporados a áreas de acervos raros, avaliando limites cronológicos, critérios como os de aspecto histórico-cultural e de suporte. Entretanto, devido à característica de publicação em série, o espaço físico pode ser um entrave na determinação de itens que serão separados em áreas destinadas a acervos raros.

Uma publicação como *Aurora Pernambucana*,¹ de março 1821, considerado o primeiro jornal a circular em Pernambuco e terceiro publicado no Brasil, poderia ser alocado em uma área destinada exclusivamente a obras raras, já que era uma publicação composta por quatro páginas, com frequência de uma ou duas vezes na semana e que durou somente cinco meses (Gaspar, 2004). O mesmo não se poderia aplicar ao jornal *Diário de Pernambuco*, iniciado em 1825, e que circula até os dias de hoje.

Pode-se levantar, ainda, o seguinte questionamento ao observarmos o *Diário de Pernambuco*: o que caracteriza o princípio da imprensa nacional ou regional? Seriam diversas as opções a serem definidas, como o primeiro jornal local ou publicação de um período definido, selecionar a primeira edição do título e/ou

1. Periódico não existente no acervo impresso da Biblioteca Nacional.

entre os títulos mais longevos, de modo a preservar também a história de um periódico mais duradouro.

O limite cronológico deverá estar associado às características da coleção, missão institucional e, sobretudo no caso de publicações seriadas, poderá ser restrito ou determinar aspectos relacionados ao planejamento de espaço físico e intervenções na coleção.

O início da imprensa foi o foco da análise sobre o limite cronológico até o momento, contudo, como já abordado, a antiguidade não deve ser considerada como limitadora. Se o início da imprensa é um ponto importante, outros fatores devem ser pontuados, como o surgimento de novos tipos de publicações seriadas, novas formas de comunicação.

Greenhalgh (2022) ao analisar os critérios estipulados pela Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília, apresenta casos que iniciam em período anterior a 1850 para estrangeiros, considerando o início da Imprensa Régia, períodos para revistas correntes (iniciadas até 1950), para periódicos científicos (1930) até períodos associados com aspectos históricos, como o regime militar iniciado em 1964.

Mencionamos anteriormente que os critérios devem estar relacionados ao acervo, instituição e sua missão, não devendo serem simplesmente transportados a outro acervo. De acordo com as características da Biblioteca Nacional, a aplicação de parâmetros cronológicos, baseados, por exemplo, em revistas iniciadas até 1950 ou periódicos científicos até 1930, seriam um impeditivo em virtude das dimensões do acervo. Todavia, ainda em face ao acervo, a identificação de aspectos da imprensa que permitem a delimitação de períodos é algo a ser realizado.

Assim, temos a questão dos seriados mais recentes que “podem ser raros porque foram impressos para um público limitado ou especializado, como pequenas revistas de poesia ou jornais underground” (McLaren; Gillis, 2006, p. 41, tradução nossa). Também são destacáveis mudanças na imprensa a partir das novas formas de comunicação.

Em relação às alterações na forma de comunicação, um foco são as mudanças de diagramação e estrutura. A não ser em casos de alteração radical, algumas publicações podem apresentar um período de transição, como no caso do Jornal do Brasil que alterou, entre 1956 e início da década de 1960, desde seu leiaute até o conteúdo, com introdução de cadernos e retirada dos classificados da primeira página.

A criação de novos formatos é outro ponto a ser levantado, como as primeiras revistas ilustradas, as primeiras semanais de conteúdo geral, entre outros formatos. Os principais títulos desses formatos hoje são parte do acervo geral de publicações seriadas da Biblioteca Nacional, porém utilizando a Biblioteca Mário de Andrade como exemplo, observamos que, em outra realidade – em questão de coleção –, poderiam ser configurados como raros.

Revistas que são raramente encontradas em coleções completas em bibliotecas públicas do Brasil estão em Raros, com diversos títulos que duraram mais de 50 anos, como *Revista da Semana*, 1899-1959, *O Malho*, 1902-1954, *Fon-Fon*, 1907-1958 e *Careta*, 1908-1960. O destaque fica para o *Cruzeiro*, 1928-1978, e a *Manchete*, 1952-2000, ambas com mais de 2.500 fascículos cada e também em duplicata na Hemeroteca (Sant’Ana, 2021).

Note que, na citação acima, o destaque relaciona-se ao fato de as coleções estarem completas em relação à disponibilidade, mas também ao fato de que todos os títulos citados fazem parte de revistas semanais/ilustradas.

Já quanto às publicações de distribuição mais restrita, mesmo com o trabalho sendo considerado um critério, em determinados casos a limitação é intrinsecamente ligada às condições de um limite cronológico. Isto ampliaria o espectro do que é considerado raro na atualidade, como ocorre com a denominada imprensa alternativa e os fanzines.

Crítérios baseados em aspectos culturais

Ao analisarmos de forma integral o acervo seriado da instituição, podemos destacar alguns critérios passíveis de utilização pela Biblioteca Nacional, em muitos casos relacionados aos aspectos culturais. Pinheiro (1989) trata o valor cultural como uma forma de visão histórica, forma de pensar e agir de uma sociedade em um recorte de tempo. Aqui entram fatores como edição limitada e censura, entre outros. Alguns casos são relacionados à disponibilidade do item, que este trabalho apresenta em separado.

Kucinski (1991) traz à luz um dado que indica o quanto efêmero a imprensa alternativa foi, entre 1964 e 1980, quando “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos”, que “ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica”. Eram veículos de uma cultura de resistência que surgiram, se fortaleceram, e entraram em decadência no compasso de sua contraface, no caso específico a ditadura militar, como apontado por Camargo (2012).

Segundo Brasil (2007), a imprensa alternativa é considerada sucessora dos pasquins do período regencial brasileiro e da antiga imprensa anarquista de público operário, o que nos faz observar que esse não foi um fenômeno ocorrido somente em um período, mas comum a épocas de exceção, ou mudanças culturais/sociais. Greenhalgh (2022) aponta alguns períodos de censura em momentos histórico-políticos, em destaque a Primeira República, a República Populista e a ditadura militar, ou seja, algumas épocas em que a censura esteve presente, inclusive com diversos episódios de empastelamento.

Considerando a imprensa alternativa, títulos como *O Pasquim* tiveram duração e circulação maior que a grande maioria, devido à circulação restrita e

pouco tempo de existência. Brasil (2004) cita o catálogo da imprensa alternativa que indica que mais de 800 publicações surgiram no período militar, iniciado em 1964. Entretanto, muitos não chegaram a completar um ano de existência e, daquele surgidos na década de 1970, cerca de 25 tiveram até cinco anos de vida e nenhum sobreviveu com seu conteúdo ideológico original. Além das publicações políticas, o período da imprensa alternativa também apresentou publicações de críticas a costumes e ruptura cultural.

Além dos fatos históricos, culturais e políticos que norteiam esse critério, a censura é um dos aspectos que merece destaque, pois atua fortemente na disponibilidade e valor econômico. Além de perseguidos, os periódicos que viviam em clandestinidade tinham dificuldade de circulação e eram produzidos em tiragens curtas, o que afetava a disponibilidade desses itens em tempos futuros.

Para esse critério é importante, sob a ótica do acervo e finalidade institucional, pesquisar períodos de importância histórica/cultural, principalmente ligados às épocas de censura, mudanças comportamentais da sociedade e da própria imprensa.

Critérios baseados em disponibilidade do item

A disponibilidade do item é decisiva para o estabelecimento de raridade quando associado a outros critérios, como apontado por Nathanson e Vogt O'Connor (1993 *apud* Araújo, 2015). Considerando os eixos apresentados por Pinheiro (1989), a disponibilidade estaria situada no eixo pesquisa bibliográfica.

É um critério que pode conter forte ligação ao critério cultural e ao de valor econômico. A partir dos aspectos culturais temos a limitação da circulação em períodos de censura, como visto anteriormente, quando o valor econômico pode ser um sinal de escassez de um item. Considerando a imprensa alternativa abordada anteriormente, observamos que muitos títulos surgiram, mas poucos progrediram em virtude de censura e dificuldades na produção. Foi uma época em que o aspecto cultural da publicação, fosse político ou de costumes, interferiu em sua distribuição e posterior escassez de fascículos disponíveis.

A escassez pode determinar um aumento no valor econômico de uma publicação. Moraes (2018) aponta o colecionismo de livros que aumenta a cada ano em todos os países, o que eleva a falta dos exemplares disponíveis. Mesmo que o cenário apresentado pelo autor seja relativo a livros, é bom destacar casos de furtos de seriados, em especial revistas em bibliotecas, visando o mercado para colecionadores, o que permite um paralelo entre livros e revistas.

O suporte e seu meio de produção, critério a ser observado a seguir, também tem influência na tiragem, circulação e disponibilidade atualmente, como no caso de seriados artesanais ou manuscritos.

Como fator decisivo em alguns casos, a disponibilidade é destacada em algumas bibliotecas que possuem coleções de seriados raros, como no caso da política de seleção, preservação e conservação da coleção de obras raras da Universidade Federal de Santa Catarina (2018), que em sua apresentação aborda a existência de uma coleção de jornais catarinenses do século XIX, com destaque para exemplares únicos que fora da instituição só podem ser encontrados na Biblioteca Nacional.

Crítérios com base em suporte

De modo resumido, o *Guidelines* (American Library Association, 2008) aborda algumas características físicas, que este trabalho destaca: papéis decorados e encadernação como exemplos de características físicas relacionadas ao processo de publicação, livros em formatos incomuns, eróticos ou materiais que são difíceis de substituir, livros com partes móveis, com tamanhos ou formas não padronizadas, livros produzidos sob medida e feitos à mão, livros e outros objetos feitos de materiais incomuns, materiais manuscritos ou datilografados.

Entre os critérios de raridade bibliográfica adotados pela Biblioteca Nacional ([2000]), destacam-se aqueles baseados no suporte de itens com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatórias e exemplares de coleções especiais em regra geral com belas encadernações e ex-líbris, que é um critério relacionado com coleções e procedência, dentro da estrutura adotada por este trabalho.

Destacam-se no acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional publicações seriadas manuscritas. Salientamos a forma de produção que interfere na sua distribuição, sendo um periódico também de disponibilidade limitada. Segundo a Biblioteca Nacional (2016), na grande maioria desse tipo de publicação tentava-se reproduzir a forma de apresentação dos impressos e, para que houvesse um número razoável de exemplares, contavam com pessoas responsáveis por copiá-los manualmente. Em virtude desse cenário, podemos observar intervenções posteriores de revisores, com correções e diferentes caligrafias.

Outro caso que merece destaque é o jornal *Vossa Senhoria*, reconhecido pelo *Guinness Worlds Records* como o menor jornal do mundo. Ele foi lançado em 1935, nas dimensões de 9 cm x 6 cm, mas chegou a ter edições de 3,5 cm x 2,5 cm.

Crítérios baseados em coleções, procedência e marcas

A discussão sobre as coleções/fundos formados nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional é outro aspecto relevante a ser considerado em publicações

seriadas. O conjunto e o histórico de uma obra são aspectos importantes na definição de raridade para títulos que, individualmente, não seriam abrangidos pelos critérios de raridade que focuem na publicação em si. Este critério é, em boa parte, determinado pelo eixo de características do exemplar elencado por Pinheiro (1989), que aborda aspectos adquiridos pelo exemplar após sua produção, destacando-se as diversas marcas de proveniência.

Entre os vários critérios, este irá levar em conta o exemplar em si, aqueles que tornam o exemplar existente na instituição como exclusivo, mesmo que não seja necessariamente parte dos demais critérios. Aspectos a serem observados são as marcas de propriedade, anotações manuscritas, dedicatórias/autógrafos. (Pinheiro, 1989; Sant’Ana, 2001; Rodrigues, 2006; Galbraith; Smith, 2012 *apud* Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020). Para este artigo, coleções e fundos foram tratados em conjunto, pois mesmo que não necessariamente, as obras que compõem uma coleção ou fundo tendem a possuir marcas de propriedade.

O foco neste caso é a procedência, que podemos entender como a história do exemplar analisado que, conforme Galbraith e Smith (2012 *apud* Rodrigues; Vian; Teixeira, 2020), é entendida como interações que as pessoas tiveram com o objeto ao longo do tempo. Além das assinaturas, dedicatórias e anotações já citadas, carimbos, ex-líbris, etiquetas, entre outros, são entendidos como marcas. Ao associar um critério que envolva coleções e fundos e marcas de procedência, este trabalho considera a documentação da doação de uma coleção como documento que individualiza os exemplares que fazem parte do conjunto doado, como uma equivalência a comprovantes de compra, também entendidos como uma marca de procedência.

Na realidade atual da instituição, um critério de raridade baseado em fundos, permitiria extrapolar aqui o que hoje é seccionado como acervo raro de publicações seriadas. Como exemplo, pode-se pontuar a Coleção D. Thereza Christina Maria, que faz parte do acervo geral de publicações seriadas.

Uma coleção pode ser adquirida sem que suas partes possuam necessariamente uma marca de procedência. Uma questão a ser observada nesses casos é que o termo de doação deveria relacionar todos os fascículos doados para a instituição. Todavia, diferente dos livros e outros suportes, não é o caso para coleções incorporadas pela Biblioteca Nacional no passado onde, em muitos casos, há somente o relato de que foi entregue uma certa quantidade de fascículos de periódicos.

Fascículos de uma única procedência devem ter o seu valor de mercado observado na atualidade, associado ou não a outros critérios a serem analisados. No caso de quadrinhos que fazem parte da Coleção Ebal, o acervo é composto por alguns fascículos com alto valor de mercado, o que levaria a análise para dois critérios em debate: valor e coleção, considerando a origem – no exemplo citado, a coleção do Museu dos Quadrinhos incorporada pela Biblioteca Nacional.

Mas a formação de uma coleção, um fundo ou marcas de procedência tornam um exemplar raro? Como já abordado, os seriados são publicados continuamente e somente uma parte ou conjunto de partes podem ser considerados raros por outros critérios já estabelecidos.

Considerações finais

A literatura sobre raridades de publicações seriadas continua restrita, embora o suporte venha a ter mais espaço quando comparado ao estudo de Di Stasio (1994). Mesmo sendo possível observar que houve uma evolução quanto aos critérios pensados nos seriados, e não somente uma adaptação dos livros, parece ainda haver uma dose de receio em adequar os critérios para períodos mais recentes. É importante destacar que a base dos critérios é a mesma para outros suportes, sendo necessário ponderar a essência do tipo documental abordado.

Se por um lado há, na literatura, considerações sobre novas formas de comunicação, principalmente no início das revistas ilustradas e dos semanários modernos, ainda há muito o que se considerar quanto a períodos históricos, sobretudo aqueles em que a censura foi uma realidade. Critérios devem ser discutidos, ajustados e atualizados e este é um processo importante, em especial no caso dos jornais, que são uma fonte primária com uma construção física que não foca na durabilidade.

Como a criação de um acervo raro tende a ser realizada ao longo do tempo, principalmente em bibliotecas preocupadas com a preservação da memória, é importante que os critérios não só estejam alinhados na segmentação para uma representatividade rara do acervo, mas também para um acervo de transição para raridades, preciosidades e critérios que venham a considerar a forma de preservação, sobretudo do conteúdo, considerando decisões como manter o suporte original ou até as mudanças de suporte, como no caso da digitalização.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Guidelines on the selection and transfer of materials from general collections to special collections: Approved by the ACRL Board of Directors, July 2008. *College & Research Libraries News*, v. 69, n. 10, p. 630-637, 2008.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no século XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G., ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

ATKINSON, Ross W. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: HAZEN, Dan *et al.* *Planejamento de preservação e gerenciamento de programas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 17-29.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Mostra de jornais manuscritos do século XIX*, 2016. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/eventos/2016/10/mostra-jornais-manuscritos-seculo-xix>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: FBN, [2000].

BRASIL, Bruno. Por um mundo livre e menos “careta”: a imprensa alternativa durante o regime militar. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 124, p. 7-20, Rio de Janeiro, 2004.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. Um Beijo pra vocês: literatura e imprensa alternativa, anos 70. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v. 12, n. 18, p. 5-60, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314859697_Um_Beijo_pra_voces_literatura_e_imprensa_alternativa_anos_70. Acesso em: 15 fev. 2022.

CARVALHO, Natali Lima de: RIOS, Riverson. O Pasquim: um jornal que não se vende a não ser a seus leitores. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20, 2018, Juazeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0949-1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

CRAMER, Elizabeth; ORKISZEWSKI, Paul. Cataloging Serials for Special Collections: The Challenges and Delights of the W.L. Eury Appalachian Collection. *The Serials Librarian*, v. 59, n. 1, p. 101-110, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DI STASIO, ANGELA. Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 114, p. 85-133, 1994. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1994_00114.pdf. Acesso em: 7 out. 2021.

GASPAR, Lúcia. Aurora Pernambucana. In: *Pesquisa Escolar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/aurora-pernambucana-jornal>. Acesso em: 2 out. 2021.

GREENHALGH, R. D. Crêterios de raridade para periódicos: jornais, revistas e periódicos científicos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, v. 16, p.e 02132, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12715>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GREENHALGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 3, p. 159-167, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nFVvk53mcgMfypnkQF4hCzBh/?format=pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GREENHALGH, R. D. *Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da economia do crime e da teoria da dissuasão*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/17800/1/2014_RaphaelDiegoGreenhalghV1.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

MCLAREN, Juliet; GILLIS, Jane M. Is This Rule Necessary? A Discussion of New Rules for Rare Serials. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 43, n. 1, p. 39-52, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EdUSP, 1991.

MCNEILL, Brian. Rare copy of precursor to the first American comic book added to VCU Libraries' Comic Arts Collection. VCU news (blog), 22 jan. 2018. Disponível em: https://news.vcu.edu/article/Rare_copy_of_precursor_to_the_first_American_comic_book_added. Acesso em: 30 set. 2021.

MIRANDA, Nina C. Mendonça Campos de; OLIVEIRA, Flávia Silvestre; CARVALHO, Maria da Conceição. Obras raras: definição de critérios de raridade para o Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. *Anais...*, 2013. Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1570>. Acesso em: 30 dez. 2021

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 5. ed. Brasília: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

RODRIGUES, M. C. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8336/1/v35n1a12.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.

RODRIGUES, M. C.; VIAN, A. E.; TEIXEIRA, H. D. Marcas de procedência: contribuições para o estudo do livro raro. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019.e65498/42498>. Acesso em: 6 fev. 2022.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Como definir periódicos raros: critérios da Biblioteca Mário de Andrade. *Revista da Mario de Andrade*, 2021. No prelo.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592>. Acesso em: 24 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. DIVISÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS. *Política de seleção, preservação e conservação da coleção de obras raras na BU/UFSC*. Florianópolis: BU/UFSC, 2018. Disponível em: <http://portal.bu.ufsc.br/files/2014/11/CriteriosSelecaoObrasRaras.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

7ª Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional

Memória e Preservação Digital



Memória dos embates entre
urbanismo e patrimônio cultural:
a Hemeroteca Digital como
fonte documental para o Atlas
do Patrimônio Urbano da Área
Central do Rio de Janeiro

Andréa da Rosa Sampaio

Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU/UFF) arquiteta e urbanista, mestre
e doutora em Urbanismo

Maria Eduarda Monsores Facre Canêdo

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (UFF), bolsista Pibic-CNPq 2020-2021

Renato Rampini Lopes

Graduando em Arquitetura e Urbanismo (UFF), bolsista Pibinova-UFF 2020-2021



Resumo

A utilização do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira como fonte de pesquisa para o projeto Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro é o enfoque deste trabalho. A incorporação de notícias de jornais sobre embates de projetos urbanísticos com bens tombados à plataforma *online* de geoprocessamento do projeto propicia a contextualização dos objetos em suas temporalidades e consubstancia a interface interativa de cartografia digital. Pautado em referencial sobre a história do urbanismo da cidade – e sobre preservação do patrimônio cultural –, este trabalho discorre a respeito dos aspectos teórico-metodológicos do aplicativo *online* AtlasRio e expõe casos que exemplificam a relevância da contextualização das intervenções a partir das notícias coletadas na Hemeroteca Digital.

Palavras-chave: Área central do Rio de Janeiro. Patrimônio cultural. Hemeroteca Digital.

Abstract

The use of the Hemeroteca Digital Brasileira (Newspaper Library) collection as a research source for the Atlas of the Urban Heritage of the Rio de Janeiro Central Area project is the focus of this work. The incorporation of findings from newspapers about conflicts in urban projects with listed heritage assets to the project's online geoprocessing platform provides the contextualization of the study objects in their temporalities, and substantiates the interactive interface of digital cartography. Based on references on the city history of urbanism, and of heritage preservation, this paper discusses theoretical-methodological aspects of the AtlasRio online application, while exposing cases that exemplify the relevance of contextualizing situations from the news collected in Hemeroteca.

Keywords: Rio de Janeiro central area. Cultural heritage. Hemeroteca Digital.



Apresentação

A utilização do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira como fonte de pesquisa para o projeto Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro¹ é o tema deste trabalho. Desenvolvido com enfoque no percurso histórico da salvaguarda do patrimônio cultural, articulado ao ordenamento urbanístico e aos projetos urbanos, o projeto Atlas... interpreta a trajetória urbanística e o processo de salvaguarda do patrimônio urbano da área central da cidade a partir do século XX, por meio da articulação digital de análises cartográficas com pesquisa documental, iconográfica e empírica.

Conforme discutido em Sampaio (2016), o processo histórico da área central da metrópole carioca reflete uma estratificação de paisagens que remonta ao período da colonização portuguesa. Foi consolidado a partir de sucessivas transformações decorrentes de grandes intervenções urbanas, sobretudo nos séculos XIX e XX, o que construiu uma imagem emblemática, e reforçou o *status* da metrópole de capital colonial, imperial e republicana. Portanto, para a compreensão da configuração atual, é fundamental investigar e documentar as transformações urbanas de modo a contextualizá-las historicamente e, sobretudo, e consolidar a memória do urbanismo carioca, bem como consubstanciar maior conhecimento sobre o seu patrimônio urbano.

As sucessivas propostas de reestruturação espacial do centro da cidade conduziram a uma configuração urbanística fragmentada, que agrega tecidos urbanos contínuos e descontínuos, na medida em que alguns dos projetos não foram plenamente implantados. O projeto Atlas..., aqui discutido, busca construir meios para a compreensão da estratificação do espaço urbano como recurso para a memória urbana. Adota-se a cartografia digital como potente ferramenta para “escavar”, representar e reconstruir digitalmente as camadas históricas da memória urbana carioca, de modo a revelar embates entre projetos urbanísticos e a salvaguarda do patrimônio cultural na área central da cidade. Tal qual um palimpsesto, podem ser observados rastros de antigos projetos ou fragmentos de formas passadas na configuração espacial ao se investigar a evolução do tecido urbano à luz dos projetos e regulamentos urbanísticos.

A transição do projeto para a plataforma de geoprocessamento Sistema de Informação Geográfica (SIG) impulsionou a potencialidade de sua difusão, bem como a interatividade de diferentes recortes temáticos e aplicabilidades. Como

1. Projeto coordenado pela primeira autora juntamente com Guilherme M. M. Mattos (pós-doutorando PNPd/Capes no PPGAU-UFF) e realizado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, com apoio das bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, além da bolsa PNPd/Capes.

produto, o aplicativo AtlasRio,² desenvolvido na plataforma ArcGIS *online*, visa a propiciar uma leitura dinâmica e abrangente dos contextos históricos dos processos de patrimonialização e ordenamento urbanístico, além de projetos urbanos incidentes no recorte espacial a partir do século XX. Para tanto, articula cartografias históricas e atuais com iconografia dos bens tombados e dos projetos urbanos selecionados, bem como fontes documentais sobre os processos de tombamento no recorte espacial. O AtlasRio articula documentação atualmente esparsa ou de acesso restrito de modo a estabelecer nexos entre as interfaces e os impactos do ordenamento urbanístico e dos projetos urbanos sobre a salvaguarda do patrimônio cultural.

Entre os aspectos inovadores do projeto relacionados ao acervo da Biblioteca Nacional, destacam-se a pesquisa e a disponibilização de notícias históricas sobre a salvaguarda do patrimônio cultural e dos projetos urbanos estudados, o que propicia a contextualização, em suas temporalidades, dos embates dos projetos urbanísticos com os bens tombados e seus efeitos na configuração urbanística na área central da cidade.

Essa reflexão ancora-se na compreensão da cidade como bem cultural, tal como defendida por Meneses (2006), que a concebe como um artefato socialmente apropriado em três dimensões imbricadas que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, em que a urbanização é um produto da sociedade; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem processos culturais, bem como tensões e conflitos socioeconômicos e políticos; e a dimensão das significações, que dotam o espaço de sentido e inteligibilidade.

Para a compreensão do potencial da utilização do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira como fonte de pesquisa para o aplicativo AtlasRio, faz-se necessário, primeiramente, discorrer sobre seus aspectos metodológicos relacionados ao projeto de pesquisa para, então, enfocar a investigação na Hemeroteca e o processamento dos achados. Em seguida, serão destacados quatro casos que exemplificam a relevância da contextualização das situações a partir das notícias coletadas na Hemeroteca, que nos permitirão tecer considerações finais sobre o potencial da metodologia utilizada.

Aspectos metodológicos da pesquisa no acervo da Hemeroteca

Adotando como base os projetos urbanos georreferenciados na base cartográfica do projeto, foram coletadas notícias históricas em periódicos do acervo da

2. AtlasRio disponível em: <https://atlasrio.maps.arcgis.com/>. Também disponível no Portal Data.Rio da Prefeitura do Rio de Janeiro: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::atlasrio-atlas-do-patrim%C3%B4nio-urbano-da-%C3%A1rea-central-do-rio-de-janeiro/explore>.

Hemeroteca Digital Brasileira. Foram selecionados jornais diários como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*, e também revistas especializadas como a *Revista Municipal de Engenharia*, entre outras. Nestes periódicos, foram pesquisadas matérias a partir da busca dos nomes dos bens e/ou intervenções urbanísticas relativas à área de estudo. O período de publicação foi definido entre 1940 e 1988, quando a cidade sofreu grandes transformações urbanísticas que impactaram seu patrimônio cultural, e que iam desde a abertura da avenida Presidente Vargas até a legislação de preservação urbana do Corredor Cultural.

A pesquisa na Hemeroteca foi realizada por meio de filtros para refinamento da busca, utilizando o recorte temporal citado e palavras-chaves como “tombamento”, “reurbanização”, “demolição” etc. para a busca de assuntos referentes aos bens tombados de interesse específico para a pesquisa, entre os quais, neste trabalho, serão brevemente discutidos adiante:

- a. o projeto da avenida Norte-Sul e o tombamento da antiga Escola de Engenharia e do Real Gabinete Português de Leitura;
- b. o projeto da avenida Perimetral, a demolição do Mercado Municipal da Praça XV e o tombamento do torreão remanescente (restaurante Albamar);
- c. as obras da rede metroviária e a demolição do Palácio Monroe;
- d. a demolição do edifício do antigo Ministério da Agricultura, um dos remanescentes da Exposição do Centenário da Independência.

As notícias encontradas foram salvas como imagens de recortes de jornais e tratadas digitalmente para melhorar a resolução e ocultar anúncios. Devido a restrições referentes a direitos autorais, no entanto, optamos por não disponibilizar as imagens, mas sim os *links* para os acervos de origem, como a Hemeroteca Digital e o do jornal *O Globo*. Além de notícias específicas sobre os bens tombados, foram também catalogadas no banco de notícias outras reportagens de interesse difuso, isto é, genéricas em termos de assunto; por exemplo, sobre a preservação do Centro como um todo. Essas notícias não foram georreferenciadas, mas sim catalogadas como fonte de pesquisa para produção científica.

Aspectos metodológicos: a geolocalização dos objetos e suas notícias

A operacionalidade do AtlasRio *online* instrumentaliza a consolidação e a articulação de dados sobre a trajetória urbanística e patrimonial da área central carioca em suporte cartográfico digital, por meio do *software* ArcGIS, propiciando a geolocalização interativa de diversas modalidades de dados, incluindo as reportagens pesquisadas, conforme será apresentado a seguir.

A sobreposição das bases cartográficas³ na plataforma SIG, por meio de georreferenciamento, foi realizada de modo que seja possível visualizá-las ou ocultá-las, de modo interativo, para melhor compreensão dos processos de transformação urbana em camadas de diferentes temporalidades, conformando uma espécie de palimpsesto de informações urbanísticas e patrimoniais. Nessas bases, são superpostas as indicações das fotografias históricas, as demarcações de bens tombados e os dados sobre os efeitos urbanísticos da salvaguarda relativos às interferências de projetos urbanísticos (de alinhamento e loteamento, conhecidos como PAAs ou PALs) incorporados à plataforma SIG.

Sobrepoem-se a essas camadas a seleção de notícias coletadas e catalogadas sobre os projetos estudados que foram geolocalizadas sobre a base cartográfica digital. As reportagens coletadas foram categorizadas de acordo com os projetos pesquisados, e analisadas, editadas em recortes e catalogadas em uma planilha descritiva, em que constam todas as informações relevantes ao patrimônio cultural e ao ordenamento urbanístico da área de estudo. O georreferenciamento é processado a partir da vinculação das categorias da planilha à base cartográfica, sendo possível vincular ao recorte coletado, além de informações do ano e do local de publicação, a digitalização da reportagem e o *link* para a Hemeroteca Digital.

Mais de 400 notícias consultadas no acervo da Hemeroteca Digital e do jornal *O Globo* foram catalogadas no banco de dados e geolocalizadas na plataforma SIG do projeto. Na AtlasRio é possível visualizar o conjunto de recortes de jornais e revistas disposto em camada digital própria, indicada por ícones de diferentes cores, correspondentes aos projetos específicos. A inserção desse material no aplicativo possibilita que o usuário clique em um ponto no mapa digital, veja a informação sobre uma reportagem específica e seja redirecionado para o respectivo acervo *online* da Hemeroteca.

Os embates entre urbanismo e patrimônio cultural em notícias de periódicos

A partir da coleta, do estudo e da geolocalização das notícias de jornais e revistas na plataforma ArcGIS, é possível acompanhar o histórico do processo decisório, as justificativas e as resistências relacionadas às transformações urbanísticas ocorridas no recorte espacial estudado. Dessa forma, o AtlasRio propicia a compreensão de drásticas intervenções no centro da cidade,⁴ que

3. O banco documental cartográfico da pesquisa provém de material cedido pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

4. Além dos elencados, o AtlasRio *online* expõe os casos de abertura da avenida Presidente Vargas, da avenida Diagonal, entre outros emblemáticos.

serão tratadas a seguir, como o projeto da avenida Norte-Sul, com a ameaça de demolição de várias instituições e quarteirões do Centro; a demolição do Mercado Municipal da Praça XV para a construção da avenida Perimetral; a demolição do Palácio Monroe por alegação da obra do metrô; e, ainda, a demolição do antigo Pavilhão dos Estados da Exposição do Centenário da Independência, antiga sede do Ministério da Agricultura.

O projeto da avenida Norte-Sul: ameaça de demolição de instituições e quarteirões do Centro

Além dos projetos implementados, considera-se válido investigar projetos urbanos não executados, uma vez que são recorrentes os estudos de história urbana sobre projetos de renovação urbana com foco nos impactos das intervenções; porém também são observáveis, nas áreas envolvidas, consequências de projetos parcialmente implementados ou cancelados como vestígios do que a cidade poderia ter sido, conforme discutido em Sampaio (2016) e Mattos (2018). Um dos exemplos emblemáticos desses casos é o projeto da avenida Norte-Sul (1948-1963 e 1970-1983).

Projetada pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy para ser uma grande avenida paralela à avenida Rio Branco, a abertura da extensa faixa da futura avenida Norte-Sul modificaria intensamente a morfologia viária na área central carioca. Concebido sob a égide do urbanismo moderno, o projeto, além de propor a demolição de inúmeros sobrados do Centro do Rio de Janeiro, previa o completo arrasamento do Real Gabinete Português de Leitura e a demolição parcial do edifício histórico da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais dessa mesma instituição federal (Mattos, 2018). Tal fato movimentou bastante a imprensa e inflou os discursos que defendiam a salvaguarda do patrimônio cultural carioca, como pode ser observado na seleção de reportagens disponível no AtlasRio sobre o assunto.

Coletou-se um grande número de artigos que mencionavam as alterações físicas que o projeto causaria na área central carioca. As matérias jornalísticas destacavam um cenário bastante avassalador para o bairro da Lapa e para a nova esplanada de Santo Antônio. Diante da magnitude do projeto, ao trabalhar no georreferenciamento dos recortes, viu-se que as discussões noticiadas abrangiam vários pontos da área central carioca e que um número expressivo das notícias abordava as polêmicas demolições nos entornos da rua da Carioca e da rua Uruguaiana, que seriam parcialmente atingidas pela obra.

A demolição do Mercado Municipal da Praça XV para a construção da avenida Perimetral

Um dos casos emblemáticos de embates entre projetos urbanísticos e edificações notáveis é o do antigo Mercado Municipal da Praça XV. Cabe esclarecer que, na ocasião da intervenção, o antigo mercado não havia sido reconhecido oficialmente como patrimônio cultural, ainda que fosse um equipamento urbano monumental, de arquitetura de ferro em linguagem *art nouveau* e que fosse lócus do cotidiano da população.

Com obras iniciadas em 1903, no âmbito das reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos, o Mercado Municipal da Praça XV de Novembro, com sua estrutura metálica de ferro e tipologia espelhada na *Les Halles*, de Paris, não perdurou até ser considerado patrimônio cultural. Situado na praça Marechal Âncora, ao lado do vazio do demolido Morro do Castelo e do igualmente desaparecido bairro da Misericórdia, sua forma encontra-se registrada na planta cadastral da cidade, de 1935.

O antigo mercado testemunhou a drástica remodelação de seu entorno a partir da demolição do Morro do Castelo e da implantação da Exposição do Centenário da Independência em 1922, de cuja ala Nacional fez parte. Em 1938, o PAA nº 2.497 apresentou as propostas da avenida Perimetral, via expressa que ligaria a avenida Beira-Mar, nas proximidades do recém-inaugurado Aeroporto Santos Dumont, à praça Mauá, atravessando a praça XV de



Figura 1 – Extrato de notícia sobre a avenida Norte-Sul (*Correio da Manhã*, 17/06/1970, p. 5), consultado na Hemeroteca BN Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pagfis=8122.

Novembro, e estendendo-se paralela à velha frente marítima da cidade. Parte do Mercado da Praça XV encontrava-se na rota de colisão com a Perimetral. Na década de 1960, as idealizações rodoviárias foram concretizadas com o início das demolições do mercado e a abertura da avenida Perimetral, conforme inúmeras fotografias históricas que registram a atividade de demolição do

mercado simultânea à construção do eixo viário.⁵

Na década de 1960, o mercado desapareceu da forma urbana da área central, resistindo apenas um de seus torreões, ocupado desde 1933 pelo restaurante Albamar (atualmente, Ancoramar). A permanência desse torreão deveu-se a um abaixo-assinado de empregados e fregueses do restaurante endereçado ao então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que acolheu o pedido de não demolição, designando o estabelecimento como imóvel de utilidade turística.

O torreão foi objeto de salvaguarda pelo órgão de tutela estadual, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), com processo instaurado em 1978,⁶ originado no próprio órgão, e foi tombado definitivamente em 1982. Atualmente, o torreão remanescente situa-se ilhado

em uma praça que continua subutilizada, apesar da reurbanização recente, junto à entrada do túnel Marcello Alencar e próximo à Estação das Barcas na praça XV. Conforme discutido em Sampaio e Mattos (2020), perdeu-se uma oportunidade ímpar de ressignificação da área com a possibilidade de agenciamento paisagístico dos remanescentes dos alicerces do antigo mercado demolido.

A demolição do Palácio Monroe

Projetado para ser o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de 1904, em Saint Louis, nos Estados Unidos, o Palácio Monroe voltou desmontado para o Brasil e foi reconstruído onde hoje é a praça Mahatma Gandhi, na Cinelândia.



Figura 2 – Extrato de notícia sobre o Mercado Municipal (*Diário de Notícias*, 11/11/1960), encontrada na Hemeroteca BN Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=8677.

5. “Vão ser demolidos 62 boxes que entravam a Perimetral”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1960, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/4167. Acesso em: 4 jun. 2021.

6. Inepac. *Processo nº E-03/382.34/78*. Tombamento do Restaurante Albamar – situado na praça Marechal Âncora, 184, Rio de Janeiro, 1978.

O edifício abrigou a sede do Senado Federal entre 1924 e 1960, e foi demolido em 1976 sob a justificativa de que suas estruturas estariam ameaçadas com o avanço das obras do metrô na avenida Rio Branco e, ainda, com a posterior movimentação de seus trens. Argumentou-se também que um desvio na linha metroviária para preservar o palácio seria bastante dispendioso. Tal mudança de trajetória, no entanto, aconteceu e o próprio custo da demolição do palácio foi maior do que o custo calculado para o desvio.

Nas notícias coletadas na Hemeroteca Digital sobre o assunto, foi possível acompanhar a resistência dos engenheiros e arquitetos em relação à demolição e o movimento em prol da preservação daquele marco arquitetônico nacional. Algumas reportagens destacavam seu precário estado de conservação, bem como



Figura 3 – Extrato de notícia sobre o Palácio Monroe (*Tribuna da Imprensa*, 10/03/1988, p. 2), encontrada na Hemeroteca BN Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pagfis=33850.

o indeferimento de seu tombamento pelo Iphan. Verificou-se também que muitas reportagens criticavam sua demolição, ressaltando as polêmicas políticas e econômicas que envolveram essa decisão. Diante da grande abordagem da imprensa sobre as discussões envolvendo a demolição do Palácio Monroe, também foram noticiados os debates a respeito do destino daquela área, sendo bastante interessantes as discussões relativas à possível construção do

memorial a Getulio Vargas, hoje localizado no bairro da Glória.

Para enquadrar casos notáveis como o Monroe, foi criada uma camada específica no “Atlas” para a categoria “Bens com tombamentos indeferidos ou removidos do processo”. Nessa camada, pode-se selecionar o Palácio Monroe, assim como outros casos de bens também demolidos e de tombamentos indeferidos, como as sedes do Derby e do Jockey Club na avenida Rio Branco, que passaram pelo mesmo processo que a antiga sede do Senado Federal, além do caso discutido a seguir.

A demolição do edifício do Ministério da Agricultura (Palácio dos Estados, 1922)

Assim como o caso anterior, este também se enquadra na categoria de “Bens com tombamentos indeferidos ou removidos do processo”. O edifício do Ministério da Agricultura foi inaugurado para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, ocorrida entre setembro de 1922 e julho de 1923, na área vazia decorrente da demolição do Morro do Castelo (Ribeiro, 2014). Ao contrário da maioria dos pavilhões do evento, o Palácio dos Estados, projetado por H. Pujol Junior, foi concebido como uma construção permanente que seria aproveitada posteriormente. Foi uma das construções de maior destaque, devido ao seu grande porte e ornamentação, o que lhe valeu o apelido pejorativo “Bolo de Noiva”.

Ao final da exposição, em 1923, a edificação passou a abrigar a sede do Ministério da Agricultura. Com a transferência da capital federal para Brasília, no entanto, mudou-se também a sede do ministério, no começo da década de 1960. O pavilhão ainda chegou a abrigar a Delegacia Regional do Ministério até anos próximos à data de sua demolição, em 1978. Durante sete meses (entre 1973 e 1974), o general Geisel utilizou o seu segundo andar para a organização de seu futuro governo.

Apesar de o edifício estar sem uso, sua demolição foi envolvida em polêmicas e discussões, tendo em vista o custo de sua derrubada ser maior do que o de uma eventual reforma. O estilo eclético, muito criticado e desvalorizado desde o movimento modernista, serviu como pretexto para que o prédio não fosse tombado pelo Iphan. Usou-se como justificativa o argumento de que a edificação impedia a visualização do conjunto de bens tombados no entorno – o Museu Histórico Nacional, a Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso e a Santa Casa de Misericórdia, que remetem ao período colonial. Técnicos envolvidos com a questão patrimonial tentaram, sem sucesso, argumentar contra a demolição, em prol da preservação do edifício, devido à sua importância histórica como representativo da Exposição do Centenário da Independência do país.⁷

Considerações finais

A visualização dos projetos urbanísticos históricos na plataforma de cartografia digital favorece uma leitura articulada dos projetos em relação à forma urbana da época, evidenciando os embates que emergem quando as propostas de salvaguarda entram em conflito com as proposições urbanísticas vigentes

7. Vide notícia no *Jornal do Brasil*, de 21/05/1978, p. 19. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=180304.

e vice-versa. Ao associarmos as notícias de jornais coletadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional às fontes primárias dos projetos urbanísticos, desvelam-se as repercussões sociais dos projetos em suas temporalidades, o que propicia uma imersão na conjuntura da época. Essa compreensão nos remete ao argumento de Meneses (2006) sobre o campo de forças atuante nas cidades e suas dinâmicas sobre os bens culturais.

O estudo desses casos contribui para consubstanciar a memória do urbanismo e da salvaguarda do patrimônio urbano da área central a partir da problematização dos nexos dessa correlação. Ao abordar a área central carioca como um palimpsesto urbano, moldado a partir de embates das forças de renovação com a preservação, evidencia-se a historicidade da cidade e o patrimônio cultural como ativos no contexto urbano contemporâneo.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ATIQUE, Fernando. *Arquitetura evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica*. São Paulo: Edusp:Papesp, 2019.
- BORDE, Andréa L. P., SAMPAIO, Andréa da Rosa. Políticas urbanas e patrimônio cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro. In: MACHADO, D. P. et al. (org.). *Centros urbanos: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: Casa8:PROURB, 2012.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 nov. 1960, p. 1.
- FRANÇA, Carolina R. *Desaparecimento de um mercado e permanência de uma feira: estudo de suas consequentes expressões no espaço urbano das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- MATTOS, Guilherme M de; SAMPAIO, Andréa da R. A cartografia digital na investigação urbanística do patrimônio cultural: a área central da cidade do Rio de Janeiro. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EM URBANISMO, XII, 2020, São Paulo/Lisboa/Barcelona. *Anais...* Lisboa. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354442634_A_cartografia_digital_na_investigacao_urbanistica_do_patrimonio_cultural_a_area_central_da_cidade_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 12 set. 2023.
- MATTOS, Guilherme Meirelles M. de. *Leituras de um passado, desenhos de um futuro: a preservação do patrimônio cultural edificado na área central do Rio de Janeiro*. Tese

(Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Victor Hugo *et al.* (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. p. 33-76.

MONROE: destruição inexplicada. *Tribuna da Imprensa*, 10/03/1988, p. 2.

NORTE-SUL: uma nova avenida quase pronta. *Correio da manhã*, 17/06/1970, p. 5.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbana da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

RIBEIRO, Fernanda de A. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SAMPAIO, Andréa da R.; MATTOS, G. M. M. A cidade contemporânea é histórica: estudos morfológicos na era digital. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47235/rmu.v8i2.166>. Acesso em: 12 set. 2023.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Um olhar sobre a história do urbanismo da área central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação. *Revista AGCRJ*, n. 10, p. 193-212, 2016.

O SIG na preservação digital da memória urbana e patrimonial da área central do Rio de Janeiro

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos

Doutor em Urbanismo pela UFRJ, pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UFF

Bruno Neto Freire

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFF, bolsista do programa de iniciação científica (2020-2021)





Resumo

O artigo destaca as potencialidades da plataforma de Sistema de Informação Geográfica (SIG) no estudo da história urbana da área central da cidade do Rio de Janeiro, e de seu patrimônio cultural, com apoio de material de acervos digitais. A articulação da iconografia e dos mapas disponíveis nos acervos contribui para compreensão da cidade e do seu processo de salvaguarda, a partir da reconstituição da sua configuração urbana em múltiplas temporalidades. O banco de dados e as narrativas interativas produzidas na plataforma SIG colocam em evidência o patrimônio urbano carioca e os acervos digitais, exaltando a memória destes como peças fundamentais da cidade contemporânea, e promovendo sua preservação.

Palavras-chave: História urbana. Patrimônio cultural. Rio de Janeiro. SIG.

Abstract

The paper highlights the potential of using Geographic Information System (GIS) in studying the urban history of central Rio de Janeiro and its cultural heritage with the support of digital collections. The combination of the iconography and maps available in these digital collections help one understand the city and its heritage protection processes, through the reconstruction of its urban configuration in multiple moments throughout time. The database and interactive narratives created on the GIS platform underline both Rio's urban heritage and the digital collections, exalting their memory as fundamental pieces of the contemporary city and promoting its preservation.

Keywords: Urban history. Cultural heritage. Rio de Janeiro. GIS.



Introdução

O presente trabalho tem como objetivo destacar as potencialidades do uso das ferramentas do campo do geoprocessamento, como a plataforma de Sistema de Informação Geográfica (SIG) no estudo da história urbana da área central da cidade do Rio de Janeiro. Essa leitura histórica da cidade é realizada de modo articulado ao processo da salvaguarda de seus bens culturais edificados protegidos pelo instrumento de tombamento¹, com apoio de material consultado em acervos digitais, como da Biblioteca Nacional.

Caro à compreensão dos fatos que ocorrem no espaço geográfico, o SIG é um sistema articulado a uma plataforma computacional que permite agregar um grande acervo de dados convencionais em um único banco informacional, de modo espacializado em representações cartográficas digitais. A plataforma promove estudos interdisciplinares que associam materiais de diferentes fontes de consulta e campos do conhecimento, através de uma interface dinâmica com amplo potencial de difusão devido à facilidade de armazenagem e divulgação deste banco de dados na internet por meio de aplicativos *web*.

Frente às possibilidades dessa plataforma, suas ferramentas foram adotadas como instrumental para interpretar a trajetória urbanística e patrimonial da área central carioca, objeto de estudo da presente investigação.² A pesquisa parte de uma abordagem morfológica da cidade e do patrimônio (Sampaio & Mattos, 2020), na qual destaca-se a dimensão histórica da cidade contemporânea, reconhecida como uma amálgama dos resultados tangíveis de forças sociais e econômicas que incidem sobre o espaço físico ao longo do tempo (Moudon, 2015, p. 41). Fundamenta-se o estudo em uma compreensão da cidade contemporânea como um acúmulo de processos ocorridos historicamente, incluindo a sucessão de projetos urbanísticos e das ações de salvaguarda patrimonial, produzindo efeitos na sua configuração urbana.

No referente à historicidade da cidade, a investigação ancora-se na premissa de que “o estudo do conjunto da estrutura urbana só se concebe em sua dimensão histórica” (Muratori, 1959 *apud* Panerai, 2006, p. 122), sendo “a cidade em seu conjunto”, incluindo suas partes antigas e modernas, detentora de “substância histórica” (Argan, 1979 *apud* 1992, p. 79). Com relação ao patrimônio e seu processo de salvaguarda, este seria um fenômeno contemporâneo, tal como

1. O tombamento é um instrumento jurídico que protege bens culturais de natureza material, móvel ou imóvel, com valor excepcional para a nação, estado ou município, colocando-os sob tutela de um órgão público de salvaguarda. Ele impede a destruição do bem, assim como sua modificação, sem prévia anuência do órgão de salvaguarda.

2. A investigação integra o projeto “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Andréa Sampaio, e o projeto de pós-doutorado “Entre a Preservação e a Renovação Urbana: A Dimensão Urbanística da Salvaguarda do Patrimônio Cultural na Área Central do Rio de Janeiro”, ambos desenvolvidos no PPGAU-UFF.

aponta David C. Harvey (2008): um produto moldado a partir da história, em meio a um processo centrado no presente, e direcionado para o futuro.

Destaca-se a relevância do estudo da história urbana e do patrimônio e seus conflitos e tensões no espaço urbano como fundamentais na compreensão da cidade na contemporaneidade. Compreender tais processos e seu papel na estruturação urbana atual torna-se imprescindível como ponto de partida para refletir e orientar o futuro das nossas cidades de modo responsável e sustentável, prezando a diversidade e valendo-se das novas ferramentas tecnológicas à nossa disposição.

Como ferramentas de leitura neste estudo articulado da cidade e do patrimônio, a plataforma SIG possibilitou a articulação do material pesquisado, construindo um banco de dados que integra documentação textual, cartografia e iconografia — histórica e atual — referente à área central do Rio de Janeiro, seus inúmeros projetos urbanísticos e bens culturais tombados. Esse material foi consolidado em um aplicativo *web* no *ArcGIS Online*, intitulado “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”.³ A pesquisa também desenvolve narrativas multimídia que articulam mapas interativos a conteúdo iconográfico e textual, apresentando casos exemplares da dialética entre a preservação e os projetos urbanísticos. Estas incorporam análises volumétricas que permitem compreender as tensões entre os anseios pela transformação urbana e as iniciativas de salvaguarda na área central carioca, reconhecendo a importância de ambos na atual configuração da cidade.

No atual contexto da pandemia do Covid-19, no qual o acesso presencial a fontes de consulta é restrito, e as atividades de investigação acadêmica vêm sendo realizadas quase que exclusivamente em ambientes virtuais, acervos digitais como os da Biblioteca Nacional, com sua hemeroteca, e a Brasileira Fotográfica tornam-se imprescindíveis na continuidade do desenvolvimento das pesquisas sobre história urbana, alimentando bancos de dados como o produzido em plataforma SIG na pesquisa em questão. A articulação da iconografia e dos mapas, disponíveis nestes acervos digitais, contribui para compreensão da cidade, sua história urbanística e seu processo de salvaguarda, a partir de uma reconstituição da sua configuração urbana em múltiplas temporalidades. Bases cartográficas históricas georreferenciadas e fotografias de décadas passadas geolocalizadas em plataforma SIG estruturam camadas de informação dos inúmeros tempos da cidade e suas respectivas ambiências urbanas. São os fragmentos destes tempos que se sedimentam no espaço urbano e ganham reconhecimento como bens culturais, protegidos por órgãos de tutela nas diferentes esferas administrativas, e fazem parte da

3. O “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro” pode ser acessado através do link <https://atlasrio-datario.hub.arcgis.com/>.

cidade contemporânea.⁴ A história destes fragmentos, por sua vez, encontra-se registrada nestes acervos públicos digitais.

O banco de dados e as narrativas interativas produzidas colocam em evidência tanto o patrimônio urbano carioca quanto o acervo dos arquivos digitais, exaltando a memória de ambos não apenas como um vestígio do passado, mas como peças fundamentais no entendimento da cidade atual, dignas de preservação para o futuro. A plataforma SIG, portanto, promove uma preservação digital articulada entre a memória urbanística e patrimonial da cidade e do próprio material disponibilizado no rico acervo de arquivos públicos e bibliotecas que guardam a história carioca.

Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro

O Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro, disponibilizado ao público como aplicativo *web* hospedado no *ArcGIS online*, constitui um banco de dados dos bens protegidos por tombamento na área central carioca, articulado a um acervo documental que inclui material iconográfico e cartográfico que reflete a história urbana e patrimonial da cidade. Estruturado em plataforma SIG, o Atlas apresenta o percurso histórico da salvaguarda dos bens tombados na área central da cidade, com foco nos edificados e que destaca os efeitos urbanísticos dessas ações de proteção nos inúmeros projetos urbanos para cidade desde a década de 1930⁵ até a contemporaneidade. Procura também identificar quais destes projetos urbanos colocavam em ameaça bens edificados sem valor patrimonial reconhecido oficialmente, instigando a sua futura proteção pelos órgãos de salvaguarda.

As informações contidas no banco de dados partiram de consulta presencial aos órgãos de tutela atuantes na cidade, realizando o registro fotográfico de fichas de inventário de bens tombados e a digitalização ou transcrição dos seus processos de tombamento. O material coletado nesses acervos foi em seguida sistematizado, e sintetizado em categorias analíticas. No suporte de representação cartográfica da plataforma SIG, os bens tombados encontram-se espacializados através de polígonos que demarcam toda sua extensão, e são apresentados conforme os seguintes grupos: bens edificados; equipamentos e mobiliários urbanos; paisagismos e bens naturais; lugares e logradouros; e coleções e obras

4. No poder federal, em escala nacional, o órgão dedicado à salvaguarda e ao reconhecimento de valor patrimonial é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na esfera estadual, o órgão em questão é o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). Na esfera municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a tutela é do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

5. Os primeiros tombamentos na cidade realizados pelo órgão de esfera federal datam de 1938.

de arte. Essas categorias configuram camadas de informações no aplicativo *web*, incluindo dados sobre a demarcação de cada bem tombado que podem ser acessados com um simples clique, tais como: o nome do bem; fotografia; endereço; e informações referentes às esferas e datas do tombamento. Também foram incorporadas outras categorias de bens que auxiliam na compreensão do processo da salvaguarda na área central carioca, como aqueles que tiveram seu tombamento cancelado ou que foram alvo de processo de tombamento, mas tiveram sua proteção indeferida.

A concepção do aplicativo *web* como um atlas parte da contribuição cartográfica ao banco de dados, no qual destacam-se menus referentes aos projetos urbanísticos e às bases cadastrais da cidade, com plantas georreferenciadas. No caso dos projetos urbanísticos, estes são projetos aprovados de alinhamento e loteamento (PAA e PAL) disponibilizados, em sua maior parte, *online* pela Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SMPU-PCRJ).⁶ O aplicativo *web* do Atlas compila mais de 100 plantas que registram as diversas propostas que moldaram a forma urbana da área central carioca. Em muitos dos casos, esses projetos nunca se materializaram por completo, e são por vezes apenas parcialmente executados ou revogados sem efetiva concretização. A articulação desses projetos georreferenciados com os bens tombados demarcados na plataforma SIG elucidada os possíveis impactos que a proteção do bem edificado exerce sobre a configuração urbana da cidade. No referente às bases cadastrais, o Atlas agrega material cedido pelo Instituto Pereira Passos, com levantamentos cartográficos realizados nos anos de 1935, 1953 e 1975.

A compilação deste material dentro de uma única plataforma interativa permite uma leitura facilitada dos processos urbanos que incidem na salvaguarda dos bens edificados. De um lado, as bases cadastrais históricas registram a forma urbana existente em diferentes momentos da história da cidade. Já as proposições urbanísticas, representadas nos projetos de alinhamento e loteamento apresentam as diversas visões para o futuro da cidade ao longo do século XX, sem necessariamente uma efetiva realização. Sobre este rico material cartográfico, destacam-se as camadas de bens tombados, que além das informações já previamente mencionadas, também identificam os projetos de alinhamento e loteamento vigentes à época de proteção do bem, destacando a dimensão urbanística da salvaguarda.

No contexto pandêmico, com a restrição ao acesso do material físico dos acervos de tutela patrimonial, a investigação foi reorientada para trabalhar

6. O projeto aprovado de alinhamento (PAA) é um instrumento urbanístico municipal que define o traçado dos logradouros, separando o espaço público das parcelas privadas ou de outros bens públicos. Já o projeto aprovado de loteamento (PAL) é o instrumento que consiste no projeto de parcelamento da terra por meio de loteamento, ou de desmembramento e/ou remembramento dos lotes já existentes.

com dados oriundos de acervos digitais disponibilizados *online*, tais como a Biblioteca Nacional Digital, a Hemeroteca Digital Brasileira, e a Brasileira Fotográfica. Duas frentes de pesquisa se deslindaram nesse contexto: a primeira voltada para coleta de notícias sobre os projetos urbanísticos que incidiram na configuração da forma urbana carioca e no processo de salvaguarda do seu patrimônio, a partir de consultas à Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional e ao acervo do jornal *O Globo*; e a segunda voltada para a compilação da iconografia histórica da área central da cidade, disponibilizada no portal da Brasileira Fotográfica, que incorpora material fotográfico do acervo da Biblioteca Nacional.

No que tange à primeira frente de investigação, recentemente foi publicada no aplicativo *web* uma camada dedicada a recortes de jornais e revistas com reportagens geolocalizadas e agrupadas conforme projeto urbanístico em questão. Ao todo, registram-se mais de 450 reportagens geolocalizadas, sendo 400 destas oriundas da Hemeroteca Digital Brasileira, representando periódicos como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, e o *Jornal do Commercio*. O aplicativo *web* localiza a reportagem espacialmente no mapa, redirecionando o usuário para a página da notícia no seu respectivo acervo digital.⁷

Em paralelo a essa pesquisa pelos jornais e revistas, a consulta à iconografia histórica teve como objetivo coletar registros fotográficos não só dos bens tombados na área central carioca, como também da fisionomia e dos aspectos urbanísticos da cidade em diferentes momentos na sua transformação urbana. Estes registros, que compreendem o período entre as décadas de 1860 e 1980, contextualizam as inúmeras proposições urbanas da cidade ao apresentar a ambiência das áreas que vinham sendo ameaçadas pelos grandes projetos transformadores.

A consulta foi prioritariamente realizada a partir do portal da Brasileira Fotográfica, que reúne fotografias de acervos como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; o Arquivo Nacional; a Biblioteca Nacional; a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha; o Instituto Moreira Salles; o Museu Aeroespacial e o Museu Histórico Nacional. Ao todo, foram coletadas 600 fotografias, sendo 113 destas provenientes do acervo da Biblioteca Nacional. Estes registros foram geolocalizados na plataforma SIG com o especial cuidado de indicar o ângulo visual de cada fotografia. Neste quesito, o processo prévio de georreferenciamento das bases cadastrais históricas, em espacial da base de 1935, foi fundamental para o sucesso da localização das imagens, e seus campos visuais.

7. Maiores detalhes sobre esse processo de sistematização do material referente a recortes de jornais e revistas a partir dos acervos da Hemeroteca Digital Brasileira foram apresentados na 7ª Jornada de Pesquisadores da Biblioteca Nacional, na comunicação “Memória dos embates do urbanismo e patrimônio cultural: a Hemeroteca digital como fonte documental para o Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”.

Esse banco de dados iconográfico foi incorporado ao aplicativo *web* como uma camada de pontos que agrupa os registros conforme a data da fotografia: em amarelo, as fotografias do século XIX; em vermelho, das três primeiras décadas do século XX; em cor roxa, destacam-se as fotografias das décadas de 1930 a 1950; e por fim, em azul, as que registram a cidade das décadas de 1960 a 1980. Ao clicar em cada ponto, abre-se uma janela de informação que contém os dados da fotografia, como autoria, título, data, localidade registrada, assim como uma pequena imagem de miniatura. Para visualizar a fotografia, o usuário tem a possibilidade de ser redirecionado tanto para a página da Brasileira Fotográfica, quanto para a página do seu respectivo acervo, como no caso de fotografias da Biblioteca Nacional Digital.

Compilando estes dados provenientes de diferentes acervos, o Atlas não só consolida uma fonte de referência para investigações urbanísticas sobre a área central carioca e seu patrimônio, como também serve de plataforma para desenvolvimento de análises e estudos acerca dos processos de transformação urbana decorridos da dialética relação entre os projetos e planos urbanísticos e as ações de salvaguarda de bens edificados.

Construindo narrativas da preservação com a plataforma SIG

Como um complemento ao banco de dados do Atlas, foram iniciados estudos específicos de casos emblemáticos que ilustram a dimensão urbanística da salvaguarda na área central da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, foram elencados os planos e os projetos urbanos que incidiram na configuração urbana nesse trecho da cidade desde o início das atividades de proteção patrimonial, na década de 1930. Os projetos urbanos agem como instigadores das ações de proteção, ora sugeridas pelos próprios órgãos de tutela, ora solicitadas pela sociedade civil. A partir desses projetos, portanto, foram reconhecidos casos específicos de tombamento que interferiram nas idealizações de futuro da cidade e acabaram por moldar sua forma urbana. Estes casos são exemplares dos embates entre a preservação e a renovação urbana na área central carioca, para os quais vêm sendo trabalhadas narrativas que elucidam esse jogo de forças no cenário urbano e, em especial, o resultado desses na estruturação da cidade atual. Essas narrativas são construídas a partir de consultas a processos de tombamento e inventários previamente coletados, assim como da análise dos projetos urbanísticos incidentes, como os PAA e PAL georreferenciados na plataforma SIG.

Dentre os casos emblemáticos, destacam-se duas narrativas produzidas na pesquisa. A primeira refere-se ao projeto da Avenida Norte-Sul e aos tombamentos no entorno do Largo de São Francisco de Paula, e encontra-se disponibilizada

na *web* para consulta.⁸ A segunda, ainda em fase de desenvolvimento, apresenta o projeto da Avenida Presidente Vargas e as ações de salvaguarda em seu entorno. Ambos os casos refletem grandes planos de renovação urbana, cuja urbanização prevista materializou-se apenas parcialmente na forma urbana da área central carioca, o que produziu uma sucessão de projetos de alinhamento e loteamento por vezes nunca executados. A possibilidade da concretização dessas propostas, ao longo das décadas, movimentava os órgãos de tutela atuantes na cidade com objetivo de proteger bens edificados ainda sem reconhecimento patrimonial que se encontravam ameaçados de destruição por esses projetos renovadores. Essas leituras, portanto, procuram apresentar o processo dialético entre as ações de proteção patrimonial, apoiadas nas discussões descritas nos processos de tombamento, e os anseios transformadores dos grandes projetos urbanos, culminando na compreensão da configuração urbana contemporânea.

Esses estudos foram construídos a partir dos *StoryMaps* do *ArcGIS online*, ferramentas digitais de narrativa histórica que usam recursos hospedados na plataforma SIG. Disponibilizados no servidor da *ArcGIS*, os *StoryMaps* são aplicativos configuráveis ideais para apresentar conteúdo multimídia que articula bases cartográficas e camadas de desenho superpostas ao material textual, ao vídeo e à iconografia. Essas ferramentas têm sido adotadas por pesquisas acadêmicas e institucionais, focadas na investigação das transformações urbanas históricas a partir de plataformas SIG, refletindo o crescimento dos estudos das humanidades digitais.⁹

Uma das possibilidades dos *StoryMaps* é sua capacidade de visualização e interação com cenas tridimensionais, tais como maquetes volumétricas produzidas na plataforma SIG. Esses recursos são de grande utilidade na investigação, pois os estudos volumétricos contribuem na compreensão dos efeitos urbanísticos dos grandes projetos renovadores em relação ao tecido urbano existente e seu patrimônio. E na construção dessas modelagens, o material coletado nos acervos digitais, tais como a iconografia histórica, foi fundamental.

Ilustrando as narrativas, as modelagens volumétricas foram desenvolvidas apresentando três momentos específicos na história da área central carioca, apoiadas em múltiplas fontes de dados. O primeiro momento refere-se à configuração urbana existente antes da idealização dos projetos renovadores, destacando a fisionomia da cidade no início das atividades de salvaguarda. Para tal, destacou-se o uso da base cartográfica cadastral da cidade do ano de 1935, cedida pelo Instituto Pereira Passos, e de fotografias aéreas históricas compiladas

8. A narrativa “O projeto da Avenida Norte-Sul e os tombamentos no entorno do Largo de São Francisco de Paula” está publicada como *StoryMap* do *ArcGIS online*, acessível no aplicativo *web* do “Atlas”.

9. Alguns exemplos do uso do *StoryMaps* do *ArcGIS*: o portal ImagineRio, sobre a história urbana do Rio de Janeiro, desenvolvida pela Rice University (link: hrc.rice.edu/imaginerio/storymap); e a Re-Planning Bristol, desenvolvida pelo Conselho Municipal de Bristol (link: arcg.is/0aCmmz).

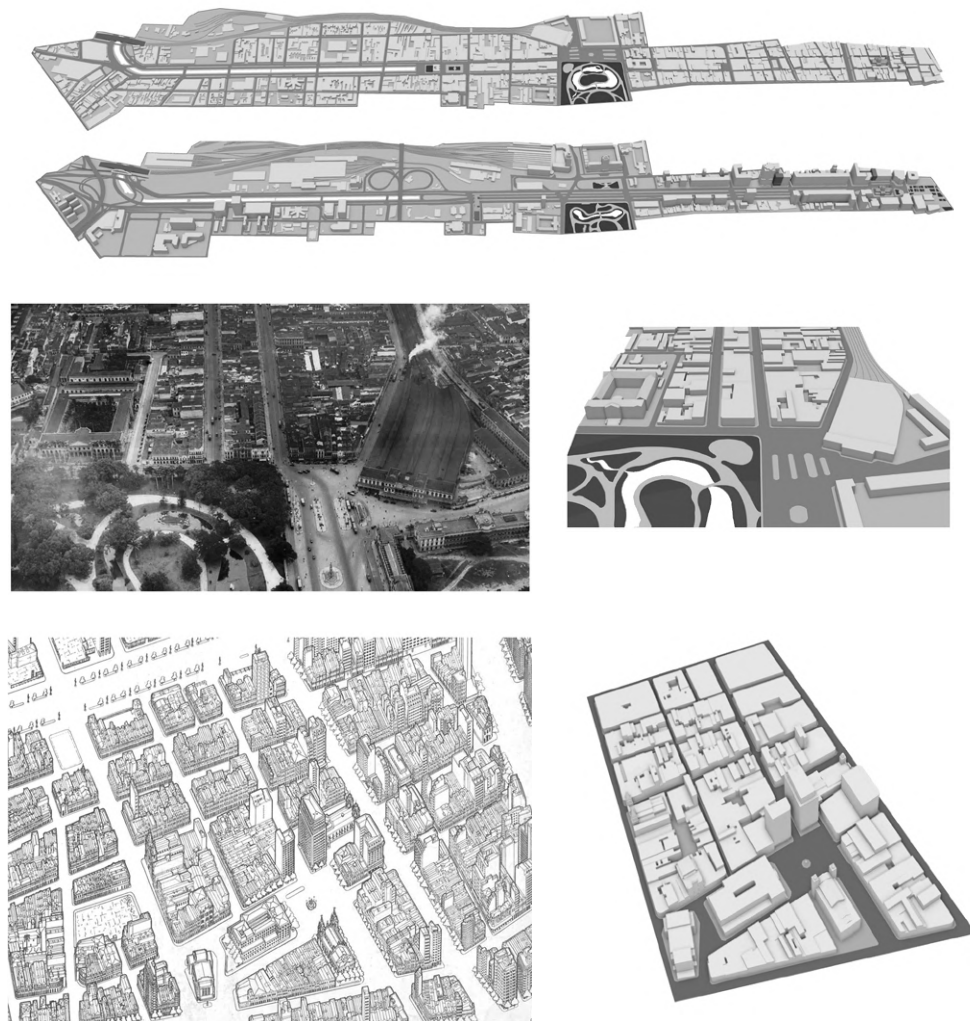
na consulta realizada ao portal da Brasileira Fotográfica. A modelagem partiu do desenho e formato das edificações conforme a base cadastral de 1935 e definiu as alturas das edificações conforme o número de pavimentos identificável nas fotografias aéreas. As volumetrias resultantes estruturam maquetes conjecturais dos trechos afetados pelos grandes projetos urbanos, formando uma imagem compósita da área central carioca, a partir de fotografias registradas ao longo das décadas de 1920 e 1940. Dentre estas, destacam-se registros disponibilizados no acervo da Biblioteca Nacional, como as fotografias aéreas do avião britânico S.H. Holland, no ano de 1930, que sobrevoam a área que futuramente seria ocupada pela Avenida Presidente Vargas.¹⁰

No caso da volumetria que destaca o trecho da cidade afetado pelo projeto da Avenida Norte-Sul, como o entorno do Largo de São Francisco de Paula, outra importante contribuição foi a “Planta-perspectiva do centro da cidade do Rio de Janeiro”, organizada e editada pelo Geocarta em 1965, também disponível no acervo da Biblioteca Nacional (Instituto de Economia e Pesquisa (SE), 1965). Este material registra esquematicamente a fisionomia da área central carioca, possibilitando identificar quais edificações verticalizadas, em meio a um tecido urbano de pequenos sobrados, já se encontravam construídas em meados do século XX.

O segundo momento que as modelagens procuram registrar é o da volumetria prevista pelos projetos urbanísticos. Para tal, foram consultados os projetos de alinhamento e incorporados ao banco de dados do Atlas a partir de georreferenciamento das bases na plataforma SIG. As pranchas que ilustram estes projetos, contudo, nem sempre apresentam todas as informações necessárias para uma reconstituição volumétrica das propostas. Algumas pranchas incorporam pequenos cortes esquemáticos que representam os gabaritos das edificações, tal como os do projeto de alinhamento nº 5.029, de 1949, referente à proposta de urbanização da Avenida Norte-Sul. Para aqueles projetos que não possuem em suas pranchas tais informações sobre número de pavimentos para as edificações propostas, foi de grande apoio a consulta aos números da *Revista Municipal de Engenharia*, disponibilizados para consulta *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a partir do acervo físico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O periódico da municipalidade apresenta os projetos urbanísticos com detalhes, a partir de artigos redigidos pelos próprios técnicos da prefeitura que desenvolviam essas propostas. Estes contribuíram na compreensão global dos planos de

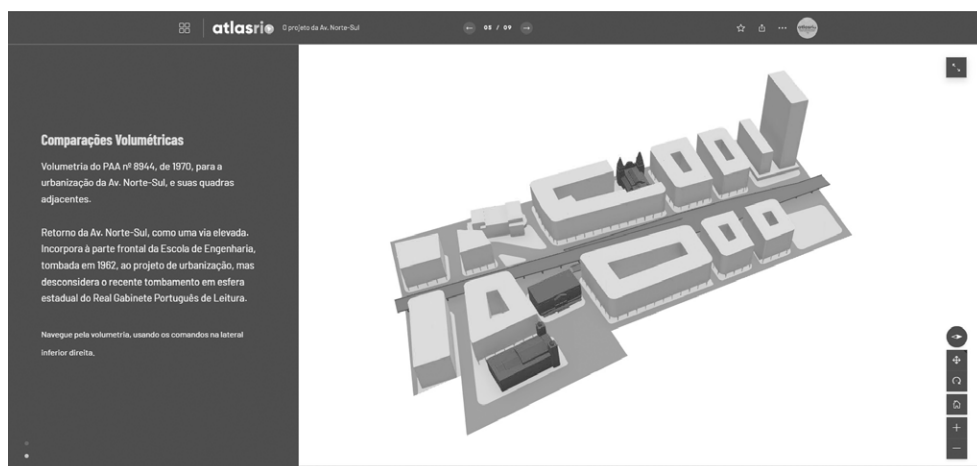
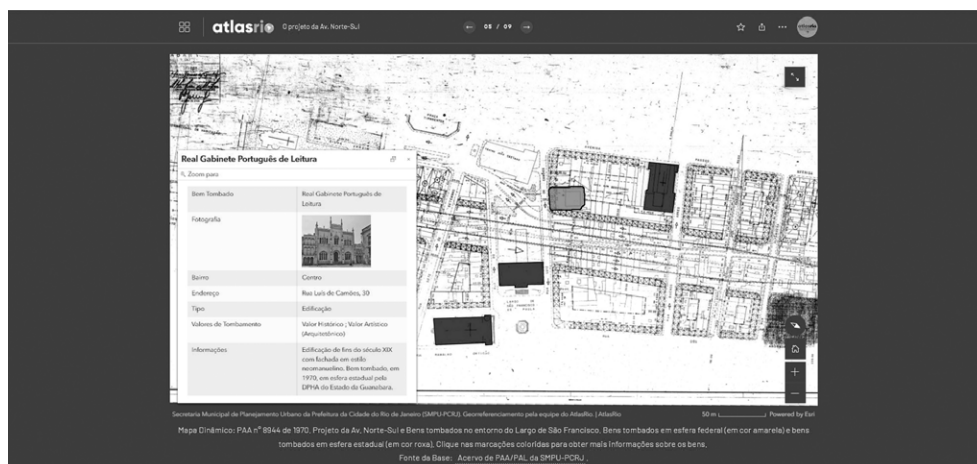
10. Foram utilizadas as seguintes fotografias de S.H. Holland do acervo da Biblioteca Nacional Digital: Estação D. Pedro II: Inicial da E. F. Central do Brasil (icon855567); Estação Barão de Mauá, inicial da Leopoldina Railway (icon855568); Centro da Cidade: Praça 15 Novembro etc. (icon855562); Igreja da Candelária (icon855566).

urbanização, muitas vezes incorporando maquetes, perspectivas ou cortes que ilustravam os projetos.¹¹



Volumetrias esquemáticas da área central carioca, representando a cidade no período anterior às propostas urbanas da Avenida Presidente Vargas e da Avenida Norte-Sul, em paralelo à iconografia da Biblioteca Nacional Digital. Holland, 1930 e Instituto de Economia e Pesquisa (SE), 1965.

11. Os números da Revista Municipal de Engenharia consultados para o desenvolvimento da pesquisa encontram-se listados nas referências deste artigo, e podem ser acessados *online* no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=142832.



StoryMap “O projeto da Avenida. Norte-Sul e os tombamentos no entorno do Largo de São Francisco de Paula”, destacando o mapa dinâmico do projeto de alinhamento nº 5.029 de 1949, e a comparação volumétrica entre a configuração urbana do entorno do Largo de São Francisco na década de 1950, e a urbanização proposta com o projeto de alinhamento. Fonte: <https://atlasrio-datario.hub.arcgis.com/>.

O terceiro momento registrado é referente à volumetria da cidade na sua configuração contemporânea. Para tal, foram utilizadas as bases cadastrais e ortofotos mais atualizadas da cidade, cedidas pelo Instituto Pereira Passos, articuladas a recentes levantamentos fotográficos e a visualização em globo do Google Earth. Estes registram a situação urbana após a realização incompleta dos projetos urbanos supracitados.

Essas volumetrias esquemáticas desenvolvidas na plataforma SIG foram em seguida incorporadas às narrativas do *ArcGIS Online*. Nestes *StoryMaps*, as volumetrias são apresentadas comparativamente a partir de uma ferramenta que permite transitar entre a visualização de dois ou mais momentos distintos de representação. Também se encontram destacados com cores diferenciadas os bens tombados e aqueles que se encontravam sem proteção oficial, ameaçados

pelos projetos urbanos. Estas modelagens articulam-se ao texto narrativo com mapas dinâmicos e interativos, contextualizando as proposições urbanas e explicitando o processo de salvaguarda dos bens ameaçados, tendo como apoio a iconografia coletada nos acervos digitais, devidamente referenciada. Para cada imagem nos *StoryMaps*, existe a possibilidade de configurar um *pop-up* de informação, no qual são inseridos dados referentes aos créditos das imagens, com direcionamento via link da *web* para o seu acervo de origem.

No desenvolvimento destas narrativas dinâmicas, a área central carioca foi apresentada como um palimpsesto¹², no qual se evidencia o acúmulo de processos históricos, dentre eles os projetos urbanísticos e as práticas da salvaguarda. Juntamente com o aplicativo *web* do Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro, espera-se com este material subsidiar estudos de âmbito acadêmico, bem como ações dos órgãos atuantes no urbanismo e na preservação patrimonial na cidade. Contribuindo com insumos para a reflexão sobre a complexa dinâmica da área central carioca, os produtos apresentados destacam o papel qualificador da salvaguarda do patrimônio cultural e da memória urbanística para a vida na cidade contemporânea.

Considerações finais

A plataforma SIG emerge como um importante aliado nos estudos da história urbana, em particular na sua capacidade de agregar dados de múltiplas fontes de conhecimento e procedências, em um único acervo em estrutura digital. Neste quesito, destaca-se a compilação de bases cartográficas históricas, sejam estes cadastros ou projetos, produzidos com escalas e orientações distintas, e equiparadas através do processo de georreferenciamento. Além do armazenamento destas bases, a plataforma também possibilita a criação de camadas de informação, dentre elas representações tridimensionais, que reconstituem tanto a fisionomia da cidade em diversos momentos da sua história quanto ilustram volumetrias conjecturais para seus projetos urbanísticos. Neste espaço entre a cidade existente e suas proposições urbanas, sobressai-se a questão patrimonial e o processo de sua salvaguarda como um importante fator na realização parcial dos planos de urbanização, e da permanência de vestígios do passado na cidade contemporânea.

A compreensão das múltiplas temporalidades da cidade é, portanto, facilitada através da leitura dinâmica e interativa que a plataforma oferece, potencializada pela divulgação do material compilado por meio de aplicativos *web*. Os acervos

12. Papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro. O termo pode ser interpretado metaforicamente, para referir-se à sedimentação e sobreposição de projetos urbanos e suas transformações no espaço urbano, tal como apresenta Conzen (2004 [1962], p. 51).

digitais *online* que guardam a memória da cidade, através dos seus documentos, mapas e iconografia, alimentam nossas pesquisas, e constituem parte integrante desses bancos de dados produzidos na plataforma SIG. Aplicativos como o Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro, por sua vez, ampliam a difusão desses materiais e dos seus acervos digitais. Ressalta-se a importância dos arquivos públicos digitais, como o da Biblioteca Nacional, que compilam a nossa história, preservam nossa memória e exaltam nossa cultura. Assim como o patrimônio urbano que permeia nossas cidades, estes arquivos são dignos de nossa preservação, e constituem um legado a ser vivenciado e apropriado tanto em nossas presentes pesquisas, quanto pelas gerações futuras.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CONZEN, M. R. G. Urban Morphology: A Geographical Approach. In: *Thinking about urban form: papers on urban morphology 1932–1998*. Oxford: Peter Lang, 2004. p. 47-59.
- HARVEY, David C. The History of Heritage. In: GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (orgs.). *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 19-36.
- HOLLAND, S. H. *[Estação D. Pedro II: Inicial da E. F. Central do Brasil]*. [S.l.: s.n.], 1930. 1 foto, gelatina, pb, 15,8 x 24,5. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8085. Acesso em: 6 nov. 2023.
- INSTITUTO DE ECONOMIA E PESQUISA (SE). Setor de Geografia e Cartografia. *Planta-perspectiva do centro da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: GEOCARTA; IBGE, 1965. 1 planta em 2 seções, cada seção 70 x 23 cm. (W43°15' - W43°5' / S22°52' - S22°58'). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart391568_1/cart391568_1.jpg.
- MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 3, n. 1, 2015, p. 41-49.
- PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2006.
- PINA, Maria de Fátima; SANTOS, S. M. *Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia aplicados à saúde*. Brasília: OPAS, 2000.
- REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, v. V, n. 5, set. 1938.
- REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, v. VIII, n. 4, jul. 1941.
- REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, v. XI, n. 1, jan. 1944.

REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, v. XI, n. 3-4, volume XI, jul./out.1944.

SAMPAIO, Andréa da R.; MATTOS, Guilherme Meirelles M. A cidade contemporânea é histórica: estudos morfológicos na Era Digital. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 8, n. 1, 2020.

Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista: um estudo de caso a partir da trajetória de Viúva Guerreiro (1858-1936)

Patricia Amorim de Paula

Doutora e mestra em Educação (2022) pela Faculdade de Educação da Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp)





Resumo

Este texto discute aspectos biográficos, históricos e musicais acerca da trajetória da pianista, compositora e empresária Viúva Guerreiro. Trata-se de uma musicista nascida no século XIX, mas que atuou profissionalmente no Rio de Janeiro na passagem para o século XX. O esforço metodológico consiste em recuperar e analisar os dados obtidos nas páginas da imprensa oitocentista, mais precisamente na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Desse modo, demonstrarei a aplicação do método por meio da análise de uma trajetória que pode ser compreendida simultaneamente como singular e comum, à medida que aponta para elementos constitutivos de um modo de vida próprio das mulheres que viveram no Rio de Janeiro e dedicaram parte de suas vidas à carreira musical nesse período.

Palavras-chave: Hemeroteca Digital. Viúva Guerreiro. Rio de Janeiro.

Abstract

This text discusses biographical, historical and musical aspects of the trajectory of the pianist, composer and businesswoman, the Guerreiro widow. She was born in the 19th century, but worked professionally in Rio de Janeiro at the turn of the 19th to the 20th century. The methodological effort consists in recovering and analyzing the data obtained from the pages of the 19th century press, more precisely from the Digital Newspaper Library of the National Library Foundation. I will thus demonstrate the application of the method through the analysis of a trajectory, which can be understood simultaneously as singular and common, as it points to constitutive elements of a way of life specific to women who lived in Rio de Janeiro and dedicated part of their lives to the musical career in this period.

Keywords: Digital newspaper library. Guerreiro widow. Rio de Janeiro.



Introdução

As origens de uma camada social artística brasileira no século XIX e as condições históricas nas quais se configuraram a formação e trabalho na música, com a participação social de ambos os sexos, compõem um problema eminentemente sociológico que carece sempre de reflexão. Este trabalho propõe um exame histórico-sociológico da participação feminina no cenário musical do período e sua contribuição para a formação das novas gerações de músicos e musicistas brasileiros a partir do século XIX.

Em termos de objetivos gerais, a pesquisa em andamento visa a: 1) investigar a presença feminina no cenário musical brasileiro do século XIX; e 2) o significado do que é ser musicista/artista/profissional/professora de piano e canto nos diversos espaços sociais pautados por relações patriarcais.

Fizemos uso de um método de investigação envolvendo a pesquisa de palavras-chave na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, considerando-se o recorte de algumas páginas da imprensa oitocentista. Tal método se inspira nas análises de Raymond Williams (2007) sobre o contexto inglês, que, guardadas as devidas proporções, foi reorientado para a compreensão do contexto brasileiro através da pesquisa em fontes primárias. A partir das palavras-chave “pianista”, “compositora” e “professora de piano”, foi possível registrar vasta quantidade de material a ser analisado: encontrou-se anúncios de procura e de oferta de trabalho, matérias, programas de concerto, críticas e obras das musicistas. Tratamos aqui especificamente de um conjunto de aproximadamente 110 compositoras, 386 obras localizadas, das quais obtivemos cópias de 107 obras editadas e algumas delas manuscritas, e de 84 professoras de piano e de canto, lembrando que a maior parte delas também trabalhou como concertista.

O encontro dos nomes dessas musicistas e de seus tempos de vida permitiu nova forma de exploração dessa fonte primária, que colabora para um trabalho analítico das trajetórias por meio da reunião de dados biográficos, o que, por sua vez, extrapolou a periodização inicialmente adotada para o mapeamento, que ia de 1820 a 1889. A busca por nome e tempo de vida dessas artistas atravessa a passagem do século XIX e o início do século XX, o que indica fissuras e transformações gerais que de algum modo impactaram suas vidas; ou seja, é preciso considerar em algum lugar situado entre a generalidade dos fenômenos e a particularidade dos casos concretos, um ponto de existência e de elucidação comuns (Simioni, 2008, p. 28). Dessa forma, estou elaborando paulatinamente um inventário com informações biográficas e registros musicais das compositoras e pianistas selecionadas: Amelia de Mesquita (1866-1954), Luiza Leonardo (1859-1926), Cinira Polonio (1857-1938), Viúva Guerreiro (1858-1936) e Ernestina Índia do Brazil Guimarães. Para fins de conclusão da tese, fizemos essa seleção em função

da extensa quantidade de profissionais da música encontradas e também porque compreendemos que esse grupo de artistas mulheres configura uma boa amostragem, adotada a perspectiva de que revelam um modo de vida comum dentro do universo da música. É importante ressaltar que a pesquisa nos acervos digitais e na Hemeroteca Digital garantem maior sucesso nessa busca por nome porque asseguram o encontro do termo buscado, não só por meio do título, autor ou referência, mas por todo o conteúdo, no qual um nome feminino possivelmente fica disperso.

Privilegiou-se os jornais como fonte de pesquisa, porque eles são compreendidos como meio de comunicação mais popular, como objetos culturais, voltados a assuntos ordinários de interesse comum e transmitidos no vernáculo. Nesse sentido, a linguagem escrita é neles pensada como prática social, e a ela está atrelado o desenvolvimento dos sentimentos populares de um tempo passado (Luca, 2016).

A intensa atividade de educação musical, as programações de concertos e os serviços editoriais de música que aparecem nos anúncios do *Jornal do Commercio*, bem como de outros periódicos analisados no referido período, são indicativos de uma ambiência favorável à circulação dessas mulheres musicistas, profissionais e amadoras, em espaços diversos da sociedade brasileira oitocentista, sobretudo na capital do Império. A possibilidade de inscrição profissional feminina por meio do magistério e da música constituiu um avanço em seus modos de vida (Williams, 2011), um assunto que queremos introduzir e discutir. Sempre que utilizo o termo “modos de vida”, estou me referindo à cultura de uma época como um processo social geral de “preenchimento completo da vida social”, o qual se constrói com base na experiência cotidiana. Trata-se de uma escolha teórica apoiada no debate que vê “a cultura como algo comum”, como pensado por Raymond Williams (2015), de cujo trabalho me aproprio para refletir sobre o contexto da cultura brasileira oitocentista.

Com o intuito de demonstrar a aplicação desse método de pesquisa, opto pela apresentação e discussão de uma trajetória: a da pianista, compositora e empresária Viúva Guerreiro. Acredito que esse caso expõe um ponto de existência e de elucidação comuns a uma artista nascida no século XIX, mas que exerceu sua profissão entre os anos finais do Oitocentos e o início do século XX, e obteve relativo sucesso por ter se dedicado a produções musicais de grande circulação no início do século XX: gêneros musicais dançantes, matriz comum que deu origem ao choro e ao samba. Seu legado, porém, não gozou de paridade ao compor os registros históricos oficiais e tornou-se praticamente desconhecido no tempo presente. Portanto, a tarefa deste trabalho será incluir sua trajetória, o papel histórico de sua Casa de Pianos e Músicas e sua contribuição para a nova geração de músicos e de musicistas que ela apresentou e difundiu para o público.

Serafina Augusta Mourão do Vale: de Inházinha¹ a Viúva Guerreiro

Serafina Augusta Mourão do Vale era natural da vila de Rio Bonito, região de topografia acidentada do interior fluminense. Filha do fazendeiro Lino Machado do Vale e de Guilhermina Alves Mourão do Vale, foi criada na Fazenda do Barreado, a maior de Rio Bonito, que contava com mais de 200 trabalhadores escravizados. Começou a estudar piano aos 10 anos de idade. Contudo, não dispomos de mais dados sobre a sua vida durante a infância e juventude em sua cidade natal. Buscamos pelo periódico *O Rio Bonito*, o primeiro desta cidade (circulou de 6 março a 28 de agosto de 1887), entre outros que tenham existido no município nesse período, a fim de obter dados sobre a família que aparentemente fora proeminente na região, mas não localizamos nenhum periódico na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Em 1882, conheceu o português João de Souza Oliveira Barreto, comerciante e afinador de pianos, estabelecido na travessa São Francisco de Paula, hoje rua Ramalho Ortigão. Pouco tempo depois, casaram-se e transferiram-se para o Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, 1882).

João de Souza chegou ao Brasil a bordo do Paquete inglês Cordillera em 8 de fevereiro de 1880.² Ele era afinador de pianos e abriu um comércio em sociedade sob a razão social Barreto & Irmãos. Serafina Barreto passou a trabalhar com o marido no estabelecimento conhecido como loja de pianos, músicas e águas minerais Vichy, de 1883 a 1900. Após a edição da valsa *O piano de crystal*, de autoria de Serafina Barreto, e editada por Oliveira Barreto & C., no ano de 1896, o estabelecimento passou a se apresentar como *Piano de Crystal*. Provavelmente essa foi a primeira composição de destaque da Viúva Guerreiro ou a sua estreia pública como compositora. Não sabemos, contudo, se a valsa foi composta em homenagem ao estabelecimento *Piano de Crystal* ou se serviu de inspiração para a criação do nome da loja.

Em 1895, o casal viajou para a Europa. Em Nice, na França, conheceram o confete de papel prata e dourado que animava as festividades de carnaval e logo perceberam que o mesmo faria sucesso igualmente no carnaval carioca, substituindo o uso dos papéis coloridos pacientemente picados com tesoura.³ Encomendaram grande quantidade desse material e apresentaram a novidade durante o carnaval de 1896, e desde então as chamadas batalhas de confete passaram a fazer parte do ritual anualmente trazendo bons rendimentos aos comerciantes locais (Vasconcelos, 1977).

1. Modo como era chamada pelos trabalhadores escravizados na Fazenda do Barreado. Fonte: Encarte do CD “Mulheres do Choro”, de autoria de Edinha Diniz (2001).

2. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=5783376>. Acesso em: 16 maio 2021.

3. Entrevista com José Deocleciano Gomes Júnior sobre a introdução do confete no carnaval carioca. *Diário da Noite*, RJ, 1931.

Todavia, a atividade de composição passara a ser mais constante somente após o falecimento de Oliveira Barreto em 1900. A partir desse momento, ela passou também a apresentar-se ao piano na loja, executando composições autorais e de diversos compositores da época.

Em 1902, Serafina do Vale casou-se com Joaquim Augusto Guerreiro Lima, advogado e viúvo, que tinha um escritório de advocacia, na sala 35, no Palacete Lisbonense, bem próximo do *Piano de Crystal*. Provavelmente se conheceram nesse trânsito. Juntos, passaram a administrar a loja de pianos e partituras, ainda na travessa São Francisco de Paula, número 8. No entanto, era ela quem entendia de tudo, tratava com os autores, tomava as decisões sobre o que iria editar, permutava as vendas de músicas de sua propriedade com as de outras congêneres (Efegê, 1978). Essa experiência lhe proporcionou profundo conhecimento dos gêneros que formavam a música popular brasileira: o tanguinho, o lundu, o maxixe e, sobretudo, as valsas sobre as quais ela nutria predileção, haja vista o conjunto de suas obras composto em sua maioria por valsas (somam 53 obras de um total de 68 localizadas), cujo apelo era emocional, música para fazer chorar (de dor ou de alegria), o que a tornou conhecida como a *Rainha das valsas brasileiras* (Correio da Manhã, 1917, p. 9). Em 1908, transferiram a loja para a rua Sete de Setembro, 169. Em 1910, Serafina perdeu o segundo marido e, a partir de 1913, a loja passou a ser conhecida como Casa Viúva Guerreiro.

As pesquisas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional só começaram a apresentar resultados sobre a trajetória de Serafina do Vale a partir da palavra-chave Viúva Guerreiro, ou seja, a partir do momento que essa mulher se viu sozinha naquela sociedade e passou a ter que sustentar-se por si mesma.

O levantamento realizado a partir da década de 1910 na Hemeroteca Digital, em todos os periódicos da época sob a palavra-chave Viúva Guerreiro, demonstrou uma longevidade e perenidade de seu negócio no mercado de música que apontavam serem frutos da *expertise* dessa senhora e de uma realização profissional e pessoal bem-sucedida.

A afirmação feita antes, entretanto, pode ser comprovada, primeiro, porque pelo menos até 1916 ela administrou a casa sozinha, e somente após essa data firmou uma sociedade com José Deocleciano Gomes Júnior, que fora gerente do estabelecimento desde 1914, com o capital de 15:000\$000 (quinze contos de réis, pela escrita).

Ou seja, devemos reconhecer que a atitude de Viúva Guerreiro revelou coragem e força de sua parte, em meio à dor de uma mulher que enviuvara duas vezes no espaço de tempo de uma década, não possuía herdeiros diretos e teve de encontrar forças para suprir sua própria existência. Isso não é pouco se pensarmos que o contexto social no qual ela viveu não era favorável às mulheres empreendedoras, afinal tratava-se de uma sociedade patriarcal, embora já fosse republicana. Mesmo assim, após três anos de luto e trabalho, ela imprimiu tal

identidade ao negócio familiar, que podemos inferir que foi sua autoafirmação diante daquela sociedade, ou seja, a Viúva Guerreiro, a Casa Viúva Guerreiro.

Abrimos breve parêntese aqui, somente para dar ênfase a esse ponto. Jean-Yves Mollier (2010) em suas análises acerca das relações sociais no âmbito dos negócios editoriais na França, dos anos de 1789 a 1914, permite que o leitor observe a centralidade masculina no domínio desse mercado e como essas disputas eram vivenciadas e regradas no interior de cada família herdeira. Temos dois exemplos bem elucidativos: 1) sobre os negócios de Louis Hachette por volta de 1864, em que a ordem de sucessão exigia 20 anos de presença efetiva como associado antes de obter o direito de se retirar sendo substituído pelo seu filho ou genro. Os herdeiros de um associado com mais de 20 anos de exercício podiam conservar sua parte em comandita e substituí-lo por um filho ou genro. Os demais seriam obrigados a revender essa parte aos associados *in loco* (Mollier, 2010); 2) Pauline Caubel, a viúva Larousse, desde o princípio de sua administração da herança de seu falecido marido, Pierre Larousse, associou-se ao sobrinho por aliança, Jules Hollier, em 1875, sob a razão social “Vve. Larousse et cie”. Naquele momento ainda era um negócio pouco reconhecido. Somente 10 anos depois, formaram uma sociedade de nome coletivo, ao lado de Georges Moreau e Claude Augé. Em 1886, Jules Hollier obteve junto ao tribunal o direito de se chamar Hollier-Larousse, suprimindo assim a presença de Pauline. Já em 1890, modificou a razão social para Hollier-Larousse et Cie, afastando nesse ponto os herdeiros de Pauline Caubel, pois ela já era falecida (Mollier, 2010).

Os dois casos ilustram como foi arquitetado intencionalmente o afastamento das mulheres no âmbito dos negócios editoriais na França, pois compreendia-se que a presença delas “poria em risco a propriedade burguesa, os bens, a herança, o império solidificado por gerações de homens que, uns após outros, tentam assegurá-lo, consolidá-lo”, parafraseando Mollier (2010, p. 380).

Guardadas as devidas proporções, sei que se tratou da experiência francesa, contudo ressalto que a circulação de ideias nesse período no eixo transatlântico foi uma realidade. Sendo assim, tratou-se de um feito digno de reconhecimento o fato de a Viúva Guerreiro ter conduzido seus negócios na música durante seis anos completamente sozinha. Sabe-se que o caso da Viúva Guerreiro não era o único, pois havia outras casas de viúvas no mesmo ramo, a saber: Casa Viúva Canórgia & Filhos, Casa Viúva Filippone & Filha, Viúva Bevilacqua – Casa Bevilacqua e Viúva Julio Bohn & Cia – Casa Phoenix. No entanto, não tenho conhecimento do grau de independência que elas tiveram na condução dos mesmos.

A princípio, é preciso destacar o encontro de compositoras com obras editadas pela Casa Viúva Guerreiro, que são: Maria da Penha de I. Nascimento Cordeiro, com a valsa *Zizina* (1910); Corina de Barros, com a valsa *Casamento de amor* (1912); Adelaide Lisboa Meirelles, com a *schottisch Meditando* (1914);

Carmen Santos Mello, com a valsa *Ilusão immortal* (1914); Maria José Magalhães, com a valsa *Alma convulsa* (1914); Eugenia Vieira dos Santos, com sua composição amplamente noticiada pela imprensa, a *schottisch Baiser d'amour* (1915); Emilia D. Estrada de Faria, com a *schottisch Soberana* (1916); Lilia Maria de Araújo, com a valsa *Odaléa* (1917); Adelina Corrotti, com a canção *Sou feliz* (1919), letra e música de sua autoria; Lucy Mello, com o tango *Alma de artista* (1921); Firmina R. de Lima, com *Sambinha do Norte* (1926) e *Gratidão eterna* (1926); Rosnia Mendonça, com *Teu olhar*, versos de Corrêa Varella; Lyris Alves, 14 anos, com *Chuva de rosas*, tango, *Risonho*, *fox-blue* e o tango *Saudade de Petrópolis* (1926); Rosa Frontão, com os sambas para o carnaval de 1928: *Amor de prompto*, *Barba de bóde*, com letras de J. G. Cruz Sobrinho e *Ai! Não se metta*, com letra e música da compositora; Zizinha Bessa, com o samba canção *Medroso amor*, versos de Gesy Barbosa (1930); Leticia Soares da Fonseca, com o tango canção *Teu olhar me domina* (1930); Esther C. Barreto, com o tango canção *Ondas revoltas* (1931); Maria Antonietta Abuzaid, com a valsa *Sagrado amor* (1932) e Analia Viallis B. de Mello, com o samba *Chega, meu bem*, dedicado a seu esposo (1933).

Não tenho elementos para concluir se foi uma presença feminina expressiva em relação às demais editoras, seria interessante e necessário um estudo comparativo para responder a essa questão. Por outro lado, não deixa de ser uma quantidade significativa de compositoras considerando o contexto e, além disso, apresentaram ao público composições para gêneros variados. É certo que o presente texto parte de uma pesquisa em andamento, cujo último levantamento feito registrou a existência de aproximadamente 110 compositoras nascidas no século XIX, conforme mencionei anteriormente. No entanto, o trabalho desempenhado pela maioria delas permaneceu pouco valorizado e veiculado quando comparado à atuação dos homens na mesma profissão. Merece destaque uma matéria produzida pelo periódico *O Malho* intitulada *Uma compositora*, que se inicia com as seguintes palavras: “As mulheres que compõem músicas são raras no Brasil. Raríssimas, então, são aquelas que compõem boas músicas. E este é o caso de Myriam Rocha, cujas primeiras melodias estão sendo bem aceitas pelos nossos cantores de rádio” (*O Malho*, 1935, p. 8).

Embora a matéria tenha sido elogiosa em relação à atuação da compositora Myriam Rocha, nota-se o apagamento ou o desconhecimento de, pelo menos, uma centena de outras compositoras, sendo algumas contemporâneas a ela e outras já falecidas. No entanto, quando afirma: “Raríssimas, então, são aquelas que compõem boas músicas”, além de apagar o trabalho de composição das mulheres no Brasil, o texto provoca uma desvalorização desse trabalho feminino, enunciando que são poucos os trabalhos suficientemente bons, mas com um argumento carente de elementos técnicos para sustentar essa afirmação. E não se trata de uma falha eventual, mas de um discurso recorrente que destaca

a realização de uma compositora em detrimento de outras com a intenção de reforçar que ser mulher e compositora é um evento raro, fruto de uma genialidade não comum ao sexo feminino. Nesse sentido, essa prática adotada pela imprensa para apresentar compositoras ao público acaba provocando o sentido inverso, ou seja, ao invés de cultivar o respeito e a admiração por uma profissão possível para ambos os sexos, acaba estimulando a discriminação e a segregação na profissão.

Dessa forma, outro fato merece destaque em relação à compositora Corina de Barros e sua valsa *Casamento de amor*, apresentada anteriormente. Essa valsa foi refutada pela imprensa por uma nota de esclarecimento, e podemos deduzir que, a pedido provavelmente do compositor Antonio Carlos César Sobrinho. A confusão gerada pelo nome homônimo das peças repercutiu em ofensa contra a compositora e a desvalorização do trabalho dela, ao ser reivindicado que a verdadeira valsa *Casamento de amor* era de autoria de Antonio Carlos Sobrinho, autor também de *Martiza* [sic], editadas pela casa de Bevilacqua. Além disso, a nota faz questão de mostrar que Corina, para o autor, era uma desconhecida, conforme o anúncio da Figura 1 confirma.

O que chama a atenção é saber quais motivações levaram, supostamente, o senhor Antonio Sobrinho a tal exposição, mas como conto somente com o limite do que foi escrito, a capacidade de avaliar as intenções se torna restrita e cabe

somente a aproximação, a análise e a interpretação. Sendo assim, com um pouco de imaginação sociológica esse fato leva a pensar que a valsa *Casamento de amor*, de Corina de Barros, estava disputando espaço com “a verdadeira”, “a original” valsa *Casamento de amor*, de Antonio Carlos Sobrinho, e isso gerou um incômodo, uma insa-

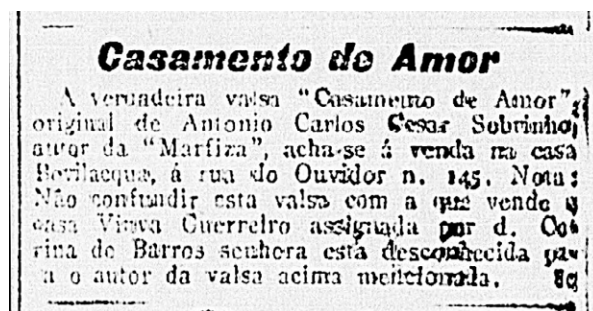


Figura 1 – Casamento de Amor. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. *Correio da manhã*, RJ, 2 maio 1912, p. 10.

tisfação. A valsa homônima de Corina de Barros teria sido mais apreciada? Qual valsa veio primeiro? Nomes homônimos de peças existiram aos montes, é certo que em alguns casos os/as sujeitos/as se aproveitavam da fama de uma composição e já emendavam uma nova criação para se aproveitar dessa maré de sorte, mas havia também as coincidências. Todas as especulações são bem-vindas na análise do caso, porém a difamação e o desrespeito são inaceitáveis em quaisquer circunstâncias, tanto para homens quanto para mulheres, e isso precisa ser ressaltado.

Retomando a análise dos dados obtidos nas páginas da imprensa sobre a Viúva Guerreiro e sua casa de músicas, pianos e serviços musicais, é preciso dizer que músicos bastante conhecidos, cuja carreira sobreviveu à ação do tempo, passaram por essa editora: José Carvalho de Bulhões (1881-1941), F. J. Freire Júnior (1881-1956), João de Wilton (ou da Silva) Morgado, o João da Gente (1882-1937), José Luiz de Moraes, o Caninha (1883-1961), Aristides Manuel Borges (1884-1967), Américo Ferreira Guimarães (1885-1945), que foi o principal letrista das composições da Viúva Guerreiro, além de funcionário da sua casa publicadora, Luis Nunes Sampaio, o Careca (1886-1953),⁴ Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga (1890-1974), Pedro Sá Pereira (1892-1955), Heitor dos Prazeres (1898-1966), Ary de Resende Barroso (1903-1964) e o Rei do Samba, Sinhô, José Barbosa da Silva (1888-1930), de quem a Casa comprou os direitos de suas obras que estavam em consignação e foram vendidas até 31 de maio de 1922 por 2:180\$250 (dois contos cento e oitenta mil e duzentos e cinquenta réis),⁵ valor que correspondia a 14,5% do capital da empresa, conforme a sociedade firmada em 1916.

Sobre as composições da Viúva Guerreiro, um aspecto interessante a ser ressaltado é a forma como elas eram apresentadas pela imprensa, que em alguns momentos atribuiu a autoria à Casa Editora Viúva Guerreiro, e não diretamente à pessoa que a concebeu. Essa forma de divulgação é recorrente. Ao mesmo tempo que essa situação podia ser encarada como uma confusão de papéis por parte dos meios impressos, poderia ser também uma estratégia da própria Viúva Guerreiro, cujo interesse maior era divulgar a Casa, enquanto a autora podia ficar em segundo plano.

Verifica-se com frequência, por exemplo, que suas composições são dedicadas aos fregueses, pessoas socialmente influentes e a causas sociais. Além disso, era uma espécie de tradição dessa autora publicar composições festivas por ocasião das festas de fim de ano, com bons votos ao público frequentador de sua casa publicadora.

Cabe também um destaque a três realizações que, além de revelar estratégias de promoção social de sua empresa, apontam possivelmente para afinidades políticas. Ela encomendou um retrato do senador Ruy Barbosa, em aquarela e cetim, juntamente com a valsa intitulada *Supremo mestre* (1916), impressa em letras douradas, uma composição de sua autoria. Em 1944, essa valsa foi gravada pela primeira vez pelo pianista Mário de Azevedo, e reproduzida em outras duas gravações no LP *Subindo ao Céu*, em 1960, e no CD *Eles fizeram história*, vol. 1. Convém mencionar que Mário de Azevedo iniciou sua carreira como pianista da Casa Viúva Guerreiro, foi responsável pela performance de

4. Ele dedicou o tango canção *Fé* à Viúva Guerreiro (1923). Fonte: *A Noite*, RJ, 13 abr. 1923, p. 5.

5. Venda de direitos do Sr. José Barbosa da Silva aos Srs. Viúva Guerreiro & Cia. Fonte: Instituto Moreira Salles.

estreia da valsa *Quando penso em ti*, na Rádio Jornal do Brasil, e, posteriormente, incluiu a gravação dela no LP *Subindo ao Céu*. Já a polca *Dêem asas ao Brasil* foi dedicada ao Aeroclube Brasileiro, cuja edição ofereceu 50 exemplares para serem vendidos em benefício da subscrição nacional de aviação. Além disso, o anúncio dirige-se, especialmente, ao público amador, que poderia facilmente incluir em seu repertório e, conseqüentemente, colaborar para o desenvolvimento da aviação nacional.

Outra referência foi a valsa gaúcha *Alliança liberal*, oferecida ao então Presidente da República, Getúlio Vargas. Convém lembrar que Getúlio Vargas foi o líder da chamada Revolução de 1930, responsável por impedir que o último presidente eleito, Júlio Prestes, assumisse o cargo em 1º de março de 1930. É preciso ressaltar que Getúlio, como militar, reuniu aliados e marchou rumo a São Paulo disposto efetivamente a tomar o poder, mas seu intuito foi frustrado porque não havia tropa contrária a ele e, naquela ocasião, Getúlio foi aclamado pelo povo, que certamente estava insatisfeito com as trocas de famílias no poder durante a chamada república café com leite. É possível inferir que a Viúva Guerreiro fosse uma mulher conservadora, de origem aristocrática e afeita ao monarquismo, pois ela se referiu à Revolução de 1930 na dedicatória publicada na partitura de *Alliança liberal* como “segunda Independência do Brasil”. No entanto, é necessária a ponderação, afinal ela não acompanhou o período ditatorial do Estado Novo getulista (1937-1945), já que faleceu antes do golpe de estado. Além disso, ela demonstrava admiração pela princesa Isabel e por sua assinatura da Lei Áurea, chamando-a de Redentora. Ela também admirava muito Ruy Barbosa, que se declarava abolicionista. De qualquer forma, a Viúva se mostrava uma mulher atenta, interessada, e pronta a apoiar quem estivesse no poder, pela manutenção de seu comércio.

Pode-se concluir que o seu sucesso e de sua casa editora estavam relacionados a sua intimidade com o público em geral, publicando peças palatáveis e acessíveis aos leigos, sobretudo às mulheres, principal público consumidor desses gêneros, conforme nota-se desde o advento da imprensa feminina, na qual a música sempre esteve de braço com a moda (Pereira, 2020). No anúncio a seguir, se vê a sugestão de público alvo nas seguintes palavras: “as gentis patrícias podem ouvir a mais poética confissão de amor de um coração de enamorado poeta” e “depois seu preço é ao alcance de todas as bolsas” (Lanterna: diário vespertino, 1918, p. 2).

Percebe-se que a estratégia da Viúva se concentrou em fazer do seu negócio algo popular e acessível, pelas promoções anuais que oferecia a seus fregueses com abatimento de até 50% do valor original, e por composições de ocasião que os homenageavam (Correio da Manhã, 1917, p. 9). Outras iniciativas também colaboraram para o sucesso da Casa, como a realização de um concurso de valsa que ocorreu entre 1914 e 1915, oferecendo o prêmio de 100\$000 (cem mil réis) ao primeiro colocado, 30\$000 (trinta mil réis) ao segundo colocado

e menção honrosa ao terceiro colocado com direito de propriedade sobre a sua composição. Pelo enunciado identifica-se a intenção de que a valsa se tornasse um sucesso dançante nos salões do período: “Não queremos absolutamente aceitar valsas lentas e de estilo, porque pensamos dedicar a nossa atenção, em ocasião oportuna, em um concurso especial para esse gênero” (A Época, RJ, 28/01/1915, p. 3). E a participação em outro concurso de *one-step*, dançado por crianças, com prêmios distribuídos pelo periódico *O Tico-Tico* e oferecidos por conceituadas casas comerciais, incluindo a Casa Viúva Guerreiro (A Época, RJ, 3/05/1916, p. 3).

Ou seja, além de integrar a programação de eventos naquele tempo por meio dos saraus que sua Casa promovia, e de a Viúva executar peças suas para deleite dos seus frequentadores, as iniciativas dos concursos projetavam o estabelecimento e também os sucessos musicais urbanos, servindo de estímulo para a atividade de composição em um período em que o choro ainda era conhecido como valsa, quadrilha, polca, *schottisch*. Nota-se essa ligação com o desenvolvimento da música brasileira urbana e o abasileiramento das técnicas de execução, ao anunciar na chamada do concurso: “o prêmio só será concedido ao autor da valsa que preencher a principal condição imposta: uma valsa digna de ser dançada nos nossos salões elegantes” (A Época, RJ, 22/11/1914, p. 4). Conforme analisou Marcos Napolitano (2005), a dança de salão foi o que alimentou o desenvolvimento da música popular naquele período e vice-versa. Ele ressalta: “O ternário da valsa e o binário ‘quadrado’ da polca foram perturbados por soluções rítmicas mais complexas e subdivididas, chegando em alguns casos numa verdadeira polirritmia” (Napolitano, 2005, p. 20).

Considerações finais

O crítico Eustórgio Wanderley referiu-se ao sucesso da compositora Viúva Guerreiro a partir de duas composições: a valsa gaúcha *Alliança liberal* e a valsa *Quando penso em ti*, dizendo ser vocação da mesma as composições revolucionárias. No primeiro caso, pelo posicionamento político que ela assume, já no segundo, porque treze anos após a publicação da valsa de ruidoso sucesso, compositores norte-americanos transformaram-na num ritmo binário de *fox-trot* que intitularam *Leonora* e a reenviaram para o Brasil, destacando o interesse estrangeiro para o que era produzido no país e, ao mesmo tempo, a longevidade daquela música (Correio da Manhã, 14/12/1930, p. 32). Com o mesmo espírito, Rogério Guimarães, considerado o “violão mágico da Rádio Tupi”, apresentou o programa *Revivendo melodias do passado* e escolheu igualmente a valsa de sucesso *Quando penso em ti*, destacando sua semelhança com a célebre canção russa *Olhos negros*, mas ressaltando que a valsa da Viúva Guerreiro veio

primeiro. Esse programa foi ao ar em 14 de novembro de 1939, 22 anos após a primeira edição da valsa (Diário da Noite, 1939, p. 3).

Contudo, da mesma forma que o gênero valsa começou a declinar, tal como outros gêneros dançantes mais ou menos antigos, algo que ocorreu com a introdução da música americana no contexto brasileiro, de acordo com a leitura de Mariza Lira (1937), o prestígio das casas editoras também ruíram com o advento das gravadoras e do rádio na primeira metade do século XX. De acordo com Jota Efegê (1978), a Casa Viúva Guerreiro sucumbiu e perdeu a fachada para uma loja de sapatos em 1962. Ele mencionou que Fileto Moura, sobrinho e afilhado de Serafina, e alguns outros parentes se dispuseram a atender os tradicionais fregueses que ainda compravam as partituras raras que foram ali eternizadas, até não mais poderem sustentar o negócio (Efegê, 1978).

Segundo José Deocleciano Gomes Júnior, sócio e chefe da Casa Viúva Guerreiro durante todo o tempo de vida de Serafina do Vale, o negócio se manteve operante principalmente pela demanda dos gêneros musicais carnavalescos, pois os sambistas já eram considerados autênticos autores da música popular brasileira. Porém, em 1933, ele queixou-se do papel do rádio atuando na divulgação das músicas carnavalescas:

Essa propaganda é uma espécie de “faca de dois gumes”. Faz bem ao mesmo tempo que faz mal. No primeiro caso difunde as músicas por toda a parte, porém, ao mesmo tempo, pela sua constante repetição enfada o público, como já acentuou o maestro Freire Júnior. Antigamente muitos fregueses vinham aqui comprar as músicas por causa das letras. Hoje não fazem mais isto. Tem rádio em casa ou na casa do vizinho. Ouvem as músicas, decoram-na, copiam as letras e as casas de música têm prejuízo com isto, pois algumas composições que estavam com boa vantagem, repentinamente encalham. Por que? Pergunte ao rádio...

[...]

Tenho a lhe dizer, finalmente, que sinto saudades do carnaval de outrora, do belo carnaval antigo carioca que deve ser revivido como o DIÁRIO DA NOITE pretende fazer (Diário da Noite, 1933, p. 7).

Gomes Júnior demonstrava seu pesar com a nova conjuntura imposta pelo rádio que, ao passo que democratizava o acesso, o que é benéfico, também feria os interesses das casas rompendo com sua tradição. Dessa forma, se assistiu ao desfecho trágico de uma Casa editora que reuniu todos os seus esforços e capacidade priorizando um único gênero da música popular. O intuito da matéria anteriormente citada era também divulgar e felicitar a iniciativa do *Diário da Noite* que pretendia realizar um carnaval retrospectivo, retomando sucessos do passado, em 1934. Gomes Júnior referia-se ainda, saudoso, ao compositor Sinhô, dizendo que aos sábados ele se reunia na loja com os componentes do seu grupo musical, grande parte formada por operários das fábricas de tecido

da Gávea e de outros pontos, e saía com quarenta a cinquenta pessoas a cantar. “Contava o Sinhô que nosso povo tinha um ouvido admirável para a música” e, por isso, após ouvir de duas a três vezes a marcha, já a reproduzia de cor (Diário da Noite, 1933, p. 7). Em outras palavras, é possível concluir que, se foi revivido esse carnaval memorável de Gomes Júnior, provavelmente, tenha sido o último lampejo dessa experiência passada. Afinal, essa longa maturação da forma-canção e dos gêneros dançantes vivenciados nas três primeiras décadas do século XX sofrerá modificações e ficará mais adaptada ao ritmo industrial com o advento do aparato tecnológico a partir da década de 1930, e isso terá implicações sobre a qualidade desse material sonoro, mas não entraremos nesse assunto porque foge do propósito deste texto.

Não restam dúvidas por todos os eventos descritos e analisados de que a Casa Viúva Guerreiro promoveu o desenvolvimento da música popular brasileira, instrumental ou cantada, que foi se firmando no gosto das novas camadas sociais urbanas, entre os estratos médios e os trabalhadores, grupos sociais que cresceram em função da expansão industrial em curso na virada do século XIX para o século XX. Além disso, a compositora e empresária Serafina do Vale viveu de maneira digna, realizando-se pessoal e profissionalmente no meio artístico, não somente como musicista, cabe reforçar, mas porque detinha os meios de produção para atuar na cadeia produtiva da música, algo que a maioria das mulheres que se dedicaram à carreira musical não puderam vivenciar, é preciso reiterar. De todo modo, o exemplo deve permanecer vivo e seu legado sempre lembrado, como um aprendizado comum para o meio musical no presente.

Referências

- A ÉPOCA. Rio de Janeiro, anno III, n. 820, p. 42, 2 nov. 1914.
- A ÉPOCA. Rio de Janeiro, anno IV, n. 872, p. 3, 28 jan. 1915.
- A ÉPOCA. Rio de Janeiro, anno V, n. 1.392, p. 3, 3 maio 1916.
- A NOITE. Rio de Janeiro, anno XIII, n. 4.083, p. 5, 13 abr. 1923.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, anno XI, n. 3.940, 2 maio 1912.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, anno XVII, n. 6.883, 29 dez. 1917.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, anno XXX, n. 11.039, 14 dez. 1930.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, anno III, n. 400, p. 62, 1 jan. 1931.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, anno V, n. 1.127, p. 7, 27 dez. 1933.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, anno XI, n. 3.801, p. 3, 14 nov. 1939.
- EFEGÊ, J. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. v. 1. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, anno VIII, n. 311, p. 1, 8 nov. 1882.

LANTERNA: DIÁRIO VESPERTINO. Rio de Janeiro, anno II, p. 2, 8 mar. 1918.

LIRA, M. Música Popular Brasileira - XII músicas de dansa: valsa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 49, suplemento, p. 14, 28 fev. 1937.

LUCA, T. Magazines and the writing of history: some interpretative challenges. In: ABREU, M.; SILVA, A. (org.). *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book-Trade and Reading in the Transatlantic World*. New York/ London: I. B. Tauris, 2016. p. 44-68.

MOLLIER, J. *O dinheiro e as letras: história do capitalismo editorial*. Tradução: Katia Aily Franco de Camargo. São Paulo: Edusp, 2010.

NAPOLITANO, M. *História e música: história cultural da música popular*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O MALHO. Rio de Janeiro, anno XXXIV, n. 118, p. 8, 5 set. 1935.

PEREIRA, A. A música de braço com a moda: mulheres compositoras na imprensa feminina. *Dossiê Dobras*, v. 14, n. 19, maio/ago. 2020.

SCOTT, D. *Sounds of the Metropolis: the nineteenth-century popular music revolution in London, New York, Paris, and Vienna*. New York: Oxford University Press, 2008.

SIMIONI, A. *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2008.

VASCONCELOS, A. *Panorama da Música Popular Brasileira na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Livraria Sant'Anna, 1977.

WANDERLEY, E. Músicas antigas inspirando músicas novas: uma compositora revolucionária. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 16, 14 dez. 1930.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, R. *Recursos da esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Um político e jurisconsulto do Império: a biblioteca de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877)

Eduardo José Neves Santos

Doutorando em História Social pela USP e mestre em História pela Unicamp





Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar e discutir o conteúdo da biblioteca do político e jurista baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos, figura influente no Segundo Reinado, mas que, por força de inúmeras interpretações sobre a história política do Brasil-Império, foi esquecida, ainda que tenha sido o primeiro deputado a presidir o Conselho de Ministros e ocupar outros cargos de destaque na administração monárquica. Por meio da análise do *Catálogo*, foi possível reconhecer as obras que compunham sua biblioteca, refletindo, em grande medida, as áreas nas quais se celebrou. Destacam-se, neste sentido, seus polêmicos posicionamentos a respeito da Lei de Círculos, da “Questão Caxias” e da “Questão Religiosa”.

Palavras-chave: Política. Sociedade. Bibliotecas Particulares.

Abstract

This study aims to present and discuss the contents of the library of the Bahia politician and jurist Zacarias de Góis e Vasconcelos, an influential figure in the Second Empire who was overlooked due to countless interpretations of the political history of Imperial Brazil. That happened despite Góis e Vasconcelos being the first deputy to chair the Council of Ministers and occupy other important positions in the monarchic administration. Through the analysis of the *Catalogue* it was possible to recognize the works that made up his library, reflecting, to a great extent, the areas in which he became famous. His polemic positions regarding the Circle Law, the “Caxias Question”, and the “Religious Question” stand out in this regard.

Keywords: Politics. Society. Private Libraries.



Apresentação

Nos jornais da Corte, os primeiros meses de 1878 foram marcados por obituários e homenagens a Zacarias de Góis e Vasconcelos, falecido em 29 de dezembro do ano anterior. Centravam-se, sobretudo, nas polêmicas de diversas ordens que permearam sua trajetória e na ausência deixada pela distinta figura no Parlamento.

Uma compilação destas publicações foi realizada por Machado e Rabello (1879), e permite observar as módicas menções à atuação de Zacarias como jurisconsulto e a ênfase à sua arrojada diligência política, com expressivas contribuições às instituições e à administração do Império do Brasil.

A análise destes textos contempla, em muitos aspectos, a tônica dos estudos históricos dedicados à política do Segundo Reinado no que se refere a Zacarias. De acordo com Oliveira (2002, p. 14), “enquanto a maior parte de sua carreira permaneceu nas sombras, somente um curto período de sua trajetória tem sido destacado: o tempo transcorrido entre 1862 e 1868”.

Nesta acepção, foram priorizados episódios como o “Gabinete dos Anjinhos” (1862) e a “Questão Caxias” (1868), que ressaltam a faceta parlamentar de Zacarias em período bastante circunscrito, os “anos de poder progressista”. Já sua atuação na administração das províncias do Piauí e do Sergipe durante a primeira Conciliação; seu embate com Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) nos debates da Reforma Eleitoral de 1855; e a “Questão Religiosa”, entre 1872 e 1875, tiveram pouca visibilidade.

Se o perfil de político de Zacarias foi o mais explorado nos obituários, com o passar dos meses as menções à sua imagem mudaram não só de configuração, mas no que tange ao posicionamento gráfico das edições periódicas. Os anúncios e informações comerciais deslocaram-se das primeiras páginas para as últimas, onde normalmente figuravam.

Refiro-me ao leilão de livros e estantes que compuseram seu espaço de estudo e pesquisa no Rio de Janeiro. Acervo construído ao longo de seus mais de trinta anos de atividade política e intelectual, e anunciado como uma das mais importantes bibliotecas¹ especializadas do período.

Este artigo tem como escopo a apresentação do *Catálogo da Livraria Zacarias de Góis e Vasconcelos a ser leilado* (1878), pertencente à Coleção José Carlos Rodrigues, da Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN). Procuramos analisar como foi organizado, tendo em vista o caráter comercial do levantamento, assim como discutir a relação de livros de seu acervo.

Considerando uma biblioteca particular como fonte que permite revelar os interesses intelectuais do “homem de cultura” e compreender “clivagens

1. Apesar das publicações do período se utilizarem do termo “livraria” para se referir ao leilão, neste artigo optamos por utilizar “biblioteca” ao nos referirmos ao acervo em questão.

culturais no seio da elite” (Chartier; Roche, 1995), buscamos entender como as publicações selecionadas e armazenadas por Zacarias de Góis possibilitam reconhecer suas predileções e seus referenciais teóricos, posteriormente reverberados em discursos parlamentares.

Segundo Chartier (1998, p. 8),

Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro.

Neste sentido, apesar da posse de um livro não significar necessariamente sua leitura, a constituição de acervos possibilita inferir os critérios de hierarquização social e os desejos do “homem moderno por recolher e organizar o saber” (Gimeno Puyol, 2017). No caso de Zacarias de Góis, especialmente o conhecimento acerca da Religião, Direito, Administração Pública e Economia Política.

Zacarias de Góis: entre os livros e a tribuna

Compreender a composição da biblioteca de Zacarias de Góis implica levar em conta duas esferas de sua trajetória de vida: a de juriconsulto e a de político do Império. São aspectos muitas vezes imbricados, que refletiam seu multifacetado percurso no magistério, na deputação, no Senado e no Conselho de Ministros.

Nascido em Valença (Bahia) em 1815, Zacarias era descendente dos colonizadores portugueses que habitaram a antiga Capitania de Ilhéus e daqueles que se empenharam no processo de Independência na Bahia (Vargas, 2008). No que concerne à educação, sofreu forte influência do irmão, João Antônio de Vasconcelos – posteriormente desembargador e presidente do Superior Tribunal de Justiça – para enveredar pelo caminho do Direito. Desde a juventude, foi preparado para pleitear uma vaga nas faculdades existentes no país, que, na década de 1830, concorriam diretamente com Coimbra pelos alunos brasileiros. Devido à proximidade da Bahia e à experiência do irmão, formado em Pernambuco, Zacarias optou pelo curso de Olinda (Venâncio Filho, 1982).

Ingressou na Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda, em 1833, e bacharelou-se em 1837. Conspícuo estudante, despertou o interesse dos professores, que o incentivaram a se dedicar ao concurso de lente. Exitoso, em 1841 foi nomeado substituto; em 1855, catedrático; e, em 1859, jubilado (Venâncio Filho, 1979).

No entanto, sua atuação como professor foi pouco considerável, em especial por sua dedicação à política a partir do final da década de 1840, que o distanciou das salas de aulas, mas não do Direito. Como pontua Clovis Bevilacqua (1927, p. 25),

Lecionou Zacarias, durante muitos annos, na Faculdade de Direito, em Olinda e no Recife, mas não deixou documento algum, que perpetuasse a sua memoria como lente. Talento superior, erudição, facúndia, estava no dever de colocar-se ao lado de Paulo Baptista, pois que apontavam com igual no vigor da intelligencia e no saber. Mas a politica o attrahia e, afinal, o desligou da Faculdade, sem nos permittir que tenhamos idéa exacta de qual fosse o seu ensino.

Ou seja, a carreira universitária de Zacarias se deu entrelaçada à construção de sua trajetória política, no sentido de que a primeira se deu em detrimento da segunda. Não obstante os comentários de Bevilacqua, se Zacarias não legou à Faculdade importantes ensaios sobre Direito Administrativo ou Economia Política, áreas a que se dedicava, foi justamente sua passagem por Olinda e depois Recife que o municiaram para o desempenho parlamentar nos anos 1850.

Por intermédio do amigo Francisco Gonçalves Martins (visconde de São Lourenço), uma das “águias” do Partido Conservador, foi iniciado nas fileiras da legenda e em curto espaço de tempo alcançou importantes cargos no governo monárquico (Castro, 2010).

Seu primeiro mandato foi como deputado provincial pela Bahia, atuação que lhe abriu as portas para as presidências do Piauí (1845-1847) e Sergipe (1848-1849), antes de ser alçado a uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1850, onde obteve maior repercussão. Convidado por Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), foi ministro da Marinha no Gabinete de 11 de maio de 1852 (Oliveira, 2002; Vargas, 2008).

Com a ascensão de Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) à presidência do Conselho de Ministros em 6 de setembro de 1853, Zacarias recebeu a proposta de instalar a mais nova província do Império, o Paraná, fruto do desmembramento da parte sul de São Paulo (Martins, 1999).

De retorno à Câmara dos Deputados, em 1855, passou a ser protagonista de várias polêmicas que envolviam não só a política partidária, mas também a legislação do Império e a religião. Destacam-se, notadamente, seus embates com Honório Hermeto acerca da Reforma Eleitoral de 1855, que propunha, além de círculos eleitorais de apenas um deputado, uma série de incompatibilidades, cujo desfecho o deixou fora da legislatura iniciada em 1857. Bem como as discussões a respeito do Poder Moderador, que marcaram seu retorno à Câmara dos Deputados, sintetizadas pela publicação de *Da natureza e limites do poder moderador* (1860) e a posterior formação da Liga Progressista (Barbosa, 2007; Oliveira, 2003).

Este agrupamento foi formado no início da década de 1860 pela aproximação entre políticos ‘moderados’ do Partido Conservador – conduzidos por Zacarias, Olinda, Nabuco de Araújo e Saraiva –, [e] do Partido Liberal – sob o comando de Teófilo Ottoni, Otaviano, Martinho Campos, José Bonifácio, o Moço e Paula Souza – [...] a Liga nasceu com o intuito maior de fazer oposição aos conservadores chamados de “puros” (Abrêu, 2013, p. 313-315).

Foi justamente pela Liga, depois renomeada de Partido Progressista, que Zacarias chegou à presidência do Conselho de Ministros em 1862 (Gabinete dos Anjinhos), em 1864 – quando foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e, em seguida, Senador – e em 1866, em meio à Guerra do Paraguai (Barbosa, 2009; Holanda, 2010).

Retornou aos holofotes da vida política em meados da década de 1870 com o desenvolvimento da denominada “Questão Religiosa”, que o colocou ao lado de Cândido Mendes em uma de suas últimas atividades como advogado, ao defender o bispo de Olinda, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Este foi um episódio que nem mesmo a *Missão Especial à Roma*, chefiada pelo barão de Penedo, foi capaz de solucionar (Torres, 2017).

Neste processo aberto pelo Gabinete, presidido pelo barão de Rio de Branco, Zacarias – já vinculado ao Partido Liberal – teve papel decisivo no imbróglio, mas não conseguiu apoio de uma parcela de seus correligionários.

Quando se discutiram no Parlamento as medidas contra os bispos que haviam desobedecido à Constituição que lhes proibia pôr em prática bulas papais sem aprovação do governo, alguns liberais como Nabuco, apoiaram o gabinete conservador, outros liberais – como Zacarias de Góes – apoiaram os bispos (Costa, 2010, p. 161).

Apesar de sua enfática defesa pronunciada no Superior Tribunal de Justiça, a última antes de seu falecimento, os bispos foram condenados (Vasconcellos; Mendes, 1874). Mas foram anistiados por força de medida do Imperador, que enfrentava naquele momento sérios problemas na administração do país.

Como se nota neste breve apontamento biográfico, Zacarias possuiu trajetória de vida bastante movimentada, que requeria vasto substrato teórico para a prática intelectual na Faculdade de Direito e nas bancadas do Parlamento. A atividade como professor significou o início da composição do acervo que, pelo caráter da função desempenhada, constituiu-se de muitas obras jurídicas utilizadas tanto para o aprimoramento, como para ministrar aulas. Em um segundo momento, se avolumaram os textos políticos, históricos e religiosos, que se vinculavam à sua atuação parlamentar e à de fiel católico e benfeitor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Assim sendo, por força da profissão e do interesse em leituras diversas, passou a acumular publicações em distintos formatos e idiomas.

Uma biblioteca particular e especializada

Em abril de 1878, os procedimentos legais da partilha dos bens de Zacarias de Góis tiveram início na Primeira Vara de Órfãos, que determinou a realização do inventário do espólio e da citação dos interessados (O Cruzeiro, 1878). Passados dois meses, um anúncio veiculado no *Jornal do Commercio* anunciou que a biblioteca do falecido senador seria levada a leilão em breve, mas sem data definida. A venda seria realizada pelo leiloeiro Eneas Pontes. Além de livros raros, estariam à disposição dos interessados estantes magníficas, armários envidraçados e mesas secretárias (Jornal do Commercio, 1878).

Destaca-se, nesta primeira nota, a utilização do termo “livraria”, no lugar de “biblioteca”. Segundo Gimeno Puyol (2017), no século XVIII, os dois vocábulos eram utilizados como sinônimos, mas em algumas circunstâncias designavam conjuntos com características distintas. Enquanto “biblioteca” distinguia-se pelo caráter de uso público e grande número de obras, “livraria” era rotineiramente associada à composição empreendida por homens endinheirados, autoridades e eruditos.

Este aspecto de distinção adotado em relação ao acervo de Zacarias de Góis aparece de maneira evidente na sequência de anúncios publicados, que, de forma basilar, mantiveram a mesma estrutura estética e de escrita, apenas com a adição da data do leilão.

O comunicado aos assinantes pode ser sintetizado em três elementos: a descrição dos itens a serem vendidos, a data e local do leilão e seu público-alvo. Apresentada como importantíssima, escolhida e imensa, a biblioteca foi assim referida:

Existem todos os livros, e principalmente em *direito*, os melhores que até hoje tem apparecido á venda, havendo tambem *collecções*, como não há segunda nesta corte: e por isso previne-se aos Exms. Srs. que desejarem completar suas *bibliotecas de raríssimos livros*, de se aguardarem para este leilão (*sic*) (Jornal do Commercio, 1878).

Acrescentava-se à exposição acima a data inicialmente agendada, 29 de junho, e o endereço do evento, a rua do Conde D’Eu, onde residiu o falecido. Convidava-se apenas doutores, advogados, juízes e negociantes para participar, restrições que refletem a especificidade conferida à biblioteca, que não teve seus itens precificados.

Pensar no conceito de biblioteca especializada implica refletir sobre suas origens no período da Ilustração e a aquisição de seus contornos propriamente ditos ao longo do século XIX.

Fenómenos como el desarrollo de revolución científica y la institucionalización de la ciencia dieron lugar al nacimiento de instituciones científicas, departamentos

gubernamentales o sociedades eruditas, cuyas necesidades bibliográficas traerían como consecuencia inmediata la organización de las primeras bibliotecas especializadas em matérias concretas (González González, 2011, p. 52).

Em definição contemporânea, uma *special library*, *specialized library* ou *technical library* é entendida como “biblioteca organizada sobre disciplinas ou áreas específicas do conhecimento; biblioteca especial” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 51). No caso em análise, o Direito era o setor que o leiloeiro utilizava para propagandar os lotes e qualificar o material levado à venda, buscando conferir ao acervo de Zacarias os ares de biblioteca especializada e não somente de biblioteca particular, de uso familiar ou doméstico.

Após os dois primeiros anúncios, com a aproximação da data pretendida, a *Gazeta de Notícias* também passou a veicular notas sobre o leilão, quase que em simultaneidade ao *Jornal do Commercio*. A tabela abaixo exemplifica a quantidade de anúncios por periódico.

Tabela 1- Anúncios do leilão por periódico

Número de Anúncios	
<i>Gazeta de Notícias</i>	7
<i>Jornal do Commercio</i>	8
Total	15

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar da massiva propaganda, o leilão não foi realizado em 29 de junho e nenhuma explicação foi dada aos leitores sobre o adiamento. Nestas mesmas edições, os dois periódicos indicaram uma nova data, 2 de julho, mantida até os últimos anúncios, veiculados no dia do pregão (*Gazeta de Notícias*, 1878; *Jornal do Commercio*, 1878). A diferença entre a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* foi que este último, em sua edição n. 183, anunciou a distribuição do *Catálogo*, hoje pertencente à Coleção José Carlos Rodrigues da Fundação Biblioteca Nacional.

Descrição do *Catálogo* e os desafios de análise

Como discorre Arlette Farge (2017, p. 91):

Não existe história simples, nem mesmo história tranquila. Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstruído de acontecimentos

obscuros. Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios.

Apesar do *Catálogo* ser uma importante fonte sobre Zacarias de Góis e Vasconcelos, ele fornece apenas apontamentos para uma reflexão do que o político e jurisconsulto tinha à disposição para organizar seu saber e executar suas atividades intelectuais.

Como aponta Tânia Bessone, explorar bibliotecas, ao mesmo tempo que permite ao historiador dialogar com suas fontes, impõe dificuldades, uma vez que a disposição de livros em espaços públicos e privados corresponde a situações diferentes. Assim sendo, tomar uma

aparente desordem das bibliotecas particulares como falta de organização é projetar nossas ansiedades contemporâneas nas formas das diversas práticas de ter, utilizar e exibir livros nos finais do século XIX e início do XX, segundo as práticas em voga na época (Ferreira, 1995, p. 84).

Diferente do estudo de bibliotecas residuais de inventários *post-mortem*, que de maneira geral apresentam o nome do representante legal, indicando profissão, endereço e herdeiros do falecido (Ferreira, p. 86), no caso da biblioteca de Zacarias de Góis os dados são mais escassos, visto tratar-se de um catálogo e não de um inventário. Além disso, Robert Darnton observou que traçar perfis sociais ou de leitura por intermédio de catálogos é tarefa complexa, não só porque poucos leem todos os exemplares que possuem como pelo caráter eminentemente comercial dos leilões (Darnton, 1987, p. 178-179). Passemos, então, à descrição do *Catálogo da Livraria Zacarias de Góis e Vasconcelos a ser leiloado* e às possibilidades interpretativas que este catálogo nos traz.

O *Catálogo* foi produzido em material semelhante ao das publicações diárias do *Jornal do Commercio* e impresso na mesma tipografia, a de Constancio e J. Villeneuve & Comp. Foram mantidas as fontes dos anúncios do leilão e acrescentada uma lista não alfabética dos lotes, distribuídos em duas colunas centralizadas nas quatro páginas que compunham o anexo.

O *Catálogo* contém um total de 347 lotes. Itens adicionais foram mencionados nas linhas finais da última página, sob o argumento do tamanho limitado do apenso. Incluíam-se estantes, armários e uma secretária de mogno, sugerindo que o comprador que arrematasse o material também teria interesse pelo mobiliário para acomodá-lo.

Cada lote compreendia os chamados “ditos” ou volumes, como nos exemplos: “4 ditos, *William Pitt et son temps*, Guizot” e “3 volumes, *History of the United-States*” (1878). As peças apresentavam-se majoritariamente em língua francesa ou inglesa e poderiam ou não contar com autoria.

Diferente da mobília, não categorizada, as obras foram organizadas em quatro agrupamentos, apresentados de maneira não uniforme e quantitativamente desproporcional, como é possível visualizar na tabela abaixo:

Tabela 2- Divisão de lotes para o leilão

	Número de Lotes
<i>Folhetos e obras diversas</i>	12
<i>Litteratura</i>	124
<i>Diccionarios Politicos, Litteratura, etc.</i>	22
<i>Livros Religiosos</i>	60
<i>Livros de Direito</i>	129
Total	347

Fonte: *Catálogo da Livraria Zacarias de Góes e Vasconcelos*.

O número volumoso de lotes declarados, não significa necessariamente a quantidade de artigos leiloados, visto que o cômputo não levou em consideração itens avulsos, e sim blocos agrupados que possuíam as mais diversas dimensões. Neste sentido, cada lote poderia ser peça unitária ou significar uma dezena de itens.

Desse modo, ao lado da distribuição setorizada e dos títulos conferidos pelo organizador a cada bloco, a classificação empregada não se apresenta de maneira clara, e não é possível evidenciar os critérios utilizados para a hierarquização de cada subnível do *Catálogo*. Exemplo claro é a disposição de livros de um mesmo autor ou de uma mesma temática em setores diversos. Questão que se aplica aos exemplares da *Revista do Instituto Histórico* que figuram tanto em *Folhetos e obras diversas*, como em *Litteratura*. De maneira semelhante, as obras do francês François Guizot, que publicistas do Império, como Eunápio Deiró (1883) e Taunay (1923), comparavam às de Zacarias, foram dispostas em quatro das cinco categorias do *Catálogo*. Mas a análise pormenorizada de cada subnível possibilita que estas especificidades de organização e agrupamento sejam evidenciadas.

Folhetos e obras diversas contabilizam 12 lotes, correspondendo à sequência de 1 a 12. Encontra-se lotes que combinam relatórios administrativos, discursos políticos e poesias, assim como encadernações e brochuras dos *Anais da Câmara dos Deputados* e *Senadores*. Destacam-se nesta primeira categoria a compilação dos discursos do próprio Zacarias de Góis e uma série de revistas estrangeiras, como *Archives Diplomatiques*, *Journal des Economistes* e *Revue des Deux Mondes*. Esta primeira seção, em comparação às demais, é a menos numerosa. Como o próprio título sugere, no entanto, compunha-se de itens diversos e sem ligação direta.

Em *Litteratura* (lotes de 13 a 136), a biblioteca continha obras completas de Camões, Shakespeare, Chateaubriand e Bocage. Entretanto, o que mais se destaca são os livros relacionados à História. Distinguindo estas publicações por áreas de destaque, encontra-se referências à antiguidade greco-romana em *Histoire de Jules Cesar*, *L'Odyssée*, *L'Iliade*, *L'Éneide*, bem como em autores como Nico, Aristote, Platon e Démosthène. Sobre os franceses, incluía *Revolução Franceza* e *Histoire du Consulat et de L'Empire*, de M. A. Theirs; *Philosophie de l'histoire*, de Herder; *Histoire de France* e *Civilization on France*, de Guizot; *Lecture historiques* de Raffy e outras tantas, como *Historia de Paris* e *Histoire populaire de France*. Acerca dos ingleses, sobressaem-se *History of England*, de Macaulay; *History of England*, de Adams; e *History of England*, de Erskine May. Acerca dos estadunidenses, salientam-se *Histoire de Washington* e *Life and time of Washington*. Já no que concerne a Portugal, é possível citar um número módico de obras, como *Historia de Portugal*, de R. da Silva; e *Historia de Portugal*, de Souza Monteiro.

Sobre o Brasil e as nações circunvizinhas, é possível mencionar *Climats, geologie, faune, geographie, botanique du Brésil*; *Confederação do Equador*; *The Naturalist of the Amazons*; *Notes au Brésil et Plata*; *Brazil and Paraguay*; *Le Brésil*; *Memórias do Maranhão*; *Carta do Império do Brazil*; *Lições de historia do Brazil*; *Grammatica y Diccionario Tupy-Guarany*; *Historia do Maranhão*; *Historia Política e Militar*, de Latino Coelho; *Naval Services in Chili, Peru and Brazil*, de Dundonald; *Anno Biographico*, de M. Macedo; *Historia da Fundação do Império Brasileiro*, de Pereira da Silva; e *L'Oyapock et l'Amazone* e *Historia do Brazil*, de Varnhagen.

Dictionarios Politicos, Litteratura, etc. (lotes de 137 a 158) corresponde a uma seção menos numerosa, abarcando obras de referência diversas, como dicionários de língua portuguesa, inglesa, espanhola, italiana e francesa, assim como publicações relativas ao comércio, legislação e jurisprudência, Economia Política, Religião e Geografia.

Livros Religiosos (lotes de 159 a 218) representa uma fatia interessante do *Catálogo*, e uma das poucas a contar com obras em língua espanhola. Como em outras seções, existem livros aparentemente deslocados, como *La Révolution Française*, de Gaume. No entanto, além da *Bíblia Sagrada*, havia uma gama variada de intérpretes e comentadores dos textos bíblicos, biógrafos de santos e estudiosos das congregações religiosas, como, por exemplo, *Histoire de Ste. Elisabeth*, de Montalembert; e a *Histoire de la Compagnie de Jésus*, de Crétineau-Joly. Distingue-se também, pela grande quantidade de obras de S. Thomas d'Aquin, como *Opuscles*, *Commentaires* e *Contre les Gentils*; e do bispo e teólogo Jacques Bossuet, de quem possuía a coleção completa de livros.

Ademais, é importante frisar a presença de *La Franc-Maçonnerie et la Revolution*, de Gautrelet; *Direito Civil e Eclesiástico*, do Dr. Cândido Mendes;

e *Le protestantisme comparé au catholicisme*, de J. Balmes, que se relacionam com a batalha travada por Zacarias e pelo próprio Cândido Mendes na defesa do bispo de Olinda nos anos 1870.

Entre os lotes 219 e 347, são apresentados os itens mais propagandeados pelo leiloeiro Eneas Pontes: os *Livros de Direito*. Compreendem o maior dos subitens e ocupam quase metade do *Catálogo*, fazendo jus ao qualitativo de ser uma das bibliotecas jurídicas mais completas da Corte.

Disponha de obras brasileiras e referenciais à legislação do Império, a exemplo do *Índice cronológico da Legislação Brasileira*, *Direito Penal*, *Código Civil*, *Estudos do Bem Commum*, *Economia Política*, *Princípios do Direito Mercantil e leis da Marinha*, *Ensaio sobre a História do governo* e alguns compilados das *Fallas do Trono*, *Reforma Eleitoral* e os regimentos da Câmara e Senado. Entre os livros com autoria estipulada é válido destacar *Direito Internacional e Tratados do Brazil*, de Pereira Pinto; *Legislação Militar e Legislação Geral*, de Joaquim Cândido; e *Processo Criminal*, de Pimenta Bueno. Além dos *Estatutos de Coimbra*, que remetem à trajetória de Zacarias como lente.

Entre os livros em língua estrangeira, emergem uma série de publicações centradas na legislação e na Economia Política da França e da Inglaterra. Entre os mais citados, encontram-se Macaulay, Blackstone, Ch. Comte, Stuart Mill, Guizot, T. Carlyle, Bismarck, De la Croix, Tocqueville e W. Gladstone.

Grosso modo, em *Livros de Direito*, encontramos o mais bem organizado corpo de livros, em especial por estarem ligados diretamente à temática do título conferido à seção, e é nele que encontramos muitas referências trazidas a plenário por Zacarias de Góis, mormente citações a Macaulay e Guizot (Santos, 2019, p. 63).

Considerações finais

Uma avaliação histórica e historiográfica do *Catálogo* da biblioteca que pertenceu a Zacarias de Góis impõe certas dificuldades ao pesquisador, em especial no âmbito dos métodos utilizados para classificação e rotulagem dos itens leiloados. O caráter comercial da venda e a aparente desorganização dos itens, aos olhos de um contemporâneo, são fatores que complexificam a tarefa de entender como um político e conhecedor das questões de Direito — um jurisconsulto — buscava organizar o saber.

Não obstante, o cotejo de sua trajetória, com os itens dispostos no *Catálogo*, permite inferir suas predileções, notadamente a Religião, o Direito, a Administração Pública e a Economia Política. Ressalta-se a inserção internacional do debate sobre política e governo constitucional que as obras demonstram; a sintonia entre o que era tratado no Brasil e em outros lugares, ainda que o hábito de possuir e armazenar livros não constitua o efetivo ato de leitura.

No caso em análise, o leiloeiro buscou no avolumado de obras jurídicas o mote para empreender sua propaganda. Contudo, a análise pormenorizada dos subitens releva a consonância da disposição dos livros com as batalhas travadas por Zacarias no Parlamento, nos tribunais e em seu percurso religioso.

Deste modo, ainda que limitadas, as investigações arquivísticas que resultaram na localização do *Catálogo* na FBN e os esforços aplicados no seu entendimento são salutares ao desenvolvimento de pesquisa histórica sobre a importante figura do Segundo Reinado que é Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877).

Referências

ABRÊU, Eide Sandra Azevedo. “Um pensar a vapor”: Tavares Bastos, divergências na Liga Progressista e negócios ianques. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: EdUSP, 2013. p. 313-346.

BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 293-346.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo De (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 153-183.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. v. 1

CASTRO, Paulo Pereira de. Política e administração de 1840 a 1848. In: HOLANDA, Sergio Buarque (org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. [1972].

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O Livro: uma mudança de perspectiva. In: *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 99-115.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Biblioteca. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. *Estadistas e parlamentares*. por Timon [pseud.]. Rio de Janeiro: Molarinho & Mont’Alverne, 1883.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2017.

FBN. Catálogo da Livraria Zacarias de Góes e Vasconcelos a ser leiloado. *Jornal do Commercio*. Coleção José Carlos Rodrigues – Manuscritos – I-03,11,009 – Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil: Constancio e J. Villeneuve & Comp, 1878. p. 1-4.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Leitores do Rio de Janeiro: bibliotecas como Jardins das Delícias. *Acervo*, [S. l.], v. 8, n. 1-2, p. 104, 1995. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/239>. Acesso em: 17 out. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 2 jul. 1878

GIMENO PUYOL, María Dolores. Presentación. El mundo ordenado del libro: bibliotecas, catálogos y colecciones en los siglos XVIII y XIX. *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*, [S. l.], n. 23, p. 1-5, 2017. DOI: 10.25267/Cuad_Ilus_Romant.2017.i23.01. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/cir/article/view/3596>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Francisco José. Los libros científicos de la Marina de la Ilustración: algunos datos para la historia de la Biblioteca del Real Observatorio de la Armada. *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 51-62, 2011. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/cir/article/view/373>. Acesso em: 17 out. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 16 jun. 1878.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 20 jun. 1878.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 2 jul. 1878.

MACHADO, Manoel Joaquim Alves; RABELLO, Manoel José. *O Senador Zacarias de Góes e Vasconcellos julgado pela imprensa do seu paiz na ocasião do seu fallecimento*. Porto: Typ. Lusitana, 1879.

MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 14 abr. 1878.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In: *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 7-58.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O poder moderador no segundo reinado: mediações entre fontes e historiografia. *Justiça & História*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 141-160, 2003.

SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Campinas: Unesp, 2019.

TAUNAY, Visconde De. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2017.

VARGAS, Túlio. *O Conselheiro Zacarias (1815-1877)*. Curitiba: Juruá, 2008.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Rio de Janeiro: N. Lobo Vianna, 1860.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e; MENDES, Candido. *Discursos proferidos no Supremo Tribunal Justiça na sessão de 21 de fevereiro de 1874*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo, 1874.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Introdução. *Zacarias de Góis e Vasconcelos, discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979. p. 15-36.

A Independência do Brasil na Bahia: aspectos e considerações políticas de Joaquim José da Silva Maia no Semanário Cívico (1821-1823)

Walquiria de Rezende Tofanelli Alves

Graduada em História pela UFOP, mestre em História na linha de Política, Cultura e
Memória pela Unicamp, doutoranda em História Social pela USP





Resumo

Neste artigo, discutiremos alguns aspectos relacionados ao tema da Independência do Brasil na Bahia, problematizando a interpretação de que a separação entre Brasil e Portugal teria resultado da reação dos “brasileiros” ao plano de “recolonização” gestado por deputados “portugueses” nas Cortes de Lisboa. Nosso objetivo é contrastar essa interpretação com outra, lançada durante os debates da década de 1820 no *Semanário Cívico* (1821-1823), periódico redigido por Joaquim José da Silva Maia que apoiava não só as Cortes Constituintes, como também um projeto para o Império Português e uma sede de poder exclusivamente em Lisboa.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Bahia. Guerra civil. Cortes de Lisboa.

Abstract

This article will discuss aspects linked to the issue of the Brazilian Independence in the province of Bahia, focusing on the interpretation that the separation between Brazil and Portugal resulted from a reaction by “Brazilians” to the plan of “recolonizing” Brazil, conceived by “Portuguese” deputies in the Lisbon Courts. Our aim is to contrast such interpretation with another, launched during the debates held in the 1820s through the *Semanário Cívico* periodical (1821-1823), edited by Joaquim José da Silva Maia, which not only the Constitutional Courts, but also a project for the future of the Portuguese Empire and for the seat of power to be exclusively in Lisbon.

Keywords: Brazilian independence. Province of Bahia. Civil war. Lisbon courts.



Neste artigo, discutiremos alguns aspectos referentes ao processo de Independência do Brasil na Bahia, enfocando a maneira como parte da historiografia interpretou esse processo como reação dos “brasileiros” à tentativa de “recolonização” por parte dos “portugueses”, e como essa interpretação contrastou com outra, divulgada pelo redator do *Semanário Cívico*, Joaquim José da Silva Maia (1776-1831), entre os anos de 1821 e 1823. Maia foi um aguerrido defensor da unidade do Império Português, das Cortes Constituintes Portuguesas e de um centro de poder exclusivamente em Lisboa, o que não quer dizer que defendesse a “recolonização” do Brasil. Contrastar essas interpretações nos ajuda a compreender as articulações e interesses políticos que se desdobraram dentro e fora das Cortes de Lisboa, no interior das lutas políticas na década de 1820 e da própria historiografia que se constituiu com vistas à formação posterior do estado nacional brasileiro.

Importa observar que o processo de Independência do Brasil na Bahia foi apontado, muitas vezes, como um caso particular em relação às demais províncias, onde a separação supostamente teria se dado de maneira “pacífica”, visto que, na Bahia, esse processo aconteceu após uma guerra civil (1822-1823). Para explicar o seu desdobramento, parte significativa da historiografia nos séculos 19 e 20 enfatizou que a rivalidade entre “portugueses” e “brasileiros” foi condição determinante para a guerra, e compartilhou da premissa segundo a qual as identidades nacionais estariam já configuradas naquele momento. Outro argumento mobilizado e que se relaciona com essa interpretação é o de que um plano de “recolonização” foi sustentado pela maior parte dos deputados nas Cortes de Lisboa e, desse modo, haveria um esforço para submeter novamente o Brasil ao controle administrativo, econômico, político e militar de Portugal; para transformar o Reino do Brasil, portanto, novamente em colônia.

Segundo essas interpretações, a Bahia adquiriu estatuto importante, pois autores como José da Silva Lisboa, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e John Armitage apontaram a província como um dos principais redutos de comerciantes “portugueses” que sustentaram o “partido português” contra os interesses do “partido brasileiro” durante a separação (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 44; Armitage, 1837, p. 28; Silva, 1836, p. 8). Mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen, que não identificou na rivalidade entre “portugueses” e “brasileiros” a explicação fundamental para a cisão, valeu-se de Ignácio Accioli Silva para afirmar que de

todo este sangue derramado, bem como da guerra civil que depois seguiu [na Bahia], foi o principal culpado o Brigadeiro Madeira, vítima de sua muito ambição e desejo de desafrontar sua rivalidade contra Manuel Pedro (Silva, 1836, p. 332).

Para Varnhagen, analisar a guerra civil ali travada passava por compreender sua personificação nas figuras dos dois líderes militares por ele citados: Inácio Luís Madeira de Mello e Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

Já no século 20, Luís Henrique Dias Tavares, valendo-se tanto de Francisco Varnhagen quanto de Ignácio Accioli, atribuiu relevância à disputa para a nomeação do governo de armas no início de 1822 como o principal motivo para o enfrentamento militar que aconteceu na Bahia, o que reforça, portanto, as figuras dos líderes militares citados. Descreveu os pormenores da guerra civil para dar sentido cronológico ao processo de Independência do Brasil na Bahia e, não por acaso, iniciou sua obra refletindo sobre os acontecimentos de fevereiro de 1822, quando da nomeação ao governo das armas que marcou o início dos confrontos. O autor deixou de analisar, contudo, o ano antecedente, 1821, quando acontecimentos importantes marcaram a história da província e demonstraram os diversos arranjos políticos e disputas no interior daquela sociedade. Observa-se também que, em uma menção às Cortes de Lisboa, Dias Tavares considerou que os deputados ali reunidos, além de terem decretado o retorno de d. Pedro à Europa, promoveram “a divisão do Brasil em províncias autônomas” para tornar Lisboa “o seu único centro político e administrativo”. Ainda segundo o autor, seria do interesse daqueles parlamentares “o retorno ao antigo sistema monopolista da exportação dos produtos brasileiros centrada nos portos de Lisboa, Porto e Viana” (Tavares, 2005, p. 148).

Interpretações sobre a Independência do Brasil e a inserção da Bahia nesse processo foram construídas a partir do século XIX, quando foram também se cristalizando na memória nacional. Cumpre notar que o objetivo dos intelectuais naquele período era delimitar as balizas de tempo e de espaço que compreenderiam o Estado nacional brasileiro; em outras palavras, o território, a história, as origens e os heróis nacionais. Também procuravam plasmar determinadas interpretações sobre os acontecimentos relacionados à separação do Brasil e de Portugal como se fossem “fatos” quase indissolúveis (Oliveira, 1999, p. 17-18). Para compreender a maneira como a província da Bahia foi interpretada diante do processo de Independência do Brasil, algumas considerações feitas por José da Silva Lisboa mostram-se pertinentes e, portanto, serão destacadas neste artigo. Essas interpretações são importantes não só porque traduziam a narrativa “oficial” dos acontecimentos, também partilhada pelo próprio d. Pedro, mas também devido à longevidade que alcançaram nos repertórios sobre a história e a memória brasileiras. Ademais, devemos considerar que, nos bastidores da obra de Silva Lisboa, seu autor construiu e usufruiu de boa relação nos círculos políticos ligados a dom João e dom Pedro (Rocha, 2001, p. 22).

Em *História dos principais sucessos do Brasil*, obra escrita por Silva Lisboa entre os anos de 1825 e 1830, o autor apontou que uma “cabala antibrasílica”, instalada nas Cortes Portuguesas desde o início dos trabalhos legislativos, tinha planos para “recolonizar” o Reino do Brasil. Na visão do autor, tais planos se

revelaram só mais tarde, no final de 1821, quando nas Cortes surgiram discussões, decretos e leis a fim de obstar a presença de um poder executivo ao Reino do Brasil, contrariando, assim, a regência do príncipe dom Pedro no Rio de Janeiro (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 132). Na análise de Silva Lisboa, considerando seu argumento sobre a “recolonização”, a Bahia recebeu destaque negativo, pois teria se antecipado na adesão às Cortes de Lisboa, em 10 de fevereiro de 1821, por meio de força militar, antes mesmo do juramento de dom João à futura Constituição, pressionando, portanto, o rei e seus ministros a tomarem providências. Por sua vez, a Bahia, em 1822, também pela via militar, foi palco de uma guerra civil entre o “partido português” e o “partido brasileiro” que durou até 1823. Para Silva Lisboa, coube a dom Pedro intervir nessa questão, promovendo a “restauração da Bahia” e a adesão à Independência do Brasil (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 184 *et seq.*).

As relações entre as Cortes de Lisboa e a Bahia foram consideradas por Silva Lisboa como muito imbricadas e, por isso mesmo, foram citadas para denunciar que os “cabalistas” daquele Congresso mantinham correspondentes na província. Não por acaso, Silva Lisboa escreveu que o “Senado da Câmara [que estava?] em turbulento Sinédrio” no dia 10 de fevereiro de 1821 havia se empenhado para aderir às Cortes de Lisboa e, a um só tempo, preparar a aclamação para a Junta Provisória de Governo. Dando-se “ares de importância”, a Junta Provisória escolhida “logo procedeu ao despotismo de se declarar independente do Governo Real do Rio de Janeiro, para só receber ordens do Governo de Portugal”, contrariando, dessa forma, os interesses dos “brasileiros”. Segundo o autor, rapidamente os membros do governo provisório se empenharam para convencer também “o Governador de Pernambuco, de cuja energia e decisão estava certo, e que em seu Governo tinha em severa disciplina a Tropa”, a juntar-se à causa que havia sido proclamada na Bahia (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 47). Ignácio Accioli que, inclusive, valeu-se da interpretação de Silva Lisboa em sua obra, não deixou de observar também que ofício semelhante foi enviado pela mesma Junta da Bahia ao governador do Maranhão, Bernardo Pinto da Fonseca, convidando-o “a aderir ao mesmo sistema” (Silva, 1836, p. 25-26).

Em 18 de fevereiro de 1821, foi a vez de a Junta Provisória remeter às Cortes de Lisboa a notícia da adesão da Bahia à monarquia constitucional e representativa. O comunicado foi feito por meio de um ofício que, segundo Silva Lisboa, “ardilosamente omitiu as hórridas circunstâncias da Revolução” do dia 10 de fevereiro de 1821; afinal, dela haviam resultado mortos e feridos. O ofício foi lido e comentado na Sessão de 17 de abril de 1821 nas Cortes Portuguesas, provocando manifestação de “mil vivas aos habitantes da Bahia”. Nessa mesma sessão, foi noticiado que outro documento remetido pela Junta da Bahia e “dirigido ao Governo Supremo do Reino” pedia “algumas providências para a defesa e fortificação da Cidade e da Província”, solicitando, portanto,

tropas provenientes de Portugal. O pedido foi deferido (*Diário das Cortes...*, [ca. 1821-1822], n. 59, f. 601).

Para Cairú, o ministro da Marinha e dos negócios ultramarinos, Joaquim José Monteiro Torres, particularmente sobre a conjuntura na Bahia, “convencera a El Rei da ilusão [...] que, se se derramara algum sangue [no dia 10 de fevereiro], a boa ordem prontamente se restabelecera, e que ali reinava o maior sossego”. Contudo, para Silva Lisboa, esse evento era um anúncio do que ainda estava por vir, posto que, em suas palavras, a “pureza da verdade é que desde então só reinou a desordem, e desassossego, que rematou na guerra civil a mais atroz, originada das tirânicas ordens das Cortes” (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 52-53). Assim, vinculou os anos de 1821 a 1823 a um processo “linear” de disputas gravosas e militares na Bahia, decorrentes da tentativa de “recolonização” liderada pelas Cortes Portuguesas, particularmente, por uma “cabala antibrasílica” ali instalada, com adesistas na Bahia.

Outro ponto destacado pelo autor a respeito da tentativa de dominação de Portugal sobre o Brasil foi o decreto publicado no *Diário das Cortes...*, em 28 de julho de 1821, que teria revelado o projeto “recolonizador” do legislativo. A partir desse decreto, as forças militares antes dispersas entre os reinos de Brasil, Portugal e Algarves deveriam ser consideradas “um só exército com a denominação de Exército Português do Reino Unido” (*Diário das Cortes...*, [ca. 1821-1822], p. 1.676). A fusão dos exércitos “português” e “brasileiro”, conforme interpretou Silva Lisboa, mostrou “o evidente e maquiavélico fim” de muitos para mobilizar a “fraternização das Tropas dos Estados Pai e Filho”, com o objetivo de conduzir os “militares brasileiros” para fora de suas províncias e os “aniquilar nas terras inóspitas e inclementes dos Domínios Portugueses”, ao mesmo tempo que no Brasil se instalariam “Batalhões Lusitanos” (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 125).

Nessa mesma sessão do dia 28 de julho de 1821, foi publicada uma ordem endereçada ao ministro da Marinha, orientando-o sobre a necessidade do envio de militares “para substituir as tropas que do Brasil devem regressar a Portugal”, definindo o “quanto antes”, “uma expedição de dois mil homens” para serem enviados ao Rio de Janeiro (*Diário das Cortes...*, [ca. 1821-1822], p. 1.677). Segundo Silva Lisboa Cairú, essa decisão apoiava-se “na mais fementida calúnia da Junta da Bahia, a qual havia representado ao Congresso que o Príncipe Regente premeditava atacar aquela Cidade [...] com o Governador de Pernambuco”, vindo a solicitar tropas logo que se promoveu o sistema constitucional, em fevereiro de 1821. Segundo o autor, também havia na Bahia quem identificasse no mesmo governador, Luís do Rego Barreto, um “inimigo da Constituição, e Protetor do Partido da Independência no Rio de Janeiro”, nutrindo desconfianças e justificando a necessidade do envio de tropas para a Bahia. Na visão de José da Silva Lisboa Cairú, o pedido de tropas feito pela Junta abriu um perigoso precedente para que fossem

enviados expedicionários a outras províncias e à capital fluminense (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 126).

Nas sessões de 23 e 25 de agosto de 1821, o assunto do envio de tropas ao Rio de Janeiro retornou às Cortes de Lisboa. O primeiro a falar sobre isso foi o deputado Manuel Borges Carneiro, de opinião favorável ao envio. Justificou seu voto dizendo que os militares preveniriam levantes, visto que “se aí há algum pequeno partido de independentes, logo que as Juntas tenham à sua disposição alguma força de tropa europeia, tudo se desfaz” (Diário das Cortes..., [ca. 1821-1822], p. 1.999). É curioso notar que Silva Lisboa não mencionou a intervenção de Borges Carneiro, apenas as que vieram depois para replicá-la. Nesse sentido, o autor destacou a participação dos deputados Manoel Gonçalves de Miranda, Manoel Fernandes Tomaz e João Maria Soares Castello Branco, mesmo que estes deputados fossem seus desafetos (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 127).

Acompanhando Borges Carneiro, Francisco Manuel Trigoso também votou a favor do envio das tropas europeias para o Rio de Janeiro, citando o caso da Bahia como justificativa. Segundo ele, a solicitação por força militar feita pela Bahia, em fevereiro de 1821, não havia causado celeuma na época, haja vista o “justo” temor da Junta Provisória de que o governo no Rio de Janeiro tentasse inviabilizar a manutenção do juramento feito às Cortes de Lisboa. Trigoso disse ainda que mesmo naquele momento, ou seja, em agosto de 1821, tendo dom João jurado a futura Constituição, “nem levemente se agitou a questão se deveria mandar-se ou não tropa para a Bahia, mas continuaram os preparos da expedição, e a Junta contava com ela”. Concluiu que “porque foi tropa para a Bahia, deve ir para o Rio de Janeiro”, garantindo a estabilidade da adesão ao sistema constitucional e representativo (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 127). Fernandes Tomaz contradisse Trigoso ao afirmar que, ao contrário da Bahia, o Rio de Janeiro não havia solicitado tropa alguma, buscando precaver que a decisão poderia desencadear reações negativas contra o Congresso (Diário das Cortes..., [ca. 1821-1822], p. 2.000). Avançadas as discussões também para a sessão seguinte, no dia 25 de agosto de 1821, decidiu-se, por 45 votos a favor e 34 contra, que a expedição militar seria enviada ao Rio de Janeiro (Diário das Cortes..., [ca. 1821-1822], p. 2.024).

A afronta foi o que Silva Lisboa Cairú viu nessa deliberação. Ele descreveu que os deputados, entre os dias 31 de julho e 25 de agosto de 1821, expediram ordens para que Lisboa fosse reconhecida como única sede da monarquia portuguesa. Nos informes, também constou o aviso de que a expedição de dois batalhões chegaria ao Brasil. Foi a partir desse momento que, para Silva Lisboa, “as Cortes reduziu [sic] à nulidade o Poder Executivo” e “julgou que era chegada a época de ostentar às escâncaras, abandonando os disfarces do maquiavelismo, o favorito Plano de restabelecimento do Sistema Colonial”. Assim, os planos de “recolonização”, que desde o início mostraram-se escamoteados, vieram à luz com a tentativa de destituir o poder do príncipe regente,

segundo a interpretação de Silva Lisboa Cairú. Após a tentativa de “destituição” “sem esperar pelo Complemento da Representação Brasileira” nas Cortes – uma vez que os primeiros deputados pelo Reino do Brasil chegariam somente em setembro de 1821 –, os deputados “portugueses”, segundo o autor, “desonrar[am] os habitantes desta Cidade [Rio de Janeiro], degradando-a do predicamento da Capital do Brasil” (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 127).

Cada vez mais os debates avançaram para a centralização de poder em Lisboa. Os deputados decidiram “que se abolissem todos os Tribunais criados por El-Rei na sua Nova Corte”, desde 1808, e “que o Príncipe regressasse a Portugal para sair a viajar pela Europa” (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 127). Essas e outras deliberações foram divulgadas a partir do decreto e da lei publicados em 1º de outubro de 1821, que viriam, mais tarde, a impulsionar o movimento do “fico”, em 9 de janeiro de 1822 (Berbel, 2005, p. 793). Também em 1º de outubro de 1821, as Cortes definiram que governadores e comandantes das armas de cada província deveriam ser nomeados e obedecer somente ao poder centrado em Lisboa, ficando independentes, portanto, das Juntas Provisórias (Coleção das Leis do Brasil de 1821, 1889, p. 35). Com essas ações, Silva Lisboa disse que as Cortes “assoalharam o seu Sistema Militar, necessário a restabelecer o Sistema Colonial” (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 136).

Cabe destacar, desse modo, o papel que a Bahia teve na interpretação de Silva Lisboa. Ali, a tentativa de “recolonização” do Brasil por Portugal, segundo o autor, desde o início de 1821 contou com adeptos que possuíam os poderes militar e financeiro – vide a participação dos comerciantes “portugueses” e milícias – para sustentar esse projeto. Assim, o autor apresentou uma organização linear de acontecimentos e interpretações, indicando o período entre 10 de fevereiro de 1821 até o desfecho da guerra civil em 2 de julho de 1822, como parte de um mesmo processo de Independência do Brasil na Bahia. Para Silva Lisboa, a declaração de alinhamento da Bahia às Cortes de Lisboa e a nomeação da Junta Provisória, em 10 de fevereiro de 1821, já marcavam o predomínio do “partido português” naquela região. Com essa perspectiva, Silva Lisboa considerou que os “baianos” teriam faltado com o seu dever de se opor aos portugueses desde o início de todo o processo, uma vez que “foram induzidos” pelos “cabalistas” das Cortes a aderir a Lisboa e não ao Rio de Janeiro, o que transformou a província no “exemplo sanguinário” do processo de separação:

A Cidade da Bahia, que deu o exemplo de sanguinária Proclamação da Constituição de Portugal e da apostasia da Regência do Príncipe Regente, pagou bem caro o crime dos cabalistas, que induziram os baianos, preeminentes em fidelidade, a faltarem ao seu dever, e desmentirem o caráter, que antes realçava a sua honra cívica. Em o primeiro ano de sua preconizada Regeneração viu o triste espetáculo de irregularidade de Governo, e anarquia do Povo; e logo no começo do segundo

foi o teatro de guerra civil [...] É difícil descrever com serenidade esta lúgubre cena (Cairú, [ca. 1826-1830], p. 84-85).

Se, por um lado, o fator militar teve um valor fundamental para sustentar o plano de “recolonização” na visão de Silva Lisboa, não menos importante foi também o argumento político-econômico, usado para convencer seus contemporâneos, de que os “portugueses” estavam, inequivocamente, engajados em um projeto amplamente partilhado para o “reestabelecimento do monopólio do Sistema Colonial”:

O caráter do Congresso era a imobilidade em seu Projeto de repor este Reino no antecedente estado de Colônia, perpetuando a Tirania da Metrópole Lusitana pelo suspirado reestabelecimento do Monopólio do Sistema Colonial, com especioso pretexto do jurado Sistema Constitucional, tendo o centro da Unidade no Governo de Lisboa (Cairú, [ca. 1826-1830], p.139).

Nesse ínterim, ressalta-se que recentemente a historiografia tem problematizado essa interpretação, especialmente no tocante ao argumento da “recolonização” como uma retórica que adquiriu considerável longevidade. Antônio Penalves Rocha foi um dos primeiros a enfatizar que portugueses dos dois lados do Atlântico “tinham plena consciência de que um plano de recolonização do Brasil seria objetivamente inexecutável” porque, entre vários fatores, a vigência do Tratado de 1810 com os ingleses barraria qualquer tentativa nesse sentido (Rocha, 2009, p. 10). Por sua vez, Márcia Berbel afirmou que, além de um neologismo, o termo “recolonização” era parte de uma retórica constituída no interior da luta política na década de 1820 para criticar as decisões que vinham das Cortes de Lisboa (Berbel, 2005, p. 792).

Para refutar o argumento da “recolonização”, é preciso considerar como se deu a discussão sobre o envio de tropas de Portugal para o Brasil e como se desdobraram as propostas de reformas econômicas, especialmente no comércio, dentro do debate das Cortes Constituintes Portuguesas. Do ponto de vista militar, segundo Márcia Berbel, os deputados liberais, ao lançarem a “proposta organizativa do Brasil”, debateram se seria conveniente enviar força armada ou não para o território americano. O grupo ligado a Fernandes Tomaz endossava que a integração do Reino do Brasil deveria acontecer pela via político-administrativa, considerando ser essa a melhor maneira de “controlar as várias partes da América e fazer eleger deputados em todas as províncias”. Contrariamente, o grupo de Borges Carneiro apoiou o envio de expedição militar, vendo-a como indispensável para manter a coesão e a ordem nas províncias (Berbel, 2005, p. 799). Para a decisão de enviar tropas ao Brasil, pesou o temor, comum entre os deputados, de que dom Pedro tentasse impedir as províncias de aderirem às Cortes de Lisboa; afinal, estes já estavam bem informados de que, antes da

partida de dom João VI para Lisboa, em 21 de abril de 1821, uma agitação e uma intervenção armada tinha sido comandada pelo próprio príncipe dom Pedro na Praça do Comércio, no Rio de Janeiro, onde se realizava a escolha para deputados. Tal intervenção deixara mortos e feridos, e motivara também a abertura de devassa (Oliveira, 2013, p. 69-70).

Quanto às propostas político-econômicas discutidas nas Cortes, Márcia Berbel demonstrou, a partir da análise do relatório da Comissão de Comércio e das discussões parlamentares, que não havia qualquer endosso para revitalizar o exclusivo metropolitano. Na verdade, o grupo majoritário instalado nas Cortes Portuguesas estava interessado em “restabelecer a exclusividade portuguesa no acesso aos portos do Brasil, e, por meio de um escalonamento de taxas, de tornar mais vantajosa a compra dos produtos brasileiros nos portos portugueses, bem como a venda dos produtos europeus” (Berbel, 2005, p. 806). Diante disso, sublinhamos também que nem todos os portos da América Portuguesa foram abertos ao mercado estrangeiro em 1808, mas somente aqueles localizados no Pará, no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro (Mattos, 2015, p. 134.). Refutaram essa proposta, contudo, deputados como Antônio Carlos de Andrada (São Paulo), Domingos Borges de Barros (Bahia), Cipriano Barata (Bahia) e José Lino Coutinho (Bahia), embora sem sucesso em convencer a maior parte dos representantes da nação portuguesa, entre os quais, reforçamos, estavam incluídos os eleitos pelo Reino do Brasil. Nesse sentido, destacamos que a maioria no Congresso assentiu pelas propostas da Comissão de Comércio e de Borges Carneiro em defesa de protecionismo para o mercado luso-brasileiro (Berbel, 2005, p. 807).

Questionados esses aspectos de natureza militar e político-econômica que sustentaram a “retórica da recolonização” formulada por Silva Lisboa e por outros personagens, é importante delimitar que, para muitos grupos na Bahia e em outras províncias do norte como o Grão-Pará e o Maranhão, o interessante era construir e manter uma estrutura de poder centrada exclusivamente na capital em Lisboa, com a qual tinham maiores proximidades geográficas e de negócios. Apoiar uma sede de poder no Rio de Janeiro não era a vontade da maior parte dos grupos nessa região (Alves, 2018, p. 61; Galves, 2010, p. 129; Machado, 2006, p. 85-86). Isso, entretanto, não quer dizer que tais grupos localizados no norte do Reino do Brasil propusessem o retorno ao exclusivo comercial ou sustentassem um projeto de “recolonização”. Defenderam, na verdade, uma política econômica protecionista para o mercado luso-brasileiro, considerando também as colônias da África e da Ásia nessa proposta. Além disso, se não fosse possível anular o Tratado de 1810 com os britânicos, pretendiam que, pelo menos, fossem criados mecanismos políticos e de mercado para minorar os efeitos prejudiciais que aquela tratativa havia legado aos negócios portugueses. Preocupavam-se também, além da afluência de produtos ingleses no mercado português, com as pressões dos britânicos para extinguir o tráfico de escravos

que, na época, compreendia um dos mais importantes negócios para os portugueses. Nesse sentido, as propostas para um Império Português defendidas por muitos grupos no norte, com destaque para as de Joaquim José da Silva Maia, foram distintas daquelas formuladas por muitos grupos situados no Rio de Janeiro ou do chamado Centro-Sul, indicado pela historiografia como sendo a de um Império luso-brasileiro pensada por dom Rodrigo de Sousa Coutinho e pela geração de 1790 (Lyra, 1994; Maxwell, 1999).

Joaquim José da Silva Maia foi um desses personagens tomados por “recolonizador” e representante da “cabala antibrasílica” na Bahia, e chegou a entrar em contendas com José da Silva Lisboa devido à oposição radical às ideias defendidas pelos dois personagens (Reclamação do Brasil, 1822, p. 1). Nascido na cidade do Porto, em Portugal, em 1776, Maia possuía estudos e alegava ter domínio da língua francesa, com particular admiração pelas obras de Jean-Jacques Rousseau.¹ Frequentou a Aula de Comércio ministrada por João Rodrigues de Britto e por José da Silva Lisboa, apontando, porém, sua discordância quanto à possibilidade de que “os princípios de Smith, Say, Canard”, ensinados pelos professores, pudessem ser aplicados ao Império Português. Em sua visão, tais postulados serviriam apenas para nações “ricas de capitais” (Brasileiro Imparcial, 1830, p. 2).

Na Bahia, Maia tornou-se comerciante de insumos, gêneros de abastecimento e escravos. Suas rotas abarcavam Europa, América e África, e eram constantes também suas viagens a Buenos Aires, Montevidéu e Rio Grande de São Pedro do Sul. Além de participar da maçonaria como “venerável” na Loja Humanidade – a mesma à qual pertenceu o deputado José Lino Coutinho (Magalhães, 2017, p. 103) –, Maia foi capitão de ordenanças e procurador no Senado da Câmara de Salvador, em 1821, no que contribuiu diretamente para o sucesso do movimento do dia 10 de fevereiro pela adesão às Cortes de Lisboa.²

Silva Maia se correspondia com os deputados nas Cortes de Lisboa, tanto representantes europeus quanto os baianos que tomaram assento, em dezembro de 1821. Utilizava seu periódico *Semanário Cívico* para pressionar ou anuir às propostas e votações realizadas, assim como assinava e enviava requerimentos com destino à Lisboa. Nos números 28 e 29 do *Semanário Cívico*, Maia anexou

1. Segundo Maia, no final do século XVIII, havia grande carência na Bahia de pessoas que dominassem o francês, especialmente na Vila da Cachoeira, onde iniciou sua carreira no comércio, em 1796. Por essa razão, alegou ter sido “o primeiro mestre que apareceu naquela Vila, que ensinasse aquele idioma”. Complementou que, mesmo em Salvador, por volta de 1800, tinha sido o padre e futuro deputado pelas Cortes de Lisboa, Francisco Agostinho Gomes, que trouxera de Lisboa “os primeiros Livros Franceses filosóficos”, o que, em sua visão, demonstrava certo atraso das luzes na capitania e a necessidade de reformas no ensino (*Semanário Cívico*, 1823, f. 2).

2. O próprio Ignácio Accioli destacou o papel de Maia no episódio, por ter desobedecido às ordens do capitão-geral conde de Palma e ter aberto as portas do Senado da Câmara Municipal para que fosse dado início aos trâmites da adesão da Bahia às Cortes de Lisboa (Silva, 1836, p. 14).

cartas de sua autoria com recomendações aos deputados pela Bahia elencando o que, para ele, eram os “objetos mais essenciais, que vos devem ocupar em Cortes”. Dentre os vários apontamentos, não se pode deixar de notar o seu particular interesse na manutenção do tráfico de escravos, especialmente porque o redator dizia que a Bahia havia sido prejudicada após o Congresso de Viena, em 1815, e a Convenção de 1817, que vetaram o tráfico de africanos ao norte da linha do Equador, de acordo com as edições nº 28 e 29 de o *Semanário Cívico* (1821, p. 5-8).

Sobre as questões militar e político-econômica, também Silva Maia fez comentários em seu periódico. Primeiramente, é importante destacar que o redator foi favorável à presença de tropas da Europa no Reino do Brasil, não porque fosse “recolonizador”, mas por alegar que a presença e o incremento da força militar evitariam invasões de inimigos estrangeiros ou rebeliões internas de libertos e escravos. Além disso, Maia nutria certa desconfiança contra o grupo que cercava dom Pedro no Rio de Janeiro e as ordens adversas que dali pudessem vir. Quando, em 3 de novembro de 1821, Salvador passou por uma agitação promovida por militares que queriam destituir a Junta de Governo da qual Maia era particular admirador, o redator acusou os revoltosos, então liderados pelo marechal Felisberto Gomes Caldeira (primo de Felisberto Caldeira Brant Pontes), de promoverem a ação contra a Junta Provisória a mando do próprio Brant e do conde de Palmella, ou seja, de homens do círculo de poder próximo a dom Pedro no Rio de Janeiro. Segundo Maia, esse grupo tinha o objetivo de incitar a “cizânia entre brasileiros e europeus”, dizendo que as Cortes “astuciosamente mandavam Tropas para o Brasil” para manter o controle sobre as províncias. Tentando amenizar as rivalidades políticas, Maia disse ser necessário lembrar que as tropas “da Bahia vieram pelos muitos rogos e instâncias de toda esta cidade”, lembrando que aquela agitação de 3 de novembro de 1821, na verdade, foi provocada por uma “conspiração” urdida por fluminenses e habitantes de Salvador a eles ligados, para tentar abalar a relação que a província da Bahia tinha com Lisboa. Desarticulado o movimento e presos alguns de seus entusiastas, Maia recomendou aos habitantes da Bahia que acabassem de “uma vez com essa vergonhosa e pueril rivalidade entre portugueses europeus e brasileiros”, pois “todos somos irmãos, parentes, amigos, e constitucionais”, advertindo que “A política não dorme. As dissensões intestinas das nações, em todos os tempos marcaram a época fatal da sua ruína!”, de acordo com o número 41 de o *Semanário Cívico* (1821, p. 3).

Afora a questão militar bastante importante nesses discursos, também se agitou a questão de um poder executivo e um legislativo fixados no Rio de Janeiro. No *Semanário Cívico* do dia 31 de janeiro de 1822, rebatendo o *Revérbero: Constitucional Fluminense*, periódico redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, Silva Maia alegou que já ecoava, no final de 1821, a ideia de “que as cortes, proclamando princípios liberais, contudo,

pretendiam reduzir o Brasil ao antigo estado de colônia, introduzindo-lhe tropas europeias”. Nesse discurso também se sustentou, segundo Maia, ser “impraticável que em Lisboa os Poderes Legislativo e Executivo, pondo a duas mil léguas” de distância fossem mantidos somente em Portugal, visto que dificultava a atuação dos empregados no Brasil, e que o objetivo naquelas ações era o de manter o “Brasil na antiga dependência da Metrópole” (*Semanário Cívico*, n. 49, f. 2).

Combatendo esses pontos, Silva Maia disse que alguns já aventavam a possibilidade de uma Corte Constituinte ser reunida propriamente na América e, por isso, passou a defender abertamente, desde o final de 1821 no *Semanário Cívico*, que os Poderes Executivo e Legislativo deveriam residir exclusivamente em Lisboa, o que causou polêmica com muitos periódicos fluminenses (*Semanário Cívico*, 1821, n. 34, p. 1-4). Sua contenda com o *Revérbero* se iniciou a partir daí (*Revérbero Constitucional Fluminense*, 1821, p. 79). Os redatores Ledo e Barbosa, ao discordar do *Semanário Cívico*, passaram a defender a permanência do príncipe regente no Rio de Janeiro, sem, contudo, proporem a “separação”. Falavam de “Independência” no sentido de manter a autonomia para o Rio de Janeiro em relação à Lisboa dentro da própria ideia de nação portuguesa, ou seja, conforme indicou Cecília Salles de Oliveira a

sinonímia entre “independência” e separação [...] foi se constituindo no decorrer da luta política, pois entre 1821 e 1822, os liberais ligados ao *Revérbero* preconizavam uma possível conciliação de seus interesses com as pretensões dos revolucionários em Lisboa (Oliveira, 1999, p. 113).

De acordo com essas observações, é possível perceber que tanto o grupo de Ledo quanto o de Silva Maia não defenderam, naquele momento, nem a “separação” e nem a “recolonização” respectivamente, mas representaram projetos distintos formulados para a nação portuguesa, tendo em vista o papel a ser desempenhado pelo centro de poder no Rio de Janeiro e em Lisboa.

Após a chegada dos deputados paulistas nas Cortes de Lisboa, em fevereiro de 1822, munidos de um programa preparado por José Bonifácio e anuído por dom Pedro, muitas transformações ocorreram no próprio Congresso de Lisboa.³ Tais orientações prévias chegaram a impactar a atuação dos deputados baianos nas Cortes de Lisboa, de tal modo que fizeram uma consulta aos órgãos de representação da Bahia questionando se conviria aos seus habitantes que uma delegação do poder executivo fosse instaurada no Reino do Brasil; se conviria que duas delegações fossem instituídas na América ou se, ao contrário, conviria que o poder executivo fosse concentrado apenas no monarca dom João VI e residisse, portanto, exclusivamente em Lisboa (*O Constitucional*, n. 14, p. 1). Essa questão acirrou os ânimos dos diversos grupos na Bahia, particularmente

3. Consultar: Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo.

daqueles envolvidos na lavoura e no comércio, pois a questão da capital implicava em impactos significativos na política e nos negócios locais e provinciais.

Mais tarde, em 25 de julho de 1822, momento em que as divisões e dissensões entre os diversos grupos na Bahia se traduziram a partir de uma guerra, Silva Maia refletiu sobre o motivo pelo qual muitos referiam-se às rivalidades entre “europeus” e “brasileiros” naquela conjuntura. Observamos que essas rivalidades diziam respeito a identidades políticas e não a identidades nacionais; à medida que avançavam os debates dentro e fora das Cortes, inclusive, tais identidades políticas ganhavam novos contornos, conteúdos e acirramentos. Conforme observou Thomas Wisiak sobre a oposição entre “portugueses” e “brasileiros”, referida antes da separação propriamente dita, “tratava-se ainda de um olhar muito mais voltado para o passado, para a questão colonial que permeava as relações entre as diferentes partes do Império, do que para o futuro”, para a construção nacional propriamente brasileira (Wisiak, 2001, p. 98). Vale destacar as observações de Maia sobre essas rivalidades, ligando-as a disputas por nomeações para cargos públicos e distribuição de mercês e distinções, elementos que remanesciam de uma tradição colonial:

Donde provém, pois, este ódio e rancor? Quais são os agravos que os Brasileiros têm de seus irmãos Europeus, residentes no Brasil? Se a Metrópole, no antigo sistema colonial, vexava com odiosos exclusivos os Habitantes do Brasil, que mal o sofriam igualmente os Europeus, aqui residentes. Há mais de 60 anos que a Metrópole não fazia distinção entre Europeus e Brasileiros para os mais eminentes Empregos do Estado [...] Depois que mudou a sede da Monarquia para o Rio de Janeiro, os Brasileiros são mais favoráveis de honras, e empregos do que os próprios Europeus, relativamente ao número dos pretendentes, que se apresentavam nas Secretarias (Semanário Cívico, 1822, n. 73, p. 1).

Sublinha-se que, como parte na luta política favorável à unidade do Império Português, Maia também exagerou em seus discursos e lançou certa “retórica da igualdade” entre portugueses da Europa e da América com o objetivo de apagar quaisquer diferenças ou divergências que pudessem, na Bahia, traduzir interesses contrários aos da maioria nas Cortes Portuguesas. Essas diferenças, entretanto, existiam entre os portugueses dos dois lados do Atlântico e expressavam significados políticos e práticos no dia a dia das pessoas. Cada vez mais, esses significados e argumentos políticos foram mobilizados durante os primeiros anos de 1820, dentro e fora da imprensa, para dar sentido às disputas de grupos radicados no interior de uma mesma província ou localidade. Apesar de muitas vezes capilarizadas, essas discussões possuíam ressonância com o que também era discutido para o conjunto da nação portuguesa e seu futuro.

Outro ponto interessante diz respeito à ideia de representatividade dos deputados, isto é, se eles estariam nas Cortes para representar os interesses da

província onde haviam sido eleitos ou se representariam a nação portuguesa de modo geral. Nesse sentido, Maia defendeu uma visão muito próxima à do militar Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, a favor de quem, inclusive, tomou partido quando este chegou “às vias de fato” com o cirurgião Cipriano Barata nas escadarias do Congresso de Lisboa, em 30 de abril de 1822.⁴ Eleito deputado às Cortes pela Bahia e natural da mesma província, Luís Paulino ocupou cargo público e tornou-se importante proprietário de engenhos. Em sessão do dia 18 de dezembro de 1821, uma interessante discussão foi travada entre Paulino e os colegas da mesma bancada, a saber: o proprietário Domingos Borges de Barros, o cirurgião Cipriano Barata e o padre Francisco Agostinho Gomes, todos naturais da Bahia.⁵ Na ocasião, Barata havia lido uma Indicação solicitando que tudo o que houvesse sido decidido referente ao Reino do Brasil durante a ausência dos deputados brasileiros fosse rediscutido e/ou modificado. Na Indicação também se previa que as discussões futuras que envolvessem o Reino ultramarino fossem adiadas até que todos os deputados “brasileiros” fossem empossados. A proposta foi duramente criticada e seu autor decidiu por retirá-la; Luís Paulino, no entanto, posicionou-se nessa questão em defesa da visão de que estavam ali para representar os interesses da nação portuguesa e não os de uma parte particular do Império Português. Opunha-se, assim, à Indicação proposta por seus colegas:

Eu como brasileiro, como baiano, e como português daquela parte do Reino Unido, devo também atalhar a questão, para que não avance mais por um só momento [...] Qual será o Português europeu, que não preze como seu bom irmão o Português da América? No mais, não pareça que pode haver sombra de desconfiança, continuemos fervorosamente os trabalhos para a nossa geral regeneração (Diário das Cortes..., [ca.1821-1822], p. 3.475).

No mesmo sentido de Luís Paulino, Maia fez uma crítica pontual ao periódico *Idade d'Ouro do Brasil*, com o qual, diga-se de passagem, tinha marcante alinhamento político. Em 17 de janeiro de 1822, Maia criticou a *Idade d'Ouro do Brasil* por ter supostamente afirmado que o Reino do Brasil, como parte integrante do Império Português, não poderia deixar de ter seus interesses coletivos contemplados nas Cortes de Lisboa:

4. Opositores no âmbito das discussões nas Cortes de Lisboa, Luís Paulino e Cipriano Barata chegaram a se enfrentar fisicamente, fato que se tornou notícia em alguns periódicos da época. (Semanario Cívico, 1822, p. 2).

5. Para informações biográficas dos deputados da Bahia eleitos para as Cortes de Lisboa, conferir Bulcão Sobrinho, 1955.

O Brasil, parte integrante do Império Lusitano, não pode deixar de ser muito contemplado nas Cortes; a política destas não há de ser tão *pequena*, que, considerando que não podem estender a martelo o Reino de Portugal para o fazer grande, e ombrear com a França, Áustria, Rússia, Espanha, Inglaterra, deixem de cuidar no engrandecimento da parte, por onde pode *crescer*, e aonde *têm o manancial* das riquezas.⁶

Maia respondeu que “os deputados em Cortes não são deputados desta ou daquela província” e sim da nação portuguesa, e que “as Cortes devem contemplar a prosperidade geral da Nação, e não esta ou aquela parte, com preferência ou à custa das outras”. Além disso, disse também que “uma nação não se estende a martelo”, mas “pelo valor de suas armas, e pelo gênio, e luzes de seus habitantes”, enfatizando que “quem diz Portugal, deve entender, Portugal, Brasil, Algarves, as Ilhas adjacentes, África, Ásia, como partes integrantes de que se compõe toda a Nação Portuguesa” (Semanário Cívico, 1827, n. 47, p. 4).

Em 13 de novembro de 1822, o redator citou alguns deputados pela Bahia, a saber, Francisco Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Lino Coutinho, afirmando que compunham um “partido democrático” nas Cortes de Lisboa, lembrando ainda que, no passado, os dois últimos estiveram envolvidos na revolução pernambucana de 1817. Estes deputados, na sessão do dia 11 de setembro de 1822, assinaram a Indicação alegando que a maior parte da Bahia não estava mais unida a Portugal e, portanto, solicitavam licenças para se retirarem do Congresso (Diário das Cortes..., [ca.1821-1822], n. 173, p. 411). Para Maia, essa atitude demonstrava que aquele grupo de deputados baianos, do qual se apartara Luís Paulino, já estaria associado ao “sistema do Rio de Janeiro” e a dom Pedro (Semanário Cívico, 1822, n. 89, f. 1). Não só esses deputados contribuíram para a adoção do “sistema do Rio de Janeiro” na Bahia, segundo o redator, visto que Marcos de Noronha e Britto, o conde dos Arcos – a partir de Portugal – e o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes – a partir de Londres – atuaram ativamente para viabilizar o alinhamento da Bahia ao Rio de Janeiro. Ao contrário do grupo de Cipriano Barata, que se posicionara, segundo Maia, como defensor do “partido democrático”, o conde dos Arcos e Brant buscaram o apoio de proprietários na Bahia, exaltando as “cabeças dos aristocratas baianos, que todos contavam já serem titulares, e membros da Câmara Alta do nascente Império Brasília”. A ação planejada para convencer tais proprietários a aderirem ao centro de poder no Rio de Janeiro foi denominada, por Silva

6. Segundo Silva Maia, essa passagem encontra-se no número 4 da *Idade d'Ouro do Brasil* do ano de 1822; ele, contudo, pode ter se equivocado na referência, pois não encontramos esse excerto no citado periódico. De toda forma, pareceu-nos válida apresentar a análise e seu conteúdo (Semanário Cívico, p. 4).

Maia, como ação do “partido felisbertino”, buscando preservar a monarquia centralizada na figura de dom Pedro (Semanário Cívico, 1822, n. 89, p. 1).

As negociações se multiplicavam no sentido de empregar o “sistema do Rio de Janeiro” na Bahia, segundo Joaquim Maia. Em novembro de 1822, o redator chegou à conclusão de que os partidos “democrático” e “felisbertino” teriam pactuado para atuar com o mesmo objetivo, ignorando suas evidentes divergências. Em suas palavras, o “partido democrático”, representado por Barata, decidiu “a declarar-se também a favor do Príncipe, a quem eles mortalmente aborrecem”, pois “por enquanto, convinha aparentemente unirem-se os dois partidos para fazerem a cisão com Portugal, enganando-se deste modo mutuamente” (Semanário Cívico, 1822, n. 89, p. 2).

Para Maia, esses partidistas que decidiram apoiar d. Pedro e o “sistema do Rio de Janeiro” nas Cortes tornaram público, através de inúmeras correspondências à Bahia, a ideia de que “toda a Província está de fato aderida ao sistema do Rio de Janeiro; e se a Cidade ainda não fez o mesmo, é porque está dominada pela força” liderada por Madeira de Mello e o exército europeu. Para Silva Maia, esse mesmo argumento deveria ser retorquido: e invertendo sua lógica alegou que, na verdade, “toda a Província quis, e quer, a união a Portugal, como solenemente jurou; se fez o contrário foi obrigada pela força, como aconteceu à Cachoeira” pelos levantes liderados por Freitas Guimarães. Maia também acusou que “a guerra civil se nela estabelecera, devemos este benefício aos nossos Deputados, esperamos que eles tenham o prêmio merecido” (Semanário Cívico, 1822, n. 89, p. 2). Com essas discussões evidencia-se que, longe de haver homogeneidade na bancada baiana, houve muitas dissensões entre os eleitos.⁷ A Constituição Portuguesa foi promulgada em 30 de setembro de 1822 e os deputados pela Bahia que a assinaram foram: Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco; Domingos Borges de Barros; José Lino Coutinho; Luís Paulino de Oliveira Pinto da França; Marcos Antônio de Souza e Pedro Rodrigues Bandeira. Recusaram-se a assiná-la: Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes (Bulcão Sobrinho, 1995).

Por fim, é importante frisar que as dissensões no final de 1822 não acometeram somente a Bahia. Em 19 de dezembro de 1822, o redator do *Semanário Cívico* anexou a seu jornal uma carta anônima enviada do Rio de Janeiro em que noticiava as agitações na capital fluminense e em Minas Gerais. A carta mencionava as perseguições realizadas por José Bonifácio e d. Pedro contra o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, no Rio de Janeiro, e afirmava que pesavam sobre os membros do grupo as acusações de serem “republicanos”.

7. Segundo Thomas Wisiak: “Cipriano José Barata, Domingos Borges de Barros, José Lino Coutinho e Luís Paulino de Oliveira Pinto da França foram os deputados que se colocaram publicamente com mais frequência, seguidos então por Marcos Antônio de Sousa, e Pedro Rodrigues Bandeira, este último pronunciando-se raramente” (Wisiak, 2001, p. 102).

Para o autor da carta, contudo, essas acusações eram apenas um pretexto para persegui-los, visto que Ledo e seus correligionários tinham tentado limitar o poder de d. Pedro. Tamanha perseguição fez com que muitos, inclusive Maia, passassem a considerá-lo como um “déspota” e “absolutista”. O autor da carta dizia o seguinte:

Estão presos o [Luís Pereira da] Nóbrega, Ministro da Guerra, e Manoel dos Santos Portugal; José Clemente [Pereira], Presidente da Câmara, e o [Joaquim Gonçalves] Ledo, eleito Deputado e Procurador do Povo desta Cidade, fugiram, este último foi riscado, daqueles dois Cargos; o Padre [João Antonio de] Lessa, e o Padre Januário [da Cunha Barbosa] estão ocultos, e tem-se feito grandes diligências para os prender; outros muitos são implicados neste negócio; inclusive o [João Soares] Lisboa, Redator do Correio, que fugiu para Buenos Aires; tem feito espalhar, entre o Povo, que estes homens são perseguidos por serem Chefes do partido Republicano, mas é uma referida mentira, eu lhes vou dizer o motivo: houve um grande Conselho d’Estado; José Bonifácio, e os do seu partido, sustentaram que o Imperador devia ter *veto* absoluto [...] O Ledo, e os seus sequazes sustentavam o contrário, que queria uma Monarquia mista, com governo liberal, e que não consentiriam jamais que tornassem ao antigo despotismo; e fez um Protesto contra o *veto* absoluto, em nome do Povo de que ele era Deputado e Procurador. Eis-aqui a origem da intriga: foi então necessário dar-lhe a cor, que eles eram Chefes de um partido Republicano, para, por este meio, os perseguirem, e prenderem. Creio, meu amigo, que até janeiro, isto leva volta para sustentar-se na cela, mormente quando agora nos consta que Minas não quer reconhecer o despotismo Imperial; o mais é que ele conta ser eleito Condestável! O mar está levantado, a nau do Estado podre, a tripulação desacorçoada, e o piloto é teimoso, e temerário: o resultado será naufragar (Semanário Cívico, 1822, n. 94, p. 4).

Derrotado pelas circunstâncias da luta política na Bahia, especialmente quando à adesão da província ao centro de poder no Rio de Janeiro e quanto à separação de Portugal, em 2 de julho de 1823, Maia se transferiu na companhia da esquadra portuguesa para o Maranhão, onde permaneceu por alguns meses. Em novembro do mesmo ano, embarcou junto de sua família com destino ao Porto, onde chegou em 1º de janeiro de 1824.

As interpretações de Silva Maia sobre o processo de Independência do Brasil são pouco conhecidas e quase não foram divulgadas pela historiografia. Diante dessa escassa divulgação, procuramos observar o acentuado contraste entre os argumentos lançados por José da Silva Lisboa acerca da “recolonização” e os de Silva Maia, entre 1821 e 1823, pela unidade do Império Português. Apresentar e analisar o contraste entre essas duas interpretações nos permitiu elencar três pontos importantes. O primeiro deles é o de que a ideia de separação propriamente dita não figurou na Bahia como um elemento definidor para as

disputas que aconteceram nos anos de 1821 a 1822. *O Constitucional* da Bahia, por exemplo, periódico redigido por Francisco José de Almeida Corte Real e Francisco Gomes Brandão Montezuma, que apoiava a regência de dom Pedro no Rio de Janeiro, em nenhum momento chegou a veicular posição contrária à unidade do Império Português, lembrando que sua duração foi até 21 de agosto de 1822. O segundo ponto importante a ser considerado é que houve exageros de outra parte, como quando Joaquim Maia defendeu que os “sentimentos” de “igualdade” entre portugueses dos dois lados do Atlântico eram evidentes, numa tentativa de apagar qualquer dessemelhança que fizesse com que os habitantes do Reino do Brasil se opusessem às Cortes de Lisboa. Essas duas perspectivas estiveram na base dos argumentos políticos em periódicos na Bahia.

Tanto a ideia de “união” quanto a de “separação” fizeram parte dos discursos construídos politicamente durante a década de 1820 e não devem ser analisadas fora do contexto histórico do qual fizeram parte, evitando-se, assim, o anacronismo. Decorre disso o terceiro ponto a ser enfatizado, o de que a questão da capital do Império Português, apesar de ter sido relevante, não deve ser analisada como elemento subordinador de todas as ações e disputas políticas na província da Bahia. Ali foram construídas diferentes percepções e negociações, muitas vezes contraditórias, com base nos interesses locais e provinciais do momento. As intensas transformações decorrentes da década de 1820 foram responsáveis pela abertura de espaços de negociações que, para além de indicar somente a importância em torno da capital (Rio de Janeiro e/ou Lisboa), indicou também a relevância de cada província e localidade para, posteriormente, tornar viável o projeto de separação do Brasil de Portugal.

Referências

- ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)*. 231 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve e comp., 1837. Biblioteca Guita e José Mindlin, USP.
- BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 791-808.
- BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araújo de Aragão. *A Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa de 1821*. Salvador: Centro de Estudos Baianos: UFBA, 1955.
- CAIRÚ, José da Silva Lisboa. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil dedicada ao senhor D. Pedro I. Por José da Silva Lisboa...*: Parte X. Secção III. Rio

de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826-1830. v. 1 a 3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or58737/or58737.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1821. *Parte I*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial*: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 356 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS do governo provisório da província de S. Paulo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso e vasto Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades*: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825). 358 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. A Cabala Maçônica do Brasil: o primeiro grande oriente brasileiro (Bahia e Pernambuco, 1802-1820). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife: n. 70, p. 73-136, 2017.

MATTOS, Renato de. *Política e negócios em São Paulo*: da abertura dos portos à Independência (1808-1822). 311 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 157-207.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo: Ed. Ícone, Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio no Rio de Janeiro em 1821. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MARSON, Izabel Andrade (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil*: 1780-1860. São Paulo: Edusp, 2013.

ROCHA, Antônio Penalves (org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

ROCHA, Antônio Penalves (org.). *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Tomo II. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1836.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia* [livro eletrônico]. Salvador: EdUFBA, 2005.

WISIAK, Thomas. *A 'nação partida ao meio'*: tendências políticas na Bahia na crise do Império Luso-brasileiro. 234 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 98.

Periódicos

DIÁRIO DAS CORTES GERAIS, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. 1821-1822.

DIÁRIO Constitucional [s.l.] Tipografia Viúva Serva & Carvalho, 1821-1822. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749648&pagfis=1>. Acesso em: 26 out. 2023.

O BRASILEIRO IMPARCIAL. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Diário, 1830-. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=702455>. Acesso em: 21 set. 2023.

RECLAMAÇÃO do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749397>. Acesso em: 21 set. 2023.

REVERBERO Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nacional, 1821-1822. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/reverbero-constitucional-fluminense/700223>. Acesso em: 21 set. 2023.

SEMANÁRIO cívico [O SEMANARIO Civico]. [s.l.]: Tipografia Viúva Serva & Carvalho, 1821-1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=702870>. Acesso em: 21 set. 2023.

Syphilis, sive morbus gallicus: resultados preliminares da tradução do *liber I*

Lucia Pestana da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ. Mestre em
Letras Clássicas e licenciada em Português-Latim pela UFRJ

Fábio Frohwein de Salles Moniz

Doutor em Literatura Brasileira e em Letras Clássicas pela UFRJ. Professor de Língua e
Literatura Latinas da Faculdade de Letras da UFRJ





Resumo

O presente artigo abordará os primeiros resultados do estudo e da tradução do livro I do poema *Syphilis sive morbus gallicus*, do médico e poeta Girolamo Fracastoro (1478-1553). Trataremos de leituras sobre os assuntos relacionados ao contexto histórico, ao gênero didascálico e à tradução. Por fim, apresentaremos breves trechos traduzidos da narrativa sobre a sífilis. Quanto à tradução, Peter Burke (2009) afirma que traduzir é um processo de descontextualização e recontextualização, que implica considerar um conflito existente entre culturas que nem sempre se pode resolver com estratégias verbais. Quanto ao gênero literário, Alessandro Perutelli (2010) diz que a forma didascálica se encontra ligada à função de comunicar um conteúdo científico. Parece-nos provável que o autor demonstre o gosto em escrever versos para divulgar informações de modo mais agradável do que seria um texto científico.

Palavras-chave: Syphilis. Fracastoro. Humanismo. Poesia didática.

Abstract

We will discuss the first results of the study and translation of book I of the poem *Syphilis sive morbus gallicus*, by the physician and poet Girolamo Fracastoro (1478-1553). We will deal with readings on subjects related to the historical context, the didascalic genre and translation. Finally, we will present brief excerpts translated from the narrative about syphilis. As for translation, Peter Burke (2009) states that translating is a process of decontextualization and recontextualization, which implies considering a persistent conflict between cultures that cannot always be resolved with verbal strategies. As for the literary genre, Alessandro Perutelli (2010) says that the didascalic form is linked to the function of communicating a scientific content. It seems likely to us that the author demonstrates a taste for writing verses to spread information more pleasantly than a scientific text would.

Keywords: Syphilis. Fracastoro. Humanism. Didactic poetry.



Abordaremos, neste texto, os primeiros resultados da pesquisa intitulada “*Syphilis, sive morbus gallicus*: uma proposta de tradução do livro I”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa consiste no estudo e tradução em prosa do livro I do poema *Syphilis, sive morbus gallicus* (SSMG),¹ do humanista, médico e poeta veronês Girolamo Fracastoro (1478-1553). Nossa proposta de pesquisa surgiu do contato com inúmeras obras em latim depositadas no Acervo de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional através do projeto de extensão “Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas”. A partir desse projeto, realizado por meio de um acordo de cooperação técnica, científica e cultural entre aquela instituição e a Faculdade de Letras da UFRJ, cresceu nosso interesse na tradução e estudo da referida obra.

Quanto à proposta de tradução para a pesquisa em questão, consideramos mencionar que é uma prática muito presente entre os classicistas, tanto para o aprendizado da língua e contato com os textos originais, quanto para a compreensão do latim como segunda língua com fins de comunicação universal. Para o último, citamos os exemplos de textos escritos até o século XVIII a fim de propagar, na maioria das vezes, descobertas e conhecimentos. Mesmo os antigos romanos usavam a tradução como recurso para uso e circulação de textos escritos originalmente em outros idiomas, a exemplo das obras em grego. Entre os primeiros tradutores latinos, *Lucius Livius Andronicus* (285?-204? a.C.) traduziu a *Odisseia*, de Homero, para o latim, possibilitando o contato direto dos romanos com um texto literário grego (Cardoso, 2011, p. 8).

Contudo, traduzir um poema para o latim apresenta dificuldades que qualquer tradutor pode encontrar. A principal delas deriva da crença em se poder transmitir com fidelidade na língua de chegada o que o autor expressou na língua de partida. No entender de Paulo Vasconcellos: “A fidelidade ao sentido, por vezes, parece supor ingenuamente que haja correspondências exatas entre uma língua e outra, como se fosse possível abolir as peculiaridades de cada língua, sua diversidade intrínseca” (Vasconcellos, 2011, p. 72).

Nem sempre uma palavra de uma língua terá uma palavra correspondente em outra língua, ou mesmo os sentidos culturais, cômicos etc. Dessa forma, compreendemos que o conhecimento estrutural e do léxico de ambas as línguas não é suficiente para a transmissão de sentidos. Devemos recorrer a estratégias de tradução que melhor representem o texto original e que façam sentido no português, nosso caso. A respeito disso, Peter Burke (2009) prefere operar com o conceito de tradução cultural, que “deve ser considerada menos uma solução definitiva para um problema do que um caótico meio-termo, envolvendo perdas ou renúncias e deixando o caminho aberto para uma negociação” (Burke,

1. “Sífilis, ou a doença francesa”.

2009, p. 15). Ainda segundo Burke (2009, p. 16), “outra maneira de discutir a tradução cultural é falar de um duplo processo de descontextualização e recontextualização, que primeiro busca se apropriar de algo estranho e em seguida doméstico”.

De acordo com os pressupostos teóricos de nossa proposta de pesquisa, compreendemos que o processo de tradução implica, portanto, abrir mão de conceitos desnecessários e lançar mão de construções fundamentais para tornar a comunicação efetiva através do discurso. Como afirma Frederick Renner (*apud* Furlan, 2006), “o tradutor é um artesão que profissionalmente desmonta a estrutura original e a remonta em um terreno distinto” (2006, p. 18). Enfrentar esse processo tradutório exige demandas que atendam não apenas o estudo de conhecimentos linguísticos e culturais da língua do texto de origem, mas, também, da língua do texto a ser traduzido.

André Lefevere e Susan Bassnett (1990) proporcionam-nos uma importante discussão a respeito da tradução cultural de textos literários. Consoante esses teóricos, é fundamental não somente levar em consideração os aspectos culturais do texto a ser traduzido, mas também o fato de que esses aspectos serão retransmitidos para um grupo cultural distinto que receberá a tradução proposta. Os autores reforçam a característica híbrida do processo tradutório de (des)montar um texto: “‘Tradução’ é então, uma das muitas formas em que as obras literárias são ‘reescritas’, uma das muitas ‘reescritas’. Nos dias de hoje, essas ‘reescritas’ são tão influentes para garantir a sobrevivência de uma obra de literatura quanto os originais, os ‘próprios escritos’” (tradução nossa; grifos do autor).²

O autor do poema a ser traduzido foi o poeta e médico Girolamo Fracastoro, nascido no ano de 1478, em Verona. Segundo Geoffrey Eatough (1984), embora não tivesse vindo de família nobre, Fracastoro conquistou muitos amigos na nobreza veneziana³. Na universidade de Pádua, estudou matemática e medicina. Na mesma instituição, em 1501, foi nomeado professor de lógica e, posteriormente, em 1502, *conciliarius anatomicus*. No ano de 1505, entrou para o colégio de médicos em Verona.

Logo que a doença sífilis invadiu Verona, em 1510, Fracastoro retirou-se para a região do lago de Garda, terra natal do poeta clássico Catulo. O local serviu como refúgio tranquilo para os estudos e fonte de inspiração para o autor. Ainda exilado, Fracastoro manteve contato com seus amigos por cartas. Algumas tornaram-se públicas posteriormente, como as escritas a Andrea

2. ‘Translation’, then, is one of the many forms in which works of literature are ‘rewritten’, one of many ‘rewritings’. In our day and age, these ‘rewritings’ are at least as influential in ensuring the survival of a work of literature as the originals, the ‘writings’ themselves (Lefevere; Bassnett, 1990, p. 10).

3. Por um tempo, Verona foi protegida por Veneza, provavelmente, por isso, o autor Geoffrey considerou importante mencionar essa relação de Fracastoro com Veneza.

Navagero (1483-1529), poeta, botânico e historiador; Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), geógrafo e escritor; Pietro Bembo (1470-1547), escritor e cardeal; Marcantonio della Torre (1481-1511), professor de anatomia da universidade de Pádua; e Ludovico Ariosto (1474-1533), poeta.

No mesmo período em que Fracastoro se afastou para o lago de Garda, seu poema sobre a sífilis começou a ser rascunhado. De fato, a doença não era um assunto muito agradável para uma obra literária, mas, para o autor, qualquer temática podia ser aplicada a um poema, desde que bem trabalhada. Esse assunto será discutido no diálogo *Naugerius*, em que Fracastoro defende que a poesia didática é capaz de deleitar e instruir, quaisquer sejam os fatos. Em 1525, o autor enviou um manuscrito de *SSMG* a Pietro Bembo para análise crítica. Em carta, no mesmo ano, Bembo não critica o fato de que Fracastoro tenha abordado uma doença num poema didático. Pelo contrário, elogia o segundo livro do poema devido às influências de Virgílio e à beleza, em grande parte, das descrições de plantas e medicamentos (Eatough, 1984, p. 21).

Sobre poesia didática, Alessandro Perutelli (2010) afirma que a função didática da literatura não se limita a um determinado gênero literário, pois, encontrando-se presente em todos, isto é, não se circunscreve a uma forma e conteúdo específicos, mas a um determinado uso da literatura. Dessa forma, o caráter didático de uma obra literária, sobretudo a antiga, emana, antes de mais nada, da intenção do autor, que, por sua vez, pressupõe um público que colocará em prática as recomendações contidas no texto de sua autoria (Perutelli, 2010, p. 293, 326).

De certo, a poesia didática pode não ser muito valorizada ou utilizada nos dias de hoje como instrumento de transmissão de conhecimento. No entanto, como afirmam René Martin e Jacques Gaillard (1990), para os antigos, de fato, ela existiu e foi empregada amplamente ao longo de muitos séculos por escritores consagrados. Por outro lado, compreender que a poesia didática limita-se exclusivamente ao ensino é um equívoco, no entender de Martin e Gaillard, pois, assim como a poesia está a serviço da ciência, o poeta está a serviço da palavra e da maneira com que ela se apresenta. Sendo assim, a poesia didática caracteriza-se, em última instância, pelo comprometimento do poeta tanto com o conhecimento quanto com a forma poética em si.

Como médico, Fracastoro foi nomeado pelo papa Paulo III (1468-1549) para participar do Concílio de Trento (1543-1563). Estava preocupado com uma praga na região e, então, orientou que o Concílio fosse transferido para Bolonha. O autor faleceu em 1553 e, poucos anos depois, uma estátua foi erguida em Verona em sua homenagem. Grande parte de suas obras foi difundida graças a seus amigos, que contribuíram para que seus escritos, alguns deles inéditos, continuassem sendo publicados. Outros textos do poeta tornaram-se acessíveis muito depois, a partir de importantes trabalhos de pesquisa e edição

de manuscritos do poeta, a exemplo do professor Francesco Pellegrini na edição de *Scritti inediti*.⁴

As obras de Fracastoro começaram a ser impressas em 1530, em Verona, com a primeira edição do poema *Syphilis, sive morbus gallicus*. Logo, em 1531, uma nova impressão do poema veio à tona em Roma. A principal diferença entre ambas consiste na interpolação de dois versos no livro I, na segunda impressão. Ainda em vida, houve outras impressões do poema: 1536 (Basileia), 1543 (Paris) e Lyon (1547). A diferença entre essas impressões *in vita*, além dos dois versos acrescentados na de 1531, é basicamente referente à pontuação e pequenas variantes meramente gráficas, pois, de fato, percebem-se poucas intervenções do autor.

Ao longo dos anos, inúmeras reimpressões ocorreram. Contudo, poucas são as traduções de que tomamos conhecimento. As traduções francesas são as mais antigas e recorrentes. Em 1753, em Paris, Jacques-François Quillau traduziu e inseriu notas sobre o poema. Em 1796, também em Paris, Philippe Macquer e Jacques Lacombe imprimiram uma tradução francesa com notas. Já em 1863, em Madri, pela imprensa de José M. Ducazcai, Luis María Ramirez fez sua tradução e notas intitulada *La syphilis*. Na mais atual, em 1984, Geoffrey Eatough produziu, além da tradução para o inglês, uma introdução, notas ao texto original e ao traduzido, e um índice de palavras.

No ano de 1546, foi publicado *De contagio*, um tratado que Fracastoro escreveu sobre a sífilis em prosa. Eatough (1984) afirma que as informações contidas no tratado complementam *SSMG* e apresentam um autor, agora voltado para a medicina: “Fracastoro afirma, [na própria obra], duas vezes, que o poema não foi suficiente para abranger [os assuntos sobre a doença], sendo necessário omitir detalhes. Agora, ele quer falar como médico e não como poeta”⁵.

Das obras de Fracastoro, a mais famosa certamente é *SSMG*. O texto completo reúne três livros divididos em: *liber I*, 469 versos – conforme a impressão de 1531, pois as demais apresentam dois versos a menos, como explicamos anteriormente –; *liber II*, 458 versos; e *liber III*, 419 versos. O metro empregado foi o hexâmetro datílico. *SSMG* foi dedicado a Pietro Bembo, que se admirou com o poema e, como experiente latinista da academia literária de Aldo Manuzio (1449/1452-1515)⁶, aconselhou Fracastoro em diversos momentos da redação do poema.

No primeiro livro, a doença é descrita quanto a seus aspectos e sintomas. Nessa divisão inicial do poema, encontram-se referências ao papa Leão X (1475-1521), a quem Fracastoro dedicou o livro segundo, que aborda a

4. Girolamo Fracastoro, *Scritti Inediti*, ed. Fr. Pellegrini (Verona 1954), 25 ff. (Eatough, p. 8; 29).

5. Fracastoro twice states that the poem had not allowed him enough scope, so that he had been forced to omit details. He now wants to speak as a doctor rather than a poet (Eatough, 1984, p. 16).

6. Aldo Manuzio foi um humanista italiano que se dedicou a publicação de textos clássicos.

cura da doença e menciona o uso do mercúrio, elemento químico, para seu tratamento. Eatough (1984) explica que Leão X foi um amante da ciência e da literatura e admirador dos artistas. Além de ter fundado as cátedras de botânica e de medicina em Roma, também ajudou as vítimas da sífilis e compartilhava das avançadas ideias de Fracastoro, mas lamentavelmente não viveu tempo suficiente para ler a publicação do poema. O terceiro livro, por sua vez, alude às viagens de Colombo à América. Fracastoro elabora uma série de descrições acerca do Novo Mundo, inclusive relatando os usos da árvore guaiacum, considerada sagrada, que os indígenas empregavam para o tratamento de doenças. O mito é outro elemento muito presente no terceiro e último livro. Fracastoro não se utiliza de uma narrativa existente na mitologia greco-latina, prefere criar a história de Sífilo, pastor que recebeu do deus Apolo uma punição em forma de doença pestilenta. Sífilo representa, portanto, a origem da doença que devastou por anos a Itália do século XVI.

Muitos acreditavam que a sífilis tinha sido trazida da América para a Europa pela expedição de Cristóvão Colombo, em 1492, que, ao retornar à Itália, passou pela Espanha e pela França. Em seguida, a partir de 1494, com a invasão da Itália pela França do rei Carlos VIII (1470-1498), a doença se espalhou pela península. Essa teoria sempre foi muito contestada. Alguns afirmam que os próprios antigos romanos e também os medievos já haviam sofrido desse mal. No entanto, a sífilis era tratada como se fosse uma das doenças já existentes como a hanseníase e a lepra. Assim, a designação “doença francesa”, nome popular da sífilis, foi empregada também a outras doenças comuns à época. Essa confusão deu-se devido ao número limitado de conhecimento científico acerca das doenças existentes (Eatough, 1984, p. 11-15).

SSMG não apenas consiste numa grande obra neolatina com grande influência de autores clássicos como Virgílio, Lucrécio e Catulo, como também espelha os estudos e avanços científicos do autor e sua época. Trata-se de um poema mitológico que aborda a realidade da Itália no século XVI diante de uma doença fatal. O título do poema, *Syphilis*, será, alguns séculos depois, o nome científico da sífilis, adotado nos primeiros relatos científicos da doença. Ainda no título, o autor faz menção ao nome popular dado à doença entre os italianos, insinuando os difusores da peste, denominada até então como *morbis gallicus*, isto é, doença francesa. Evidentemente, nenhum povo quis assumir a responsabilidade pela disseminação de uma doença tão funesta. Por isso, em outros lugares onde a enfermidade se manifestou era chamada de “doença italiana”, “doença alemã”, “doença espanhola”, e assim por diante.

Quanto ao contexto histórico do autor, trata-se do Renascimento, uma relevante fase da história cultural que se iniciou no século XIV e se prolongou

até o século XVI na Itália.⁷ Suas características começaram a surgir ainda no período medieval quando se iniciaram as inquietações do homem devido a mudanças no panorama político-social que o levaram a pensar em si como indivíduo. Considerado um novo momento histórico-cultural, o Renascimento foi de grande importância para a Europa.

Para Jacob Burckhardt (2009), primeiro grande historiador que tratou do Renascimento italiano, foi a partir da Renascença que o homem começou a despertar o olhar para descobrir-se individualmente. Naquela época, houve um aumento de interesse por tudo que dissesse respeito à essência humana. Ao mesmo tempo, verificou-se o avanço das ciências, o que acarretou o desenvolvimento das navegações, o deslocamento do homem pelos continentes e a produção de novos saberes.

O homem não importava apenas enquanto objeto de estudo e de reflexão, mas como agente de produção e transmissão de conhecimento, por meio das artes, letras e ciências. Para Burckhardt, essa ênfase no elemento humano desdobrou-se de uma nova maneira de pensar. O homem passou a ser visto como indivíduo em consequência de uma vida política insatisfatória que frustrava o cidadão e levava-o a preferir a vida privada à pública: “No seio da generalizada impotência política, por certo vicejaram com maior força e multiplicidade as mais diversas tendências e anseios da vida privada” (Burckhardt, 2009, p. 147).⁸

Uma prática dos intelectuais renascentistas era buscar, nas obras de autores da Antiguidade, respostas para as necessidades atuais da época. Burckhardt chama a atenção para o fato de que, mesmo que os humanistas renascentistas buscassem tais respostas nos antigos, existia uma visão objetiva de olhar o mundo atual, já que não tinham como objetivo comparar-se a nenhum outro povo.

O homem da Renascença italiana redescobriu o mundo clássico, e o latim passou a ser a língua franca da elite. Dessa forma, o conhecimento revelado nos escritos antigos não podia ser alcançado por muitos, e nem todos os homens puderam usufruir dos ideais do Humanismo renascentista, que se caracterizava, entre outras coisas, pela retomada dos clássicos. Eugenio Garin (2004) observou que esse resgate não configurou um retrocesso histórico, mas uma busca por respostas a questões modernas em obras de autores gregos e latinos canônicos. Decerto, isso foi uma maneira de renovar algumas ideias que ainda circulavam na época, oriundas da Idade Média, que, na visão renascentista não correspondiam à realidade. Dessa forma, a obsessão dos humanistas por desbravar códices de obras antigas em bibliotecas e arquivos simbolizou a inquietação da época e a necessidade de se obterem respostas às indagações que surgiam. Com isso,

7. Jacob Burckhardt (2009) define o Renascimento como uma fase histórico-cultural da Itália que foi do século XIV até o século XVI. No entanto, é difícil uniformizar balizas históricas do Renascimento ocorrido em outras regiões da Europa.

8. Burckhardt, 2009, p. 147.

redescobriu-se, entre outros assuntos, a arte da poesia e sua importante função didática no passado. No Renascimento italiano, a poesia didática ganhou força ao unir-se à ciência, deixando o poeta renascentista, hábil na poesia e na ciência, à vontade para manifestar suas descobertas e seu intelecto.

A seguir, abordaremos mais profundamente os assuntos relacionados ao primeiro livro de *SSMG* por se tratar do *corpus* deste trabalho. Logo nos primeiros versos, Fracastoro apresenta a proposição do poema, isto é, seu assunto central – as causas de uma doença que invadiu as regiões da Itália por meio das invasões francesas:

Quais variadas circunstâncias das coisas, quais princípios teriam ocasionado a inusitada doença nunca vista por ninguém ao longo dos séculos, doença que, em nosso tempo, encolerizou-se por toda a Europa e por algumas cidades da Ásia e da Líbia? Na verdade, essa doença invadiu o Lácio por meio das guerras francesas e recebeu o nome desse povo. Além disso, qual a cura, quais recursos descobriram o uso e a grande habilidade dos homens em momentos difíceis; os auxílios dos deuses aconselhados e os benefícios do céu concedidos?⁹

Conforme Eatough (1984), para Fracastoro a definição de contágio, condição de reprodução da doença, estava associada ao intermédio dos *semina*, criaturas com vida própria e capazes de gerar. Podiam agir pelo contato direto ou por intermédio de alguma matéria ou pelo ar. Mesmo que o autor acreditasse que, talvez de início, alguns se infectaram sem o contágio, na maioria das vezes, aceitou o contato direto como forma de contágio. Assim como no poema, o tratado também aborda essas definições e características da doença, incluindo o estado de ânimo dos infectados e os estágios da doença.

As musas também são figuras presentes na obra desde o início. Assim como na tradição antiga, elas são tratadas no poema em tela como as inspiradoras dos poetas e da poesia:

A partir de agora, começarei a cantar e investigar, longamente, as secretas causas [dessa doença], através do ar líquido e dos astros do Olimpo, visto que os plácidos jardins da Natureza e as Camenas, amantes do admirável, convidam-me com suaves flores, a mim comovido pelo doce amor da novidade.¹⁰

9. *Qvi casus rerum varij, quae semina morbum/ Insuetum, nec longa vlli per secula visum/ Attulerint: nostra qui tempestate per omnem/ Europam, partimque Asiae, Libyaeque per vrbes/ Saevijt: in Latium vero per tristia bella/ Gallorum irrupit, nomenque a gente recepit:/ Nec non et quae cura, et opis quid comperit vsus,/ Magnaque in angustis hominum solertia rebus,/ Et monstrata deum auxilia, et data munera coeli* (v. 1-9).

10. *Hinc canere, et longe secretas quaerere causas/ Aera per liquidum et vasti per sydera Olympi/ Incipiam, dulci quando novitatis amore/ Correptum, placidi naturae suauibus horti/ Floribus inuitant, et amantes mira Camoenae* (v. 10-14).

Logo em seguida, o eu poético menciona Pietro Bembo e Leão X, duas personalidades importantes para a época:

Oh Bembo, ilustre ornato da Ausônia! Se, por acaso, Leão permite que tu te ausentes por pouco tempo de grandes decisões e de um alto volume de assuntos, com que [ele] sustém todo o orbe; e favorece que tu te retires um pouco junto às doces Musas, não desprezes nossas tentativas e labor médico, o que quer que isto seja.¹¹

O eu poético também se utiliza, inicialmente, do elemento divino representado pela figura de Apolo. Argumenta que, por se interessar por assuntos mais simples, talvez o deus aprecie o poema, não obstante sua simplicidade: “Outrora, o deus Apolo julgou dignas estas coisas, e também seu deleite, frequentemente, reside em coisas simples”.¹²

O poema envereda numa mistura entre realidade e mitologia. O eu poético arrola fatos históricos, como a invasão francesa à Itália no final do século XV e as navegações que propiciaram um comércio cada vez mais extenso, e referências mitológicas, como a interferência das ações dos deuses sobre os homens e as influências dos astros sobre o orbe. Além disso, o eu poético fala da interferência dos deuses nos movimentos dos astros, cuja posição, para Fracastoro, causaria mudanças nos elementos da Terra. Quanto à sífilis, primeiramente, acreditava-se que era causada pelas impurezas do ar.

Em seguida, o eu poético narra as características da doença, seus sintomas e aspectos visuais causados no corpo. Só então, apresenta uma suposição oriunda da vontade dos deuses para justificar o mal e, finalmente, conta como a Itália sofreu com a disseminação da peste a partir de um jovem que esnobou o amor de uma mulher:

Eu mesmo me lembro [...] de ter visto um insigne jovem – não existiu outro mais glorioso, nem mais afortunado do que ele em toda Ausônia. [...] Todas as deusas do Ólio e as jovens do Erídano o desejaram, as deusas dos bosques e as jovens do campo, todas suspiraram por desejados himeneus. Talvez, alguma rejeitada, não sem motivo, não apenas invocou os vingadores súperos, mas também comoveu os numes sagrados com votos. De fato, ao jovem, que muito confiava em suas condições e que nada temia a ele, um desafortunado, atacou tamanha peste, cuja crueldade nunca foi superada por outra em lugar algum e nunca será vista em outras épocas. Pouco a pouco, aquela bela primavera, aquela flor da juventude e aquela força de ânimo pereceram; então uma putrefação esqualida cobriu-lhe os

11. *Bembe decus clarum Ausoniae, si forte vacare/ Consultis Leo te a magnis paulisper, et alta/ Rerum mole sinit, totum qua sustinet orbem:/ Et iuuat ad dulces paulum secedere Musas:/ Ne nostros contemne orsus, medicumque laborem/ Quicquid id est* (v. 15-20).

12. *Deus haec quondam dignatus Apollo est:/ Et paruis quoque rebus inest sua saepe voluptas* (v. 20-21).

miseros membros (coisa horrível!), e os ossos inchavam, profundamente grandes, devido a horríveis abscessos.¹³

O poema finaliza lamentando as tragédias que atingiram a Itália a partir da invasão francesa, mencionando, inclusive, a morte de Marco Antonio della Torre (1481-1511), professor de anatomia nas universidades de Pádua e Pavia e contemporâneo de Fracastoro, ocasionada pela peste em 1511.

Acaso ainda, como se nenhuma crueldade nos impelisse, nem existissem lágrimas e prantos, acaso, entre tantas durezas, a esperança do Lácio, aquela esperança não só dos estudos bem como de Palas morreu. Testemunhamos tu, infeliz Marco Antonio, retirado dos doces braços das musas antes do dia do funesto funeral, caindo sob a primeira flor da idade, colocado na extrema margem benaca, que o Sarca, ressoando entre as pedras centrais, o fez desaparecer com a onda. As margens do Átesis choraram-te: sombras ouvidas através da noite e os manes de Catulo chamavam-te e deleitavam os bosques pátrios com novos sons agradáveis. Naquela época, o rei francês revolia a rica Ausônia com a guerra e oprimia a Ligúria com sua autoridade. Em outra parte, o rei dominava com ferro e com fogo os eugâneos, o plácido Sile e a rebelde Carnia, o Lácio todo de luto, e a tristeza dominava.¹⁴

Parece-nos provável que o autor, ao empregar linguagem poética para um tema científico, demonstra o gosto por escrever versos fazendo circular, didaticamente, informações mais agradáveis do que seria a leitura de um tratado científico. A partir dessa premissa, apesar de não se tratar de uma tradução em versos, disponibilizamos, neste texto, breves trechos já traduzidos e buscamos responder algumas questões pertinentes à pesquisa em relação à poética de Fracastoro e ao contexto histórico do autor.

13. *Ipse ego memini [...] Vidisse insignem iuuenem, quo clarius alter! Non fuit, Ausonia nec fortunatior omni:/ [...] Illum omnes Ollicque Deae, Eridanique puellae,/ Optarunt, nemorumque Deae, rurisque puellae,/ Omnes optatos suspirauere hymenaeos./ Forsan et ultores superos neglecta vocauit/ Non nequicquam aliqua, et votis pia numina mouit:/ Nam nimium fidentem animis, nec tanta timentem/ Inuasit miserum labes, qua saeuior vsquam/ Nulla fuit, nulla vnquam alijs spectabitur annis./ Paulatim ver id nitidum, flos ille iuuentae/ Disperijt vis illa animi: tum squallida tabes/ Artus (horrendum) miseros obduxit, et alte/ Grandia turgebant foedis abscessibus ossa (v. 382-404).*

14. *En etiam, ceu nos agerent crudelia nulla,/ Nec lachrymae, planctusque forent, en dura tot inter/ Spes Latij, spes et studiorum, et Palladis illa/ Occidit: ereptum Musarum e dulcibus vlnis/ Te miserum ante diem crudeli funere Marcel/ Antoni, aetatis primo sub flore cadentem/ Vidimus extrema positum Benacide ripa/ Quam media inter saxa sonans Sarca abluit vnda./ Te ripae fleuere Athesis, te voce vocare/ Audita per noctem umbrae, manesque Catulli,/ Et patrios mulcere noua dulcedine lucos./ Tempestate illa Ausoniam rex Gallus opimam/ Verteabat bello, et Ligurem ditione premebat./ Parte alia Caesar ferro superabat et Igni/ Euganeos, placidumque Silim, Carnumque rebellem/ Et totum luctus Latium, moeror tenebat (v. 452-467).*

Referências

- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia. *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.
- CARDOSO, Zelia de Almeida. *A literatura latina*. 3. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- EATOUGH, Geoffrey. *Fracastoro's Syphilis*. Liverpool: Francis Cairns, 1984.
- FRACASTORO, Hieronymo. *Hieronymi Fracastorii Syphilis, sive morbus gallicus*. Verona, 1530.
- FURLAN, Mauri (org.). *Clássicos da teoria da tradução: Renascimento*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- GARIN, Eugenio. Interpretations of the Renaissance. In: BLOOM, Harold. *Bloom's Period Studies; The Italian Renaissance*. United States of American: Chelsea House, 2004.
- LEFEVERE, André; BASSNETT, Susan. Introduction: Proust's Grandmother and the Thousand and one Translation Studies. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Translation, History and Culture*. London: Pinter, 1990.
- MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les Genres Littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.
- PERUTELLI, Alessandro. O texto como professor. In: CAVALLLO, Guglielmo; FEDELI, Paolo; GIARDINA, Andrea. *O espaço literário da Roma antiga*. Tradução Daniel Peluci Carrara e Fernanda Messeder Moura. Belo Horizonte: Tessitura, 2010. p. 293-327.
- VASCONCELLOS, Paulo Sérgio de. A tradução poética e os estudos clássicos no Brasil de hoje: algumas considerações. *Scientia Tradutionis*, n. 10, 2011.

A lanterna de um novo império: estratégias de reconstrução da Real Biblioteca (1755-1777)

Ana Cristina Campos Rodrigues

Técnica em Documentação (Casa da Leitura/Fundação Biblioteca Nacional)
e doutoranda em História Social (PPGH/UFF)





Resumo

A Livraria Régia portuguesa foi reconstruída após o terremoto acontecido em Lisboa em 1755, pela necessidade de se expor o poder régio em uma coleção monumental de conhecimento. Dessa reconstrução, surgiu a coleção Real Biblioteca, origem do atual acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A formação dessa grande coleção foi feita pela aquisição de outras coleções de acordo com o surgimento de possibilidades, não seguindo um padrão. No atual momento, o foco está no levantamento dos livros deixados por William Dugood à Real Biblioteca, na análise da procedência e a origem dos mesmos, além de contextualizar a biografia do ourives.

Palavras-chave: Real Biblioteca. William Dugood. Biblioteca Nacional. Espionagem.

Abstract

The portuguese Livraria Régia was reconstructed after the 1755's earthquake, because of the royal power necessity for showing its strength in a monumental collection of knowledge. The Real Biblioteca collection, origin of today's Biblioteca Nacional, was born from this reconstruction, including the acquisition of other private collections, with no predefined pattern. At the present moment, the research is focused on William Dugood's collection, analyzing its works in regard to his biography.

Keywords: Real Biblioteca. William Dugood. Biblioteca Nacional. Espionage.



Uma biblioteca nascida nas cinzas de outra biblioteca

A destruição do Palácio Real da Ajuda no Terremoto de 1755, levando consigo a biblioteca arduamente montada há gerações, ultrapassando dinastias, arranca da capital um dos seus símbolos. O hábito de juntar livros em uma coleção pessoal do rei remonta à Idade Média em Portugal, sendo seguido com mais ou menos intensidade pelos reis finais da dinastia de Avis e pelos Bragança. Os Habsburgos espanhóis, que controlaram Portugal de 1580 a 1640, também, tinham esse hábito, mas juntavam os livros em sua corte espanhola, inclusive acrescentando volumes da coleção portuguesa, o que causava certa espécie em seus súditos lusitanos.

Assim, por sucessivas gerações, a Real Livraria foi ganhando volumes e mais volumes, tomos com textos sacros, memórias régias, crônicas de corte, livros de horas, relatos de viagem, acompanhando não só o gosto pessoal e as inclinações dos monarcas, mas também a evolução e o progresso tanto das artes livrescas quanto das necessidades reais. Por uma daquelas tristes coincidências dos fados, a Real Livraria tinha passado por uma grande reforma no reinado de dom João V. Falecido em 1750, o monarca ficou conhecido por ter aplicado uma política de aquisição e requisição de volumes, além de ter empreendido uma reforma física e estrutural do prédio – mesmo que a sua própria cultura pessoal seja um assunto controverso nos relatos tanto dos seus contemporâneos quanto dos nossos (Schwartz, 2002).

Independentemente da sua propensão intelectual, porém, o rei era um homem do seu tempo e do seu mundo. Um tempo em que o livro e o conhecimento têm grande significado, principalmente nas monarquias “papeleiras” da península Ibérica e de surgimento de bibliotecas, academias e coleções. Um mundo que via nos livros pontes possíveis entre tempos e espaços diferentes, reunindo-os e colocando-os à disposição de quem os possuía, ganhando ainda mais força quando juntos. Nessa civilização da escrita, rodear-se desses objetos era uma forma de se representar, consolidar e legitimar o poder. Inclusive o régio (Bouza Alvarez, 2001).

Em um período de relativa tranquilidade após os tempos conturbados do domínio espanhol sobre Portugal e da restauração de uma monarquia portuguesa, coube a dom João V restabelecer as fundações dinásticas. A Livraria foi um dos seus projetos, tendo empregado emissários e embaixadores, adquirido coleções, até torná-la uma das maiores bibliotecas da História (Almeida, 1991).

E dela pouco sobrou. Papel e pergaminho são, de forma geral, materiais com boa durabilidade se mantidos em boas condições. Há, porém, um inimigo mortal que, até hoje no século XXI, tira o sono de muitos bibliófilos e bibliotecários: o fogo. Nos incêndios sucessivos que alastraram Lisboa após aquele 1º de novembro, o que resistiu ao terremoto da herança de tantos reis foi consumido pelas chamas.

A demonstração e exibição de conhecimento e cultura eram marcas de nobreza. Por mais que a imprensa tenha popularizado mais a produção bibliográfica, ainda era um processo caro e lento, assim como a distribuição dos volumes. Livros eram também raros, pois as tiragens eram pequenas, quando não eram exemplares ainda copiados, únicos e raros. Perder uma biblioteca como a da Real Livraria era perder parte da nobreza da própria instituição régia. E depois de tanta ênfase posta pelo monarca anterior, criou-se um fantasma, uma visão idílica de uma biblioteca memorável.

Era então preciso reconstruí-la. Não só o prédio, embora este também. Acima de tudo, era necessário refazer a coleção, voltar a ter um acúmulo de conhecimento e cultura dignos do Império que se sediava em Lisboa. Mesmo que dom José I não tivesse herdado a febre do pai pelos livros, ele estava inequivocamente cercado de pessoas que percebiam a importância de se retomar essa trajetória. Manuel da Maia (1755), guardião-mor da Torre do Tombo e engenheiro, já apontou isso, inclusive acrescentando a necessidade de atender ao público. Os arquivos, porém, possuíam seus próprios incêndios a serem apagados e contornados, atividade que consumiu o tempo do dedicado arquivista, e o ressurgimento de uma biblioteca na corte precisou ser encaminhado por outros (Baião, 1942). O projeto teve prosseguimento em ritmo irregular, levado por entusiastas como Frei Manuel do Cenáculo e Rodrigo de Sousa Coutinho, mas sem dúvida liderado pelo próprio conde de Oeiras.

A reconstrução dessa livraria e seu renascimento como Real Biblioteca são o tema do meu projeto de doutorado. Mais do que a reconstrução do prédio, o meu interesse foi aguçado pela questão da reformulação do acervo. Como não se conseguiu encontrar nas fontes uma diretriz única para aquisição de exemplares, partiu-se para tentar entender essas estratégias de acordo com cada uma das coleções adquiridas. Uma das maiores, a do abade Diogo Barbosa Machado, foi estudada nos últimos anos por Rodrigo Bentes Monteiro que, além de fazer um levantamento aprofundado das obras doadas pelo religioso, também verificou que o processo dessa doação passou pelas relações do abade com o frei Manuel Cenáculo, intermediário dessa negociação. Além dessa, foram compradas as coleções do conde do Redondo, vendida por sua viúva, a de Nicolau Francisco Xavier da Silva, a de José Freire Monterroio e a do cardeal Mota e seu irmão, a do cardeal da Cunha, entre outras (Cunha, 2000; Schwartz, 2002).

A coleção de Guilherme Dugood aparece nos apontamentos da bibliotecária Lygia Cunha (2000) sobre o levantamento do acervo da coleção Real Biblioteca, em uma breve descrição, que destaca as estampas nela presentes. Foi a partir do comentário nesse artigo, indicando um sobrenome estrangeiro no meio de colecionadores portugueses, que surgiu o interesse em descobrir quem seria Guilherme Dugood e como sua coleção veio ter à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

O artista inglês, ourives contratado pela Corte portuguesa, viveu por vários anos em Lisboa e Roma e adaptou seu nome, William, para Guglielmo e também para Guilherme. Trabalhando especificamente com ourivesaria, desde o reinado de D. Pedro II, passando pelo de D. João V e finalmente o do rei D. José I (...) (Cunha, 2000).

As indicações no catálogo *online* da Biblioteca Nacional sobre a coleção relacionam uma coleção eclética de documentos: tratados de arquitetura e mecânica, vida de pintores, um mapa de Roma, vários conjuntos de estampas, inclusive um álbum manuscrito do século XVI. Quem seria esse William Dugood para ter um repertório de obras tão diverso assim em suas mãos?

William Dugood, ourives, cientista, espião e um mistério

Sua origem é incerta, não encontramos até o momento nenhuma indicação de data ou local de nascimento; mesmo que a bibliografia por vezes o cite como inglês, algumas fontes da época o colocam como escocês. É apontado como tendo “florescido” – ou seja, o momento em que se encontram evidências de seu trabalho – a partir de 1715 (Connell, 2009; 2010; Felismino; Lourenço, 2017). Era mais do que ourives e o próprio Dugood reivindicava estar em atividade muito antes.

Em 1766, William Dugood doou uma planta geométrica de Roma (e segundo Lygia Cunha, outros documentos) ao rei dom José I para que servisse de ornamento à Livraria que Vossa Majestade vem fazendo e, dignando-se de aceitá-la, não conforme o valor dela mas a sua intenção com que a ofereço me continuará também o favorável empenho de sua Real Proteção permitindo-me de viver e morrer debaixo dela (Dugood, [1764?]).

Nessa carta, Dugood ([1764?]) ressaltou seus anos de bons serviços prestados à Coroa portuguesa; segundo ele, passou assim 60 anos, “desde o reinado de D. Pedro, avô de Vossa Majestade, trabalhando nos suntuosos regalos que fez ao senhor Imperador Carlos Terceiro”. Há uma pequena confusão de nomes e títulos nesta reivindicação, pois o imperador Carlos III é do século XVIII, porém em 1704, Carlos Habsburgo, arquiduque de Áustria, entra em Lisboa para se dirigir à Espanha, pois é um dos pretendentes ao trono, vago com a morte de Carlos II. Neste momento, para reforçar a sua pretensão, é titulado como Carlos III de Espanha – posteriormente, a sua ambição pelo trono espanhol é derrotada, mas ele ascende ao trono do Império como Carlos VI, o que deve ter gerado a confusão de Dugood.

Confusões habsburguianas à parte, com isso Dugood se apresentou como ourives na ativa na corte portuguesa já em 1704, muito antes da primeira indicação de atividade encontrada até aqui pelos historiadores. Em 1717, estaria na Itália, fornecendo equipamentos e suprimentos artísticos a um jovem inglês em seu *Grand Tour*, uma excursão de aprendizagem por lugares ditos históricos relativos à Antiguidade Clássica e ao Renascimento (Conell, 2009). Mostrava-se muito ativo entre britânicos residentes na Itália, principalmente entre artistas, tendo feito a ponte entre muitos mecenas e seus patrocinados, embora em sua carta ao rei dom José I, Dugood tenha ressaltado sempre estar à serviço da Coroa portuguesa, mesmo quando na Itália:

[...] e que desta corte, passando a de Roma, também nessa capital me foi continuada a mesma honra de servir a sempre gloriosa e memoranda Majestade do Senhor D. João Quinto, que de Deus goza, Pai de Vossa Majestade, no tempo em que o Marques de Abrantes e o Conde das Galveas se achavam de Embaixadores naquela corte (Dugood, 1764?).

O marquês de Abrantes, Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, foi embaixador de Portugal junto à Santa Sé de 1712 a 1718, sendo substituído pelo conde de Galveas, André de Melo e Castro, que em 1732 foi nomeado governador-geral do Brasil. Nesse mesmo ano, o próprio Dugood afirmou na carta ter sido chamado ao serviço do duque de Parma, o infante dom Carlos (por ironia, seria depois Carlos III de Espanha). Depois, teve permissão de retornar à Inglaterra para resolver alguns assuntos pessoais antes de retomar o serviço desse mesmo nobre, já em Nápoles como rei das Duas Sicílias. Foi na volta de Londres que passou por Lisboa, onde teria sido chamado por Alexandre de Gusmão (“que conhecia meus pequenos talentos, pois em tudo o tempo que se deteve em Roma sempre morou em minha casa”) para servir a dom João V “para tudo o que resguardava o conhecimento de pedras preciosas, antiguidades e obras de ouro e prata” (Dugood, [1764?]). Considerando-se que os registros apontam que Dugood estabeleceu residência fixa em Lisboa em 1733 – ou começo de 1734 no mais tardar – teríamos aí preenchido todo o tempo que o ourives permaneceu na península.

Nesta resumida narrativa de seus anos na Itália, no entanto, Dugood deixou de lado alguns detalhes. Em 1718, católico recém-convertido, suas habilidades como ourives e artesão o fizeram entrar a serviço da corte em exílio do pretendente jacobita ao trono inglês, James Frances Edward Stuart. Talentoso e muito elogiado, logo alcançou uma boa posição, chamando a atenção do governo inglês, que se aproximou dele na figura de Philip Stosch, responsável por acompanhar as atividades da corte exilada, e o cooptou como espião. Era importante manter a vigilância sobre os jacobitas, constantemente em planos para recuperar o trono, e a posição de Dugood era privilegiada. Mas,

infelizmente para ele, Stosch não era muito discreto em suas investigações e levantou suspeitas, que acabaram por levar o próprio Dugood a ser preso pela Inquisição Romana, acusado de discurso herético, em 1722 (Connell, 2009).

Foi preciso usar bastante influência e contatos diplomáticos para tirar Dugood da prisão, antes que acabassem descobrindo mais informações sobre a rede de espões ingleses em Roma. O cardeal Alessandro Albani, sobrinho do papa Clemente XI e colecionador de artes, porque era próximo de Stosch e de outros espões ingleses, conseguiu usar seu poder para libertar Dugood, na base da liberdade de expressão, sem ligá-lo ao governo inglês. Até onde se sabe, a carreira na espionagem de Dugood se encerrou ali, quando começou também uma grande má vontade dos jacobitas residentes na Itália com ele e com Stosch, o que lhe custaria mais uma temporada na prisão depois (Connell, 2009; 2010).

Naquele momento, porém, o melhor a fazer era sair da Itália. Segundo David Connell, historiador britânico, os partidários de James Stuart não o deixaram em paz até finalmente chegar a Londres em 1723. Ali, as recomendações de Stolch – mesmo com alguns poréns – renderam bons contatos e uma aproximação de Dugood com a maçonaria, então “um grupo fraternal de antiquários, filósofos naturais, nobres de pensamento livre que se encontravam em cafeterias e tavernas”. Iniciado em 1725, foram dois companheiros maçons, o antiquário Martin Folkes e o cientista Teophilus Desaguliers, que o indicaram junto com o astrônomo real Edmund Halley à Royal Society of Science em 1728, época em que Dugood voltou a Portugal e fundou a primeira loja maçônica de Lisboa.

Embora seu período londrino tenha lhe rendido trabalhos para casas nobres, como o magnete montado para o duque de Devonshire, acabou por voltar à Itália em 1731, evitando a área de Roma, onde havia mais partidários jacobitas. Como o próprio Dugood citou em sua carta, em 1732 ele passou ao serviço do duque de Parma – sua função seria de avaliar a já então famosa coleção de joias da Antiguidade pertencentes ao ducado, tarefa ao qual Dugood acrescentou a de executar moldes em gesso das mesmas para seu próprio uso (Connell, 2009). A discrição do ourives não bastou para passar totalmente despercebido pelos seus antigos aliados jacobitas, que, além de terem pressionado a família ducal de Parma para demiti-lo, acompanharam seus passos com atenção pela península. Em Florença, para onde foi muito bem recomendado por seus antigos empregadores, chamou novamente a atenção dos partidários do *Pretender*, que forjaram uma acusação de contrabando. Preso, Dugood contou de novo com a ajuda de seu antigo chefe na espionagem. Nessa época, Stosch vivia em Florença e era ligado à loja maçônica de lá, conseguindo usar de sua influência para liberá-lo.

As desventuras italianas do ourives escocês ainda passam por mais uma prisão em Roma, aonde retornou confiante no efeito das cartas de recomendação da duquesa viúva de Parma. Ali, no centro de poder da Santa Sé, Dugood virou

um peão na disputa dos jacobitas com o cardeal Albani e seus seguidores, dificultando ainda mais a tarefa dos correspondentes britânicos de colocá-lo em liberdade (Connell, 2010).

Foi no final de 1733 que, finalmente livre, Dugood decidiu deixar a Itália com a família em um navio inglês, que passaria por Lisboa. Foi nessa viagem que o ourives fez observações sobre magnetismo que depois colocaria em uma dissertação e na sua chegada foi – segundo ele próprio – convidado por Alexandre de Gusmão a ficar na corte para servir a dom João V (Dugood, [1764?]).

Esse relato vem, em boa parte, da pesquisa de David Connell, cujo maior interesse em Dugood é o seu trabalho como ourives, principalmente na reprodução da coleção parmense em moldes de gesso, que acabou encontrando em uma coleção particular de um nobre inglês. Portanto, não é de admirar que em seus trabalhos o historiador perca o interesse na vida de Dugood em Lisboa, limitando-se à negociação do mesmo com William Constable, um notório colecionador de curiosidades diversas. Connell traz a vida de Dugood na Itália à tona através dos documentos diplomáticos trocados pelos espões ingleses com Whitehall e no próprio relato de Dugood quando de sua prisão em Florença (Connell, 2009; 2010).

Notícias da vida do ourives em Lisboa são mais esparsas. É certo que serviu a dom João V em assuntos relacionados a pedras e elementos preciosos, dentre os quais o maior testemunho é o magnete ainda hoje exposto no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Chamado de “magnete chinês”, o engenho é composto de uma estrutura metálica envolvendo uma pedra magnética e exposta em uma armação de madeira. Segundo a tradição, a pedra teria sido um presente do soberano chinês ao rei de Portugal e a inscrição nela encontrada permite-nos saber que foi executada por William Dugood, entre 1734 e 1741, ano da primeira referência sobre ela (Pereira; Pires, 2018). Seu local de exposição era justamente a Biblioteca do Paço da Ribeira, a então famosa biblioteca aumentada por dom João V e que seria arrasada pelo Terremoto de 1755.

Há, porém, evidências de que Dugood prestasse ao rei um outro serviço. Mesmo antes de 1755, ele era “encarregado dos instrumentos e tesoureiro da Casa Real” (Felismino; Lourenço, 2017), tendo uma casa cedida para guardar esses equipamentos, além de livros de interesses específicos. Quando a catástrofe atingiu Lisboa, pouco sobrou da Livraria, enaltecida por muitos viajantes. O pouco que sobrou, “alguns livros, estampas e instrumentos matemáticos”, foi recolhido por William Dugood e reunido aos materiais que já estavam sob sua guarda:

Após o grande desastre, Dugood manteve essa responsabilidade de fiel depositário dos instrumentos e livros pertencentes ao rei, assim como de instrumentos provenientes das demarcações na “America” (Processo, 1757). Em 1763, estas casas estavam em

condições bastante precárias, e os objectos encontravam-se expostos à água das chuvas (Processo, 1763). Numa carta datada de 1777, dirigida pelo procurador da Fazenda da Casa de Bragança às filhas de Guilherme Dugood, entretanto falecido, ficamos a saber que os instrumentos guardados por Dugood foram remetidos para o Colégio dos Nobres (em 1768) e, em 1773, seguiram para a Universidade de Coimbra (Processo, 1777; Pereira; Pires, 2018).

O escocês também era frequentemente citado em relação aos experimentos com física experimental, tendo deixado escrita uma *Dessertação sobre os maravilhosos efeitos do Magnete ou Pedra de Ceval, Feita por Guilherme Dugood da Sociedade de Londres*, que hoje se encontra na Biblioteca da Ajuda. Vários trabalhos sobre a história da ciência em Portugal o descrevem como um nome importante das experiências de então. Dugood aparece mencionado ou citado em pesquisas sobre história da arquitetura e da arte, mais por sua ligação com os artesãos destes ofícios, inclusive intermediando relações com mecenas.

Assim como o seu nascimento, a data de sua morte é uma incógnita. Vários historiadores apontam 1767 como o ano de seu falecimento, porém, é na relação de Dugood com um artista italiano radicado em Lisboa que surge um outro indício. Alessandro Tanzi, escultor de fama e renome, oriundo de Carrara:

[...] passaria, contudo, por diversas privações nos últimos anos de vida. Seguramente apartado do sonho que alimentou nos alvares da sua carreira em Portugal, o escultor viria a falecer em Lisboa, a 19 de Fevereiro de 1770. Encontrado “morto pella manhan” na residência de William Dugood, era então descrito como um homem pobre, que o seu benfeitor “recolhia pello amor de Deos pella sua pobreza” (Saldanha, 2004).

A observação citada por Sandra Costa Saldanha (2004) vem do assento de óbito do escultor, e indica que, em 1770, Dugood ainda estava ativo no meio das artes e com endereço na “Rua de Sima junto ao convento do Corpo Santo”. Dugood deixou duas filhas, que foram citadas na correspondência do intendente da casa de Bragança em 1777, nomeadas mais acima já como herdeiras (Felismino; Lourenço, 2017). Provavelmente, morreu antes de dom José I, impedindo-o assim de colocar mais um monarca português na lista de seus benfeitores.

A “coleção” William Dugood

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro organiza-se separando as coleções de acordo com a tipologia de seus documentos, sendo assim possível encontrar obras da coleção Real Biblioteca espalhadas por toda a instituição. Até onde foi

possível verificar, não houve até hoje uma tentativa de identificar e analisar em seu conjunto os livros que teriam pertencido a William Dugood, salvo a listagem apresentada por Lygia Cunha (2000) em seus apontamentos (Cunha, 2000).

Há um primeiro problema: quando este acervo passou a ser parte da Real Biblioteca? Costuma-se considerar que a carta na Planta Geométrica de Roma seja de 1766, assim, seria este o momento da doação do acervo de Dugood. Porém, se considerarmos literal o uso que o autor faz de “sessenta anos”, estaríamos falando de 1764 (ou até antes), considerando o trabalho feito para o arquiducado de Áustria. O acervo foi todo de uma vez? Na carta, Dugood não economizou seus bons serviços prestados – embora tenha sido pouco claro em algumas questões legais – porém, não citou nenhuma outra peça doada naquele momento. A planta é “obra das mais exatas e curiosas que tenha sabido em matéria de plantas geométricas”, mas foi apresentada singularmente, sem indicação de que haveria outros materiais também sendo apresentados (Dugood, 1764?).

Sabemos que a casa em que Dugood morava e mantinha os livros e equipamentos sofria com infiltrações em 1763, e que parte do seu acervo instrumental foi enviado para o Colégio dos Nobres em 1768 e para a Universidade de Coimbra em 1773 (Pereira; Pires, 2018). Sem contato direto com as fontes, nesse momento em que arquivos e bibliotecas ainda procuram se adequar às novas condições sanitárias, só temos contato com essa documentação através de outros pesquisadores. Dugood foi um homem de interesses tão diversos que cada pesquisador que se deparou com ele em sua trajetória de pesquisa acabou se detendo por um aspecto ou um período, dando um recorte bem definido ao uso das fontes, que nem sempre pode nos auxiliar a traçar o caminho desse acervo.

Uma outra questão que fica é a de se o que hoje aparece como tendo pertencido a Dugood no catálogo da Biblioteca Nacional são peças suas ou peças que ele teve sob sua guarda a pedido régio. Algumas peças têm o seu ex-líbris, outras não, como é o caso do álbum de estampas do triunfo do Imperador Maximiliano. Na versão digitalizada disponível para consulta, não consegui identificar o ex-líbris ou qualquer anotação que remonte ao ourives.

Em alguns exemplares, além do seu ex-líbris, há indicações de donos anteriores, como é o caso de *Les quatre livres d'Albrecht Dürer*, que tem a assinatura de André Gonçalves, renomado pintor português do século XVIII. Além disso, houve perda de informações durante o processamento dessas obras na Biblioteca. Lygia Cunha (2000) aponta que várias estampas foram desmembradas de seus álbuns originais e provavelmente muitas não puderam ser identificadas, tendo sido indicadas com seu doador no Catálogo de Obras da Real Biblioteca de 1789 (Cunha, 2000).

Apesar do esforço da equipe da Biblioteca Nacional, nem sempre a catalogação preserva todas as características de identificação da obra. O ideal seria realmente uma investigação mais aprofundada no local, para que possamos

levantar mais obras que tenham pertencido a Dugood, comparando com catálogos e outras informações.

Por enquanto, a conclusão

Os livros deixados por William Dugood e encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até onde podemos saber, por enquanto, refletem bastante os muitos interesses e as diversas atividades encaradas pelo ourives, católico converso, ourives, espião, agente de artistas, “comerciante” de diamantes, físico experimental (embora se calem sobre a face de pedreiro-livre, silêncio compreensível visto que a maçonaria ainda passava por momentos de perseguição em Portugal). Há muitas perguntas a serem respondidas – e talvez mais perguntas ainda a serem feitas. A vida atribulada não o impediu de guardar pequenas preciosidades bibliográficas, e muitas outras podem estar dispersas no acervo da Biblioteca Nacional. Encontrá-las será um pouco como o trabalho de um detetive, analogia adequada por se tratar de obras pertencentes a um ex-espião.

Ainda fica a sensação de muito a descobrir sobre William Dugood, principalmente a sua relação com a antiga Livraria Real e a recém-nascida Real Biblioteca. Em uma, figura o seu magnete chinês, obra de sua engenhosidade. Para a outra, doou uma planta, que cobriu de elogios por seus detalhes, para que a decorasse.

E cabe à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que nem ainda havia surgido quando Dugood faleceu, guardar e pesquisar obras que passaram pela vida de uma figura tão singular.

Referências

- ALMEIDA, Luís Ferrand de. D. João V e a Biblioteca Real. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 36, p. 413-438, 1991.
- BAIÃO, Antonio. Manuel da Maia como guarda-mor da Torre do Tombo. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*, v. 16, p. 80-86, 1942.
- BOUZA ALVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BOUZA ALVAREZ, Fernando. *Del Escribano a la Biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Síntesis, 1997.
- CONNELL, David. Recently identified at Burton Constable Hall. The Collection of William Dugood FRS – jeweler, scientist, freemason and spy. *Journal of the History of Collections*, v. 21, p. 33-47, 2009.

- CONNELL, David. William Dugood and the Farnese numismatic and glyptic collections. *Annali* (Istituto Italiano di Numismatica), v. 55, p. 231-255, 2010.
- CUNHA, Lygia. Real Biblioteca. Apontamentos sobre seu acervo. *Anais do Seminário Internacional D. João VI, um Rei Aclamado na América*, p. 208-219, 2000.
- DUGOOD, William. *Dedicatória ao Rei de Portugal, D. José I na Planta Geométrica de Roma*. [s.l.: s.n.], [1764?].
- DUGOOD, William. *Dessertação sobre os maravilhosos efeitos do Magnete ou Pedra de Cevar, Feita por Guilherme Dugood da Sociedade de Londres*. Palácio Nacional da Ajuda, 49-III-20 (5), s.d.
- FELISMINO, David; LOURENÇO, Marta C. Les cabinets de physique des rois du Portugal (XVIIIe-XIXe siècles). *Artefact*, v. 5, p. 11-26, 2017.
- MAIA, Manuel da. 1755. *1ª Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa...*, 3 de dezembro de 1755. BPE, Cód. CXII 2-9, f. 1.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Espelhos deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2008.
- PEREIRA, Gilberto Gonçalves; PIRES, Catarina. O poder da magnetite. *Aula, Museos y Colecciones*, v. 5, p. 23-30, 2018.
- SALDANHA, Sandra Costa. Alessandro Tanzi: um escultor de Carrara na Lisboa de Setecentos. *Varia Revista de História da Arte*, n. 11, p. 352-359, 2014.
- SCHWARTZ, Lilia. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O Catálogo do Patrimônio
Bibliográfico Nacional (CPBN)
como recurso de comprovação
de propriedade patrimonial
e preservação digital

Rosângela Rocha Von Helde

Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional desde 1996, dirige o
Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor)

Silvia Fernandes Pereira

Mestre em Memória e Acervos pela Fundação Casa de Rui Barbosa, bibliotecária
do Planor/FBN





Resumo

O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) objetiva identificar, coletar, reunir e disseminar informações sobre acervos dos séculos XV ao XVIII impressos no exterior, e a partir do século XIX, impressos no Brasil. A metodologia praticada é a identificação e captação de instituições através de ferramentas e ações, e o cotejamento dos dados cadastrais e registros bibliográficos entre a base antiga (Ortodocs) e a base atual (DSpace/ Rede Memória Virtual Brasileira/BNDigital). O resultado que se pretende é consolidar, disseminar e salvaguardar dados bibliográficos e digitais do patrimônio bibliográfico mais precioso do país; contribuir para a realização de consultas circunstanciadas e de preservação dos originais; e servir de fonte de pesquisa para a construção da memória nacional.

Palavras-chave: Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional. Segurança de acervo. Preservação digital.

Abstract

The National Bibliographic Heritage Catalog (CPBN) aims to identify, collect, gather and disseminate information on collections from the 15th to the 18th centuries printed abroad, and from the 19th century onwards, printed in Brazil. The methodology used is the identification and capture of institutions through tools and actions, and the comparison of registration data and bibliographic records between the old database (Ortodocs) and the current database (DSpace/Brazilian virtual memory network/BNDigital), in addition to controlling the entry of new data. The intended result is to consolidate, disseminate and safeguard bibliographic and digital data of the country's most precious bibliographic heritage; contribute to conducting detailed consultations and preserving the originals; and serve as a research source for the construction of national memory.

Keywords: National Bibliographic Heritage Catalog. Collection security. Digital preservation.



Introdução

O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) da Biblioteca Nacional do Brasil, gerenciado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) foi oficialmente criado em 1994 seguindo o modelo do Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Espanhol da Biblioteca Nacional da Espanha. O Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional (2018) ratifica a competência do Planor junto ao CPBN, bem como ações de apoio às instituições curadoras de acervos raros e de memória. Por ser um catálogo de referência em constante crescimento, foi necessária sua migração em 2019/2020 para a Rede Memória Virtual Brasileira (BNDigital), que possibilita cadastrar e disponibilizar informações bibliográficas e arquivos digitais. A metodologia praticada pela equipe do Planor, após a migração dos dados, é cotejar os dados cadastrais e registros bibliográficos entre a base antiga, que utilizava o software Ortodocs (Marc21) e a base atual, que utiliza o Dublin Core (DSpace), a fim de ratificarmos a migração total, bem como darmos acesso às instituições para a entrada de novos dados bibliográficos e objetos digitais, seja de maneira manual ou através da migração em XML (Extensible Markup Language) ou Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), ação gerenciada pela equipe da BNDigital. O resultado que se pretende com a nova base do CPBN é consolidar, disseminar e salvar os dados bibliográficos e digitais do patrimônio bibliográfico mais precioso do país; contribuir para a realização de consultas circunstanciadas e para a preservação dos originais para gerações futuras; e servir de fonte de pesquisa para a construção da memória nacional.

Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – Breve História

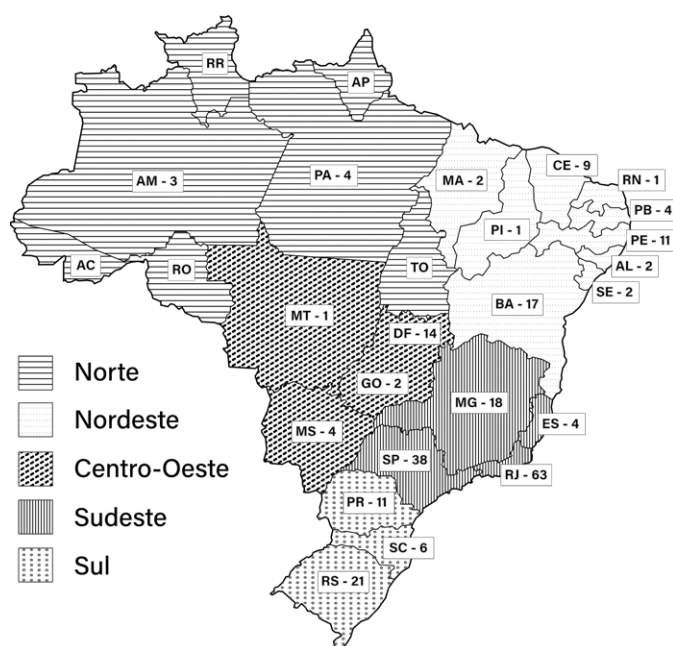
O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) começou a ser estruturado a partir do I Repertório Bibliográfico Nacional das Obras Raras dos Séculos XV e XVI, publicado em 1989, que contava com 103 registros de 17 instituições de 10 estados e foi oficialmente criado a partir da experiência da bibliotecária Vera Lúcia Miranda Faillace, então chefe do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), que em 1994 estudou e trabalhou no Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Espanhol da Biblioteca Nacional da Espanha, considerado, na ocasião, um catálogo bem expressivo devido à quantidade de documentos que contemplava em sua base, cerca de 339.848 registros. A partir desta experiência, iniciaram-se de forma efetiva os trabalhos para a organização do catálogo coletivo do patrimônio bibliográfico brasileiro (Boletim, 1995, p. [1]).

O artigo 46 do Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional (2018) ratifica a competência do Planor junto ao CPBN, o que já havia sido designado em sua Portaria de Criação (Brasil, 1983), bem como na Decisão Executiva (Brasil, 1994), que alterou sua subordinação e nomenclatura.

I – identificar, coletar, reunir e disseminar informações sobre acervos dos séculos XV ao XVIII impressos no exterior, e a partir do século XIX, impressos no Brasil, sob a guarda de outras instituições, que não a Fundação Biblioteca Nacional; [...].

Metodologia

Para a identificação e captação de novas instituições, em um primeiro momento, a equipe do Planor entra em contato com as instituições que foram identificadas por meio de assessorias prestadas; visitas técnicas realizadas; contatos em eventos internos e externos; pesquisas acadêmicas e artigos consultados; reportagens veiculadas pelos meios de comunicação; e, principalmente, através dos dados arrolados no *Guia do patrimônio bibliográfico nacional de acervo raro*, publicação do Planor. Após a localização de uma instituição com acervo raro, encaminha-se um convite formal, acompanhado por um formulário de cadastramento. A instituição cadastrada passa a integrar, automaticamente, a mala direta do Planor para recebimento de informações acerca de eventos e projetos realizados pelo setor. Essa é uma das formas de estarmos sempre em contato com as instituições, trocando informações e experiência.



Mapeamento do quantitativo de instituições cadastradas no CPBN. Mapa geopolítico do Brasil, dividido em 5 regiões. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Maps_of_Brazil#/media/File:Brasil_regioes_color_name.svg. Acesso em: 15 set. 2021.

Vale ressaltar que a equipe do Planor também subsidia o contato das instituições com outros setores da Biblioteca Nacional, dependendo da necessidade apresentada. Nas visitas técnicas, inclusive, a equipe do Planor normalmente leva um membro da equipe da Coordenadoria de Preservação da FBN para a avaliação completa do acervo visitado, por meio da qual se emite um parecer técnico com o diagnóstico geral. A recente migração de dados do CPBN para uma plataforma com maior capacidade de memória e recursos digitais demandou da equipe do Planor o cotejamento entre os registros referentes ao cadastro das instituições e os registros bibliográficos existentes na base antiga migrados para a base atual.

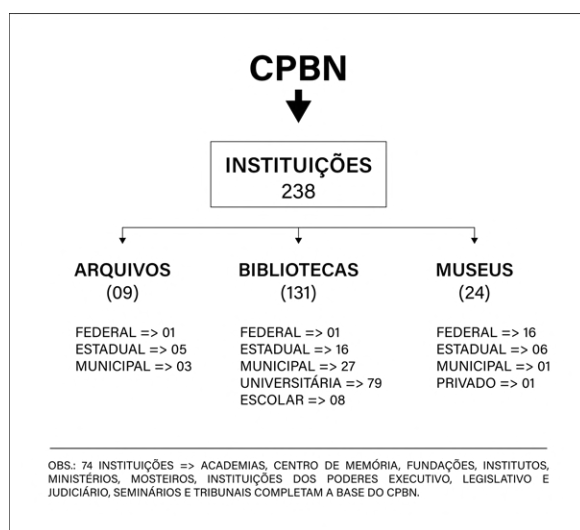
O mapa ao lado sinaliza os estados brasileiros com o quantitativo de instituições que integram o CPBN. Foram computadas, até a data da redação deste texto, 238 instituições e 35.079 registros. É importante alertar que estes números crescem periodicamente, tendo em vista o cadastramento de novas instituições e a inclusão de novos registros.

O quadro abaixo relaciona as instituições por tipologias e esferas administrativas.

Cadastramento e Inclusão de Dados

O CPBN está inserido atualmente na Rede Memória Virtual Brasileira (BNDigital), na qual é possível cadastrar e disponibilizar informações bibliográficas e digitais dos acervos raros brasileiros. O novo formato do CPBN está em fase geral de testes para, posteriormente, permitir acesso às instituições para a inclusão de dados por meio de login/senha cadastrados.

Na etapa preliminar, a equipe do Planor, ao receber o formulário de cadastramento, insere os dados institucionais na plataforma de “Cadastro” e autentica o e-mail de acesso fornecido pelo responsável da instituição, possibilitando a inclusão dos registros bibliográficos/imagens (em Dublin Core);¹



Panorama das instituições integrantes do CPBN.

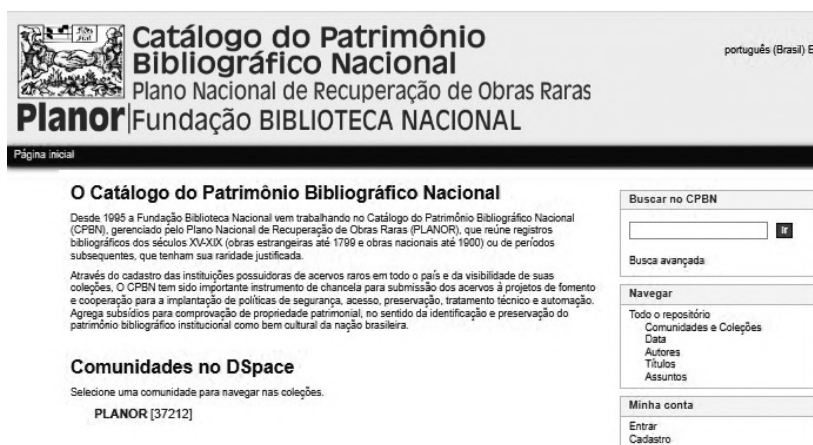
1. Dublin Core trata-se de um conjunto de metadados que fornece um grupo de elementos

verifica, então, os registros/imagens inseridos pelas instituições, para posterior autenticação e liberação da entrada de dados; em seguida, insere os registros de forma individual (senhas de acesso fornecidas pela equipe do Planor) ou migra-os por meio de XML (Extensible Markup Language), ação gerenciada pela equipe da BNDigital.

As instituições cadastradas recebem um “Manual de entrada de dados do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN)”, contendo o passo-a-passo com todas as etapas para a inclusão do registros bibliográficos.

Acesso

O software utilizado pela BNDigital para gerenciar o CPBN é o DSpace², que tem a capacidade de abrigar uma grande variedade de suportes documentais, incluindo acervos digitalizados. O CPBN pode ser acessado através do endereço: <http://cpbn.bn.gov.br/planor/>.



Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional
Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
Planor Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

português (Brasil) E

Página inicial

O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional

Desde 1995 a Fundação Biblioteca Nacional vem trabalhando no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN), gerenciado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), que reúne registros bibliográficos dos séculos XV-XIX (obras estrangeiras até 1799 e obras nacionais até 1900) ou de períodos subsequentes, que tenham sua raridade justificada.

Através do cadastro das instituições possuidoras de acervos raros em todo o país e da visibilidade de suas coleções, O CPBN tem sido importante instrumento de chance para submissão dos acervos a projetos de fomento e cooperação para a implantação de políticas de segurança, acesso, preservação, tratamento técnico e automação. Agrega subsídios para comprovação de propriedade patrimonial, no sentido da identificação e preservação do patrimônio bibliográfico institucional como bem cultural da nação brasileira.

Comunidades no DSpace

Selecione uma comunidade para navegar nas coleções.

PLANOR [37212]

Buscar no CPBN

Busca avançada

Navegar

Todo o repositório
Comunidades e Coleções
Data
Autores
Títulos
Assuntos

Minha conta

Entrar
Cadastro

Interface do CPBN. Disponível em: <http://cpbn.bn.gov.br/planor/>.

de textos, pelo qual a maioria dos objetos digitais pode ser descrito. Como exemplo desses objetos temos: vídeos, sons, imagens e sites da web. As aplicações de Dublin Core utilizam XML (Extensible Markup Language). O DCMi (Dublin Core Metadata Initiative) é uma organização dedicada à adoção de padrões de interoperabilidade dos metadados.

2. <http://wiki.ibict.br/index.php/DSpace>.

Projetos em Andamento

A equipe do Planor desenvolve, integra e executa projetos no âmbito documental de acervos raros e de memória e do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional.

Pesquisa positiva x pesquisa negativa

Projeto contínuo que tem a finalidade de identificar as falhas no acervo da FBN em comparação com os registros bibliográficos inseridos no CPBN. Instituído desde 2005, visa ao cotejamento e à sinalização nos registros das informações: “*A Biblioteca Nacional não possui exemplar(es) desta obra*” ou “*A Biblioteca Nacional possui exemplar(es) desta obra*”.

Essa ação é de grande interesse dos curadores dos acervos cadastrados no CPBN, devido a necessidade desaber se as obras presentes em seus acervos constam ou não do acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas

O Projeto de Extensão “Núcleo de Documentação em Línguas Clássicas”, parceria entre a UFRJ/NDLC e a FBN/Planor vai ao encontro das dificuldades enfrentadas pelos próprios bibliotecários do Planor e por profissionais e curadores de acervos raros e de memória no que se referem à otimização da catalogação e transliteração de títulos e informações textuais em línguas clássicas, essenciais para incluir registros bibliográficos na base do CPBN, bem como para estimular a identificação e o tratamento técnico de obras em línguas clássicas existentes nos acervos cadastrados ou não no Catálogo, através da divulgação do projeto.

Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória

Trata-se de um projeto para publicação de uma obra de referência, desenvolvida a partir da necessidade de informações padronizadas para elaboração de notas bibliográficas para catalogação e descrição de livros raros e acervos de memória. Encontra-se em fase final de revisão. As ilustrações foram reproduzidas a partir do acervo em domínio público da Biblioteca Nacional. O arranjo é alfabético, com remissivas e índice.

Abrangência

O CPBN reúne registros bibliográficos dos séculos XV a XVIII (obras estrangeiras até 1799) e XIX (obras nacionais até 1900) ou de períodos subsequentes, que tenham sua raridade justificada em notas de raridade/importância de acordo com os critérios consagrados e adotados em cada instituição.

Quando considerado raro, o livro nos revela um passado de:

- Encadernações e ornamentos luxuosos e preciosos;
- Obras científicas e históricas que datam do período inicial de ascensão de cada ciência;
- Edições censuradas;
- Edições clandestinas;
- Obras desaparecidas, face à contingência do tempo;
- Edições de artífices renomados (tipógrafos, impressores, editores, desenhistas, pintores, gravadores etc.);
- Assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos;
- Obras apreendidas, suspensas ou recolhidas;
- Obras repudiadas pelo autor;
- Edições *princeps* (reproduções tipográficas de manuscritos);
- Primeiras edições;
- Edições preliminares;
- Autores e editores de expressão local ou regional;
- Edições limitadas e esgotadas, especiais e fac-similares, personalizadas e numeradas, críticas, definitivas e diplomáticas;
- Livros publicados em formatos pouco usuais;
- Obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como em períodos de guerra;
- Obras consideradas raras por pertencer a um fundo documental importante;
- Características extrínsecas relevantes (carimbos, ex-líbris, ex-donos, dedicatórias, autógrafos, anotações manuscritas, marcas de fogo etc.);
- Coleções Brasileira e Brasiliense.

Os conceitos Coleção Brasileira e Coleção Brasiliense, de Rubens Borba de Moraes, estão consagrados na Instrução Normativa 1, de 11 de junho de 2007, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que “dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros”, no artigo 3º, inciso IX, alíneas a e b.

A instrução pode ser consultada no endereço eletrônico http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Destacam-se os seguintes trechos:

- A. Coleção Brasileira: livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808;
- B. Coleção Brasiense: livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida – literárias, técnicas e científicas; edições fora de mercado, produzidas por subscrição; edições de artista.

Dificuldades

A equipe do Planor, ao desempenhar suas atividades, se depara com algumas dificuldades e desafios, que elencamos a seguir. Em primeiro lugar, a dimensão territorial do Brasil, que dificulta o mapeamento das instituições com acervo raro, agravada pela impossibilidade administrativa de se implantar núcleos de apoio a esta ação. Há também problemas relacionados à gestão: mudanças de responsáveis pelo acervo (aposentadoria, transferência, demissão), descontinuidade de projetos, alteração de endereço, telefone, e-mails, além da extinção e/ou aglutinação de órgãos públicos e privados; a escassez de recursos econômico-sociais também são questões importantes, já que grande parte das instituições não dispõem de condições adequadas para implementar ações para identificação, tratamento técnico, manutenção e conservação de seus acervos.

Além delas, há dificuldades tecnológicas, já que muitas instituições, especialmente do interior, não possuem meios de comunicação próprios ou autônomos e dependem, muitas vezes, das secretarias de cultura ou órgãos afins. A falta de qualificação profissional no âmbito do acervo raro e de memória; a ausência de políticas públicas de apoio à identificação, conservação, preservação e segurança de bens culturais; e a própria dificuldade da equipe do Planor em obter recursos para ir ao encontro das instituições e seus acervos, a fim de prestar o auxílio necessário também se constituem problemas para o desempenho das atividades.

Desafios

Algumas ideias para melhorar o trabalho do Planor são ampliar a equipe, a fim de darmos continuidade às ações consolidadas e empreender novos projetos; capacitar e atualizar sistematicamente a equipe do Planor, objetivando a excelência de suas ações; e:

- Buscar parcerias para o desenvolvimento de eventos e cursos no formato de Ensino a Distância (EaD);

- Oferecer sistematicamente eventos e cursos de capacitação no âmbito do acervo raro e de memória, formando agentes multiplicadores e conscientes da importância destes acervos;
- Apoiar um número cada vez maior de profissionais e instituições através de assessorias e visitas técnicas; e identificar e cadastrar no CPBN um quantitativo crescente de instituições e acervos raros também são de grande ajuda;
- Vincular os objetos digitais aos registros bibliográficos do CPBN, contribuindo para a realização de consultas circunstanciadas e preservação dos originais para gerações futuras; desenvolver, implementar e contribuir com projetos de pesquisa no âmbito do acervo raro e de memória; e sensibilizar governantes e gestores de acervos raros quanto a importância do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional como instrumento consolidador do patrimônio bibliográfico mais precioso do país, e fonte de pesquisa para a construção da memória nacional constituem outras grandes desafios.

Financiamento de projetos

As instituições de fomento incentivam a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Seguindo esta linha de ação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferece um Fundo Cultural de apoio à cultura que, dentre as diretrizes para submissão de projetos no âmbito de “Acervos Memoriais”, menciona em um dos “Critérios formais de reconhecimento” a exigência do acervo constar da “Listagem do acervo bibliográfico no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN, gerido pela Biblioteca Nacional”³. Este é um indicativo de reconhecimento da relevância do CPBN como um instrumento de recuperação, reunião e disseminação do patrimônio bibliográfico mais precioso do país.

Preservação digital

A atual base do CPBN possui recursos tecnológicos mais amplos, através dos quais é possível armazenar e disponibilizar um número incontável de registros bibliográficos e seus arquivos digitais. Desta forma, o CPBN também se constitui em ferramenta fundamental de preservação digital para as instituições curadoras de acervos raros e de memória.

3. Sobre o Fundo Cultural, pode-se consultar o seguinte endereço eletrônico: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-cultural>.

A preservação digital demanda a atuação de uma equipe multidisciplinar permanente; o acompanhamento das evoluções tecnológicas, dos formatos dos suportes documentais, das políticas de gestão de armazenamento e compartilhamento de dados. É importante a elaboração de manuais e guias, bem como a divulgação interna e externa da produção técnica elaborada. É imprescindível a organização das etapas e designação das responsabilidades.

Segundo Miguel Márdero Arellano (Ibict, 2014), “a preservação digital precisa ser uma responsabilidade compartilhada, principalmente pelo grande volume de informação digital que está sendo produzido e pela natureza da tecnologia digital”. Diversas instituições brasileiras empenhadas em garantir a segurança de sua documentação e dados já elaboraram seus instrumentos de preservação digital, como o Ibict, a Fiocruz, o Arquivo Nacional, a Câmara dos Deputados, universidades, centros de documentação, museus etc.

A Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional (PPDBN), lançada em 2020, encontra-se disponível no endereço eletrônico⁴ da instituição para consulta e *download*.

De acordo com o documento:

A Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional (PPDBN) estabelece um quadro conceitual para apoiar ações de preservação que possibilitem o acesso sustentável, a longo prazo, ao acervo digital. Reafirma o compromisso institucional com a Preservação, com conceitos e práticas nacionais e internacionais que adotam a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos e a pesquisa como princípios centrais e estratégicos para a estruturação de políticas de preservação, subsidiando o desenvolvimento da infraestrutura necessária para captar, gerenciar, preservar e disseminar o acervo digital. A PPDBN adota o conceito amplo de patrimônio cultural, contemplado na diversidade de tipologias de acervo, que constituem a memória nacional e a história institucional. O presente documento teve seu processo de elaboração iniciado com a criação da Comissão de Estudos sobre Preservação Digital no âmbito da Biblioteca Nacional pela Direção da FBN, com representações das áreas responsáveis pela BNDigital, Depósito Legal, Gestão Documental, Publicações Seriadas, Iconografia, Tecnologia da Informação e Processamento e Preservação. Foi submetida e aprovada pela Presidência, na Decisão Executiva nº 25 em 13/06/2017. Atualizada pela Portaria nº 34, de 27 de agosto de 2019, que constitui o Grupo de Estudos sobre Preservação Digital no âmbito da Biblioteca Nacional (GEPreD), com a finalidade de formular, especificar, dimensionar e implementar uma Política de preservação do acervo digital – atual e futuro – da FBN. Constitui-se como documento dinâmico e sujeito a constantes revisões e atualizações, posto que deve acompanhar os avanços tecnológicos que impactam

4. <https://antigo.bn.gov.br/producao/documentos/politica-preservacao-digital-biblioteca-nacional-ppdbn>

a capacidade de preservar materiais digitais, para tal, será periodicamente validada por um organismo competente (Biblioteca Nacional, 2020b, p. 7-8).

A FBN deverá criar e manter Comissão Permanente de Preservação Digital responsável pela revisão, atualização e gestão da política de preservação digital (Biblioteca Nacional, 2020, p. 8). O objetivo geral da PPDBN é ser um documento guia, assegurando que as ações sejam tomadas para garantir a preservação de longo prazo do acervo digital. Nos objetivos específicos da PPDBN, destacamos alguns pontos que têm relação com o CPBN:

- *Atuar como um ponto focal para o trabalho colaborativo e cooperativo, através de organismos nacionais/internacionais e em alguns casos entre organizações;*
- Esclarecer relacionamentos com outros aspectos do gerenciamento de patrimônio digital, como aquisição, acessibilidade e segurança do patrimônio digital;
- *Assegurar o compromisso de longo prazo da organização com o patrimônio digital para os cidadãos, garantindo a autenticidade, integridade, preservação e acesso;*
- Orientar o desenvolvimento de estratégias e programas de preservação;
- Subsidiar prioridades e justificar o investimento através de planos de continuidade de negócios (Biblioteca Nacional, 2020b, p. 11, grifos nossos).

Também na aplicação da PPDBN, destacamos dois aspectos relevantes que se relacionam com o CPBN:

- Ao acervo digital produzido pela BNDigital através de processos de conversão analógico/digital;
- Ao acervo digital captado através do Depósito Legal, de acordo com o disposto nas legislações números 10.994/20045 e 12.192/20106;
- Aos documentos nato-digitais produzidos pela administração no desempenho de suas atividades administrativas;
- Sítios e portais institucionais próprios ou resultados de acordos de cooperação nacionais ou internacionais;
- *Às bases de dados bibliográficas e documentais;*
- *Ao acervo digital oriundo de outras instituições sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional por meio de acordos de cooperação, parcerias e outros instrumentos legais, bem como o acervo digital captado via protocolos de interoperabilidade;*
- Às publicações digitais em que a FBN atue como editora ou coeditora, ou resultado de programas de pesquisa financiados pela BN (Biblioteca Nacional, 2020, p. 12, grifos nossos).

Considerações finais

Os catálogos coletivos são programas criados pelas bibliotecas nacionais que reúnem, em uma única base, informações acerca de documentos impressos de mais de uma biblioteca. A maioria das bibliotecas nacionais possui catálogos coletivos a fim de identificar, preservar e difundir o seu patrimônio bibliográfico e documental. Cada biblioteca nacional tem uma abordagem específica para a construção de seus catálogos coletivos. Também instituições públicas, universitárias, jurídicas etc. desenvolvem catálogos cooperativos para identificar e compartilhar informações sobre acervos afins.

O Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional, gerenciado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, se constitui em relevante ferramenta de organização coordenada das informações referenciais e bibliográficas das instituições curadoras dos acervos raros do país. Através deste catálogo coletivo é possível dar visibilidade às coleções; submeter projetos às agências de fomento; compartilhamento de informações técnicas e especializadas; realização de pesquisas e consequentemente a produção de novos saberes. A preservação digital dos dados inseridos no CPBN está contemplada na PPDBN, que assegura o compromisso de longo prazo da organização com o patrimônio digital para os cidadãos, garantindo a autenticidade, integridade, preservação e acesso, bem como que será aplicada às bases bibliográficas e documentais.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Política de Preservação Digital*. 2. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional*: CPBN. Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/>. Acesso em: 27 jul. 2020a.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras* – Planor. Disponível em: <http://arquivo.bn.gov.br/planor/>. Acesso em: 27 jul. 2020b.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Política de Preservação Digital*. Rio de Janeiro: FBN, 2020. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/politica_de_preservacao_digital_FBN_web.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

BOLETIM informativo do Planor, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/colecoes-e-servicos-aos-leitores/plano-nacional-de-recuperacao-de-obras-raras-planor/boletim-do-planor-1/bip02-02.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Decisão Executiva n. 4, de 8 de novembro de 1994*. Modifica a nomenclatura do Plano Nacional de Restauração de Obras Raras. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 8 nov. 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n. 74, de 3 de agosto de 2018. Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional – FBN. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 6 ago. 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 19, de 31 de outubro de 1983. Cria o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras. *Diário Oficial da União*: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 121, n. 213, p. 16, 7 nov. 1983.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Programa de Preservação Digital de Acervos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/44220/4/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf. Acesso em: 10 de set. 2021.

GUIA do patrimônio bibliográfico nacional de acervo raro. Rio de Janeiro: FBN; Planor, 2012. 110 p., 23 cm. ISBN 9788533306844 (brochura).

IBICT. Preservação Digital, 2014. Disponível em: <https://eventoscariniana.ibict.br/index.php/sinpred/issue/view/6>. Acesso em: 22 maio 2024.

I REPERTÓRIO Bibliográfico Nacional de obras dos séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: FBN, 1989. 77 p., il., 21 cm. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 23). Inclui índice. ISBN 85-7017-060-2 (brochura).

II REPERTÓRIO Bibliográfico Nacional de obras dos séculos XV, XVI e XVII. Versão preliminar. Rio de Janeiro: FBN, 1994. 1 v. [várias paginações], 28 cm.

II REPERTÓRIO bibliográfico nacional: séculos XV, XVI, XVII. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 2000. 97 p., [8] p. de estampas, il. col., 21 cm. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 26). ISBN 8533301189 (brochura).

Livros didáticos para jovens e adultos: censura e perseguição na ditadura civil-militar (1964 a 1985)

Paulo Eduardo Dias de Mello

Professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual de
Ponta Grossa (UEPG/PR)





Resumo

Este trabalho discute aspectos da produção de cartilhas de alfabetização promovida pelos diversos movimentos de educação popular que se organizaram no Brasil, entre os anos de 1960 e 1964, e a reação das autoridades e dos grupos que articulam e desencadeiam o golpe militar de 1964. Apresenta-se, a partir da repercussão na imprensa do episódio da apreensão da Cartilha de Alfabetização do Movimento de Educação de Base – MEB, *Viver é Lutar*, os debates e questões que os diversos intelectuais e grupos ligados aos movimentos de educação popular levantaram sobre o papel que os livros didáticos, especialmente as cartilhas, cumpriam no processo de alfabetização. Entende-se que as cartilhas desenvolvidas no período não se reduzem a meros recursos didáticos baseados em diferentes concepções sobre métodos de alfabetização, mas são veículos que explicitam em seus textos e imagens projetos e propostas para a educação popular, com forte conotação política.

Palavras-chave: Educação de adultos. Alfabetização. Materiais didáticos. Golpe de 1964.

Abstract

This paper discusses aspects of the production of literacy primers promoted by the various popular education movements that were organized in Brazil between 1960 and 1964, and also the reaction of the authorities that articulates and triggers the 1964 military coup. One introduces, from the repercussion in the press of the episode of the apprehension of the Literacy Primer of the Movement for Basic Education – MEB, *To Live is to Fight*, the debates and issues raised by the various intellectuals and groups linked to the Popular Education movement and regarding the role which textbooks and especially primers played in the literacy process. It is understood that the primers developed in the period are not limited to mere didactic resources based on different conceptions about literacy methods, but they are vehicles that explain in their texts and images projects and proposals for popular education, with strong political connotations.

Keywords: Adult education. Literacy. Teaching materials. 1964 coup.



Introdução

Era ainda madrugada do dia 20 de fevereiro de 1964 quando integrantes da Delegacia de Ordem Política e Social, o Dops, invadiram a sede da Companhia Editora Americana, situada na Rua Visconde de Maranguape, 15, Lapa, Rio de Janeiro. Três viaturas estacionaram à porta da empresa. Sem falar nada ao porteiro, os policiais entraram, depois, já no interior das oficinas de impressão, disseram-lhe que procuravam uma “cartilha subversiva”. Os policiais então deram busca em todas as dependências da empresa, abrindo todos os caixotes que encontravam. O objetivo da operação desencadeada pelo órgão repressivo, e chefiada pelo dr. Denisar Corrêa Pinheiro, era a apreensão da cartilha de alfabetização *Viver é Lutar*. O delegado do Dops declarou, após a operação, que as cartilhas serviriam como “provas” para um processo contra os responsáveis pela gráfica, por infringência da Lei de Segurança Nacional, devido a seu caráter “subversivo” (Lacerda, 1964, p. 5).

Na operação policial, foram recolhidos três caixotes contendo cerca de três mil exemplares do livro de leitura *Viver é Lutar*, material que era parte de um conjunto didático de alfabetização elaborado por integrantes do Movimento de Educação de Base, o MEB, movimento criado em 1961 a partir de um convênio entre o governo federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, e que constituiu uma rede nacional de alfabetização de adultos por meio de escolas radiofônicas. O material didático que estava sendo impresso no Rio de Janeiro seria enviado para Belém, no Pará, e depois distribuído aos centros de alfabetização de adultos, mantidos pelo MEB, nas regiões Norte e Nordeste do país.

A determinação para que fosse efetuada a ação policial teria sido feita verbalmente por Carlos Lacerda, então governador do antigo estado da Guanabara, que considerava a cartilha “subversiva”. Segundo declaração feita ao *Jornal do Brasil*, o delegado Denisar afirmou que a ação resultou de uma “determinação pura e simples do governador Carlos Lacerda, na sua guerra contra as articulações comunistas”. E acrescentou: “O governador denunciou a existência desses livros na Companhia Editora Americana e o titular da DPP, Cecil Borer, ordenou-me que executasse a apreensão das obras, o que foi feito na mais perfeita ordem” (ibidem).

Posteriormente, em nota divulgada pela imprensa, a superintendência da Editora Americana denunciou que a operação policial fora executada sem mandado judicial, constituindo-se um atentado que coroava uma série de pressões contra sua gráfica. A editora afirmava ter sofrido ameaças telefônicas desde quando decidira imprimir comercialmente o jornal *Panfleto*, do então

deputado Leonel Brizola,¹ e o livro *O Carreirista da Traição*, de Epitácio Caó.² Além disso, Lacerda estaria interessado em apossar-se do prédio onde funcionava a editora, o que tentou em duas ocasiões, por via judicial, mas sem sucesso. As repercussões do episódio, que envolvia autoridades eclesiásticas e civis, expressavam as tensões políticas do governo de João Goulart, e foram acompanhadas detidamente pela imprensa, em especial do Rio de Janeiro.

Logo após o evento, segundo o *Jornal do Brasil*, em Brasília, o deputado Sérgio Magalhães consignou um “violento protesto principalmente aos partidários do governador da Guanabara, que tanto fala em democracia”. Também de acordo com o *Jornal do Brasil*, a Assessoria do Programa Nacional de Alfabetização informara que entraria em contato com o ministro da Educação, Júlio Sambasqui, para que fossem tomadas “medidas referentes à apreensão das cartilhas do professor Paulo Freire pela polícia da Guanabara”. Todavia, em seguida, o ministério viria desmentir a informação de que a cartilha tivesse sido editada pelo Programa Nacional de Alfabetização e que seu uso tivesse sido oficializado, imputando inteira responsabilidade pela edição ao MEB. Foi esta a razão pela qual o ministro da Educação teria deixado de requerer alguma medida legal contra o ato do governador da Guanabara.

Por sua vez, coube ao MEB esclarecer que a cartilha fora redigida por integrantes do próprio MEB, e não por Paulo Freire. No dia 21 de fevereiro, o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, reagiu com veemência para esclarecer que nada tinha a ver com os livros que a polícia considerava subversivos, declarando-se, inclusive disposto a ir à televisão para “afirmar de público que não é responsável, nem tem conhecimento de tudo que se passa no andar térreo do Palácio São Joaquim, hoje entregue exclusivamente a um setor da Conferência Nacional dos Bispos, que encomendou as cartilhas”³.

No início da década de 1960, o Brasil tinha uma população de cerca de 80 milhões de habitantes. Nas eleições daquele ano, participaram aproximadamente 12 milhões de eleitores. O voto aos analfabetos era vedado. A taxa de analfabetismo, segundo o IBGE, era de 40% entre as pessoas com mais de 15 anos; ou seja, o país contava com cerca de 16 milhões de analfabetos. Em sua mensagem de abertura da sessão legislativa de 1964, o presidente João Goulart afirmava:

1. Segundo Ferreira (2006), após “a Campanha da Legalidade em 1961 e, dois anos mais tarde, por meio de plebiscito, a assunção de João Goulart à presidência da República, Brizola tornou-se a principal referência para os setores populares”. O *Panfleto* seria o veículo produzido pelo grupo brizolista para difundir suas estratégias e projetos, como afirma Ferreira, seria “o jornal do homem da rua”.

2. Segundo Aluísio Alves Filho (2014), em *Carreirista da Traição*, Epitácio Caó apresenta uma seleção de textos extraídos de matérias escritas e publicados por Lacerda na *Tribuna da Imprensa*, entre 1950 e 1959, colocando em evidência o caráter intrinsecamente contraditório de tais escritos.

3. Cardeal diz que nada tem..., 1964, p. 5.

(...) discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e a cumprir a lei e integrados na força de trabalho com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar, por serem analfabetos. Considerando-se que mais da metade da população brasileira é constituída de iletrados, pode-se avaliar o peso dessa injustiça, que leva à conclusão irrecusável de que o atual quadro de eleitores já não representa a Nação, urgindo sua ampliação para salvaguarda da democracia brasileira.⁴

Nesse contexto, em que a alfabetização e o direito ao voto passaram a ocupar um espaço importante na agenda do país, se intensificaram a atuação de vários movimentos de educação popular, que vinham na esteira de um amplo movimento educacional que integrava ações como a do Sistema de Rádio Educativo Nacional – Sirena (1958); do Serviço de Radiodifusão da Arquidiocese de Natal (1958); do Movimento de Cultura Popular – MCP, de Recife, em Pernambuco (1960); da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, organizada pela Prefeitura de Natal, no Rio Grande do Norte (1961); os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes – CPCs da UNE (1961). O MEB participava ativamente desse processo ao lado de vários atores.

Nesse período, o educador Paulo Freire sistematizou um método de alfabetização, a partir de estudos e observações sobre as experiências de educação de adultos, que ganharia seu nome. A proposta era superar a forma tradicional de alfabetizar, de modo a dar agilidade e consistência ao processo ao incorporar a cultura, a história de vida e questões vivenciadas na realidade social dos alfabetizandos, com vistas a um conhecimento de cunho libertador que colaborasse na organização popular e nas lutas pela melhoria da qualidade de vida do povo. Alfabetizar não se reduzia a ensinar apenas a ler e escrever, decodificando e formando palavras, mas significava também ler, interpretar e transformar a realidade. Alfabetizar representava o acesso ao voto e a possibilidade de mudar a realidade nacional.

A partir do êxito da experiência do programa de alfabetização realizado em Angicos/RN, em 1963, Jango determinou a criação de uma Comissão de Cultura Popular, presidida por Paulo Freire, com o objetivo de organizar um programa nacional de alfabetização. O desafio era estender ao país o sucesso do processo que, em 40 horas, promoveu a alfabetização de trabalhadores rurais. Em 21 de abril de 1963 foi lançado o Plano Nacional de Alfabetização.

A ação de Lacerda contra a cartilha do MEB, que antecede em apenas 11 dias ao golpe militar de 31 de março de 1964, foi parte de sua estratégia de desencadear uma campanha contra os “bispos comunistas” e sua cartilha “subversiva”, mas representou um prenúncio do que se faria em 1º de abril, quando

4. Mensagem ao congresso nacional... [s. d.].

todas as atividades do Plano Nacional de Alfabetização foram interrompidas e o programa extinto apenas duas semanas depois. O MCP, a Campanha De Pé no Chão e os CPCs também foram eliminados logo após o golpe. O MEB sobreviveu, mas sob forte intervenção, e asfixia de recursos.⁵

Este artigo discute as dimensões políticas e pedagógicas dos livros didáticos, cartilhas de alfabetização, produzidos pelos movimentos de educação popular que emergem em fins dos anos de 1950 no Brasil e são prontamente sufocados pelos grupos que ascendem ao poder através do golpe militar de 1964.

Materiais didáticos e projetos político-sociais para educação de adultos no Brasil

Para o campo da educação de adultos, o período que sucede a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, até o golpe militar de abril de 1964, é nas palavras de Paiva (1983) “tão fecundo como confuso”. No início dos anos 1960, novas perspectivas para a educação básica, a educação de adultos, e a atuação do poder público, foram formuladas no bojo dos debates gerados pelo II Congresso de Educação de Adultos, realizado em 1958, e das discussões sobre a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. No governo de Jânio Quadros ocorre a criação do Movimento de Educação de Base – MEB, num convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e o MEC, também se organiza a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo – MNCA, que, todavia, não é implantada. Em dezembro de 1961, durante o período parlamentarista, a LDBEN é promulgada, e em seguida é elaborado o Plano Nacional de Educação. Entre início de 1962 e os primeiros meses de 1963, o governo Goulart retoma a MNCA, e cria o Programa de Emergência. Em março de 1963, ambos os programas são extintos a fim de permitir a descentralização prescrita pela LDB. O MEC retomaria uma orientação recentralizadora, sob a influência do Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, ocorrido em setembro de 1963, e a criação extraoficial da Comissão Nacional de Alfabetização, além do estabelecimento do Plano Nacional de Alfabetização, em janeiro de 1964. Com o golpe militar, em março de 1964, todo esse processo foi bruscamente modificado.

Nesse contexto marcado por muitas tensões e projetos, segundo Fávero (2009), o governo federal foi perdendo a liderança no campo da educação de adultos. Essa liderança passou, gradativamente, a ser ocupada por novos agentes, em particular, os denominados movimentos de cultura e educação popular tais como os já citados Movimento de Cultura Popular da prefeitura

5. Para estudo do anticomunismo no Brasil ver: Sá Motta, Rodrigo Patto. 2002. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

de Recife/PE – MCP; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da prefeitura de Natal/RN; o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – CPC da UNE; o Movimento de Educação de Base da Igreja Católica – MEB; e a Campanha de Educação Popular da Paraíba.

Para Beisiegel (2004), esse movimento que se verificou no campo da Educação de Jovens e Adultos – EJA, foi ainda mais complexo, dada a conjuntura política do momento. Segundo ele, os grupos que controlavam o poder político, no início dos anos 1960, tinham uma atuação comprometida com a realização de um projeto de desenvolvimento bem definido, baseado numa leitura da realidade que entendia o momento vivido pelo país como “pré-revolucionário”. Diante desse quadro, propunha-se uma flexibilização das estruturas do país, por meio de um conjunto de “reformas de base”, que abarcariam desde o setor agrário ao educacional. Segundo Beisiegel, as “reformas de base” davam forma aos objetivos da ação do governo federal, aparecendo como meio de mobilização do apoio a sua própria concretização, e assim de ampliação das bases populares do governo. Desse modo, os grupos no poder, em especial no interior do governo Goulart, apelavam para a atuação dos segmentos organizados da sociedade civil para que se engajassem em atuações, em especial, no campo da educação de adultos.

No início da década de 1960, os vários movimentos que surgiram voltados à promoção popular nasceram de intelectuais, políticos e estudantes, oriundos da esquerda marxista, ligados a grupos liberais, ou provenientes de movimentos católicos, preocupados com a promoção da participação política das massas e com o processo de tomada de consciência da problemática brasileira. Diversos grupos lançaram-se ao campo da ação educativa de adultos, fazendo florescer movimentos locais, públicos e privados em todo o país, num momento em que o MEC oscilava nas orientações e extinguiu suas campanhas alijando seus técnicos das iniciativas oficiais de solução do problema (Paiva, 1983, p. 230-243).

Nesse contexto, marcado pelo acirramento das tensões políticas, oscilações da orientação da União, e emergência de novos atores, a questão da alfabetização e sua relação com a conscientização política conectaram-se com a dos materiais didáticos. Segundo Fávero:

De uma forma ou de outra, todos os movimentos de educação e cultura popular do início dos anos de 1960 colocaram o problema dos materiais didáticos para a alfabetização. Procuravam-se pistas nos manuais da Unesco e exemplos nos textos elaborados em outros países, e dava-se início a elaborações próprias, por exemplo, no CPC de Belo Horizonte: *Uma família operária; manual de alfabetização de adultos e adolescentes*, sob a coordenação de Marilda Trancoso, editada em 1962. Mas o “ovo de Colombo”, acredito, foi a cartilha de alfabetização de Cuba *Venceremos*, elaborada em 1961, ano da alfabetização em massa desse país, e trazida ao Brasil pelo grupo de estudantes da UNE que, em caravana, foi conhecer o início

da experiência da construção de uma sociedade socialista na América Latina. Entre nós, brasileiros, procurava-se um método e instrumentos para alfabetizar e, simultaneamente, conscientizar. Pretendia-se ensinar não apenas a ler palavras, mas a ler o mundo através das palavras, como diria mais tarde Paulo Freire. Então, se A-E-I-O-U nada podia significar para um adulto que se alfabetizava, o O-E-A, que aparecia na primeira lição da cartilha de Cuba, significava muito naquele momento, quando esse país tinha sido expulso da OEA, não só para jovens e adultos desse país, mas para os jovens e adultos de todas as Américas; “Raul Roa”, que aparecia na segunda lição, dizia muito mais, também para os brasileiros, que ‘Eva viu a uva’ (Fávero, 2006, p. 176).

Ainda que não possamos assegurar, como afirma Fávero, que a tríade de vogais O-E-A, significasse mais que A-E-I-O-U, para “os jovens e adultos de todas as Américas”, o certo é que nesse período a discussão sobre as relações entre conteúdo e método de alfabetização alcançou a questão do material didático, num contexto em que a educação era assumida, mais do que uma simples técnica de decodificação da linguagem escrita, como uma forma de conscientização política do povo brasileiro, em particular da parcela mais pobre da população, sobre a transformação da realidade.

Num primeiro momento, o protagonismo da discussão sobre o material didático mais adequado ao processo de alfabetização coube ao MCP do Recife. Buscava-se romper com os materiais utilizados até então, em particular nas campanhas dos anos anteriores, e ao mesmo tempo encontrar inspiração nas sugestões oriundas da Unesco sobre alfabetização e desenvolvimento comunitário. Segundo Fávero (2006) esse processo se desenrola num duplo caminho: Paulo Freire começa a trabalhar num sistema audiovisual de alfabetização, e Norma Coelho e Josina Godoy elaboraram um livro de alfabetização e leitura: o *Livro de leitura para adultos*, do MCP, publicado em 1962, pela Imprensa Oficial da Prefeitura do Recife.

Para Fávero, o *Livro de Leitura para Adultos*, inspirado na cartilha cubana *Venceremos*, pode ser considerado o primeiro material didático que assumia, efetivamente, como destinatário pessoas jovens e adultas, numa nova abordagem do processo:

Pela primeira vez, reuniu-se num texto de alfabetização e primeiras leituras, um conjunto de palavras às quais se associava uma mensagem política; o conteúdo social dava forças às palavras, concretude às ideias. O voto é do povo (lição 1); O pão dê saúde (lição 2); o povo sem casa vive no mocambo etc. Por isso foi duramente criticado e denunciado como subversivo (Fávero, 2006, p. 177).

Beisiegel (2004, p. 38-40) avalia que havia várias semelhanças e diferenças entre as cartilhas de Cuba e do MCP. Segundo ele, as semelhanças

estavam na composição formal e na abordagem do conteúdo, principiando pela apresentação das lições, sempre introduzidas por fotografias ou gravuras diretamente relacionadas aos assuntos trabalhados, e elaboradas a partir de situações fundadas nas condições da existência local da população adulta analfabeta. Na cartilha cubana, as lições remetiam, ao mesmo tempo, para temas vitais sob a perspectiva do processo revolucionário que se desenvolvia no país e para questões relevantes na definição das condições de vida da população. Na cartilha do MCP, as lições abordavam temas e conceitos pertinentes à realidade nordestina, proporcionando “a conjunção entre as dificuldades da vida popular, as virtualidades emancipadoras do voto, as características do bom agente político, a atividade então desenvolvida pelo MCP e a atuação da Prefeitura Municipal do Recife”. As diferenças ficavam por conta da relação entre a educação popular e o processo de transformação da sociedade. Enquanto em Cuba os objetivos eram revolucionários, para o MCP a prioridade era a conscientização do poder do voto para a emancipação política das parcelas mais pobres da população, num projeto de transformação pacífica da sociedade.

O livro do MCP serviria de inspiração para outros materiais de leitura dos diferentes movimentos de cultura popular criados naquele período, como a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal (1963), e a Campanha de Alfabetização de Adultos da UNE (1962). É interessante perceber, no entanto, que a criação de um material didático que pudesse ser de âmbito nacional, e no formato de uma cartilha, não era um consenso entre os movimentos de educação. Segundo Beisiegel, apenas em meados de 1962, a “Comissão de Alfabetização” da UNE, definiu a necessidade de elaboração de uma cartilha para organizar o processo de alfabetização, para o que foi criado o “Departamento Pedagógico” da Campanha, que optou por adotar e adaptar a cartilha do MCP de Recife. Mesmo assim, a “Comissão” ainda procurava um instrumental mais apropriado aos objetivos do movimento estudantil, por isso, de acordo com Beisiegel (2004, p.175), “a cartilha era entendida como experimental, ‘sujeita às modificações impostas pela prática’. Era autorizado o uso de quaisquer outros guias de leitura para adultos, desde que se tivesse em conta o caráter experimental dos trabalhos”.

Outro caminho de produção de material didático foi construído tendo como pano de fundo as formulações de Paulo Freire, junto à equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, sobre o processo de alfabetização numa perspectiva de educação popular. Beisiegel afirma que Paulo Freire rejeitava a ideia de cartilhas, pois eram “domesticadoras” e por representarem uma “rígida separação do processo educativo entre aqueles que sabem, os educadores, que elaboram as cartilhas, e os que não sabem, os educandos, entendidos como objeto da ação desenvolvida para ensinar-lhes alguma coisa” (Beisiegel, 1984, p.137). Freitas e Biccas reiteram essa informação explicando que:

apesar da inovação na linha e no conteúdo dos materiais didáticos, Paulo Freire não estava convencido da necessidade da publicação, mantendo coerência em relação ao seu espírito crítico com o qual analisava os livros de leitura e as cartilhas então disponíveis. Freire rejeitava fórmulas prontas, pois acreditava ser possível construir uma proposta de educação popular com os próprios grupos populares, portanto “com eles e não para eles” (Freitas; Biccass, 2009, p. 134).

No chamado “Sistema Paulo Freire” o processo de alfabetização tem início por meio das chamadas “fichas de cultura”, que sistematizavam dez situações de aprendizagem com o objetivo de mostrar o homem como “criador de cultura”, definida como um conjunto de valores, crenças, ideias, e hábitos assimiláveis na ação humana sobre o mundo. Após essa introdução ocorre o levantamento do universo vocabular das palavras geradoras, pelo desdobramento e reagrupamento das sílabas e vogais; essas palavras possibilitavam o estudo e domínio das mais variadas situações de língua e escrita no processo de alfabetização. (Freitas; Biccass, 2009; Fávero, 1984; Beisiegel, 1984). Assim, do ponto de vista do material didático, o método Paulo Freire pouco estimulou a produção de recursos padronizados, além dos materiais de projeção visual.

Nesse contexto, também o poder público federal procurava desempenhar um papel de protagonismo formulando um plano de ação emergencial, aportando recursos e articulando-se ao meio editorial. Como vimos, em 1962, o governo Goulart, com o objetivo de atuar de modo mais definido na área de educação de adultos, lança o Programa de Emergência do MEC, coordenado pelo então ministro Darcy Ribeiro. O programa incluía um empreendimento editorial que visava à distribuição de 4 milhões de cartilhas e manuais de alfabetização de adultos, e 150 mil exemplares do manual de preparo e orientação do educador, que seriam impressos pelas gráficas da empresa *O Cruzeiro*. Um dos materiais editados por *O Cruzeiro* foi a *Cartilha ABC*, elaborada por uma comissão de docentes sob patrocínio da Confederação Evangélica do Brasil (Beisiegel, 2004; Paiva, 1983).

Paiva esclarece que a parte do Programa de Emergência, que realmente foi cumprida, está relacionada à publicação do material didático, em particular da *Cartilha ABC*, com enorme desperdício de recursos públicos:

Através do Programa de Emergência, as edições *O Cruzeiro*, que já haviam tentado conseguir editar o material do MEB, lograram imprimir 4 milhões de cartilhas que, em seguida, serão lançadas ao lixo. Dessas cartilhas resta apenas um pequeno número que mais tarde serão aproveitadas pela Cruzada ABC e, em seguida, também abandonadas (Paiva, 1983, p. 78).

Efetivamente, desde 1961, momento em que foi elaborada a *Cartilha ABC*, o MEB desenvolvia um programa de educação de base, apoiado pela União,

por meio de milhares de escolas radiofônicas instaladas a partir das dioceses, espalhadas no Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país. Em 1963, o MEB passou a desenvolver um conjunto de materiais didáticos para alfabetizando e pós-alfabetizados do contexto rural nordestino.⁶ Segundo Freitas e Biccas:

Durante o ano de 1963, o MEB investiu na elaboração de materiais didáticos para adultos. Os títulos indicavam claramente a novidade política que impregnava a luta por educação de base: *Saber para Viver* e *Viver é lutar*, com objetivo de articular a alfabetização com a conscientização, partindo da realidade da vida e do trabalho dos camponeses. Esse conjunto didático era composto de três volumes: cartazes geradores, diário de alfabetização e caderno de alfabetização. O texto de leitura é uma história organizada em 26 lições, as quais se abrem em temas geradores articulados para dar base para o processo de alfabetização (Freitas; Biccas, 2009, p. 243).

Segundo Fávero (1984; 2006) foram ainda preparados dois manuais para orientação dos docentes e responsáveis pela produção das aulas radiofônicas: *Justificação*, que abordava numa “perspectiva socioeconômica” as situações apresentadas nas leituras; e *Fundamentação*, que desenvolvia os conteúdos teóricos das lições. Um terceiro manual intitulado *Mensagem*, que continha orientações para o “anúncio do Evangelho” e sugestões para programas de catequese, foi preparado como forma de superar os atritos entre “leigos” do MEB e a “hierarquia” da Igreja, com relação às discussões sobre a catequese durante as aulas de alfabetização.

Para Fávero (2006) o conjunto didático *Viver é lutar* sintetiza a ideologia do MEB, ao expressar a visão de educação, os requisitos didáticos e objetivos da EJA para o movimento. O objetivo precípua da EJA era transformar o homem em sujeito pleno da cultura, pela superação da cultura de tradição, por um método de conscientização que o ensinasse a aprender, e no qual ele aprendesse para agir, agindo; e novamente aprendesse, refletindo sobre a ação realizada. Como afirma Fávero:

Pretendia-se que essa cartilha fosse simultaneamente instrumento de alfabetização e conscientização, assim como preparasse, e se possível levasse, a um engajamento no processo de transformação da realidade. Para isso, deveria conter uma mensagem que tivesse “virulência”, continuidade e adequação à hora em que se vivia (Fávero, 2006, p. 178).

6. O livro *Viver é Lutar* contém 30 lições, como se pode verificar num quadro apresentado pelos autores na sequência do texto. Cabe assinalar, conforme Fávero (2006, p.179), que para o sistema de escolas radiofônicas de Natal/RN também foi preparado, em 1963, outro livro de leitura, intitulado *Saber para construir*.

A cartilha traz, basicamente, a mesma composição visual do livro de leitura do MCP, e, por sua vez, da cartilha cubana *Venceremos*, que, como se pode verificar, se tornou referência para o desenvolvimento de outros materiais de alfabetização. No material do MEB, cada uma das 30 lições também é introduzida por uma fotografia, em preto e branco. As fotos eram obtidas junto a agências oficiais ou comerciais, e trazem cenas do cotidiano de homens, mulheres e crianças que viviam no campo; retratam coletivos de trabalhadores do campo em situações de trabalho, reuniões e atividades de organização política. Fávero (2006, p. 180) afirma que “as fotografias de *Viver é lutar* são mais que ilustrações: compõem o texto; representam o mesmo conteúdo das lições; falam a mesma fala, noutra linguagem. Essas fotos [...] foram consideradas tão ou até mais subversivas que os textos”. Cada lição abordava um segmento de uma narrativa, envolvendo a história de vários sujeitos, e discutia uma determinada temática, entrelaçando temas da realidade do campo com a necessidade de transformação por meio de atuação consciente e coletiva. Ao mesmo tempo, os temas possibilitavam o desenvolvimento de noções gramaticais e exercícios de linguagem (Fávero, 2006, p. 196).⁷

A história da circulação do material do MEB revela de forma contundente as condições históricas de sua produção. Primeiramente, o material circulou em forma mimeografada. No início de 1964, foram impressos e distribuídos 50 mil exemplares, mas apenas do conjunto didático *Viver é lutar*. No entanto, como vimos, o final da edição, correspondente a cerca de 3 mil exemplares, foi apreendido na gráfica pela polícia do então estado da Guanabara, por determinação do governador Carlos Lacerda, sob a acusação de ser material subversivo.

Coube ao cronista Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo de Sérgio Porto, ironizar a tentativa do governo Lacerda de implicar objetivamente a cartilha como “subversiva” recorrendo a um órgão da Secretaria de Educação, o Instituto de Pesquisas Educacionais, que ficou encarregado de produzir um parecer analítico sobre o conteúdo:

O Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação divulgou parecer sobre a cartilha *Viver é Lutar* apreendida pelo governo do estado da Guanabara, na maior mancada anticomunista deste badalativo ano de 1964. A pedido do palácio do governo e da polícia, que foram parceiros na memorável “barriga” anticomunizante, a Secretaria de Educação tenta transformar o caso em vigília pedagógica

7. É importante, no entanto, não ignorarmos que, além de conteúdos políticos explícitos, o material do MEB trazia conteúdos religiosos claros provenientes do pensamento cristão como podemos verificar na 7ª lição do *Viver é lutar*, que traz na abertura uma foto de uma localidade rural, onde uma cruz se destaca frente a um grupo de casas, e cujo texto é o seguinte: “Ao homem não basta comida/ Não basta casa e salário/ O homem precisa de Deus/ Deus é justiça e amor/ Deus quer justiça entre os homens/ Deus quer Amor entre os homens”.

e se permitem o termo explicando no seu parecer que a cartilha “cria no homem simples a que se destina, o espírito de revolta e a frustração”, dando a entender que a plebe ignara vive em péssimas condições por causa da cartilha. Se este parecer do Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação não colar, eles provavelmente darão um segundo parecer, explicando que a cartilha foi apreendida porque dá câncer (Porto, 1964, p. 1).

Ainda assim, mesmo após o golpe militar de março de 1964, o material chegou a ser utilizado nas aulas radiofônicas de alguns sistemas, sendo inclusive traduzido para o francês, o italiano e o alemão (Fávero, 2006).

Segundo Fávero (1984, p. 293), no ano de 1965 o MEB promoveu a produção de novos materiais didáticos para a alfabetização. Elaborou-se um Programa Didático a partir do levantamento de situações cotidianas do campo, operando-se um deslocamento ideológico do conceito de conscientização para o de cooperação. Como resultado, produziu-se o conjunto didático *Mutirão: Mutirão 1*, para a alfabetização; *Mutirão 2*, para os recém-alfabetizados; e um encarte financiado pelo Ministério da Saúde, *Mutirão pra saúde*. O atraso na produção do conjunto didático resultou na produção de materiais regionais como a cartilha *Adjutório*, do MEB/BA; *Ajuda*, do MEB/PE; o *Pré-livro* para a alfabetização de adultos; o *Livro para o 2º Ciclo*, do MEB/MG; e o conjunto didático *Benedito e Jovelina*, do MEB/GO. Este último reunia cartazes (com gravuras, famílias de sílabas, e novas palavras) e fichas de resumo.

Considerações finais

O início dos anos 1960, no campo da Educação de Adultos, foi marcado pela atuação descentralizada do Estado e de mobilização da sociedade civil. Nesse contexto rompe-se com a imposição de métodos e materiais didáticos preparados em nível nacional na esfera do poder educacional. São produzidos materiais didáticos dos mais diferentes suportes, tais como programas radiofônicos, *slides* do Sistema de Alfabetização Paulo Freire, cartilhas de alfabetização e livros de leitura, conjuntos didáticos, folhetos de cordel, com um viés específico de destinação ao regional, ou mesmo para o local. E o mais importante, elabora-se, principalmente com base nas formulações de Paulo Freire, outra concepção de alfabetização que se articula à projeção de outro tipo de sociedade, enfatizando o papel transformador da cultura e do sujeito, associando alfabetização e conscientização.

O golpe dado pelos militares, em 1964, estabelece uma ruptura entre o grupo político e militar que assume o controle do estado e os amplos segmentos da sociedade dedicados à educação de adultos, passando a ocorrer paulatinamente

um processo de repressão, desmobilização e reorganização de vários movimentos de educação e cultura popular. As últimas iniciativas desses movimentos seriam, por fim, sufocadas com a imposição do Ato Institucional 5, o AI-5, em 1968. Mesmo assim, algumas iniciativas como a do MEC permanecem até o início dos anos 1970, quando novos sujeitos rearticulam os movimentos sociais e populares e iniciam a produção de materiais no âmbito de novas atuações. Os projetos societários e interesses econômicos colocam a educação à serviço do “desenvolvimento”, trampolim para a qualificação do “capital humano”, sob severo controle ideológico.

As promessas educacionais, de sociedade e de país erigidas no período ditatorial, fundadas no discurso de evitar o comunismo e promover a “integração” social, quando vistas pela Educação de Jovens e Adultos, revelam-se não cumpridas. Uma análise realizada recentemente sobre as metas do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, revela que o país, ao invés de avançar, regrediu em indicadores relacionados ao analfabetismo e ao atendimento qualificado da Educação de Jovens e Adultos.⁸ Historiadores não apreciam a conjunção condicional “se”, pois revela conjecturas, hipóteses difíceis de comprovar. Mas, é inevitável pensar, diante do fracasso da ditadura com o Mobral e a persistência dos índices, que certamente teríamos um outro quadro se o curso da educação popular não tivesse sido interrompido pelo arbítrio e violência. Na Educação de Jovens e Adultos, viver, ainda, é lutar pelo direito à educação.

Referências

ALVES FILHO, Aluizio. A “Dialética da Traição” no imaginário social e político brasileiro. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, n. 29, maio/jun., 2006. Disponível em: http://w.Lacerda.manda.invadir.gráfica.e.apreender.as.cartilhas.dos.Bispos.Jornal.do.Brasil,21/02/1964,1.caderno,p.5.www.achegas.net/numero/29/aluizio_alves_29.htm. Acesso em: 29 abril de 2021.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ensino público e educação popular. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 4, p. 26- 34, jan./abr. 1999.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. Brasília: Liber Livro Ed., 2004.

8. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/24/brasil-regrediu-em-meta-para-acabar-com-o-analfabetismo-e-nao-alcanca-objetivo-de-investir-mais-na-educacao-diz-relatorio.ghhtml>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Questões de atualidade na educação popular*. In: Reunião Anual da Anped, Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação, 22, 1999, Caxambu-MG.

CARDEAL diz que nada tem com cartilhas apreendidas e ignora a ação dos bispos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1. Caderno, p. 5, 22 fev. 1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=50003. Acesso em: 29 abr. 2021.

FÁVERO, Osmar. Referências sobre materiais didáticos para a educação popular. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular*: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de 60 anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, RJ: DP et alii, p. 9-21, 2009.

FÁVERO, Osmar. Materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 27, n. 71, p. 39-62, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: jan. 2010.

FERREIRA, Jorge. Brizola em Panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. *Projeto História*, São Paulo, n. 36, p. 103-122, jun. 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de; Biccás, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil* (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.

LACERDA manda invadir gráfica e apreender as cartilhas dos Bispos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1. caderno, p. 5, 21 fev. 1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=49973. Acesso em: 29 abr. 2021.

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. *Materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos*: história, formas e conteúdos. 2010. 254 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL... [s.d.]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1964/view>. Acesso em: abril de 2021.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Viver é lutar*. 2. Livro de Leitura Para Adultos. 1963.

PAIVA, Vanilda. Anos 90: as novas tarefas da educação dos adultos na América Latina. *MEC-Inep-SEF/Unesco, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*, (Anais), Brasília, p. 21-40, 1994.

PAIVA, Vanilda. A questão política da educação popular. In: BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

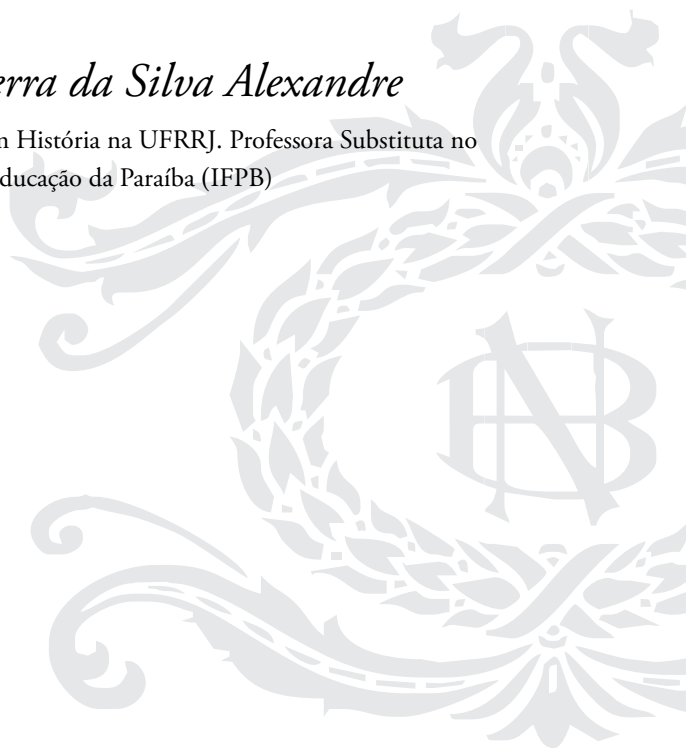
PORTO, Sérgio. Seção Fofocalizando. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1964. p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=97665>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

#TBT da memória: o uso das redes sociais na difusão da imprensa iguazuana (1961-1971)

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

Doutora em História, Pós-Doutoranda em História na UFRRJ. Professora Substituta no
Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB)





Resumo

Por meio das redes sociais, o trabalho propõe difundir a memória local tecida com base no *Correio da Semana*, semanário dirigido pelo jornalista Dionísio Bassi entre os anos de 1961 e 1971 em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Fundamentado no conhecimento histórico produzido a partir desse jornal, pretende-se que fatos sobre personagens e instituições da região alcancem, sobretudo, o grande público. Partindo de referências como *História cultural da imprensa* (Barbosa, 2007) e *Comunicação científica para o público leigo* (Mueller; Caribé, 2010), tenciona-se que publicações sobre notícias veiculadas pela imprensa local sejam postadas no Facebook e Instagram do Centro de Documentação e Imagem (Cedim), setor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imprensa. Baixada Fluminense. Nova Iguaçu. Jornalismo. Redes Sociais

Abstract

Through social networks, the work proposes to spread the local memory woven based on *Correio da Semana*, a weekly periodical directed by journalist Dionísio Bassi published between the years 1961 and 1971, in Nova Iguaçu, municipality of Baixada Fluminense. Based on the historical knowledge produced from this newspaper, it is intended that facts about characters and institutions in the region reach, above all, the general public. Based on references such as *História Cultural da Imprensa* ("Cultural History of the Press") (Barbosa, 2007) and *Comunicação Científica para o público leigo* ("Scientific Communication for the lay public") (Mueller; Caribé, 2010), it is intended that publications on news published by the local press are posted on Facebook and Instagram of the Center Documentation and Imagem (Cedim), sector of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Keywords: Press. Baixada Fluminense. Nova Iguaçu. Journalism. Social networks.



Introdução

A busca pelo termo Baixada Fluminense em domínios da *web* nos apresenta uma produção jornalística essencialmente atrelada a discussões sobre violência, disputas político-partidárias e constante desrespeito a direitos essenciais como acesso à água, ao saneamento, à educação, à saúde etc. Mesmo dedicando colunas e cadernos a municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente nos anos 2000, as escolhas dos editoriais cariocas não fizeram com que o volume de matérias sobre o desenvolvimento de políticas públicas e promoção da cena cultural fluminense, por exemplo, se sobrepusessem ao quantitativo de pautas sobre os problemas cotidianamente enfrentados por seus habitantes.

À luz do jornalismo produzido pelas redações cariocas desde a segunda metade do século XX, o estudo de Ana Lucia Enne (2002) sobre a relação entre imprensa, memória e Baixada Fluminense confirma que as representações estereotipadas seguem sendo replicadas nas manchetes de jornais ainda hoje, e que este movimento é resultado do senso comum estabelecido, desde os anos 1960, por impressos como *Última Hora*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* sobre os municípios que compõem a região. Entretanto, em *Lugar, meu amigo, é minha Baixada* (2002), a autora aponta a existência de uma rede de memória e história composta por agentes, que “independente da *sub-rede* a que se [filiaram, estava] voltada para reverter esse *imaginário*, buscando instituir imagens positivas sobre a região” (Enne, 2002, p. 105).

Sendo parte desta rede produtora de conhecimento sobre a região, o presente trabalho propõe-se a publicar em redes sociais postagens que difundem a memória local tecida a partir do semanário *Correio da Semana*, veículo dirigido pelo jornalista Dionísio Bassi entre os anos de 1961 e 1971, em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Fundada em 1955, com o título de *Correio de Maxambomba*, a folha, nunca pesquisada, foi localizada no setor de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Dito isso, o artigo se dividirá em três partes: a primeira composta pela historicidade do jornal *Correio da Semana* e a trajetória de seu diretor e jornalista Dionísio Bassi; a segunda, tratando da relação entre a história do município e a produção de uma determinada memória pelo periódico; e, por fim, um estudo sobre como as visões de cidade veiculadas pelo campo jornalístico iguaçuano podem ser usadas na divulgação do conhecimento histórico junto ao grande público.

O homem e a obra: o caso do *Correio da Semana*

Quando se escrever a história da imprensa iguaçuana, haverá, por certo, um capítulo dedicado a um homem e sua obra. O homem será Dionísio Bassi e a obra, o antigo

Correio de Maxambomba, que hoje, como *Correio da Semana*, completa dez anos de árdua existência. Homem e obra se identificaram perante a população iguaçuana que aprendeu a ver no <<velho Capitão DB>> aquele que já deveria ter recebido o diploma de Cidadão Honorário de Nova Iguaçu, que por haver representado a família iguaçuana em sua Câmara Municipal, por duas vezes; quer pelo bem que quer à terra que ele diz ser sua. A obra, este seu *Correio de Semana*, desde seu aparecimento, tem disso e será sempre a tribuna em que o povo vem desabafar suas decepções ou engrandecer alegrias (*Correio da Semana*, n. 523, 18 dez. 1965, p. 2).

Publicado na coluna “Tudo é notícia”, o texto sobre os dez anos de existência do jornal *Correio da Semana* entrega, juntamente com a foto de Dionísio Bassi, diretor e proprietário do periódico, uma breve leitura sobre o lugar ocupado pelo criador e sua obra na história da cidade. Ao final da matéria, o autor do texto, S. Camaysar, afirmou que “ídolos caíram e cometas riscaram os céus desta Iguaçu”, mas que o jornal se manteve com uma única diretriz, mesmo quando Bassi esteve moral e materialmente prejudicado. Ao parabenizar o colega de redação, o colunista afirma que o idealismo do jornalista era seu grande mérito, dadas as adversidades impostas pela continuidade da publicação.

A trajetória de Dionísio Bassi ocupa uma posição peculiar no campo jornalístico e político iguaçuano, dada sua origem e posicionamento combativo. Filho de José Bassi e Maria Genaro Bassi, o jornalista nasceu na cidade do Rio de Janeiro em oito de abril de 1911. Mesmo sem maiores informações sobre a origem dos Bassi, dados coletados em registros de casamento, óbito e nascimento apontam que a família de origem italiana viveu na capital federal, mais precisamente em bairros entre o centro e a zona norte da cidade. No registro de nascimento de seu irmão, Floriano Bassi, o patriarca afirmou que, em 1918, ele, mulher e filhos moravam na “Estrada Dona Castorina duzentos e trinta”, endereço situado no Alto da Boa Vista, bairro da Tijuca.

Tendo em vista que José Bassi se declarou operário e residiu no Alto da Boa Vista no início do século XX, é possível afirmar que o progenitor tenha passagem pelas fábricas instaladas na região da Tijuca, localidade comumente conhecida pela presença de famílias de imigrantes entre as décadas de 1910 e 1920. Notas publicadas esporadicamente na imprensa carioca apontam que o patriarca também esteve ligado a atividades comerciais e que seus filhos tiveram acesso à educação formal. Este último dado demonstra que a imersão de Dionísio Bassi no mundo das letras foi resultado das melhorias de vida, promoção socioeconômica, e ascensão de filhos e netos imigrantes apontados por Lená Medeiros de Menezes (2012).

Onze anos mais velho que sua irmã Nair, Dionísio Bassi foi servidor municipal/estadual e jornalista em um jornal carioca. Ao publicar nota sobre o aniversário de Nair Bassi, o jornal *Diário de Notícias* mencionou que a jovem era irmã do “prezado companheiro de trabalho Dionysio Bassi”. Publicadas na

década de 1930, mais precisamente nos anos de 1933 e 1936, as notas sugerem que o jovem Bassi iniciou sua carreira aos vinte anos no campo jornalístico, o que significa que nosso personagem acompanhou alguns dos momentos importantes da vida política do país. Sua carreira na imprensa, até o momento em que se apurou, teve início no supracitado diário, periódico matutino da então capital federal, fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dias.

Não há informações acerca de quanto tempo durou sua atuação no periódico e quais matérias foram produzidas por ele; mesmo assim, podemos afirmar que o jornalista é parte de uma geração que fez carreira na imprensa dos anos 1950. Bassi fazia parte de um grupo de profissionais que fez do ofício jornalístico um caminho para a vida pública, assim como Alberto Dines, jornalista nascido no Rio de Janeiro e igualmente filho de pais imigrantes. Em um tempo em que a formação acadêmica era exceção, Dionísio Bassi adentrou o mundo do jornalismo ainda muito jovem e, posteriormente, o serviço público iguaçuano — mais precisamente, em 1937.

Como não existem informações sobre seu nível de formação ou espaços de ensino frequentados, apenas dados de um currículo elaborado pelo próprio foram localizados. Nomeado Auxiliar da Recebedoria de Nova Iguaçu, em 1937, Dionísio Bassi se tornaria chefe de seção da Recebedoria de Rendas entre 1941 e 1942, até ser promovido a oficial administrativo e, em 1958, transferido, *ex-officio*, para a carreira de agente fiscal do estado do Rio de Janeiro. (Arquivo Nacional (Brasil), 1996, p. 81). O ingresso e a ascensão de Dionísio Bassi no serviço público exemplificam as políticas implementadas durante o Estado Novo (1937-1945), apontados por Maria Celina D'Araújo, sobre a centralização do poder político da era Vargas.

De acordo com a autora, o período foi caracterizado por aspectos como o “desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o controle sobre trabalhadores e sobre sindicatos, planejamento estatal. A legislação social, os investimentos públicos e, sobretudo, pelo papel atribuído ao Estado” (D'Araújo, 1999, p. 7). Dentre os aspectos mais marcantes deste período, destaca-se o saber técnico e administrativo como instrumento para combater os interesses privados e inovar o *modus operandi* de lidar com as questões nacionais. Por este e outros aspectos, ficam evidentes as razões para que o jornalista Dionísio Bassi tenha ingressado no funcionalismo público municipal e, posteriormente, tenha sido promovido ao cargo de agente fiscal do estado do Rio de Janeiro, posto que lhe seria cassado no pós-1964.

A carreira pública o aproximou ainda mais dos problemas municipais, que foram a tônica de suas discussões no seu primeiro mandato como vereador no município. Nesse sentido, dados do Comitê Municipal do Partido Comunista em Nova Iguaçu revelam a centralidade de Dionísio Bassi na organização de ações do partido na Baixada Fluminense nos anos 1940. A partir dos Comitês Populares Democráticos (CPD), Bassi emergiu como uma das principais

lideranças no PCB, uma vez que os CPDs “eram mediadores entre as demandas da população local e as instituições públicas, dando visibilidade aos problemas a serem debatidos em espaços públicos e incorporados nas agendas dos que decidiam” (Pinheiro, 2014, p. 39).

Dionísio Bassi aproveitou o bom momento do PCB, provavelmente o melhor momento da história desta sigla, para atuar junto aos CPDs. Segundo Henrique Buy (2013), o Partido Comunista Brasileiro se manteve atento às questões socioeconômicas e políticas da legenda, e por esta razão os CPDs fortaleceram melhorias nas condições de bairros no Rio de Janeiro e em municípios da Baixada Fluminense. A presença do PCB causou implicações nos resultados do pleito iguaçuano para a esfera estadual e federal no ano de 1947, e não por acaso o jornalista se elegeu pela primeira vez para o cargo de vereador (1947-1950) em Nova Iguaçu. Vinculado à sigla do Partido Social Democrático (PSD), e não ao PCB, dada a ilegalidade deste último, Bassi fez da primeira legislatura um lugar de pautas ligadas à cartilha política do PCB, mesmo sob acusações de subversão e comunismo.

Bassi retornou à cena pública na segunda metade da década de 1950, mais precisamente em 1955, quando se tornou mais uma vez vereador pelo PSD. Na contramão dos 247 votos que o levaram ao cargo nos anos 1940, o jornalista foi o segundo candidato mais bem votado pelo partido e tornou-se liderança da sigla na Câmara Municipal. Seu segundo mandato (1955-1958) como vereador pelo PSD foi marcado por mudanças e consolidação dentro do campo político iguaçuano, a começar por sua desfiliação do PCB. A perseguição e radicalização do PCB podem ter feito com que Bassi se distanciasse da sigla. Contudo, quando analisamos de mais perto a nova legislatura fica evidente sua aproximação das classes dirigentes e afastamento das pautas populares.

Neste momento de sua trajetória, o jornalista e vereador se atrelou ao desenvolvimentismo e ao progresso, ambos pautados nas demandas de representantes da indústria e do comércio. Na segunda legislatura, o vereador tornou-se peça fundamental no campo jornalístico iguaçuano ao fundar, em 18 de dezembro de 1955, o *Correio de Maxambomba*, nome que se manteria até 1961, ano em que passou a se chamar *Correio da Semana*. O órgão circulou sem interrupções até novembro de 1971, quando se tornou *Correio Diário*, sendo Dionísio Bassi diretor do semanário durante todas essas fases.

Ao produzir uma narrativa pautada no desenvolvimento, mas com tinturas progressistas, é possível identificar que a trajetória marcada por conflitos políticos dentro e fora da Câmara Legislativa Municipal o encaminharia, inclusive, a ser exonerado do cargo público de inspetor fiscal do estado após o golpe civil militar de 1964. Por essa razão, os anos seguintes foram igualmente marcados por recursos processuais, enaltecimento ao regime militar e aproximações que o levariam à readmissão de seu cargo no funcionalismo público, em 1971.

Desde sua criação, o semanário dirigido por Bassi “sacudiu” a imprensa iguaçuana por sua abordagem combativa, mas, sobretudo, pela concorrência estabelecida com o *Correio da Lavoura*¹ (CL) nos anos 1950. O campo jornalístico tornou-se cenário de intensas disputas, ao ter ambos periódicos circulando em nome da “sociedade de bem iguaçuana”. Por isso, a tensão entre os jornais se concretizou em discussões entre Dionísio Bassi e Luiz Azeredo, redator do CL e filho do fundador. Para os Azeredo, mais que um concorrente Dionísio Bassi era um “forasteiro”, capaz de redirecionar o capital político e a receita publicitária em poder do *Correio da Lavoura* por mais de meio século.

Para o fundador do *Correio de Maxambomba*, o modo de fazer jornalismo do CL era ultrapassado e defendia um modelo de cidade estagnado, a favor apenas dos interesses de uma “elite atrasada”, mas igualmente necessária para que ele se estabelecesse enquanto figura influente. A competitividade entre os periódicos fez com que ambos produzissem memórias sobre transformações em curso na região entre os anos 1950 e 1960, destacando a partir delas nuances sobre personagens, instituições e elementos até aqui desconhecidos sobre o cotidiano de Nova Iguaçu. Compreender o lugar de produção destes jornais, bem como o de algumas de suas publicações, fará com que se obtenha um panorama das possibilidades de temas a serem veiculados nas redes sociais.

Nova Iguaçu: uma história e muitas memórias

Para que se discorra sobre o jornalismo e as visões de cidade produzidas pelo *Correio da Lavoura* e pelo *Correio da Semana*, alguns conceitos devem ser teorizados. Desse modo, a definição de modernidade periférica empregada por Beatriz Sarlo (2010) nos revela possibilidades para o entendimento do caso iguaçuano. Para elucidar as peculiaridades na formação urbana da cidade de Buenos Aires, a autora discute como as tensões estabelecidas entre o mundo rural e urbano caracterizam algumas das contradições na formação das cidades latino-americanas. Para isso, Sarlo analisou como intelectuais da época leram essas transformações nas primeiras décadas do século passado.

Beatriz Sarlo define por mescla os entrelaçamentos entre a cultura europeia e as especificidades do mundo americano, ou seja, “modernidade europeia e especificidade rio-platense, aceleração e angústia, tradicionalismo e espírito

1. Fundado em 22 de março de 1917, o semanário iguaçuano teve a lavoura, instrução e higiene por lema. Dirigido por uma família de letrados negros, a folha segue em funcionamento e tornou-se uma das principais fontes históricas para todos que pesquisam a região. Suas cinco primeiras décadas de circulação estão disponíveis para consulta no repositório da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As demais devem ser consultadas localmente no Centro de Documentação e Imagem (Cedim). Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5>. Acesso em: 22 mar. 2021.

renovador; criollismo e vanguarda. Buenos Aires: o grande cenário latino-americano de uma cultura mesclada” (Sarlo, 2010, p. 32). No caso de Nova Iguaçu, esta realidade se repetiu em certa medida quando “o impacto destas transformações tem uma dimensão subjetiva que se manifesta num intervalo de tempo relativamente curto” (Sarlo, 2010, p. 36).

Para que a coalizão entre campo e modernidade fosse inculcada na memória coletiva, o *Correio da Lavoura* divulgou incessantemente dispositivos modernizadores como praças, cinemas, cafés e praças, que dessa forma se tornaram símbolos de modernidade e progresso, proporcionados pela laranja e seus representantes. Na contramão dessas publicações, outras matérias afirmam que, concomitantemente ao desenvolvimento do aparelhamento urbano, as taxas de analfabetismo e de doenças, como malária e febre amarela, se alastravam na população mais pobre do distrito iguaçuano.

Pelas páginas do *Correio da Lavoura*, Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho² escreveu o nome de sua família na história local. Em defesa da lavoura, da instrução e do saneamento, o letrado fez do semanário uma plataforma para que lideranças políticas defendessem seus interesses ligados à citricultura, principal atividade econômica do município de Nova Iguaçu na primeira metade do século XX. Negro, letrado e iguaçuano de nascimento, Silvino Azeredo fez da múltipla formação e dos vínculos com figuras influentes, como José do Patrocínio, um caminho até a elite citricultora que tornaria a si e a seu jornal a principal referência sobre o passado da cidade.

Matérias e colunas produzidas pelo *Correio da Lavoura* entrelaçaram a trajetória da família Azeredo à formação do distrito sede do município. Suas edições narram a história de como o distrito sede crescia graças aos investimentos certos no campo e ao comprometimento dos “homens da terra” com o bem-estar desta “civilização da laranja”. A relevância dos Azeredo neste processo fica evidente na produção de conteúdo e de imagens sobre o auge da produção cítrica e das lideranças à frente deste movimento encampado por Silvino de Azeredo. Publicada em 22 de março de 1931, a matéria discorre sobre a importância do CL, destacando o exemplo da família para gerações futuras:

Homem dotado de temperamento combativo, correcto e justo, o velho Silvino de Azeredo muito tem esgotado as duas energias em prol do progresso deste município, que em parte lhe tem sido ingrato. Mas, a história lhe fará justiça, enaltecendo lhe as qualidades de jornalista consciencioso e impecável no caminho recto do deve. Character adamantino, diamante sem jaça, Silvino de Azeredo é o exemplo vivo do

2. Filho de Cândido Almeida de Azeredo Coutinho e Teresa Joaquina da Conceição Coutinho, nascido no lugar chamado Cachimbau, na vila de Iguaçu, a 17 de junho de 1859. Livro de Registro de Casamentos (Paróquia de Paty do Alferes, Município de Vassouras), anos de 1888 a 1894, f. 24 e 24 v. (Nascimento, 2013, p. 10).

mais acrysolado e bom chefe de família; a sua prole que lhe enche de orgulhoso e satisfação é o reflexo inconfundível do bello ensinamento de seus paes (Correio da Lavoura, n. 731, 22 mar. 1931, p. 2).

Mattos Gomes segue o texto afirmando que nunca se viu um filho do patriarca fundador do *Correio da Lavoura* criar desordem ou praticar ação indigna pela cidade, por isso todos aqueles que passassem pelo casal Azeredo³ deveriam descobrir “a frente, como signal de estima, respeito e admiração”. Assim como Gomes, outros colaboradores do semanário reproduziram esse tipo de narrativa sobre os Azeredo e seu legado moral para Nova Iguaçu. Esse e outros núcleos familiares pertencentes à elite iguaçuana exemplificam o padrão moral esperado para aqueles que compuseram a chamada “civilização” da laranja nos anos 1920 e 1930. Ao modelo civilizatório, estava atrelada uma narrativa histórica da Iguassú em desenvolvimento a partir do agrário, graças ao empenho de representantes políticos “comprometidos” com as causas da cidade, leia-se citricultores e detentores da máquina pública local.

Enquanto instrumento desse grupo, o *Correio da Lavoura* publicou como o distrito sede crescia graças aos investimentos certos no campo e ao comprometimento com o “homem do campo”. Diversas matérias sobre os cuidados com a lavoura, dados sobre a exportação da laranja e o papel do lavrador preencheram as páginas do jornal. Na edição citada anteriormente, a coluna intitulada “O lavrador”, ao final da página 14, afirma que o lavrador é o rei da natureza, pois:

O lavrador oferece à sociedade os tributos da Natureza. É sua a vela que o marujo desfralda para aprisionar os ventos, a seda em que o ricaço se envolve, o branco linho que veste a criança no berço e todos os véus que lhe protegem o corpo das inclemências dos elementos, porque ele, o lavrador, é o intermediário entre Deus e a Natureza e entre a Natureza e o Homem (Correio da Lavoura, 1931, p. 14).

A tendência de oposição entre cidade e campo do *Correio da Lavoura* não pode ser apreendida como formas de vida definitivas e contrastantes, pois o cerne urbano – leia-se distrito sede iguaçuano – seria a materialização de um grupo comprometido com o futuro do município, que preservou valores e virtudes morais firmados na tradição de um “mundo rural”. Partindo do pressuposto de campo e cidade cunhado por Raymond Williams (2001), mesmo que uma sociedade venha a se tornar predominantemente urbana, em seus grupos sociais “persistem formas de antigas ideias e experiências” (Williams, 2011,

3. Silvino Azeredo foi casado com Avelina Martins de Azeredo com quem teve dezesseis filhos; dois dos quais deram prosseguimento ao jornal após a morte do pai, em setembro de 1939. Avelino Martins Azeredo e Luiz Martins Azeredo se mantiveram à frente da comercialização e editoração do *Correio da Lavoura*. Atualmente, o semanário é dirigido por Vinicius Azeredo, quarta geração da família.

p. 123). Por meio século, agentes detentores do capital político e econômico iguaçuano atribuíram a si o progresso municipal com base na manutenção de práticas e valores que perpetuavam sua memória nas páginas do jornal *Correio da Lavoura*, mesmo que transformações de ordem socioeconômica, política ou cultural viessem a ocorrer.

Esse conjunto de mudanças chegou no início dos anos 1960 e fez com que aquele modelo de cidade – moderno, citricultor e tradicional –, elaborado pela imprensa e pelos espaços associativos de letrados como Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL)⁴ e o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI)⁵, fossem postos à prova por uma nova realidade instaurada pelo processo de loteamento das terras ocupadas pela produção de laranja. Segundo Sonali Maria de Souza (1992, p. 93), esse retalhamento das antigas chácaras reordenou o espaço urbano: “Embora articulados às necessidades de habitação popular, eles representaram a invenção de um mercado específico, assim como desencadearam um processo de especulação em lotes”. Os loteamentos iguaçuanos atraíram migrantes e investidores, haja vista sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro pela malha férrea e a rede de acesso aos setores de comércio e de indústria.

O retalhamento do município também foi alvo de disputas político partidárias responsáveis pela emancipação dos distritos de Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947) e São João de Meriti (1947). Os desmembramentos reestruturaram os núcleos administrativos e de poder e, com isso, remodelaram o cenário político da Baixada Fluminense. Estabelecer a aproximação entre a população e lideranças políticas consideradas não tradicionais concretizou o cenário imposto pelos movimentos emancipatórios e a construção de uma periferia. Lucia Silva (2018, p. 21), afirma que a população dissociada do centro citricultor habitava locais sem investimentos por parte do poder executivo iguaçuano, “e que o ambiente urbano e a crescente migração criaram oportunidades de negócios e incorporaram novas lideranças à vida política e econômica dos distritos”.

Associada à reconfiguração física e política do território, a desruralização da região também deve ser considerada no processo de periferização iguaçuano, iniciado nos anos 1960. Na década posterior, a mudança da capital do país para Brasília e o redirecionamento dos investimentos da agricultura para o nacional desenvolvimentismo industrial redefiniram o papel dos municípios desta Baixada até então geográfica. De acordo com Vania Moreira (*apud* Alexandre, 2015, p. 192), com o processo de industrialização e a crescente urbanização “massas cidadinas [tornaram-se um] setor social fundamental [...] O Estado

4. Alexandre, 2015.

5. Fundado em 15 de janeiro de 1962, o IHGNI representou mais um movimento pela instauração de uma unidade acerca da história municipal (Cf. *Correio da Lavoura*, 1962, p. 1-7).

era compelido a atender a algumas demandas populares e [...] os interesses ruralistas foram desprezados”.

O atravessamento da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra (1951), a chegada de indústrias – como a Indústria Química Bayer S/A (1956)⁶ e a Companhia de Canetas Compactor (1954)⁷ – atenuaram a edificação de maneira não contínua do tecido urbano, ou seja, para Santos a periferização se faz “[...] os processos de substituição de formas urbanas adensamento e gentrificação [...] criam condições desiguais de uso das oportunidades espaciais oferecidas pelas cidades, vinculando a exclusão territorial à exclusão social e econômica” (Santos, 2017, p. 440). O fortalecimento de instituições como a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (Acini), dada a expansão imobiliária, a decadência dos pés de laranja e as disputas dos poderes locais sobre o destino da população de migrantes trabalhadores instalada nas franjas da região fizeram com que o *Correio da Lavoura*, jornal mais antigo do município, reforçasse sua função como produtor da história oficial sobre o distrito-sede.

A imprensa, leia-se família Azeredo, trabalhou para que a narrativa histórica constituída sobre a laranja não fosse minimizada ou esquecida, e o discurso das lideranças dos municípios recém-criados e/ou de representantes vinculados a sindicatos ou organizações de populares ganhassem visibilidade. Com as publicações, o CL perpetuou a importância de instituições e atores atrelados às décadas que antecederam as mudanças em curso nos anos 1950 e 1960. Matérias e colunas enfatizavam a importância do semanário e de seus colaboradores na manutenção dos “valores” da sociedade iguaçuana, aqui entendida como a elite citrícola à frente da máquina pública e dos principais espaços associativos locais.

Silvino Silveira⁸ publicou, em 26 de março de 1950, que a boa imprensa, seja grande ou pequena, tem de “iluminar a razão, incitar o bem e proscrever o mal, falar ao espírito e ao coração” (*Correio da Lavoura*, mar. 1950, p. 1). O colunista segue seu texto valorizando o papel do jornal pois:

6. Ver: CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. *A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989)*. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4376>. Acesso em: 1 mar. 2021.

7. Ver: MENDONÇA, Carolina Bittencourt. *“Família Compactor”: A trajetória da Cia. de Canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970*. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

8. Silvino Silveira foi um dos principais colaboradores do *Correio da Lavoura* ao longo de toda primeira metade do século XX. De acordo com o semanário, ele era dentista e figura influente em seu campo de atuação na América Latina. Também assinou a coluna *A lápis* e contribuiu com diversas matérias desde a fundação do CL.

O que vemos na atualidade? Por toda parte, indivíduos “iluminados” pelo desejo de servirem à “Pátria” dominados pela sede de ambições pessoais! As forças políticas, em sua generalidade, se encontram desordenadas, desorientadas, tomando direções antagônicas. O ambiente é de desconfiança; e, em lugar da observância da lei e da pureza dos costumes, notam-se a corrupção, a fraude, a venalidade, a violência e o crime. [...] Neste novo marco do CORREIO DA LAVOURA, com a consciência serena do prosseguimento da obra de Silvino de Azeredo, entoemos entusiástico hino à Liberdade, à Justiça e à Democracia nas Américas, de cujo povir depende o bem da Humanidade (Correio da Lavoura, n. 1.723, 26 mar. 1950, p. 1).

Assim como Silvino Silveira, outros colaboradores do *Correio da Lavoura* publicaram textos que reforçavam a função do jornalismo em “iluminar” o momento de crise instaurado, de modo que o “melhor caminho” fosse tomado, sem indecisões. Contudo, a Iguassú foi absorvida pela Nova Iguaçu periférica, ou seja, tornou-se parte definitiva de uma região responsável por acomodar de maneira barata a mão de obra em deslocamento para o Rio de Janeiro. Foi neste contexto de disputas que a figura de Dionísio Bassi emergiu no meio político. O *outsider* chegou a Nova Iguaçu como funcionário público municipal e adentrou o poder legislativo pelo PSD nas eleições de 1946. Com experiência no campo jornalístico carioca, o jornalista fundaria em dezembro de 1955 o semanário *Correio de Maxambomba*, posteriormente *Correio da Semana*, momento em que exercia seu segundo mandato como vereador, desta vez já proprietário da folha “em defesa da Baixada”.

Mais do que concorrer com o *Correio da Lavoura*, o jornal dirigido por Bassi disputou um lugar de memória dentro da história da imprensa iguaçuana. Para o fundador do *Correio da Semana*, o modo de fazer jornalismo do CL era ultrapassado e defendia um modelo de cidade estagnado, a favor apenas dos interesses de uma “elite atrasada”, mas igualmente necessária para que ele se estabelecesse como figura influente. O conjunto de mudanças despontadas na metade dos anos 1950 fizeram com que o *Correio da Semana* elegesse outros fatos e personagens e, com isso, cobrissem jornalisticamente outros nichos desconsiderados pela concorrência.

O CL permaneceu comprometido em publicar anúncios vinculados ao mundo rural, à alimentação, ao vestuário, à saúde, e, principalmente, à prestação de serviços cartoriais e à administração municipal. A publicação de inúmeros balancetes, editais e ganhos revelam a imbricação entre o público e o privado, ou seja, como o poder executivo municipal privilegiou o semanário dos Azeredo e tornou-se uma importante fonte de renda para o funcionamento do periódico. A folha dirigida por Bassi veiculou, desde sua fundação várias matérias e colunas que atendiam “às demandas da população”, assim como que faziam críticas aos colegas de bancada e ao poder executivo municipal. Manchetes sobre a ausência de saneamento, problemas de abastecimento d’água, grilagem de terras, greves

e festejos populares em bairros afastados do centro da cidade davam o tom das publicações. Mesmo sem dados sobre a vendagem e/ou número de assinantes, pode-se dizer que Dionísio Bassi fez com que o jornal circulasse em distritos como Japeri, Belford Roxo e Queimados; isto se confirma quando olhamos o número de correspondentes do semanário nesses locais.

Em 7 de setembro de 1958, o *Correio da Lavoura* publicou matéria sobre a III “Exposição de Flores e Frutos – Festa da laranja”. No breve texto, o jornal explora nomes de figuras vinculadas à exportação de laranjas, de flores e de plantas ornamentais e de produtos hortícolas e granjeiros. Duas edições depois, o CL estampou manchete em que dizia “hoje, às 10 horas, no início da Festa da Laranja: a inauguração, no Cine Sol, da III Exposição de Flores e Frutos”. Ao final da matéria é publicado como se daria o encerramento, no domingo, dia 28:

Na parte da manhã, retreta pela Banda de Música Santa Cecília, no recinto da Exposição, onde às 19 horas, haverá a coroação da Rainha e das Princesas; entrega das medalhas e dos prêmios aos expositores – a seguir, desfile de carro alegórico, conduzindo a Rainha e as Princesas pelas ruas Bernardino de Melo e Marechal Floriano [grifo meu] (*Correio da Lavoura*, 1958, p. 1).

No limiar dos anos 1950, o *Correio da Lavoura* enaltecia a memória citricultora com símbolos e práticas institucionalizadas. Perpetuar a celebração da produção cítrica no formato de desfiles e exposições significava a manutenção de valores mesmo diante da complexificação do processo de crescimento da cidade, pois Williams afirma que as mudanças sofridas entre classes e dentro delas em um contexto de transformações como esse – emancipações, loteamentos e migrações – faz com que “qualquer pressuposto de comunidade cognoscível – uma comunidade inteira, inteiramente cognoscível – [torne-se] cada vez mais difícil de sustentar” (Williams, 2011, p. 278).

O plano econômico e social para região fez com que Nova Iguaçu se enquadrasse na condição de periferia na segunda metade do século XX, contudo a questão da experiência e do pertencimento de membros da civilização da laranja não seria descontinuado da mesma maneira que os laranjais. Por outro lado, o *Correio da Semana* enquadrrou diversos fatos produzidos por personagens fora do perímetro citricultor. Com o título “Bateram os atabaques em homenagem a Ogum” a chamada entrega a fotografia de um membro das religiões de matriz africana e convida à leitura da matéria completa na página nove.

Publicada em 28 de abril de 1957, a reportagem de Ademar Moscoso afirma que São Jorge Guerreiro foi festejado nos terreiros no último dia 23 de abril. De acordo com o texto, todos os cristãos católicos e membros das “diversas seitas de Umbanda” celebraram a data de São Jorge, contudo a equipe do jornal fez uma ampla cobertura dos festejos em diversos terreiros do município:

Em todo o canto que íamos escutávamos o barulho cadenciado dos atabaques e os gritos simultâneos “Ogum ê! Ogum ê!... O terreiro de mãe Lourdes que tem como guia “Oxum Maré” foi onde permanecemos por mais tempo. Como era de se esperar o ambiente era festivo, muita alegria. Ogân, Babalaô e as Ião com seus colares de contas multicores que indicavam o guia de cada um, batiam palmas e entoavam cânticos em louvor a Ogum Sete Ondas que estava manifestado no Padrinho e executava passo ao som de trepidantes atabaques (Correio de Maxambomba, 1957, p. 9).

O jornal dirigido por Bassi tratou de temas nunca explorados pelo *Correio Lavoura* ou qualquer outro periódico que tenha circulado naquele período. Cobrir celebrações em terreiros de umbanda, no início dos anos 1960, demonstra que o semanário estava disposto a escrever uma narrativa em que o não oficial fosse contemplado. Extensas matérias sobre movimentos grevistas, instalação de grandes indústrias e organizações sindicais em reunião pelo primeiro de maio exemplificam a visibilidade dada a temas silenciados pelo campo jornalístico iguaçuano. Neste sentido, para arregimentar capital político e consolidar-se na imprensa, o *Correio da Semana* teceu uma memória sobre o cotidiano da cidade, as camadas populares e classes dirigentes para além da noção de mundo rural elaborada pela geração citricultora.

A imprensa iguaçuana nas redes sociais

A circulação do *Correio da Semana*, em meados dos anos 1960, fez com que o *outsider* Dionísio Bassi – carioca, filho de imigrantes e ex-militante do PCB – decidisse tratar de temas e problemáticas até então “ignoradas” pelo periódico concorrente mais antigo da cidade, o *Correio da Lavoura*. Sua experiência na imprensa carioca fez com que o político fundasse um jornal que falava de uma Nova Iguaçu em transe, atravessada por emancipações, loteamentos, bairros proletários e crescente produção industrial. Com passagem pelas redações cariocas, Dionísio Bassi fez do jornalismo iguaçuano um laboratório em que o *Correio da Semana* tornou-se um exemplo do periodismo moderno.

Dito isso, divulgar o conhecimento histórico produzido a partir de um jornal como o CS fará com que seu lugar ultrapasse a comunidade acadêmica e ganhe sentido a partir de uma comunidade virtual, ou seja, ao circular memórias que representem seus integrantes, outra narrativa sobre a região poderá ser compartilhada. Alinhados aos tempos digitais, pesquisadores tiveram de aprender sobre sistemas de informação, o que lhes facilitou a obtenção de memórias documentais em qualquer parte do mundo, uma vez que estejam disponibilizadas.

O caminho posto pelas fontes, criadas em meios digitais ou digitalizadas, trouxe consigo um novo ponto de vista sobre a produção do conhecimento histórico e sua divulgação, quando olhamos o crescente número de trabalhos – artigos, dissertações e teses – e produtos gerados a partir de espaços virtuais na última década. As possibilidades de acesso à informação oferecidas a professores e estudantes no âmbito das humanidades permitiu, sobretudo no campo da História, que pesquisas em diversos tipos de suportes – jornais, livros, músicas, obras de arte – tratassem de temas inatingíveis, com base em fontes documentais antes inacessíveis.

Na contramão do fascinante e quase irrestrito acesso à informação digital, o contexto pandêmico instaurado pelo Covid-19 expôs fissuras – *fake news*, descrédito da produção científica e desvalorização das instituições públicas – entre a narrativa historiográfica e a memória tecida a partir das redes sociais. O distanciamento, ampliado pela pandemia, entre o discurso acadêmico e o grande público demarca o paradigma entre memória comunicativa e memória cultural, como escreveu Jan Assmann (2016), visto que a primeira passa pela efemeridade do tempo virtual, e a segunda, pelo processo de conversão das interações sociais do cotidiano em uma memória permanente.

Para Assmann, a memória coletiva, conceito cunhado por Maurice Halbwachs,⁹ se divide em memória comunicativa e memória cultural, sendo a última um tipo de instituição, “ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentemente à situação” (Assmann, 2016, p. 116), ou seja, para que se perpetue junto aos que “não” detêm a memória, ela deve se fazer por meio de monumentos, bibliotecas, arquivos e outras instituições. A memória comunicativa, por sua vez, não é mantida por nenhuma instituição, pois “ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa única razão, tem uma profundidade de tempo limitada” (Assmann, 2016, p. 119).

A durabilidade das memórias depende da solidez de seus vínculos e das estruturas sociais, visto que relações firmadas a partir das redes sociais estabelecem a memória comunicativa informal, dada a dependência da interação diária e a difusa participação de seus membros. Torná-la memória cultural exige “portadores especializados da memória”, ou seja, sujeitos que hierarquicamente dominam um determinado conhecimento a ser perpetuado. Neste sentido, a inserção do discurso histórico, seja ele escrito, imagético ou sonoro, em redes sociais, torna-se fundamental, uma vez que especialistas e historiadores podem fazer a transição da memória comunicativa para a memória cultural.

As edições veiculadas entre as décadas de 1950 e 1970 estão disponíveis, mas incompletas para consulta na Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

9. Ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

O primeiro ano do jornal, 1956, possui um único exemplar na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e as demais publicações que vão de 1957 a 1961 estão microfilmadas na FBN. A partir de 1961, o *Correio da Semana* teve suas edições igualmente localizadas no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional até o ano de 1971. Tanto os microfilmes quanto os arquivos físicos já foram devidamente reproduzidos, organizados e sistematizados, contudo, para esse projeto, atêm-se ao período em que o jornal circulou sob o título de *Correio da Semana*, dada a completude de uma década para análise da pesquisa, bem como pela ausência de produções históricas sobre a imprensa iguaçuana no referido período.

Com base no levantamento realizado, os temas mais recorrentes – educação, saúde, eleições, violência, problemas urbanos, festividades, práticas religiosas – foram sistematizados de maneira que seu conteúdo seja transcrito e as postagens elaboradas. Os assuntos a serem publicados serão padronizados em um formato composto por frase de chamada, título, texto, imagem, *hashtags* e um *link* para *site* relacionado ao tema, mas é preciso que o mesmo conteúdo produzido seja adaptado para cada mídia social escolhida, neste caso o Facebook e o Instagram. Ambas foram selecionadas pela popularidade junto ao público não acadêmico, especialmente o mais jovem, e sua grande potencialidade de replicação do conteúdo disponibilizado.

O *site* Blogs da Ciência da Universidade Estadual de Campinas afirma que divulgar o conteúdo científico significa levá-lo ao máximo de pessoas possíveis, por isso é fundamental que se tenha claro que divulgação científica pressupõe que atividades se ampliem e atualizem um determinado conhecimento, ou seja, que a linguagem técnica seja codificada para uma linguagem acessível.¹⁰ É preciso que esteja claro o objetivo, o público e o trabalho de comunicação a ser desempenhado, por isso além da postagem é necessário que atividades de impulsionamento sejam feitas e que o conteúdo seja entregue ao máximo de usuários. Para fazer isso de maneira orgânica, leia-se não paga, o projeto pretende localizar os perfis onde o grande público, sobretudo, está “marcando e compartilhando com amigos que se encaixam nesse perfil, indicando em grupos do mesmo interesse ou até utilizando *hashtags*” (Mariosa, 2021).

Além da estratégia supracitada também se faz necessário que o conteúdo postado tenha uma frequência, pois isto demonstra que há uma diversidade de fatos, personalidades e instituições desconhecidos abordados por um mesmo tema, e aumenta as chances de o público se identificar com assuntos vinculados à cidade. Nesse sentido, pretende-se que as postagens sejam feitas duas vezes por semana, podendo ocorrer até três vezes em caso de datas comemorativas como o aniversário de Nova Iguaçu ou o dia da Baixada Fluminense, por exemplo. A ideia é que os assuntos tratados estejam conectados ao tempo presente,

10. Ver: Calvo Hernando, 2006.

mostrando que determinadas problemáticas e possibilidades postas ao longo da história local já eram tratadas pelo campo jornalístico.

Definir a frequência das publicações permite que a interação dos seguidores com as postagens seja sistematicamente acompanhada. Averiguar os comentários e responder a eles com assiduidade estabelecerá um diálogo com o público de maneira que ele sinta-se respeitado e próximo do canal. Além da reciprocidade, a comunicação fará com que se saiba quais publicações ganharam visibilidade, quais foram mais compartilhadas e que se descubra o que o público deseja saber sobre a memória produzida a partir das matérias e colunas do *Correio da Semana*.

Conclusão

Durante minha pesquisa de doutoramento, consultas à Hemeroteca Digital permitiram que títulos da imprensa iguaçuana, como o *Correio da Semana*, reforçassem a visão quanto à necessidade de ampliar investigações sobre temáticas consideradas desconhecidas, tal como a imprensa produzida nos arredores da antiga capital do país. Nesse sentido, o lugar ocupado pelo semanário no acervo físico de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional robustece a importância de se minerar objetos considerados por vezes periféricos, a partir de instituições públicas de referência, como a FBN. A produção do conhecimento histórico com base neste jornal evidencia, entre outros aspectos, que a produção jornalística feita por e sobre sujeitos dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro não estão perdidas, mas silenciadas, aguardando que novos estudos explorem e que se permitam divulgar o conhecimento feito a partir deles.

Publicar temas do cotidiano iguaçuano trazendo o paralelo entre passado e presente, e posteriormente reuni-los em uma coletânea ou periódico científico, concretiza o que Assmann denominou cruzar a fronteira estrutural, ou seja, tornar essas “memórias que trabalham”, que se colocam nas redes, em “memórias de referência”. Mais do que reverberar o discurso histórico nas redes sociais, a proposta deste papel é repensar os formatos de memorização a partir das redes sociais e da pesquisa de pós-doutoramento em andamento. Dito isso, a proposta tende a valorizar não somente o acervo de uma instituição como a Biblioteca Nacional, mas também a realização de uma operação historiográfica elucidativa que permita o compartilhamento de histórias, nunca contadas, a partir das memórias tecidas pela imprensa fluminense.

Referências

- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, [s.n.], 1996.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, [s.l.], v. 19, n. 1, jan./jun. 2016, p. 115-128.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 264 p.
- CALVO HERNANDO, M. Conceptos sobre difusión, divulgación, periodismo y comunicación. 2006. 3 p.
- CORREIO DA LAVOURA, n. 731, 22 mar. 1931, p. 2.
- CORREIO DA LAVOURA, n. 1.384, 25 nov. 1962, p. 1-7.
- CORREIO DA LAVOURA, n. 1.723, 26 mar. 1950, p. 1.
- CORREIO DA LAVOURA, n. 2.166, 21 set. 1958, p. 1.
- CORREIO DA SEMANA, n. 523, 18 dez. 1965, 1965, p. 2.
- CORREIO DE MAXAMBOMBA, ed. 74, 28 abr. 1957, p. 9.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares (org.). Apresentação. In: D'ARAUJO, Maria Celina Soares (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Uerj; Editora FGV, 1999, p. 7-12.
- ENNE, Ana Lúcia. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades*. 2002. 502 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000580786>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- MARIOSIA, Erica. Como divulgar meu conteúdo de divulgação científica nas mídias sociais? *Blogs da Ciência da Universidade Estadual de Campinas*. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mindflow/?p=444>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Imigração portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 6, 2012, p. 79-95. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a12.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.
- MUELLER, Suzana P. M; CARIBÉ, Rita de Cássia V. Comunicação científica para o público leigo: breve histórico. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. esp, 2010, p. 13-30. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33885>. Acesso em: 29 jul. 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX). *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2013, v. 1, p. 1-18. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada*. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/marcos-cesar.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SANTOS *et al.* O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. *Urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 set./dez., 9(3), p. 430-442.

SANTOS, Henrique Buy dos. Os comitês democráticos populares na Baixada Fluminense (1945-1947). In: GARCIA, Graciela; SALES, Jean; SILVA, Lúcia (org.). Capítulos da História da Baixada Fluminense – ensino e pesquisa na Licenciatura de História do Campus de Nova Iguaçu. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2013.

SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. Tradução e posfácio: Júlio Pimentel Pinto, prólogo: Sérgio Miceli. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. *Revista Mosaico*, Vassouras, v. 9, n. 2, Suplemento jul./dez. 2018, p. 19-25. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1397>. Acesso em: 4 mar. 2021.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. 1992. 181 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

TOMBERG, Yuri Oliveira. *Mapeamento de periferização em potencial segundo a topografia de Herval, RS*. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ofm/2020/09/17/mapeamento-de-periferizacao-em-potencial-segundo-a-topografia-de-herval-rs/>. Acesso em: 4. out. 2021.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

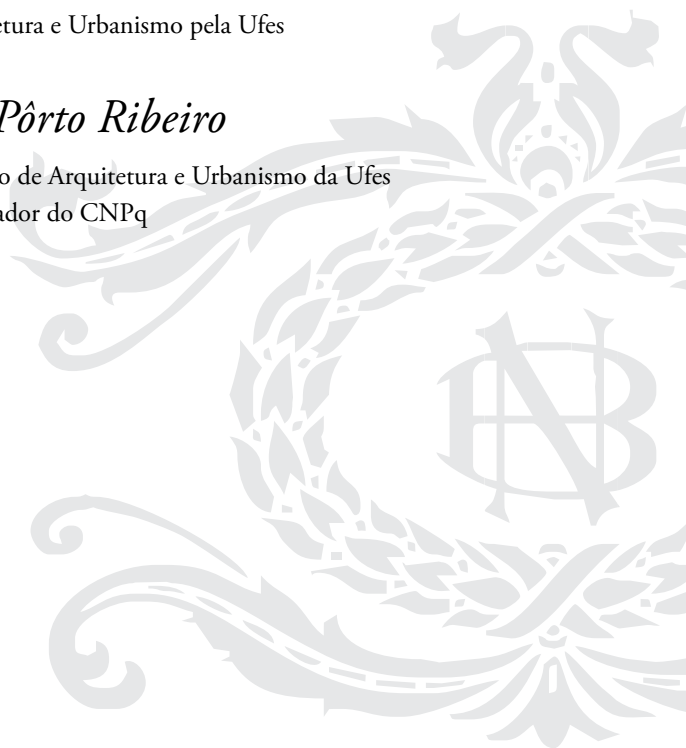
A casa senhorial em Vitória (ES) na passagem do século XIX para o XX

Pâmela Tomazini Lira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Ufes

Nelson Pôrto Ribeiro

Professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes
e pesquisador do CNPq





Resumo

Esta pesquisa se propõe a investigar a casa senhorial capixaba no contexto das transformações urbanas sofridas pela cidade de Vitória na passagem do século XIX para o XX. Para tanto, se debruça sobre três edificações residenciais significativas desse período: o Palacete de João Rodrigues da Silva, o Palácio Episcopal e o Palácio das Águias. Por meio de descrições e de iconografia, busca a “reconstrução” destas edificações do período eclético, não mais existentes. Através de aproximação bibliográfica e de consulta a documentação primária (periódicos da época e material iconográfico), pretende estudar a elite capixaba e suas vivências sociais, bem como a história da arquitetura capixaba eclética e dos seus arquitetos e construtores.

Palavras-chave: Casa senhorial capixaba. Arquitetura capixaba. Arquitetura eclética.

Abstract

This research aims to investigate the manor house of Espírito Santo Province in the context of the urban transformations suffered by the city of Vitória in the passage from the 19th to the 20th century. Therefore, it focuses on three significant residential buildings from that period: the Palace of João Rodrigues da Silva, the Episcopal Palace and the Águias Palace. Through descriptions and iconographic documentation, it seeks the “reconstruction” of these buildings from the eclectic period, which no longer exist. Through a bibliographical approach and consultation of primary documentation, it intends to study the Capixaba elite and their social experiences, as well as the history of eclectic Capixaba architecture and its architects and builders.

Keywords: Manor House. Architecture. Eclecticism.



Introdução

Desde as décadas finais do século XIX até meados do século XX, a cidade de Vitória passa por diversas transformações urbanas. Essas mudanças tinham a intenção de melhorar a qualidade de vida dos habitantes da capital, que sofriam com constantes epidemias, insuficiência no abastecimento de água e ausência de serviços de captação de esgotos (Novaes, [s.d.], p. 368-369); bem como pretensões estéticas de modernizar seu aspecto, que até então era de burgo colonial.

Da preocupação higienista e do crescimento da cidade, decorre a introdução de serviços de saneamento, abastecimento, transporte e iluminação, áreas públicas de lazer e projetos de expansão (Oliveira, 2008, p. 442). Em paralelo, são observados esforços governamentais direcionados à educação e instrução (Novaes, [s.d.], p. 368-369), e a inauguração de edifícios públicos como escolas, biblioteca e arquivo, o que indica um momento de valorização cultural.

Enquanto, no âmbito público, essas alterações sofridas pela cidade de Vitória podem ser observadas na implantação dos serviços acima mencionados, na esfera privada elas se expressam por meio da adoção do ecletismo na arquitetura das residências da elite capixaba. Socialmente, “a vida cultural da cidade da 1ª República é irreconhecível quando comparada à do período anterior”.

A cidade que sucedeu a vila colonial vai ser dominada pelo laico, pelo espaço público nos seus sentidos político, pedagógico e lúdico. A dessacralização do espaço da cidade virá acompanhada de uma maior diversidade de funções que se expressam através de instituições e instalações (Ribeiro, 2023, p. 76).

No Brasil, o emprego do historicismo ou estilo eclético na remodelação de algumas cidades, como no caso do Rio de Janeiro e de Vitória, é uma consequência do desejo de romper com o passado e apagar a condição colonial do país (Fabris, 1993, p. 136). O ecletismo foi uma “expressão da arquitetura” em que diversos estilos do passado europeu eram evocados, como o clássico e o gótico, assim como suas características (Bonametti, 2006, p. 3). Além disso, “o elemento determinante do ecletismo é o encomendante” (Pevsner *apud* Fabris, 1993, p. 132). E uma das questões fundamentais desse estilo é a da representação, o que explica a importância concedida às fachadas, de forma que a arquitetura evidenciasse o *status* de seu ocupante (Belger *apud* Fabris, 1993, p. 134).

Apesar da relevância do movimento eclético como expressão da Primeira República no Rio de Janeiro (Leite; Ribeiro, 2012, p. 26) e, consequentemente, em Vitória, esse é um dos períodos menos considerados no estudo da historiografia da arquitetura brasileira. Isso, devido à má reputação do estilo que, entre a arquitetura colonial e a moderna, foi tido como sem originalidade e de mau

gosto; julgamentos, entretanto, que não se sustentam. Assim sendo, somente na década de 1970 realiza-se o tombamento das primeiras edificações ecléticas pelo Iphan¹ – quatro edifícios de grande importância institucional na Avenida Rio Branco, antiga avenida Central, no Rio de Janeiro – o que significa que até então “parte importante do patrimônio arquitetônico brasileiro do período eclético foi demolida” ou descaracterizada “por falta de proteção” (Ribeiro, 2020). Mais recentemente, entretanto, o ecletismo tem sido resgatado por trabalhos na área de história da arquitetura, com o qual se identifica esse estudo.

Nesse contexto, a presente pesquisa investiga a casa senhorial e estuda a elite e a história da arquitetura capixaba através das edificações residenciais mais significativas do período eclético, em especial do início do século XX. Para tanto, se debruça sobre três dessas construções e visa “reconstruir” por meio de iconografia e descrições essas residências do ecletismo capixaba não mais existentes: o Palacete de João Rodrigues da Silva na rua 7 de Setembro (posteriormente adquirido para sede da Prefeitura); o Palácio Episcopal na rua José Marcelino, Cidade Alta, próximo à Catedral; e o Palácio das Águias no morro Santa Clara, residência do presidente do estado na década de 1920.

A metodologia empregada no levantamento das informações pretende se basear fundamentalmente em documentos primários: documentos iconográficos arquitetônicos (plantas de arquitetura originais que existam nos arquivos do município, do estado ou da igreja); documentos iconográficos fotográficos (fotografias antigas); e artigos nos periódicos da época que descrevam as construções e as atividades sociais nelas desenvolvidas (busca intensiva em jornais e periódicos capixabas digitalizados e disponíveis para consulta online na Hemeroteca Digital do site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Concomitantemente, consulta-se documentação secundária constituída por cronistas e ensaístas, além de uma bibliografia capixaba diversa, da qual destacam-se Serafim Derenzi e Elmo Elton.

Busca-se, assim, localizar os edifícios na cidade, visualizar suas características arquitetônicas, entender a cronologia dos acontecimentos que neles ocorreram e, dessa forma, produzir o resultado. Conteúdo que contribui com o estudo e o conhecimento da história da arquitetura capixaba, seus arquitetos e construtores; além da vida privada das elites, suas residências e vivências; e a valorização e a defesa da arquitetura eclética do Espírito Santo, até então escassamente examinada.

A realização da presente pesquisa ocorre no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

1. Na verdade, existem umas poucas edificações ecléticas tombadas antes desta década, como o Teatro Amazonas em Manaus que, entretanto, só foi inscrito no Livro Histórico. Mas é a partir das décadas 70/80 que a prática de tombar prédios ecléticos se institucionaliza no Iphan.

A elite capixaba

Vitória possuía no início do século XIX um bom número de belas edificações assobradadas com balcões e vidraças. Segundo o naturalista Saint-Hilaire, em 1818, os capixabas cuidavam “bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas tem janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa” (Saint-Hilaire, 2002, p. 45). O bispo Coutinho por sua vez, na mesma época, confirmou “muitas casas nobres de dois e três andares” (Coutinho, 2002, p. 115).

Mas estas eram edificações que estavam ainda restritas aos limites da casa urbana colonial: casas geminadas inseridas em um lote estreito, sem jardins frontais, alinhadas com a testada do terreno e com quintal de serviço aos fundos. Ainda não se trata da casa apalacetada do final do século XIX que uma elite, no contexto de uma vida urbana ainda em desenvolvimento no que isso tem de mais sociológico, iria construir, para atender às suas novas necessidades sociais e culturais.

Em primeiro é necessário caracterizar essa “elite capixaba” urbana da passagem do século XIX para o XX, que, a rigor, não passava de uma classe média abastada, pois muitos dos seus componentes eram mesmo funcionários públicos ou de empresas privadas – tais como Aminthas Rebello e Kosciuszko Barbosa Leão – e os mais ricos, eram comerciantes bem sucedidos, entre eles Augusto Cruz e Antenor Guimarães, assim como também representantes de empresas estrangeiras ou mesmo de exportadores de café, e também, acredita-se, proprietários rentistas, embora Campos Jr tenha constatado atuação mais forte deste tipo de capitalismo a partir apenas da década de 1930 (Campos Jr., 2002, p. 57).

Observa-se, entretanto, que no início do século XX o investimento em construção de imóveis para aluguel e venda era já bastante lucrativo e atraía empresários como Rodrigues da Silva e Antenor Guimarães, em parte porque é possível acompanhar na imprensa coeva a movimentação de licenças de obras demandadas por estes profissionais para edificações sob suas responsabilidades de construtores, e em parte porque, em 1908, são ambos relacionados entre os 15 maiores contribuintes do imposto predial do Município, sendo que o montante, nos dois casos específicos, se relaciona à existência de mais de uma propriedade (Diário da Manhã, 11 jan. 1908, p. 3).

Antenor Guimarães, por exemplo, consta em 1910 no “Lançamento do Imposto Predial de casas próprias e alugadas da capital” como o maior proprietário da região da Vila Moscoso, onde possuía vinte imóveis que eram alugados, dois que estavam fechados, um em construção e dois outros de uso próprio – uma casa e uma cocheira (Diário da Manhã, 13 jan. 1910, p. ileg.).

Também é significativo o fato de que apenas três anos após a construção do seu palacete residencial, sem nenhum aparente contratempo financeiro, Rodrigues da Silva já o estava ofertando ao município para ser sede administrativa

– “João Rodrigues da Silva, oferecendo por venda [...] o seu palacete à rua Sete de Setembro, com suas mobílias, a fim de aí funcionar o paço do governo municipal” (O Estado do Espírito Santo, 7 jul. 1898) – negociações que embora encetadas a partir de 1898 só foram concluídas, a princípio, em 1904 através de arrendamento e em definitivo, em 1907, através de venda, deixando fortemente supor que o objetivo da construção desde o início era o de uma boa negociação.

O ecletismo é um momento ímpar na história da arquitetura capixaba, é quando as edificações coloniais são deixadas de lado – ainda que não demolidas mas reformadas – e novas técnicas assim como novos materiais são evidenciados. É importante dizer que até então a arquitetura era fruto apenas de técnicas e materiais locais, e que o surgimento da Estrada de Ferro vai possibilitar transformações radicais: para a implantação da Estrada de Ferro vai ser necessária a presença de engenheiros, os profissionais mais qualificados para a construção civil do período.

Entre os primeiros palacetes dessa elite da passagem do século foram identificadas casas que tinham sido construções coloniais reformadas, o que deve ter sido o caso dos conhecidos palacetes Augusto Cruz e Morgado Horta, dos quais só sobram registros testemunhais, todos situados na parte histórica mais antiga da cidade. Evidentemente por suas características de prédios reformados se viram constrangidos ao lote colonial, a uma implantação não mais condizente com as aspirações da cidade republicana.

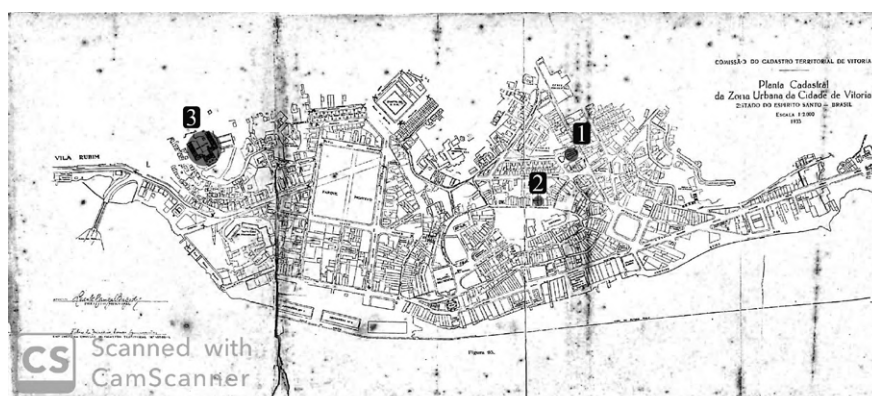
A casa de elite apalacetada, em centro de terreno, com jardim, incorporando a linguagem arquitetônica do ecletismo só aconteceria em Vitória no início do século XX nos novos espaços adquiridos ao mar ou contíguos, em regiões ainda não totalmente habitadas: de início a Vila Moscoso, mais tarde a Praia Comprida – esta última em um período não mais abrangido por esta pesquisa. Seria uma nova maneira de habitar, moderna nas suas soluções técnicas, provida de energia elétrica, água corrente, WC e banheiros, inclusos na planta principal, assim como cômodos com funções novas e variadas – *fumoir*, *boudoir*, biblioteca etc. – casa essa alinhada com uma nova sociabilidade que pretendia acompanhar a das elites da capital da 1ª República.

O sumo exemplar desta categoria de casa apalacetada foi a residência do sr. Antenor Guimarães ainda existente nos dias atuais e conhecida como Vila Oscarina, construída no entorno do Parque Moscoso, a nova região central que foi ganha no final do século XIX e início do XX ao mangue, e incorporada no contexto de uma cidade republicana. A Vila Moscoso será doravante local das residências da elite. Nela serão construídas edificações imponentes, mas também casas de aluguel assim como casas mais modestas para funcionários públicos. As primeiras, situadas em terrenos amplos que possibilitavam jardins frontais ou nas laterais, assumindo já estética totalmente eclética; de início de tendências classicizantes ou *art-nouveau*, mais tarde, aderindo ao partido do

bungalow ou mesmo ao *art-decô*. Também nesta região é digna de nota o palacete do coronel João Ribeiro da Silva construído por volta de 1914 por André Carloni – o grande construtor do período.

Tem-se também uma série de residências amplas e apalacetadas que foram construídas do zero – ou seja, não são reformas – em região histórica e antiga da cidade, e que portanto ficaram numa situação híbrida: são verdadeiras edificações ecléticas mas adaptadas no contexto de um lote colonial, tal como o palacete episcopal na Rua José Marcelino ou o palacete Barbosa Leão na Praça João Clímaco.

A última fase dessas residências ecléticas, mas que foge aos limites do presente trabalho e, portanto, não serão examinadas é onde predominou o estilo *bungalow* mas também o protomoderno – nomeadamente o *art-decô* – são edificações construídas a partir do final da década de 1920 e ao longo da década seguinte no Novo Arrabalde, e dessa forma, beneficiam-se também de lotes amplos – tais como os do Parque Moscoso – que permitiam uma nova implantação e urbanização. A seguir, serão examinadas algumas dessas residências enumeradas de uma forma cronológica.



LEGENDA:

- 1 Palacete de João Rodrigues da Silva, posterior Prefeitura Municipal de Vitória.
- 2 Palácio Episcopal.
- 3 Palácio das Águias, Palácio de Nestor Gomes ou Palácio de Santa Clara.

Figura 1 – Localização dos edifícios em mapa da cidade de Vitória em 1933. Engenheiro Fábio Guimarães. Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitória, Estado do ES In: BRIGIDO. *O município de Vitória sob o Regime Revolucionário – Triênio 1930-1933*, [s.d.].

A casa senhorial em Vitória: os palacetes pesquisados

A pesquisa realizada possibilitou a identificação da localização dos edifícios estudados representada em mapa histórico (Figura 1) e recorte de mapa atual da Cidade de Vitória (Figura 2); a delimitação de datas importantes, as

descrições de características arquitetônicas e atividades sociais realizadas; bem como o levantamento de um conjunto de fotografias antigas das construções que são objeto do estudo.

Palacete de João Rodrigues da Silva

Nome do bem	Palacete de João Rodrigues da Silva, posterior Prefeitura Municipal de Vitória
Arquiteto	Da construção do edifício, desconhecido. Da reforma de 1925, arquiteto Joseph Pitilick.
Construtor	Da construção do edifício, desconhecido. Da reforma e ampliação de 1925, Empresa Politi, Derenzi & Cia.
Data de construção	1895; reformado em 1925.
Data de demolição	Entre 1971 e 1975.
Localização	Rua Sete de Setembro, Paço Municipal. Atual Praça Ubaldo Ramalhete Maia. Vitória, ES.

Tabela 1 – Ficha técnica do Palacete de João Rodrigues da Silva. Elaboração: os autores.

Rodrigues da Silva foi um comerciante “português e próspero” (Derenzi, 2015) que, em 1895, construiu na rua Sete de Setembro “bela residência retangular, sobrado, em meio jardim, defendido por muro e gradil de ferro, pintado de azul com portais brancos. Um apazível palacete de apreço” (Derenzi *apud site* Morro do Moreno). Já em 1898, o jornal *O Estado do Espírito Santo* noticia a possibilidade de arrendamento do Palacete para funcionamento do “Paço Municipal”. No ano de 1904, definem-se as cláusulas de ocupação desta propriedade e João Rodrigues da Silva assina o termo de arrendamento do prédio (*O Estado do Espírito Santo*, 26 abr. 1904, p. 1).

Estando instalada a prefeitura no referido palacete, menções ao edifício em jornais locais apontam para a sua possível compra, pelo governo municipal, entre os anos de 1907 (*Jornal Oficial*, 25 maio 1907) e 1910 (*Diário da Manhã*, 14 jul. 1910, p. 2). No entanto, publicação de 1975 indica que a transação teria ocorrido, na verdade, em 1916.

O governo municipal situava-se na cidade alta, em casarão pouco recomendável, oriundo da era lusitana. O engenheiro Henrique de Novaes, elevado a prefeito da Capital, em 1916, elaborou um plano de melhoramento urbano perfeitamente lógico. Precisava de mais espaço e conforto para trabalhar. Adquiriu o palacete do senhor

João Rodrigues da Silva, fez melhorias internas e transformou a propriedade privada em edifício público, acabando o jardim e muros de vedação [...] (Derenzi, 2015).

De todo modo, sabe-se que entre os anos de 1915 e 1924 as notícias demonstram o decorrer de atividades no edifício. São convocadas juntas apuradoras para eleições (Diário da Manhã, 23 abr. 1916, p. 4; 17 dez. 1916, p. 5; 12 abr. 1924, p. 5), acontecem sessões solenes (Diário da Manhã, 31 maio 1917, p. 2), realiza-se experiência da iluminação da parte externa e interna do edifício cuja “disposição de lâmpadas causou magnífico efeito” (O Povo, 9 maio 1920, p. 3), há divulgação da Junta de Alistamento Militar sediada no edifício (Diário da Manhã, 29 jun. 1924, p. 6), entre outros. Obras de reforma e ampliação do palacete começam em 1925, no mandato do prefeito Octavio Índio Peixoto.

A bela e severa coleção de edifícios públicos, ufania de Vitória, vai aumentar-se de mais um, quase acabado - é o novo Paço Municipal. De fato, a obra empreendida pelo sr. Octavio Índio é mais que simples remodelação, é uma construção integral, nova, moldada em nobre estilo de arquitetura. [...] o antigo edifício não mais satisfazia os fins para que foi adquirido. [...] O novo, ampliando as acomodações, ventilando aposentos, [...] serve melhor aos interesses da coletividade (Diário da Manhã, 29 maio 1926).

O projeto é do arquiteto tchecoslovaco Joseph Pitlick (ou Pittlick), e a execução é realizada pela firma Politi, Derenzi & Cia, vencedora em concorrência pública.

Trazido pela fama dos grandes melhoramentos que se realizavam em Vitória, aportou um famoso arquiteto tchecoslovaco, Joseph Pitlick [...]. Octávio Peixoto deu-lhe a projetar a ampliação e reforma da Prefeitura. O arquiteto projetou com arte e economia um palacete neoclássico, Luiz XVI, com especificações adequadas ao estilo, inclusive mobiliário e decoração. [...] O edifício foi construído rigorosamente dentro do projeto a especificações: lajes em concreto, telhado em peroba campo, com cobertura de telhas tipo Marselha. Escada em mármore carrara, gradil e portões em ferro batido, corrimão em metal, executado por Ricardo Simões, serralheiro que viera de Portugal, guarnecer o pavilhão português na falada exposição centenária. Soalhos de madeira seca, acapu e pau-cetim, vindos de Belém do Pará, tetos, sancas, florões, em gesso, esculpidos por um príncipe russo, exilado, cujo passaporte eu li, Waldemar Bogdanoff. [...] O mobiliário, em estilo império, é trabalho da Read Star, famosa mobiliadora que dominou o mercado de móveis finos do Rio de Janeiro. Os passos comuns, pavimentados em cerâmica alemã (Derenzi, 2015).

A inauguração do edifício aconteceu em 19 de fevereiro de 1927, com um baile oferecido pelo prefeito Octavio Índio do Brasil Peixoto e sua esposa (Diário

da Manhã, 19 fev. 1927, p. 3). O que foi noticiado a respeito desse evento descreve uma série de características do prédio, das quais destaca-se o aspecto externo simples e imponente, e um interior finamente decorado. A elegância dessa festa revela, também, práticas sociais da elite capixaba.

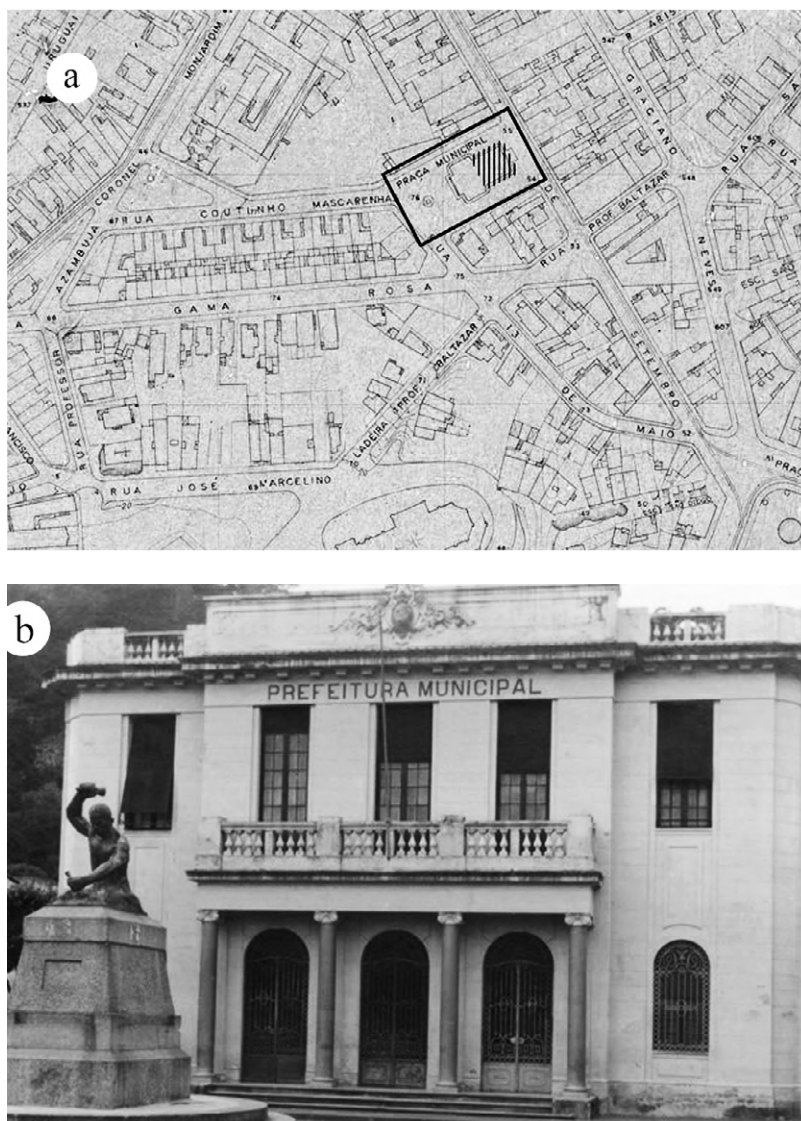


Figura 2 – (a) Recorte de Mapa da Cidade de Vitória de 1946 com destaque para o prédio da Prefeitura Municipal, já reformado e ampliado. A hachura delimita o palacete original. (b) Monumento ao Trabalho e Prefeitura Municipal, possível década de 1930. Fonte: (a) Arquivo público da Prefeitura Municipal de Vitória, manipulado pelos autores. (b) Acervo dos municípios brasileiros.

[...] o magnífico baile que o sr. prefeito Octavio Peixoto e exma. senhora ofereceram a sociedade espírito-santense, por ocasião da inauguração do Paço Municipal [...]. O salão ostentou o que de mais fino e elevado possuímos em nossa alta sociedade. [...] Este baile [...] efetuou-se no principal salão do Paço Municipal. [...] Só podiam ser vistas as lindas cortinas e os pesados reposteiros que caem ao longo das janelas e das portas amplas [...] (Diário da Manhã, 22 fev. 1927, p. 3).

Os grupos confortáveis e sumptuosos, modelados em estilo império, Napoleão I e talhados em óleo vermelho, dão a este salão uma rara imponência, que se casa bem com a riqueza dos tapetes e dos lustres, demonstrando a hábil orientação artística de quem presidiu a sua decoração. O seu harmonioso conjunto encanta a vista e prende, ao mesmo tempo, pela sua aparência de simplicidade e pelo capricho extremo de bom gosto que foi feito [...] (Diário da Manhã, 15 mar. 1927, p. 22).

No decorrer dos anos, as menções ao Palacete apontam novamente para atividades no edifício. Em 1928 foi inaugurada “a galeria dos presidentes do estado do Espírito Santo, e dos prefeitos desta cidade, no Paço Municipal” (Diário da Manhã, 3 abr. 1928, p. 1). E em 1929 sabe-se que a sede da Junta de Alistamento Militar permanece na localidade. Em notícia de 1956 a estátua do Monumento ao Trabalho em frente à Prefeitura Municipal é citada (Folha Capixaba, 5 maio 1956).

Com o crescimento da cidade, constrói-se um novo edifício em Bento Ferreira, para onde a Prefeitura Municipal se transfere na década de 1970 e onde funciona até os dias atuais. O Palacete é então demolido, na gestão do prefeito Chrisógono Teixeira da Cruz (1971 a 1975), restando o Monumento ao Trabalho (Elton, 1986, p. 121-122). Hoje, onde havia o edifício, está a Praça Ubaldino Ramalheira Maia.

Palácio Episcopal

Nome do bem	Palácio Episcopal
Autor	Desconhecido.
Data de construção	Sabe-se apenas que as obras estavam adiantadas em 1906.
Data de demolição	Entre 1972 e 1976.
Localização	Rua José Marcelino, Centro. Vitória, ES.

Tabela 2 – Ficha técnica do Palácio Episcopal. Elaboração: os autores.

O bispado do Espírito Santo foi criado em 1895 e, em nove de março de 1902, assume dom Fernando de Souza Monteiro, segundo bispo da nova Diocese. De acordo com o *Diário da Manhã*, a construção do Palácio Episcopal foi

obra de seus esforços. O *Jornal Oficial* noticia, no fim de 1905 e início de 1906, que as obras deste novo edifício destinado a ser residência do bispo prosseguem adiantadas na rua José Marcelino, e que atestam “gosto e perícia do hábil arquiteto que contratara a sua edificação” (*Jornal Oficial*, 26 abr. 1906, p. 1).

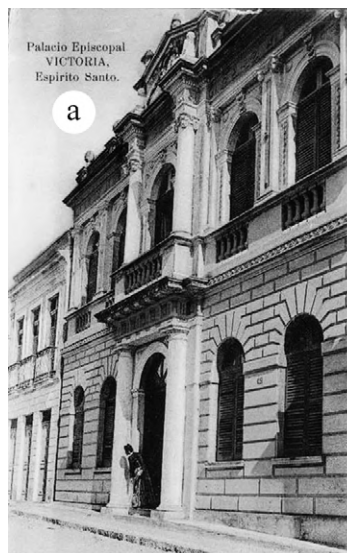
O nome do referido arquiteto não é mencionado, e a data de conclusão das obras permanece desconhecida, mas é possível que estas tenham se encerrado entre os anos de 1906 e 1908, a partir dos quais as notícias de atividades no Palacete se intensificam. Na busca por artigos que mencionassem o edifício: reuniões, jantares, visitas, hospedagens e celebrações religiosas são frequentemente citadas. Nas publicações a respeito destas ocasiões, é possível capturar características do Palácio Episcopal.

[...] seguindo depois para o palácio episcopal. Ali foi d. Fernando Monteiro imensamente visitado, conservando-se até tarde no salão nobre de palácio (*Commercio do Espírito Santo*, 9 nov. 1910, p. 1).

[...] foram ao Palácio Episcopal prestar suas homenagens ao exmo. sr. Bispo Diocesano, sendo recebidas no salão de honra pelo secretário de s. exa. (*Diario da Manhã*, 24 abr. 1921, p. 3).

O ato religioso foi celebrado pelo sr. Bispo Diocesano, na capela do Palácio Episcopal [...] (*Diario da Manhã*, 14 dez. 1922, p. 4).

Figura 3 – (a) Residência do Bispo (Provável 1910-1911). (b) Catedral Metropolitana de Vitória e Palácio Episcopal (1972). Fonte: (a) BCUFES – Coleção Mário Aristides Freire – Foto 304. (b) Acervo da Biblioteca Nacional.



[...] comunica-se que acaba de ser instalada, no andar térreo do Palácio Episcopal, a secretaria da Semana Eucarística [...] (Diário da Manhã, 5 jun. 1936, p. 1).

Ademais, no fundo palácio “havia um terraço decorado com duas figuras femininas, em tamanho natural, talhadas em mármore, as quais eram vistas, mesmo de longe, pelos que moravam em determinada área da parte baixa da cidade [...]” (Elton, 1986, p. 105). A importância e prestígio do Palácio Episcopal à época são evidenciados por visitas ilustres (Diário da Manhã, 17 mar. 1932, p. 1; 16 dez. 1922, p. 7), e pela existência de um bonde especial para o prédio (Diário da Manhã, 26 ago. 1916, p. 2).

O jornal *Diário da Manhã* em 1921 informa que “o vistoso Palácio Episcopal terá assim a imponência da sua frente na bela e futura Praça”, indicando a realização da atual praça dom Luiz Scortegagna, cujas obras aconteceram na década de 1920. Dessa forma, o edifício que antes ficava em uma rua estreita, com a construção da praça ganha destaque visual.

Tem-se acesso a notícias de atividades nesta sede do Bispado até 1937. Não se sabe em que ano a residência do bispo teria sido transferida para outro endereço, nem quando teria ocorrido a demolição do Palacete. Porém, há uma fotografia do ano de 1972 em que ainda é possível visualizar o prédio. Em consulta à Prefeitura Municipal de Vitória, sabe-se que os primeiros registros do Edifício Residencial Belatrix, que hoje ocupa o lote onde o Palácio Episcopal se localizava, datam de 1976. Assim, é plausível concluir que sua demolição tenha ocorrido entre estas datas.

Palácio das Águias

Nome do bem	Palácio das Águias, Palácio Nestor Gomes ou Palácio de Santa Clara
Autor	Desconhecido.
Data de construção	1923.
Data de demolição	Abandonado em 1970, teve suas ruínas tombadas em 1985.
Localização	Rua Santa Clara, Morro de Santa Clara. Vitória, ES.

Tabela 3 – Ficha técnica do Palácio das Águias. Fonte: elaborada pelos autores.

Elmo Elton ao descrever a rua de Santa Clara afirma que no governo de Nestor Gomes (1920 a 1924), “construiu-se, ali, um palacete, para residência presidencial, a que chamaram ‘Palácio das Águias’, visto que, no alto de sua frontaria, via-se, esculpida, uma grande águia, de asas abertas, como que pronta

para voar” (Elton, 1986, p. 169). O prédio, segundo Derenzi, era de “horrível estilo, de janelas curvas e colunas gregas” (Derenzi, 1965, p. 168).

O referido palacete, também conhecido por Palácio Nestor Gomes ou ainda Palácio de Santa Clara, teria sido inaugurado em 1923 (Prefeitura Municipal de Vitória, [s.d.]). Em agosto do mesmo ano encontra-se ocupado, funcionando como residência do governador: “O sr. Presidente do Estado ofereceu [...] um jantar, servido na sua residência particular, no Palácio de Santa Clara” (Diário da Manhã, 2 ago. 1923, p. 4).

No entanto, a edificação desempenha esta finalidade por pouco tempo. Já em maio de 1924 o edifício havia passado por transformações, conforme descrição contida nas “Realizações do Quatriênio” do governo estadual, divulgadas em periódico:

Construção do edifício de Santa Clara agora acrescido de um pavilhão do lado Norte, já coberto e tendo 540 metros quadrados de área utilizável e de outro pavilhão, do lado Sul, em via de receber engradamento do telhado e tendo 1080 metros quadrados de área utilizável (Diário da Manhã, 23 maio 1924, p. 13).

Na gestão seguinte, o prédio foi cedido para o Orfanato de Santa Luiza. O governador do estado do Espírito Santo, Florentino Ávidos, relata:

O pavilhão em que se agasalham as crianças do Orfanato Santa Luiza se acha em situação perigosa. Para desocupar tal pavilhão, combinei com a administração da Santa Casa na transferência dos órfãos para o Edifício de Santa Clara, onde também se fizeram necessários alguns reparos. A esse edifício, construído para residência presidencial pelo governo passado, foi pelo mesmo governo dado outro destino com a construção de dois grandes pavilhões. E como se não prestasse o prédio pra nenhum dos fins visados, dei uma aplicação útil e imediata, embora provisória (O Estado do Espírito Santo, 4 maio 1925, p. 22).

Em março de 1925 o orfanato já havia sido transferido para o aludido prédio. Em 1927, há a necessidade de reformas (Vida Capixaba, 15 abr. 1927, p. 1) e, no mesmo ano, ocorre a execução de tais obras, que incluem “serviços de reparos, de conservação e de renovação” (Diário da Manhã, 14 maio 1927, p. 10). Em 1936, o *Diário da Manhã* noticia a incapacidade do edifício em continuar abrigando o orfanato, e alguns anos depois a instituição é transferida para a avenida Nossa Senhora da Penha, junto à Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia – Emescam (PMV, [s.d.]).

O Orfanato Santa Luiza, está sob dependência da Santa Casa de Misericórdia. Instalado na antiga residência presidencial, no Morro de Santa Clara, abriga atualmente 118 meninas, quando sua lotação é de 100. [...] O prédio, mal construído

e inadaptável, está com algumas dependências em estado precário, constituindo perigo para as meninas. As salas de aulas, dormitórios e demais compartimentos, acanhadíssimos. Há falta de espaço, carência de luz (Diário da Manhã, 18 out. 1936, p. 3)

Sendo o orfanato transferido, nos anos 1950 o palacete é ocupado por outra instituição. O autor Elmo Elton afirma que o Palácio passou a ser escola de 1º grau “Maria Ericina Santos”, função que possuiu até os anos 1970, quando foi abandonado (Elton, 1986, p. 170). O escritor e historiador Luiz Guilherme Santos Neves corrobora essa informação: “antes de cair aos pedaços: tornou-se sede do Orfanato Santa Luísa e serviu, depois, de grupo escolar ali pessimamente acomodado [...]” (Neves, [s.d.]). Assim como a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo “[...] nos anos 1950 passou a ser Grupo Escolar Maria Ericina Santos até os anos 1970, quando foi abandonado” (Secult, [s.d.]).

No entanto, a Prefeitura Municipal de Vitória, em site sobre o bairro Santa Clara descreve que o prédio teria abrigado, na verdade, um Centro de Tratamento Rápido (que consistia em um equipamento de saúde voltado para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis), e que a Escola Maria Ericina Santos se localizava aos fundos deste. A proximidade das instituições, como consta nas referências, teria estimulado a construção de um muro que as isolasse.

Matéria publicada em *A Gazeta* fortalece essa versão:

Alguns anos depois a Santa Casa decidiu transferir o Orfanato para a Reta da Penha, junto à Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (Emescam). O antigo prédio passou a ser então o Centro de Tratamento Rápido, um hospital para tratamento de doenças venéreas. A proximidade de estudantes com portadores de doenças venéreas começou a gerar polêmicas e optou-se por construir um muro que pudesse isolar completamente os dois estabelecimentos. Com a posterior desativação do Centro de Tratamento Rápido, a ex-residência de repouso do governo do estado ficou definitivamente abandonada, restando hoje apenas algumas colunas e restos do piso e da escadaria, além de uma pequena ala, habitada por indigentes (Dias, 1982, p. 10).

De todo modo, há consenso dos autores quanto ao abandono do Palácio na década de 1970.

Nos anos 70 foi construído um novo prédio onde a escola passou a funcionar. O Palácio foi definitivamente abandonado, restando apenas algumas colunas, restos do piso e da escadaria, além de uma pequena ala habitada por indigentes (PMV, [s.d.]).

[...] Com a desativação do hospital, a estrutura do Palácio, sofrendo o descaso das autoridades, foi perdendo peças importantes. Seu salão de baile, suas escadarias, colunas, estátuas e arcos foram, pouco a pouco, sendo destruídos ou roubados. Hoje, restam apenas algumas colunas e paredes, além da escadaria principal (A Gazeta, 15 set. 1984, p. 3).

O edifício foi tombado em 1985 pelo Conselho Estadual de Cultura – CEC (PMV, [s.d.]). Na ocasião, uma matéria publicada em A Gazeta divulga a existência de um projeto para qualificação do local e implementação de um espaço cultural aproveitando o que havia restado do Palácio. O referido projeto nunca foi executado e o palacete entrou em processo de arruinamento e, sem cuidados adequados, se deteriora cada vez mais.

Conclusão

De uma forma geral, observa-se que o ecletismo está consolidado na capital capixaba no final da 1ª República. A cidade colonial que havia persistido durante o império foi suplantada pela cidade da *belle époque* republicana. A nova sociabilidade produzida pelos cafés e parques públicos, clubes esportivos e sociais, e pelos locais de cultura, introduziram Vitória, definitivamente, na modernidade. Ao final da década de 1930 concluíra-se o Teatro Carlos Gomes e o Teatro Glória, ambos no novo polo cultural, a Praça Costa Pereira e, a cidade alta, era naquele momento um canteiro de obras da construção da imponente catedral neogótica.

Constata-se que o presente estudo, ao realizar o reconhecimento de importantes edifícios residenciais do ecletismo capixaba, contribui para a escrita da história da arquitetura do Espírito Santo, uma vez que permite identificar e historiar localização, aparência, proprietários e construtores de importantes exemplares residenciais do fim do século XIX e início do século XX na capital.

É possível perceber o uso do estilo eclético nas edificações estudadas com o intuito de reforçar o *status* social de seus ocupantes, as figuras mais importantes da elite capixaba daquele momento: João Rodrigues da Silva, um notável comerciante da Praça de Vitória; o presidente do Estado; o prefeito de Vitória e o bispo da Igreja Católica. Os eventos realizados nessas edificações, as visitas recebidas e as pessoas que hospedaram reforçam a posição da elite e seus hábitos na capital do estado. Justifica-se a pequena atividade social do Palácio das Águias pelo curto período que ele serviu a sua destinação inicial, fracassando em seus objetivos pois apenas o presidente Nestor Gomes o habitou brevemente.

Aproveita-se para destacar a relevância da pesquisa desenvolvida para a preservação da memória da cidade de Vitória e da arquitetura eclética capixaba, hoje não mais existente, e para o entendimento da vida social na 1ª República,

a partir das obras analisadas. Enfatiza-se, ainda, que sua viabilidade se deve ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde os jornais capixabas da época e os Relatórios Governamentais estão disponíveis para acesso remoto, o que foi de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

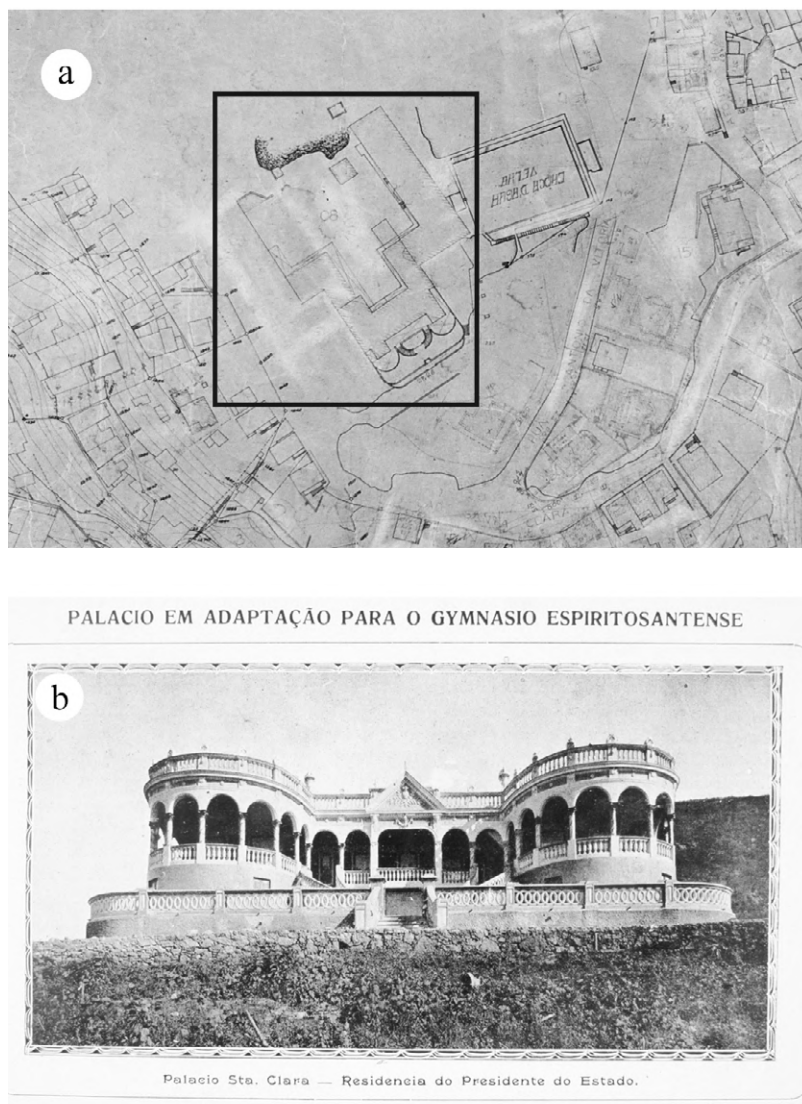


Figura 4 – (a) Palácio das Águas em recorte de planta da Cidade de Vitória (1934). (b) Fachada do Palácio de Santa Clara, [s.d.]. Fonte: (a) Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vitória. (b) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Referências

- A GAZETA. Vitória: [s.n.], 15 set. 1984.
- BONAMETTI, João Henrique. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. *Revista Científica/FAP*, Curitiba, v. 1, jan./dez. 2006.
- CAMPOS JR, Carlos Teixeira de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Florecultura, 2002.
- COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s.n.], 9 nov. 1910.
- COUTINHO, José Caetano da Silva, dom. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo Bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba, 2002.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 1. ed. 247 p.
- DERENZI, Luiz Serafim. O Largo do Cuspe. *Morro do Moreno*, 27/12/2015.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 11 jan. 1908.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 13 jan. 1910.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 14 jul. 1910.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 23 abr. 1916.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 26 ago. 1916.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 17 dez. 1916.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 31 maio 1917.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 24 abr. 1921.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 14 dez. 1922.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 16 dez. 1922.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 2 ago. 1923.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 12 abr. 1924.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 23 maio 1924.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 29 jun. 1924.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 29 maio 1926.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 19 fev. 1927.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 22 fev. 1927.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 15 mar. 1927.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 14 maio 1927.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 3 abr. 1928.
- DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 17 mar. 1932.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 5 jun. 1936.

DIARIO DA MANHÃ. Vitória: [s.n.], 18 out. 1936.

DIAS, Tavares. Histórias da rua de Santa Clara. *A Gazeta*, Vitória, 21 maio 1982, p. 10, c. 1-6, 2 cad.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986. 241 p.

O POVO. Vitória: [s.n.], 9 maio 1920.

FABRIS, Annateresa. *Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização*. ECA/ Universidade de São Paulo. Anais do Museu Paulista, Nova Série n. 1, 1993.

FOLHA CAPIXABA. Vitória: [s.n.], 5 maio 1956.

JORNAL OFFICIAL. Vitória: [s.n.], 26 abr. 1906.

JORNAL OFFICIAL. Vitória: [s.n.], 25 maio 1907.

LEITE, Luiz Eugenio T.; RIBEIRO, Nelson Pôrto. *O Rio que o Rio não vê: os símbolos e seus significados na arquitetura civil do centro da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Aori, 2012.

MUNIZ, Álvaro. Nas ruínas do palácio, um novo espaço para a arte. *A Gazeta*, Vitória, 1 jul. 1985, p. 1, cad. 2, c. 1-5.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *A certos respeito*s. Disponível em: https://www.tertuliacapixaba.com.br/coluna_a_certos_respeitos/97_o_fantasma_contra_bernardino_monteiro.html. Acesso em: ago. 2019.

NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do ES, [s.d.]. 455 p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura, 2008. 3. ed. 670 p.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s.n.], 7 jul. 1898.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: [s.n.], 26 abr. 1904.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Ávidos, Presidente do estado do ES, ao Congresso Legislativo [...]. Vitória, 4 maio 1925.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Ávidos, Presidente do estado do ES, ao Congresso Legislativo [...]. Vitória, 15 abr. 1926.

Prefeitura Municipal de Vitória. *Santa Clara*. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao1/santaclara.asp>. Acesso em: ago. 2019.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Os jardins do ecletismo na Vitória da 1ª República e a cultura da belle époque*. (Inédito).

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *O ecletismo em Vitória e algumas edificações paradigmáticas: os palacetes da elite*. (Subprojeto) Programa Institucional de Iniciação Científica da Ufes, 2020.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

VIDA CAPIXABA. Vitória: [s.n.], 15 abr. 1927.

Importações de Eduardo Guinle para o Palácio Laranjeiras a partir do *Jornal do Commercio* (RJ)

Lucas Dantas Cardozo

Bacharel em Museologia (Unirio) e mestrando em História e Crítica da Arte (UFRJ)

Anaildo Bernardo Baraçal

Licenciado em Estudos Sociais, bacharel em Museologia, mestre e doutor em Museologia e Patrimônio (Unirio/MAST). Museólogo do Ibram e professor do DEPM-Unirio





Resumo

O presente texto expõe uma das etapas iniciais de uma investigação de trabalho de conclusão de curso de bacharelado. De maneira geral, houve o objetivo de observar e abordar o funcionamento das atividades de colecionismo privado e o mercado de arte, a par de sua relação com a formação das coleções públicas no Rio de Janeiro, tendo como estudo de caso o Palácio Laranjeiras. A etapa em especial apresentada é o levantamento feito na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a partir do acervo do periódico *Jornal do Commercio* e das importações feitas por Eduardo Guinle que tivessem relação com a construção e uso do palácio pelo magnata durante sua vida. A partir dessa base, a pesquisa cresceu e se estendeu para outras fontes, proporcionando descobertas valiosas.

Palavras-chave: Colecionismo. Eduardo Guinle. Jornal do Commercio. Mercado de arte. Palácio Laranjeiras.

Abstract

This text makes public one of the initial stages of the investigation of a bachelor's degree course's conclusion work. In general, the objective was to observe and approach the functioning of private collecting activities and the art market, along its relationship with the formation of public collections in Rio de Janeiro, having as a case study the Palácio Laranjeiras collection. The specific stage presented is the survey in the Digital Library of the National Library, in the periodical *Jornal do Commercio*, of the imports made by Eduardo Guinle that pertained to the construction and use of the palace by the magnate during his lifetime. From that base the research grew and extended to other sources, providing valuable discoveries.

Keywords: Collecting. Eduardo Guinle. Jornal do Commercio. Art market. Palácio Laranjeiras.



Um breve contexto

O presente texto expõe uma das etapas iniciais de uma investigação de trabalho de conclusão de curso de bacharelado.¹ De maneira geral, houve o objetivo de observar e abordar o funcionamento das atividades de colecionismo privado e o mercado de arte, a par de sua relação com a formação das coleções públicas no Rio de Janeiro. O objeto de estudo escolhido para estudar tais fenômenos foi o Palácio Laranjeiras. Fez-se um estudo de proveniência da coleção de pintura ali reunida e instalada, buscando identificar a procedência daquele acervo e compreender o percurso das obras inseridas nas tramas mercantis. Na pesquisa, o imóvel e seu acervo são tratados como portadores da “musealidade”, isto é, “valor documental específico do objeto”, como define o museólogo Zybnek Zbyslav Stránský (1979, *apud* Baraçal, 2008), muito além de seu caráter estético/estilístico, em que a metanarrativa da biografia do responsável tem grande importância, sempre com o olhar nos bastidores.

E do quê e de quem falamos? Localizado na encosta do morro Nova Cintra, no bairro Laranjeiras, da cidade do Rio de Janeiro, a origem do Palácio Laranjeiras remete ao capitalista Eduardo Guinle (Rio de Janeiro, 1878-1941). Primeiro filho de Eduardo Palassin Guinle (Porto Alegre, 1846 - Rio de Janeiro, 1912)² e de Guilhermina Coutinho da Silva (Rio de Janeiro, 1852-1925), formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, aprimorou os estudos no ramo elétrico no exterior, e lançou o nome da família nesse setor por meio da fundação da empresa Guinle & Cia., que mais tarde viria a se tornar a Companhia Brasileira de Energia Elétrica – CBEE. Também visionário no ramo imobiliário, foi a partir de seus conselhos que os Guinle adquiriram seis terrenos na então nova artéria afrancesada da cidade, a avenida Central (atual avenida Rio Branco), onde ergueram luxuosos imóveis, inclusive a atual sede carioca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, na época a Cia. Docas de Santos. Foi a partir de 1910 que Eduardo Guinle começou a entrar em declínio financeiro, e foi posteriormente afastado dos negócios familiares ainda na primeira metade da década. Ainda assim, não abriu mão de seu “sonho delirante”.³ “Inspirado pela máxima dos antepassados — ‘Se você deseja, não lhe fará mal’ —, tratou de realizar um sonho antigo: morar em um palacete” (Bulcão, 2015, p. 47). Assim, se iniciou a história do que hoje conhecemos como Palácio Laranjeiras. Para construí-lo, além dos seus

1. Cardozo, 2021.

2. O grande patriarca, filho de imigrantes franceses e responsável por lançar o nome da família Guinle na historiografia nacional por meio, principalmente, da empreitada de melhorias do porto de Santos.

3. Maneira a que se referiu Zoé Noronha Chagas Freitas (1920-2015) no prefácio do livro *Palácio das Laranjeiras* (*In*: TORRES, 1982). Esposa do ex-governador do Rio de Janeiro Antônio de Pádua Chagas Freitas (Rio de Janeiro, 1914-1991), (mandato de 1979 a 1983), foi responsável por coordenar as obras de restauração no Palácio, de 1979 a 1982.

investimentos, aplicou a herança de seu pai (que faleceu em 1912), além de um empréstimo de 4.357.308\$499 (quatro mil, trezentos e cinquenta e sete contos, trezentos e oito mil, quatrocentos e noventa e nove réis) tomado de sua mãe (Bulcão, 2015; Guinle, 1982; Torres, 1982). As moradias dos Guinle eram proporcionais à posição social da família. Como lembra Daniel Wildenstein:⁴

[Os Guinle] Poderiam ser chamados de ricos, até mais do que isso... Eles negociavam madeira, ouro, café. Tudo. Os Guinles [sic] moravam nas mais belas mansões do VII *arrondissement*. Compravam quadros, esculturas, tapeçarias; compravam século XVIII. Era meu avô, claro, que fornecia para eles (Wildenstein, 2004, p. 29).

O luxo era, portanto, comum aos Guinle; na casa de Eduardo, logo, não seria diferente, o que é muitas vezes elencado entre as causas de sua falência. Afinal, se Eduardo, por um lado, é defendido como pioneiro por seu filho, César Guinle (Torres, 1982), por outro é lembrado por suas características extravagantes. Como afirma Clóvis Bulcão, o biógrafo da “Dinastia Guinle” (como escolheu se referir à família):

Em Paris, onde ia com frequência, o jovem adquiriu o hábito de se estabelecer de forma suntuosa, frequentando celebridades, entre elas Leopoldo III da Bélgica, que certa vez teria dito: “Sou o rei do meu país, mas quem vive como imperador é Eduardo Guinle” (Bulcão, 2015, p. 52-53).

Com a aprovação da prefeitura, em 1910, as obras se iniciaram e se estenderam até 1914. Eduardo faleceu em 1941 e, seis anos após sua morte, a viúva Branca Guinle vendeu o Palacete e o acervo em seu interior para a União. Esta confiou inicialmente ao Ministério das Relações Exteriores a hospedagem de visitantes oficiais na então capital do país. Entre 1956 e 1961, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Diamantina, 1902 - Rio de Janeiro, 1976) e sua família residiram ali. Após a desativação das funções do Executivo Federal no Palácio,⁵ em 1974, ele passou então à administração do novo estado e veio a ser residência oficial do governador do estado do Rio de Janeiro, função que desempenha até os dias atuais. Seu processo de tombamento pelo Iphan se iniciou em 1982 e foi consumado em 1983 e, antes, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac (provisoriamente, em 1978, e definitivamente em 1979).

4. Daniel é neto de Nathan Wildenstein (Fegersheim, França, 1851 – Paris, França, 1934), um dos sobrenomes mais famosos do mercado de arte parisiense. Ao narrar a história de sua família no ramo da arte, menciona os Guinle como os únicos exemplos brasileiros de clientes de seu avô.

5. Vale ressaltar que, na presidência militar de Ernesto Beckmann Geisel (Bento Gonçalves, 1907 - Rio de Janeiro, 1996) (de 1974 a 1979) ocorre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, sendo tomada a decisão simbólica de que no Rio de Janeiro não mais se teria residência presidencial.

O levantamento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o crescimento da pesquisa

Após uma breve apreciação prévia do objeto estudado, voltemos ao pilar que aqui será privilegiado: a fase da pesquisa que teve como esforço principal o levantamento na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nesta fundamental etapa, foi realizada a investigação, nos números do *Jornal do Commercio*, das importações feitas por Eduardo Guinle que tivessem relação com a construção e uso do palácio por ele durante sua vida. O motivo para a decisão deste levantamento foi a possibilidade de compreender a lógica mercantil na qual Eduardo e sua empreitada estavam inseridos, e que poderia indicar, também, a proveniência de obras de arte.

O período de recorte foi de 1909 a 1941, respectivamente os anos de início dos planos e construção do palacete e de morte de Eduardo. Como recurso metodológico, além do estudo padrão formal/editorial do periódico, utilizou-se a definição dos termos como indexadores de buscas, que foram alcançados a partir de testagem. O primeiro expediente utilizado na busca foi o nome “Eduardo Guinle”, mas, entre as ocorrências que retornaram, havia outros casos além de importações que não interessavam necessariamente a esta fase — como, por exemplo, os noticiários ou o nome da empresa Guinle & Cia aparecendo em informes. Apurou-se, além disso, haver registros nos periódicos com abreviações e possíveis erros no nome de batismo, como nos casos: “E. Guinle”, “Ed. Guinle” e o afrancesado “Edouardo Guinlé”. Para resolver esta última questão, optou-se por realizar a busca apenas por “Guinle”, acatando o trabalho de visualizar todas as ocorrências dos nomes próprios de outros membros da família, pois estes resultados também seriam úteis para entender o envolvimento dos Guinle como um todo no mercado internacional. Para não haver retornos inconvenientes relativos a dados genéricos envolvendo os Guinle, adotou-se o termo “importação” como mais um indexador de consulta. Tal solução surgiu a partir da percepção da divisão de seções das páginas do *Jornal do Commercio*, que contém segmento intitulado “Importação”, em que se apresentavam os produtos que chegavam do exterior e a quem se destinavam. Assim, filtrava-se os resultados, ignorando as demais ocorrências e focando nas importações. Foram vistos, porém, casos em que seções de importações ultrapassavam os limites de uma página e continuavam na página seguinte, mas sem estarem igualmente intituladas. Logo, a associação de “Guinle” com “Importação” simplesmente ignoraria as páginas que não mencionassem o segundo termo. A saída foi o uso das palavras padronizadas relativas ao indicativo de quantidade/medida que aparecem no *Jornal*, isto é, volumes, caixas, unidades, barris, fardos etc. Os termos mais recorrentes, e por isso utilizados como indexadores de busca, foram “caixas” e “volumes”, ao lado de “Guinle”. Ainda assim, o buscador ignorou algumas ocorrências dos termos, em virtude da impossibilidade de escaneamento

de partes do texto, e, por isso, manteve-se a atenção para encontrar por acaso tais menções não identificadas automaticamente.

O total final de ocorrências analisadas foi de 566, mas apenas 50 delas eram relevantes para o recorte, que eram importações de Eduardo Guinle possíveis de serem associadas ao Palácio Laranjeiras. Os resultados foram colocados em planilha, com colunas referentes ao ano, destinatário, mercadoria, quantidade e procedência (ver tabela 1).

Ano	Destinatário	Mercadoria	Quantidade	Procedência
1911	Ed. Guinle & C.	Obras de gesso	11 caixas	Havre
1911	Ed. Guinle	Mármore	121 caixas	Genova
1911	Ed. Guinle & C.	Ferragens e artigos para ferragistas	2 caixas	Bordéus
1911	Ed. Guinle	Mármore	133 caixas	Genova
1911	Dr. Ed. Guinle	Móveis	26 caixas	Havre
1911	Dr. Ed. Guinle	Móveis	8 caixas	Havre

Tabela 1 - Recorte, para exemplificação, de parte da planilha de Levantamento no Jornal do Comércio, de importações feitas por Eduardo Guinle, de 1909 a 1941. Fonte: *Jornal do Comércio* (RJ), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Era um total de 971 mercadorias importadas que, quando aliado às demais evidências, como a biografia de Eduardo e a literatura, podiam se relacionar à empreitada: os termos “ferragens” e “ferragens e artigos para ferragistas”, somados, totalizavam aproximadamente 297 ocorrências, e podiam estar destinados à própria estruturação do prédio ou à ornamentação; o mármore se destaca, com 258 caixas, o que é compreensível se considerarmos todos os revestimentos do exterior e interior (sobretudo no *hall* e no faustoso banheiro em mármore); cimento, com 200 barricas; os móveis, com 137 caixas, que podem estar relacionadas ao rico mobiliário do interior produzido pela casa de decoração francesa Bettenfeld.⁶ Duas caixas de piano, possivelmente dizendo respeito ao piano inspirado no cravo de Maria Antonieta, que compõe o acervo do Palácio; oito volumes de “plantas” e sete caixas de “material elétrico”, aliado a “maquinismo e acessórios” (um caso), associáveis ao jardim, instalações elétricas e à usina para fornecimento privado de energia elétrica à residência de Eduardo; oito caixas de artigos de armarinho e moda, que não devem ser

6. “[...] uma firma parisiense especializada em decoração e fabricação de móveis finos, que chegou a ter uma filial no Rio de Janeiro. A Maison pertencia ao ebanista Louis Bettenfeld, famoso em Paris por seu acabamento refinado em móveis e objetos decorativos. [...] Muitas das peças produzidas pela Maison Bettenfeld foram inspiradas ou mesmo copiadas do mobiliário dos palácios franceses do Antigo Regime” (Carmo, 2008, p. 124).

ignoradas por poderem ser relativas aos revestimentos de tecido do interior ou outros acessórios (como cortinas), e não somente à vestimenta da família; oito caixas de lustres, equipamento de forte presença; por último, propositalmente, temos o grande agrupamento de mercadorias possíveis de serem ligadas à categoria de obras de arte ou coleções. Tapetes (seriam tapeçarias?), livros (seriam para a biblioteca?), “vários artigos”, pinturas, estátuas e obras de madeira, prata e gesso, somando 45 importações, que, junto ao mobiliário, formam o acervo do palácio. Outra métrica importante a ser analisada é a dos locais de proveniência dos produtos. Apurou-se que todos os itens vêm do continente europeu; a maioria, de portos franceses: do porto de Havre, 23 dos 50 casos; de Bordéus, 13; Dunquerque, 3; La Rochelle, Marselha e Londres, com um cada; e Southampton e Gênova, 4 casos cada. Associando a procedência com as categorias de produtos, nota-se que, em totalidade, os itens que podem ser rotulados como obras de arte/objeto de coleção vêm da França. Recorda-se a fala de Gilberto Freire:

O brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, deixou-se estontear da maneira mais completa pelos brilhos, às vezes falsos, de tudo que era artigo de fábrica vindo da Europa. Um menino diante das máquinas e das novidades de Londres e de Paris. A situação atenuou-se com a competição: casas suíças e alemãs e não somente francesas vendendo artigos de luxo e de sobremesa. As velhas cadeiras portuguesas, pesadas e largas, foram desaparecendo das salas de visitas, com outras velharias do tempo dos Afonsinhos; foram desaparecendo dos santuários, as imagens feitas pelos santeiros de água-doce; e aparecendo os sofás a Luís XV, as poltronas graciosas e finas, os armários de carvalho de Hamburgo, as mobílias de mogno, os espelhos de Nuremberg, as imagens francesas e italianas. Ou então cadeiras inglesas, que já vêm anunciadas na *Gazeta do Rio de Janeiro* no ano remoto de 1809. Móveis importados da Europa. Móveis fabricados, não mais nos engenhos, nem nas casas particulares, mas em oficinas; e segundo estilos franceses e ingleses, por artífices e operários brancos e louros. Mestres franceses e alemães da arte de marceneiro (Freyre, 1936, p. 288-290).

Portanto, mais uma vez com atenção à metanarrativa, o contexto histórico se apresenta, claro, como fator crucial para se compreender a formação do acervo do Palácio. Fala-se da *Belle Époque* tropical, em que se desenhou não apenas a fisionomia dos prédios públicos ou empresariais do centro urbano carioca, mas também os palacetes privados da aristocracia fluminense. Há um aumento considerável de entrada de produtos europeus no país desde o início do século XIX. A preocupação estética, um século depois, está relacionada ao esforço do “novo homem republicano” em se afirmar socialmente, “viver nos olhos dos outros”, dando atenção à visão de si pelos outros e tendo como modelo a Europa (Benzaquen, 1994 *apud* Cattán, 2003).

Os móveis se multiplicaram e foram usados em quantidade nunca vista, adornaram-se com caprichos e adquiriram um poder de representação até então pouco usual. Com eles, outros equipamentos e acessórios participaram na construção de um ambiente atrativo aos olhos: o olhar decorativo. A decoração, atributo relacionado à aparência, assumiu papel principal nas cenas da vida doméstica e foi superdotada de expressão visual e simbólica, o que propiciou dar sentido ao que Machado de Assis afirma: “Dize-me como moras, dir-te-ei quem és” (Malta, 2011 *apud* Algebaile, 2020, p. 56).

É nesse sentido que se começa a perceber a inserção de Eduardo Guinle no circuito internacional de mercado de arte. Para complementar, César Guinle diz:

Concomitantemente com o andamento da obra, foi adquirida na Europa [...] um grande e valiosíssimo acervo de obras de arte, destinadas ao “recheio” do palacete: móveis autênticos, esculturas, quadros raros, cortinas de rendas verdadeiras, tapetes e tapeçarias, lustres, etc. (Guinle, 1982, p. 121).

Vale ressaltar, ainda, que a pesquisa na Hemeroteca da BN foi igualmente eficaz para se ter proximidade também com o *modus vivendi* e *operandi* da vida privada e os interiores dos imóveis da família Guinle de uma maneira geral. Não somente foram consideradas as importações de Eduardo, mas também as demais matérias que o citavam e outras ocorrências que se relacionavam com a família. Uma vez que tiveram forte presença na vida pública nacional, foi possível ter contato com o teor de suas menções nos principais veículos de informação da época. O resultado desse estudo colaborou para entender e contextualizar o cenário cultural ao qual Eduardo Guinle (personagem-foco) pertencia, tal como serviu como amostragem de uma elite novecentista.

A pesquisa na literatura⁷ aponta que a formação do mercado de arte começou na Europa, tendo a França como seu epicentro, havendo, portanto, preferência e dependência do mercado de arte europeu também por colecionadores brasileiros. Este fator se alia à biografia dos Guinle (família de origem francesa) e às importações de Eduardo, anteriormente apresentadas. Mas muito mais que isso: uma nova evidência faria com que as buscas se voltassem ainda mais para o Velho Mundo: a informação, no inventário do acervo do Palácio, de 2019, de que uma das obras continha um selo com a inscrição “Galerie Brunner-Paris”. De uma biblioteca à outra, do Velho ao Novo Mundo, encontraram-se, na Biblioteca Nacional da França, quatro catálogos digitalizados e acessíveis da Galeria Charles Brunner, o primeiro e o segundo de 1910, o terceiro de 1912

7. Alguma bibliografia poderia ser aqui citada, como Hoog; Hoog (1991), Greffe e Coelho (2013), Campos (2016).

e o quarto de 1914.⁸ Nesses catálogos foi possível encontrar seis obras que se relacionam com a história do Palácio. Três delas permanecem no acervo e outras três em instituições públicas (uma no Museu Nacional de Belas Artes, outra no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e outra na Galeria Nacional de Arte de Washington). Estas obras serão apresentadas a seguir.⁹

Obras de proveniência da Galeria Charles Brunner que permanecem no Palácio Laranjeiras

DA BRESCIA, Alessandro Bonvicino Moretto (Rovato, Itália, 1498 - Bréscia, Itália, 1554). Retrato de nobre veneziana, 102 cm x 80 cm (126 cm x 104 cm com moldura). N. Reg: 53.661 / Inepac: 4919. Terceiro catálogo da Galeria Charles Brunner, 1912, obra nº 25, p. 54-55.

DUCK, Jacob (Utrecht, Países Baixos, 1600-1660). *Une Dame à la toilette* [sic]. 40 cm x 60 cm (60 cm x 80 cm com moldura). N. Reg: 53.505 / Inepac: 4835. Primeiro catálogo da Galeria Charles Brunner, 1910, p. 22-23.

REYNOLDS, Joshua (Plimude, Reino Unido, 1723 - Richmond, Inglaterra, 1792). Retrato de James V - Conde de Londres [sic],¹⁰ 103 cm x 104 cm (158 cm x 132 cm com moldura). N. Reg: 53.529 / Inepac: 4832. Segundo catálogo da Galeria Charles Brunner, 1910, obra nº 15, p. 40-41.

8. Brunner, 1910a, 1910b, 1912, 1914.

9. Há a possibilidade de mais uma obra integrar este grupo, um autorretrato de Gonzales Coques (Antuérpia, Bélgica, 1614-1686), que está desaparecido. A obra está presente no *Diário Oficial da União*, datado de 7 de janeiro de 1947, que contém parecer da compra do Palácio e dos bens móveis, apresentando ainda uma listagem dos quadros. É possível ser relacionada à pintura presente no terceiro catálogo da Galeria Charles Brunner (1912, p. 38-39), coincidindo nome, título e tema. Entretanto, sem a oportunidade de uma confirmação visual, não se pode ter certeza. Em exame do Inventário Histórico do acervo do Palácio, verificou-se a informação de que o quadro estava “sumido desde D. Zoe”. Como mencionado anteriormente, Zoé Noronha Chagas Freitas era esposa do ex-governador do Rio de Janeiro, Antônio de Pádua Chagas Freitas, e coordenou as obras de restauração no Palácio (de 1979 a 1982) que anteriormente estava em condições precárias devido a sua subutilização e manutenção deficitária (Algebaile, 2020). É possível que a obra de Coques não tenha sobrevivido à má administração do acervo, anterior a Zoé.

10. Neste caso, em especial, a pesquisa auxiliou não somente na descoberta da procedência da obra, mas, também, de seu título original e a identificação do retratado. Concluiu-se que não era de um conde de Londres chamado James V (como vinha sendo registrado desde o documento mais antigo, o *Diário Oficial*, e do processo de tombamento em diante), mas sim o quinto conde de Loudon (território de Ayrshire, na Escócia), James Mure-Campbell.

Obras proveniência da Galeria Charles Brunner que passaram pelo Palácio Laranjeiras e agora estão em museus

HONDECOETER, Melchior (Utrecht, Países Baixos, 1636 - Amsterdã, Países Baixos, 1695). Cisnes e Pavões, 212 cm x 147 cm. Terceiro catálogo da Galeria Charles Brunner, 1912, p. 38-39. Atualmente está no Museu Nacional de Belas Artes, n. reg.: 1919.¹¹

WEENIX, Jan. Still life with swan and game before a country estate (Natureza morta com cisne e caça diante uma propriedade rural). c. 1685. Pintura, óleo sobre tela. 142,9 cm x 172,4 cm. Acervo da Galeria Nacional de Arte, em Washington D.C, n. reg.: 2004.¹²

HOUDON, Jean-Antoine. Voltaire. 1778. Escultura, mármore. 48 cm x 23 cm x 22 cm. Acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, n. de inventário: MASP.00058.

Esta última obra, o busto de Voltaire, não foi associada diretamente a Eduardo Guinle na pesquisa, e sim ao seu irmão, Guilherme, uma vez que ele é o doador da obra ao Masp Entretanto, pareceu curioso o fato de a mesma estar no mesmo período e no mesmo catálogo da galeria da qual Eduardo Guinle estava adquirindo obras. Mais uma vez as buscas voltaram-se para a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que noticiou a doação por Guilherme nos periódicos, assim como o apontaram como o comprador da obra. O *Diário da Noite* é um exemplo destacado, indicando, equivocadamente, ter sido adquirida na Casa Wildenstein:

O patrimônio do Museu de Arte de S. Paulo, com a incorporação, ontem, do busto de Voltaire, magnífica obra de Jean Antoine Houdon, o mais famoso escultor francês do século XVIII, conta com a maior entre as valiosas doações já recebidas de particulares para enriquecimento dessa instituição cultural paulista que tanta contribuição vem dando ao público bandeirante. O doador da obra internacionalmente famosa foi o sr. Guilherme Guinle, que a conservava num salão da sua casa de verão em Petrópolis. Adquiriu-a o Sr. Guinle, em Paris,

11. Tal obra estava descrita no *Diário Oficial da União*, e pesquisando na base de dados do Museu Nacional de Belas Artes, foi ali encontrada com a proveniência do Palácio do Catete, a partir de permuta. A possibilidade é de que em determinado momento da história do Palácio a obra seguiu para o Catete, todos do patrimônio federal, e de lá para o Museu Nacional de Belas Artes, em 1957, estando lá até hoje.

12. Encontrada tal pintura no catálogo de 1912, percebeu-se que ela estava presente em uma fotografia de Branca Ribeiro Guinle (esposa de Eduardo) no interior do palacete, posando em meio às obras de arte. Dessa forma, foi possível relacioná-la com a história do Palácio.

na Casa Wildenstein, no princípio deste século, por cinco mil libras esterlinas (ouro), juntando a outras obras de sua belíssima coleção de grandes celebridades mundiais. Comparecendo ao ato da incorporação, acompanhado dos srs. professor Valdomiro Cristino, catedrático da Escola Nacional de Belas Artes, com alunos daquela Escola, Guilherme Guinle e embaixador Assis Chateaubriand, o ministro José Maria Alkmim surpreendeu-se com a frequência de visitantes ao Museu de Arte de S. Paulo, em exposição no Museu Nacional de Belas Artes. Falou o sr. Assis Chateaubriand, ressaltando o valor da peça e o espírito filantrópico do sr. Guilherme Guinle, seguindo-se com a palavra o ministro Alkmim, na qualidade de Comissário da Exposição do MASP, elogiando a generosidade do sr. Guinle, que, após, discursando, com simplicidade, declarou que estava satisfeito porque é melhor dar do que receber, cabendo-lhe, portanto, agradecer (Diário da Noite, 1958, p. 1).

Entretanto, a matéria do periódico *O Jornal* (RJ) fez com que se preservasse a probabilidade de que, na verdade, Eduardo Guinle fora o comprador do busto, ainda que se mantivesse a controvérsia de ter proveniência na Casa Wildenstein.

A doação que o sr. Guilherme Guinle acaba de fazer ao Museu de Arte de São Paulo é de uma importância tão grande que supera qualquer outra recebida até hoje pela instituição. Trata-se, como já foi noticiada, do busto de “Voltaire”, de autoria do mais famoso escultor francês, J. A. Houdon, esculpido diretamente pelo autor, num mármore perfeitamente conservado, assinado e datado, com a indicação nos bordos, do retratado: “Voltaire Houdon 1778 Cculpsit”. Foi, esta escultura, adquirida pelo Sr. Eduardo Guinle, em Paris, no começo do século, pela soma de cinco mil libras esterlinas (ouro, na Casa Wildenstein. então de propriedade do sr. Nathan Wildenstein) (*O Jornal*, 1958, p. 3).

Mais uma vez a resposta viria com a associação das evidências da Biblioteca Nacional brasileira com a sua similar “gálica”. O periódico *Gazette des beaux-arts: courrier européen de l’art et de la curiosité*, datado de 1917, ao abordar os trabalhos de Houdon dissera que a melhor cópia em mármore do busto de Voltaire, sem peruca, era a que teria pertencido à coleção John Bridge, que passou para a Galeria Charles Brunner, e que, na época, pertencia a “M. Guinle”, do Rio de Janeiro.

Bem, uma vez certificada a proveniência da Galeria Charles Brunner, o que garantiria que na verdade “M. Guinle” se referia a Guilherme, e não a Eduardo? Para sair da obviedade do fato de que era Eduardo quem estava adquirindo obras naquela época da galeria, uma outra referência viria se juntar a este quebra-cabeças, desta vez do acervo, também digitalizado, mas do continente norte-americano. Trata-se do *The Getty Research Institute*, que preserva o arquivo

da *Duveen Brothers*,¹³ do século XIX ao XX, incluindo as correspondências trocadas entre a galeria e um de seus clientes, Eduardo Guinle; um total de 39 imagens de cartas, em inglês, das filiais americana e francesa da galeria com o brasileiro. Entre o conteúdo das cartas vemos não apenas Eduardo comprando, mas também vendendo itens, e numa de suas tentativas de vendas estava o busto de Houdon, inclusive com fotografia anexada.

Muito poderia ser falado ainda sobre as descobertas relativas à coleção de Eduardo Guinle. A partir da análise das cartas trocadas com a *Duveen Brothers*, por exemplo, também foi possível encontrar outros itens que teriam pertencido a Eduardo Guinle, como outra obra de Houdon, Diana Caçadora, um bronze de 1782, que Eduardo comprara da empresa e posteriormente a vendera de volta, e que atualmente compõe o acervo do *The Huntington Library, Art Museum, and Botanical*, Califórnia (n. reg.: 27.186). Outro exemplo é aquele encontrado também na Biblioteca Nacional da França, no catálogo do artista Jean-Honoré Fragonard (Grasse, França, 1732 - Paris, França, 1806), de autoria de Georges Wildenstein (Paris, França, 1892-1963), em que a obra *Le songe du mendiant* (“O sonho do mendigo”) está registrada tendo Eduardo Guinle como um dos antigos donos do quadro, que outrora pertencera à coleção de Jacques Doucet (Paris, França, 1853-1929). Atualmente, a pintura integra o acervo do Museu do Louvre.¹⁴ Entretanto, este artigo não pretende se estender e aprofundar este aspecto. Chegou-se até aqui e foram citados tais exemplos apenas para demonstrar o desenrolar de uma investigação que se iniciou e que foi possível a partir também do levantamento das importações no *Jornal do Commercio*, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e que posteriormente ganhou grandes proporções e grandes resultados.

Considerações finais

A investigação pode ser entendida como um processo de edificação de conhecimento. Edificação tal possibilitada pela obtenção de resultados indicativos que funcionam como pilares de sustentação alicerçados sob uma hipótese inicial que, por sua vez, se configura também como o motor de busca principal. O conjunto final, se obtido, é a edificação informacional que pode ser entendida como uma narrativa final descoberta, com a possibilidade de ser apresentada a

13. Fundada por Joseph Joel Duveen (Meppel, Países Baixos, 1843 - Hyères, França, 1908) e seu irmão Henry Joseph Duveen (Meppel, Países Baixos, 1854-?, 1919) em Hull (Inglaterra), destaca-se como uma das mais relevantes empresas dedicadas a venda de antiguidades, tendo filiais em Londres, Paris e Nova York. Atuou do final do século XIX até meados do século XX, monopolizando por cinco décadas o mercado de arte norte-americano (Getty, s.d.).

14. FRAGONARD, Jean-Honoré. *Le songe du mendiant* (“O sonho do mendigo”). c. 1765-1768. Óleo sobre tela. 74 cm x 92 cm. Acervo do Museu do Louvre, Paris, nº reg.: R.F. 1988-17.

partir de diversos formatos. Entretanto, tal como uma edificação que recebe os acabamentos encobrindo o que lhe sustenta, a narrativa final muitas vezes não permite ver a metanarrativa. Porém, o foco do que aqui foi apresentado não está ao alcance dos olhos, mas nos pilares, naquilo que está nos fundamentos.

Foram apresentados os elementos de um palácio e de seu acervo, tratados como documentos, pode-se perceber o seu processo de construção. Resgatou-se o percurso de acervos de outras instituições, tendo em vista que a pesquisa levou a resultados referentes a obras que atualmente estão em outras coleções que não a do Palácio Laranjeiras. Tratou-se (ainda que de maneira sintética) a metanarrativa de um personagem, ao se valorizar a sua história familiar e o contexto histórico no qual estava inserido. Também foram mostrados os pilares de uma pesquisa e sua evolução, o seu avanço e o seu crescimento a ponto de se valer de bases de levantamento em órgãos do continente europeu, sul e norte-americano, que ofereceram meios para sustentação e permitiram visualizar o resultado final. A apresentação de outras bases de dados análogas à Hemeroteca serviu para evidenciar, ainda, um fator determinante na modernidade: a importância dos acervos digitalizados para o acesso à informação. Ressalte-se que, além da distância geográfica entre cada fonte pesquisada, esta investigação se desenvolveu durante uma crise sanitária devido à pandemia de Covid-19 e, ainda assim, foi possível produzir os resultados. Por fim, este trabalho é a afirmação do desenvolvimento e do incentivo tanto à pesquisa para a produção de conhecimento, quanto à indispensabilidade de investimentos visando à modernização das instituições de preservação e à sua crescente e universal acessibilidade à informação, à preservação e à facilitação e promoção da ciência.

Referências

- ALGEBAILLE, Simone Carvalhar Damasceno. *O palácio e o mobiliário: ostentação e requinte do Palácio Laranjeiras*. 2020. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/16694>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *O objeto de museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský*. 2008. Orientador: Tereza Scheiner. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio/Mast, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12729>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- BLANC, Charles; REINACH, Théodore; WILDENSTEIN, George; WILDENSTEIN, Daniel (org). *Gazette des beaux-arts: courrier européen de l'art et de la curiosité*. Paris: [s.n.], 1917. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3047708k>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BULCÃO, Clovis. *Os Guinle: história de uma dinastia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

BRUNNER, Charles. *Galerie Charles Brunner*. Paris: Ed. Moreau, 1910a. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6467785h>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRUNNER, Charles. *Deuxième catalogue de la galerie Charles Brunner*. Paris: Ed. Moreau, 1910b. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6470589k>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRUNNER, Charles. *Troisième catalogue de la galerie Charles Brunner*. Paris: Ed. Moreau, 1912. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64677116>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRUNNER, Charles. *Quatrième catalogue de la galerie Charles Brunner*. Paris: Ed. Moreau, 1914. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6459470c>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CAMPOS, Cesar Cunha (org.). *Arte e mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2016

CARDOZO, Lucas Dantas. *Eduardo Guinle, o mercado de arte e colecionismo: um palácio e coleção privados em busca do sentido e destino do patrimônio cultural*. Orientador: Anaildo Bernardo Baraçal. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 270 p.

CARMO, Gustavo Reinaldo Alves. *O Palácio das Laranjeiras e a Belle Époque no Rio de Janeiro. 1909 – 1914*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=76908. Acesso em: 20. ago. 2021.

CATTAN, Roberto Correia de Mello. *A família Guinle e a arquitetura do Rio de Janeiro: um capítulo do ecletismo carioca nas duas primeiras décadas do Novecentos*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=5103@1>. Acesso em: 4 ago. 2020.

DIARIO DA NOITE. “Voltaire” de Houdon incorporado ao Museu de Arte de S. Paulo. Rio de Janeiro, 19 abr. 1958, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_03/62518. Acesso em: 24 ago. 2021.

FREITAS, Zoé Noronha Chagas. Sonho, projeto, realidade. In: TORRES, Mário Henrique Glicério. *Palácio das Laranjeiras*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Sobreart, 1982, p. 11-17.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 1936, (ed. digital, São Paulo, 2013). Disponível em: <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. *Correspondence: GU, 1916-1937*. In: Duveen Brothers records, 1876-1981, Serie II, Box 351, Reel 2, p. 44-82. Disponível em: <https://primo.getty.edu/primo-explore/>

fulldisplay?vid=GRI&docid=GETTY_ROSETTAIE1036233&context=L. Acesso em: 17 ago. 2021.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. *Duveen Brothers records, 1876-1981* (bulk 1909-1964), s.d. Disponível em: http://archives2.getty.edu:8082/xtf/view?docId=ead/960015/960015.xml;chunk.id=aspace_9ad39111810a628e0fc9ea56a3554595;brand=default. Acesso em: 28 ago. 2021.

GREFFE, Xavier; COELHO, Teixeira (org.) *Arte e mercado*. Tradução por Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2013.

GUINLE, César. Eduardo Guinle: um pioneiro. In: TORRES, Mário Henrique Glicério. *Palácio das Laranjeiras*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro: Sobreart, 1982, p. 115-123.

HOOG, Michel; HOOG, Emmanuel. O mercado da arte. (Título original *Le marché de l'art*, 1991). Tradução por Evaristo Santos. Porto: Rés Editora, s.d.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ). *Importação*. Rio de Janeiro, a. 85, n. 100, 11 abr. 1911, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/5206. Acesso em: 21 ago. 2021.

O JORNAL. *Preciosa obra ofertada ao Museu de Arte de S.Paulo*. Rio de Janeiro, a. 37, n. 11.533, 16 abr. 1958, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/61728. Acesso em: 20 ago. 2021.

TORRES, Mário Henrique Glicério. *Palácio das Laranjeiras*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro: Sobreart, 1982.

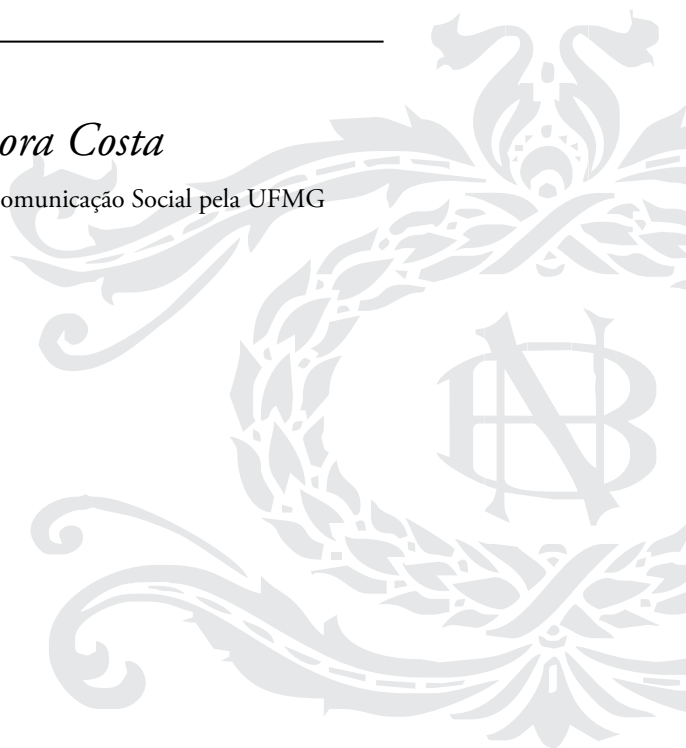
WILDENSTEIN, Daniel. *Mercadores de arte*. Tradução de Hortênsia Santos Lencastre. São Paulo: Planeta, 2004.

WILDENSTEIN, Georges. *Exposition d'Oeuvres de J.H Fragonard*. Musée des Arts Décoratifs: Paris, [s.n.], 1921. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65723000>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Era uma vez uma história na
imprensa: notícias das Minas
Gerais na seção histórica do jornal
Diario de Minas, de 1899

Debora Costa

Mestre e doutoranda em Comunicação Social pela UFMG





Resumo

Neste artigo, propomos analisar a seção histórica do jornal *Diario de Minas* durante o ano de 1899, objetivando compreender como esta espécie de biografia mineira é incorporada ao conteúdo do jornal. Serão observadas as 32 primeiras edições do periódico, disponíveis para consulta pública na coleção digital de jornais e revistas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Iniciamos nossa discussão através dos estudos corográficos mineiros realizados por José Joaquim da Rocha, em 1778, e por Henrique Gerber, em 1863. A seguir, abordamos os almanaques industriais de meados do século XIX para finalmente traçarmos o perfil do *Diario de Minas* e nos aprofundarmos na sua seção histórica. Trata-mos, assim, da biografia estatística, industrial e oficial das Minas Gerais.

Palavras-chave: Corografia. Imprensa Régia. Diario de Minas. Seção histórica. 1899.

Abstract

In this paper we intend to analyze the historical section of *Diario de Minas* journal in the year of 1899, willing to understand how this Minas Gerais' biography is defined by the journal. Thirty-two first editions of *Diario de Minas* were consulted from the digital library of the Fundação Biblioteca Nacional (FBN). We begin our discussion through the chorographic studies of Minas Gerais elaborated by José Joaquim da Rocha in 1778 and Henrique Gerber in 1863. Then, we approach the industrial almanacs from the middle of 19th century to finally study the *Diario de Minas*' profile in view to emerge in its historical section. Therefore, we talk about this statistic, industrial and official biography of Minas Gerais.

Keywords: Chorography. Royal press. *Diario de Minas*. Historical section. 1899.



Introdução

Falar de uma coluna histórica publicada em um jornal republicano de 1899 nos convida a olhar, inicialmente, para as últimas décadas do século XVIII, quando da produção das cartas corográficas incumbidas oficialmente de traçar o perfil demográfico, histórico, topográfico e natural do território brasileiro. Parece-nos, portanto, que a Imprensa Régia, quando se instala no Brasil, em 1808, traz semelhanças com os estudos corográficos que a antecedem. Se estes tratavam de documentos sigilosos, por sua vez a imprensa oficiosa no Brasil do século XIX encontrará nos almanaques industriais um conteúdo que daria publicidade às personalidades da época – entende-se aí não apenas a família real e os funcionários públicos, mas também os negociantes, mecânicos, médicos etc. –, além de versar sobre as notícias geográficas e industriais de uma determinada localidade.

O jornal *Diario de Minas* deve ser considerado como parte desse processo – corográfico, industrial e oficial. Especificamente na seção histórica, publicada ininterruptamente ao longo das 32 primeiras edições do periódico, serão registradas a política, a indústria, o social – como bem descreve o próprio jornal, tratava-se das “recordações biográficas”, ou seja, “das tradições gloriosas da terra mineira”. Neste artigo, propomos a análise desta seção histórica publicada no jornal *Diario de Minas* com o objetivo de analisar de que forma essa “biografia mineira” é incorporada ao conteúdo do jornal, ou seja, aponta os temas elencados e a abordagem dos mesmos nesta seção jornalística. Para tanto, foram consultadas as 32 primeiras edições do periódico disponíveis para consulta pública na Biblioteca Nacional Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Iniciamos nossa discussão através dos estudos corográficos mineiros realizados por José Joaquim da Rocha, em 1778, e por Henrique Gerber, em 1863. Em sequência, abordamos os almanaques industriais de meados do século XIX, para finalmente traçarmos o perfil do *Diario de Minas* – com uma atenção especial à sua seção histórica.

Os estudos corográficos de José Joaquim da Rocha e de Henrique Gerber: inventariar o solo mineiro (1778-1863)

Em um contexto de esgotamento da economia mineradora e de crise estrutural do sistema colonial no Brasil das últimas décadas do século XVIII, anuncia-se, como urgência do império português, regido pelo modelo do Estado Moderno, um maior domínio sobre os seus territórios coloniais – aspectos como a fiscalização pública, a sociedade política, a dimensão territorial e a força militar

serão algumas das balizas desse modelo de estado.¹ É dessa consciência sobre o espaço, portanto, que advém todo um movimento científico-militar com o intuito de “dar a conhecer ao rei [ou às autoridades] o território que se encontra sob o seu domínio” (Resende, 1995, p. 51). Neste contexto, multiplicam-se as corografias, ou seja, obras cartográficas que, naqueles anos, tratavam de documentos sigilosos voltados para o registro de uma localidade específica, em que fatores como topografia, limites, urbanização, demografia, cadastros das entradas e passagens, formas de tributação, produção agrícola e pecuária, condições do solo, vegetação, clima etc. serão inventariados em mapas e notícias – por estas últimas, entenda-se o conteúdo textual que acompanhava a produção cartográfica dos inventários. Assim como explica Resende (1995), eram documentos que objetivavam fornecer ao poder político informações e sugestões imediatamente utilizáveis na instrumentação das decisões governamentais, sobretudo políticas.

Obra que vem acentuar este gênero de produção no Brasil, especificamente em 1817, encontramos a *Corografia Brazilica*, do padre Manuel Aires de Casal que traz em seu prefácio uma ideia do teor textual desses documentos, resumido da seguinte forma:

Nela [Corografia Brazilica] se acha a história do descobrimento do Brasil em 1500 até o ano de 1532 em que este país foi repartido em Capitanias. Mostra-se a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e da indústria de cada uma delas: indica-se o que há de mais notável na natureza; como são os rios, lagos, montes, cabos, ilhas, animais, minerais e vegetais (Casal, 1817, p. 3).

Guardando semelhanças com esta obra de Casal, especialmente nas Minas Gerais do século XVIII rumo ao século XIX, destacamos dois profissionais oficialmente incumbidos de inventariar o território mineiro segundo o gênero corográfico: o engenheiro militar português José Joaquim da Rocha e o engenheiro alemão Henrique Gerber.

Como engenheiro militar, José Joaquim da Rocha atuou, até 1778, na fortificação de pontos chaves da capitania – uma vez que conhecia a capitania em profundidade, tomou as medidas das distâncias entre as diversas localidades mineiras. Esta experiência como cartógrafo e memorialista da capitania permitirá a Rocha a produção de diversos mapas.² Precisamente entre os anos de 1778 e 1781, o memorialista desenvolve a *Carta corográfica da capitania*, objetivando, em suas próprias palavras: “Concluir uma história individual das Minas”. Desenvolvida a mando do então governador e capitão-general das

1. Para uma leitura específica, indicamos Genet, 1997.

2. Para uma leitura aprofundada, recomendamos o artigo “Um cartógrafo nas Minas” (Furtado, 2010).

Minas Gerais, d. Rodrigo José de Menezes, além do mapa da capitania de Minas Gerais, sequenciado por outros quatro mapas das comarcas mineiras – Vila Rica, atual Ouro Preto; Serro Frio; Rio das Mortes; e Sabará –, a carta corográfica de Rocha trazia também um conteúdo textual que, nas palavras do tratadista, “dava notícia do descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesas” das Minas Gerais.³ Podemos dividir em duas partes as notícias – entenda-se, a parte textual – da carta corográfica de Rocha: a primeira corresponde ao estabelecimento e criação das vilas, seguida da descrição dos rios da capitania de Minas Gerais. Sem “abundância de termos”, mas “uma verdade sólida no serviço da Soberana e da Pátria”, será a conclusão de Rocha sobre a sua obra.

Mais de meio século depois da carta corográfica de Rocha, aproximadamente entre 1857 e 1867, localizamos o engenheiro Henrique Gerber que, tendo se estabelecido em Minas Gerais, foi nomeado em 1866 como engenheiro-chefe da Diretoria Geral das Obras Públicas da Província. Atuando sobretudo em projetos, orçamentos e levantamentos topográficos de estradas de rodagem, em 1863 Gerber publica a *Carta geográfica da Província de Minas Gerais*, regida sob a lei nº 1.104, de 16 de outubro de 1861 (lei de orçamento do ano fiscal de 1862/1863), que delibera o seguinte:

O governo [mineiro] contratará desde já o engenheiro Gerber para a impressão do mapa e da notícia geológica, histórica e corográfica da Província, por ele organizados pela quantia de rs: 3:500\$ (Renger, 2013, p. 47, grifos nossos).

Numa província que contava com 20 comarcas em 1863, a carta geográfica de Gerber tinha como objetivo melhorar o plano viário mineiro num movimento de expansão das vias férreas e de novas vias de comunicação que vinham se aperfeiçoando no cenário nacional. A partir de sua publicação, em 1863, a carta de Gerber será adotada como documento oficial e sofrerá retificações ou aperfeiçoamentos ao longo dos anos. Em 1880, será substituída pela carta de João Castro, então diretor da repartição de Obras Públicas de Minas Gerais.⁴

Em suma, retomando a fala de Rocha (1995), em que este propõe que sua carta corográfica buscava “concluir uma história mineira”, dando notícias do seu descobrimento, estabelecimentos e despesas, arriscamos supor que o exercício dos memorialistas do século XIX – tais como Rocha e Gerber – se entrelaça com a prática da imprensa jornalística que viria a se expandir no Brasil a partir do final daquele século. Não é de se admirar, por exemplo, que até os dias de hoje seja empregado o termo “notícia” – utilizado desde os tempos dos estudos corográficos – para se referir ao texto jornalístico do século XXI.

3. Os cinco mapas e a notícia das Minas podem ser consultados na íntegra em: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais* (Rocha, 1995).

4. Informações, textuais e cartográficas, disponíveis em Gerber, 2013.

Da imprensa régia aos jornais oficiosos (1741-1870): traços corográficos nos almanaques industriais de meados do século XIX

Antes de alcançarmos os anos de 1899, quando foi inaugurado o jornal *Diário de Minas* na cidade de Belo Horizonte, faz-se necessário contextualizar a imprensa brasileira – entenda-se por “imprensa” as tipografias oficiais – que antecede e adentra o período dos Oitocentos. É igualmente importante contextualizar de que forma encontramos vestígios dos inventários anteriormente citados no conteúdo desta imprensa ao longo do século XIX.

É sabido que a imprensa demora a se instalar no Brasil, em comparação aos demais países latino-americanos,⁵ e ganha força apenas em 1700, quando acontece o surto minerador e seus reflexos, com o crescimento populacional e aquisitivo, além da especialização de atividades. Por despacho real de 1741, encontramos a seguinte explicação sobre a quase ausência de tipografias em solo brasileiro: “Não sendo conveniente haver tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no reino [português], de onde podiam vir impressos os livros e papéis”.⁶ Neste contexto, assim como Sodré (1966) acentua, entre os livros que contavam “coisas da terra” – e aqui relembramos cartas corográficas, como a de José Joaquim da Rocha, em 1778 – nenhum possuía licença régia para circulação no Brasil. Mesmo com a abertura dos portos, em 1808, permaneceu em vigência uma provisão régia proibindo o despacho de livros e papéis sem que lhe fosse mostrada a licença.⁷

Em 1808, surge, sob a proteção oficial, a Imprensa Régia, encarregada de toda impressão legislativa e de papéis diplomáticos do Real Serviço. Era a ferramenta que se incumbia também da vistoria dos originais impressos em outras tipografias – estes deviam ser assinados e submetidos ao procurador da Coroa. Será apenas em 1827 que a imprensa começará a adentrar as províncias, como retoma Sodré (1966), e estreará com jornais oficiais, oficiosos ou ligados aos governos provinciais.

Exemplares dessa imprensa oficiosa, os almanaques industriais produzidos na segunda metade do século XIX trazem algumas similaridades em relação às produções corográficas do início do século. Ganha destaque, por exemplo, o afamado *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também conhecido como *Almanak Laemmert*, nome derivado da tipografia homônima que pertencia aos irmãos editores Eduardo e Henrique Laemmert, localizada no Rio de Janeiro. Como o próprio almanaque se intitulava, tratava-se de uma

5. Como exemplo, citamos o México, que inaugurou sua imprensa em 1539; o Peru, em 158; e as colônias inglesas em 1650 (Sodré, 1966, p. 13).

6. Ordem régia de 6 de julho de 1747 (Sodré, 1966, p. 20-21).

7. Ordem régia de 14 de outubro 1808 (Sodré, 1966, p. 16-17).

“obra estatística e de consulta, abrangendo todas as províncias do império” (Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro Para o Ano de 1885, 42º ano, frontispício). Lançado em 1843, ele permanece em circulação mesmo após o fechamento da casa Laemmert, e é encerrado apenas em 1930.

Como exemplar deste formato de imprensa em solo mineiro, encontramos, a partir de 1864, o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*. Também denominado *Almanak de Minas*, este será explicitamente um órgão oficioso, pois, como bem demonstra em sua primeira página, tratava-se de um trabalho sob “a proteção de Vossa Majestade Imperial” (Martins e Oliveira, 1864, p. 1). Foi definitivamente oficializado através da lei n. 1447, de 1º de janeiro de 1868, que mandava publicar por conta da província o *Almanak de Minas* – o que vem a constar no frontispício da obra através dos dizeres “propriedade da província” (Martins e Oliveira, 1864, frontispício).

Em um anúncio retirado do jornal *A Actualidade*, de 1863, fica resumido o conteúdo do Almanaque de Minas: nomes das pessoas da família imperial, dos ministros do estado de Minas Gerais, dos empregados das diversas repartições públicas, além dos médicos, negociantes e de todos que se empregavam nas diversas artes de ofícios mecânicos e do campo (A Actualidade, 1863, p. 4). Consta ainda neste anúncio o interesse dos editores do almanaque em informações que serviriam para o desenvolvimento da obra, resumidas como: “notícias geográficas e da indústria” de cada localidade. Sendo assim, na edição de 1864 é publicado um “quadro dos antigos registros e passagens de rios e diversas outras notícias” ainda não informadas na primeira edição, além de incorporar as “notícias sobre a história geográfica e estatística”; “assim antiga como moderna” (A Actualidade, 1863, p. 4).

Sem nos alongarmos no percurso dos almanaques industriais daquele período histórico, e apesar de Sodré (1966) diagnosticá-los como um número não muito significativo na imprensa brasileira, e também por se tratar, em grande parte, de publicações de vida efêmera, nesse estudo que propomos ficam evidentes os traços corográficos neles encontrados. Por isso, eles servem de anteparo para compreendermos a grande imprensa oficiosa mineira, analisada em nosso estudo através do jornal *Diario de Minas*.

O jornal *Diario de Minas*

Semelhante ao que se denominava como “reviravolta bairrista”, ou seja, “a pronunciada simpatia pública pelos jornais da própria capital” (Diario de Minas, 19 jan. 1899, ano I, n. 16, p. 2), haverá na última década do século XIX uma profusão de jornais belo-horizontinos, diversos deles fundados sob a premissa da edificação da nova capital de Minas, iniciada em 1894. Lá estão

o jornal *Bello Horizonte*, (1895-1899); os jornais *A Capital* (1896-1898) e o título *A Aurora* (1896); as publicações *Tiradentes* e *Bohemio* (1897); e o jornal *Têla* (1898) – todos estes periódicos produzidos originalmente em solo belo-horizontino, grande parte dos quais terá entre um e três anos de existência.

Representante da grande imprensa belo-horizontina – seguindo a fórmula da periodicidade diária, do grande formato e da produção em larga escala – o jornal *Diario de Minas* foi lançado através do seu número prospecto em novembro de 1898 (*Diario de Minas*, 15 nov. 1898, n. prospecto, p. 1-4). Em sua sede localizada na rua da Bahia, aquela que, segundo descreve um anúncio da época, era considerada a “primeira rua e a mais importante da capital” (*Diario de Minas*, 4 jan. 1899, ano I, n. 3, p. 2), o periódico acolhia, também, o escritório de advocacia de um dos seus fundadores, Fernando Mendes Pimentel. Apesar de descrito como órgão apartidário, com um editorial que “paira acima do formigar político” da época (*Diario de Minas*, 5 jan. 1899, ano I, n. 4, p. 2), preocupado apenas com o “bem geral das classes sociais” (*Diario de Minas*, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1), entende-se que Fernando Mendes Pimentel, que, mais tarde, chegou a ser redator-chefe do jornal, acabara de abdicar, naquele ano de 1899, à sua candidatura como integrante do PRM, renunciando à cadeira de deputado e adentrando, por outro lado, “na arena vasta da imprensa” (*Diario de Minas*, 14 jan. 1899, ano I, n. 12, p. 2), presutando, assim, “relevantes serviços à República” (*Diario de Minas*, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1). Não são raras, portanto, as descrições deste jornal, que se considerava apartidário, atribuindo ao mesmo características republicanas, tais como: “intuição liberal e ideias honestas e patrióticas” (*Diario de Minas*, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 2).

Nesse sentido, desde sua fundação, em 1898, através do número prospecto publicado simbolicamente no dia 15 novembro – marco temporal da proclamação da república no Brasil –, esse periódico não será de todo “isento de paixão política” (*Diario de Minas*, 4 jan. 1899, ano I, n. 3, p. 2). A partir de 8 de novembro de 1899, quando houve a transferência do jornal para outro proprietário, ficaram registrados em sua capa os seguintes dizeres: “Orgam do Partido Republicano Mineiro” (*Diario de Minas*, 8 nov. 1899, fase 2, ano I, n. 1, p. 1). Como destaca Castro (1997), daquela fase em diante a linha editorial do *Diario de Minas* assumira semelhanças com o próprio programa do PRM.

Em termos gráficos, os primeiros 36 números do *Diario de Minas* foram impressos na Tipografia Beltrão – a primeira a se instalar na nova capital. Logo depois, o *Diario* passaram a contar com oficina própria. Seguindo o formato de 57,5 cm X 42 cm, em 1903 o periódico fora descrito por Joaquim Nabuco Linhares (1947) como o de maior dimensão até então produzido na capital. Em suas quatro páginas, cada uma delas dividida em seis colunas, encontramos as seções: notas, crônicas e folhetins, gazetinha, artigos – sobre agricultura,

política, finanças –, além da publicidade, que ocupava metade do jornal. Como publicação diária, o *Diario de Minas* teve sua produção encerrada em 1930.

Diversos traços da paisagem belo-horizontina de 1899 podem ser conferidos no jornal *Diario de Minas*, desde a compra e venda de lotes e imóveis à aquisição dos massames das casas do antigo Curral del Rei, informações sobre alagamentos e matagais, localização do comércio que se praticava na cidade, abertura de indústrias etc. Dentre a infinidade de traços urbanos, destacamos a atenção que o *Diario de Minas* dava a assuntos históricos relacionados a Minas Gerais, interesse este concretizado pelo jornal através de uma seção jornalística exclusiva para esta pauta.

As “tradições gloriosas da terra mineira” na seção histórica do jornal *Diario de Minas*

Inserida na seção intitulada “Notas”, encarregada de publicar assuntos oficiais do governo, encontramos uma subseção exclusivamente voltada para a explanação histórica das Minas Gerais. Logo na segunda edição do jornal, fica esclarecido que esta subseção seria uma publicação diária da “significação histórica” da data de circulação do jornal, relembando assim os fatos descritos pelo periódico: “constituem acervo de tradições gloriosíssimas da terra mineira” (*Diario de Minas*, 3 jan. 1899, ano I, n. 2, p. 1). Para este fim, como o próprio *Diario de Minas* destaca, seria empregada a obra *Ephemerides Mineiras*, publicada em 1897 pelo historiador Xavier da Veiga e produzida pela *Imprensa Oficial do Estado de Minas*.⁸ Persistindo de forma quase ininterrupta até a 32ª edição do *Diario de Minas* de 1899, a partir dos demais números a subseção histórica será publicada, de forma esparsa, nas edições: 35, 37, 38, 39, 40, 43 – não perfazendo o intuito inicial do jornal, de uma publicação diária.

Nas palavras de Veiga, que continham informações de interesse histórico, estatístico ou biográfico, a obra *Ephemerides Mineiras* seria assim um “registro político, administrativo, eclesiástico, industrial, artístico e social de fatos, [...] memoráveis ou extraordinários, [sic.] recordações biográficas” (Veiga, 1897, p. 7, grifo nosso). Segundo o autor, sua obra deve ser compreendida em quatro partes: a primeira diz respeito às “efemérides sociais e políticas”; a segunda se refere à “legislação, administração e história mineira”; a terceira menciona e comenta os fatos de “grande alcance e repercussão histórica”; e a quarta parte dedica-se às “lendas e tradições da história e da terra mineira”. Por fim, Veiga adianta as frequentes indicações das *Ephemerides Mineiras* acerca de “minas,

8. No ano seguinte às *Ephemerides Mineiras*, em 1898, Xavier da Veiga publica *A imprensa em Minas Geraes* (1807-1897). Alguns anos antes, na inauguração do Arquivo Público Mineiro (APM), em 1895, Xavier da Veiga tornou-se o primeiro diretor daquela instituição.

mineração, ouro, diamantes” (Veiga, 1897, p. 7-9). Enfocando em sua obra as expedições dos bandeirantes em solo mineiro, que marcam a abertura cronológica das efemérides⁹ – dado registrado na abertura do volume I –, o autor destaca desde o prefácio o que interpreta como “movimentos de grande alcance e repercussão histórica”: a guerra civil entre emboabas e paulistas, a revolta de Vila Rica em 1720, a Inconfidência, a sedição militar de 1883 e a revolução de 1842. São também adiantados ao leitor da obra os “breves comentários” dos diversos “atos tirânicos do governo português concernentes à antiga capitania de Minas Gerais, atos que negrejam as páginas de nossa história colonial” (Veiga, 1897, p. 11).

Se por um lado, o objetivo histórico aproxima a obra de Veiga das corografias do início dos Oitocentos, por outro, caberá à parte estatística das *Ephemerides Mineiras* o viés jornalístico industrioso – tal qual os almanaques de meados do século, que abordavam: “Agricultura, indústria, viação, comércio, instrução pública, imprensa periódica, população, instituições pias [...] literárias, industriais etc.” (Veiga, 1897, p. 8). Nesse sentido, entre as notícias contemporâneas estampadas na primeira página do *Diario de Minas*, de 3 de janeiro de 1899, que abordavam desde a “difícil administração” financeira de Minas, os lotes vagos na cidade de Belo Horizonte e os decretos do prefeito da capital, a primeira coluna histórica publicada no periódico listará três datas que sinalizam o teor dessa seção jornalística. Lá estão: 1764, ano do falecimento de dom frei Manuel da Cruz, primeiro bispo da cidade de Mariana; e 16 de dezembro de 1824, quando a câmara daquela mesma cidade demarcou a decisão do ministério do império sobre a supressão da festividade oficial de 16 de dezembro, “aniversário da elevação do Brasil a Reino” (*Diario de Minas*, 3 jan. 1899, ano I, n. 2, p. 1). O desfecho da coluna ficou a cargo de 1854, ano em que fora oficialmente criado o Liceu Mineiro em Ouro Preto.

Entre os principais assuntos abordados na seção histórica do *Diario de Minas*, todos levantados para esse estudo a partir das 32 primeiras edições do jornal e organizados em temas principais da seção histórica, aparecem em ordem decrescente: mineração (30%), ordens régias (30%), personalidades (20%), revoltas (10%), escravidão (10%). A mineração será uma das pautas mais recorrentes na coluna histórica do *Diario de Minas*, no que segue o destaque assumido na obra de Veiga (1897) a esta mesma temática.

Nesse sentido, a ênfase sobre o monopólio régio das Minas será transcrito no jornal em datas como a de 4 de janeiro de 1735, quando um aviso régio remete duas leis ao governador da capitania mineira: a primeira, ordenando que “todo diamante extraído das minas da Capitania de 24 quilates para cima pertencerá à Fazenda Real” (*Diario de Minas*, 4 jan. 1899, ano I, n. 3, p. 1); a segunda, no que tange à remessa de moedas, barras ou lavrados, a possibilidade

9. É válido ressaltar que *ephemerides* advém do grego *ephēmeris*, designando diário, calendário.

de os “trazer ou remeter nos navios das frotas [portuguesas] pagando 1% de condução” (Diario de Minas, 4 jan. 1899, ano I, n. 3, p. 1). Em outra edição do jornal, foi citado o “celebérrimo alvará da rainha Maria I^a” em 5 de janeiro de 1785, no qual, em vista da situação minerária enfrentada no país, fora ordenada a extinção e a abolição no Brasil de “todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, tecidos ou bordados de ouro e prata”, excetuando-se os teares de “fazendas grossas para uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar fazendas” (Diario de Minas, 5 jan. 1899, ano I, n. 4, p. 1). O controle sobre as minas se daria também na oficialização da extração de pedras preciosas e ouro, assim como consta em notícia, de 14 de janeiro de 1809, dada pelo governador da capitania mineira à secretaria do Reino (no Rio de Janeiro) sobre a descoberta de um diamante de “três oitavas e dois vinténs” na região de Abaeté, o que fez com que o governador da capitania de Minas quisesse saber que “depois da lavagem do cascalho talvez seja útil continuarem os serviços” (Diario de Minas, 14 jan. 1899, ano I, n. 12, p. 1). As demais datas envolvendo a mineração na capitania foram anunciadas no jornal como uma espécie de publicidade, assim como demonstra a chamada após o ano de 1830 com os dizeres: “Extraordinária Produção de uma Mina de Ouro” (Diario de Minas, 12 jan. 1899, ano I, n. 10, p. 1). A referida mina fora a do Gongo-Soco, na região conhecida atualmente como Barão de Cocais, onde em 21 de janeiro de 1830, foram apurados em cerca de quatro litros de terra aurífera dez quilogramas de ouro em pó. Na nota histórica do *Diario de Minas* é acrescida a este “fato extraordinário” a citação do mesmo na monografia *L’Or à Minas Geraes*, de Paul Ferrand, o que assegurava a notoriedade histórica daquele acontecimento. Da mesma forma, em outra seção histórica do *Diario de Minas* a obra *Memórias Históricas*, de monsenhor Pizarro e Araujo, o que afirmava a historicidade da data de 25 de janeiro de 1899, bem como a descoberta de “alfajores em um rio junto à Vila Nova do Infante” (Diario de Minas, 25 jan. 1899, ano I, n. 20, p. 1). Em outras ocasiões, o jornal cita em tom irônico as vantagens régias em solo brasileiro, como foi o caso do ano de 1806, associado à “compra de duas coleções de topázios [...] para dois adereços de senhoras”, frisando ao final da notícia, que “não se divulgue que a compra é por conta da Fazenda Real” (Diario de Minas, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1).

Em paralelo à mineração, fica o destaque na seção histórica do jornal para um conjunto de ordens régias, decretos, portarias, provisões e instruções que viriam a constatar a dependência – financeira e política – de Portugal em relação à colônia brasileira. Consta, por exemplo, na data de 7 de janeiro de 1775, a ordem régia ao governador da capitania mineira referindo-se à “boa administração das rendas reais, de que tanto depende a segurança pública [portuguesa] por serem as conquistas a fonte de que emanam as riquezas que fazem respeitado e opulento o Estado [mineiro]” (Diario de Minas, 7 jan. 1899, ano I, n. 6, p. 1). Por outro lado, na data de 12 de janeiro de 1720, vê-se a expedição

de uma portaria declarando que os governadores da capitania “não se devem intrometer na jurisdição do guarda-mor geral das minas” (Diario de Minas, 12 jan. 1899, ano I, n. 10, p. 1); ou seja, cabe ao governador da capitania a boa administração das finanças reais, não extrapolando a jurisdição régia. A respeito desse fato, portugueses como o conde de Linhares foram citados como aqueles autorizados, por decreto imperial, a formar uma companhia para mineração de terras em Minas Gerais no ano de 1830 (Diario de Minas, 12 jan. 1899, ano I, n. 10, p. 1). O terremoto que atinge Portugal no ano de 1755, por sua vez, será noticiado na coluna histórica do *Diario de Minas* a partir do aviso endereçado ao governador da capitania mineira dois anos após o acontecimento, em 1757, “mandando apertar todos os devedores da Fazenda [...] afim de que vá a maior remessa de que for possível [para Portugal]” (Diario de Minas, 13 jan. 1899, ano I, n. 11, p. 1). A importância do dízimo praticado nas três comarcas que compunham as Minas Gerais do início dos Setecentos – Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas – fora noticiada na data de 19 de janeiro de 1719, quando é emitida ordem régia ao governador da capitania agradecendo pelo “zelo de fazer crescer” os dízimos e os direitos sobre os caminhos das fazendas que davam para aquelas comarcas (Diario de Minas, 19 jan. 1899, ano I, n. 16, p. 1). Coubera ao ano 1788 a descrição dos principais ramos de onde proviñham os rendimentos da capitania mineira enviados ao Régio Erário: o quinto de ouro, os contratos das estradas, os contratos dos dízimos, os donativos e terças partes dos ofícios e a extração dos diamantes (Diario de Minas, 29 jan. 1899, ano I, n. 24, p. 1).

No entanto, nem apenas de elogios aos governadores da capitania mineira se compunha a seção histórica do *Diario de Minas*, pois as sublevações e as desordens severamente criticadas pelo poder régio também eram parte do conteúdo da coluna. Ainda no ano 1719, por exemplo, no dia 11 de janeiro, fez-se referência à carta régia endereçada ao governador da capitania que havia “dado perdão” aos moradores de Pitangui em razão de uma sublevação. A crítica fora assim descrita na carta:

repreendo-o [o governador da Capitania] por se intrometer nesta matéria que é regalia de sua majestade, e que não devia por em prática aquilo em que não tem jurisdição, nem executar coisa alguma em seu arbítrio sem dar conta (Diario de Minas, 11 jan. 1899, ano I, n. 9, p. 1).

A Inconfidência Mineira, por si, apareceu de forma dispersa e rara na seção histórica do jornal, que traz nomes como o do coronel Ignácio José de Alvarenga Peixoto, descrito pelo *Diario de Minas* como um dos “mais ilustres réus da Inconfidência” no episódio da Devassa do Rio de Janeiro em 1790 (Diario de Minas, 14 jan. 1899, ano I, n. 12, p. 1). O jornal trouxe também o nome do coronel Joaquim Silvério dos Reis, premiado pela junta da Real Fazenda,

em 1809, por delatar os “conspiradores e mártires de 1789” (Diario de Minas, 14 jan. 1899, ano I, n. 12, p. 1).

Outras ordens régias demonstrando a autoridade da Coroa também foram expostas no *Diario de Minas* de forma a mostrar o rígido controle português travestido em investimentos no país. Foi o caso acontecido em 15 de janeiro de 1724, quando ficou decidido que incumbia ao governador da capitania a criação das casas de fundição e moeda em Minas Gerais. Segundo a descrição do jornal, não se tratava de um conselho sobre a execução das casas, mas do parecer sobre o modo por que as leis e ordens régias “poderiam cumprir com mais acerto” (Diario de Minas, 15 jan. 1899, ano I, n. 13, p. 1). Caso semelhante fora descrito na data de 1812, quando em carta régia ficava expressa a criação de uma fábrica de serralheiro e espingardeiro em Vila Rica, mas como bem frisou o jornal: “que, por ora, façam somente fechos” (Diario de Minas, 21 jan. 1899, ano I, n. 18, p. 1).

A abordagem da escravidão como tema na seção histórica do *Diario de Minas* também seguiu um ritmo disperso e raro como o das sublevações. Episódios como o da ordem régia emitida em 1719, dirigida ao governador da capitania para a criação de “capitães do mato” “para a prisão dos negros fugidos” (Diario de Minas, 12 jan. 1899, ano I, n. 10, p. 1) foram contrapostos a portarias como a emitida em 1731, pelo Ministério Ultramarino, que reprovava a criação por parte do governador mineiro do “Capitão de Pardos e Bastardos da Passagem e Morro” (Diario de Minas, 13 jan. 1899, ano I, n. 11, p. 1). O jornal apontava ainda o “estranhamento” régio desta decisão do governador da capitania. Sob a rubrica “negros fugidos”, temos notícia de quilombos na Comarca do Serro em 1732 (Diario de Minas, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1), e sobre o descobrimento de diamantes na região do rio Itacambirucú, em 1782 (Diario de Minas, 24 jan. 1899, ano I, n. 20, p. 1). No ano de 1883, por sua vez, o jornal empregava a expressão “população servil” para contabilizar um total de 311.666 indivíduos servis na capitania mineira (Diario de Minas, 5 jan. 1899, ano I, n. 4, p. 1).

Nomes de diversas personalidades foram citadas ao longo da seção histórica do *Diario de Minas*, relacionados a premiações internacionais, suicídios ou conflitos sanguinolentos. A espetacularização dos crimes nos jornais também tinha seu espaço na coluna histórica do jornal, como é o caso de “Januário Garcia, o Sete Orelhas”, uma “tradição sinistra”, como descreveu o jornal, de um pai que vinga a morte de seu filho assassinando e recolhendo as orelhas de cada envolvido no crime (Diario de Minas, 23 jan. 1899, ano I, n. 21, p. 1). Por fim, é válido notar a interseção dos temas centrais da coluna histórica do *Diario de Minas* – mineração, ordens régias, escravidão, sublevações e personalidades –, de forma a reuni-los em uma só nota, como é o caso da notícia de 1782, citada anteriormente a respeito do descobrimento de diamantes feito

por “negros fugidos” em região próxima ao rio Itacambirucú (*Diario de Minas*, 24 jan. 1899, ano I, n. 20, p. 1).

Considerações finais

Em grande parte dedicado aos anos de 1700 até meados dos Oitocentos, pouca coisa foi encontrada sobre as últimas décadas do século XIX na seção histórica do *Diario de Minas*. Sobre a nova capital belo-horizontina, fora citada somente a data de 11 de janeiro de 1895, apresentando o decreto nº 803 que estabelecia as bases para o levantamento do plano geral da capital do estado mineiro em Belo Horizonte, somado às concessões de venda e distribuição de lotes urbanos e suburbanos para construção (*Diario de Minas*, 11 jan. 1899, ano I, n. 9 p. 1). Também a nota histórica do ano de 1714 em que se ordenava levantar o mapa da capitania mineira (*Diario de Minas*, 18 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1), contraria o fato contemporâneo ao ano de 1899, quando o conteúdo habitual do jornal sublinhava o “levantamento estatístico territorial do Estado mineiro naquele referido ano” (*Diario de Minas*, 4 jan. 1899, ano I, n. 15, p. 1). Entre as demais informações rotineiras ao conteúdo típico do jornal dos anos de 1899, observava-se que alguns assuntos como agricultura, melhoramentos urbanos e imprensa raramente apareciam na coluna histórica. A imprensa fora mais discutida ao longo de três edições do *Diario de Minas*, através do jornal *Abelha do Itacolomy*, considerado por Veiga (1897) o primeiro em solo mineiro, fundado em 1824 (*Diário de Minas*, 3 jan. 1899, ano I, n. 12, p. 1), assim como nas datas de fundação de jornais em outras localidades, como em referência ao ano de 1894, ano de origem do semanário *O Palmirense*, primeiro jornal da região de Palmira (*Diário de Minas*, 1 fev. 1899, ano I, n. 26, p. 1), ou adicionado ao título *O Guajara*, que criava a imprensa da cidade de Sacramento, em 1884 (*Diário de Minas*, 3 fev. 1899, ano I, n. 28, p. 1). A agricultura era associada unicamente ao ano de 1798, quando do aviso régio ao governador da capitania sobre o desenvolvimento da lavoura e da indústria estabelecendo prêmios e incentivos (*Diário de Minas*, 4 jan. 1899, ano I, n. 3, p. 1). A criação da Vila de São José do Rio das Mortes – atual Tiradentes – fora noticiada por meio de duas das notas históricas do jornal – a sua criação e oficialização entre 1718 e 1719 – demonstrando a importância do periódico naquela localidade (*Diário de Minas*, 19 jan. 1899, ano I, n. 16, p. 1; 11 jan. 1899, ano I, n. 9, p. 1). As demais vilas e comarcas eram citadas pelo jornal indiretamente e sem exclusividade à data.

O ano de 1822 fora abordado em apenas três edições do *Diario de Minas*, através dos seguintes acontecimentos: aviso de d. Pedro no dia 12 de janeiro, exigindo do governo de Minas Gerais auxílio para guarnição da corte que enfrentava a sublevação de tropas portuguesas em território mineiro (*Diário de Minas*, 12 jan. 1899, ano I, n. 10, p. 1); envio de uma comunicação ao governo mineiro no dia 17 de janeiro sobre a deliberação de dom Pedro em

não partir para Portugal, no intuito específico de dar início à harmonização da junta governativa de Vila Rica e garantir as “simpatias do povo mineiro” (Diário de Minas, 17 jan. 1899, ano I, n. 14, p. 1); e no dia 5 de fevereiro, quando o vice-presidente da província mineira, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, o visconde de Caeté, foi autorizado a ir ao Rio de Janeiro representando o vice regente contra o ministério; fato este que amadureceu em dom Pedro a ideia de realizar uma viagem à Minas, “que no fim do mês seguinte empreendeu-se” (Diário de Minas, 5 fev. 1899, ano I, n. 30, p. 1).

O *Diário de Minas*, enquanto periódico de 1899, no todo muito mais alusivo a questões financeiras e restritas à nova capital, se aproximava do formato que seguia um dos primeiros jornais oficiais brasileiros, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808, por ser mais informativo e comercial do que politicamente engajado. No entanto, observando a coluna histórica do *Diário*, tínhamos ali um leque de aspectos históricos indissociavelmente políticos, que deixavam entrever o perfil que este periódico demonstrava: um jornal republicano controlado por oligarquias rurais. Assim como Sodré (1966) descreveu este tipo de imprensa do final do século XIX, tratava-se de jornais pré-capitalistas, ou seja, ainda não liberais por completo, uma vez que pertenciam, ideologicamente, às oligarquias rurais – por si enraizadas nas práticas coloniais. O jornal *Diário de Minas* era, portanto, um dos símbolos desta imprensa nas Minas Gerais de 1899, deixando traços em sua seção histórica deste Brasil pré-capitalista e ainda colonial – a mineração, a escravidão, as ordens régias, as sublevações etc. compondo, assim, parte definitiva do conteúdo do periódico.

Referências

A ACTUALIDADE. Jornal politico, literario e noticioso. Rio de Janeiro, ano V, n. 372, 2 mar. 1863. p. 4.

ARAUJO, José de Souza A. Pizarro e. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil*: dedicadas a el-rei nosso senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820-1822. 9v.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação histórico geographica do Reino do Brazil*. Composta e dedicada a sua Magestade FIDELISSIMA por hum presbiterio secular do Gram Priorado do Crato. t. I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Lê-se ainda na capa: Com licença e privilegio Real. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38018. Acesso em: 14 set. 2021.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta. Pedacos de memória. In: *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte* (1895 a 1954). Joaquim Nabuco Linhares. Estudo crítico e nota biográfica, Maria Ceres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais; 1995. p. 21-26.

DIARIO DE MINAS. Número Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. 0, 15 nov. 1898. p. 1-4.

DIARIO DE MINAS. Número Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, ano I, n. 3, 4 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 2, 3 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 4, 5 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 6, 7 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 9, 11 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 10, 12 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 11, 13 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 12, 14 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 13, 15 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 14, 17 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 15, 18 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 16, 19 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 18, 21 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 20, 24 e 25 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 21, 26 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 23, 28 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 24, 29 jan. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 26, 1 fev. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 28, 3 fev. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, n. 30, 5 fev. 1899. p. 1.

DIARIO DE MINAS. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, ano I, fase 2, n. 1, 8 nov. 1899. p. 2.

FERRAND, Paul. *L'Or à Minas Geraes (Brésil)*. Bello Horizonte, 1894-1913. 2 v.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Memoria. Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 set. 2021.

FURTADO, Júnia. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 152-161, jul./dez. 2010.

GENET, Jean-Philippe. La genèse de l'État moderne. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 118, juin 1997, p. 3-18. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3219. Acesso em: 20 ago. 2021.

GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 set. 2021.

LAEMMERT (Ed.). *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Para 1885. Fundado por Eduardo von LEAMMERT. Obra estatística e de consulta, abrangendo todas as províncias do Império. Reformada e novamente organizada por ARTHUR SAUER. Rio de Janeiro: Casa Laemmert, 1885.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *A imprensa em Bello Horizonte*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 1, v. 1, jan./jun. 1947. Acervo do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MARTINS, A. de Assis; OLIVEIRA, J. Marques (org.). *Almanak Administrativo, Civil E Industrial Da Província De Minas Geraes*: para o ano de 1865. 2. ano. Ouro Preto: Typographia de Minas Geraes. 1864.

RENGER, Friedrich (org.). Henrique Gerber, um engenheiro alemão a serviço da província de Mina Gerais. In: GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013. p. 15-50.

RESENDE, Maria Efigênia L. Estudo crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais / José Joaquim da Rocha; transcrição e coleção de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 13-68.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais / José Joaquim da Rocha. Estudo crítico: Maria

Efigênia Lage de Resende; transcrição e coleção de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. *In: A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. v. 51. Série Retratos do Brasil.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras* (1664-1897). v. I. jan./mar. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas, 1897.

Preciosidades do acervo



A trajetória histórica dos carimbos da Biblioteca Nacional revelada pela BNDigital

Thais Helena de Almeida

Conservadora-restauradora da Fundação Biblioteca Nacional. Doutora em Memória Social
pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Jandira Flaeschen

Conservadora-restauradora da Fundação Biblioteca Nacional. Mestre em Preservação de
Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu da Astronomia e Ciências Afins (Mast)

Nathalia Amorim

Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro (IFRJ). Mestranda em Ciência da Informação pelo Ibict/UFRJ





Resumo

O artigo apresenta um breve panorama dos carimbos utilizados na Biblioteca Nacional do Brasil, quando ainda se intitulava Real Biblioteca, Biblioteca Imperial e Pública da Corte, até sua atual designação como Biblioteca Nacional. A pesquisa sobre os carimbos institucionais é um desdobramento do projeto “Inventário das Marcas de Propriedade da Biblioteca Nacional do Brasil”, estruturado a partir do levantamento das marcas de proveniência presentes no acervo. Apoiadas nos conceitos de memória, de paradigma indiciário e marcas de propriedade é que o levantamento e identificação dos carimbos úmidos utilizados nas rotinas e práticas institucionais da Biblioteca Nacional entre os séculos XIX e XX se apresentam como o principal objeto desta pesquisa. A identificação de uma série de carimbos que marcam um tempo histórico, apagados pelos processos biblioteconômicos que, analisados em conjunto com os sinais e os indícios de sua forma e conteúdo, com os documentos administrativos, nos possibilitou reelaborar parte desta memória.

Palavras-chave: Marcas de propriedade. Inventário. Pertencimento.

Abstract

The article presents a brief overview of the stamps used in the National Library of Brazil, when it was still called Royal Library, Imperial and Public Library of the Court, until its current designation as National Library. The research on institutional stamps is an deployment of the “Inventory of Property Marks of the National Library of Brazil” project, structured from a survey on the provenance marks found in the collection. Based on the concepts of memory, evidential paradigm and property marks, the survey and identification of wet stamps used in the routines and practices of the National Library between the 19th and 20th centuries is the main object of this research. It was the identification of a series of stamps that mark a historical time, erased by the procedures of the library, which, analyzed together with signs and evidence of their form and content, with administrative documents, allowed us to re-elaborate part of this memory.

Keywords: Property. Marks. Inventory. Belonging.



Apresentação

Ao longo da história do ajuntamento de livros, do colecionismo e das bibliotecas, públicas ou privadas, seus proprietários sinalizavam sua posse com marcas, muitas vezes grafadas, estampadas ou coladas. De acordo com o bibliotecário David Pearson, tais marcas possibilitam conhecer a origem e a trajetória de um exemplar, cuja proveniência pode ser revelada através de dedicatórias, assinaturas, ex-líbris manuscritos e impressos, *super-libris*, *ex-dono*, carimbos, etiquetas e encadernações (Pearson, 2020). Assim como a trajetória de um livro, estas marcas de proveniência também possibilitam elaborar a trajetória de uma coleção ou de uma biblioteca, revelando a passagem do tempo.

Bárbara Heritage, em sua “Arqueologia do Livro”, escreve que muitos livros “testemunharam e suportaram fatos extraordinários como parte de suas vidas” e que com o “tempo essas histórias se perdem, são apagadas, negligenciadas ou esquecidas”. Para a autora, os livros sobrevivem a nós e podem ser entendidos como receptáculos que contêm não só as “palavras de seus autores e a prova de sua fabricação, como também as várias marcas de seu uso”. Marcas que incluem rabiscos, anotações, palavras apagadas, páginas dobradas, fotos, folhas, inscrições, que, como traços físicos, sobrevivem para serem encontrados por futuros leitores, criando uma ligação com o passado (Heritage, 2019, p. 23-26).

Foi em busca destes traços físicos e da ligação destas marcas de proveniência que conectem o passado e tragam entendimento no presente que este artigo elegeu os carimbos úmidos da Biblioteca Nacional para traçar parte de sua memória institucional. Mais do que marcas de proveniência, os carimbos institucionais serão analisados como marcas de propriedade que encerram em si mesmas seu pertencimento incontestável.

Entendidos como marcas importantes, que acompanham as rotinas dos processos técnicos e trazem não só a informação de propriedade e de pertencimento institucional, os carimbos permitem entender a evolução administrativa dos setores e da própria mudança política dentro da Biblioteca. Como figura e forma, os carimbos são capazes também de indicar o pensamento de uma época, a preferência de estilo, de cores e seu período de uso, sinalizando um determinado momento. Mudanças de estilo, forma e informação que aconteceram, muitas vezes, sem a preocupação de justificar as novas escolhas e registrá-las para futuros bibliotecários, acabam por serem esquecidas. David Pearson aponta outra dificuldade com que o profissional pode se deparar ao embarcar no estudo das marcas de proveniência: situações em que as respostas que busca sejam apenas parciais e, em alguns casos, não será possível preencher as lacunas onde as evidências foram perdidas, destruídas ou nunca existiram, o que impacta no resultado ou na ausência dele (Pearson, 2020).

O apagamento destas ações nos faz refletir sobre a temática da memória coletiva que, segundo o professor e crítico de artes Andreas Huyssen, é negociada no corpo social das crenças e valores, de rituais e instituições, e está sujeita à impermanência na passagem do tempo. Para o autor, o importante é compreender esse processo em vez de lamentá-lo, na crença equivocada de que seria possível uma memória fundamentalmente pura, completa e transcendente (Huyssen, 2000, p. 68-69).

Baseados em documentos técnicos e administrativos e em leituras de estudos sobre as marcas de proveniência e sua relação biblioteconômica, a pesquisa sobre os carimbos institucionais se apoia também no conceito de paradigma indiciário proposto pelo historiador Carlo Ginzburg. Em seu ensaio “Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História”, o autor entende que há uma forma de conhecimento que pode estar na fronteira entre o conhecimento rígido, quantitativo das ciências naturais e as disciplinas qualitativas como a história, arqueologia, mitologia etc. Entre estes dois interesses, está o paradigma indiciário, que trabalha rastreando sinais, se voltando para os detalhes, e através dos quais poderíamos obter uma história geral. A observação dos sinais, dos indícios, dos pormenores, que muitas vezes são deixados de lado, é que irá nos permitir decifrar o acontecido (Ginzburg, 1986).

Em 1980, a bibliotecária Lygia Cunha já advertia que “retraçar a história da incorporação ao acervo de coleções que, na Biblioteca Nacional, se acham disseminadas nas inúmeras estantes, entre obras antigas e diversas, não é fácil tarefa”. Para a autora, as dificuldades residiam na falta de inventários precisos, que não foram concluídos ou estariam defasados devido a divergências de critérios (Cunha, 1980, p. 145). Transpondo esta dificuldade para o levantamento dos carimbos e cientes dos problemas, a expectativa quanto ao sucesso da empreitada de identificá-los nos levou a uma busca por fontes primárias em antigos registros, publicações e na fonte digital institucional. As poucas referências encontradas à utilização desta marca nos motivaram a prosseguir, pois conhecer os carimbos da Biblioteca Nacional é revelar sua história, sua trajetória e reafirmar o pertencimento das obras ao acervo para fins de valorização e segurança do patrimônio institucional.

A metodologia desenvolvida está centrada, além da documentação e publicações institucionais, nas informações disponíveis na BNDigital e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na expectativa de identificar o quanto de elementos esta mídia eletrônica pode revelar de memórias esquecidas, que as imagens digitais das obras da Biblioteca Nacional possibilitam reunir para elaborar e iluminar parte deste processo de escolhas do que lembrar e do que esquecer.

Apoiados nos conceitos de memória, de paradigma indiciário e marcas de propriedade é que o levantamento e identificação dos carimbos úmidos utilizados nas rotinas e práticas biblioteconômicas da Biblioteca Nacional, entre os séculos XIX e XX, se apresentam como o principal objeto desta pesquisa.

A forma pela qual os bibliotecários dos períodos citados incluíram os carimbos em suas rotinas e como eles foram sendo modificados e substituídos levanta alguns questionamentos. Em que medida poderiam ser recuperadas as justificativas para a aplicação e as mudanças de carimbos e sua associação às ações de preservação do acervo? Seria possível observar a mudança na carimbagem baseada em questões técnicas como o local escolhido ou o número de vezes que aparecem nas obras, e associá-las à segurança dos itens?

A partir destas questões foi que este artigo teve início, usando como base a pesquisa sobre os carimbos institucionais, que é um desdobramento do projeto “Inventário das Marcas de Propriedade da Biblioteca Nacional do Brasil”, estruturado a partir do levantamento das marcas de proveniência encontradas no acervo. Como uma pesquisa ambiciosa, que pretende levantar as diversas marcas de propriedade institucional, o projeto está vinculado ao grupo de pesquisa “Estudos sobre o Patrimônio Bibliográfico e Documental”, coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano Cataldo, da Ufba, grupo que envolve diversos profissionais de importantes instituições culturais e educacionais brasileiras e agrega profissionais das áreas da biblioteconomia, conservação e restauração, arquivologia e história.

Caminhos escolhidos e percorridos através dos carimbos

Este trabalho foi realizado pensando em quanta memória e informação se poderia obter acerca da identificação dos carimbos institucionais com o auxílio da BNDigital e da Hemeroteca Digital; se poderíamos encontrar dessa forma respostas para nossos questionamentos. Ao iniciarmos as buscas através das mídias digitais, verificamos que a digitalização e disponibilização das obras seriam fundamentais para que esta pesquisa pudesse ser realizada, pois permitiriam o acesso a um número significativo de obras em um curto período, algo inimaginável durante uma consulta presencial. As obras digitalizadas possibilitaram ver e rever as marcas, analisá-las em conjunto, reunir obras de diferentes setores em uma única consulta, transitados séculos XV até o XX com um olhar atento aos sinais que o tempo ajudou a cobrir ou reforçar. Imagens foram sendo reveladas por um clique e por uma metodologia científica que construímos para melhor compreender as diversas informações coletadas.

Para ampliar o conhecimento dos carimbos, selecionamos obras sob a guarda dos setores de Obras Gerais, Obras Raras, Iconografia, Cartografia, Manuscritos, Periódicos e Música. Esta escolha se deu pelo fato de que, por alguns períodos, estes setores utilizaram carimbos distintos para identificar suas obras.

Algumas dificuldades, porém, foram identificadas, tais como a ausência da digitalização de diversas encadernações, folhas de guarda e o verso de folhas, que muitas vezes recebem os carimbos e anotações. Outra dificuldade foi o

levantamento de obras realizado a partir da digitalização de microfilmes que, por serem preto e branco, não permitem observar a cor ou a tonalidade dos carimbos.

Numa primeira etapa, buscamos na Hemeroteca Digital informações referentes aos termos *carimbo*, *sinete* e *timbre*, associados a *Biblioteca Nacional*, nos periódicos dos séculos XIX e XX e nos *Anais* publicados pela instituição, com a intenção de encontrar algum documento sobre o uso dos carimbos. Buscamos por informações sobre mudanças de formato e conteúdo, compra ou qualquer outra questão que pudesse contribuir para a contextualização em um determinado período. Neste levantamento, encontramos algumas referências do diretor Ramiz Galvão quanto ao uso e a compra de carimbos no século XIX. O processo MinC/FBN 01430.000.205/95, que tem como objeto *carimbo e tinta especial para fotografias do PROFOTO – aquisição*, se desdobrou em uma padronização do carimbo institucional, o que nos possibilitou acompanhar as discussões e adoção do atual carimbo (Fundação Biblioteca Nacional, 1995). No artigo XXXII dos Estatutos da Real Biblioteca, publicados em 1821, consta a obrigação de que a biblioteca tenha um “selo próprio” para “marcar no princípio ou rosto os livros pertencentes à Biblioteca” (Estatutos, 1821). Este regulamento é a confirmação de uma prática biblioteconômica que cruzou o Atlântico e se perpetuou nas rotinas dos bibliotecários da Biblioteca Nacional.

Como metodologia para o levantamento e compreensão mais geral dos carimbos, acessamos a BNDigital, no campo “busca avançada”, definindo, no campo “ano edição”, o período que queríamos pesquisar e, por fim, o tipo de acervo. Aplicamos os filtros e selecionamos aleatoriamente 10% das obras digitalizadas de cada setor de guarda de acervos, por século, compreendendo uma busca entre os séculos XV e XX. Esta etapa gerou planilhas em Excel, com diversos carimbos encontrados, que, quando analisados, permitiram observar que algumas datas ou períodos eram cruciais para o entendimento da mudança e adoção de novos formatos.

Depois de verificados os períodos de maior mudança de formato e conteúdo, que ocorreram nos séculos XIX e XX, elaboramos, para os anos de 1850 a 1880, 1881 a 1901, 1902 a 1946, e 1947 a 1995, planilhas só para a categoria livros, devido à sua representatividade dentro das obras digitalizadas. A partir de um levantamento exaustivo em todas as obras digitalizadas nestes anos, foi possível mapear os carimbos utilizados na segunda metade do século XIX e no século XX, até a década de 1990. Para a apresentação e identificação dos carimbos, organizamos uma planilha, que se tornou padrão de busca. Nela, foram incluídos campos para o título da obra, sua localização digital (o código que permite recuperar a obra na BNDigital), data da edição, observação (para outras marcas importantes, como etiqueta de oficinas de encadernação, ex-líbris, anotações etc.) e a localização do carimbo (tanto as páginas em que foram carimbados quanto sua localização espacial na página). Assim, é possível saber quais, quantos e onde estão cada carimbo em uma obra.



Carimbo definido como padrão a partir de 1945 para as obras das seções de Manuscritos, Obras Gerais, Obras Raras, Cartografia, Iconografia, Música e Publicações Seriadas. Provavelmente está presente em milhões de documentos do acervo da FBN.



Variação do carimbo adotado como padrão a partir de 1945, com a abreviação "RJ." ao centro. Imagem recolhida do exemplar da obra de Olavo Bilac e Coelho Neto intitulada *Contos Patrios: educação moral e cívica (para as crianças)*, de 1906, pertencente ao acervo de Obras Gerais.



Carimbo da 1ª Seção, que correspondia à Seção de Cartografia na primeira metade do século XX. Era usado para identificar obras compradas pela Biblioteca Nacional. Imagem recolhida do exemplar da obra de Machado de Assis intitulada *Desencantos: phantasia dramatica*, pertencente à seção de Obras Gerais.



Carimbo da 1ª Seção, que correspondia à Seção de Cartografia na primeira metade do século XX. Era usado para identificar obras doadas à Biblioteca Nacional.

BIBLIOTHECA NACIONAL E PUBLICA
— DO —
RIO DE JANEIRO

Carimbo presente em obras publicadas na segunda metade do século XIX. Imagem recolhida do exemplar da obra de Jean Macé intitulada *História de um bocadinho de pão: cartas a uma menina ácerca da vida do homem e dos animaes* (189-), parte do acervo de Obras Gerais.

BIBLIOTHECA NACIONAL

Carimbo presente em obras publicadas na segunda metade do século XIX. Imagem recolhida do exemplar do romance *O Cabelleira*, de Franklin Távora, publicado em 1876 e parte do acervo de Obras Gerais.

Carimbo algo raro e que traz a logomarca da Biblioteca Nacional. Foi encontrado no *Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça*, de 1906, pertencente ao Núcleo de Referência.





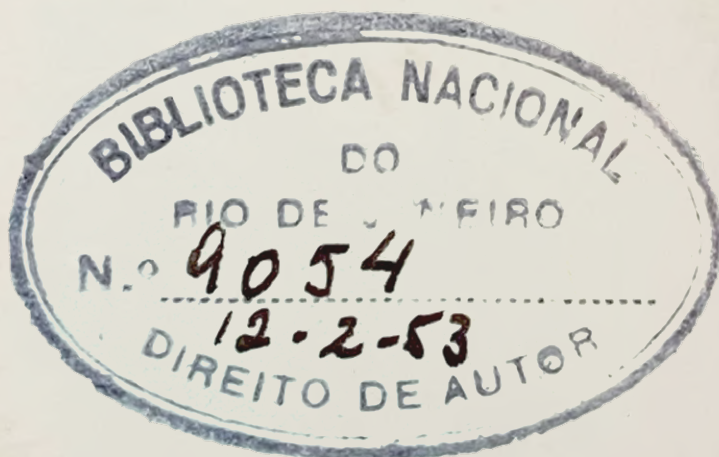
Carimbo da Divisão de Conservação, criada na década de 1960. Imagem recolhida no exemplar da obra de Harold H. Shepard, *The Chemistry and action of insecticides*, de 1951, pertencente ao setor de Obras Gerais.



Carimbo da 4ª Seção, correspondente à atual Seção de Publicações Seriadas, usado para identificar obras adquiridas por Contribuição Legal (posteriormente, Depósito Legal) até a década de 1940.



Carimbo usado para identificar Direito de Autor na década de 1940. Imagem recolhida do mapa *São Paulo e arredores*, de 1944, pertencente à Seção de Cartografia.



Carimbo utilizado para identificar Direito de Autor na década de 1950.

Rezervado da Secção
Biblioteca Nacional

Carimbo para obras reservadas, com espaço para o preenchimento da seção. Imagem recolhida a partir do periódico *Ostensor Brasileiro – Jornal Litterario Pictoreal*, de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira, de 1845, pertencente ao setor de Obras Raras.



Carimbo abreviado da Seção de Obras Raras (SOR), criada em 1975. Foi encontrado na obra de Rodrigues dos Santos, *De l'influence de l'impaludisme sur les femmes enceintes (avortement, accouchement prématuré)*, de 1888.



Carimbo da Seção Brasileira, existente na década de 1960. Imagem recolhida a partir do exemplar da obra de Ernesto Senna, *O Telegrapho no Brazil*, de 1904, parte do acervo do Setor de Obras Raras.



Carimbo da Seção de Música e Arquivo Sonoro, criada em 1960. Foi utilizado em partituras musicais e outras obras da seção entre as décadas de 1970 e 1990. Este em específico foi recolhido da partitura do Ato I da ópera *Maria Tudor*, de Carlos Gomes, parte do acervo da Seção de Música e Arquivo Sonoro.



Carimbo da Divisão de Publicações e Divulgação, criada na década de 1960. Imagem recolhida a partir do exemplar da obra de Jaime Cortesão, *Manuscritos da coleção De Angelis*, vol. VI – *Antecedentes do tratado de Madri*, 1955, parte do acervo do Setor de Manuscritos.



Carimbo da Seção de Livros Raros (S.L.R.), criada em 1946. Foi utilizado até a década de 1970, quando passou a ser identificada como Seção de Obras Raras. Imagem recolhida do exemplar da obra intitulada *Lyrica – Sonetos e Rimas*, de Luiz Guimarães Jr., de 1880.



Carimbo da então chamada Secção de Manuscritos, presente em documentos da segunda metade do século XIX. Imagem recolhida a partir do exemplar da *Bula de Pablo III, declarando la libertad de los Indios*, de 1537.

Para confirmar o período de utilização de cada carimbo sem datação, intensificou-se o levantamento baseado no período histórico brasileiro — como, por exemplo, as mudanças ortográficas ocorridas em determinadas épocas, que mudaram a escrita de “bibliotheca” para biblioteca, “secção” para seção etc. Analisamos o período em que a Real Biblioteca de Lisboa foi instalada no Rio de Janeiro, a partir de 1810, e quando esta passou a ser chamada Biblioteca Imperial e Pública, em 1822. Verificamos que, entre as obras digitalizadas, o carimbo da Real Biblioteca aparece até 1820, confirmando a prática da carimbagem com o carimbo da Real Biblioteca nas obras adquiridas depois de sua instalação no Rio de Janeiro, e em data muito próxima à mudança política do Brasil para a categoria de Império. A consulta presencial em obras deste período que ainda não foram digitalizadas nos ajudará a confirmar se o carimbo da Real Biblioteca deixou de ser utilizado em 1820 ou 1822, e também a fechar a trajetória desta marca de propriedade na instituição.

Outra dificuldade encontrada foi na busca por indícios que possam fazer relação com outros momentos não tão evidentes, pois a utilização de data, que acompanha alguns carimbos, só começou no século XX, dificultando a datação daqueles utilizados ao longo do século XIX. É importante ressaltar que a análise dos carimbos nos permitiu observar o momento que eles deixam de ser usados, através da data de edição da obra, mas não de quando um determinado carimbo começou a ser adotado.

Vencidas as dificuldades iniciais e as limitações da própria digitalização, elaboramos uma planilha em Excel (Figura 1) para receber as informações sobre cada carimbo levantado nas diversas planilhas produzidas. Esta planilha inclui a imagem colorida do carimbo, descrição de forma e conteúdo, tipologia da obra carimbada, período de uso, citação encontrada e referência bibliográfica sobre este carimbo.

Em relação à(s) página(s) escolhida(s) para a carimbagem, localização (parte central, superior, esquerda...) e número de vezes que os carimbos aparecem, a solução foi criar um esquema representando a superfície de uma página e gráficos que facilitassem a compreensão do levantamento.

Quanto à localização espacial dos carimbos nas páginas, estabelecemos siglas para cada borda (superior, inferior, direita, esquerda) e área central. De acordo com o estabelecido, as siglas utilizadas correspondem a: C: Central | CS: Central Superior | CI: Central Inferior | BDC: Borda Direita Central | BDS: Borda Direita Superior | BDI: Borda Direita Inferior | BEC: Borda Esquerda Central | BES: Borda Esquerda Superior | BEI: Borda Esquerda Inferior | BSC: Borda Superior Central | BIC: Borda Inferior Central. Em relação à localização mais utilizada pelos bibliotecários para a carimbagem, quantificamos as ocorrências em determinadas páginas e em determinados espaços, gerando tabelas estatísticas e gráficos.

Carimbo				
Descrição	DA REAL BIBLIOTHECA Elíptico, vertical, tinta preta, letras em caixa alta Dimensões: 4,3 x 3,5 cm Representação do escudo português, com sete castelos, cinco quinas, cada uma com cinco besantes, encimado com coroa imperial, fechada por arcos e rematada pela cruz	DA REAL BIBLIOTHECA (Biblioteca do Infante) Elíptico, vertical, tinta preta, letras em caixa alta Dimensões: 4,5 x 3,5 cm Representação do escudo português, com sete castelos, cinco quinas, cada uma com cinco besantes, encimado com coroa real aberta e ladeada com folhagem	BIBL. NAC. E PUBL. DA CORTE Redondo, tinta preta, azulada, letras em caixa alta e palavras abreviadas Dimensões: 2,3 cm Lembra a cruz de malta (joanita) e a estrela ao centro Cruz e estrela: o evangelho para o domingo de ramos e para o terceiro domingo de advento é o de Mateus 21 Daí surge a ideia de visualizar que o Cristo que esperamos e que há de vir é o mesmo que morreu na cruz	BIBLIOTHECA NACIONAL E PUBLICA RIO DE JANEIRO Elíptico, horizontal, centro com o nome "E PUBLICA" Tinta roxa, letras em caixa alta Dimensões: 1,9 x 3 cm
Livro período de uso	Séculos XVIII-XIX Século XVIII até 1820	Séculos XVIII-XIX Século XVIII	Século XIX Usado em edições a partir da década de 1850 até 1881	Século XIX Usado em edições de 1896
Cartografia período de uso			Século XIX Usado em edições de 1816, 1827 (próximo ao título)	
Iconografia período de uso				
Manuscritos período de uso			Século XVI. Usado em edições de 1537, 1572	
Música período de uso	Século XVIII. Usado em edições de 1755, 1769, 1784, 1793 e 1799 Século XIX. Usado em edições de 1803, 1804	Século XVIII (1761, 1765) Não encontrado em obras do século XIX	Século XIX (1807, 1854)	
Periódicos período de uso			Século XIX. Usado em edições de 1839, 1844, 1852, 1854-1855	
Citação	[...]1822 (data em que cessou o carimbo da Real Bibliotheca), [...] (Galvão, 1975, p. 32)		Frei Camillo - [...] comprar um sinete para estampar os livros, que não existia (Galvão, Ramiz, 1884, p. 114) Frei Camillo - Carimbo de um diâmetro de 3 centímetros que terá ao centro uma estrela sobreposta a cruz que figura sobre as armas nacionais, e portará a legenda BIBLIOTH. NAT.IONAL. E. PUBLICA. DA. CORTE (frei Camillo, [1853])	
Referências	GALVÃO, Ramiz. Appensos ao relatório sobre os trabalhos executados na Bibliotheca Publica no anno de 1874, n. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&Pesq=Bibliotheca+carimbo&pagfis=12420 . Acesso em: 10 maio 2021.		GALVÃO, Ramiz. Fr. Camillo de Monserrate - Estudo Bibliographico. <i>Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro</i> , v. 12, p. VIII-519, 1884-1885. MONSERRATE, Camillo de, Frei. Carta ao ministro sugerindo mudanças na organização da Biblioteca Nacional. s.d. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Setor de Manuscritos.	
Observação			Embora o carimbo DA CORTE apareça com mais frequência em número de 4, a obra <i>Nova Escola</i> , de Manuel Figueiredo, de 1722, foi carimbada 16 vezes com este carimbo	

Figura 1 – Detalhe da planilha final do levantamento dos carimbos da Biblioteca Nacional. Planilha elaborada pelas autoras.

Até o momento, foram levantados mais de 70 carimbos e identificados alguns períodos de uso, sinalizando que será possível avançarmos na pesquisa e alcançar nossos objetivos.

O que os carimbos revelam

Na história das bibliotecas, os carimbos começam a aparecer no século XVI. Com o objetivo de estampar as páginas dos livros com marcas de propriedade, eles eram feitos de metal, madeira ou borracha e utilizavam a tinta fluida; por este motivo, são chamados de carimbo úmido. De acordo com a bibliotecária Marli Bibas (2019, p. 24), os carimbos traziam, muitas vezes, uma composição de letras simples que formavam o nome do proprietário, ou, em casos raros, reproduziam a sua assinatura caligráfica. Aos poucos, “foram introduzidos outros elementos como monogramas e brasões, tomando uma grande variedade de formas e tamanhos”. A autora acrescenta em suas observações que a prática da carimbagem com o uso da tinta é mais recorrente em obras antigas, mas também é possível observar carimbos secos, que deixam marca em alto relevo, resultado da pressão sobre o papel e sem o uso da tinta. Marli Bibas, ao citar a obra *Provenance Research in Book History: a handbook* (1998), do bibliotecário David Pearson, menciona que o bibliotecário, ao estudar sobre esta marca, relata que seu uso por instituições como bibliotecas e museus surge no século XVIII, e que sua forma era simples e não pictórica. Com a chegada do século XIX, há uma proliferação da utilização do carimbo nas bibliotecas, o que, além de indicar a sua posse, reafirmava “outras práticas biblioteconômicas, como na identificação de uma coleção específica, no registro de datas de aquisição ou, como vemos até hoje, nas datas de empréstimo e devolução das obras” (Bibas, 2019, p. 25).

Assim como muitas bibliotecas, a Biblioteca Nacional é marcada por momentos históricos e administrativos importantes que podem ser contados através de seus carimbos. Ainda sem um documento que possa precisar o início do uso do carimbo da Real Biblioteca, esta história remonta ao século XVIII, em 1755, quando obras e coleções inteiras foram reunidas após o trágico terremoto seguido de um incêndio que atingiu, não só a cidade de Lisboa, mas o paço da Ribeira, onde estava a biblioteca dos reis. Muito do acervo foi perdido e poucos registros sobraram do fabuloso legado. Coube a dom José I (1750-1777) a missão de reconstruir a cidade de Lisboa e reerguer a Livraria Real, com o apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Como ministro do rei, Pombal tinha a missão de reconstruir duas bibliotecas: a Real Biblioteca – que substituiria a antiga Livraria Real, dividida em Real (dos reis) e Biblioteca Real (do Infantado) – e a Real Biblioteca Pública da Corte.

A partir deste momento, surgiram carimbos para identificar estas bibliotecas. Com a transferência da família real para o Brasil, em 1810, a coleção da Real Biblioteca foi, aos poucos, trazida para o Rio de Janeiro e reunida no edifício do hospital da Ordem Terceira do Carmo, onde ficou até 1811. No período em que esta biblioteca permaneceu como Real foram usados dois carimbos, um para a Real Biblioteca e outro para a Real Biblioteca do Infantado (Figura 2). Embora os dois carimbos apresentem a mesma informação (“Da Real Bibliotheca”), a distinção mais evidente são os desenhos da coroa. A coroa da Real Biblioteca (dos reis) apresenta arcos fechados unidos no centro e, encimado, sustenta uma cruz. A coroa do infantado é aberta (Pinheiro; Von Helde, 2019, p. 17).

Para demonstrar a metodologia e os resultados iniciais obtidos, selecionamos o carimbo da Real Biblioteca. No entanto, o objetivo é aplicar esta metodologia aos demais carimbos que passarão pelo mesmo processo de análise, o que permitirá ampliar o conhecimento desta prática biblioteconômica na instituição.

A referência encontrada sobre o referido carimbo foi publicada no *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte no ano de 1874*, e seu estado atual, quando Ramiz Galvão (1875, p. 32), ao discutir a autoria de alguns manuscritos, que provavelmente pertenceriam ao frei Mariano da Conceição Velloso, acabou por incluir uma nota sobre o ano de 1822, explicando que seria a data em que cessou o carimbo da Real Biblioteca. Esta informação nos dá uma pista para futuras buscas que comprovem sua veracidade. Para a descrição da imagem, optamos por transcrever a inscrição, a forma, a cor da tinta, o formato das letras, as dimensões e o simbolismo e incluir na planilha final do levantamento. Como resultado, apresentamos: “DA REAL BIBLIOTHECA – Elíptico, vertical, tinta preta, letras em caixa alta. Dimensões: ____ cm. Representação do escudo português, com sete castelos, cinco quinas, cada uma com cinco besantes, encimado com coroa imperial, fechada por arcos e rematada pela cruz”.

Na análise da localização dos carimbos (Figura 3), os círculos cinzas marcam os espaços recorrentes.



Figura 2 – Carimbos Da Real Bibliotheca dos reis e do infantado. Fonte: BNDigital. Fundação Biblioteca Nacional.

Carimbo na página - localização espacial

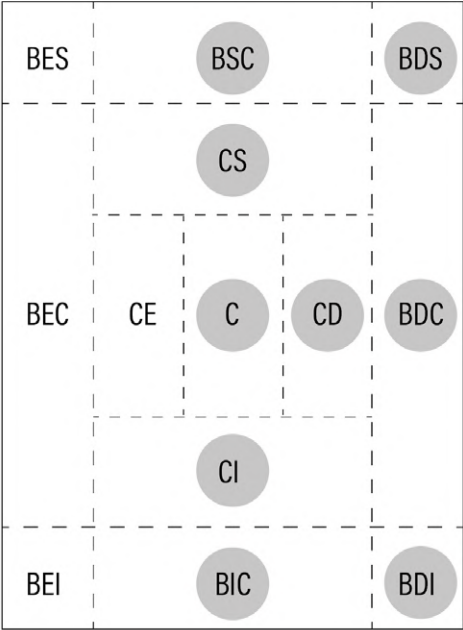


Figura 3 – Identificação dos locais mais utilizados para a carimbagem. Fonte: esquema elaborado pelas autoras.

Para as páginas escolhidas para a carimbagem e o número de vezes que os carimbos aparecem, foram criados uma tabela e gráficos (Tabela 1).

Número de carimbagem por obra	Porcentagem	Localização do carimbo na página	Porcentagem	Localização do carimbo na obra	Porcentagem
1 carimbo	29%	C	4%	Página de Rosto (PR)	9%
2 carimbos	50%	CS	34%	Verso da PR	21%
3 carimbos	17%	CI	15%	Fim	36%
4 carimbos	4%	CD	2%	Outros	34%
		BDC	2%	Página 33	-
		BDS	2%		
		BDI	6%		
		BSC	9%		
		BIC	26%		

Tabela 1 – Número de carimbagem por obra, localização na página e na obra. Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

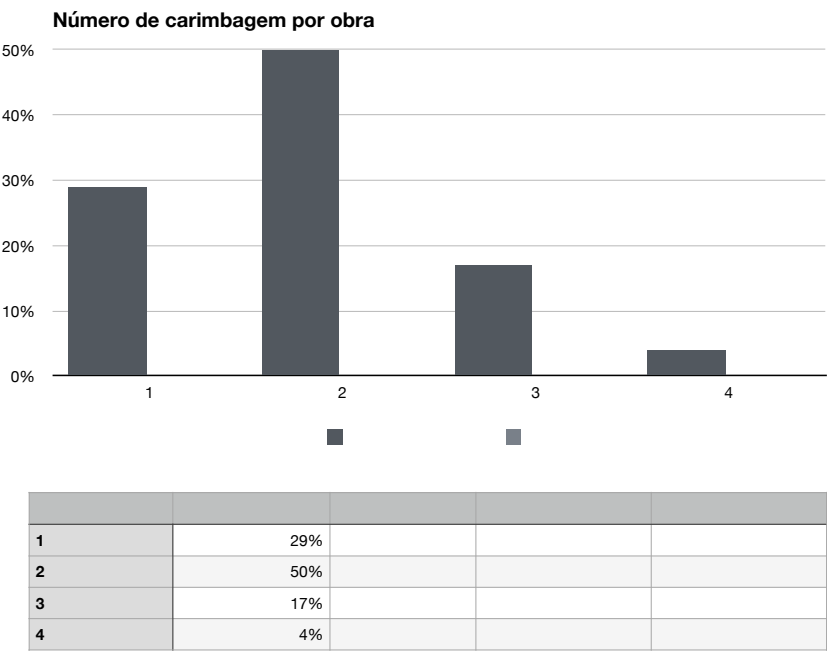


Gráfico 1 – Número de vezes da carimbagem do carimbo da Real Biblioteca.
Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

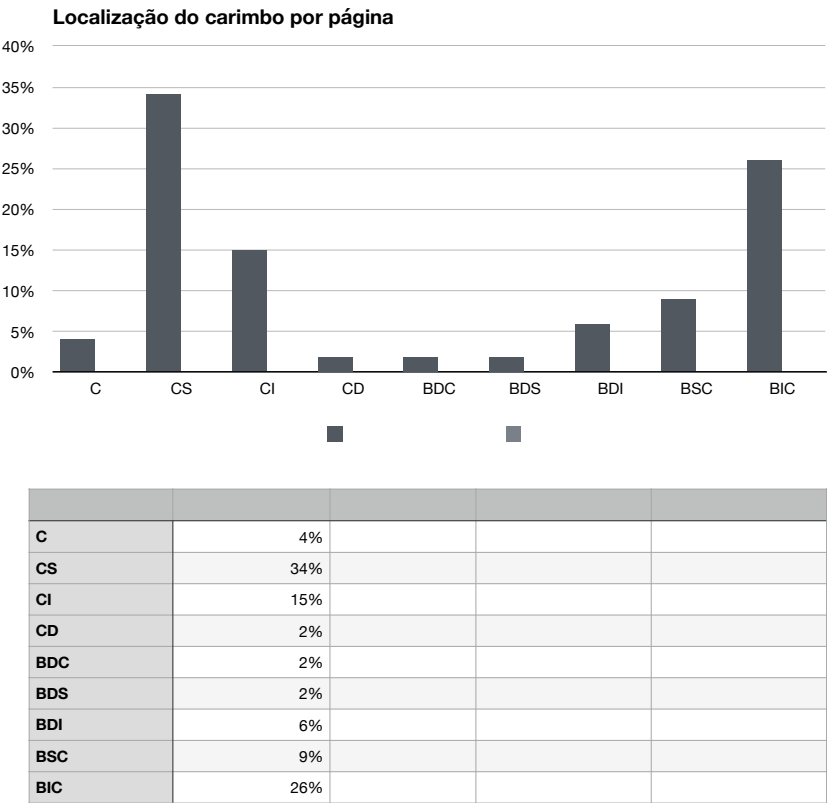


Gráfico 2 – Localização espacial do carimbo da Real Biblioteca na página.
Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

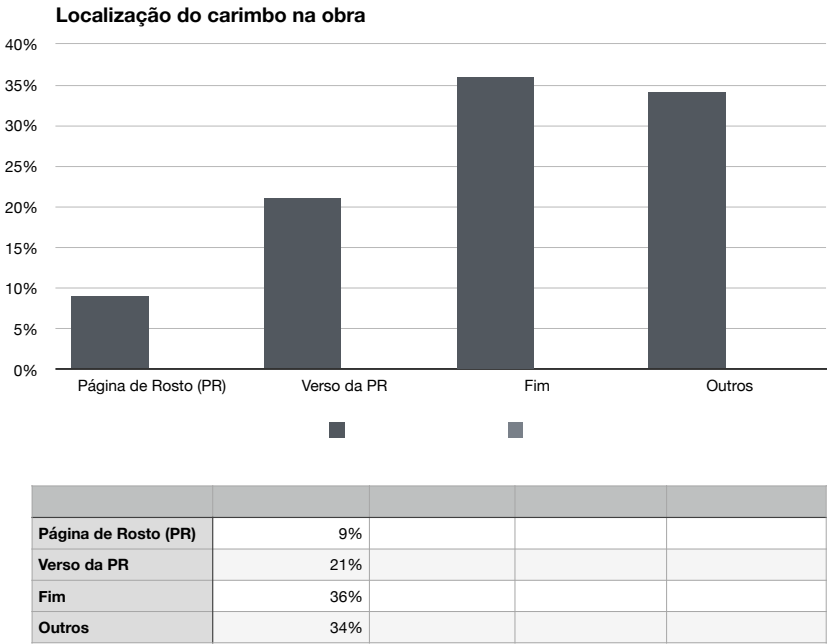


Gráfico 3 – Localização recorrente do carimbo da Real Biblioteca na obra.
Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Para uma melhor visualização dos dados foram gerados três gráficos: Gráfico 1 – Número de carimbagem por obra; Gráfico 2 – Localização do carimbo na página; Gráfico 3 – Localização do carimbo na obra.

A análise desta tabela e gráficos indicam que não havia uma norma para o número de carimbagem, do mesmo carimbo, por obra. Isso nos permite verificar que o número mais frequente seria 2 carimbagens (50%) e o menos frequente, 4 carimbagens (4%). Quanto à localização na página, o lugar mais utilizado para a carimbagem é o centro superior (36%) e a borda inferior central, com 26% da presença do carimbo. As páginas mais frequentes foram as do fim da obra, com 36%. Aqui cabe uma observação: para a categoria “fim”, foi considerada a última página da obra ou o fim do texto. O número encontrado para os carimbos no verso da página de rosto, de 21%, pode estar subestimado, pois muitas obras pesquisadas não tiveram o verso da página de rosto digitalizado, o que dificultou que se encontrasse um valor mais próximo do real. Embora sem uma norma estabelecida, algumas páginas e locais se repetem, indicando uma preferência para esta marca de propriedade. Estes exames nos ajudam a compreender as rotinas e as escolhas durante a inserção da marca de propriedade no acervo proveniente da Real Biblioteca e nos mantêm atentos para estes resultados.

Com a mudança administrativa no Brasil, a partir de 1822, a Real Biblioteca passou a ser identificada como Biblioteca Imperial e Pública da Corte,

e conseqüentemente o seu carimbo mudou. O carimbo escolhido apresenta uma forma redonda e traz o nome de Biblioteca Nacional e Pública da Corte. O que não estava evidente era o momento em que isso teria acontecido. Foi Ramiz Galvão quem nos deu uma pista sobre este carimbo. Em seu “Estudo Bibliográfico” sobre frei Camillo de Monserrate, publicado no volume 12 dos *Anais da Biblioteca*, ele acrescenta parte de um ofício que o frei encaminhou ao governo, manifestando suas impressões ao assumir a direção da instituição em 1853 e as reformas urgentes indispensáveis. Entre as questões priorizadas, frei Camillo citou que precisava “prover a Biblioteca do material necessário para o catálogo sistemático, e até comprar um sinete para estampar os livros, que não existia” (Galvão, [1884-1885], p. 114). Por frei Camillo de Monserrate ter sido beneditino, se analisarmos o símbolo desta ordem religiosa com o carimbo (Figura 4), veremos que há algumas semelhanças que nos ajudam a pensar nos paradigmas indiciários, para inferirmos que este carimbo teria sido um desenho de frei Camillo, inspirado em sua vida religiosa e sua relação com a família imperial, pois a cruz ao centro remete também à cruz de malta (joanina). Esta junção de cruz e estrela, no centro do desenho, para os religiosos, remete à ideia de que o Cristo que esperam, e que há de vir, é o mesmo que morreu na cruz. Outro indício aparece no fechamento do carimbo na parte superior, com ramos de folhas, o mesmo fechamento no símbolo da Ordem de São Bento.

Não foi possível verificar nos recibos de compra daquele período, quando frei Camillo teria comprado o carimbo para colocar em prática o processo de carimbagem. As análises realizadas no levantamento, entretanto, indicam que ele foi utilizado em obras editadas até 1881, período final da direção de Ramiz Galvão (1870-1882), o que indicaria que o diretor manteve o carimbo idealizado por frei Camillo. O título usado no relatório de 1874, apresentado ao Ministério dos Negócios do Império por Ramiz Galvão, ainda associava o nome da Biblioteca Nacional ao da corte, o que parece reforçar sua opção por manter o carimbo de frei Camillo. Outra questão em relação a este período é que, embora Ramiz Galvão tenha dividido administrativamente o acervo da Biblioteca Nacional entre as seções de Impressos e Cartas Geográficas, Manuscritos e Estampas, em 1876,

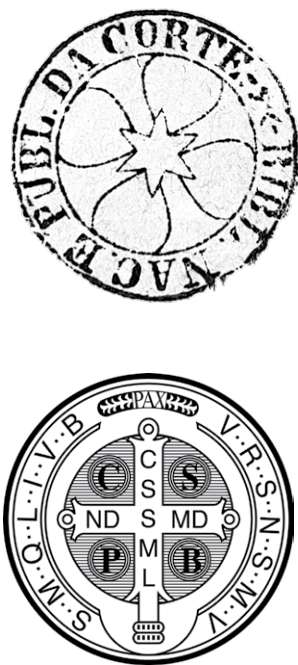


Figura 4 – Letra A: Carimbo da Biblioteca Nacional e Pública da Corte e letra B: símbolo da Ordem de São Bento. Fontes: A) BNDigital. Fundação Biblioteca Nacional. B) <https://msbento.org.br/origens>.

os carimbos identificando cada uma delas parecem iniciar no final do século XIX ou início do XX, quando ele já não era diretor.

Avançando na análise e em meio aos vários carimbos utilizados na Biblioteca Nacional, o carimbo com a letra R desperta curiosidade. Até o momento, não foi encontrado registro nos relatórios sobre sua finalidade, e algumas vezes, os bibliotecários lhe atribuem a função de indicar uma obra Rara, de Referência, Registrada ou Reservada. Após a análise de alguns exemplares com a letra R, observamos que determinados carimbos apresentam somente a letra no centro e outros trazem a abreviatura de Registro (Figura 5). Uma das hipóteses é que os carimbos “R. nº”, “R. nº ANNO” e “Reg. nº”, indicariam obra registrada, algumas vezes acompanhados da data. Como exemplo, o quarto carimbo, datado a partir de 1910, mais recorrente nos acervos cartográfico e iconográfico, embora seja também encontrado no acervo de livros raros.

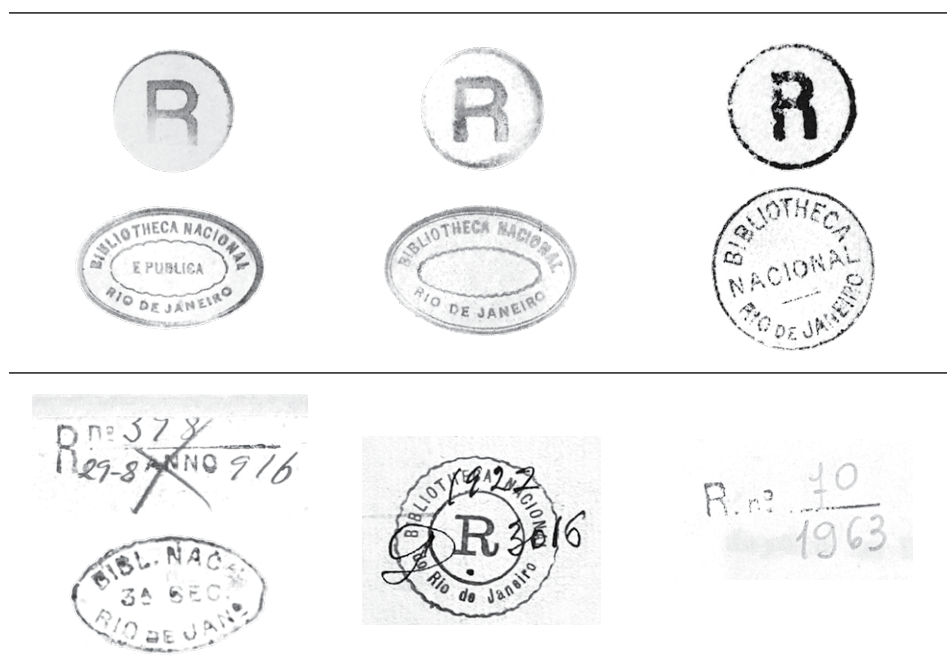


Figura 5 – Sequência de carimbos com a letra R, ao longo dos séculos XIX e XX. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Outra hipótese em relação ao carimbo com a letra R ao centro é a de que ele está associado às obras Reservadas. Obras que, por sua preciosidade e importância, não poderiam sair da instituição. Esta hipótese coincide com o período em que a Biblioteca Nacional emprestava obras para serem levadas pelos leitores. Os três primeiros carimbos da figura 5 são mais recorrentes em livros (Obras Raras e Obras Gerais) e quase sempre vêm associados com o carimbo

indicando a propriedade da Biblioteca Nacional (Bibliotheca Nacional e Pública ou Bibliotheca Nacional – Rio de Janeiro), assim como o quinto carimbo, que traz a indicação da propriedade institucional. Embora os três primeiros carimbos não tenham uma data anotada ou um período indicado, as análises se basearam nas datas das edições das obras carimbadas. Alguns indícios da forma escolhida sinalizam uma discreta influência *art nouveau* na presença de cores fortes e curvas, muito valorizadas naquele período.

Os relatórios dos séculos XIX e XX também trazem pistas sobre a possibilidade de este carimbo estar associado às obras Reservadas, como no relatório de Ramiz Galvão, de 1874. Ao descrever a prática do empréstimo na Biblioteca Nacional de Paris, o relatório informou que este só se realizava nas seções de impressos e manuscritos e só os livros duplicados que não faziam “parte da reserva”, e ainda, quando “não são livros de preço elevado; dicionários, jornais, ou volumes pertencentes a grandes coleções, não podem sair do estabelecimento” (Galvão, 1874, p. 31). Em 1927, o chefe da seção de Publicações Periódicas, Cassius Berlink, ao se referir ao periódico *Minerva Brasiliense*, informava que parte da coleção se encontrava no catálogo do “Reservado” (Berlink, 1936, p. 400).

Reforçando esta hipótese, encontramos mais uma pista, um indício, na obra de Thomaz Denman, *Aforismos sobre as hemorragias uterinas, e convulsões puerperaes*, de 1797, cujo ex-líbris, colado no espelho da guarda, apresenta a informação manuscrita: IV – Res. 427.1.1, indicando sua localização e sua provável reserva.

Como hipóteses de um desdobramento natural do modo de indicar Registro ou de uma forma de marcar uma obra Reservada, estas proposições precisarão ser melhor investigadas em documentos produzidos pelos diretores e bibliotecários daqueles períodos, para que possam ser endossadas.

Em vários momentos, formas e conteúdos foram sendo substituídos; algumas vezes por necessidades técnicas; outras, por mudanças administrativas. Entender este processo, ao invés de lamentá-lo, como aponta Huyssen (2000), no caso das substituições das marcas de propriedade que acabaram esquecidas nos registros e nas memórias dos bibliotecários, talvez nos possa indicar que esta troca poderia ter sido compreendida e praticada como algo rotineiro e natural da prática de carimbagem, que acabou gerando um apagamento que nos dificulta acompanhar estas mudanças.

Durante o desenrolar do levantamento, muitas formas e conteúdos foram encontrados. De símbolos reais, religiosos, *art nouveau*, linhas retas, circulares, às letras com serifas, retas, monogramas, que enriqueceram a pesquisa. Na Divisão de Manuscritos foram encontrados, até o momento, quatro modelos com diferentes grafias: Secção de Manuscriptos, Manuscritos, Bibliotheca, Biblioteca; em três formas: elíptica, retangular e redonda, sem qualquer referência sobre a data da carimbagem. Outros carimbos se juntam a esta lista, como os de Setor de Compras, Doação, Contribuição Legal, Secretaria, Bibliotheca Nacional

(C, D, EL, SL), SLR (Setor de Livros Raros), SOR (Setor de Obras Raras), Iconografia, Brasileira, Seção de Exposição, Seção de Microfilme, Divisão de Conservação, Direitos Autorais, Seção de Música e Arquivo Sonoro, Divisão de Música e Arquivo Sonoro, B (compositores brasileiros), 3ª Seção, Biblioteca Nacional e Brasil, numa profusão de formatos e cores como preta, azul, roxa, vermelha e verde. Muitos destes carimbos foram sendo esquecidos e descontextualizados das suas seções e divisões administrativas, passando despercebidos pelo olhar do bibliotecário e do leitor, que não conseguem mais associar estas marcas à trajetória institucional por não terem mais referências para ancorá-las.

A partir do século XX, houve uma preocupação dos setores de guarda em datar o processo de carimbagem. A escolha da página 33 aparece, algumas vezes, nas décadas de 1920 e 1930; a partir de 1945, porém, esta prática foi adotada como norma e os livros passaram a receber duas carimbagens: uma no verso da página de rosto e a outra na página 33. A adoção deste procedimento tem relação com a parceria realizada entre a Biblioteca Nacional, a American Library Association e a Rockefeller Foundation: estas últimas em 1945, enviaram três bibliotecários para, juntos com o diretor Borba de Moraes (1946, p. 2), traçarem um plano de reorganização técnica de todos os serviços. O carimbo escolhido foi um pequeno círculo preto-azulado, com a informação: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro. Ao lado são inseridos o número de registro e a data deste registro.

Mesmo com o esforço de padronizar o carimbo e sua prática, não foi definido um padrão de conteúdo, distribuição do conteúdo no círculo e fonte de letras para este carimbo. Teremos, assim, uma diversidade de detalhes diferentes quando comparamos este carimbo ao longo de algumas décadas (1940 a 1990). Paralelamente à escolha deste carimbo, outros irão surgir até a década de 1990, quando a coordenação do Projeto de Preservação do Acervo Fotográfico (Profoto) inicia o processo MinC/FBN 01430.000.205/95, para discutir normas em relação a preservação do acervo fotográfico (normas para anotações de registro, carimbagem e tinta), que acabou se estendendo para a definição de um carimbo padrão para a instituição. Incluído no processo está o manual de orientação com informação sobre os estudos realizados para o carimbo padrão quanto a forma, conteúdo e dimensões. Na inscrição, informa-se que este desenho seria único e permanente, independentemente da situação orgânica da instituição ou setorização proveniente dela. Ficou definido que poderiam ter as informações: (1) BIBLIOTECA NACIONAL – RJ BRASIL OU (2) BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL (em caixa alta) e seriam confeccionados em metal. Em relação ao formato, deveria ser pequeno, sem prejudicar a legibilidade de seus caracteres. O formato escolhido foi o oval, por “permitir maior concentração de informações em menor área”. Quanto ao tipo de letra, a escolha recaiu sobre o Garamond. A justificativa foi pelo fato de ser padrão de identidade institucional e por ter sido a “primeira

fonte de tipos harmoniosos e extremamente legíveis da tipografia moderna”. Indica dois carimbos a serem utilizados: o de identificação e o de registro. Para o de identificação, sugere escolher uma ou duas páginas e sempre usar as mesmas para os livros. O carimbo de registro seria “colocado no verso da folha de rosto, no canto esquerdo inferior, ou o mais próximo possível do local”, contendo o nome da biblioteca, número de registro, data com o dia, mês e ano. Para a tinta, seria adotada a fornecida pela Library of Congress ou “tinta de segurança (permanente) de fabricação nacional”, de coloração preta (FBN, 1995, p. 47-49).

Os estudos dos formatos ficaram sob a responsabilidade de Ana Lúcia de Abreu, que apresentou diversas opções. Algumas traziam o globo terrestre com a logomarca BN, e outros, mais simples, apenas o nome da instituição.

Das orientações do manual, algumas foram modificadas. Foi adotado só um padrão de carimbo (BIBLIOTECA NACIONAL BRASIL) e as anotações de registro, a lápis, ficaram ao lado deste (Figura 6).

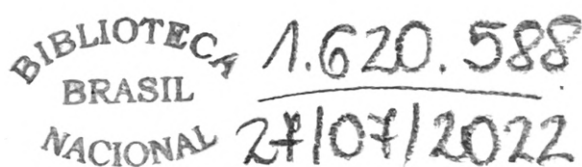


Figura 6 – Número de registro com data e o carimbo definido na década de 1990. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Embora esta seja a última e “definitiva” imagem da marca de propriedade da Biblioteca Nacional, encontramos, em alguns livros, o carimbo de uso das décadas passadas (definido a partir de 1945 – Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro) com data

de registro bastante atual. De acordo com a bibliotecária Luciana Grings, a partir de 2016, a Instrução de Serviço orienta não haver necessidade de carimbar novamente os materiais oriundos do acervo antigo que tivessem um novo número de patrimônio atribuído, em conformidade com a sequência de registro em vigor desde 1945 (Fundação Biblioteca Nacional, 2016). Esta instrução organiza e define que todas as obras devem ser obrigatoriamente carimbadas, em carimbo oval (definido pelo processo MinC/FBN 01430.000.205, de 1995), traz informações importantes sobre a inclusão do número de registro e do carimbo e se torna uma fonte de pesquisa para os estudiosos das marcas de propriedade da instituição.

Ainda será preciso levantar e analisar dezenas de carimbos até que se tenha um conhecimento mais amplo da prática da carimbagem institucional e de seus diversos usos e formas. No entanto, a partir destas primeiras investigações, algumas questões começam a ser respondidas e compreendidas, revelando momentos, pessoas, formas, gostos e normas que acompanham esta prática biblioteconômica.

Considerações finais

Percebido como uma marca de propriedade importante para as bibliotecas, os carimbos tomaram formas e conteúdos diversos ao longo de sua utilização. Algumas bibliotecas optaram pelo carimbo úmido, outras pelo carimbo seco, ou experimentaram o uso destas duas possibilidades, definindo conteúdos que identificavam seus proprietários através de palavras, desenhos ou símbolos.

A Biblioteca Nacional brasileira, ao longo de sua longa trajetória, adotou esta marca de propriedade como um emblema que a distinguiria de outras bibliotecas. Com a preocupação de deixar registrado os diversos momentos político-administrativos, a biblioteca criou marcas que possibilitam acompanhar estas mudanças em seus carimbos.

Contudo, ao iniciarmos o levantamento de seus carimbos, não tínhamos uma ideia clara sobre aonde a pesquisa no acervo digital da Biblioteca Nacional poderia nos levar na busca desta marca de propriedade. Enfrentamos o desafio de uma pesquisa remota com todas as limitações e dificuldades apontadas na introdução. Apoiadas nos conceitos de memória, de Andres Huyssen, que nos alerta sobre a importância de compreendermos os processos entre o lembrar e o esquecer, do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg, que destaca a importância de estarmos atentos aos sinais e indícios para reelaborarmos trajetórias e histórias, além das marcas de propriedade como possibilidade de garantir pertencimento e segurança para o acervo, é que o levantamento e identificação dos carimbos úmidos, utilizados nas rotinas e práticas biblioteconômicas da Biblioteca Nacional, entre os séculos XIX e XX se apresentou como o principal objetivo desta pesquisa.

A forma como os bibliotecários incluíram os carimbos em suas rotinas e como os modificaram e os substituíram foram aos poucos recuperados. Trabalhando com um número reduzido de fontes primárias como relatórios e ofícios, estas se transformaram em preciosas informações para compreendermos as justificativas para o abandono ou adoção de determinados carimbos. Foi possível mapear as mudanças técnicas através das escolhas de números de vezes de carimbagem por obra, local de preferência e associá-las ao cuidado com o acervo em relação ao pertencimento de determinadas seções, a própria biblioteca e a sua segurança.

A partir deste levantamento e de seus resultados é que prosseguimos nesta investigação, acreditando ser possível levantar grande parte dos carimbos institucionais. Em um levantamento inicial, foram identificados, até o momento, 78 carimbos utilizados entre os séculos XIX e XX.

Espera-se que esta investigação traga uma maior compreensão da trajetória histórica da instituição através de suas marcas, reelaborada através de um pequeno objeto que, mesmo na sua discreta aparência foi capaz de garantir e assegurar a reunião do acervo da Biblioteca Nacional, revelando sua importância como prática biblioteconômica.

Referências

- BERLINK, Cassius. Informação sobre alguns periodicos da Bibliotheca Nacional. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, (1927), v. 49, 1936, p. 395-416.
- BIBAS, Marli Gaspar. *As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar Histoire de l'Origine et des Premiers Progrès de l'Imprimerie (1740): da Real Biblioteca à Biblioteca Central da Unirio*. 2019. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. O acervo da Biblioteca Nacional, 1810-1910. *O Rio de Janeiro*, 1900-1910. v. II. p. 143-167. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- ESTATUTOS *da Real Bibliotheca. Mandados ordenar por Sua Majestade*. Rio de Janeiro: Na Régia Typographia, 1821.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Instrução de Serviço FBN n. 06, de 8 de novembro de 2016*. Normas para registro patrimonial de acervo e atribuição de marca de propriedade. Rio de Janeiro, 2016.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Processo MinC/FBN 01430.000.205/1995*. Trata do carimbo e tinta especial para fotografias do PROFOTO – aquisição. Rio de Janeiro, 1995. (Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos).
- GALVÃO, Ramiz. *Appensos ao relatorio sobre os trabalhos executados na Bibliotheca Publica no anno de 1874, 1875*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&Pesq=Bibliotheca+carimbo&pagfis=12420>. Acesso em: 10 maio 2021.
- GALVÃO, Ramiz. *Bibliothecas Publicas da Europa*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000390.html>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GALVÃO, Ramiz. *Fr. Camillo de Monserrate – Estudo Bibliographico*. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, p. VIII-519, [1884-1885].
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- HERITAGE, Barbara. A arqueologia do livro. In: BRONTË, Charlotte. *Os manuscritos perdidos*. São Paulo: Faro Editorial, 2019. p. 22-69.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- MORAES, Rubens Borba de. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1946. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

PEARSON, David. *Provenance Research in Book History: a handbook*. London: University of Oxford, 2020.

PINHEIRO, Andréa de Souza; VON HELDE, Rosângela Rocha. Ex-líbris da Biblioteca Nacional: a marca de uma identidade. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro. v. 135-136, 2019 (2015-2016).

Impresso por Tavares & Tavares Ltda.
Uberlândia (MG), outono de 2024
Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

